



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
*Secretaria de Planejamento  
e Gestão*

# Relatório do Projeto

---

## Desempenho Semestral



BANCO MUNDIAL

**IPECE** 

**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**

Camilo Santana – Governador

**SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)**

Hugo Figueiredo – Secretário

**INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)**

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto – Diretor Geral

**UNIDADE DE GERENCIAMENTO DO PROJETO - UGP PforR**

Ana Cristina Medeiros – Coordenadora UGP PforR

André Morel Gonzaga - Analista em Licitações

Fabiana Silva de Castro – Técnica de Suporte Operacional e Logístico ao Projeto

Giuseppe Furtado Nogueira - Especialista em Licitações

Laura Carolina Gonçalves - Técnica de Monitoramento e Controle

Lívia Maria Oliveira de Castro - Analista em Licitações

Rodrigo José Almeida Rufino - Analista em Licitações

Thâmara Aragão Teixeira Fernandes - Técnica de Gerenciamento Financeiro

Viviane Ramos da Costa - Especialista em Licitações

**Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)**

Centro Administrativo do Estado Governador Virgílio Távora

Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N – Edifício SEPLAG

Telefones: (85) 3101-3521 / 3101-3496 - Fax: (85) 3101-3500

[www.ipece.ce.gov.br](http://www.ipece.ce.gov.br) – [ouvidoria@ipece.ce.gov.br](mailto:ouvidoria@ipece.ce.gov.br)





**GOVERNO DO**  
**ESTADO DO CEARÁ**  
*Secretaria do Planejamento e Gestão*  
*Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE*

**RELATÓRIO DO PROJETO**  
**DESEMPENHO DE JULHO A DEZEMBRO DE 2015**

Fortaleza, Ceará - Brasil  
31 de Dezembro de 2015

## Sumário

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	6
<b>2. OBJETIVO DO PROJETO PforR</b> .....	6
<b>2.1. Áreas Foco do PforR</b> .....	6
<b>2.2. Estrutura do Empréstimo</b> .....	7
<b>3. SETORIAIS ENVOLVIDAS</b> .....	7
<b>4. PROGRAMAS</b> .....	8
<b>5. INDICADORES</b> .....	9
<b>6. ASSISTÊNCIA TÉCNICA</b> .....	9
<b>7. DESEMBOLSOS</b> .....	9
<b>8. COORDENAÇÃO E MONITORAMENTO</b> .....	10
<b>8.1 UGP</b> .....	10
<b>8.2 Comitê PforR</b> .....	10
<b>8.2.1 Reuniões Mensais do Comitê PforR</b> .....	11
<b>9. SUMÁRIO DO DESEMPENHO DO PROJETO PforR NO 2º SEMESTRE DE 2015</b> .....	13
<b>10. DETALHAMENTO DO ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO POR ÁREA</b> .....	20
<b>10.1 CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL</b> .....	21
<b>10.1.1 Indicadores</b> .....	21
<b>10.1.2 Programas Eleitos</b> .....	23
<b>10.1.3 Projetos de Assistência Técnica</b> .....	25
<b>10.2 ASSISTÊNCIA À FAMÍLIA</b> .....	28
<b>10.2.1 Indicadores</b> .....	28
<b>10.2.2 Programas Eleitos</b> .....	35
<b>10.2.3 Projetos de Assistência Técnica</b> .....	35
<b>10.3 QUALIDADE DA ÁGUA</b> .....	40
<b>10.3.1 Indicadores</b> .....	40
<b>10.3.2 Programas Eleitos</b> .....	47
<b>10.3.3 Projetos de Assistência Técnica</b> .....	50
<b>10.4 GESTÃO POR RESULTADOS</b> .....	55
<b>10.4.1 Indicadores</b> .....	55
<b>10.4.2 Projetos de Assistência Técnica</b> .....	56
<b>10.5 SISTEMA FIDUCIÁRIO</b> .....	60
<b>10.5.1 Projetos de Assistência Técnica</b> .....	60

# LISTA DE ILUSTRAÇÕES

## Lista de Quadros

Quadro 1: Setoriais envolvidas no PforR por Componente.....	8
Quadro 2: Informações da Unidade de Gerenciamento do Projeto UGP PforR .....	10
Quadro 3: Informações dos Membros do Comitê PforR.....	11
Quadro 4: Calendário das Reuniões do Comitê PforR 2015.....	12
Quadro 5: Indicadores Primários 2015 - Metas 2015.2.....	14
Quadro 6: Metas e Valores para o 2º Semestre de 2015.....	15
Quadro 7: Indicadores Secundários de 2015 - Metas 2015.2.....	16
Quadro 8: Execução dos Programas incluídos no Escopo do PforR Ceará no ano de 2015. ....	17
Quadro 9: Acompanhamento de 77 Subprojetos no Plano de Licitação .....	18
Quadro 10: Projetos em Andamento .....	19
Quadro 11: Número de Subprojetos por Etapa de Licitação e Setorial Responsável.....	19
Quadro 12: Monitoramento da meta julho até dezembro de 2015 – Indicador Primário – DLI 3 - SEDUC .....	22
Quadro 13: Monitoramento da meta Anual de julho até dezembro de 2015 – Indicador Secundário – IPECE .....	23
Quadro 14: Execução 2014/2015 da SEDUC com inclusão dos Restos a Pagar .....	24
Quadro 15: Monitoramento da meta semestral de julho até dezembro de 2015 – Indicador Primário DLI 4 – STDS.....	29
Quadro 16: Monitoramento da meta semestral de julho até dezembro de 2015 – Indicador Primário DLI 5 – STDS.....	30
Quadro 17: Monitoramento da meta semestral de julho até dezembro de 2015 – Indicador Primário DLI 6 – SEPLAG .....	32
Quadro 18: Monitoramento da meta Anual de julho até dezembro de 2015 – Indicador Secundário – SEPLAG.....	33
Quadro 19: Monitoramento da meta Anual de julho até dezembro de 2015 – Indicador Secundário – STDS .....	34
Quadro 20: Execução 2015 da STDS com inclusão dos Restos a Pagar .....	35
Quadro 21: Monitoramento da meta Semestral de julho até dezembro de 2015 – Indicador Primário DLI 8 - CAGECE .....	41
Quadro 22: Monitoramento da meta Semestral de julho até dezembro de 2015 – Indicador Primário DLI 9 – SEMA.....	42
Quadro 23: Monitoramento da meta Semestral de julho até dezembro de 2015 – Indicador Primário DLI 10 – FUNCEME .....	43
Quadro 24: Monitoramento da meta Anual de julho até dezembro de 2015 – Indicador Secundário – COGERH .....	44
Quadro 25: Monitoramento da meta Anual de julho até dezembro de 2015 – Indicador Secundário – COGERH .....	45
Quadro 26: Monitoramento da meta Anual de julho até dezembro de 2015 – Indicador Secundário – COGERH .....	46
Quadro 27: Monitoramento da meta Anual de julho até dezembro de 2015 – Indicador Secundário – SEMA .....	47
Quadro 28: Execução de 2015 da FUNCEME com inclusão dos Restos a Pagar.....	50
Quadro 29: Monitoramento da Meta Semestral de julho até dezembro de 2015 – Indicador Primário DLI 11 – SEPLAG .....	56

## Lista de Gráficos

Gráfico 1: Participação das Setoriais no Comitê PforR.....	12
Gráfico 2: Acompanhamento de 77 Subprojetos no Plano de Licitação.....	18
Gráfico 3: Projetos em Andamento .....	18
Gráfico 4: Número de Projetos por Etapa de Licitação .....	19
Gráfico 5: Monitoramento da meta Semestral de julho até dezembro de 2015 – Indicador Primário DLI 8 - CAGECE.....	41
Gráfico 6: Monitoramento da meta Semestral de julho até dezembro de 2015 – Indicador Primário DLI 9 – SEMA.....	42
Gráfico 7: Monitoramento da meta Anual de julho até dezembro de 2015 – Indicador Secundário - COGERH .....	46

## Lista de Figuras

Figura 1: Áreas de atuação do PforR.....	7
--	---

## 1. INTRODUÇÃO

Esse relatório tem como objetivo fazer uma prestação de contas do desempenho do *Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará - Programa para Resultados (PforR)* no segundo semestre de 2015.

O relatório é composto por dez capítulos. Os capítulos 2 a 8 descrevem, sucintamente, as características do Projeto e os capítulos 9 e 10 fazem, respectivamente, um detalhamento do desempenho dos indicadores primários, dos Programas Eleitos e dos Projetos de Assistência Técnica no primeiro semestre de 2015.

## 2. OBJETIVO DO PROJETO PforR

O Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará - (PforR<sup>1</sup>) tem como objetivo o apoio aos investimentos do PPA em áreas estratégicas do Estado, de forma a promover um crescimento econômico que privilegie a inclusão social e que seja ambientalmente sustentável. Esse objetivo já foi, em parte, financiado pelo BIRD nos Projetos SWAp<sup>2</sup> I (2005 – 2007) e SWAp II (2009 – 2012), cujo foco era o apoio à Inclusão Social e o Crescimento Econômico.

A proposta do Projeto PforR Ceará é continuar avançando nos principais indicadores sociais acordados no SWAp I e II para consolidar conquistas já alcançadas pelo Estado, incorporando, ao mesmo tempo, a preocupação do Governo do Estado do Ceará com o meio ambiente e com a redução das desigualdades socioeconômicas.

Em suma, o Objetivo de Desenvolvimento do Programa (PDO<sup>3</sup>) do PforR é apoiar o Governo na melhoria da eficiência e da qualidade da prestação de serviços públicos nas áreas foco de atuação do *Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará*.

### 2.1. Áreas Foco do PforR

O PforR continuará a ampla abordagem de setores, realizada como pioneira nos SWAps, combinando o apoio nas ações de áreas selecionadas e o fortalecimento institucional do Estado. Como áreas foco de atuação do PforR nos temas de *Crescimento Econômico, Redução das Desigualdades, Sustentabilidade Ambiental e Gestão Pública* estão respectivamente os focos na Capacitação Profissional, Assistência à Família, Qualidade da Água e Gestão por Resultados, conforme ilustrado na Figura 1.

---

1 Program for Results - Programa para Resultados

2 Sector Wide Approach (SWAp)

3 Project Development Objective – vide página 12 do Program Appraisal Document (PAD) - Documento de Avaliação do Projeto

Figura 1: Áreas de atuação do PforR



## 2.2. Estrutura do Empréstimo

Com a finalidade de apoiar o Projeto PforR foi realizada uma operação de crédito entre o estado do Ceará e o Banco Mundial, no valor de US\$350 milhões que estão distribuídos em dois componentes descritos a seguir:

- Componente I – PforR no valor de US\$315.000.000,00: relacionado com as atividades do Projeto nas quatro áreas foco a saber: (i) Capacitação Profissional; (ii) Assistência à Família (iii) Qualidade da Água e (iv) Gestão por Resultados. Esse componente apoia sete programas do PPA (Apêndice I) relacionados com os objetivos do Projeto e acompanha dezenove indicadores (Apêndice II) que mensuram os resultados esperados do PforR, sendo que desses, doze são condicionantes dos desembolsos (Apêndice III).
- Componente II - Assistência Técnica no valor de US\$35.000.000,00<sup>4</sup>: composto de serviços de Consultoria de Empresa ou Individual e Serviços de não Consultoria que apoiam projetos de Assistência Técnica (Apêndice IV) relacionados a atividades distribuídos em cinco subcomponentes: (i) Gestão do Setor Público; (ii) Capacitação Profissional; (iii) Assistência à Família; (iv) Qualidade da Água; e (v) Sistema Fiduciário.

## 3. SETORIAIS ENVOLVIDAS

O PforR é um Projeto multisetorial que envolve atividades em 19 órgãos do Estado (Setoriais):

1	ADECE	Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S.A
2	ARCE	Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Ceará
3	CAGECE	Companhia de Água e Esgoto do Ceará
4	CGE	Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado
5	CIDADES	Secretaria das Cidades
6	COGERH	Companhia de Gestão de Recursos Hídricos
7	FUNCEME	Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
8	IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
9	PGE	Procuradoria Geral do Estado
10	SECITECE	Secretaria de Ciência e Tecnologia
11	SDE	Secretaria do Desenvolvimento Econômico
12	SEDUC	Secretaria de Educação
13	SEMA	Secretaria do Meio Ambiente
14	SEMACE	Superintendência Estadual do Meio Ambiente
15	SEPLAG	Secretaria de Planejamento e Gestão
16	SESA	Secretaria de Saúde
17	SRH	Secretaria de Gestão dos Recursos Hídricos
18	STDS	Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social
19	TCE	Tribunal de Contas do Estado do Ceará

<sup>4</sup> Na Missão de outubro ficou acordado que uma parte desse valor será transferida para o Componente I na Revisão de Meio Termo do Projeto.

Portanto, o PforR abrange 19 Setoriais cujo tipo de envolvimento encontra-se no Quadro 1.

Quadro 1: Setoriais envolvidas no PforR por Componente.

SETORIAIS	Componente I			Componente II	
	Indicadores (Qtd)	PPA		Projetos de Assistência Técnica	Subprojetos
		Programa (Qtd)	Iniciativas (Qtd)		
1 ADECE					
2 ARCE				1	1
3 CAGECE	1		1		
4 CGE				8	10
5 CIDADES		1			
6 COGERH	3		1	3	3
7 FUNCEME	1	1	2	1	1
8 IPECE	1			5	7
9 PGE				1	1
10 SECITECE				3	3
11 SDE	1			1	3
12 SEDUC	2	1	3	5	18
13 SEMA	2	1	1	6	8
14 SEMACE		1	5	1	2
15 SEPLAG	4			7	8
16 SESA*					
17 SRH	1	1		1	4
18 STDS	3	1	1	1	5
19 TCE				1	3
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>7</b>	<b>14</b>	<b>45</b>	<b>77</b>

Fonte: UGP PforR

(\*) A SESA participa dos Comitês: Comitê de Segurança Hídrica, Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil no Ceará e o Comitê PforR.

#### 4. PROGRAMAS

O Estado e Banco Mundial escolheram seis programas de investimentos do Plano Plurianual (PPA) de 2012-2015 e desses, quinze Iniciativas, que totalizavam R\$ 853,09 milhões, descritos no Apêndice I, que ao dólar do fechamento do Documento do Projeto<sup>5</sup> equivaleriam a US\$ 380,84 milhões. A escolha levou em consideração a relação com os objetivos do Projeto. Uma regra ou meta do Projeto é que os seis Programas Eleitos precisam executar o valor total equivalente a US\$315 milhões no prazo de quatro anos do Projeto, ou seja, até 31/12/2017.

A Nota Técnica 01/2015 da SRH/COGERH de julho de 2015 foi submetida ao Banco que, na missão de Outubro/2015 aceitou a proposta de cancelamento das iniciativas 05310 (Elaboração dos Planos de Segurança Hídrica para as Bacias Metropolitanas, Bacia do Rio Acaraú e Bacia do Rio Salgado) e 05311 (Implantação do Plano de Segurança Hídrica para as Bacias Hidrográficas Metropolitanas) do Programa 041 – Gestão dos Recursos Hídricos<sup>6</sup>, mas não a inclusão do Programa 039 - Transferência Hídrica e Suprimento de Água, pois o mesmo não representa o foco do PforR da qualidade da água. Deste modo, SRH/COGERH não terá mais execução dentro do PforR, ficando apenas a iniciativa 05273 da COGERH com R\$ 0,46 milhões executados em 2014.

<sup>5</sup> Taxa de câmbio utilizada no PAD foi de 2,24 (pagina ii do PAD).

<sup>6</sup> Essa iniciativa teve sua atividade transferida para a Assistência Técnica.

Em setembro de 2015, o Banco Mundial aprovou Nota Técnica nº 01/2015 enviada pela FUNCEME - Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos solicitando redução dos valores na iniciativa 02846 - Ampliação e Operacionalização da Rede de Monitoramento de Hidroagrometeorológico do Estado do Ceará de R\$ 15,93 milhões para R\$ 7,16 milhões e na iniciativa 02847 - Elaboração do Mapeamento e Monitoramento Hidroambiental do Ceará de R\$ 13,69 milhões para R\$ 0,09 milhões.

Na missão de Outubro de 2015, o Banco aprovou a Nota Técnica 02/2015 da SEMACE - Superintendência Estadual do Meio Ambiente com a proposta de realocação de todos os valores das iniciativas do Programa 82 (04815, 02466, 05170, 05155), bem como a estimativa dos anos de 2016 e 2017 baseada no PPA (2016-2019), justificando a redução do valor total de R\$ 30,54 milhões para aproximadamente R\$ 10 milhões e a exclusão da iniciativa 05155. Também foi incluso nesse programa a iniciativa 02840 e a iniciativa 00001 do Programa 500 - Gestão e Manutenção do CONPAM e vinculada, totalizando o valor de R\$ 12,91. Em dezembro de 2015 o valor da Iniciativa 00001 - Programa 500 foi alterado, após envio de Adendo à Nota Técnica 02/2015. Deste modo, a execução dos programas e iniciativas eleitos no PforR da SEMACE passou a ter a totalidade de R\$ 13,17 milhões.

Em virtude das mudanças supracitadas, o Projeto PforR contempla agora sete programas de investimentos do Plano Plurianual (PPA) de 2012-2015 e desses, quatorze Iniciativas, que totalizam o valor previsto de R\$ 909,14 milhões que, ao dólar do fechamento do Documento do Projeto, equivaleriam a US\$ 405,87 milhões.

## **5. INDICADORES**

No Componente I do PforR são acompanhados 19 indicadores (Apêndice II) sendo 12 Indicadores Primários (DLIs)<sup>7</sup> que condicionam o desembolso (Apêndice III) e 7<sup>8</sup> Indicadores Secundários que não afetam os desembolsos, mas ampliam e consolidam o alcance dos programas dos setores e fortalecem a Gestão por Resultados no Estado.

## **6. ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

No Componente II encontram-se os Projetos de Assistência Técnica que têm como objetivo facilitar a implementação do PforR, bem como fortalecer a capacidade institucional do Estado. Até a data de 31/12/15 foram previstas 45 atividades, conforme Apêndice IV.

## **7. DESEMBOLSOS**

Os desembolsos do Componente I do PforR são feitos de forma direta para o Tesouro Estadual e não para um programa orçamentário individual ou Secretaria. A frequência dos desembolsos é semestral e o valor de cada desembolso é sujeito ao cumprimento das metas, que tem um valor correspondente, conforme Apêndice III. A validação do cumprimento das metas desses Indicadores

---

<sup>7</sup> Disbursement Linked Indicator (DLI) ou Indicador Vinculado ao Desembolso

<sup>8</sup> Na Missão de Supervisão de Abril de 6-10 2015 um indicador secundário da SEPLAG "Análise e melhoria dos mecanismos de governança da política de desenvolvimento do setor produtivo (incluindo Capacitação Profissional)" foi cancelado por não fazer mais sentido dentro do Projeto.

será realizada por um Auditor Técnico Independente<sup>9</sup> contratado pelo Governo, por meio da CGE, conforme acordado com o Banco Mundial. Quanto aos desembolsos do Componente II, são previstos segundo as necessidades dos Contratos nos prazos informados no Plano de Licitação dos Projetos de Assistência Técnica.

## 8. COORDENAÇÃO E MONITORAMENTO

### 8.1 UGP

A Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP) é a área responsável por realizar a coordenação geral, a gestão financeira, o monitoramento e controle, o suporte técnico às aquisições e o suporte operacional e logístico do Projeto, conforme Decreto nº 31.293 de 24/09/2013 e conta em 31/12/15 com os seguintes membros do Quadro 2.

Quadro 2: Informações da Unidade de Gerenciamento do Projeto UGP PforR

Função	nº	Nome	Telefone	Email
Coordenadora do Projeto	1	Ana Cristina Cavalcante Medeiros	3101 3502	crisrina.medeiros@ipece.ce.gov.br
Técnica Suporte Operacional e Logístico	2	Fabiana Silva de Castro	3101 3510	fabiana.castro@ipece.ce.gov.br
Técnica de Monitoramento e Controle	3	Laura Carolina Gonçalves	3101 3499	laura.goncalves@ipece.ce.gov.br
Técnica em Gestão Financeira	4	Thâmara A. Teixeira Fernandes	3101 3510	thamara.teixeira@ipece.ce.gov.br
Consultor Individual Especialista em Licitação Pleno	5	Giuseppe Furtado Nogueira	3101 3504	giuseppe.nogueira@ipece.ce.gov.br
Consultora Individual Especialista em Licitação Pleno	6	Viviane Ramos da Costa	3101 3504	viviane.costa@ipece.ce.gov.br
Consultora Individual Analista em Licitações	7	Lívia Maria Oliveira de Castro	3101 3504	livia.castro@ipece.ce.gov.br
Consultor Individual Analista em Licitações	8	Rodrigo José Almeida Rufino	3101 3504	rodrigo.almeida@ipece.ce.gov.br
Consultor Individual Analista em Licitações	9	André Morel Gonzaga	3101 3508	andre.morel@ipece.ce.gov.br

Fonte: UGP PforR

### 8.2 Comitê PforR

O Comitê PforR foi criado pelo Decreto nº. 31.493 em 16/06/14 com objetivo de acompanhar e monitorar mensalmente a execução dos Programas, Indicadores e Projetos de Assistência Técnica nas áreas de Capacitação Profissional, Assistência à Família, Qualidade da Água e Gestão do Setor Público e atuar ao longo da duração do Projeto de modo a assegurar que as metas acordadas com o Banco Mundial sejam cumpridas, os desembolsos sejam efetivados e os resultados alcançados. Informações dos membros do Comitê em 31/12/15 estão descritos no Quadro 3.

<sup>9</sup> Com exceção das duas metas do DLI 1 e DLI 7 cumpridos no Ano Zero, entre as datas de revisão da Nota de Conceitual (dezembro de 2012) e a data da assinatura do Acordo de Empréstimo (19/12/13). A verificação do cumprimento dessas duas metas foi feita pelos Especialistas do Banco Mundial.



Quadro 3: Informações dos Membros do Comitê PforR

REPRESENTANTES COMITÊ PforR						
Nº	ÓRGÃO			NOME	TELEFONE	E-MAIL
					FIXO	
1	ADECE	TITULAR	1	Carlo Ferrentini Sampaio	3457 3324	carlo.ferrentini@adece.ce.gov.br
		SUPLENTE	2	Cecy de Castro	3457 3323	cecy@adece.ce.gov.br
2	ARCE	TITULAR	3	Alexandre Caetano da Silva	3101 1012	alexandre.caetano@arce.ce.gov.br
		SUPLENTE	4	Marcelo Silva de Almeida	3101 1013	marcelo.almeida@arce.ce.gov.br
3	CAGECE	TITULAR	5	Carlos Rossas Mota Filho	3101 4771	carlos.rossas@cagece.com.br
		SUPLENTE	6	Tércia Maria Pinheiro Martins	3101 1839	tercia.pinheiro@cagece.com.br
4	CGE	TITULAR	7	Paulo Roberto de Carvalho Nunes	3101 3478	pmunes@cge.ce.gov.br;
		SUPLENTE	8	Antônio Marconi Lemos da Silva	31013473	marconi.lemos@cge.ce.gov.br
5	CIDADES	TITULAR	9	Mariana Oliveira do Rêgo	3101 4463	mariana.rego@idades.ce.gov.br
		SUPLENTE	10	Marcella Facó Soares	3101 4473	marcella.faco@idades.ce.gov.br
6	COGERH	TITULAR	11	Denilson Marcelino Fidelis	3218 7646	denilson.fidelis@cogerh.com.br
		SUPLENTE	12	Sarah Furtado	3218 7646	sarah.freire@cogerh.com.br
7	FUNCEME	TITULAR	13	Francisco Holton Araripe Rios	3101 1113	holton@funceme.br
		SUPLENTE	14	Meiry Sayuri Sakamoto	3101 1090	meiry@funceme.br
8	IPECE	TITULAR	15	Victor Hugo de Oliveira Silva	3101 3507	victor.hugo@ipece.ce.gov.br
		SUPLENTE	16	Nicolino Trompieri	3101 3511	nicolino.trompieri@ipece.ce.gov.br
		SUPLENTE	17	Jimmy Oliveira	3101 3507	jimmy.oliveira@ipece.ce.gov.br
9	PGE	TITULAR	18	Antônia Tânia Trajano Bezerra	3459 6379	tania.trajano@pge.ce.gov.br
		SUPLENTE	19	Mary Ane Vale Ferreira	3459 6373	mary.vale@pge.ce.gov.br
10	SDE (CEDE)	TITULAR	20	Maria Inês Cavalcante Studart Menezes	3444 2915	ines.studart@sde.ce.gov.br
		SUPLENTE	21	Filipe Rabelo Távora Furtado	3444 2907	filipe.rabelo@sde.ce.gov.br
11	SECITECE	TITULAR	22	Antônio Gilvan da Silva Paiva	3101 6463	gilvan.paiva@sct.ce.gov.br
		SUPLENTE	23	Sandra Maria Nunes Monteiro	3101 6465	sandra.monteiro@sct.ce.gov.br
12	SEDOC	TITULAR	24	Henrique César Martins Gomes	3101 3942	henrique.cezarseduc.ce.gov.br
		SUPLENTE	25	Andréa Araújo Rocha Nibon	3101 2162	andrearocha@seduc.ce.gov.br
		SUPLENTE	26	Marta Emília Silva Vieira	3218 2910	marthaemilia@seduc.ce.gov.br
13	SEMA (CONPAM)	TITULAR	27	Maria Dias Cavalcante	3101 1233	maria.dias@sema.ce.gov.br
		SUPLENTE	28	Magda Marinho Braga	3101 1251	magda.marinho@sema.ce.gov.br
14	SEMACE	TITULAR	29	Tiago Bessa Aragão	3254 3083	tiago.bessa@semace.ce.gov.br
		SUPLENTE	30	Elisabete Maria Cruz Romão	3101 5567	elisabete.romao@semace.ce.gov.br
15	SEPLAG	TITULAR	31	Franisco Aduino de Oliveira	3101 4536	adauto.oliveira@seplag.ce.gov.br
		SUPLENTE	32	Raimundo Avilton Menezes Júnior	3101 4536	avilton.junior@seplag.ce.gov.br
		SUPLENTE	33	Naiana Corrêa Lima	3101 4525	naiana.lima@seplag.ce.gov.br
16	SESA	TITULAR	34	Danielle Montenegro Melo Freitas	3101 5117	danielle.melo@saude.ce.gov.br
		SUPLENTE	35	Emanuela Machado Aguiar Rebouças	3101 5117	emanuela.reboucas@saude.ce.gov.br
17	SRH	TITULAR	36	Karine Machado Campos Fontenele	3101 3996	karine.machado@srh.ce.gov.br
		SUPLENTE	37	Sérgio Moreira Câmara	3101 4025	sergio.camara@srh.ce.gov.br
18	STDS	TITULAR	38	Sebastião Lopes	3101 2092	sebastiao.lopes@stds.ce.gov.br
		SUPLENTE	39	Mary Anne Libório P. Ribeiro	3101 4589	maryanne.liborio@stds.ce.gov.br
		SUPLENTE	40	Rosilene Ribeiro	3101 4589	assistencia.social@stds.ce.gov.br
19	TCE	TITULAR	41	Giovanna Augusta Moura Adjafre	3488 1790	giovanna@tce.ce.gov.br
		SUPLENTE	42	José Aurício Oliveira	3254 8250	auricio@tce.ce.gov.br

Fonte: UGP

### 8.2.1 Reuniões Mensais do Comitê PforR

As reuniões mensais do Comitê PforR são organizadas pela Unidade de Gerenciamento do Projeto – UGP PforR, cumprindo o exposto no item III, Seção A, 41. (ii) do Documento de Avaliação do Projeto. Durante 2015 foram realizadas doze reuniões, conforme demonstrado no Quadro 4.

Quadro 4: Calendário das Reuniões do Comitê PforR 2015

MÊS	DIA	MÊS	DIA
JANEIRO	29	JULHO	23
FEVEREIRO	26	AGOSTO	27
MARÇO	26	SETEMBRO	24
ABRIL	27	OUTUBRO	29
MAIO	21	NOVEMBRO	26
JUNHO	18	DEZEMBRO	17

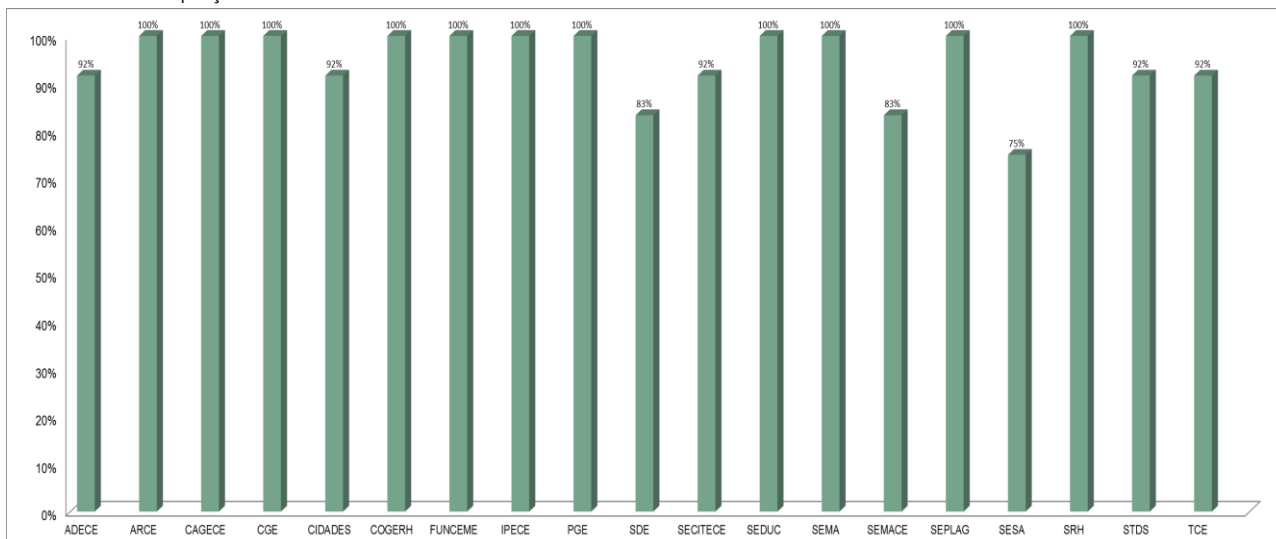
Fonte: UGP PforR

As reuniões são realizadas na Sala de Reuniões do IPECE. A pauta para cada reunião é informada antecipadamente aos membros do Comitê e após a realização da reunião a ata elaborada pela UGP é revisada pelos participantes e publicada no site do IPECE no endereço: <http://www2.ipece.ce.gov.br/pforr/comite/index.htm>.

Como no ano de 2015 foram realizadas doze reuniões do Comitê PforR, doze atas foram elaboradas. As mesmas encontram-se disponibilizadas no site do IPECE: <http://www2.ipece.ce.gov.br/pforr/comite/index.htm>.

O Gráfico 1 apresenta o percentual de participação das dezenove Setoriais nas reuniões do Comitê PforR no período de Janeiro a Dezembro de 2015. Observa-se que a frequência foi na maioria de 100%.

Gráfico 1: Participação das Setoriais no Comitê PforR



Fonte: UGP PforR




## 9. SUMÁRIO DO DESEMPENHO DO PROJETO PforR NO 2º SEMESTRE DE 2015

A seguir será apresentado o resumo do desempenho dos Indicadores, Programas e Projetos de Assistência Técnica do Projeto PforR, para o 2º semestre de 2015<sup>10</sup>. Para o 1º semestre, vide Relatório do Projeto – Desempenho Semestral no link <http://www2.ipece.ce.gov.br/pforr/relatorio/2015.htm>.

### INDICADORES

O PforR tem o total de 19 Indicadores, sendo 12 primários e 7 secundários. No segundo semestre de 2015 apenas 15 deles tiveram metas, por essa razão serão apresentados o acompanhamento e o Status de 8 indicadores primários e 7 secundários.

Para o monitoramento do *status* das metas dos Indicadores utilizou-se seguinte sinalização:

-  verde = Meta cumprida;
-  amarelo = Probabilidade intermediária de cumprir a meta;
-  vermelho = Meta não cumprida.

Dos 08 Indicadores Primários, 05 deles tiveram suas metas cumpridas até 31/12/15, conforme apresentado no Quadro 5 e as evidências estão anexadas ao Relatório. Até aquela data 02 indicadores Primários, DLI 4 da STDS e o DLI 10 da FUNCEME estavam com sinalização amarela. No entanto, no dia do fechamento do presente Relatório (29/01/16), a UGP recebeu a evidência do cumprimento Indicador da DLI 4 da STDS e a sinalização passou para verde. Esclarece-se que, na Missão do Banco Mundial de Outubro de 2015, a STDS acordou com o Gerente do Projeto, e esse registrou no documento de Ajuda Memória, que as metas de famílias acompanhadas seriam revisadas. E que para a meta de 2015.2 de 10%, a STDS cumpriria apenas 50%, ou seja, 5% de famílias acompanhadas. E ainda que, na revisão do meio termo do PforR, programada para o primeiro trimestre de 2016, as metas seguintes seriam ajustadas para: 2016 - 7% e 2017- 10%, conforme evidência e Nota Técnica 05/2016 no anexo II.

Em relação às duas metas do indicador DL10 da FUNCEME, o monitoramento da UGP já havia identificado que essas metas não seriam cumpridas até o fechamento do ano (31/12/15) e a FUNCEME informou que, conforme o Plano de Trabalho do Consórcio contratado para realizar a “Implementação de monitoramento participativo da qualidade da água”, a entrega dos Produtos para cumprimento dessas metas está prevista para ocorrer em fevereiro de 2016.

Já o Indicador DLI 11 da SEPLAG não teve sua meta cumprida no período descrito e a mesma informou, que a meta de 2015.2 deverá ser alcançada em novembro de 2016, conforme Plano de Ação no anexo VIII.

<sup>10</sup> As informações dos Programas e Indicadores são da posição de 31/12/2015 e as dos Projetos de Assistência Técnica foram atualizadas no dia 15/12/2015 e todas foram apresentadas na 23ª Reunião do Comitê PforR realizada no dia 17/12/15.

Quadro 5: Indicadores Primários 2015 - Metas 2015.2

Nº	Nome do Indicador	Setorial Responsável	Linha de Base	2º Semestre		Status
				Meta	Realizado	
<b>Área 1: Capacitação Profissional</b>						
1	DLI 3: Número total de Acordos em vigência com empresas privadas para contribuir com equipamentos, treinamento in loco e fazer recomendações para elaborar grade curricular ou instrutores dos cursos.	SEDUC	8	12 acordos firmados	Os 12 acordos foram assinados e as evidências foram enviadas ao Banco Mundial no dia 28/12/15.	VERDE
<b>Área 2: Assistência à Família</b>						
2	DLI 4: Percentual de famílias com crianças de 0-5 no Cadastro Único nos municípios-alvo receber o apoio da família através CRAS.	STDS	0	10% (A setorial acordou com o Banco Mundial a redução para 5%)	Meta foi parcialmente cumprida (50%) em 29/01/16, conforme acordado na Missão do Banco Mundial em outubro 2015. A evidência foi enviada ao Banco Mundial no dia 01/02/16.	VERDE
3	DLI 5: Porcentagem de equipes técnicas nos CRAS capacitadas em apoio familiar.	STDS	0	30%	A meta foi cumprida. O Relatório foi encaminhado ao Banco no dia 29/12/15. Foram capacitadas 46 pessoas em 17 municípios / 55 CRAS = 30,90% no semestre ou 23 municípios / 55 CRAS = 41,8% <sup>11</sup> no ano.	VERDE
4	DLI 6: Porcentagem de projetos de assistência a Família financiados pelo FECOP com matrizes lógicas implementadas.	SEPLAG	0	45%	A Meta de 45% (17+27 = 44 Projetos) foi cumprida e o Relatório Final foi enviado ao Banco no dia 28/12/15.	VERDE
<b>Área 3: Qualidade da Água</b>						
5	DLI 8: Percentual de domicílios com conexão adequada ao sistema de esgoto. <sup>12</sup>	CAGECE	83,30%	84.9%	A meta foi cumprida (85,83%). A CAGECE enviou além da evidência do cumprimento do semestre de 2015.2 a comprovação do cumprimento das metas de 2016.1, 2016.2 e 2017.1. Todas as evidências foram enviadas em 28/12/15).	VERDE
				85,20% (referente à 2016.1)		
				85,50% (referente à 2016.2)		
				85,70% (referente à 2017.1)		
6	DLI 9: Índice de qualidade da fiscalização ambiental.	SEMA	17%	60%	A meta foi cumprida (62,14%). A evidência foi enviada ao Banco no dia 28/12/15.	VERDE
7	DLI 10: Implementação de monitoramento participativo da qualidade da água.	FUNCEME	0%	Metodologia de Monitoramento definida e adotada (2015.1)	As metas não foram cumpridas ainda. Foi enviado e-mail para o Banco com a informação da FUNCEME de que a meta de 2015.1 será cumprida em 22/02/16 e a de 2015.2 dia 01/02/16, conforme Plano de trabalho do Consórcio contratado.	AMARELO
				Protocolo de coleta de dados definido e adotado.		AMARELO
<b>Área 4: Gestão do Setor Público</b>						
8	DLI 11: Número de secretarias Mutuário, utilizando o modelo para o alinhamento de incentivos com seus respectivos objetivos estratégicos.	SEPLAG	0	2	A meta não foi cumprida. Foi enviado ao Banco um e-mail com o Plano de ações indicando a previsão de cumprimento das metas de 2014.2 (23/05/16); 2015.1 (26/08/16); 2015.2 (28/11/16).	VERMELHO

Fonte: UGP PforR

Portanto, para o 2º semestre de 2015 dos 8 Indicadores primários, 6 cumpriram as metas e seus respectivos valores<sup>13</sup> deverão ser desembolsados provavelmente até o final de março de 2016, conforme mostrado no Quadro 6.

<sup>11</sup> O resultado do Indicador é acumulativo e a Setorial informou o número total de 23 municípios capacitados em 2015 (1º e 2º semestre) gerando o percentual de 41,8%, resultado que foi o informado pela STDS no Relatório do Anexo III.

<sup>12</sup> A CAGECE já cumpriu as metas dos Semestres de 2016.1, 2016.2 e 2017.1.

<sup>13</sup> Ressalta-se que a verificação do seu cumprimento será realizada pelo Auditor Técnico Independente.

Quadro 6: Metas e Valores para o 2º Semestre de 2015.

Nº	SETORIAL	DLI (INDICADOR PRIMÁRIO)	VALOR US\$
1	SEDUC	DLI 3: Número total de acordos em vigência com empresas privadas para contribuir com equipamentos, treinamento in loco e fazer recomendações para elaboração da grade curricular ou instrutores de cursos.	3.403.750,00
2	STDS	DLI 5: Porcentagem de equipes técnicas no CRAS capacitadas em apoio familiar.	3.403.750,00
3	SEPLAG	DLI 6: Porcentagem de projetos de assistência à família financiados pelo FECOP que tenham matrizes lógicas.	3.403.750,00
4	CAGECE	DLI 8: Porcentagem de domicílios com conexão adequada ao sistema de esgoto.	3.403.750,00
			3.444.000,00
			3.438.000,00
			3.444.000,00
5	SEMA	DLI 9: Índice de qualidade da fiscalização ambiental.	3.403.750,00
6	STDS	DLI 4: Percentual de famílias com crianças de 0-5 no Cadastro Único nos municípios-alvo receber o apoio da família através CRAS.	3.403.750,00 (1.701.875,00)
<b>Total do valor das metas com Evidências de já alcançadas</b>			<b>29.046.625,00</b>
7	FUNCEME	DLI 10: Implementação de monitoramento participativo da qualidade da água.	2.744.444,00
			3.403.750,00
<b>Total do valor das metas com probabilidade de ainda ser alcançadas</b>			<b>6.148.194,00</b>

Fonte: UGP PforR

Os Indicadores secundários somam o total de 07, dos quais 02 cumpriram suas metas do período, conforme o Quadro 7 e as evidências encontram-se nos anexos deste Relatório.

Quanto ao indicador secundário "Número de técnicos com ensino médio completo absorvidos pelo setor produtivo (público e privado) (ajustado para o ciclo econômico)" sob a responsabilidade do IPECE, esclarece-se que não se tem governabilidade sobre o mesmo e que desde o recebimento dos dados da RAIS, em setembro 2014, verificou-se que dificilmente as metas do Projeto seriam cumpridas. Diante disso, foi proposta uma avaliação nas metas acordadas inicialmente, mas o Banco Mundial decidiu manter o protocolo do indicador como está.

Em relação aos indicadores "Apresentação de planos de segurança hídrica para três bacias hidrográficas estratégicas" e "Apresentação de nova lei de proteção das bacias hidrográficas" de responsabilidade da COGERH, foram elaboradas duas Notas Técnicas (anexos XI e XII) explicando os desafios encontrados e as razões pelas quais não foi possível cumprir as metas do período e solicitando a revisão do Banco sobre as metas posteriores.

Já o indicador "Apresentação da lei de gestão de resíduos sólidos revista" de responsabilidade da SEMA, foi sinalizado o não cumprimento pelas razões explicitadas na Nota Técnica no anexo XIV.

Esclarece-se que a UGP, a COGERH e a SEMA aguardam uma resposta do Banco Mundial para essas três Notas Técnicas.

Por fim, o indicador "Percentual de famílias Cadastro Único nos municípios - alvo a receber apoio do CRAS com equipe treinada" sob a responsabilidade da STDS está sendo reestruturado pelo Banco Mundial e Setorial, com previsão de definição até a Missão de Meio Período do Projeto.

Quadro 7: Indicadores Secundários de 2015 - Metas 2015.2

Nº	Nome	Setorial Responsável	Unidade de Medida	Linha de Base	Metas 2015		Status
					2º Semestre	Realizado	
<b>Área 1: Capacitação Profissional</b>							
1	Número de técnicos com ensino médio completo absorvidos pelo setor produtivo (público e privado) (ajustado para o ciclo econômico).	IPECE	Numero (acumulativo)	24.543	29.000	A meta não foi cumprida (26.141 técnicos absorvidos em 2014). Foi elaborada uma NT pelo Victor Hugo do IPECE demonstrado que dado o atual cenário econômico do Brasil/Ceará não será possível o cumprimento das metas propostas até 2017. O Banco sinalizou que apesar desta constatação o Indicador será acompanhado até o final do Projeto.	VERMELHO
<b>Área 2: Assistência à Família</b>							
2	Criação e funcionamento do Comitê Consultivo multissetorial ECD (SEDUC, SDA, SESA, STDS, SEPLAG, IPECE)	SEPLAG	Sim/Não	0	Mais duas Resoluções publicadas	A meta foi cumprida. A duas resoluções foram publicas. A 01/2015 no dia 16/12/15 e a 02/2015 no dia 23/12/15. O email com as Evidências foi encaminhado ao Banco Mundial no dia 28/12/15.	VERDE
3	Percentual de famílias Cadastro Único nos municípios - alvo a receber apoio do CRAS com equipe treinada.	STDS	Porcentagem	0	10%	A meta não foi cumprida. Este Indicador provavelmente será modificado, ele está sendo analisado pelo Banco e pela STDS. No dia 21/12/15 houve uma reunião com o Banco Mundial e a STDS. O Banco fez algumas sugestões de Indicadores e pediu que a STDS avaliasse internamente e desse um retorno em Janeiro de 2016.	AMARELO
<b>Área 3: Qualidade da Água</b>							
4	Apresentação de planos de segurança hídrica para três bacias hidrográficas estratégicas.	COGERH	Sim/Não	0	Planos Preparados	A meta não foi cumprida. Em reunião com a Equipe da COGERH constatou-se que as metas deste Indicador não seriam cumpridas até o final do Projeto. A Setorial elaborou uma NT contextualizando os desafios e propondo a modificação das metas. A referida NT foi enviado ao BM em 16/12/15.	VERMELHO
5	Apresentação de nova lei de proteção das bacias hidrográficas.		Sim/Não	0	Esboço da lei apresentado	A meta não foi cumprida. Em reunião com a Equipe da COGERH constatou-se que as metas deste Indicador não seriam cumpridas até o final do Projeto. A Setorial elaborou uma NT contextualizando os desafios e propondo a modificação das metas. A referida NT foi enviada ao BM em 22/12/15.	VERMELHO
6	Qualidade da água bruta na região metropolitana de Fortaleza.		Índice	61.2	64.3	Meta cumprida (76,5). A COGERH enviou a evidência para a UGP que encaminhou ao BM em 28/12/15.	VERDE
7	Apresentação da lei de gestão de resíduos sólidos revista.	SEMA	Sim/Não	0	Divulgação e implementação	A meta não foi cumprida. A Setorial enviou uma NT explicando os desafios encontrados e propondo o cumprimento da meta para o primeiro semestre de 2016.	VERMELHO

Fonte: UGP PforR.

**PROGRAMAS ELEITOS**

No ano de 2015 foram executados R\$ 234,34 milhões, a execução acumulada desde 2014 está em torno de R\$ 477,80 milhões, cumprindo 52,55% da meta prevista para o projeto (2014 à 2017), conforme Quadro 8.

Quadro 8: Execução dos Programas incluídos no Escopo do PforR Ceará no ano de 2015.

Acompanhamento dos Programas do PPA incluídos no Escopo do PforR Ceará - Dezembro - 2015											
Programa	Setorial	Iniciativa	PREVISÃO (R\$ milhões)			EXECUÇÃO (R\$ milhões)			Execução Acumulada / Previsão 2014-2017 (A)/(B)		
			2014-2017 (A)	2014	2015	2014	2015	Execução Acumulada (B)			
<b>Capacitação Profissional</b>											
1	014 - Ensino Médio Articulado à Educação Profissional	SEDUC	1	00328	327,54	132,40	138,58	121,58	134,71	256,29	78,2%
			2	00771	368,91	168,02	71,03	77,26	55,87	133,14	36,1%
			3	00834	126,29	36,66	33,97	30,06	29,96	60,02	47,5%
	Total				822,74	337,08	243,58	228,90	220,54	449,45	54,6%
<b>Assistência à Família</b>											
2	050 - Assistência Social	STDS	4	03180	34,57	7,30	7,30	7,21	7,24	14,45	41,8%
<b>Qualidade da Água</b>											
3	041 - Gestão dos Recursos Hídricos	SRH / COGERH	5	05273	0,46	0,46	0,00	0,46	0,00	0,46	100,0%
4	032 - Saneamento Ambiental	CIDADES/ CAGECE	6	05384	15,83	5,65	0,20	0,00	0,00	0,00	0,0%
5	082 - Gestão da Qualidade dos Recursos Naturais e Ambientais	SEMACE	7	03104	15,12	0,00	2,59	0,39	1,11	1,50	9,9%
			8	04815	0,50	0,50	0,00	0,50	0,02	0,52	103,4%
			9	02840	0,62	0,62	0,00	0,62	0,00	0,62	100,0%
			10	02466	0,02	0,00	0,02	0,00	0,02	0,02	100,0%
6	500 - Gestão e Manutenção do CONPAM e vinculada	SEMACE	11	05170	9,47	2,75	1,92	1,97	1,34	3,31	35,0%
			12	00001	2,56	1,29	1,01	1,52	1,68	3,20	124,7%
Total				44,58	11,27	5,74	5,45	4,17	9,62	21,59%	
7	079 - Monitoramento Hidroambiental do Estado do Ceará	FUNCEME	13	02846	7,16	1,79	1,79	1,80	2,27	4,08	56,9%
			14	02847	0,09	0,00	0,09	0,09	0,11	0,20	222,0%
	Total				7,25	1,79	1,88	1,89	2,38	4,28	58,99%
Total			14		909,14	357,44	258,50	243,46	234,34	477,80	52,55%

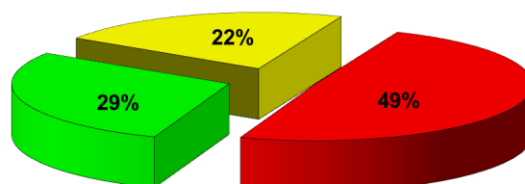
Fonte: UGP PforR

## PROJETOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

No Componente II temos os Projetos de Assistência Técnica que somavam até o 31/12/2015<sup>14</sup> quarenta e cinco projetos os quais deram origem a 77 subprojetos, conforme lista de Projetos no Apêndice IV.

No acompanhamento do Plano de Licitação dos 45 projetos resultaram em 77 subprojetos, nos quais 22 estão com a execução dentro do previsto conforme o Plano de Licitação, 17 estão com um dia a oitenta e nove dias de atraso e 38 estão com atraso de mais de noventa dias, conforme apresentado no Gráfico 2 e Quadro 9.

Gráfico 2: Acompanhamento de 77 Subprojetos no Plano de Licitação



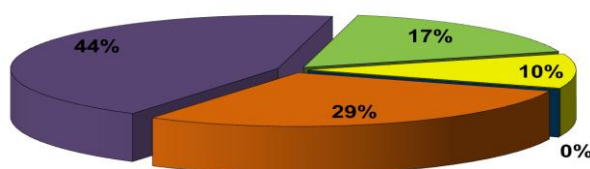
Quadro 9: Acompanhamento de 77 Subprojetos no Plano de Licitação

<b>77</b>	<b>22</b>	Verde - Realização do projeto dentro do Plano de Licitações	CGE(02,10); IPECE(13,14,15,16); SEDE(22); SEMA(47); FUNCEME(12); SEDUC(31,32,35,36,37); COGERH(69); TCE(76,77); SEPLAG(56,57); STDS(70,71) SRH(66);
	<b>17</b>	Amarelo - Realização do projeto com atraso de 01 a 90 dias	CGE (03,04,06,11); IPECE(19); SECITECE(24); SEMA(46,50,52); SEDUC(33,34,41,42,44); SEPLAG(58); SRH(63,64,65);
	<b>38</b>	Vermelho - Realização projeto com atraso de mais de 90 dias	ARCE(01); CGE(05,07,08,09); IPECE(17,18); PGE(20); SDE(21,23); SECITECE(25,26); SEMA(45,48,49,51); SEMACE(53,54); SEDUC(27, 28, 29,30,38,39,40,43); COGERH(67,68); TCE(75); SEPLAG(55,58,59, 60,61,62); STDS(72,73,74).

Fonte UGP PforR

Conforme o Plano de Licitação, dos 77 Subprojetos de Assistência Técnica, 08 foram concluídos. Dos 69 que estão em andamento, 22 estão em atividades preparatórias, 34 estão no processo de licitação, 13 estão com contratos assinados e em execução, conforme Gráfico 3 e Quadro 10.

Gráfico 3: Projetos em Andamento



Fonte: UGP PforR

<sup>14</sup> As informações dos Projetos de Assistência Técnica foram atualizadas no dia 15/12/2015.



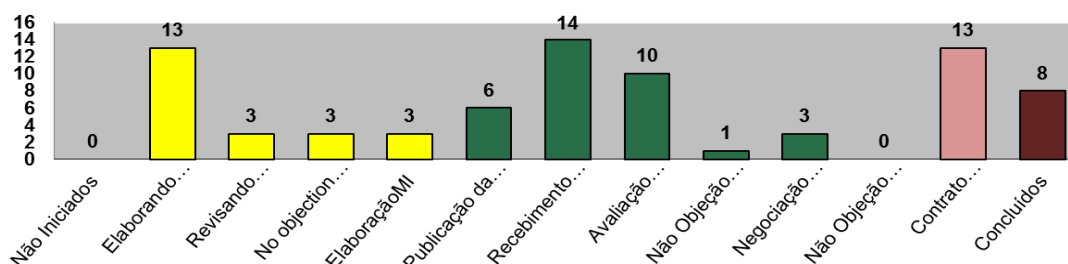
Quadro 10: Projetos em Andamento

77	00	Atividades não iniciadas conforme Plano de Licitação	-
	22	Preparatórias	CGE(06,09); CGE(11); IPECE(17,18,19); SDE(23); SECITECE(24); SEDUC(28,29,30,33,40,41,42); SEMA(52); SEPLAG(55,60); SRH(65,66); STDS(73,74)
	34	Em Licitação	ARCE(01); CGE(3,4,5,7,8); PGE(20); SDE(21); SECITECE (25,26); SEDUC(27,34,38,39,43,44); SEMA(45,46,48,49,50,51); SEMACE(53,54); SEPLAG(58,59,61,62); SRH(63,64); COGERH(67,68); STDS(72); TCE(75);
	13	Atividades em Execução	CGE(02,10); FUNCEME(12); IPECE(13,15,16); SEDUC(35); SEMA(47); SEPLAG(56,57); STDS(70,71); TCE(76);
	08	Concluídas	IPECE(14); SDE(22); SEDUC(31,32,36,37); COGERH(69); TCE(77).

Fonte: UGP PforR

Dos 69 subprojetos em andamento, tem-se que nas atividades preparatórias: 13 estão elaborando o termo de referência, 3 estão revisando os termos após envio ao Banco, 3 aguardam a não objeção do Banco Mundial e 3 estão elaborando a MI. Na fase de Licitação, 6 estão na fase de publicação MI/Edital, 14 estão na fase de recebimento portfólios, CV, preparação lista curta e solicitação de propostas, 10 estão na fase avaliação das propostas / avaliação dos currículos, 1 está aguardando não objeção do Banco Mundial à avaliação técnica, 3 estão negociando o contrato. Na fase de Execução temos 13 contratos assinados. Por fim, tem-se 8 subprojetos que enceraram as atividades, conforme Gráfico 4 e Quadro 11.

Gráfico 4: Número de Projetos por Etapa de Licitação



Fonte: UGP PforR

Quadro 11: Número de Subprojetos por Etapa de Licitação e Setorial Responsável

Etapas		Setoriais
0	Não Iniciados	-
13	Elaborando TOR	CGE(06,09,11); IPECE(18); SDE(23); SEDUC(29,30,33,41,42); SEPLAG(55); SRH(65); STDS(73);
3	Revisando TOR após envio ao BM	SEDUC(28,34); SEMA(52);
3	Não objeção TOR	IPECE(17); SECITECE(24); SEPLAG(60);
3	Elaboração MI	IPECE(19); SEDUC(40); SRH(66);
6	Publicação da MI / Edital	SECITECE(25); SEDUC(27,44); SEMA(49); SEPLAG(61); STDS(74);
14	Recebimento portfólios / Currículos, Preparação Lista Curta e SDP	CGE(04,05,08); SECITECE(26); SEDUC(38,43); SEMA(50,51); SEMACE(53); SRH(63,64); COGERH(68); STDS(72); TCE(75);
10	Avaliação Propostas / Currículos	CGE(03); PGE(20); SDE(21); SEDUC(39); SEMA(45,48); SEMACE(54); SEPLAG(58,59,62);
1	Não Objecção do BM à RFLC/Avaliação Técnica	CGE(07);
3	Negociação do contrato	ARCE(01); SEMA(46); COGERH(67);
0	Não Objecção do BM ao contrato rubricado / Julgamento de propostas.	-
13	Contrato assinado/ Prestando Serviço	CGE(02,10); FUNCEME(12); IPECE(13,15,16); SEDUC(35); SEMA(47); SEPLAG(56,57); STDS(70,71); TCE(76);
8	Concluídos	IPECE(14); SDE(22); SEDUC(31,32,36,37); COGERH(69); TCE(77).

Fonte: UGP PforR

Esclarece-se que durante a missão de supervisão do PforR do Banco Mundial realizada em abril de 2015, o Gerente do Projeto ao ser solicitado pelo Secretário da CGE, aprovou dentro do Componente II do PforR o financiamento da aquisição de bens e de equipamentos de tecnologia da informação, desde que o valor destes não excedesse 15% do valor do projeto (com exceção do subprojeto da SEMA – item **10.3.3.8**) e que a sua aquisição fosse necessária para a implementação do mesmo. Porém, em setembro de 2015, a UGP foi informada pelo Banco Mundial que, após consulta aos seus advogados, essa mudança exigiria um aditivo ao Acordo de Empréstimo do PforR e que o Estado precisaria aguardar a revisão do meio termo no primeiro trimestre do ano de 2016 para assim prosseguir com os processos de aquisição destes subprojetos que são os detalhados nos itens: **10.1.3.1** (Projeto: Modernização do Sistema de Monitoramento das Empresas Incentivadas – subprojeto Aquisição de equipamentos de T.I para operacionalização dos sistemas de Monitoramento); **10.2.3.4** (Projeto: Monitoramento e capacitação dos CRAS – subprojeto Aquisição de Tablets para coletar de dados a ser inserido no Sistema de Monitoramento e Avaliação das ações da STDS no âmbito do PforR); **10.3.3.8** (Projeto: Implementação da coleta seletiva nas três bacias hidrográficas estratégicas - subprojeto: Aquisição de serviços para Implementação da coleta seletiva nas três bacias hidrográficas estratégicas (Equipamentos)) **10.3.3.10** (Projeto: Melhoria do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos - subprojeto Aquisição de equipamentos para suporte aos sistemas que serão implantados) **10.4.2.6** (Projeto: Modernização Institucional do IPECE); **10.5.1.5** (Projeto: Aquisições de equipamentos para Sistema de Informações estratégicas de controle, Portal da Transparência e Sistema de Ouvidoria).

## **10. DETALHAMENTO DO ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO POR ÁREA**

A seguir será apresentado o acompanhamento detalhado do desempenho dos Indicadores Primários, Secundários, dos Projetos de Assistência Técnica e dos Programas para o 2º semestre de 2015<sup>15</sup>, por área de foco, ou seja, Capacitação Profissional, Assistência à Família, Qualidade da Água e Gestão por Resultados.

---

<sup>15</sup> As informações dos Programas e Indicadores são da posição de 31/12/2015 e as dos Projetos de Assistência Técnica foram atualizadas no dia 15/12/2015. Para o 1º semestre, vide Relatório do Projeto – Desempenho Semestral no link <http://www2.ipece.ce.gov.br/pforr/relatorio/2015.htm>

## 10.1 CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

Apresenta-se aqui o desempenho em 31/12/2015 do eixo Crescimento Econômico com foco na Capacitação Profissional que inclui: 04 Indicadores, 01 Programa e 07 Projetos de Assistência Técnica.

### 10.1.1 Indicadores

No segundo semestre de 2015 foram acompanhados 02 indicadores nesta área, sendo 01 Indicador Primário e 01 Indicador Secundário, conforme descrito no detalhe abaixo.

**10.1.1.1 Indicador Primário: DLI 3:** Número total de contratos em vigor com empresas privadas para contribuir com equipamentos, formação no local, e contribuir para elaboração de currículos ou instrutores do curso.

**a) Setorial Responsável: SEDUC – Marta Emília**

**b) Descrição do Indicador:** Termos de cooperação firmados entre o Governo do Estado, por meio da SEDUC, e instituições públicas e/ou privadas do setor produtivo das áreas da indústria, agronegócio, TIC e turismo que apoiam o Ensino Médio Integrado a Educação Profissional, para fins de contribuição na formação dos jovens, através de treinamentos e/ou equipamentos e/ou instrutores e /ou currículo técnico. As metas foram definidas a partir do ano base (2012) acrescentando-se 20% para o Ano de 1,5 = 10 contratos e com base nesse número acrescentou 20% para final do Ano 2 =12 contratos. Em cima desse número acrescentaram-se 20% para final do ano 3 =15 contratos. Novamente, em cima dos 15 contratos acrescentaram-se 20% para final do ano 4 =18 contratos. A partir daí acrescentou-se 1 contrato para os semestres dos Anos 2,5 = 13 contratos e 3,5 =16 contratos. Sendo o valor das metas acumulativo.

**c) Meta para 2015.2:** 12 acordos firmados e publicados

**d) Fórmula de Cálculo:** Número de acordos de Cooperação entre SEDUC Empresas Públicas e Privadas para contribuir com equipamentos, formação dos alunos e instrutores e elaboração dos currículos dos cursos técnicos, assinados e publicados no Diário Oficial do Estado.

**e) Linha de Base:** 8

**f) Monitoramento mensal da meta semestral de julho até dezembro de 2015:** O resultado do monitoramento encontra-se no Quadro 12.

Nº	Meta	Realizado	Acompanhamento Mensal em Relação à Meta do DLI 3 - 2015.2					
			Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
1	12 acordos	12 acordos	A SEDUC está com 04 termos encaminhados para análise da Assessoria Jurídica (ASJUR).	A SEDUC está com 04 termos encaminhados. A relação dos mesmos foi enviada à UGP para pré análise do BM.	A SEDUC encaminhou dois Termos de Cooperação Técnica para apreciação e validação do Especialista Cristian Quijada no dia 20/10/15.	A SEDUC enviou os Termos de Cooperação que poderão servir como evidência para o cumprimento da meta do Indicador em dezembro de 2015. O Banco Mundial analisou os mesmos e já respondeu dia 11/11/15 informando que os acordos estão adequados para o cumprimento da metas.	A SEDUC cumpriu a meta. Enviou as evidências para a UGP que irá encaminhar ao Banco Mundial.	A Meta foi cumprida e as evidências foram enviadas ao Banco no dia 28/12/15.

Fonte: UGP PforR

### g) Evidências do Cumprimento da Meta

A meta para o segundo semestre de 2015 (12 Acordos publicados) foi cumprida conforme evidência no anexo I.

**10.1.1.2 Indicador Secundário:** Número de técnicos com nível médio, absorvidos pelo setor produtivo (público e privado e ajustado para o ciclo econômico).

#### a) Setorial Responsável: IPECE – Victor Hugo

**b) Descrição do Indicador:** O indicador é o número de trabalhadores técnicos de nível médio que possuem vínculo empregatício em empresas públicas ou privadas que atuam nos seguintes subsetores da economia: extrativa mineral, produção mineral não metálico, indústria metalúrgica, indústria mecânica, elétrico e comunicação, material de transporte, madeira e mobiliário, indústria química, indústria têxtil, indústria calçados, construção civil, alojamento e comunicação, agricultura. Esses subsetores compõe uma lista de 25 subsetores definidos pelo IBGE e disponíveis na RAIS. O cálculo das metas levou em consideração a taxa de crescimento geométrica entre 2003 e 2011 para realizar as projeções para os anos subsequentes. Vale ressaltar que a análise do cumprimento das metas anuais deste indicador deve ser realizada com cautela dado que o mesmo pode sofrer grande influência das flutuações do mercado de trabalho em função de choques macroeconômicos. Portanto, este indicador não é de total domínio das políticas públicas do Governo do Estado do Ceará. A fonte das informações que indicará o realizado das metas serão os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE). O número de técnicos de nível médio será restrito aos seguintes subsetores da economia (segundo o IBGE): extrativa mineral, produção de mineral não-metálico, indústria metalúrgica, elétrico e comunicação, material de transporte, madeira e mobiliário, indústria química, indústria têxtil, indústria de calçados, construção civil, alojamento e comunicação, e agricultura.

c) **Meta para 2015.2:** 29.000

d) **Fórmula de Cálculo:** Soma do número de trabalhadores formais ao final de cada ano base dos seguintes setores: extrativa mineral, produção de mineral não-metálico, indústria metalúrgica, elétrico e comunicação, material de transporte, madeira e mobiliário, indústria química, indústria têxtil, indústria de caçados, construção civil, alojamento e comunicação, e agricultura.

e) **Linha de Base:** 24.543

f) **Monitoramento mensal da Meta Anual de julho até dezembro de 2015:** O resultado do monitoramento encontra-se no Quadro 13.

Quadro 13: Monitoramento da meta Anual de julho até dezembro de 2015 – Indicador Secundário – IPECE

Nº	Meta	Realizado	Acompanhamento Mensal em Relação à Meta - Indicador Secundário - IPECE					
			Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
2	29.000	26.141	Os Dados da RAIS de 2014 ainda não foram publicados.	A RAIS divulgou os dados. O estoque absorvido foi de 26.141 profissionais no ano de 2014.	A RAIS divulgou os dados. O estoque absorvido foi de 26.141 profissionais no ano de 2014.	A RAIS divulgou os dados. O estoque absorvido foi de 26.141 profissionais no ano de 2014.	A RAIS divulgou os dados. O estoque absorvido foi de 26.141 profissionais no ano de 2014.	A meta não foi cumprida. Foi elaborada uma NT pelo Victor Hugo do IPECE demonstrado que dado o atual cenário econômico do Brasil/Ceará não será possível o cumprimento das metas propostas até 2017. O Banco sinalizou que apesar desta constatação o Indicador deverá ser acompanhado até o final do Projeto.

Fonte: UGP PforR

g) **Evidências do Cumprimento da Meta:** A meta não foi cumprida (26.141 técnicos absorvidos em 2014). Foi elaborada uma Nota Técnica (anexo IX) pelo IPECE demonstrado que dado do atual cenário econômico do Brasil/Ceará não será possível o cumprimento das metas propostas até 2017. O Banco sinalizou que apesar desta constatação o Indicador será acompanhado até o final do Projeto.

### 10.1.2 Programas Eleitos

Na área de Capacitação Profissional existe 01 Programa Eleito com 03 Iniciativas e foram acompanhados conforme descrito a seguir:

#### 10.1.2.1. Programa: 014 - ENSINO MÉDIO ARTICULADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

##### 10.1.2.1.1 PPA Iniciativa: 00328 - Manutenção e Funcionamento das Escolas Estaduais de Educação Profissional

- Setorial envolvida: **SEDUC**
- Ação I: 21747 - Manutenção e Funcionamento das Unidades de Ensino Médio Integrado a Educação Profissional.
- Ação II: 21748 - Garantia do Funcionamento do Parque Tecnológico das Escolas de Ensino Médio Integrado a Educação Profissional.
- Total Previsto para 2014 - 2017 em milhões: R\$ 327,53

- Previsto para o Ano de 2015 em milhões: R\$ 138,58
- Realizado em 2015 até 31/12/15 em milhões: R\$ 134,71
- Realizado/Previsto Anual: 97%
- Periodicidade: Frequência da Execução Mensal.

**10.1.2.1.2 PPA Iniciativa: 00771 - Construção, Ampliação, Adequação dos Espaços Escolares e Aquisição de Equipamentos, Mobiliários, Veículos, Laboratórios Tecnológicos e Acervos para as Escolas Estaduais de Educação Profissional.**

- Setorial envolvida: **SEDUC**
- Ação I: 19475 - Expansão e Melhoria da Infraestrutura das Escolas Estaduais de Educação Profissional.
- Ação II: 19482 - Expansão e Melhoria do Parque Tecnológico das Escolas Estaduais de Educação Profissional.
- Ação III: 16422 - Expansão e Melhoria da Infraestrutura das Escolas Estaduais de Educação Profissional.
- Ação IV: 16423 - Expansão e Melhoria do Parque Tecnológico das Escolas Estaduais de Educação Profissional.
- Total Previsto para 2014 - 2017 em milhões: R\$ 368,91
- Previsto para o Ano de 2015 em milhões: R\$ 71,03
- Realizado em 2015 até 31/12/15 em milhões: R\$ 55,87
- Realizado/Previsto Anual: 79%
- Periodicidade: Frequência da Execução Mensal.

**10.1.2.1.3 PPA Iniciativa: 00834 - Aquisição e impressão de Materiais Pedagógicos, Apoio a Projetos de Estudo e Pesquisa e Concessão de Bolsas de Estágio.**

- Setorial envolvida: **SEDUC**
- Ação I: 19483 - Desenvolvimento do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional
- Ação II: 16424 - Desenvolvimento do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional
- Total Previsto para 2014 - 2017 em milhões: R\$ 126,29
- Previsto para o Ano de 2015 em milhões: R\$ 33,97
- Realizado em 2015 até 31/12/15 em milhões: R\$ 29,96
- Realizado/Previsto Anual: 88%
- Periodicidade: Frequência da Execução Mensal.

**Obs:** Em abril de 2015, o Banco Mundial autorizou incluir na execução orçamentária da SEDUC as notas de restos a pagar, pagas em 2014 e 2015, conforme Quadro 14 abaixo:

Quadro 14: Execução 2014/2015 da SEDUC com inclusão dos Restos a Pagar

Programa	Setorial	Iniciativa	Restos a Pagar 2014	Execução 2014	TOTAL 2014	Restos a Pagar 2015	Execução	TOTAL 2015
014 - ENSINO MÉDIO ARTICULADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	SEDUC	328	R\$ 2,60	R\$ 118,98	R\$ 121,58	R\$ 2,39	R\$ 132,32	R\$ 134,71
		771	R\$ 14,21	R\$ 63,06	R\$ 77,27	R\$ 34,02	R\$ 21,85	R\$ 55,87
		834	R\$ 1,84	R\$ 28,22	R\$ 30,06	R\$ 1,18	R\$ 28,77	R\$ 29,96
TOTAL			R\$ 18,65	R\$ 210,26	R\$ 228,91	R\$ 37,60	R\$ 182,94	R\$ 220,55

Fonte: UGP PforR

### 10.1.3 Projetos de Assistência Técnica

Na área de Capacitação Profissional foram acompanhados 07 Projetos de Assistência Técnica com 03 Setoriais Responsáveis conforme descrito a seguir.

#### 10.1.3.1 Projeto: Modernização do Sistema de Monitoramento das Empresas Incentivadas

Subprojeto: Contratação de consultoria de empresa para Desenvolver um sistema informatizado para monitoramento e avaliação do perfil das empresas beneficiadas pelo Governo do Estado.

- Responsável: **SDE** - Fernando Costa / Inês Studart
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor do Projeto: US\$ 396.053,05
- Valor do TOR: US\$ 340.209,03
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Janeiro 2015 – Julho 2016
- Estágio Previsto: Contrato em execução
- Estágio Atual: Reunião agendando para o dia 17/12/15, acerca das orientações para a elaboração do relatório de Avaliação Técnica.

Subprojeto: *Impact Evaluation Workshop Instambul*

- Responsável: **SDE** - Inês Studart
- Categoria de Licitação: Contratação Direta
- Valor do Projeto: US\$ 396.053,05
- Valor do TOR: US\$ 2.894,02
- Método de Aquisição: CD
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Maio 2015 – Maio 2015.
- Estágio Previsto: Concluído
- Estágio Atual: Concluído e pago.

Subprojeto: Aquisição de equipamentos de T.I para operacionalização dos sistemas de Monitoramento.

- Responsável: **SDE** - Fernando Costa / Inês Studart
- Categoria de Licitação: Serviço de Não Consultoria
- Valor do Projeto: US\$ 396.053,05
- Valor do TOR: US\$ 52.950,00
- Método de Aquisição: Pregão Eletrônico
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Julho 2015 – Outubro 2015
- Estágio Previsto: Contrato em execução.
- Estágio Atual: Em fase de pesquisa de ata de registro de preços e elaboração das Especificações Técnicas.

#### 10.1.3.2 Projeto: Criação Observatório de Políticas Públicas Estaduais de Apoio a Ciência, Tecnologia e Inovação no Ceará.

Subprojeto: Criação Observatório de Políticas Públicas Estaduais de Apoio a Ciência, Tecnologia e Inovação no Ceará.

- Responsável: **SECITECE** - Sandra Monteiro
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor do Projeto: US\$ 210.156,98
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Novembro 2015 – Julho 2016
- Estágio Previsto: Manifestação de interesse.
- Estágio Atual: Termo de Referência e memória de cálculo encaminhados para não objeção do Banco Mundial em 08/12/15.

### **10.1.3.3 Projeto: Elaboração do Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Ceará.**

Subprojeto: Contratação de Serviço de Consultoria Técnica especializada para o Apoio a Elaboração do Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Ceará.

- Responsável: **SECITECE** - Sandra Monteiro / Tarcísio Hilter Vasconcelos Filho
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor do Projeto: US\$ 172.166,03
- Valor do TOR: US\$ 172.166,03
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Junho 2015 – Julho 2016
- Estágio Previsto: Convite à Empresa Vencedora para Negociação.
- Estágio Atual: Aviso da manifestação de Interesse validada em 03/12/2015, com data limite de recebimento de Portfólio até o dia 22/12/2015. Publicada a Manifestação de Interesse em 02/12/2015.

### **10.1.3.4 Projeto: Estudo para avaliar a viabilidade para um Parque Tecnológico no Estado do Ceará e fornecer recomendações.**

Subprojeto: Estudo para avaliar a viabilidade para um Parque Tecnológico no Estado do Ceará e fornecer recomendações.

- Responsável: **SECITECE** - Sandra Monteiro
- Categoria de Licitação: Consultoria Individual
- Valor: US\$ 33.678,47
- Valor do TOR: US\$ 33.678,47
- Método de Aquisição: CI
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Junho 2015 – Março 2016
- Estágio Previsto: Contrato execução.
- Estágio Atual: Setorial finalizando o Relatório de Avaliação Curricular, após análise da UGP em 23/12/15.

### **10.1.3.5 Projeto: Suporte para reformular o teste de proficiência administrado aos alunos das escolas secundárias estaduais de educação profissional, tomando em consideração a possibilidade de desenvolver certificações de habilidades validadas e reconhecidas junto ao setor produtivo.**

Subprojeto: Contratação de serviços de consultoria para avaliação de desempenho acadêmico dos alunos da 3ª série das escolas de Educação Profissional do Estado do Ceará.

- Responsável: **SEDUC** - Marta Emília
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor do Projeto: US\$ 330.000,00
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Abril 2015 – Dezembro 2015
- Estágio Previsto: Contrato em execução.
- Estágio Atual: Tendo em vista a participação insuficiente de empresas para a formação da lista curta, foi solicitada a prorrogação para apresentação de portfólios até o dia 08/01/2016.

### **10.1.3.6 Projeto: Apoio na melhoria do desenho da formação continuada voltados para gestores, professores e instrutores das escolas de educação profissional secundárias do Estado.**

Subprojeto: Termo de Referência para apoiar na melhoria do desenho da formação continuada para gestores, professores e instrutores de educação profissional secundárias do Estado (com a inclusão da Avaliação de Desempenho Institucional).

- Responsável: **SEDUC** - Marta Emília
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor do Projeto: US\$ 371.845,87
- Método de Aquisição: SMC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior



- Início/Término: Junho 2015 – Abril 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Termo de Referência e memória de cálculo revisados, remetidos para análise da UGP em 15/12 e 16/12, respectivamente.

#### **10.1.3.7 Projeto: Avaliação de Impacto de programas de Educação Profissional, Formação Técnica e Formação de Professores.**

Subprojeto: Avaliação de Impacto de programas de Educação Profissional - Coleta de Dados.

- Responsável: **SEDUC** - Andréa Rocha
- Categoria de Licitação: Serviço de não Consultoria
- Valor do Projeto: US\$ 103.154,13
- Valor do TOR US\$ 50.000,00
- Método de Aquisição: Shopping
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Junho 2015 – Abril 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Termo de Referência remetido para a análise da UGP no dia 17/12/15.

Subprojeto: Avaliação de Impacto de programas de Educação Profissional - Consultor Individual Estatístico .

- Responsável: **SEDUC** - Andréa Rocha
- Categoria de Licitação: CI
- Valor do Projeto: US\$ 103.154,13
- Valor do TOR US\$ 50.000,00
- Método de Aquisição: CI
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Junho 2015 – Abril 2016
- Estágio Previsto: Notificação e Adjudicação.
- Estágio Atual: Termo de Referência remetido para a análise da UGP no dia 17/12/15.

Subprojeto: Impact Evaluation Workshop Istanbul

- Responsável: **SEDUC** - Marta Emília
- Categoria de Licitação: Contratação Direta
- Valor do Projeto: US\$ 103.154,13
- Valor do TOR: US\$ 3.154,13
- Método de Aquisição: CD
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Maio 2015 – Maio 2015
- Estágio Previsto: Concluído
- Estágio Atual: concluído e pago.

## 10.2 ASSISTÊNCIA À FAMÍLIA

Apresenta-se aqui o desempenho em 31/12/2015 do eixo Redução da Pobreza com foco na Assistência à Família que inclui: 05 Indicadores, 01 Programa e 04 Projetos de Assistência Técnica.

### 10.2.1 Indicadores

No segundo semestre de 2015 foram acompanhados 03 Indicadores Primários e 02 Secundários, conforme detalhes abaixo:

**10.2.1.1 Indicador Primário: DLI 4** - Percentual de famílias com crianças de 0-5 no Cadastro Único nos municípios-alvo receber o apoio da família através CRAS.

**a) Setorial Responsável: STDS - Sebastião Lopes**

**b) Descrição do Indicador:** Número de famílias cadastradas no CadÚnico em situação de extrema pobreza com crianças até 5 anos acompanhadas pelos CRAS, tendo como foco a operacionalização dos serviços em conformidade com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. O universo de famílias cadastradas é de aproximadamente 40 mil<sup>16</sup>. A meta tem como base o acompanhamento pelos CRAS nos 36 municípios mais pobres do Estado. As medidas de acompanhamento à família terão como foco o acesso aos serviços de assistência social em intersetorialidade com educação, saúde e segurança alimentar e nutricional. O acompanhamento será feito por meio de pelo menos 01 visita semestral pelas equipes técnicas municipais dos CRAS, com cobertura mínima de 5% em cada município. Esses serviços incluirão reuniões, desenvolvimento de atividades e campanhas socioeducativas. Essa ação envolve o desenvolvimento infantil, o combate à violência doméstica, a atenção à PcD<sup>17</sup> e à mulheres chefes de família, como subsídio a formulação de políticas públicas. As equipes técnicas do CRAS serão monitoradas pela STDS.

**c) Meta para 2015.2:** 10% (Na Missão do Banco Mundial de Outubro de 2015, a STDS acordou com o Gerente do Projeto, e esse registrou no documento de Ajuda Memória, que as metas de famílias acompanhadas seriam revisadas e que a STDS cumpriria apenas 50% da meta de 2015.2 de 10%, ou seja, 5% de famílias acompanhadas. E foi acordado também que o desembolso do valor dessa meta seria proporcional, ou seja, 50% do valor estabelecido.)

**d) Fórmula de cálculo:** Somatório do número de famílias acompanhadas, com cobertura mínima de 5% em cada município, dividida pelo número total de famílias em situação de extrema pobreza cadastradas no CadÚnico e com crianças até 5 anos dos 36 municípios mais pobres do Estado.

**e) Linha de Base:** 0 (zero)

<sup>16</sup> O valor de aprox. de 40 mil foi acordado na Missão de outubro de 2015, sendo que o protocolo será revisado de 50 mil para 40 mil famílias.

<sup>17</sup> PcD: Pessoas com Deficiência

**f) Monitoramento mensal da meta semestral de julho até dezembro de 2015:** O resultado do monitoramento encontra-se no Quadro 15.

Quadro 15: Monitoramento da meta semestral de julho até dezembro de 2015 – Indicador Primário DLI 4 – STDS

Nº	Meta	Realizado	Acompanhamento Mensal em Relação à Meta do DLI 4 - 2015.2					
			Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
3	10%	5,11%	Em fase de planejamento e elaboração de instrumental preliminar de acompanhamento familiar uma vez que o Termo de Referência do Sistema de Monitoramento está aguardando Não Objeção.	Em fase de planejamento e elaboração de instrumental preliminar de acompanhamento familiar uma vez que o Termo de Referência do Sistema de Monitoramento está aguardando Não Objeção.	A STDS informou que 5% das famílias poderiam ser alcançadas neste momento mesmo sem a implementação do Sistema de Monitoramento (Contratação de Empresa de Consultoria). A Setorial solicitou ao Banco a revisão das metas posteriores em Metas: 2016: 7%, 2017 - 10%.	A STDS informou que 5% das famílias serão acompanhadas neste 2º Semestre de 2015.	As visitas foram iniciadas em 23 de novembro de 2015 nos municípios com equipes técnicas capacitadas em junho/2015. A Setorial solicitou ao Banco a revisão das metas posteriores em Metas: 2016: 7%, 2017- 10%. Na missão de Outubro o Banco concordou com a revisão e irá adequar as metas na revisão de meio Termo do Projeto.	STDS informou em 29/12/15, via e-mail, que já estava computado o número de 2.180 visitas. E solicitou somente o aguardo até 29/01/15 do envio do Relatório Final, pois ainda faltava computar o restante das visitas realizadas. O Relatório Final da STDS enviado em 29/01/16 mostra o total final computado de 2.336 famílias visitadas, ou seja, 5,11%.

Fonte: UGP PforR

### g) Evidências do Cumprimento da Meta

A meta para o segundo semestre de 2015 foi cumprida parcialmente em 5,11%, conforme evidência no anexo II e, portanto, a sinalização passou para verde em 29/01/16. Esclarece-se que a meta para o segundo semestre de 2015 era inicialmente de 10%, mas durante a Missão do Banco Mundial de Outubro de 2015 a STDS acordou com o Gerente do Projeto, e esse registrou no documento de Ajuda Memória, que as metas de famílias acompanhadas seriam revisadas. E que para a meta de 2015.2 de 10%, a STDS cumpriria apenas 50%, ou seja, 5% de famílias acompanhadas. E ainda que, na revisão do meio termo do PforR programada para o primeiro trimestre de 2016, as metas seguintes seriam ajustadas para: 2016 - 7% e 2017- 10%, conforme justificado na Nota Técnica 05/2016 no anexo II.

**10.2.1.2 Indicador Primário: DLI 5** - Porcentagem de equipes técnicas em CRAS que recebem treinamento em apoio à família.

**a) Setorial Responsável: STDS – Sebastião Lopes**

**b) Descrição do Indicador:** Número de equipes técnicas de nível superior e médio de CRAS capacitadas para o acompanhamento à família com crianças de até 5 anos, e na operacionalização dos serviços em conformidade com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. O número de equipes capacitadas será igual ao número de CRAS existentes na área de abrangência do projeto. Atualmente são 55 CRAS. A meta tem como base o treinamento

das equipes desses CRAS para acompanhamento nos 36 municípios mais pobres do Estado. As medidas de acompanhamento à família terão como foco o acesso aos serviços de assistência social em intersectorialidade com educação, saúde e segurança alimentar e nutricional. O acompanhamento será feito por meio de pelo menos 01 visita semestral pelas equipes técnicas municipais dos CRAS. Esses serviços incluirão reuniões, desenvolvimento de atividades e campanhas socioeducativas. Essa ação envolve o desenvolvimento infantil, e ainda o combate à violência doméstica, a atenção à Pessoas com Deficiência, e à mulheres chefes de família, como subsídio a formulação de políticas públicas. As equipes técnicas dos CRAS serão monitoradas pela STDS.

**c) Meta para 2015.2:** 30%

**d) Formula de Cálculo:** Somatório do número de equipes técnicas de nível superior e médio de CRAS capacitadas para o acompanhamento à família com crianças de até 5 anos, e na operacionalização dos serviços em conformidade a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais dividido pelo total de equipes de CRAS dos 36 municípios.

**e) Linha de Base:** 0 (zero)

**f) Monitoramento mensal da meta semestral de julho até dezembro de 2015:** O resultado do monitoramento encontra-se no Quadro 16.

Quadro 16: Monitoramento da meta semestral de julho até dezembro de 2015 – Indicador Primário DLI 5 – STDS

Nº	Meta	Realizado	Acompanhamento Mensal em Relação à Meta do DLI 5- 2015.2					
			Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
4	30%	30,90%	Este Indicador é vinculado à 3 processos licitatórios. Um relacionado às Capacitações - Termo de Referência (TR) está finalizado e aguarda Mapa para envio ao BM. Consultoria Individual Especializada em Desenvolvimento Infantil - Em execução. Serviços de Editoração para os Manuais de Orientações para os Técnicos do CRAS - Em execução.	O TR para contratação de Empresa que irá realizar a Capacitação de Equipes Técnicas dos CRAS está aguardando a Não Objeção do Banco Mundial. Os outros serviços (Consultoria Individual Especializada em Desenvolvimento Infantil e Serviços de Editoração) estão em execução.	O processo para contratação de empresa para capacitar as equipes será feito através de Pregão Eletrônico - A minuta do Edital – Pregão Eletrônico, TOR e MC - foi enviada para NO do Banco em 28/10/15. No entanto, a Setorial solicitou limite financeiro ao COGERF para realizar as capacitações com recursos próprios, pois acredita-se que a contratação não ocorrerá a tempo de se cumprir a meta.	A STDS está capacitando, em outubro, as Equipes com recursos próprios, o que possibilitará o atingimento da meta neste semestre.	Realizada no período de 23 a 27 de novembro 2015, a segunda Capacitação de Equipes Técnicas dos CRAS, com recursos próprios. Os Totais de 17 municípios participaram da Capacitação. O Relatório Final está em Fase de conclusão e será enviado como evidência no dia 21/12/15.	A meta foi cumprida. O Relatório foi encaminhado ao Banco no dia 29/12/15. Foram capacitadas o total de 46 pessoas em 17 municípios, ou seja 30,90%.

Fonte: UGP PforR

**g) Evidências do Cumprimento da Meta:** A meta para o segundo semestre de 2015 (30%) foi cumprida conforme evidência no anexo III.

**10.2.1.3 Indicador Primário: DLI 6** - Porcentagem de projetos de assistência da família financiados pelo FECOP com matrizes lógicas implementadas.

**a) Setorial Responsável: SEPLAG – José Freitas Júnior**

**b) Descrição do Indicador:** O marco lógico é uma ferramenta de planejamento que permite definir e construir parâmetros para mensurar o desempenho de um projeto em todas as suas etapas, auxiliando no processo de formulação, execução, acompanhamento e avaliação. Constitui-se numa matriz estruturada com os objetivos, atividades, indicadores, meios de verificação e riscos, a qual será acompanhada de forma sistemática para a verificação dos resultados do projeto. As diretrizes para a elaboração do marco lógico serão divulgadas por meio de um Programa de Treinamento para servidores envolvidos na elaboração, gestão e execução dos projetos financiados pelo Fundo. Deverão também constar posteriormente em um manual sobre os projetos financiados pelo FECOP, no qual será explicitada a metodologia padrão a ser adotada nas etapas de monitoramento e avaliação, cujos processos serão apoiados por um Sistema Informatizado de Monitoramento e Avaliação dos projetos do Fecop (M&A). Tendo em vista a possibilidade de encerramento e de surgimento de novos projetos até 2017, as metas serão calculadas sobre o número de projetos de assistência à família existentes no ano de referência. Para este indicador, considerou-se como projeto de assistência à família aquele cujos objetivos estejam voltados para o grupo familiar de forma geral e também de modo mais restrito (crianças, adolescentes, jovens, adultos, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, etc), abrangendo ações de diversas naturezas, como capacitação, assistência técnica e extensão rural, habitação, esporte, cultura, e demais correlacionadas.

**c) Meta para 2015.2:** 45%

**d) Fórmula de Cálculo:** Total de projetos de atendimento às famílias elaborados com Marco Lógico / Total de projetos de atendimento às famílias financiadas pelo Fundo.

**e) Linha de Base:** 0 (zero)

**f) Monitoramento mensal da meta semestral de julho até dezembro de 2015:** O resultado do monitoramento encontra-se no Quadro 17.

Quadro 17: Monitoramento da meta semestral de julho até dezembro de 2015 – Indicador Primário DLI 6 – SEPLAG

Nº	Meta	Realizado	Acompanhamento Mensal em Relação à Meta do DLI 6 - 2015.2					
			Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
5	45%	45% (+27 projetos)	Em 10/08/2015 reunião com a Equipe. Pontos discutidos: Projetos a serem adaptados em marcos lógicos serão 45% daqueles apresentados até o dia 06/07/2015 na reunião do CCPIS. Até o dia 31/08/2015 a setorial enviará um cronograma de atividades para o cumprimento deste Indicador.	Do dia 21/09/2015 a 02/10/15 ocorreu curso sobre Orientações para adequação de Projetos inseridos em Marco Lógico. Em outubro ocorrerão para a construção de Marcos Lógicos. Em novembro ocorrerá a construção do Relatório e a entrega será na primeira quinzena de dezembro.	Serão inseridos cerca de 30 projetos em 3 setoriais (STDS, SEDUC e SDA) na metodologia de Marco Lógico. As oficinas ocorrerão conforme segue: a) STDS, dia 09/11; b) SEDUC, dia 09/11; c) SDA, dia 10/11.	Nesta fase serão revisados os Marcos Lógicos conforme cronograma: a) SCIDADES, dia 30/11/15; b) SDA, dia 1/12/15 e, c) STDS, dias 02 e 03/12/15. Está mantida a entrega da evidência até o dia 15/12/15. Obs.: O Cronograma foi alinhado com Jimmy (IPECE), e os Técnicos das Setoriais.	Até o dia 18/12/2015 serão concluídos os trabalhos de revisão de construção dos Marcos Lógicos. No dia 21/12/2015 será preparado o Relatório. E em 22/12/2015 o mesmo será enviado à UGP.	A Meta foi cumprida e o Relatório Final foi enviado ao Banco no dia 28/12/15.

Fonte: UGP PforR

#### g) Evidências do cumprimento da meta:

A meta para o segundo semestre de 2015 (45%) foi cumprida conforme evidências no anexo IV.

**10.2.1.4 Indicador Secundário:** Criação e funcionamento de Comitê Consultivo multissetorial CPDI (Gabinete do Governador, SEDUC, SDA, SESA, STDS, SEPLAG, IPECE, SEJUS, SESPORTE e SECULT).  
Setorial Responsável: SEPLAG

#### a) Setorial Responsável: SEPLAG – Lara Costa

**b) Descrição do Indicador:** O Comitê intersetorial será criado mediante Decreto publicado no Diário Oficial do Governo do Estado do Ceará (DOE), sendo constituído por representantes da Secretaria da Educação - SEDUC, Secretaria da Saúde - SESA, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS, Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE, Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG. O objetivo do Comitê é o acompanhamento das políticas voltadas para o Desenvolvimento Infantil no Ceará.

As principais atribuições do comitê são: i) Definir objetivos estratégicos da política de ECD do Estado; ii) Fortalecer o regime de colaboração entre o Estado e os Municípios; iii) Promover e manter a intersetorialidade das políticas.

As ações realizadas no âmbito do desenvolvimento infantil por cada secretaria membro serão consolidadas em um relatório a ser publicado em site oficial do Governo. Serão relacionados seus principais objetivos, produtos, metas e resultados propostos / alcançados, destacando, quando houver, sua articulação com outras ações desenvolvidas em nível federal e municipal.

**c) Meta para 2015.2:** Mais duas resoluções publicadas

**d) Linha de Base: -**

**e) Monitoramento da Meta Anual de julho até dezembro de 2015:** O resultado do monitoramento encontra-se no Quadro 18.

Quadro 18: Monitoramento da meta Anual de julho até dezembro de 2015 – Indicador Secundário – SEPLAG

Nº	Meta	Realizado	Acompanhamento Mensal em Relação à Meta - Indicador Secundário - SEPLAG					
			Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
6	Outras duas Resoluções Publicadas	Duas Resoluções publicadas	A Primeira Dama do Ceará tornou-se presidente do Comitê em 28/07/15. No dia 25/08 será lançado o Programa Mais Infância Ceará, a partir do qual serão desenvolvidas diversas ações que contribuirão para o desenvolvimento infantil das crianças. A próxima reunião ocorrerá no dia 28/08/15, quando será debatido os desdobramentos do Plano, bem como o conteúdo da primeira resolução do ano.	O Comitê realizou reunião no dia 28/08/2015: Foi revisto o Regimento Interno para nova publicação, foram definidos temas das resoluções a serem publicadas em Diário Oficial ainda neste ano: 1. PADIN; 2. Programa Mais Infância Ceará; 3. Indicadores relativos à primeira infância para serem acompanhados pelo Comitê. A próxima reunião está agendada para o dia 29/09/15 e terá como pauta a apresentação do PADIN para a elaboração de Resolução.	No dia 03/06/15 foi publicada a nova constituição do Comitê, com a inclusão do Gabgov, Sejus, Sespote e Secult. No dia 06/10 houve uma reunião para apresentar o PADIN. Esta sendo elaborado parecer sobre o PADIN que deverá constituir uma Resolução. A Segunda deverá ser elaborada a partir dos indicadores do Programa Mais Infância lançado pelo Gabinete da Primeira Dama.	A Resolução nº 1/2015 está pronta e será assinada pela Primeira-dama na reunião do dia 24/11, quando será encaminhada para publicação. Nessa mesma reunião será trabalhada a Resolução nº 2/2015 para ser publicada até a segunda quinzena de dezembro.	A Resolução nº 01/2015 foi publicada em 15/12/15. A Resolução nº 02/2015 foi concluída e a previsão de encaminhamento para publicação até o dia 18/12/15.	A meta foi cumprida. A duas resoluções foram publicadas. A 01/2015 no dia 16/12/15 e a 02/2015 no dia 23/12/15. O email com as Evidências foi encaminhado ao Banco Mundial no dia 28/12/15.

Fonte: UGP PforR

**f) Evidências do cumprimento da meta:** A meta para o segundo semestre de 2015 (Mais duas resoluções publicadas) foi cumprida conforme evidências no anexo X.

**10.2.1.5 Indicador Secundário:** Percentual de famílias Cadastro Único nos municípios-alvo a receber apoio do CRAS com equipe treinada.

**a) Setorial Responsável: STDS – Sebastião Lopes**

**b) Descrição do Indicador:** Número de famílias cadastradas no CadÚnico em situação de extrema pobreza com crianças até 5 anos acompanhadas pelos CRAS, tendo como foco a operacionalização dos serviços em conformidade com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. O universo de famílias acompanhadas nos 36 municípios mais pobres do Estado é de aproximadamente 13 mil (que corresponde aos 25% das famílias que serão acompanhadas pelas equipes capacitadas até o final do Projeto). A meta tem como base o levantamento do número de famílias acompanhadas pelas equipes treinadas do CRAS nesses municípios, com acesso aos serviços de assistência social em intersetorialidade com educação, saúde e segurança alimentar e nutricional. O levantamento será feito semestralmente tendo como base as

informações registradas no sistema de monitoramento parte integrante do projeto de assistência técnica da STDS no âmbito do PforR. Esses serviços incluirão reuniões, desenvolvimento de atividades e campanhas socioeducativas. Essa ação envolve o desenvolvimento infantil, e ainda o combate à violência doméstica, a atenção a Pessoas com Deficiência e à mulheres chefes de família, como subsídio a formulação de políticas públicas. As equipes técnicas do CRAS serão monitoradas pela STDS.

**c) Meta para 2015.2:** 10%

**d) Fórmula de Cálculo:** Somatório do número de famílias com acesso aos serviços socioassistenciais dividido pelo número total de famílias acompanhadas pelos CRAS nos 36 municípios mais pobres do Estado.

**e) Linha de Base:** 0 (zero)

**f) Monitoramento da Meta Anual de julho até dezembro de 2015:** O resultado do monitoramento encontra-se no Quadro 19.

Quadro 19: Monitoramento da meta Anual de julho até dezembro de 2015 – Indicador Secundário – STDS

Nº	Meta	Realizado	Acompanhamento Mensal em Relação à Meta - Indicador Secundário - STDS					
			Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
7	10%	-	Em fase de planejamento e elaboração de instrumental preliminar de acompanhamento uma vez que o Termo de Referência do Sistema de Monitoramento está aguardando Não Objeção do Banco Mundial.	Em fase de planejamento e elaboração de instrumental preliminar de acompanhamento uma vez que o Termo de Referência do Sistema de Monitoramento está aguardando Não Objeção do Banco Mundial.	A STDS irá encaminhar até o dia 16/11/15 uma proposta de outro Indicador Secundário para substituir este, conforme acordado durante a reunião do dia 21/10/15 na Missão de Supervisão com o BM.	Conforme acordado, a STDS enviou uma proposta de Indicador - "Percentual de famílias acompanhadas pelos CRAS com acesso aos serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social e de outras políticas públicas.". A UGP encaminhou para análise do Banco e NO dia 23/11/15.	A STDS terá uma reunião com o BM na próxima semana sobre a substituição deste Indicador.	A meta não foi cumprida. Este Indicador provavelmente será modificado, ele está sendo analisado pelo Banco e pela STDS. No dia 21/12/15 houve uma reunião com o Banco Mundial e a STDS. O Banco fez algumas sugestões de Indicadores e pediu que a STDS avaliasse internamente e desse um retorno em janeiro de 2016.

Fonte: UGP PforR

**g) Evidências do cumprimento da meta:** Na Missão de Supervisão do Banco Mundial de outubro de 2015 o Gerente Geral do Projeto sugeriu a substituição deste Indicador. A STDS irá enviar uma proposta de um novo Indicador ao Banco em Janeiro de 2016.



## 10.2.2 Programas Eleitos

Na área de Assistência à Família existe 01 Programa Eleito, conforme descrito a seguir.

### 10.2.2.1 Programa: 050 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

#### 10.2.2.1.1 PPA Iniciativa: 03180 - Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, através dos CRAS.

- Setorial envolvida: **STDS**
- Ação: 14330 - Cofinanciamento Serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família– PAIF
- Total Previsto para 2014 - 2017 em milhões: R\$ 34,57
- Previsto para o Ano de 2015 em milhões: R\$ 7,30
- Realizado em 2015 até 31/12/15 em milhões: R\$ 7,24
- Realizado/Previsto Anual: 99%
- Periodicidade: Frequência da execução mensal.

**Obs:** Em dezembro de 2015, a setorial teve restos a pagar inclusos na execução, conforme Quadro 20 abaixo:

Quadro 20: Execução 2015 da STDS com inclusão dos Restos a Pagar

Programa	Setorial	PPA Iniciativa	RPP 2015	Execução 2015	Execução 2015+ RPP 2015
050 – Assistência Social	STDS	03180	R\$ 37.800,00	R\$ 7.203.700,00	R\$ 7.241.500,00

Fonte: UGP PforR

## 10.2.3 Projetos de Assistência Técnica

Na área de Assistência à Família foram acompanhados 04 Projetos de Assistência Técnica com 03 Setoriais Responsáveis conforme descrito a seguir.

### 10.2.3.1 Projeto: Suporte para a Unidade de Implementação do Projeto (UGP) IPECE - Desenvolvimentos de Sistemas - IPECEDATA e Monitoramento FECOP.

Subprojeto: Contratação de Empresa de Consultoria Especializada em Tecnologia da Informação para Desenvolvimentos de Sistemas - IPECEDATA e Monitoramento FECOP.

- Responsável: **IPECE** - Mário Aragão
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor do Projeto: US\$ 1.105.000,00
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Junho 2015 – Outubro 2016
- Estágio Previsto: Notificação e Adjudicação.
- Estágio Atual: UGP remeteu para não objeção do Banco Mundial, o termo de referência e memória de cálculo em 15/12/15.

### 10.2.3.2 Treinamento para os Coordenadores e Diretores de Creches.

Subprojeto: CURSO sobre Programa de Liderança Executiva em Desenvolvimento da Primeira Infância para 01 técnico da SEDUC.

- Responsável: **SEDUC** - Henrique César Martins
- Categoria de Licitação: Contratação Direta
- Valor do Projeto: US\$ 746.306,25
- Valor do TOR: US\$ 4.466,03

- Método de Aquisição: CD
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Março 2015 – Julho 2015
- Estágio Previsto: Concluído.
- Estágio Atual: Concluído.

Subprojeto: Contratação de Consultoria Individual para Treinamento em instrumento WMS (World Management Survey)

- Responsável: **SEDUC** - Henrique César Martins
- Categoria de Licitação: Consultoria Individual
- Valor do Projeto: US\$ 746.306,25
- Valor do TOR: US\$ 21.255,20
- Método de Aquisição: CD
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Início/Término: Novembro 2015 – Dezembro 2015
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Pacote de documentos (justificativa, termo de referência e memória de cálculo) remetido a UGP para análise em 03/11/15. UGP analisará tão logo o processo de consultoria da “Formação dos Gestores” seja iniciado.

Subprojeto: Consultoria de Empresa para o desenvolvimento das ações de formação para gestores das creches e pré-escolas dos municípios cearenses beneficiados através do Programa de Fortalecimento Institucional da Educação infantil.

- Responsável: **SEDUC** - Henrique César Martins
- Responsável: Consultoria de Empresa
- Valor do Projeto: US\$ 746.306,25
- Valor: do TOR US\$ 720.585,02
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Setembro 2015 – Dezembro 2017
- Estágio Previsto: Abertura Pública das Propostas.
- Estágio Atual: Pacote de documentos (termo de referência e memória de cálculo) remetido a UGP para análise em 15/12/15.

### 10.2.3.3 Projeto: PADIN - Desenho, implementação, monitoramento e avaliação do piloto de apoio domiciliário.

Subprojeto: Contratação de Consultor Individual Especialista em **Avaliação de Programas para Identificar o Impacto** do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil – PADIN, sobre o Desenvolvimento Cognitivo e Não Cognitivo das Crianças Participantes do Programa (Jimmy Oliveira - IPECE)

- Responsável: **SEDUC** - Henrique César Martins / **IPECE** - Jimmy Oliveira
- Categoria de Licitação: Consultoria Individual
- Valor: US\$ 2.117.653,10
- Valor do Projeto: US\$ 16.557,58
- Método de Aquisição: CI
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Março 2014 – Setembro 2015
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Contrato em Execução. Contrato Prorrogado até o dia 11/05/2016.

Subprojeto: Contratação de Consultoria Individual Especializada em Desenvolvimento Infantil, com **Foco na Educação**, para o Aprofundamento do Referencial Teórico e Operacional do Programa de Apoio Ao Desenvolvimento Infantil (PADIN)

- Responsável: **SEDUC** - Henrique César Martins
- Categoria de Licitação: Consultoria Individual
- Valor do Projeto: US\$ 2.117.653,10
- Valor do TOR: US\$ 25.207,85
- Método de Aquisição: CI

- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Março 2015 – Agosto 2015
- Estágio Previsto: Contrato concluído
- Estágio Atual: Contrato concluído e produtos entregues.

Subprojeto: Contratação de Consultoria Individual Especializada em Desenvolvimento Infantil, com **Foco na Saúde**, para o Aprofundamento do Referencial Teórico e Operacional do Programa de Apoio Ao Desenvolvimento Infantil (PADIN)

- Responsável: **SEDUC** - Henrique César Martins
- Categoria de Licitação: Consultoria Individual
- Valor do Projeto: US\$ 2.117.653,10
- Valor do TOR: US\$ 29.188,04
- Método de Aquisição: CI
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Março 2015 – Agosto 2015
- Estágio Previsto: Contrato concluído
- Estágio Atual: Contrato concluído e produtos entregues.

Subprojeto: Contratação de Empresa Especializada para Elaboração de **Arte Gráfica/Design**, Revisão Ortográfica, Editoração, Diagramação, Revisão de Conteúdo, Expedição de Arquivo Digital e Impressão Gráfica dos Manuais e Cartilhas do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil – PADIN

- Responsável: **SEDUC** - Henrique César Martins
- Categoria de Licitação: Serviços de não consultoria
- Valor do Projeto: US\$ 2.117.653,10
- Valor do TOR: US\$ 71.219,89
- Método de Aquisição: Shopping
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Abril 2015 – Janeiro 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: 03 Propostas enviadas para análise da SEDUC em 11/12/15.

Subprojeto: Contratação de Serviços Técnicos de Empresa de Consultoria Especializada em **Visitas Domiciliares e para Formação dos Agentes de Desenvolvimento Infantil** e dos Supervisores do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil – PADIN

- Responsável: **SEDUC** - Henrique César Martins
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor do Projeto: US\$ 2.117.653,10
- Valor do TOR: US\$ 169.793,60
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Fevereiro 2015 – Agosto 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Após reunião realizada no dia 16/12/15, para orientações acerca da elaboração do relatório de avaliação técnica. UGP remeteu as planilhas de Avaliação para análise da SEDUC em 18/12/15.

Subprojeto: Contratação de Empresa para realizar Apoio Logístico das formações do PADIN

- Responsável: **SEDUC** - Henrique César Martins
- Categoria de Licitação: Serviços de não consultoria
- Valor do Projeto: US\$ 2.117.653,10
- Valor do TOR: US\$ 486.491,39
- Método de Aquisição: Pregão Eletrônico

- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Abril 2015 – Agosto 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução
- Estágio Atual: Recebido a não objeção do Banco Mundial referente ao termo de referência e memória de cálculo em 15/12/15. Pregão Eletrônico será elaborado pela UGP até 30/12/15.

Subprojeto: Contratação de consultoria individual para trabalhar as Relações Sociais.

- Responsável: **SEDUC** - Henrique César Martins
- Categoria de Licitação: Consultoria Individual
- Valor do Projeto: US\$ 2.117.653,10
- Valor do TOR: US\$ 56.490,16
- Método de Aquisição: CI
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Agosto 2015 – Janeiro 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução
- Estágio Atual: Termo de Referência e memória de cálculo encontram-se na SEDUC para análise. Após contato em 08/12/15, Setorial enviará para revisão da UGP em 11/12/15.

Subprojeto: Desenvolvimento e construção do kit de brinquedos usados para JAD e ADI para PADIN.

- Responsável: **SEDUC** - Henrique César Martins
- Categoria de Licitação: Serviços de não consultoria
- Valor do Projeto: US\$ 2.117.653,10
- Valor do TOR: US\$ 296.550,60
- Método de Aquisição: Pregão Eletrônico
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Julho 2015 – Janeiro 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução
- Estágio Atual: Termo de referência e memória de cálculo encontram-se na SEDUC para análise, após contato telefônico em 14/12/15.

Subprojeto: Contratação de Empresa de Consultoria para realizar Aplicação e Avaliação dos resultados de impacto do PADIN

- Responsável: **SEDUC** - Henrique César Martins / **IPECE** - Jimmy Oliveira
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor do Projeto: US\$ 2.117.653,10
- Valor do TOR: US\$ 931.503,15
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior (acertada em VC realizada em 18/08/15)
- Início/Término: Abril 2015 – Outubro 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Processo de solicitação de propostas lançado em 23/12/15. Recebimento das propostas técnicas e financeiras até o dia 29/01/16.

Subprojeto: Contratação de consultoria individual para Coordenar o trabalho de Campo para Avaliação do Programa do PADIN

- Responsável: **SEDUC** - Henrique César Martins / **IPECE** - Jimmy Oliveira
- Categoria de Licitação: Consultoria Individual
- Valor do Projeto: US\$ 2.117.653,10
- Valor do TOR: US\$ 34.650,83
- Método de Aquisição: CI
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Agosto 2015 – Março 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Aviso de Manifestação de Interesse republicado com data limite para recebimento dos currículos estipulada até o dia 18/01/2016.

#### 10.2.3.4 Projeto: Monitoramento e capacitação dos CRAS.

Subprojeto: Contratação de Consultoria Especializada em Desenvolvimento Infantil, com Foco no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Assistência Social para Crianças de 0 A 6 anos e suas famílias visando o aprofundamento desse Referencial Teórico Operacional junto às equipes de referência dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS.

- Responsável: **STDS** - Sebastião Lopes
- Categoria de Licitação: Consultoria Individual
- Valor do Projeto: US\$ 950.477,43
- Valor do TOR: US\$ 63.406,11
- Método de Aquisição: CI
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Maio 2014 – Novembro 2015
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Recebido Aditivo de Prazo.

Subprojeto: Aquisição de Serviços de Empresa Especializada na Elaboração de Arte Gráfica/Design, Revisão Ortográfica, Editoração, Diagramação, Revisão de Conteúdo, Expedição de Arquivo Digital e Impressão Gráfica dos Manuais para Capacitação das Equipes de Referência dos Centros de Referência da Assistência Social.

- Responsável: **STDS** - Sebastião Lopes
- Categoria de Licitação: Serviços
- Valor do Projeto: US\$ 950.477,43
- Valor do TOR: US\$ 62.379,91
- Método de Aquisição: Shopping
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Julho 2014 – Março 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Contrato prorrogado. Solicitação a Setorial o aditivo ao contrato publicado para providenciarmos a retificação no Client Connection. Aguardando o aditivo da cláusula

Subprojeto: Elaborar e Implementar o Sistema de Monitoramento e Avaliação das ações da STDS no âmbito do PforR

- Responsável: **STDS** - Sebastião Lopes
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor: US\$ 950.477,43
- Valor do TOR: US\$ 210.332,11
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Maio 2015 - Janeiro 2017
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Relatório Final da Lista Curta sendo finalizando pela STDS desde 27/11/2015.

Subprojeto: Aquisição de Tablets para coletar de dados a ser inserido no Sistema de Monitoramento e Avaliação das ações da STDS no âmbito do PforR

- Responsável: **STDS** - Sebastião Lopes
- Categoria de Licitação: Serviço de não consultoria
- Valor: US\$ 950.477,43
- Valor do TOR: US\$ 11.177,26
- Método de Aquisição: Shopping
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Julho 2015 - Dezembro 2015
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Setorial está elaborando Especificações Técnicas e Memória de Cálculo.

Subprojeto: Capacitação de Equipes Técnicas dos CRAS de 36 municípios do Estado do Ceará

- Responsável: **STDS** - Sebastião Lopes
- Categoria de Licitação: Serviço de não consultoria
- Valor do Projeto: US\$ 950.477,43
- Valor do TOR: US\$ 603.182,03
- Método de Aquisição: Pregão
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Abril 2015 – Outubro 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Pregão Eletrônico e Processo encontram-se para assinatura do Secretário.

## 10.3 QUALIDADE DA ÁGUA

Apresenta-se aqui o desempenho em 31/12/2015 do eixo Sustentabilidade Ambiental com foco na Qualidade da Água que inclui: 08 Indicadores, 05 Programas e 13 Projetos de Assistência Técnica.

### 10.3.1 Indicadores

No segundo semestre de 2015 foram acompanhados 07 Indicadores, sendo 03 primários e 04 secundários, conforme detalhes abaixo:

**10.3.1.1 Indicador Primário: DLI 8** - Percentual de domicílios com conexão adequada ao sistema de esgoto.

**a) Setorial Responsável: CAGECE – Carlos Rossas**

**b) Descrição do Indicador:** Este indicador mede a capacidade utilizada da rede instalada. Para o cálculo do Indicador são considerados como ligados os códigos de ligações ativas, ativas condominiais, faturadas por outro imóvel e suspensas em relação ao universo de imóveis na rede existente. Foram excluídas da base de não ligados às ligações factíveis, tamponadas e ligadas sem interligação na situação vago, uma vez que não existem imóveis nesses terrenos, bem como as ligações inativas.

**c) Meta para 2015.2:** 84,9%

**d) Fórmula de Cálculo:** As metas foram calculadas da seguinte forma:

$$\left( \frac{((\text{N}^\circ \text{LIG\_ATIVAS\_ESGOTO} + \text{N}^\circ \text{LIG\_COND\_ESGOTO} + \text{N}^\circ \text{LIG\_SUSP\_ESGOTO} + \text{N}^\circ \text{LIG\_ESGOTO\_FATUR\_OUT\_IMOVEL}) / (\text{N}^\circ \text{LIG\_ATIVAS\_ESGOTO} + \text{N}^\circ \text{LIG\_COND\_ESGOTO} + \text{N}^\circ \text{LIG\_SUSP\_ESGOTO} + \text{N}^\circ \text{LIG\_TAMP\_ESGOTO} + \text{N}^\circ \text{LIG\_FACT\_ESGOTO} + \text{N}^\circ \text{LIG\_ESGOTO\_FATUR\_OUT\_IMOVEL} + \text{N}^\circ \text{LIG\_LIG\_SEM\_INTERLIG\_ESGOTO})) * 100) \right)$$

**e) Linha de Base:** 83,3%

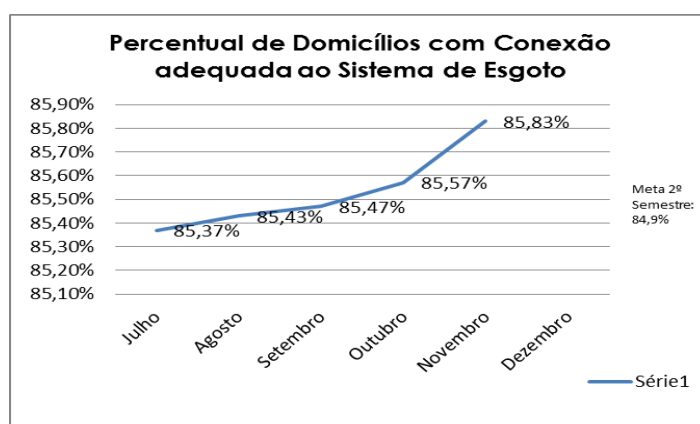
**f) Monitoramento da meta Semestral de julho até dezembro de 2015:** Os resultados do monitoramento encontram-se no Quadro 21 e Gráfico 5.

Quadro 21: Monitoramento da meta Semestral de julho até dezembro de 2015 – Indicador Primário DLI 8 - CAGECE

Nº	Meta	Realizado	Acompanhamento Mensal em Relação à Meta do DLI 8 - 2015.2					Dezembro
			Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	
7	84,9%	85,83% <sup>18</sup>	85,37%	85,43%	85,47%	85,57%	85,83%	A meta foi cumprida. A CAGECE enviou além da evidência do cumprimento do semestre de 2015.2 a comprovação do cumprimento das metas de 2016.1, 2016.2 e 2017.1. Todas as evidências foram enviadas em 28/12/15.

Fonte: UGP PforR

Gráfico 5: Monitoramento da meta Semestral de julho até dezembro de 2015 – Indicador Primário DLI 8 - CAGECE



Fonte: UGP PforR

#### g) Evidências do Cumprimento da Meta.

A meta para o segundo semestre de 2015 (84,9%) foi cumprida conforme evidência no anexo V.

### 10.3.1.2 Indicador Primário: DLI 9 - Índice de Qualidade da Fiscalização Ambiental.

#### a) Setorial Responsável: SEMA – Maria Dias

**b) Descrição do Indicador:** O objeto desta proposição consiste em acompanhar as ações conjuntas entre SEMACE, CONPAM, COGERH e SRH para integrar ações de fiscalização, monitoramento quantitativo e qualitativo de água e educação ambiental. A definição das metas está condicionada na junção de três ações: fiscalização, monitoramento e educação ambiental.

**c) Meta para 2015.2:** 60%

**d) Fórmula de Cálculo:**  $(3 * (\% \text{ Fiscalização}) + 3 * (\% \text{ Monitoramento}) + 4 * (\% \text{ Educação Ambiental})) / 10$

**e) Linha e Base:** 17%

<sup>18</sup> A CAGECE já cumpriu as metas referentes aos períodos de 2016.1 (85,2%); 2016.2 (85,5%); 2017.1 (85,7%).

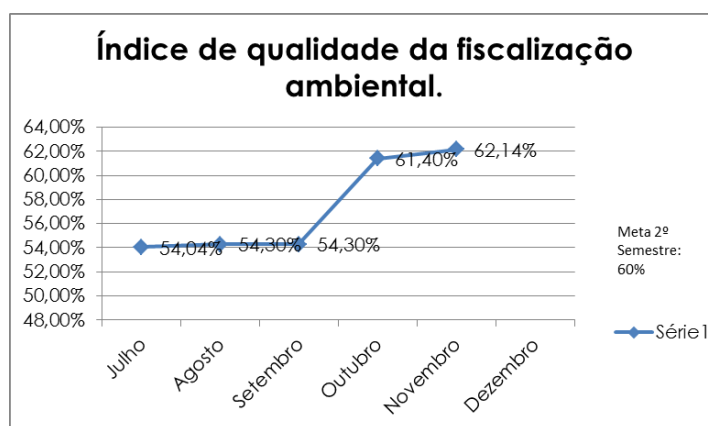
**f) Monitoramento da meta Semestral de julho até dezembro de 2015:** Os resultados do monitoramento encontram-se no Quadro 22 e Gráfico 6.

Quadro 22: Monitoramento da meta Semestral de julho até dezembro de 2015 – Indicador Primário DLI 9 – SEMA

Nº	Meta	Realizado	Acompanhamento Mensal em Relação à Meta do DLI 9 - 2015.2					Dezembro
			Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	
9	60%	62,14%	54,04%	54,30%	54,30%	61,40%	62,14%	A meta foi cumprida. A evidência foi enviada ao Banco no dia 28/12/15.

Fonte: UGP PforR

Gráfico 6: Monitoramento da meta Semestral de julho até dezembro de 2015 – Indicador Primário DLI 9 – SEMA



Fonte: UGP PforR

**g) Evidências do Cumprimento da Meta.**

A meta para o segundo semestre de 2015 (60%) foi cumprida conforme evidência no anexo VI.

**10.3.1.3 Indicador Primário: DLI 10** - Implementação de monitoramento participativo da qualidade da água.

**a) Setorial Responsável: FUNCEME – Hoilton Rios**

**b) Descrição do Indicador:** O presente indicador se propõe a mensurar a eficiência de um programa de monitoramento de qualidade de água. Para tanto, inicialmente será definido uma metodologia de modelagem de qualidade da água (está previsto como assistência técnica da FUNCEME). A metodologia a ser desenvolvida pela FUNCEME será aplicada em 3 reservatórios estratégicos nas três bacias estratégicas, a saber, bacia metropolitana, Bacia do Salgado e Bacia do Acaraú.

**c) Meta para 2015.2:** Protocolo de coleta de dados definido e adotado.

**d) Fórmula de Cálculo:** (Reservatórios monitorados de acordo com a modelagem / 3)\*100.

**e) Linha de Base:** 0 (zero)



**f) Monitoramento da meta Semestral de julho até dezembro de 2015:** Os resultados do monitoramento encontram-se no Quadro 23.

Quadro 23: Monitoramento da meta Semestral de julho até dezembro de 2015 – Indicador Primário DLI 10 – FUNCEME

Nº	Meta	Realizado	Acompanhamento Mensal em Relação à Meta do DLI 10 - 2015.2					
			Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
10	Protocolo de Coleta de dados definido e adotado.	-	Indicador vinculado à Contratação de Consultoria de Empresa: O Processo Licitatório encontra-se na seguinte fase: O Consórcio apresentou recurso administrativo e a Funceme encaminhou Parecer à PGE que respondeu ao Consórcio no dia 20/08/15 negando o provimento do recurso.	O Contrato, celebrado com o Consórcio Aqualogus/Azurit, foi assinado em 09/09/15. Os serviços foram iniciados em 21/09/15.	O Contrato foi publicado no DOE em 16/10/15. Os serviços já estão em execução com previsão de alcance das duas metas ainda no final de 2015.	Os serviços visando a consecução do indicador, estão em execução no âmbito do Contrato Nº 010/2015, celebrado com o consórcio Aqualogus/Azurit, e têm suas entregas previstas para o mês de dezembro.	A versão preliminar do Protocolo de Coleta de dados foi entregue pelo consórcio Aqualogus/Azurit em 15/12/15 e esta em análise pela Funceme. O Plano de trabalho do Consórcio os Produtos ( 1ª e 2ª Metas) deverão ser entregues em fevereiro de 2016.	As metas ainda não foram alcançadas. Foi enviado email para o Banco com a informação da FUNCEME de que a meta de 2015.1 será cumprida em 22/02/16 e a de 2015.2 dia 01/02/16, conforme Plano de trabalho do Consórcio contratado.

Fonte: UGP PforR

**g) Evidências do Cumprimento da Meta:** A meta do semestre ainda não foi cumprida até o fechamento deste Relatório. A setorial informou via e-mail, anexo VII, que essa meta será entregue no dia 01/02/16 conforme plano de trabalho do Consórcio contratado para realizar as atividades referentes a este indicador. A Setorial informou que a meta de 2015.1 (Metodologia Definida e Adotada) será entregue no dia 22/02/16.

**10.3.1.5 Indicador Secundário:** Apresentação de Planos de Segurança de Água para três Bacias Hidrográficas estratégicas.

**a) Setorial Responsável:** COGERH – Zulene Almada

**b) Descrição do Indicador:** Plano de Segurança Hídrica das Bacias Metropolitana, Acaraú e Salgado, com objetivo de propor ações para a melhoria da qualidade da água. Tanto o Plano de Segurança quanto a parte inicial deste Plano que seria o Diagnóstico das Bacias estão diretamente ligados à contratação de um serviço de consultoria que será financiado pelo Componente II - Assistência Técnica do PforR.

**c) Meta para 2015.2:** Planos Preparados

**d) Linha de Base:** 0 (zero)

**e) Monitoramento da Meta Anual de julho até dezembro de 2015:** Os resultados do monitoramento encontram-se no Quadro 24.

Quadro 24: Monitoramento da meta Anual de julho até dezembro de 2015 – Indicador Secundário – COGERH

Nº	Meta	Realizado	Acompanhamento Mensal em Relação à Meta - Indicador Secundário - Planos de Segurança Hídrica					
			Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
11	Planos Preparados	-	O TR do plano de segurança hídrica está sendo ajustada/adequado conforme acordado em reunião com técnico do Banco Mundial (Fonte: SIMA em 24/08/15).	Publicação do Aviso de Manifestação de Interesse nº 20150001/CEL 04/COGERH/CE EM 14/09/15 com data de recebimento dos Portifólios até às 16h do dia 29/07/15.	Indicador depende da contratação de Empresa de Consultoria. O processo encontra-se em fase de análise do Relatório de Formação da Lista Curta pela UGP desde 28/10/15.	Indicador depende da contratação de Empresa de Consultoria. O processo encontra-se em fase de análise do Relatório de Formação da Lista Curta pela UGP desde 28/10/15. (Fonte: SIMA em 23/11/15).	A Setorial enviou no dia 16/12/15 uma Nota Técnica informando ao Banco o não cumprimento da meta de 2015.2 e solicitando a revisão das metas posteriores. A UGP encaminhou a NT ao BM no mesmo dia. (Fonte: SIMA em 16/12/15).	A meta não foi cumprida. Em reunião com a Equip da COGERH constatou-se que as metas deste Indicador não seriam cumpridas até o final do Projeto. A Setorial elaborou uma NT contextualizando os desafios e propondo a modificação das metas. A referida NT foi enviada ao BM em 16/12/15.

Fonte: UGP PforR

**f) Evidências do Cumprimento da Meta:** A meta não foi cumprida. Em reunião com a Equipe da COGERH constatou-se que as metas deste Indicador não seriam cumpridas até o final do Projeto. A Setorial elaborou uma Nota Técnica (anexo XI) contextualizando os desafios e propondo a modificação das metas. A referida Nota Técnica foi enviada ao Banco Mundial em 16/12/15.

**10.3.1.5 Indicador Secundário:** Apresentação de nova Lei de Bacias Hidrográficas.

**a) Setorial Responsável:** COGERH – Inah Abreu

**b) Descrição do Indicador:** A proposta da nova Lei será subsidiada pelo diagnóstico realizado nas 3 bacias estratégicas, bem como a realização de reuniões e audiência com os comitês gestores das bacias e açudes onde serão discutidas e homologadas as propostas para a Lei.

**c) Meta para 2015.2:** Proposta e Consultas Completas

**d) Linha de Base:** 0 (zero)

**e) Monitoramento da Meta Anual de julho até dezembro de 2015:** Os resultados do monitoramento encontram-se no Quadro 25.

Nº	Meta	Realizado	Acompanhamento Mensal em Relação à Meta - Indicador Secundário - Lei de Segurança Hídrica					
			Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
12	Projeto de Lei apresentado	-	Elaborada Minuta de Lei e submetida a análise e contribuições dos técnicos (áreas afins) da Cogeh (Disney, Clayreann e, Nice Cavalcant e, Ubirajara).	Elaborada Minuta de Lei e submetida a análise e contribuições dos técnicos (áreas afins) da Cogeh.	A COGERH deverá enviar até o dia 29/10/15 um cronograma de execução deste indicador, mas a Setorial já sinalizou que essa meta provavelmente não será cumprida até dezembro deste ano.	Elaborada Minuta de Lei sendo dado conhecimento ao Consultor do Banco Mundial Gunnars. Foi elaborado um cronograma de ações e enviado à UGP para análise no dia 17/11/15, a UGP analisou e retornou email solicitando a elaboração de uma NT para a revisão desse indicador que, conforme cronograma apresentado, não terá suas metas alcançadas até o final do Projeto PforR. A Cogeh irá enviar a NT para a UGP até o dia 30/11.	Será elaborado uma NT que será enviada até dia 18/12/2015. A Setorial informou que nos dias 10 e 11/12 foi realizada reunião com os presidentes de Comitês de Bacia (12), onde se falou do Projeto de Lei, na oportunidade foi solicitado agendamento de apresentação nas primeiras reuniões ordinárias dos CBH's que ocorrerão em 2016.	A meta não foi cumprida. Em reunião com a Equipe da COGERH constatou-se que as metas deste indicador não seriam cumpridas até o final do Projeto. A Setorial elaborou uma NT contextualizando os desafios e propondo a modificação das metas. A referida NT foi enviado ao BM em 22/12/15.

Fonte: UGP PforR

**f) Evidências do Cumprimento da Meta:** A meta não foi cumprida. Em reunião com a Equipe da COGERH constatou-se que as metas deste Indicador não seriam cumpridas até o final do Projeto. A Setorial elaborou uma Nota Técnica (anexo XII) contextualizando os desafios e propondo a modificação das metas. A referida Nota Técnica foi enviada ao Banco Mundial em 22/12/15.

**10.3.1.6 Indicador Secundário:** Qualidade da água bruta, na região metropolitana de Fortaleza.

**a) Setorial Responsável:** COGERH – Denilson Fidelis

**b) Descrição do Indicador:** Este índice avalia a qualidade da água bruta contemplando os seguintes parâmetros de qualidade de água: pH, Demanda Bioquímica de Oxigênio, turbidez, oxigênio dissolvido, sólidos totais, fósforo total, nitrogênio total, alteração de temperatura e coliformes fecais. Esses parâmetros são considerados relevantes para a avaliação da qualidade das águas, tendo como determinante principal a utilização das mesmas para abastecimento público.

**c) Meta para 2015.2:** 64,3

**d) Linha de Base:** 61,2

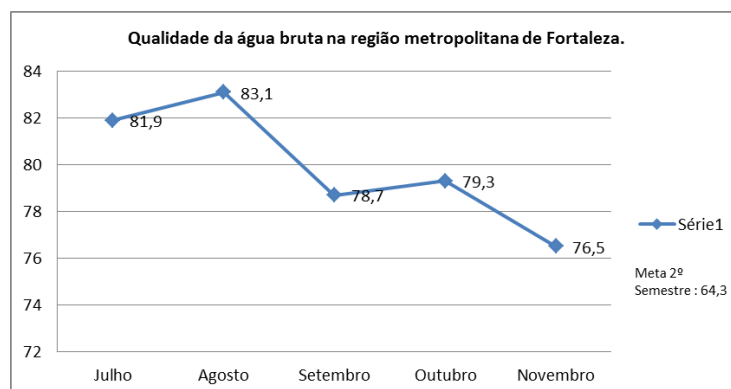
**e) Monitoramento da Meta Anual de julho até dezembro de 2015:** Os resultados do monitoramento encontram-se no Quadro 26.

Quadro 26: Monitoramento da meta Anual de julho até dezembro de 2015 – Indicador Secundário – COGERH

Nº	Meta	Realizado	Acompanhamento Mensal em Relação à Meta - Indicador Secundário - IQA					
			Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
13	64,3	76,5	81,9 / IQAR: 3,99 - criticamente degradado a poluído	83,1 / IQARce: 4,19 - criticamente degradada a poluído.	78,7 / IQARce: 4,13 - criticamente degradada a poluído.	79,3 / IQARce: 4,23 - criticamente degradada a poluído.	76,5 / IQARce: 4,40 - criticamente degradada a poluído.	Meta cumprida (76,5). A COGERH enviou a evidência para a UGP que encaminhou ao BM em 28/12/15.

Fonte: UGP PforR

Gráfico 7: Monitoramento da meta Anual de julho até dezembro de 2015 – Indicador Secundário - COGERH



Fonte: UGP PforR

**f) Evidências do Cumprimento da Meta:** A meta foi cumprida e a evidência encontra-se no anexo XIII.

**10.3.1.7 Indicador Secundário:** Apresentação da lei de gestão de resíduos sólidos revisada.

**a) Setorial Responsável:** SEMA – Maria Dias

**b) Descrição do Indicador:** Instrumento jurídico com diretrizes gerais a serem obedecidas pelo respectivo Plano Estadual e pelos Planos Municipais de Resíduos Sólidos no Estado do Ceará. Propõe alternativas viáveis para o perseguimento de um desenvolvimento sustentável, utilizando-se de instrumentos como a Coleta Seletiva de resíduos sólidos, Controle e Participação Social, Responsabilidade Compartilhada, Regionalização da Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos, Logística Reversa, Acordos Setoriais.

**c) Meta para 2015.2:** Divulgação e implementação.

**d) Linha de Base:** 0 (zero)

**e) Monitoramento da Meta Anual de julho até dezembro de 2015:** Os resultados do monitoramento encontram-se no Quadro 27.

Nº	Meta	Realizado	Acompanhamento Mensal em Relação à Meta - Indicador Secundário - SEMA					
			Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
14	Divulgação e Implementação	-	O Projeto de Lei está na SEMA para revisão e adequação à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10) e às novas diretrizes da Gestão de Resíduos Sólidos do Estado do Ceará. A SEMA está se reunindo com a SCIDADES para realizar esses ajustes na Lei.	Revisão e atualização da lei concluída em reuniões em 09 e 14 de setembro. A mesma será encaminhada a PGE para parecer e posterior submissão à ALCE.	Revisão e atualização da lei foi concluída e o processo foi enviado para a PGE para análise e aprovação em 21/10/15, conforme Sistema de Protocolo – VIPROC e posteriormente será enviado para ALCE.	O processo da Lei foi enviado para a PGE e encontra-se no setor de Consultoria Geral desde 28/10/15, conforme Protocolo – VIPROC (5777130/2015) e posteriormente será enviado para ALCE.	Este indicador não será cumprido este ano. O IPECE enviou ofício ao Procurador Geral solicitando celeridade ao Processo. O mesmo encontra-se em análise pelo Procurador Adjunto, Dr Ariano Pontes e após parecer o anteprojeto de Lei segue para a Assembléia, caso não necessite de alguma alteração.	A meta não foi cumprida. A Setorial enviou uma NT explicando os desafios encontrados e propondo o cumprimento da meta para o primeiro semestre de 2016.

Fonte: UGP PforR

**f) Evidências do Cumprimento da Meta:** A meta não foi cumprida. A Setorial enviou uma Nota Técnica (anexo XII) explicando os desafios encontrados e propondo o cumprimento da meta para o primeiro semestre de 2016. A referida Nota Técnica foi enviada ao Banco Mundial em 29/12/2015.

### 10.3.2 Programas Eleitos

Na área de Qualidade da Água existe 04 Programas Eleitos, conforme descrito abaixo.

#### 10.3.2.1 Programa: 41 – GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

##### 10.3.2.1.1 PPA Iniciativa: 05273 - Readequação e Modernização da Estrutura de Gestão, Monitoramento e Fiscalização dos Recursos Hídricos.

- Setoriais envolvidas: **COGERH**
- Ação: 14926 - Aquisição, Instalação e Montagem de Equipamentos de Monitoramento (Telemetria e Medição de Qualidade)
- Total Previsto para 2014 - 2017 em milhões: R\$ 0,46
- Previsto para o Ano de 2015: R\$ 0,00
- Realizado em 2015 até 31/12/15: R\$ 0,00
- Realizado/Previsto Anual: 0%
- Periodicidade: Frequência Mensal.

A Nota Técnica 01/2015 da SRH/COGERH de julho de 2015 foi submetida ao Banco que, na missão de Outubro/2015 aceitou a proposta de cancelamento das iniciativas 05310 (Elaboração dos Planos de Segurança Hídrica para as Bacias Metropolitanas, Bacia do Rio Acaraú e Bacia do Rio Salgado) e 05311 (Implantação do Plano de Segurança Hídrica para as Bacias Hidrográficas Metropolitanas) do Programa 041 – Gestão dos Recursos Hídricos<sup>19</sup>, mas não a inclusão do

<sup>19</sup> Essa iniciativa teve sua atividade transferida para a Assistência Técnica.

Programa 039 - Transferência Hídrica e Suprimento de Água, pois o mesmo não representa o foco do PforR da qualidade da água. Deste modo, SRH/COGERH não terá mais execução dentro do PforR, ficando apenas a iniciativa 05273 da COGERH com R\$ 0,46 milhões executados em 2014.

### **10.3.2.2 Programa: 032 - SANEAMENTO AMBIENTAL**

#### **10.3.2.2.1 PPA Iniciativa: 5384 - Implantação, ampliação e melhorias de sistemas de esgotamento sanitário - CIDADES - PforR**

- Setoriais envolvidas: **CIDADES/CAGECE**
- Ação: 21751 - Otimização de Sistemas de Esgotamento Sanitário - CIDADES - PforR
- Total Previsto para 2014 – 2017 em milhões: R\$ 15,83
- Previsto para o Ano de 2015 em milhões: R\$ 0,20
- Realizado em 2015 até 31/12/15: R\$ 0,00
- Realizado/Previsto Anual: 0%
- Periodicidade da execução: Frequência da execução Mensal.

OBS: A iniciativa da CAGECE 02617 mudou para iniciativa 0392 de acordo com a Nota Técnica 02/2014. Mas em outubro de 2014, na elaboração do orçamento de 2015, foram criadas iniciativa 5384 e ação 21751, específicas para o PforR.

### **10.3.2.3 Programa: 082 - GESTÃO DA QUALIDADE DOS RECURSOS NATURAIS E AMBIENTAIS**

#### **10.3.2.3.1 PPA Iniciativa: 03104 - Elaboração e Implementação dos Planos de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos e de Saneamento Ambiental.**

- Setoriais envolvidas: **SEMA**
- Ação: 14190 - Elaboração dos Planos de Saneamento Ambiental e Resíduos Sólidos
- Total Previsto para 2014 - 2017 em milhões: R\$ 15,12
- Previsto para o Ano de 2015: R\$ 2,59
- Realizado em 2015 até 31/12/15: R\$ 1,11
- Realizado/Previsto Anual: 43%
- Periodicidade: Frequência da execução Mensal.

#### **10.3.2.3.2 PPA Iniciativa: 04815 - Monitoramento, Controle e Fiscalização das Áreas Protegidas do Estado do Ceará.**

- Setoriais envolvidas: **SEMACE**
- Ação: 19861 - Monitoramento, Controle e Fiscalização das Áreas Protegidas do Estado do Ceará
- Total Previsto para 2014 - 2017 em milhões: R\$ 0,50
- Previsto para o Ano de 2015 em milhões: R\$ 0,00
- Realizado em 2015 até 31/12/15: R\$ 0,02
- Realizado/Previsto Anual: 0%
- Periodicidade: Frequência da execução mensal.

#### **10.3.2.3.3 PPA Iniciativa: 02466 - Realização do Monitoramento da Poluição / Contaminação dos Recursos Hídricos do Estado.**

- Setoriais envolvidas: **SEMACE**
- Ação: 21570 - Monitoramento da Poluição/Contaminação dos Recursos Hídricos do Estado
- Total Previsto para 2014 - 2017 em milhões: R\$ 0,02
- Previsto para o Ano de 2015 em milhões: R\$ 0,02
- Realizado em 2015 até 31/12/15: R\$ 0,02
- Realizado/Previsto Anual: 100%
- Periodicidade: Frequência da execução mensal.

#### **10.3.2.3.4 PPA Iniciativa: 05170 - Monitoramento, Controle e Fiscalização das Unidades de Conservação do Estado do Ceará.**

- Setoriais envolvidas: **SEMACE**
- Ação: 21317 - Monitoramento, Controle e Fiscalização das Unidades de Conservação do Estado do Ceará
- Total Previsto para 2014 - 2017 em milhões: R\$ 9,47
- Previsto para o Ano de 2015 em milhões: R\$ 1,92
- Realizado em 2015 até 31/12/15: R\$ 1,34
- Realizado/Previsto Anual: 70%
- Periodicidade: Frequência da execução mensal.

Obs.: Na Missão de outubro de 2015, o Banco aprovou Nota Técnica 02/2015 da SEMACE - Superintendência Estadual do Meio Ambiente com a proposta de realocação de todos os valores das iniciativas do Programa 82 (04815, 02466, 05170, 05155), bem como a estimativa dos anos de 2016 e 2017 baseada no PPA (2016-2019), justificando a redução do valor total de R\$ 30,54 milhões para aproximadamente R\$ 10 milhões e a exclusão da iniciativa 05155. Também foi incluso nesse programa a iniciativa 02840 e a iniciativa 00001 do Programa 500 - Gestão e Manutenção do CONPAM e vinculada, totalizando o valor de R\$ 12,91. Em dezembro de 2015 o valor da Iniciativa 00001 – Programa 500 foi alterado, após envio de Adendo à Nota Técnica 02/2015. Deste modo, a execução dos programas e iniciativas eleitos no PforR da SEMACE passou a ter a totalidade de R\$ 13,17 milhões.

#### **10.3.2.3.5 PPA Iniciativa: 02840 – Elaboração de planos, estudos e projetos ambientais.**

- Setoriais envolvidas: SEMACE
- Ação: 19877 - Elaboração de Planos, Estudos e Projetos Ambientais
- Total Previsto para 2014 - 2017 em milhões: R\$ 0,62
- Previsto para o Ano de 2015 em milhões: R\$ 0,00
- Realizado em 2015 até 31/12/15: R\$ 0,00
- Realizado/Previsto Anual: 0%
- Periodicidade: Frequência da execução mensal.

#### **10.3.2.4 Programa: 500 – GESTÃO E MANUTENÇÃO DO CONPAM E VINCULADA**

##### **10.3.2.4.1 PPA Iniciativa: 00001 - Ampliação, modernização da infraestrutura e desenvolvimento institucional do CONPAM e vinculada.**

- Setoriais envolvidas: **SEMACE**
- Ação: 19287 - Aquisição e Implantação de Produtos e Serviços de TI
- Total Previsto para 2014 - 2017 em milhões: R\$ 2,56
- Previsto para o Ano de 2015 em milhões: R\$ 1,01
- Realizado em 2015 até 31/12/15: R\$ 1,68
- Realizado/Previsto Anual: 166%
- Periodicidade: Frequência da execução mensal.

#### **10.3.2.5 Programa: 079 - MONITORAMENTO HIDROAMBIENTAL DO ESTADO DO CEARÁ**

##### **10.3.2.5.1 PPA Iniciativa: 02846 - Ampliação e Operacionalização da Rede de Monitoramento Hidroagrometeorológico do Estado do Ceará.**

- Setoriais envolvidas: **FUNCEME**
- Ação 1: 13973 - Modernização e Operacionalização da Rede de Monitoramento Hidroagrometeorológico do Estado do Ceará
- Ação 2: 21421 - Promoção e Suporte ao Monitoramento de Informações Hidroagrometeorológicas
- Total Previsto para 2014 - 2017 em milhões: R\$ 7,16

- Previsto para o Ano de 2015 em milhões: R\$ 1,79
- Realizado em 2015 até 31/12/15 em milhões: R\$ 2,27
- Realizado/Previsto Anual: 127%
- Periodicidade: Frequência da execução mensal.

**Obs:** Em 15/06/2015, o Banco Mundial autorizou incluir na execução orçamentária da FUNCEME as notas de restos a pagar da iniciativa 2846, pagas em 2015, conforme Quadro 28 abaixo:

Quadro 28: Execução de 2015 da FUNCEME com inclusão dos Restos a Pagar

Programa	Setorial	Iniciativa	Restos a Pagar 2015	Execução 2015	TOTAL 2015
079 - MONITORAMENTO HIDROAMBIENTAL DO ESTADO DO CEARÁ	FUNCEME	2846	R\$ 0,41	R\$ 1,86	R\$ 2,27

Fonte: UGP PforR

#### 10.3.2.5.2 PPA Iniciativa: 02847 - Elaboração do Mapeamento e Monitoramento Hidroambiental do Ceará.

- Setoriais envolvidas: **FUNCEME**
- Ação: 14037 - Mapeamento Hidroambiental do Ceará
- Total Previsto para 2014 - 2017 em milhões: R\$ 0,09
- Previsto para o Ano de 2015 em milhões: R\$ 0,09
- Realizado em 2015 até 31/12/15: R\$ 0,11
- Realizado/Previsto Anual: 122%
- Periodicidade: Frequência da execução mensal.

**Obs.:** O Banco Mundial deu não objeção à Nota Técnica nº 01/2015 da setorial solicitando redução dos valores na iniciativa 02846 - Ampliação e Operacionalização da Rede de Monitoramento de Hidroagrometereológico do Estado do Ceará de R\$ 15,93 milhões para R\$ 7,16 milhões e na iniciativa 02847 - Elaboração do Mapeamento e Monitoramento Hidroambiental do Ceará de R\$ 13,69 milhões para R\$ 0,09 milhões.

### 10.3.3 Projetos de Assistência Técnica

Na área de Qualidade da Água foram acompanhados 13 Projetos de Assistência Técnica com 06 Setoriais Responsáveis, conforme descrito a seguir.

#### 10.3.3.1 Projeto: Recomendações para a estrutura do regulamento de gestão de resíduos sólidos e elaboração de instrumentos regulatórios.

Subprojeto: Contratação de consultoria de empresa especializada que irá desenvolver modelos de regulação da prestação de serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no estado do Ceará.

- Responsável: **ARCE** - Alexandre Caetano
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor Total do Projeto: US\$ 443.428,54
- Valor TOR: US\$ 443.428,54
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Abril 2014 – Dezembro 2015
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Ata da reunião de negociação e Minuta do Contrato remetido a empresa para assinaturas em 14/12/15.



#### **10.3.3.2 Projeto: Metodologia de modelagem de qualidade da água.**

Subprojeto: Contratação de Serviços de Consultoria para Desenvolvimento de uma Metodologia de Modelagem de Qualidade de Água para os reservatórios do Estado do Ceará, a ser aplicado em três reservatórios localizados na região Hidrográfica Metropolitana e nas Bacias Hidrográficas Salgado e Acaraú.

- Responsável: **FUNCEME** - Francisco Hoilton
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor do Projeto: US\$ 639.267,69
- Proposta Vencedora: € 267.442,11 + R\$ 687.325,77 equivalente a R\$ 1.492.246,27
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Junho 2014 – Março 2017
- Estágio Previsto: Contrato em execução
- Estágio Atual: Recebido da FUNCEME em 17/09/2015, o Contrato assinado. Publicado no Diário Oficial do Estado em 16/10/15.

#### **10.3.3.3 Projeto: Avaliação do impacto econômico da degradação ambiental.**

Subprojeto: Contratação de Serviços de empresa de Consultoria para elaboração do projeto "AVALIAÇÃO DO IMPACTO ECONÔMICO DA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL".

- Responsável: **SEMA** - Maria Dias / Magda Marinho
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresas
- Valor Total do Projeto: US\$ 471.579,58
- Valor do TOR: US\$ 471.579,58
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Julho 2014 – Fevereiro 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Aprovação do relatório de avaliação técnica final encaminhada a SEMA em 14/12/15.

#### **10.3.3.4 Projeto: Capacitação para o pessoal técnico municipal.**

Subprojeto: Contratação de Empresa de Consultoria Especializada para Desenvolvimento e Execução de Projeto em Educação Ambiental para a Qualidade da Água nas Três Bacias Hidrográficas Estratégicas

- Responsável: **SEMA** - Maria Dias / Ulisses Rolim
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresas
- Valor Total do Projeto: US\$ 355.343,39
- Valor do TOR: US\$ 250.777,42
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Março 2015 – Agosto 2017
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Reunião de negociação realizada em 15/12/15, com o Consórcio Engesoft/Quanta.

Subprojeto: Contratação de Serviços para apoio logístico para o projeto de educação ambiental para qualidade de água nas três bacias hidrográficas estratégicos.

- Responsável: **SEMA** - Maria Dias / Ulisses Rolim
- Categoria de Licitação: Serviço de não consultoria
- Valor Total do Projeto: US\$ 355.343,39
- Valor do TOR: US\$ 104.565,97
- Método de Aquisição: Shopping
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Junho 2015 – Fevereiro 2017
- Estágio Previsto: Notificação e Adjudicação.
- Estágio Atual: Contrato 26/2015 - Publicado em 08/12/2015 Empresa vencedora MSV Multiserviços ME (R\$ 242.557,52).

#### **10.3.3.5 Projeto: Avaliação ambiental estratégica de políticas e programas do estado.**

Subprojeto: Contratação de Serviços de Consultoria para Elaboração de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de políticas e Programas do Estado do Ceará.

- Responsável: **SEMA** - Maria Dias / Francisco Leorne
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresas
- Valor Total do Projeto: 174.236,97
- Valor do TOR: US\$ 174.236,97
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Junho 2014 – Dezembro 2015
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: SEMA remeteu o relatório de avaliação técnica para análise da UGP em 29/12/15.

#### **10.3.3.6 Projeto: Projeto de lei para apoiar mercado de serviços ambientais.**

Subprojeto: Contratação de Serviços de Consultoria Especializada que irá desenvolver a elaboração do Projeto de Lei para apoiar o mercado de serviços Ambientais no Estado do Ceará.

- Responsável: **SEMA** - Maria Dias / Monica Freitas
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresas
- Valor Total do Projeto: US\$ 224.000,00
- Valor do TOR: US\$ 224.000,00
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Abril 2015 – Agosto 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Encontra-se na fase de elaboração do relatório de formação da lista curta. Portfolios encontram-se na SEMA para análise desde 04/11/15. Tendo em vista a participação insuficiente de empresas para a formação da lista curta, será solicitada a prorrogação para apresentação de portfólios até o dia 18/01/2016.

#### **10.3.3.7 Projeto: Planos de recuperação áreas degradadas (PRAD) por lixões a céu aberto.**

Subprojeto: Contratação de serviços de consultoria para elaborar planos de recuperação das áreas degradadas (PRAD) por lixões a "céu aberto".

- Responsável: **SEMA** - Maria Dias / Carla Passos / Ilana Fernandes
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresas
- Valor Total do Projeto: US\$ 844.660,13
- Valor do TOR: US\$ 844.660,13
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Abril 2015 – Março 2017
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Processo de solicitação de propostas lançada em 13/11/15. Recebimento das propostas técnicas e financeiras até o dia 14/12/15. Reunião prévia realizada no dia 23/11/15.

#### **10.3.3.8 Projeto: Implementação da coleta seletiva nas três bacias hidrográficas estratégicas.**

Subprojeto: Contratação de empresa de Serviços de Consultoria para desenvolver implementação da coleta seletiva nas três bacias hidrográficas estratégicas.

- Responsável: **SEMA** - Maria Dias / Fabiola Martins
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor Total do Projeto: US\$ 1.839.456,10
- Valor do TOR: US\$ 472.119,04
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Abril 2015 – Novembro 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Processo de solicitação de propostas lançada em 03/12/15. Recebimento das propostas Técnica e Financeira até o dia 16/01/16. Reunião prévia realizada no dia 10/12/15.

Subprojeto: Aquisição de serviços para Implementação da coleta seletiva nas três bacias hidrográficas estratégicas (Equipamentos).

- Responsável: **SEMA** - Maria Dias
- Categoria de Licitação: Serviço de Não Consultoria
- Valor Total do Projeto: US\$ 1.839.456,10
- Valor do TOR: US\$ 1.367.337,05
- Método de Aquisição: Pregão Eletrônico
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Abril 2015 – Outubro 2015
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Especificações técnicas e memória de cálculo elaborados pela SEMA.

#### **10.3.3.9 Projeto: Fortalecimento da gestão ambiental estadual**

Subprojeto: Contratação de Consultoria especializada em elaborar o planejamento estratégico do meio ambiente e realizar cursos para os técnicos da Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE

- Responsável: **SEMACE** - Mauricio Gifonni / Elizabeth Romão / Tiago Bessa
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor: US\$ 547.525,63
- Valor do TOR: US\$ 334.350,85
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Junho 2015 – Junho 2016
- Estágio Previsto: Notificação e Adjudicação.
- Estágio Atual: SEMACE remeteu a UGP o relatório e formação da lista curta para análise em 23/12/15.

Subprojeto: Contratação de Consultoria de Empresa Especializada que irá desenvolver a **Manualização dos Procedimentos Técnicos** dos Setores Finalísticos da Superintendência Estadual do Meio Ambiente.

- Responsável: **SEMACE** - Mauricio Gifonni / Elizabeth Romão / Tiago Bessa
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor Total do Projeto: US\$ 547.525,63
- Valor do TOR: US\$ 213.174,78
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Julho 2014 – Julho 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Relatório de Análise das Propostas Técnicas em análise na UGP em 11/12/15. Previsão de retorno da análise até 18/12/15.

#### **10.3.3.10 Projeto: Melhoria do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos.**

Subprojeto: Contratação de Consultoria de Empresa Especializada em Estudos de Análise e Integração dos Instrumentos de Gestão com Foco na Outorga, Cobrança e Fiscalização.

- Responsável: **SRH** - Karine Machado
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor Total do Projeto: US\$ 1.077.421,94
- Valor do TOR: US\$ 446.303,53
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Agosto 2015 – Maio 2016
- Estágio Previsto: Abertura Pública das Propostas.
- Estágio Atual: Setorial elaborando a relatório de formação da lista curta e solicitação de propostas desde 15/12/15.

Subprojeto: Contratação de Empresa de Consultoria para Implementação e Implantação do Sistema Integrado de Informações de Gestão de Recursos Hídricos.

- Responsável: **SRH** - Karine Machado
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor Total do Projeto: US\$ 1.077.421,94
- Valor do TOR: US\$ 441.009,58
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Agosto 2015 – Maio 2016
- Estágio Previsto: Abertura Pública das Propostas.
- Estágio Atual: Setorial remeteu para análise da UGP o relatório de formação da lista curta e solicitação de propostas em 29/12/15.

Subprojeto: Aquisição de equipamentos para suporte aos sistemas que serão implantados.

- Responsável: **SRH** - Karine Machado
- Categoria de Licitação: Serviço de Não consultoria
- Valor Total do Projeto: US\$ 1.077.421,94
- Valor do TOR: US\$ 130.722,71
- Método de Aquisição: Pregão eletrônico
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Agosto 2015 – Maio 2016
- Estágio Previsto: Avaliar Propostas.
- Estágio Atual: Termo de referência e memória de cálculo recebidos pela UGP para análise.

Subprojeto: Contratação de Consultoria Pessoa Física Especializada para Elaboração do Planejamento Inicial dos Sistemas de Adução e Planejamento e Elaboração do Mapa do Estado do Ceará com a Disposição Preliminar das Adutoras - **Malha D'agua**.

- Responsável: **SRH** - Karine Machado
- Categoria de Licitação: Consultoria Individual
- Valor Total do Projeto: US\$ 1.077.421,94
- Valor do TOR: US\$ 59.386,13
- Método de Aquisição: CI
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Novembro 2015 – Dezembro 2016
- Estágio Previsto: Manifestação de interesse e recebimento de Currículos
- Estágio Atual: Recebido do Banco Mundial em 14/12/15, não objeção do termo de referência e memória de cálculo. Setorial deve elaborar o Aviso de Manifestação de Interesse.

#### **10.3.3.11 Projeto: Fortalecimento do manejo estadual de recursos hídricos**

Subprojeto: Contratação de Consultoria de Empresa Especializada em Estudos Qualiquantitativos das Águas Subterrâneas da Bacia do Araripe, Ceará.

- Responsável: **COGERH** - Zulene Almada
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor Total do Projeto: US\$ 668.936,77
- Valor do TOR: US\$ 668.936,77
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Todas as etapas
- Início/Término: Julho 2014 – Novembro 2017
- Estágio Previsto: Contrato em execução.
- Estágio Atual: Contrato publicado em 15/12/2015.

#### **10.3.3.12 Projeto: Plano de Segurança Hídrica**

Subprojeto: Termo de Referência para Contratação de Consultoria para elaborar o Plano de Segurança Hídrica.

- Responsável: **COGERH** - Zulene Almada
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor Total do Projeto: US\$ 707.018,10
- Valor do TOR: US\$ 707.018,10

- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Abril 2015 – Julho 2016
- Estágio Previsto: Contrato em execução.
- Estágio Atual: Após mudanças no prazo de execução e no valor estimado, memória de cálculo, termo de referência e solicitação de propostas foram remetidos para análise da UGP em 16/12/15.

#### **10.3.3.13 Projeto: Consolidação dos Diagnósticos do Plano de Segurança Hídrica**

Subprojeto: Consolidação dos Diagnósticos do Plano de Segurança Hídrica, da situação atual das três regiões/bacias hidrográficas: Bacias do Rio Acaraú, do Rio Salgado e das Bacias Metropolitanas

- Responsável: **COGERH** - Zulene Almada
- Categoria de Licitação: Contratação Direta
- Valor: US\$ 32.791,65
- Método de Aquisição: CD
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Abril 2015 – Janeiro 2016
- Estágio Previsto: Contrato em execução
- Estágio Atual: Contrato concluído.

## 10.4 GESTÃO POR RESULTADOS

Apresenta-se aqui o desempenho em 31/12/2015 do eixo Gestão Público com foco na Gestão por Resultados que inclui: 02 Indicadores e 12 Projetos de Assistência Técnica.

### **10.4.1 Indicadores**

No segundo semestre de 2015 foi acompanhado 01 Indicador, sendo ele primário, conforme detalhes abaixo:

**10.4.1.1 Indicador Primário: DLI 11** - Número de secretarias Mutuário, utilizando o modelo para o alinhamento de incentivos com seus respectivos objetivos estratégicos.

**a) Setorial Responsável: SEPLAG – Avilton Júnior**

**b) Descrição do Indicador:** Esse projeto de Assistência Técnica também deve propor e desenvolver ferramentas e procedimentos que permitam comprovar o envolvimento formal de órgãos e secretarias do governo com uma sistemática de gestão por resultados adotada pelo Governo do Estado do Ceará. É importante destacar que o cumprimento deste Indicador está condicionado à contratação de Consultoria que será contratada com recursos da Assistência Técnica.

**c) Meta para 2015.2:** 2 Secretarias utilizando o modelo.

**d) Linha de Base:** 0 (zero)

**e) Monitoramento da meta Semestral de julho até dezembro de 2015:** O resultado do monitoramento encontra-se no Quadro 29.

Nº	Meta	Realiza do	Acompanhamento Mensal em Relação à Meta - Indicador Primário –DLI 11					
			Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
15	2 Secretarias	-	O Processo Licitatório para a contratação da Empresa está em fase de conclusão. A equipe da Comissão de Avaliação está finalizando o Relatório de Avaliação para encaminhar à PGE e iniciar o processo de negociação com a empresa vencedora.	A meta do indicador ainda não será atingida este ano em virtude do processo licitatório em fase de negociação com a Empresa. A Reunião ocorreu em 21/09/15 de setembro e as Atas de negociação, bem como a minuta do contrato foram enviadas para a NO do BM em 22/09.	o processo Licitatório encontra-se em fase de preparação das documentação s para homologação e assinatura do contrato. Previsão de assinatura/publicação do contrato até o dia 15/11/15. Empresa vencedora MACROPLAN.	A reunião de partida com a Macroplan, empresa vencedora do certame, esta prevista para o dia 1º de dezembro. E a primeira meta deste Indicador deverá ser alcançada em maio de 2016.	As metas previstas para 2015 serão cumpridas somente em 2016, conforme cronograma do Plano de Ação: 2015.1 (26/08/16); 2015.2 (28/11/16).	A meta não será cumprida. Foi enviado ao Banco um email com o Plano de ações indicando a previsão de cumprimento das metas de 2014.2 (23/05/16); 2015.1 (26/08/16); 2015.2 (28/11/16).

Fonte: UGP PforR

**f) Evidências do Cumprimento da Meta:** A meta não será cumprida. Foi enviada uma Nota Técnica e Plano de Ação ao Banco Mundial (anexo VIII) indicando a previsão de cumprimento das metas de 2014.2 (cumprimento em 23/05/16); 2015.1 (cumprimento em 26/08/16); 2015.2 (cumprimento em 28/11/16).

#### 10.4.2 Projetos de Assistência Técnica

Na área de Gestão por Resultados foram acompanhados 12 Projetos de Assistência Técnica com 03 Setoriais Responsáveis, conforme descrito a seguir.

##### 10.4.2.1 Auditoria Técnica dos Indicadores

Subprojeto: Termo de Referência para Contratação de Auditoria Individual para realização de atividades de Auditoria Técnica dos Indicadores de Desempenho Vinculados ao PforR.

- Responsável: **CGE** - Paulo Roberto
- Categoria de Licitação: Consultoria Individual
- Valor do Projeto: US\$ 89.192,29
- Valor do TOR: US\$ 89.192,29
- Valor do Contrato – Ano 1: US\$ 49.564,77
- Método de Aquisição: CI
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Abril 2014 – Novembro 2018
- Estágio Previsto: Contrato em execução
- Estágio Atual: Setorial sinalizou a rescisão contratual, visto o pedido por parte do consultor. CGE encaminhou em 14/12/15, Termo de Rescisão publicado.

##### 10.4.2.2 Projeto: Ouvidoria Ativa

Subprojeto: Ouvidoria Ativa.

- Responsável: **CGE** - Ítalo José Brígido Coelho
- Categoria de Licitação:
- Valor do Projeto: US\$ 677.617,33
- Método de Aquisição: Ainda sendo discutido

- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: N/A
- Estágio Previsto: Elaboração do termo de referência
- Estágio Atual: Após reunião na CGE em 11/12/15, onde foi discutido que o projeto será desenvolvido com dois termos.

#### 10.4.2.3 Projeto: Gestão Documental.

Subprojeto: Contratação de consultoria individual especializada, em Gestão Documental para diagnóstico da situação arquivística da CGE e execução de serviços na área de arquivologia, de elaboração de plano de classificação, tabela de temporalidade de documentos e indicação com especificações técnicas para a contratação de serviços de organização física, digitalização, microfilmagem e descarte dos documentos do arquivo da CGE.

- Responsável: **CGE** - Agláio Soares
- Categoria de Licitação: Consultoria Individual
- Valor do Projeto : US\$ 24.411,82
- Método de Aquisição: SDC
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Abril 2015 – Setembro de 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Ordem de Serviço emitida. Serviços em execução.

#### 10.4.2.4 Projeto: Suporte para a Unidade de Implementação do Projeto (UGP) IPECE.

Subprojeto: Suporte Técnico Especializado em Licitações pelas Diretrizes do Banco Mundial para as Aquisições do Componente II do Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental no Ceará – PforR Ceará. CONSULTORES PLENOS

- Responsável: **IPECE** - Cristina Medeiros
- Categoria de Licitação: Consultoria Individual
- Valor do Projeto: US\$ 500.000,36
- Valor do TOR: US\$ 307.181,18
- Método de Aquisição: CI
- Revisão Prévia/Posterior: Todos os Processos
- Início/Término: Abril 2014 – Janeiro 2018
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Contrato em execução. Sendo prestados os serviços na UGP da setorial.

Subprojeto: Suporte Técnico Especializado em Licitações pelas Diretrizes do Banco Mundial para as Aquisições do Componente II do Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental no Ceará – PforR Ceará. CONSULTOR JÚNIOR

- Responsável: **IPECE** - Cristina Medeiros
- Categoria de Licitação: Consultoria Individual
- Valor do Projeto: US\$ 500.000,36
- Valor do TOR: US\$ 21.227,67
- Método de Aquisição: CI
- Revisão Prévia/Posterior: Todos os Processos
- Início/Término: Abril 2014 – Janeiro 2018
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Contrato encerrado.

Subprojeto: Contratação de 03 (três) **Analistas em Licitações** para apoiar a UGP nas aquisições do componente II do PforR pelas Diretrizes do Banco Mundial.

- Responsável: **IPECE** - Cristina Medeiros
- Categoria de Licitação: Consultoria Individual
- Valor do Projeto: US\$ 500.000,36
- Valor do TOR: US\$ 171.591,51
- Método de Aquisição: CI
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Julho 2015 – Janeiro 2018
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Contratos assinados em 17/07/2015 e 16/11/2015. Prestando serviços na UGP.

#### **10.4.2.5 Projeto: Contratação de Consultor Individual especializado em Políticas Públicas para apoiar o IPECE nos Projetos de Assistência Técnica e na elaboração de estudos, pesquisas nos eixos do Projeto PforR no Estado.**

- Responsável: **IPECE** - Nicolino Trompieri
- Categoria de Licitação: Serviços
- Valor do Projeto: US\$ 100.266,76
- Valor do TOR: US\$ 100.266,76
- Método de Aquisição: CI
- Revisão Prévia/Posterior: Prévio
- Início/Término: Julho 2015 – Janeiro 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Serviços em execução.

#### **10.4.2.6 Projeto: Modernização Institucional do IPECE**

Subprojeto: Modernização Institucional do IPECE

- Responsável: **IPECE** - Deusimar Lira
- Categoria de Licitação: Serviço de Não consultoria
- Valor do Projeto: US\$ 195.000,00
- Método de Aquisição: NCB
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Agosto 2015 – Fevereiro 2016
- Estágio Previsto: Abertura Pública de Propostas.
- Estágio Atual: Setorial elaborando o termo de referência, com previsão de envio a UGP em 18/12/2015.

#### **10.4.2.7 Projeto: Metodologia para análise de impacto econômico.**

Subprojeto: Contratação de Consultoria de Empresa para Desenvolvimento de Metodologia para análise de impacto econômico no Estado do Ceará.

- Responsável: **IPECE** - Nicolino Trompieri
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor do Projeto: US\$ 364.824,94
- Valor do TOR: US\$ 364.824,94
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Setembro 2015 – Fevereiro 2016
- Estágio Previsto: Abertura Pública das Propostas.
- Estágio Atual: Recebido a não objeção do Banco Mundial em 14/12/15. Encaminhado ao IPECE no mesmo dia, com modelos de minuta de Comunicação Interna, minuta de Ofício e modelo de Manifestação de Interesse.

#### **10.4.2.8 Projeto: Desenvolvimento de metodologia para o custeio de programas e projetos.**

Subprojeto: Desenvolvimento de metodologia para o custeio de programas e projetos.

- Responsável: **SEPLAG** - Naiana Corrêa Lima
- Categoria de Licitação: Consultoria Individual
- Valor Total do Projeto: US\$ 200.000,00
- Método de Aquisição: CI
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Julho 2015 – Dezembro 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Termo de referência e memória de cálculo analisados pela UGP em 16/12/15. Enviados a setorial para aprovação do Secretário, antes do envio ao Banco Mundial para a não objeção.



#### **10.4.2.9 Projeto: Concepção e implementação de metodologia de planejamento de investimentos.**

Subprojeto: Termo de Referência para Contratação de Empresa de Consultoria para Desenvolvimento de Metodologia para Planejamento e Avaliação dos Projetos Estratégicos de Investimentos do Poder Executivo do Estado do Ceará.

- Responsável: **SEPLAG** - Adauto Oliveira
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor Total do Projeto: US\$ 399.001,94
- Valor do TOR: US\$ 399.001,94
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Junho 2014 – Maio 2016
- Estágio Previsto: Contrato em execução.
- Estágio Atual: Contrato publicado em 05/11/2015. Consórcio MACROPLAN/TRANSPLAN.

#### **10.4.2.10 Projeto: Apoio para o fortalecimento da Gestão por Resultados, incluindo mecanismos de coordenação intersetorial.**

Subprojeto: Termo de referência para contratação de empresa de consultoria para o apoio ao fortalecimento do modelo de gestão pública para resultados do Estado do Ceará (1ª Etapa).

- Responsável: **SEPLAG** - Avilton Júnior
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor: US\$ 935.928,05
- Valor do TOR: US\$ 935.928,05
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Agosto 2014 – Outubro 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Contrato publicado em 03/12/2015 - MACROPLAN.

#### **10.4.2.11 Projeto: Fortalecimento da participação do cidadão no planejamento e monitoramento das políticas públicas.**

- Responsável: **SEPLAG** - Dominique Gomes
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor: US\$ 446.073,87
- Valor do TOR: US\$ 446.073,87
- Método de Aquisição: SBQ
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Outubro 2014 – Agosto 2015
- Estágio Previsto: Contrato em execução.
- Estágio Atual: Setorial encaminhou para análise da UGP o relatório de avaliação técnica e planilhas de Avaliação em 29/12/15.

#### **10.4.2.12 Projeto: Auditoria da folha de pagamento e fortalecimento do controle e da gestão de da folha de pagamentos.**

Subprojeto: Termo de referência para contratação de Empresa de Consultoria especializada, para Auditar a Folha de Pagamento do Poder Executivo do Estado do Ceará.

- Responsável: **SEPLAG** - Fábio Miranda
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor: US\$ 2.113.467,61
- Valor do TOR: US\$ 1.089.866,72
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Março 2015 – Maio 2017
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Setorial está analisando as propostas técnicas.

Subprojeto: Contratação de Empresa de Consultoria para Desenvolvimento e Aplicação de Metodologia de Dimensionamento da Força de Trabalho do Poder Executivo do Estado do Ceará.

- Responsável: **SEPLAG** - Fábio Miranda
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor: US\$ 2.113.467,61
- Valor do TOR: 1.023.600,89
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Junho 2015 – Dezembro 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Recebido do Banco Mundial comentários acerca do termo de referência em 23/12/15.

## 10.5 SISTEMA FIDUCIÁRIO

No Componente II – Assistência Técnica existem cinco subcomponentes, como explicado no item 2.2, a saber: Gestão Pública, Capacitação Profissional, Assistência a Família, Qualidade da Água e o 5º subcomponente é para o Fortalecimento do Sistema Fiduciário, realizado por meio de 09 Projetos de Assistência Técnica cujo desempenho apresenta-se a seguir.

### 10.5.1 Projetos de Assistência Técnica

No subcomponente de Sistema Fiduciário foram acompanhados 09 Projetos de Assistência Técnica com 04 Setoriais Responsáveis, conforme descrito a seguir.

#### 10.5.1.1 Projeto: Desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais

Subprojeto: Serviços de consultoria para análise de requisitos, definição de métodos, técnicas e procedimentos que auxiliem o desenvolvimento e a implantação do Sistema de Informações Estratégicas de Controle (SIEC) do Poder Executivo do Estado do Ceará.

- Responsável: **CGE** - Marcelo Monteiro
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor do Projeto: US\$ 858,990,05
- Valor do TOR: US\$ 203.852,33
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Março 2015 – Setembro 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Propostas Técnicas em análise na CGE.

Subprojeto: Consultoria para Implantação do Sistema de Informações Estratégicas de Controle.

- Responsável: **CGE** - Carlos Jorge Freitas
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor do Projeto: US\$ 858,990,05
- Valor do TOR: US\$ 665.137,71
- Método de Aquisição: SBQC

- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Agosto 2015 – Março 2017
- Estágio Previsto: Preparação e envio de convite às empresas (Lista curta).
- Estágio Atual: Relatório Final da Lista Curta sendo finalizando pela CGE, para posterior envio a CEL04. Solicitação de propostas sendo elaborada pela Setorial.

#### **10.5.1.2 Projeto: Campanha de divulgação pública de dados - Educação Social**

Subprojeto: Desenvolvimento do Sistema Público de Relacionamento com o Cidadão.

- Responsável: **CGE** - Ítalo José Brígido Coelho
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor do Projeto: US\$ 1.350.000,00
- Valor do TOR: US\$ 1.000.000,00
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Março 2015– Abril 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Relatório Final da Lista Curta sendo finalizando pela CGE, com previsão do envio a UGP em 18/12/15.

Subprojeto: Capacitação da população para o Controle Social

- Responsável: **CGE** - Ítalo José Brígido Coelho
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor do Projeto: US\$ 1.350.000,00
- Valor do TOR: US\$ 350.000,00
- Método de Aquisição: LPN
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Novembro 2015 – Dezembro 2016
- Estágio Previsto: Não objeção do termo de referência.
- Estágio Atual: UGP encaminhou à CGE em 11/12/15, termo de referência com os ajustes para análise da setorial e posterior envio ao Banco Mundial para não objeção.

#### **10.5.1.3 Projeto: Capacitação para detecção de casos de fraude e corrupção e Treinamento sobre Gerenciamento de Contratos.**

Subprojeto: Contratação de consultoria de empresa especializada para realização de treinamento com foco na "Detecção de Casos de Fraude e Corrupção" tem como objetivo capacitar servidores do Poder Executivo do Estado do Ceará no que tange aos principais aspectos relacionados à identificação de condutas de fraude e corrupção.

- Responsável: **CGE** - Denise Andrade Araújo
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor do Projeto: US\$ 142.735,64
- Valor do TOR: US\$ 142.735,64
- Método de Aquisição: SMC
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Março 2015 – Fevereiro de 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: UGP reenviou para não objeção do Banco Mundial em 11/12/2015, minuta da solicitação de proposta, relatório e formação da lista curta e memória de cálculo.

#### **10.5.1.4 Projeto: Apoio à adoção das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.**

Subprojeto: Contratação de consultoria de empresa especializada para realização de treinamentos com foco no "Apoio à adoção das normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público" tem como objetivo capacitar servidores do Poder Executivo do Estado do Ceará no que tange aos principais aspectos do processo de convergência das Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público (IPSAS).

- Responsável: **CGE** - Marcelo Monteiro
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresas
- Valor do Projeto: US\$ 149.149,18
- Valor do TOR: US\$ 149.149,18

- Método de Aquisição: SMC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Março 2015 – Maio 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: solicitação de proposta, relatório e formação da lista curta encaminhados à UGP para análise em 08/12/2015.

#### **10.5.1.5 Projeto: Aquisições de equipamentos para Sistema de Informações estratégicas de controle, Portal da Transparência e Sistema de Ouvidoria.**

Subprojeto: Aquisições de equipamentos para Sistema de Informações estratégicas de controle, Portal da Transparência e Sistema de Ouvidoria.

- Responsável: **CGE** - Carlos Jorge
- Categoria de Licitação: Serviço de Não consultoria
- Valor do Projeto: US\$ 191.250,00
- Método de Aquisição: Pregão eletrônico
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Agosto 2015 – Janeiro de 2016
- Estágio Previsto: Abertura Pública de Propostas.
- Estágio Atual: Setorial elaborando as Especificações Técnicas em 11/12/15.

#### **10.5.1.6 Projeto: Remodelação de sistema de informação licitar e Preparação de Proposta para Melhoria e Padronização dos Documentos de Licitação do Estado.**

Subprojeto: Termo de Referência para Contratação de Empresa de Consultoria Especializada em Tecnologia da Informação para remodelação do Sistema de Licitação e Padronização dos Documentos da Central de Licitações do Estado do Ceará.

- Responsável: **PGE** - Valéria Rodrigues
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor do Projeto: US\$ 384.658,38
- Valor do TOR: US\$ 384.658,38
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Fevereiro 2015 – Fevereiro 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Setorial elaborando o relatório de avaliação técnica. UGP encaminhou a planilha de avaliação para análise da PGE em 15/12/15.

#### **10.5.1.7 Projeto: Desenvolvimento do Sistema (GCOMPRAS).**

Subprojeto: Contratação de empresa para desenvolver o Sistema de Compras do Estado - GCOMPRAS

- Responsável: **SEPLAG** - Valdir Silva
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor: US\$ 483.526,68
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Abril 2015 – Dezembro 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Aviso da Manifestação de Interesse em 11/12/2015 com recebimento de portfólios até o dia 19/01/2016. Publicado no UNDB em 17/12/2015.

#### **10.5.1.8 Projeto: Melhoria do Catálogo de Bens Materiais e Serviços.**

Subprojeto: Contratação de empresa especializada para desenvolver projeto de melhoria do catálogo de bens materiais e serviços do Governo do Estado do Ceará.

- Responsável: **SEPLAG** - Valdir Silva
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor: US\$ 206.373,44
- Valor do TOR: US\$ 206.373,44
- Método de Aquisição: SBQC

- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Dezembro 2014 – Junho 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Setorial está finalizando o relatório de avaliação técnica.

#### **10.5.1.9 Projeto: Fortalecimento institucional do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE)**

Subprojeto: Reformulação do Processo eletrônico do TCE

- Responsável: **TCE** - Auriço Oliveira / Raimir Holanda
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor: US\$ 995.573,94
- Valor do TOR: US\$ 806.712,10
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Setembro 2014 – Outubro 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: solicitação de proposta, relatório e formação da lista curta em elaboração pela equipe do TCE.

Subprojeto: Contratação de Consultor para Implantar as normas de Auditoria Governamental (NAGS) no Tribunal de Contas do Estado do Ceará

- Responsável: **TCE** - Auriço Oliveira / Felipe Koury
- Categoria de Licitação: Consultoria Individual
- Valor do Projeto: US\$ 995.573,94
- Valor do TOR: US\$ 87.946,22
- Método de Aquisição: CI
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Dezembro 2014 – Fevereiro 2016
- Estágio Previsto: Contrato em execução.
- Estágio Atual: Contrato em execução.

Subprojeto: Contratação de Consultoria Individual Especializada para Implantar uma Área/Unidade de Informações Estratégicas, no Âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE).

- Responsável: **TCE** - Auriço Oliveira / José Alexsandre da Silva
- Categoria de Licitação: Consultoria Individual
- Valor do Projeto: US\$ 995.573,94
- Valor do TOR: US\$ 100.915,62
- Método de Aquisição: CI
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Dezembro 2014 – Agosto 2015
- Estágio Previsto: Contrato em execução.
- Estágio Atual: Contrato concluído.

# APÊNDICES

## APÊNDICE I – Programas PPA Incluídos no Escopo do PforR Ceará

Tabela de Programas - Ano de 2015

Programas do PPA incluídos no Escopo do PforR Ceará									
Eixo	Programa	Setorial	PPA Iniciativa	Valores (R\$) Milhões				TOTAL	
				LOA	LOA	Previsão	Setoriais		
				2014	2015	2016	2017		
Capacitação Profissional	1 014 - ENSINO MÉDIO ARTICULADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	SEDUC	1 00328 - Manutenção e funcionamento das Escolas Estaduais de Educação Profissional	132,40	138,58	28,28	28,28	327,54	
			2 00771 - Construção, ampliação, adequação dos espaços escolares e aquisição de equipamentos, mobiliários, veículos, laboratórios tecnológicos e acervos para as Escolas Estaduais de Educação Profissional	168,02	71,03	64,93	64,93	368,91	
			3 00834 - Aquisição e impressão de materiais pedagógicos, apoio a projetos de estudo e pesquisa e concessão de bolsas de estágio	36,66	33,97	27,83	27,83	126,29	
	Total				337,08	243,57	121,03	121,03	822,74
Assistência à Família	2 050 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	STDS	4 03180 - Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, através dos CRAS.	7,30	7,30	9,99	9,99	34,57	
	Total				7,30	7,30	9,99	9,99	34,57
	3 041 - GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	SRH COGERH	5 05273 - Readequação e modernização da estrutura de gestão, monitoramento e fiscalização dos recursos hídricos.	0,46	0,00	0,00	0,00	0,46	
	4 032 - SANEAMENTO AMBIENTAL	CIDADES CAGECE	6 05384 - Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistema de Esgotamento Sanitário.	5,65	0,20	5,48	4,50	15,83	
	5 082 - GESTÃO DA QUALIDADE DOS RECURSOS NATURAIS E AMBIENTAIS		SEMA	7 03104 - Elaboração e implementação dos Planos de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos e de Saneamento Ambiental.	0,00	2,59	6,27	6,27	15,12
			SEMACE	8 04815 - Monitoramento, controle e fiscalização das áreas protegidas do Estado do Ceará.	0,50	0,00	0,00	0,00	0,50
			SEMACE	9 02840 - Elaboração de planos, estudos e projetos ambientais.	0,62	0,00	0,00	0,00	0,62
			SEMACE	10 02466 - Realização do monitoramento da poluição / contaminação dos recursos hídricos do Estado.	0,00	0,02	0,00	0,00	0,02
			SEMACE	11 05170 - Monitoramento, controle e fiscalização das Unidades de Conservação do Estado do Ceará.	2,75	1,92	4,80	0,00	9,47
	6 500 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DO CONPAM E VINCULADA	SEMACE	12 00001 - Ampliação, modernização da infraestrutura e desenvolvimento institucional do CONPAM e vinculada.	1,52	1,05	0,00	0,00	2,56	
	7 079 - MONITORAMENTO HIDROAMBIENTAL DO ESTADO DO CEARÁ		FUNCEME	13 02846 - Ampliação e operacionalização da rede de monitoramento hidroagrometeorológico do Estado do Ceará.	1,79	1,79	1,79	1,79	7,16
			FUNCEME	14 02847 - Elaboração do mapeamento e monitoramento hidroambiental do Ceará.	0,00	0,09	0,00	0,00	0,09
	Total				13,28	7,66	18,33	12,56	51,83
Total de Programas: 7 Total Setoriais Envolvidas: 9		Total de Iniciativas: 14 Valor Total: 908,85 milhões		357,66	258,53	149,35	143,58	909,14	

Atualizado 11/01/2016 - Relatório Execução Orçamentária

## APÊNDICE II - Indicadores Primários e Secundários por Setorial

Painel dos Indicadores PforR por Setorial																			
n°	SETORIAL RESPONSÁVEL	ÁREA	Indicadores						Metas										
			N°	N° DU	Nome	Unidade de Medida	Linha de Base	2013		2014		2015		2016		2017			
								Ano Zero	1ºSemestre	2ºSemestre	1ºSemestre	2ºSemestre	1ºSemestre	2ºSemestre	1ºSemestre	2ºSemestre			
1	SDE	Área 1 Capacitação Profissional	1	1	DL1	Aprovação da estratégia de capacitação profissional, preparação do plano de ação e implementação de ações implementadas sob o plano de ação.	Primário (Produto)	-	-	Projeto de documento de estratégia preparado e 4 acordos com setor privado e 4 acordos com universidades assinados	Comitê instituído pelo decreto	Documento de estratégia finalizado	Plano de ação publicado	-	Uma ação do plano de ação implementado	-	Uma ação adicional implementado a partir do plano de ação	Uma ação adicional implementado a partir do plano de ação	
2	SEDUC	Área 1 Capacitação Profissional	2	1	DL2	Estabelecimento de sistema de monitoramento de programas de FTP	Primário (Produto)	Sim/Não	-	-	-	-	-	Primeiro relatório de acompanhamento publicado	-	Segundo relatório de acompanhamento publicado	-		
		Área 1 Capacitação Profissional	3	2	DL3	Número total de contratos em vigor com empresas privadas para contribuir equipamentos, formação no local, e contribuir para elaboração de currículos ou instrutores do curso	Primário (Intermediário)	Numero (acumulativo)	8	-	-	-	10	12	13	15	16	18	
3	STDS	Área 2: Assistência a Família	4	1	DL4	Percentual de famílias com crianças de 0-5 no Cadastro Único nos municípios-olvo receber o apoio da família através CRAS	Primário (Intermediário)	Porcentagem	0	-	-	-	-	10.0%	-	15.0%	-	25.0%	
		Área 2: Assistência a Família	5	2	DL5	Percentagem de equipes técnicas em CRAS recebem treinamento em apoio à família.	Primário (Intermediário)	Porcentagem	0	-	-	-	15%	30%	42.5%	55%	75%	95%	
		Área 2: Assistência a Família	6	3		Percentual de famílias Cadastro Único nos municípios-olvo a receber apoio do CRAS com equipe treinada	Secundário (Resultado)	Porcentagem	0	-	-	-	-	10%	-	15%	-	25%	
4	SEPLAG	Área 2: Assistência a Família	7	1	DL6	Percentagem de projetos de assistência da família financiados pelo FECOP com matrizes lógicas implementadas.	Primário (Produto)	Porcentagem	0	-	-	-	22.5%	45%	55%	70%	82.5%	95%	
		Área 4: Gestão do setor público	8	2	DL11	Número de secretarias Mutuário, utilizando o modelo para o alinhamento de incentivos com seus respectivos objetivos estratégicos	Primário (Intermediário)	Numero (acumulativo)	0	-	-	Aprovação de modelo para o alinhamento dos incentivos	1	2	3	4	5	6	
		Área 4: Gestão do setor público	9	3	DL12	Percentagem total de investimentos públicos no âmbito do Programa preparada com metodologia aprovada	Primário (Intermediário)	Porcentagem	0	-	-	Aprovação da metodologia	-	-	5%	10%	25%	40%	
		Área 2: Assistência a Família	10	4		Criação e funcionamento de Comitê Consultivo multisetorial CPDI (Gabinete do Governador, SEDUC, SDA, SESA, STDS, SEPLAG, IPECE, SEJUS, SESPORTE e SECULT).	Secundário (Produto)	Sim/Não	-	-	-	Duas resoluções publicadas	-	Outras duas resoluções publicadas	-	Outras duas resoluções publicadas	-	Outras duas resoluções publicadas e relatório sobre as atividades do Comitê publicado	
5	SRH	Área 3: Qualidade da Água	11	1	DL7	Estabelecimento de comitê multisetorial de Segurança Hídrica.	Primário (Produto)	-	-	Comitê instituído pelo decreto	-	-	Diagnóstico de Bacias completos	-	Minutas de pelo menos duas reuniões realizadas	Minutas de pelo menos duas reuniões	Minutas de pelo menos duas reuniões realizadas	Minutas de pelo menos duas reuniões realizadas	
6	CAGECE	Área 3: Qualidade da Água	12	1	DL8	Percentagem de domicílios com conexão adequada ao sistema de esgoto.	Primário (Intermediário)	Porcentagem	83.3%	-	83.8%	84.3%	84.6%	84.9%	85.2%	85.5%	85.7%	85.9%	
7	SEMA	Área 3: Qualidade da Água	13	1		Apresentação da Lei de Resíduos Sólidos revista.	Secundário (Produto)	Sim/Não	0	-	-	-	-	Divulgação e implementação	-	Implementação e monitoramento	-	Implementação e monitoramento	
		Área 3: Qualidade da Água	14	2	DL9	Índice de qualidade da fiscalização ambiental.	Primário (Intermediário)	Índice	17%	-	28%	40%	50%	60%	65%	70%	75%	80%	
8	COGERH	Área 3: Qualidade da Água	15	1		Apresentação dos planos de segurança hídrica para três bacias hidrográficas estratégicas	Secundário (Produto)	Sim/Não	0	-	-	-	Termos de referência elaborados	-	Planos preparados	-	Plano adotado e em fase de implantação	-	Implementação de planos de monitoramento
		Área 3: Qualidade da Água	16	2		Apresentação da nova lei de proteção das bacias hidrográficas.	Secundário (Produto)	Sim/Não	0	-	-	-	Proposta e consultas completos	-	Projeto de lei apresentados	-	Divulgação da lei	-	Aplicação da legislação em bacias hidrográficas estratégicas
		Área 3: Qualidade da Água	17	3		Qualidade da água bruta na Região Metropolitana de Fortaleza.	Secundário Resultado	Índice	612	-	-	627	-	643	-	659	-	675	
9	FUNCEME	Área 3: Qualidade da Água	18	1	DL10	Implementação do monitoramento participativo da qualidade da água.	Primário (Intermediário)	Numero	0%	-	-	-	Metodologia de monitoramento definida e adotada	Protocolo de coleta de dados definida e adotada	-	Metodologia implementada em um reservatório estratégico	-	Metodologia implementada em dois reservatórios estratégicos adicionais	
10	IPECE	Área 1 Capacitação Profissional	19	1		Número de técnicos com nível médio absorvidos pelo setor produtivo (público e privado) (ajustado para o ciclo econômico).	Secundário (Resultado)	Numero (acumulativo)	24.543	-	-	27.800	-	29.000	-	30.300	-	31600	
Total: 10 Setoriais			Total: 19 Indicadores						Total: 94 metas										



## Apêndice III - Valores de Desembolso para cada Meta

Anexo 3 DO PAD: Indicadores vinculados ao desembolso, arranjos de desembolso e protocolos de verificação. (PAD página 40-41)													
Matriz de Indicadores Vinculados ao Desembolso PforR													
Indicadores	Financiamento total alocado ao DLI	% do valor total financiado	DLI Baseline	Cronologia indicativa para alcances de DLI – desembolsos planejados (US\$ milhões)									
				Ano 0	Ano 0.5	Ano 1	Ano 1.5	Ano 2	Ano 2.5	Ano 3	Ano 3.5	Ano 4	Total
DLI 1: aprovação das estratégias de capacitação profissional, preparação do plano de ação e implementação das ações selecionadas sob o plano de ação	62,8	20,0	0	39.375.000	4.462.500,0	6.198.000,00	2.744.448,00	-	3.444.000,00	-	3.444.000,00	3.120.000,00	62.787.948,00
DLI 2: estabelecimento do sistema de monitoramento para programas TVET	6,9	2,2	0	-	-	-	-	-	3.444.000,00	-	3.444.000,00	-	6.888.000,00
DLI 3: número total de acordos em vigência com empresas privadas para contribuir com equipamentos, treinamento in loco e fazer recomendações para elaboração da grade curricular ou instrutores de cursos.	19,6	6,2	8	-	-	-	2.744.444,00	3.403.750,00	3.444.000,00	3.438.000,00	3.444.000,00	3.120.000,00	19.594.194,00
DLI 4: Porcentagem de famílias de 0 a 5 anos inscritas no Cadastro Único localizadas nos municípios alvo que estejam recebendo apoio familiar através do CRAS	10	3,2	38,2	-	-	-	-	3.403.750,00	-	3.438.000,00	-	3.120.000,00	9.961.750,00
DLI 5: Porcentagem de equipes técnicas no CRAS capacitadas em apoio familiar	19,6	6,2	0	-	-	-	2.744.444,00	3.403.750,00	3.444.000,00	3.438.000,00	3.444.000,00	3.120.000,00	19.594.194,00
DLI 6: Porcentagem de projetos de assistência à família financiados pelo FECOP que tenham matrizes lógicas	19,6	6,2	0	-	-	-	2.744.444,00	3.403.750,00	3.444.000,00	3.438.000,00	3.444.000,00	3.120.000,00	19.594.194,00
DLI 7: Estabelecimento de um comitê interagência de segurança hídrica	55,6	17,7	0	39.375.000	-	-	2.744.444,00	-	3.444.000,00	3.438.000,00	3.444.000,00	3.120.000,00	55.565.444,00
DLI 8: Porcentagem de domicílios com conexão adequada ao sistema de esgoto	31	9,9	83,3	-	5.250.000,00	6.198.000,00	2.744.444,00	3.403.750,00	3.444.000,00	3.438.000,00	3.444.000,00	3.120.000,00	31.042.194,00
DLI 9: Índice da qualidade da fiscalização ambiental	31	9,9	17	-	5.250.000,00	6.198.000,00	2.744.444,00	3.403.750,00	3.444.000,00	3.438.000,00	3.444.000,00	3.120.000,00	31.042.194,00
DLI 10: Implementação do monitoramento participativo da qualidade da água.	12,7	4,0	0	-	-	-	2.744.444,00	3.403.750,00	-	3.438.000,00	-	3.120.000,00	12.706.194,00
DLI 11: Número de secretarias que estejam usando o modelo para alinhamento dos incentivos com seus respectivos objetivos estratégicos.	25,8	8,2	0	-	-	6.198.000,00	2.744.444,00	3.403.750,00	3.444.000,00	3.438.000,00	3.444.000,00	3.120.000,00	25.792.194,00
DLI 12: Porcentagem total de investimentos públicos sob o Programa usando metodologia aprovada	19,6	6,3	0	-	-	6.198.000,00	-	-	3.444.000,00	3.438.000,00	3.444.000,00	3.120.000,00	19.644.000,00
Taxa de abertura relativa ao Programa	0,7875				787.500,00								787.500,00
<b>Total do Financiamento Alocado:</b>	<b>315</b>	<b>100</b>	<b>-</b>	<b>78.750.000</b>	<b>15.750.000</b>	<b>30.990.000</b>	<b>24.700.000</b>	<b>27.230.000</b>	<b>34.440.000</b>	<b>34.380.000</b>	<b>34.440.000</b>	<b>34.320.000</b>	<b>315.000.000</b>
	<b>315,0</b>			<b>78,75</b>	<b>15,75</b>	<b>30,99</b>	<b>24,70</b>	<b>27,23</b>	<b>34,44</b>	<b>34,38</b>	<b>34,44</b>	<b>34,32</b>	<b>315,0</b>
<b>Previsão desembolso</b>							mar/15	set/15	mar/16	set/16	mar/17	set/17	mar/18

## APÊNDICE IV – Lista de Projetos de Assistência Técnica por Setorial

**Lista dos Projetos de Assistência Técnica PforR por Setoriais**

nº	Órgão	Projetos	Responsável	Por Projeto (US\$)	Por setorial (US\$)	Nome do Subprojeto	Programado (US\$) Depois Missão Outubro 2015		
1	ARCE	1	Recomendações para a estrutura do regulamento de gestão de resíduos sólidos e elaboração de instrumentos regulatórios.	Alexandre Caetano	443.428,54	443.428,54	1	Recomendações para a estrutura do regulamento de gestão de resíduos sólidos e elaboração de instrumentos regulatórios.	443.428,54
2	CGE	2	Auditoria Técnica dos Indicadores	Paulo Roberto	89.192,29	3.483.345,30	2	Auditoria Técnica dos Indicadores	89.192,29
		3	Desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais.	Marcelo Monteiro	858.990,05		3	Serviços de consultoria para análise de requisitos, definição de métodos, técnicas e procedimentos que auxiliem o desenvolvimento e a implantação do Sistema de Informações Estratégicas de Controle (SIEC).	203.852,33
				Carlos Jorge			4	Consultoria para Implantação do Sistema de Informações Estratégicas de Controle (SIEC).	655.137,71
		4	Campanha de divulgação pública de dados - Educação Social	Ítalo Brígido Coelho	1.350.000,00		5	Desenvolvimento do Sistema Público de Relacionamento com o Cidadão.	1.000.000,00
				Ítalo Brígido Coelho			6	Capacitação da população para o Controle Social	350.000,00
		5	Capacitação para detecção de casos de fraude e corrupção e Treinamento sobre Gerenciamento de Contratos	Denise Andrade Araújo	142.735,64		7	Capacitação para detecção de casos de fraude e corrupção e Treinamento sobre Gerenciamento de Contratos	142.735,64
		6	Apoio à adoção das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público .	Marcelo Monteiro	149.148,18		8	Apoio à adoção das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público .	149.148,18
		7	Feedback Cidadão / Ouvidoria Ativa	Ítalo Brígido Coelho	677.617,33		9	Feedback Cidadão/ Ouvidoria Ativa	677.617,33
		8	Gestão Documental.	Aglaio Soares	24.411,82		10	Gestão Documental.	24.411,82
9	Aquisições de equipamentos para Sistema de Informações estratégicas de controle, Portal da Transparência e Sistema de Ouvidoria.	Carlos Jorge	191.250,00	11	Aquisições de equipamentos para Sistema de Informações estratégicas de controle, Portal da Transparência e Sistema de Ouvidoria.	191.250,00			
3	FUNCEME	10	Metodologia de modelagem de qualidade da água.	Francisco Hoilton	639.267,69	639.267,69	12	Metodologia de modelagem de qualidade da água.	639.267,69
4	IPECE	11	Suporte para a Unidade de Implementação do Projeto (UGP) IPECE - <b>Consultores durante quatro anos.</b>	Cristina Medeiros	500.000,36	2.265.092,07	13	Suporte Técnico Especializado em Licitações pelas Diretrizes do Banco Mundial para as Aquisições do Componente II do Projeto PforR Ceará - <b>CONSULTORES PLENOS</b>	307.181,18
				Cristina Medeiros			14	Suporte Técnico Especializado em Licitações pelas Diretrizes do Banco Mundial para as Aquisições do Componente II do Projeto PforR Ceará. <b>CONSULTOR JÚNIOR</b>	21.227,67
				Cristina Medeiros			15	Suporte Técnico Especializado em Licitações pelas Diretrizes do Banco Mundial para as Aquisições do Componente II do Projeto PforR Ceará. <b>ANALISTA LICITAÇÕES</b>	171.591,51
		12	Consultor Individual especializado em <b>Políticas Públicas</b> para apoiar o IPECE nos Projetos de Assistência Técnica e na elaboração de estudos, pesquisas nos eixos do PforR.	Nicolino Trompieri	100.266,76		16	Consultor Individual especializado em <b>Políticas Públicas</b> para apoiar o IPECE nos Projetos de Assistência Técnica e na elaboração de estudos, pesquisas nos eixos do PforR.	100.266,76
		13	Desenvolvimentos de Sistemas - <b>IPECE DATA e Monitoramento FECOP.</b>	Mario Aragão	1.105.000,00		17	Desenvolvimentos de Sistemas - IPECE DATA e Monitoramento FECOP.	1.105.000,00
		14	Modernização Institucional do IPECE	Deusimar Lira e Mario Aragão	195.000,00		18	Modernização Institucional do IPECE	195.000,00
15	Metodologias para análise de impacto econômico	Nicolino Trompieri e Witalo Paiva	364.824,94	19	Metodologias para análise de impacto econômico.	364.824,94			
5	PGE	16	Remodelação de sistema de informação licitar (US\$500mil) e Preparação de Proposta para Melhoria e Padronização dos Documentos de Licitação do Estado (US\$25mil)	Valéria Rodrigues	384.658,38	384.658,38	20	Remodelação de sistema de informação licitar (US\$500mil) e Preparação de Proposta para Melhoria e Padronização dos Documentos de Licitação do Estado (US\$25mil)	384.658,38
6	SDE	17	Modernização do Sistema de Monitoramento das Empresas Incentivadas	Fernando Barreto	396.053,05	396.053,05	21	Modernização do Sistema de Monitoramento das Empresas Incentivadas	340.209,03
				Inês Studart			22	Impact Evaluation Workshop em Istambul	2.894,02
				Fernando Barreto			23	Aquisição de equipamentos de T.I para o sistema de monitoramento.	52.950,00
7	SECITECE	18	Definir, estabelecer e implantar um sistema de monitoramento e avaliação para coletar dados e informações relacionadas com programas.	Sandra Monteiro	210.156,98	416.001,49	24	Criação Observatório de Políticas Públicas Estaduais de Apoio a Ciência, Tecnologia e Inovação no Ceará	210.156,98
		19	Elaboração do Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Ceará.	Sandra Monteiro	172.166,03		25	Elaboração do Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Ceará.	172.166,03
		20	Estudo para avaliar a viabilidade para um Parque Tecnológico no Estado do Ceará e fornecer recomendações.	Sandra Monteiro	33.678,47		26	Estudo para avaliar a viabilidade para um Parque Tecnológico no Estado do Ceará e fornecer recomendações.	33.678,47

nº	Órgão	Projetos	Responsável	Por Projeto (US\$)	Por setorial (US\$)	Nome do Subprojeto	Programado (US\$) Depois Missão Outubro 2015	
8	SEDUC	21	Suporte para reformular o teste de proficiência administrado aos alunos das escolas secundárias estaduais de educação profissional, tomando em consideração a possibilidade de desenvolver certificações de habilidades validadas e reconhecidas junto ao setor produtivo.	Marta Emilia	330.000,00	27	Suporte para reformular o teste de proficiência administrado aos alunos das escolas secundárias estaduais de educação profissional, tomando em consideração a possibilidade de desenvolver certificações de habilidades validadas e reconhecidas junto ao setor produtivo.	330.000,00
		22	Apoio na melhoria do desenho da formação continuada voltados para gestores, professores e instrutores das escolas de educação profissional secundárias do Estado.	Marta Emilia	371.845,87	28	Apoio na melhoria do desenho da formação continuada voltados para gestores, professores e instrutores das escolas de educação profissional secundárias do Estado. <b>Incluindo a Avaliação de Desempenho Institucional</b>	371.845,87
		23	Avaliação de Impacto de programas de Educação Profissional, Formação Técnica e Formação de Professores.	Andréa Rocha	103.154,13	29	Avaliação de Impacto de programas de Educação Profissional - <b>Coleta de Dados.</b>	50.000,00
				Andréa Rocha		30	Avaliação de Impacto de programas de Educação Profissional - <b>Consultor Individual Estatístico</b>	50.000,00
				Andréa Rocha		31	Impact Evaluation Workshop em Istambul	3.154,13
		24	Treinamento para os Coordenadores e Diretores de Creches.	Henrique Cézar Martins Gomes	746.306,25	32	CURSO sobre Programa de Liderança Executiva em Desenvolvimento da Primeira Infância para 01 técnico da SEDUC. <sup>30</sup>	4.466,03
				Henrique Cézar Martins Gomes		33	Contratação de Consultoria Individual para Treinamento em instrumento WMS (World Management Survey)	21.255,20
				Henrique Cézar Martins Gomes		34	Consultoria de Empresa para o desenvolvimento das ações de formação para gestores das creches e pré-escolas dos municípios cearenses beneficiados através do Programa de Fortalecimento Institucional da Educação infantil.	720.585,02
		25	PADIN - Desenho , implementação, monitoramento e avaliação do piloto de apoio domiciliário.	Henrique Cézar Martins Gomes	2.117.653,10	35	Contratação de Consultor Individual Especialista em <b>Avaliação</b> de Programas para identificar o impacto do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil – PADIN sobre o desenvolvimento cognitivo e não cognitivo das crianças participantes do programa.	16.557,58
				Henrique Cézar Martins Gomes		36	Contratação de Consultoria Individual especializada em Desenvolvimento Infantil, com foco na <b>educação</b> , para o aprofundamento do referencial teórico e operacional do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil (PADIN).	25.207,85
				Henrique Cézar Martins Gomes		37	Contratação de Consultoria Individual especializada em Desenvolvimento Infantil, com <b>foco na saúde</b> , para o aprofundamento do referencial teórico e operacional do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil (PADIN). <sup>36</sup>	29.188,04
				Henrique Cézar Martins Gomes		38	Contratação de empresa especializada para elaboração de <b>arte gráfica/design</b> , revisão ortográfica, editoração, diagramação, revisão de conteúdo, expedição de arquivo digital e impressão gráfica dos manuais e cartilhas do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil – PADIN, da Secretaria da Educação. <sup>37</sup>	71.219,89
				Henrique Cézar Martins Gomes		39	Contratação de serviços técnicos de Empresa de Consultoria especializada em <b>visitas domiciliares e para formação dos Agentes</b> de Desenvolvimento Infantil e dos supervisores do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil (PADIN).	169.793,60
				Henrique Cézar Martins Gomes		40	Contratação de serviço de empresa para apoio logístico das formações do PADIN	486.491,39
				Henrique Cézar Martins Gomes		41	Contratação de Consultoria Individual para trabalhar as relações sociais	56.490,16
				Henrique Cézar Martins Gomes		42	Desenvolvimento e construção do kit de brinquedos usados para JAD e ADI para PADIM.	296.550,60
				Henrique Cézar Martins Gomes		43	Contratação de Empresa de Consultoria para realizar Aplicação e Avaliar os resultados de Impacto do PADIN.	931.503,15
				Henrique Cézar Martins Gomes		44	Contratação de Consultoria Individual para Coordenar o Trabalho de Campo para Avaliação de Programa PADIN	34.650,83

nº	Órgão	Projetos	Responsável	Por Projeto (US\$)	Por setorial (US\$)	Nome do Subprojeto	Programado (US\$) Depois Missão Outubro 2015		
9	SEMA	26	Avaliação do impacto econômico da degradação ambiental.	Maria Dias	471.579,58	3.909.276,17	45	Avaliação do impacto econômico da degradação ambiental.	471.579,58
		27	Capacitação para o pessoal técnico municipal.	Maria Dias	355.343,39		46	Desenvolvimento e execução de projeto em educação ambiental para a qualidade da água nas três bacias estratégicas.	250.777,42
				Maria Dias			47	Apoio logístico para projeto de educação ambiental para qualidade da água nas três bacias estratégicas.	104.565,97
		28	Avaliação ambiental estratégica de políticas e programas do estado.	Maria Dias	174.236,97		48	Avaliação ambiental estratégica de políticas e programas do estado.	174.236,97
		29	Projeto de lei para apoiar mercado de serviços ambientais	Maria Dias	224.000,00		49	Projeto de lei para apoiar mercado de serviços ambientais.	224.000,00
		30	Planos de recuperação áreas degradadas (PRAD) por lixões a céu aberto.	Maria Dias	844.660,13		50	Planos de recuperação áreas degradadas (PRAD) por lixões a céu aberto.	844.660,13
		31	Implementação da coleta seletiva nas três bacias hidrográficas estratégicas.	Maria Dias	472.119,04		51	Contratação de empresa de Serviços de Consultoria para desenvolver <b>implementação</b> da coleta seletiva nas três bacias hidrográficas estratégicas.	472.119,04
Maria Dias	1.367.337,05			52	Implementação da coleta seletiva nas três bacias hidrográficas estratégicas. <b>(Equipamentos)</b> .	1.367.337,05			
10	SEMACE	32	Fortalecimento da gestão ambiental estadual	Maurício Gifonni	334.350,85	547.525,63	53	Contratação de consultoria especializada em elaborar o planejamento estratégico do meio ambiente e realizar cursos de <b>capacitação</b> para os técnicos da Superintendência Estadual do Meio Ambiente - Semace.	334.350,85
							54	Contratação de Consultoria de Empresa Especializada que irá desenvolver a <b>Manualização</b> dos Procedimentos Técnicos dos Setores Finalísticos da Superintendência Estadual do Meio Ambiente - Semace.	213.174,78
11	SEPLAG	33	Desenvolvimento de metodologia para o custeio de programas e projetos.	Naiana Correia	200.000,00	4.784.371,59	55	Desenvolvimento de metodologia para o custeio de programas e projetos.	200.000,00
		34	Concepção e implementação de metodologia de planejamento de investimentos.	Adauto Oliveira	399.001,94		56	Concepção de metodologia de planejamento de investimentos.	399.001,94
		35	Apoio para o fortalecimento da Gestão por Resultados, incluindo mecanismos de coordenação inter-setorial.	Avilton Júnior	935.928,05		57	Apoio para o fortalecimento da Gestão por Resultados, incluindo mecanismos de coordenação inter-setorial (1a. Etapa)	935.928,05
		36	Fortalecimento da participação do cidadão no planejamento e monitoramento das políticas públicas	Dominique Gomes	446.073,87		58	Contratação de empresa especializada para prestar serviços de consultoria com o objetivo de fortalecer a participação cidadã no planejamento e monitoramento das políticas, planos, projetos e serviços públicos no Governo do Estado do Ceará.	446.073,87
		37	Auditoria da folha de pagamento e fortalecimento do controle e da gestão de da folha de pagamentos.	Fábio Miranda	2.113.467,61		59	Contratação de empresa especializada para o desenvolvimento do modelo de auditoria e melhoria dos processos de Gestão de Pessoas que impactam na Folha de Pagamento dos servidores públicos civis e militares ativos, inativos e pensionistas, bem como exclusivos comissionados e temporários do Poder Executivo do Estado do Ceará.	1.089.866,72
							60	Contratação de Empresa de Consultoria especializada para elaborar o projeto de Aprimoramento do Modelo de Administração e Gestão de Pessoas do Governo do Estado do Ceará	1.023.600,89
		38	Desenvolvimento do Sistema Planejamento de Compras (GCOMPRAS).	Valdir Silva	483.526,68		61	Desenvolvimento do Sistema Planejamento de Compras (GCOMPRAS).	483.526,68
39	Melhoria do Catálogo de Bens Materiais e Serviços.	Valdir Silva	206.373,44	62	Melhoria do Catálogo de Bens Materiais e Serviços.	206.373,44			
12	SRH	40	Melhoria do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos	Karine Machado	1.077.421,94	1.077.421,94	63	Análise e Integração dos Instrumentos de Gestão com Foco na Outorga e Cobrança.	446.303,53
				Karine Machado			64	Sistema de Informação de Gestão dos Recursos Hídricos (cadastro, fiscalização, outorga, monitoramento qualitativo, segurança de barragens e medição) com Integração com o Sistema Administrativo Financeiro PROTUEUS.	441.009,58
				Karine Machado			65	Aquisição de equipamentos para suporte aos sistemas que serão implantados.	130.722,71
				Karine Machado			66	Consultor Individual - Malha D'água	59.386,13

nº	Órgão	Projetos	Responsável	Por Projeto (US\$)	Por setorial (US\$)	Nome do Subprojeto	Programado (US\$) Depois Missão Outubro 2015		
13	COGERH	41	Fortalecimento do manejo estadual de recursos hídricos. (COGERH).	Zulene Almada	668.936,77	1.408.746,52	67	Fortalecimento do manejo estadual de recursos hídricos.	668.936,77
		42	Plano de Segurança Hídrica	Zulene Almada	707.018,10		68	Plano de Segurança Hídrica	707.018,10
		43	Consolidação dos Diagnósticos das Bacias Hidrográficas (Metropolitana, Acarau e Salgado)	Zulene Almada	32.791,65		69	Consolidação dos Diagnósticos das Bacias Hidrográficas (Metropolitana, Acarau e Salgado)	32.791,65
14	STDS	44	Monitoramento e capacitação dos CRAS.	Sebastião Araújo	63.406,11	950.477,43	70	Contratação de Consultoria Individual Especializada em Desenvolvimento Infantil, com Foco no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Assistência Social para Crianças de 0 a 6 Anos e suas Famílias visando o Aprofundamento desse Referencial teórico operacional junto às Equipes de Referência dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS.	63.406,11
				Sebastião Araújo	62.379,91		71	Aquisição de Serviços de Empresa Especializada na Elaboração de Arte Gráfica/Design, Revisão Ortográfica, Editoração, Diagramação, Revisão de Conteúdo, Expedição de Arquivo Digital e Impressão Gráfica dos Manuais para Capacitação das Equipes de Referência dos Centros de Referência da Assistência Social.	62.379,91
				Sebastião Araújo	210.332,11		72	Elaborar e Implementar Sistema de Monitoramento e Avaliação das Ações da STDS no âmbito do PforR.	210.332,11
				Sebastião Araújo	11.177,26		73	Aquisições de tablets para o Sistema de monitoramento utilizados pelas equipes dos CRAS.	11.177,26
				Sebastião Araújo	603.182,03		74	Capacitação de Equipes Técnicas dos CRAS de 36 municípios do Estado do Ceará	603.182,03
15	TCE	45	Fortalecimento institucional do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE)	Auriço Oliveira	806.712,10	995.573,94	75	Reformulação do Processo eletrônico do TCE.	806.712,10
				Auriço Oliveira	87.946,22		76	Contratação de Consultor para implantar as Normas de Auditoria Governamental (Nags) no Tribunal de Contas do Estado do Ceará.	87.946,22
				Auriço Oliveira	100.915,62		77	Contratação de Consultoria Individual Especializada para Implantar uma Área/Unidade de Informações Estratégicas, no Âmbito do Tribunal de Contas do estado do Ceará (Tce-Ce).	100.915,62
TOTAL PROJETOS				25.370.199,09	25.370.199,09		25.370.199,09		
VALOR PREVISTO A SER TRANSFERIDO NA REVISÃO DE MEIO TERMO DO PROJETO <sup>20</sup>				8.659.594,54			8.659.594,54		
FUNDO DE CONTIGÊNCIA				970.206,37			970.206,37		
TOTAL				35.000.000,00			35.000.000,00		

20 Na Missão de outubro do Banco Mundial ficou acordado que parte do valor total do Componente II não utilizado seria transferido para o Componente I, na Revisão de Meio Termo do Projeto.

## Anexos

**ANEXO I - Evidência do atendimento do Indicador DLI 3 (SEDUC)** - Número total de contratos em vigor com empresas privadas para contribuir equipamentos, formação no local, e contribuir para elaboração de currículos ou instrutores do curso.

**ANEXO II - Evidência do atendimento do Indicador DLI 4 (STDS) e Nota Técnica 05/2016** - Percentual de famílias com crianças de 0-5 no Cadastro Único nos municípios-alvo receber o apoio da família através CRAS.

**ANEXO III - Evidência do atendimento do Indicador DLI 5 (STDS)** - Porcentagem de equipes técnicas no CRAS capacitadas em apoio familiar.

**ANEXO IV - Evidência do atendimento do Indicador DLI 6 (SEPLAG)** - Porcentagem de projetos de assistência à família financiados pelo FECOP com matrizes lógicas implementadas.

**ANEXO V - Evidência do atendimento do Indicador DLI 8 (CAGECE)** - Porcentagem de domicílios com conexão adequada ao sistema de esgoto.

**ANEXO VI - Evidência do atendimento do Indicador DLI 9 (SEMA)** - Índice de Qualidade da Fiscalização Ambiental.

**ANEXO VII - Informação sobre a Meta e Plano de Trabalho com previsão de entrega dos Produtos (metas) do Indicador DLI 10 (FUNCEME)** - Implementação de monitoramento participativo da qualidade da água.

**ANEXO VIII - Nota Técnica e Plano de Ação DLI 11 (SEPLAG)** - Número de secretarias Mutuário, utilizando o modelo para o alinhamento de incentivos com seus respectivos objetivos estratégicos.

**ANEXO IX - Nota Técnica Indicador Secundário (IPECE)** - Número de técnicos com ensino médio completo absorvidos pelo setor produtivo (público e privado) (ajustado para o ciclo econômico).

**ANEXO X - Evidência do atendimento do Indicador Secundário (SEPLAG):** Criação e funcionamento de Comitê Consultivo multissetorial CPDI (Gabinete do Governador, SEDUC, SDA, SESA, STDS, SEPLAG, IPECE, SEJUS, SESPORTE e SECULT).

**ANEXO XI - Nota Técnica Indicador Secundário (COGERH)** - Apresentação de Planos de Segurança de Água para três Bacias Hidrográficas estratégicas.

**ANEXO XII - Nota Técnica Indicador Secundário (COGERH)** - Apresentação de nova Lei de Bacias Hidrográficas

**ANEXO XIII - Evidência do atendimento do Indicador Secundário (COGERH)** - Qualidade da água bruta, na região metropolitana de Fortaleza.

**ANEXO XIV - Nota Técnica Indicador Secundário (SEMA)** - Apresentação da Lei de Gestão de Resíduos Sólidos Revista.

## **ANEXO I**

**Evidência do atendimento do Indicador DLI 3 (SEDUC)** - Número total de contratos em vigor com empresas privadas para contribuir equipamentos, formação no local, e contribuir para elaboração de currículos ou instrutores do curso.





Coordenação da Educação Profissional - COEDP  
Célula de Estágios - CEEST

Ofício Nº 240/ 2015 – CEEST/COEDP

Fortaleza, 27 de novembro de 2015.

**À.Sra.**  
Cristina Medeiros  
Coordenadora da UGP Pfor

Prezada Coordenadora,

Ao cumprimentá-la cordialmente, informamos que as evidências do cumprimento da meta no segundo semestre de 2015 (12 acordos) do indicador primário, número total de acordos em vigência com empresas privadas para contribuir com equipamentos, formação dos alunos e instrutores e elaboração dos currículos dos cursos técnicos, seguem em anexo, conforme relação abaixo:

TERMO DE COOPERAÇÃO VIGENTES			
INSTITUIÇÃO	OBJETO	DATA DA VIGÊNCIA	PUBLICAÇÃO NO D.O.E
SINCOPEÇAS	Este instrumento tem por objeto a cooperação técnica entre os partícipes, visando a formação técnica qualificada de alunos regularmente matriculados na rede de escola estadual de educação profissional, no Curso Técnico de Manutenção Automotiva.	31/12/18	19/06/2015 PAG.36
BRILHANTE EVENTOS/Stand Sign	Este instrumento tem por objeto a cooperação técnica entre os partícipes, durante o itinerário formativo do Curso Técnico em Eventos, na rede de escola estadual de educação profissional, visando à formação técnica qualificada de alunos regularmente matriculados.	31/12/18	03/09/2015 PAG.57
SINDIQUIMICA	participes no desenvolvimento de ações conjuntas visando integrar a formação técnica dos estudantes das escolas estaduais de educação profissional ao mundo do trabalho, nos cursos afins às áreas de interesse do SindiQuímica, contribuindo para o desenvolvimento dos setores produtivos por meio de formação técnica qualificada de estudantes cearenses, que atenda aos desafios contemporâneos de preparação para o mundo do trabalho.	30/12/18	31/07/2015 PAG.37
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E ENGENHARIA – DAE	Este instrumento tem por objeto a cooperação técnica entre a SEDUC e a Concedente, visando ao aprendizado para a vida cidadã e para o estágio de alunos regularmente matriculados no 3º ano do Curso Técnico da Escola Estadual de Educação Profissional.	31/12/18	19/06/2015 PAG.35/36
FCDL/CDL FORTALEZA E FACULDADE CDL	Este instrumento tem por objeto a cooperação técnica entre a SEDUC e FCDL CE, CDL DE FORTALEZA e FACULDADE CDL, visando ao aprendizado para a vida cidadã e para o estágio de alunos regularmente matriculados no 3º do Curso Técnico da Escola Estadual de Educação Profissional	31/12/18	30/06/2015 PAG.42/43
SINDIMÓVEIS	Este instrumento tem por objeto a cooperação técnica entre os partícipes, visando à formação técnica qualificada de alunos regularmente matriculados na rede de Escola Estadual de Educação Profissional, nos cursos técnicos em Móveis, Mecânica e Logística.	31/12/18	12/02/2015 PAG.83



<b>AQUACRUSTA</b>	Este instrumento tem por objeto a cooperação técnica entre os participantes, visando à formação técnica qualificada de alunos regularmente matriculados na rede de Escola Estadual de Educação Profissional, no curso Técnico em Aquicultura	31/12/18	04/02/2015 PAG.23
<b>FUNDAÇÃO DEMÓCRITO ROCHA</b>	Este instrumento tem por objeto a Cooperação Técnica entre a SEDUC e a Concedente, visando ao aprendizado para a vida cidadã e para o estágio de alunos regularmente matriculados nos cursos técnicos oferecidos pela Fundação Demócrito Rocha	22/12/18	14/01/2015 PAG.12
<b>ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS EMPRESÁRIOS – AJE</b>	participes visando ao aprendizado para a vida cidadã e para o estágio de alunos regularmente matriculados no 3º ano do Curso Técnico da Escola Estadual de Educação Profissional assim como no desenvolvimento de ações conjuntas visando integrar a formação técnica dos estudantes das Escolas Estaduais de Educação Profissional de Fortaleza ao Mundo do Trabalho, nos cursos afins às áreas de interesse da AJE.	30/12/18	19/06/2015 PAG34/35
<b>SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO NO ESTADO – SIMEC</b>	participes no desenvolvimento de ações conjuntas visando integrar a formação técnica dos estudantes das Escolas Estaduais de Educação Profissional ao mundo do Trabalho, nos cursos afins às áreas de interesse do SIMEC, contribuindo para o desenvolvimento dos setores produtivos por meio de formação técnica qualificada de estudantes cearenses que atenda aos desafios contemporâneos de preparação para o mundo do trabalho.	30/12/18	19/06/2015 PAG.35
<b>ECAP/ADCOS</b>	O objeto do presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA é a junção de esforços para a realização, em conjunto, de ações visando à formação técnica qualificada de professores e alunos regularmente matriculados na rede de escolas estaduais de educação profissional.	31/12/18	02/09/2015 PAG. 52/53
<b>COMPANHIA DOCAS</b>	Este instrumento tem por objeto a cooperação técnica entre os participantes, visando à formação técnica qualificada de alunos regularmente matriculados na rede de Escola Estadual de Educação Profissional, no curso Técnico em Portos	31/12/18	18/11/2015 PAG.160

Sem mais para o momento, antecipamos nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

  
Joizila Lima Cavalcante Rêgo  
Articuladora da COEDP/SEDUC  
Matrícula Nº 123269-1-2



**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**  
**Nº 01/2015 - PROCESSO Nº 0315201/2015**

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO CEARÁ - SEDUC, neste ato representada por seu titular, Excelentíssimo Sr. Secretário da Educação do Estado, MAURICIO HOLANDA MAIA e O SINDICATO DA INDÚSTRIA DO MOBILIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ, neste ato representado pelo seu Presidente, GERALDO BASTOS OSTERNO JÚNIOR. RESOLVEM celebrar o presente termo de cooperação técnica, mediante as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA DO OBJETO: Este instrumento tem por objeto a **cooperação técnica entre os partícipes**, visando à formação técnica qualificada de alunos regularmente matriculados na rede de escola estadual de educação profissional, nos Cursos Técnicos em Móveis, Mecânica e Logística. Subcláusula Primeira - Não haverá transferência de recursos entre os Convenentes, sendo as despesas referentes à manutenção do curso de responsabilidade da PRIMEIRA CONVENENTE/SEDUC, por meio de dotação orçamentária própria. CLÁUSULA DAS ATRIBUIÇÕES: I - Atribuições da SEDUC/PRIMEIRA CONVENENTE Caberá à Secretaria da Educação - SEDUC, como PRIMEIRA CONVENENTE, na consecução dos objetivos deste instrumento: a. Disponibilizar a rede estadual de escolas de educação profissional para implantação de Curso Técnico em Móveis em municípios estratégicos para o desenvolvimento do setor moveleiro. b. Garantir condições de equipamentos, materiais e insumos e Equipamentos de Proteção Individual (EPI) em conformidade com padrão de qualidade para pleno desenvolvimento técnico dos estudantes; c. Garantir a participação da SEGUNDA CONVENENTE/SINDMÓVEIS em processo seletivo dos professores da formação técnica do curso, caso seja de interesse do SINDMÓVEIS; d. Garantir a participação do SINDMÓVEIS na revisão do Programa do Curso Técnico em Móveis quando necessário; e. Garantir a participação do SINDMÓVEIS, em atividades complementares de formação técnica, tais como capacitação, visitas técnicas, entre outros; f. Garantir o acompanhamento técnico ao corpo docente técnico em todas as atividades cooperadas entre os CONVENENTES; g. Garantir a logística de transporte dos estudantes em atividades complementares realizadas em pólos moveleiros do estado do Ceará; h. Garantir espaço de interlocução técnica entre o SINDMÓVEIS e a equipe educativa das escolas com finalidade de alinhamento do itinerário formativo do Curso Técnico em Móveis; i. Custear bolsas de estágio aos alunos do 3º ano de curso, quando inseridos no campo de estágio, por meio de dotação orçamentária própria; j. Colaborar com outras iniciativas de educação profissional em nível de formação inicial e de formação continuada de interesse da SEGUNDA CONVENENTE desde de que em consonância com a infraestrutura e capacidade técnica e operacional da PRIMEIRA CONVENENTE; k. Apoiar a execução do termo cooperativo, zelando pelo cumprimento das cláusulas estabelecidas. II - Atribuições do SINDMÓVEIS/SEGUNDA CONVENENTE Caberá ao SINDMÓVEIS/SEGUNDA CONVENENTE, na consecução dos objetivos desse instrumento: a. Fortalecer o ensino técnico; b. Definir, em parceria com a SEDUC, as escolas a ser ofertado o Curso Técnico em Móveis, tendo como finalidade sólida formação técnica a fim de promover pleno desenvolvimento do setor e a inserção profissional qualificada dos egressos. c. Acompanhar e colaborar com o desenvolvimento do Plano de Curso por meio de elaboração conjunta empresa-escola de Plano de Trabalho a ser definido de acordo com as necessidades pedagógicas de formação técnica de cada escola ofertante do referido curso; d. Co-elaborar com a escola o itinerário semestral de práticas de campo necessárias para a qualidade da formação técnica; e. Oportunizar visitas técnicas e práticas de campo nas instalações tecnológicas dos laboratórios/centros de desenvolvimento tecnológico das indústrias de móveis filiadas ao SINDMÓVEIS para os cursos técnicos em Móveis, Mecânica e Logística; f. Realizar capacitação complementar para os estudantes do referido curso no ambiente laboral das empresas filiadas, em conformidade com a capacidade e os programas de capacitação existentes nas empresas filiadas; g. Socializar ações de pesquisas em inovação tecnológica desenvolvidas em âmbito nacional, juntos aos professores técnicos e aos estudantes; h. Fomentar, nos estudantes, o perfil de pesquisadores; i. Dinamizar a transferência de conhecimento, tecnologia e produtos resultantes da pesquisa em produção industrial de móveis; j. Disponibilização de publicações impressas e em mídia audiovisual como instrumento de atualização profissional dos estudantes e professores; k. Colaborar com o processo pedagógico do Estágio Curricular Obrigatório, assegurando o acompanhamento técnico do corpo docente conforme o item f do parágrafo I, CLÁUSULA SEGUNDA. l. Propiciar os serviços de integração com o mercado de trabalho, segundo a legislação vigente de estágio supervisionado curricular

obrigatório; m. Difundir a política de educação profissional de formação técnica em móveis junto às empresas do setor e em organismos de classe, como câmaras, associações, entre outras formas de Colegiado; n. Articular a cooperação técnica das associações de indústrias moveleiras na complementação de práticas laboratoriais pertinentes às especificidades de competências técnicas em complementação aos laboratórios tecnológicos existentes adquiridos no Curso Técnico em Móveis da Rede Estadual de Escolas Profissionais; o. Articular parcerias com empresas privadas do setor a fim de oportunizar aos estudantes do curso manuseio de equipamentos, materiais e insumos necessários para uma formação técnica de qualidade. p. Cadastrar os egressos do Curso Técnico em Móveis em banco de talentos, sites e similares vinculados ao SINDMÓVEIS a fim de promover oportunidades de emprego; q. Colaborar com outras iniciativas de educação profissional em nível de formação inicial e de formação continuada de interesse das CONVENENTES, desde de que em consonância com a infraestrutura e capacidade técnico e operacional das Partes. CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA O presente termo de cooperação técnica terá vigência a partir da data de assinatura até 31/12/2018. Subcláusula Primeira - O referido prazo de vigência pode ser alterado, observado interesse das convenentes. Subcláusula Segunda - Em caso de descumprimento de qualquer cláusula deste instrumento ou desvio dos objetivos e ações da cooperação, o presente Termo será **rescindido**. CLÁUSULA DO FORO: Fica eleito o foro da Cidade de Fortaleza/CE, renunciando as partes convenentes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas deste termo de cooperação técnica, que não possam ser resolvidas administrativamente. E, por estarem assim ajustados, os Convenentes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, que também o assinam. DATA DA ASSINATURA: 20 de janeiro de 2015. Maurício Holanda Maia - SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ, Geraldo Bastos Osterno Júnior - PRESIDENTE DO SINDMÓVEIS. TESTEMUNHAS: 1. Rosa Pereira Marinho Vidal. 2. Elaine Carneiro de Aragão. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 06 de fevereiro de 2015.

Margarida Maria Mota  
 ASSESSOR ESPECIAL/ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA**  
**Nº 307/2014 - PROCESSO Nº 14814008-4**

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEDUC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.954.514/0001-25, com sede nesta Capital, no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, na Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n, Cambé, Fortaleza/CE, nos termos do processo nº 14814008-4, resolve **reconhecer a dívida** assumida em face da empresa **BORGES - CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E COMERCIO LTDA - ME**, inscrita no CNPJ nº 14.950.031/0001-18, Contrato nº 01/2014, firmado entre a EEEP EDSON QUEIROZ e a referida Empresa no valor de R\$13.396,07 (treze mil, trezentos e noventa e seis reais e sete centavos), em razão do serviço ter sido regularmente prestado dentro da vigência contratual. Compromete-se, portanto, o Estado do Ceará - através da EEEP EDSON QUEIROZ a pagar a dívida acima reconhecida, a TÍTULO DE INDENIZAÇÃO, assim que se concluírem os procedimentos administrativos para a sua consecução. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 16 de dezembro de 2014. Fábio Napoleão Andrade - Diretor da EEEP EDSON QUEIROZ Maurício Holanda Maia - SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 05 de fevereiro de 2015.

Margarida Maria Mota  
 ASSESSOR ESPECIAL/ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA**  
**Nº 05/2015 - PROCESSO Nº 15008230-4**

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEDUC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.954.514/0001-25, com sede nesta Capital, no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, na Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n, Cambé, Fortaleza/CE, nos termos do Processo nº 15008230-4, resolve **reconhecer a dívida** assumida em face da empresa **OLIVEIRA SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES LTDA - ME**, inscrita no CNPJ nº 08.979.958-0001-88, Contrato nº 01/2014, oriundo do Convite nº 04/2014, firmado entre o CEJA PROFª EUDES VERAS e a referida Empresa no valor de R\$49.500,48 (quarenta e nove mil, quinhentos reais e quarenta e oito centavos), em razão do serviço ter sido regularmente prestado. Compromete-se, portanto, o





**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**  
**PROCESSO Nº 6955285/2014**

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO CEARÁ – SEDUC, neste ato representada por sua titular, Excelentíssimo Sr. Secretário da Educação do Estado, MAURICIO HOLANDA MAIA e a AQUACRUSTA MARINHA LTDA, neste ato representada pelo seu Presidente, LIVINO JOSÉ SILVEIRA SOARES SALES, RESOLVEM celebrar o presente termo de cooperação técnica, mediante as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA DO OBJETO Este instrumento tem por objeto a **cooperação técnica** entre os participantes, visando à formação técnica qualificada de alunos regularmente matriculados na rede de escola estadual de educação profissional, no Curso Técnico em Aquicultura. Subcláusula Primeira- Não haverá transferência de recursos entre os Convenientes, sendo as despesas referentes à manutenção do curso de responsabilidade da PRIMEIRA CONVENIENTE/SEDUC, por meio de dotação orçamentária própria. CLÁUSULA DA VIGÊNCIA O presente termo de cooperação técnica terá vigência a partir da data de assinatura até 31/12/2018. Subcláusula Primeira – O referido prazo de vigência pode ser alterado, observado interesse das convenientes.. FORO Fortaleza/CE. DATA DA ASSINATURA 14 de novembro de 2014.. SIGNATÁRIOS: Maurício Holanda Maia- SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO. Livino José Silveira Soares Sales - AQUACRUSTA MARINHA LTDA. TESTEMUNHAS: 1- Elaine Carneiro Aragão, 2- Rosa Pereira Marinho Vidal. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 26 de janeiro de 2015.

Aldizio Alves Vieira Filho  
 COORDENADOR DA ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RE RATIFICAÇÃO AO CONTRATO**  
**Nº 584/2014 - PROCESSO Nº 14743851-9**

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, neste ato representado pelo Secretário da Educação, Sr. MAURÍCIO HOLANDA MAIA e a EMPRESA TECNOSET INFORMÁTICA, PRODUTOS E SERVIÇOS, inscrita no CNPJ nº 64.799.539/0001-69, neste ato representada pela Sra. ZAIDA MARIA MATOS MOREIRA, resolvem firmar o presente Termo de Rerratificação ao Contrato nº 584/2014, de acordo com processo nº 14743851-9 datado em 17.11.2014, mediante as condições seguintes: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO O presente Termo tem por objeto a RERRATIFICAÇÃO ao Contrato nº 584/2014, no que se refere ao valor do contrato. CLÁUSULA SEGUNDA – DA RE RATIFICAÇÃO ONDE SE LÊ: CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR: 4.1. O valor do contrato é de R\$2.788.528,56 (dois milhões, setecentos e setenta e oito mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e seis centavos), para um período de 180 (cento e oitenta) dias. LEIA-SE: CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR: 4.1. O valor do contrato é de R\$2.788.528,56 (dois milhões, setecentos e oitenta e oito mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e seis centavos), para um período de 180 (cento e oitenta) dias. CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Termo original. E, para validade do que ficou convencionado, as partes assinam o presente instrumento na presença das duas testemunhas abaixo. Fortaleza, 27 de janeiro de 2015 MAURÍCIO HOLANDA MAIA - Secretário da Educação, ZAIDA MARIA MATOS MOREIRA - Contratada. TESTEMUNHAS: 1. Cristina Rodrigues Cavalcante Bacelar, 2. Maria Lindalva de Sousa. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 27 de janeiro de 2015.

Aldizio Alves Vieira Filho  
 COORDENADOR DA ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA**  
**Nº 211/2014 - PROCESSO Nº 14508600-3**

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO – SEDUC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.954.514/0001-25, com sede nesta Capital, no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, na Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n, Cambéba, Fortaleza/CE, nos termos do processo nº 14508600-3, resolve reconhecer a dívida assumida em face do fornecedor, Sr. EVANDO ALVES CÂNDIDO. Contrato nº 02/2013, oriundo da Chamada Pública nº 002/2013, firmado entre a EEFM FLORA DE QUEIROZ TELES, em favor da EEM MARIA MENEZES CRISTINO, e o referido agricultor no valor de R\$3.762,00 (três mil, setecentos e sessenta e dois reais), em razão da entrega de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar na EEM Maria Menezes Cristino. Compromete-se, portanto, o Estado do Ceará – através da EEFM FLORA DE QUEIROZ TELES a pagar a dívida acima reconhecida, a TÍTULO DE INDENIZAÇÃO, assim que

se concluírem os procedimentos administrativos para a sua consecução. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 09 de dezembro de 2014. Daniela Albuquerque Tabosa Cristino - Diretora da EEFM FLORA DE QUEIROZ TELES, Maurício Holanda Maia - SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 28 de janeiro de 2015.

Aldizio Alves Vieira Filho  
 COORDENADOR DA ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA**  
**Nº 212/2014 - PROCESSO Nº 14508600-3**

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO – SEDUC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.954.514/0001-25, com sede nesta Capital, no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, na Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n, Cambéba, Fortaleza/CE, nos termos do processo nº 14508600-3, resolve reconhecer a dívida assumida em face da fornecedora, Sra. MARIA ANTONIA CARVALHO DE SOUSA. Contrato nº 01/2013, oriundo da Chamada Pública nº 002/2013, firmado entre a EEFM FLORA DE QUEIROZ TELES, e a referida agricultora no valor de R\$1.830,00 (hum mil, oitocentos e trinta reais), em razão da entrega de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar na escola acima mencionada. Compromete-se, portanto, o Estado do Ceará – através da EEFM FLORA DE QUEIROZ TELES a pagar a dívida acima reconhecida, a TÍTULO DE INDENIZAÇÃO, assim que se concluírem os procedimentos administrativos para a sua consecução. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 09 de dezembro de 2014. Daniela Albuquerque Tabosa Cristino - Diretora da EEFM FLORA DE QUEIROZ TELES, Maurício Holanda Maia - SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 28 de janeiro de 2015.

Aldizio Alves Vieira Filho  
 COORDENADOR DA ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA**  
**Nº 213/2014 - PROCESSO Nº 14508647-0**

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO – SEDUC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.954.514/0001-25, com sede nesta Capital, no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, na Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n, Cambéba, Fortaleza/CE, nos termos do processo nº 14508647-0, resolve reconhecer a dívida assumida em face da empresa SANTOS OLIVEIRA E CIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 00.954.227/0001-76, Contrato, oriundo do Convite nº 004/2013, firmado entre a EEFM FLORA DE QUEIROZ TELES, em favor da EEM Maria Menezes Cristino, e a referida empresa no valor de R\$2.232,00 (dois mil, duzentos e trinta e dois reais), em razão da entrega de gêneros alimentícios para o programa de merenda escolar para alimentação da EEM Maria Menezes Cristino. Compromete-se, portanto, o Estado do Ceará – através da EEFM FLORA DE QUEIROZ TELES a pagar a dívida acima reconhecida, a TÍTULO DE INDENIZAÇÃO, assim que se concluírem os procedimentos administrativos para a sua consecução. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 09 de dezembro de 2014. Daniela Albuquerque Tabosa Cristino - Diretora da EEFM FLORA DE QUEIROZ TELES, Maurício Holanda Maia - SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 27 de janeiro de 2015.

Aldizio Alves Vieira Filho  
 COORDENADOR DA ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA**  
**Nº 214/2014 - PROCESSO Nº 14508647-0**

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO – SEDUC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.954.514/0001-25, com sede nesta Capital, no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, na Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n, Cambéba, Fortaleza/CE, nos termos do processo nº 14508647-0, resolve reconhecer a dívida assumida em face da empresa CEREALISTA MASSAPEENSE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 35.074.103/0001-80, Contrato, oriundo do Convite nº 004/2013, firmado entre a EEFM FLORA DE QUEIROZ TELES, em favor da EEM Maria Menezes Cristino, e a referida empresa no valor de R\$3.298,30 (três mil, duzentos e noventa e oito reais e trinta centavos), em razão da entrega de gêneros alimentícios para o programa de merenda escolar para alimentação da EEM Maria Menezes Cristino. Compromete-se, portanto, o Estado do Ceará – através da EEFM FLORA DE QUEIROZ TELES a pagar a dívida acima reconhecida, a TÍTULO DE INDENIZAÇÃO, assim que se concluírem os procedimentos





- CONTRATADA: BORTOLINI INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA, representada neste ato pelo SR. FRANCISCO JOSÉ FERREIRA DE ARAÚJO, resolvem firmar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº502/2014, publicado no D.O.E de 20.08.2014, em conformidade com o Processo nº15304767-4, e de acordo com a justificativa exarada no DESPACHO-CEGEM, datado em 10.06.2015; V - ENDEREÇO: Fortaleza - CE; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: regulamentado no artigo 57, §1º e Inciso V da Lei Federal nº8.666/93 e suas alterações, e mediante as condições seguintes; VII- FORO: Fortaleza - CE; VIII - OBJETO: O presente aditivo tem como finalidade prorrogar o prazo de vigência ao contrato, que tem por objetivo aquisição de 270 (duzentos e setenta) mesas de reunião, para atender as novas Escolas de Educação Profissional - EEP, conforme as especificações previstas no item 11 - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº20130015 - Processo nº13198266-4 - Ata de Registro de Preço nº008/2014 - SEPLAG - CE, de acordo com o contrato original, independentemente de transcrição; IX - VALOR GLOBAL: Permanecem as demais cláusulas inalteradas; X - DA VIGÊNCIA: O prazo previsto na CLÁUSULA OITAVA, que trata da vigência do contrato, ora aditado, fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 11 de agosto de 2015 até 06 de fevereiro de 2016; XI - DA RATIFICAÇÃO: Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato original e seus Aditivos; XII - DATA: 07 de agosto de 2015; XIII - SIGNATÁRIOS: ARMANDO AMORIM SIMÕES - Secretário da Educação, em exercício, FRANCISCO JOSÉ FERREIRA DE ARAÚJO - Contratada. TESTEMUNHAS: 1. Lia L. B. de Menezes, 2. Aline Thereza A.da Silva. Fortaleza 28 de agosto de 2015..

Margarida Maria Mota  
ASSESSOR ESPECIAL/ASJUR

\*\*\* \*\*

**EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº510/2014/  
PROCESSO Nº15304361-0**

I - ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº510/2014; II - CONTRATANTE: A SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, neste ato representada pela Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação em exercício ARMANDO AMORIM SIMÕES; III - ENDEREÇO: Fortaleza - CE; IV - CONTRATADA: EMPRESA COZIL EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA, representada neste ato pelo Sr. IZAIAS BERNI, em vista o constante e decidido no processo administrativo nº23034.024504/2012-75, resolvem firmar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº510/2014, publicado no D.O.E de 16.09.2014, de acordo com o Processo nº15304361-0; V - ENDEREÇO: Fortaleza - CE; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: regulamentado no art.57, §1º, Inciso V da Lei nº8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante as condições seguintes; VII- FORO: Fortaleza - CE; VIII - OBJETO: O presente aditivo tem como finalidade prorrogar o prazo de vigência ao contrato, que tem por objeto aquisição de 33 (trinta e três) fogões industriais seis bocas, com forno visando atender as escolas da rede de ensino Estadual do Estado do Ceará de acordo com a legislação específica vigente, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Ministério da Educação, referente ao item 49 do Pregão Eletrônico nº78/2012 - Processo Administrativo nº23034.007211/2012-23 - Ata de Registro de Preço 107/2013 - Ministério da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de acordo com o contrato original, independentemente de transcrição; IX - VALOR GLOBAL: Permanecem as demais cláusulas inalteradas; X - DA VIGÊNCIA: O prazo previsto na CLÁUSULA QUARTA, que trata da vigência do contrato, ora aditado, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a partir de 07 de agosto de 2015 até 06 de agosto de 2016; XI - DA RATIFICAÇÃO: Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato original; XII - DATA: 05 de agosto de 2015; XIII - SIGNATÁRIOS: ARMANDO AMORIM SIMÕES - Secretário da Educação, em exercício IZAIAS BERNI - Contratada. TESTEMUNHAS: 1. Maria Amélia Coelho Lopes, 2. Glaucivânia Djojens. Fortaleza 28 de agosto de 2015.

Margarida Maria Mota  
ASSESSOR ESPECIAL/ASJUR

\*\*\* \*\*

**EXTRATO DE CONTRATO  
Nº DO DOCUMENTO 124/2015/PROCESSO SEDUC  
Nº15385690-4**

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, por intermédio da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, neste ato representada pelo Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação, Maurício Holanda Maia CONTRATADA: EMPRESA LICITADA COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI - EPP, representada neste ato pelo SR PAULO ROBERTO AFONSO MILATIAS, têm entre si justa e acordada a celebração do presente Contrato, mediante

as cláusulas e condições seguintes. OBJETO: Constitui objeto deste contrato a aquisição de 2835 (dois mil, oitocentos e trinta e cinco r) cadeiras operacional giratória com braços regulamentáveis e 2133 (dois mil, cento e trinta e três) cadeira fixa auxiliar sem braços, todos novos e de primeiro uso, compreendendo a entrega e montagem de acordo com as especificações previstas nos itens 01 (72656-2) e 04 (18781-0), respectivamente, Anexo I - Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico nº20140027 - Processo nº5831949/2014 - Ata de Registro de Preço nº003/2015 - SEPLAG para atender as Escolas Estaduais de Educação Profissional do Estado do Ceará. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento o Edital do Pregão nº20140027- SEPLAG/CE, e seus anexos, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº8.666/1993, com suas alterações, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto FORO: Fortaleza - CE. VIGÊNCIA: 8.1. Os prazos de vigência e de execução deste contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da sua assinatura, devendo ser publicado na forma do parágrafo único, do art.61, da Lei Federal nº8.666/1993, 8.2. O prazo de execução do objeto deste contrato é de 30 (trinta) dias, contado a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.. VALOR GLOBAL: R\$1.167.615,00 (Hum milhão, cento e sessenta e sete mil, seiscentos e quinze reais) sujeito a reajustes, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, a contar da apresentação da proposta pagos em conformidade com o contrato original DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos: Programa 14 PA 19475 Elemento de Despesa 44905200 MAPP 1429 Funcional Programática 22100022.12.363.014.19475.0100000.44905200.82.1.40 22100022.12.363.014.19475.0200000.44905200.82.1.40 22100022.12.363.014.19475.0300000.44905200.82.1.40 22100022.12.363.014.19475.0400000.44905200.82.1.40 22100022.12.363.014.19475.0500000.44905200.82.1.40 22100022.12.363.014.19475.0600000.44905200.82.1.40 22100022.12.363.014.19475.0700000.44905200.82.1.40 22100022.12.363.014.19475.0800000.44905200.82.1.40. DATA DA ASSINATURA: 03 de agosto de 2015 SIGNATÁRIOS: MAURICIO HOLANDA MAIA - Secretário da Educação, PAULO ROBERTO AFONSO MILATIAS - Contratada e TESTEMUNHAS: 1. Lia L. B. de Menezes, 2. Aline Thereza A.da Silva. Fortaleza 28 de agosto de 2015.

Margarida Maria Mota  
ASSESSOR ESPECIAL/ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE COOP. TÉCNICA**

**Nº028/2015 - PROCESSO Nº45594215/2015**

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, neste ato representada pelo Exmo. Sr. MAURICIO HOLANDA MAIA, Secretário da Educação, e a ECAP ESPAÇO COMERCIAL DE ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL LTDA, franqueada ADCOS no Ceará, neste ato representada por seu titular o Senhor JOSÉ GENTIL ZUNIGA SILVA, resolvem celebrar o presente Termo de Cooperação Técnica mediante as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO O objeto do presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA é a junção de esforços para a realização, em conjunto, de ações visando à formação técnica qualificada de professores e alunos regularmente matriculados na rede de escolas estaduais de educação profissional. Subcláusula Primeira - Não haverá transferência de recursos entre as partes. As despesas referentes às ações serão de responsabilidade proporcional no que competir à SEDUC e a ECAP, por meio de dotação orçamentária própria. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES I - Atribuições da SEDUC Caberá à Secretaria da Educação - SEDUC/UNIDADE DE ENSINO, na consecução dos objetivos deste instrumento: a) Selecionar e encaminhar os alunos e professores, para formação, à concedente; b) Orientar e supervisionar a execução das atividades práticas, discriminando no plano de atividades devidamente validado por ambas as partes. c) Acompanhar as atividades dos alunos e professores, avaliando aproveitamentos; d) Supervisionar a concedente, observando o cumprimento das cláusulas estabelecidas; f) Responsabilizar-se pelo deslocamento dos alunos e professores até o Centro de Formação Técnica da Concedente, quando se fizer necessário; g) Elaborar o cronograma de encontros/momentos de formação técnica em acordo com a parte Concedente; h) Permitir e facilitar de acordo com a disponibilidade e condições da Escola, o acesso à Concedente para realização de eventos necessários para formação técnica de alunos e professores; i) Monitorar a execução do termo cooperativo, zelando pelo cumprimento de todas as suas cláusulas e condições, o cumprimento das cláusulas estabelecidas. j) Dar publicidade ao programa sempre informando a cooperação técnica entre SEDUC e a ECAP. k) Enviar à Concedente os Planos e Ementas de Curso da área de seu interesse. II -





Atribuições da ECAP ESPAÇO COMERCIAL DE ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL, franqueada ADCOS. Caberá à ECAP, na consecução dos objetivos deste instrumento: a. Responsabilizar-se, juntamente com a Secretaria da Educação - SEDUC, através da Coordenadoria de Educação Profissional, e com a Instituição de Ensino, pela orientação, supervisão e avaliação dos alunos e professores; b. Apoiar a realização de ações tais como seminários, eventos, campanhas, o necessário para dar conhecimento e visibilidade ao Estágio Profissionalizante; c. Oferecer momentos de formação e capacitação para alunos e professores, seguindo calendário elaborado em acordo com a Unidade de Ensino, para fomentar o interesse pela pesquisa e aprendizagem junto a estudantes e professores por meio da transferência de conhecimento; d. Incentivar e apoiar o desenvolvimento dos alunos das EEEP colaborando com a inserção profissional dos egressos no mercado de trabalho através de campanha para promover a divulgação do projeto para as empresas. e. Dar publicidade ao programa sempre informando a cooperação técnica entre SEDUC e a ECAP. f. A ECAP deverá apoiar e divulgar o projeto junto às empresas, propondo ações para viabilizar o acesso dos estudantes às empresas associadas; g. A ECAP deverá indicar representante para participar de reuniões, quando se fizer necessário, com a Seduc no intuito de colaborar com planos e ementas dos cursos mencionados; h. Receber, acompanhar, orientar, esclarecer e estimular os alunos e professores durante o processo de aquisição de conhecimento prático, sendo previamente agendado com as Escolas. i. Garantir que o processo de transmissão de conhecimento se faça por etapas organizadas, do mais simples ao mais complexo de acordo com o plano de atividades; j. A ECAP contribuirá com a doação de produtos na proporção de suas possibilidades, em ocasiões pontuais. k. Monitorar a execução do termo cooperativo, zelando pelo cumprimento de todas as suas cláusulas e condições estabelecidas. CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA O presente convênio vigorará até 31 de dezembro de 2018, a partir da data de assinatura, podendo ser alterado através de termo aditivo, bem como ser prorrogado ou antecipado, observada a conveniência das partes. Parágrafo Único - O presente convênio poderá ser denunciado e rescindido a qualquer tempo pelas partes, ficando estes responsáveis somente pelas obrigações assumidas ao tempo em que participaram voluntariamente do acordo. CLÁUSULA QUARTA- DA FISCALIZAÇÃO Cabe à SEDUC, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as etapas de execução do objeto deste Termo e do comportamento ético do parceiro, sem prejuízo da obrigação deste último de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.. CLÁUSULA QUINTA - DO FORO Fica eleito o foro da Cidade de Fortaleza/CE, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas deste termo de cooperação técnica, que não possam ser resolvidas administrativamente. E, por estarem assim ajustados, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, que também o assinam. Fortaleza/CE, 26 de agosto de 2015. MAURÍCIO HOLANDA MAIA - SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ, JOSÉ GENTIL ZUNIGA SILVA - ECAP ESPAÇO COMERCIAL DE ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL LTDA. TESTEMUNHAS: 1. Juliana Braga, 2. Maria Cecília Cavalcante Barreira. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 28 de agosto de 2015.

Margarida Maria Mota  
ASSESSOR ESPECIAL/ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA**  
**Nº511/2015 - PROCESSO Nº14780734-4**

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEDUC, inscrita no CNPJ sob o nº07.954.514/0001-25, com sede nesta Capital, no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, na Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n, Cambéba, Fortaleza/CE, nos termos do processo supra, resolve reconhecer a dívida assumida em face do agricultor FRANCISCO DE ASSIS FERREIRA DE SOUSA, no valor de R\$1.300,00 (um mil e trezentos reais), firmado com a EEM MURILO SERPA, em Itapipoca, em razão da aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação na escola acima mencionada. Compromete-se, portanto, o Estado do Ceará - através da EEM MURILO SERPA, a pagar a dívida acima reconhecida, assim que se concluírem os procedimentos administrativos para a sua consecução. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 07 de agosto de 2015. FLÁVIO TEIXEIRA NUNES - DIRETOR(A) DA EEM MURILO SERPA, ARMANDO AMORIN SIMÕES - SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO, em exercício. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 28 de agosto de 2015.

Margarida Maria Mota  
ASSESSOR ESPECIAL/ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA**

**Nº516/2015 - PROCESSO Nº14780734-4**

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEDUC, inscrita no CNPJ sob o nº07.954.514/0001-25, com sede nesta Capital, no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, na Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n, Cambéba, Fortaleza/CE, nos termos do processo supra, resolve reconhecer a dívida assumida em face do agricultor LUIS ANDERSON ARNAUD DE SOUSA, no valor de R\$650,00 (seiscentos e cinquenta reais), referente ao Contrato oriundo da Chamada Pública nº03/2014, firmado com a EEM MURILO SERPA, em Itapipoca, em razão da aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação na escola acima mencionada. Compromete-se, portanto, o Estado do Ceará - através da EEM MURILO SERPA, a pagar a dívida acima reconhecida, assim que se concluírem os procedimentos administrativos para a sua consecução. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 07 de agosto de 2015. FLÁVIO TEIXEIRA NUNES DIRETOR(A) DA EEM MURILO SERPA, ARMANDO AMORIN SIMÕES - SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO, em exercício. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 28 de agosto de 2015.

Margarida Maria Mota  
ASSESSOR ESPECIAL/ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA**

**Nº517/2015 - PROCESSO Nº14780734-4**

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEDUC, inscrita no CNPJ sob o nº07.954.514/0001-25, com sede nesta Capital, no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, na Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n, Cambéba, Fortaleza/CE, nos termos do processo supra, resolve reconhecer a dívida assumida em face do agricultor VILTON VIRGÍNIO BARROSO, no valor de R\$650,00 (seiscentos e cinquenta reais), referente ao Contrato oriundo da Chamada Pública nº03/2014, firmado com a EEM MURILO SERPA, em Itapipoca, em razão da aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação na escola acima mencionada. Compromete-se, portanto, o Estado do Ceará - através da EEM MURILO SERPA, a pagar a dívida acima reconhecida, assim que se concluírem os procedimentos administrativos para a sua consecução. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 07 de agosto de 2015. FLÁVIO TEIXEIRA NUNES - DIRETOR(A) DA EEM MURILO SERPA, ARMANDO AMORIN SIMÕES - SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO, em exercício. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 28 de agosto de 2015.

Margarida Maria Mota  
ASSESSOR ESPECIAL/ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA**

**Nº518/2015 - PROCESSO Nº14780734-4**

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEDUC, inscrita no CNPJ sob o nº07.954.514/0001-25, com sede nesta Capital, no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, na Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n, Cambéba, Fortaleza/CE, nos termos do processo supra, resolve reconhecer a dívida assumida em face do agricultor MARIA DA PAZ RODRIGUES DA SILVA, no valor de R\$650,00 (seiscentos e cinquenta reais), referentes aos Contratos oriundos da Chamada Pública nº03/2014, firmado com a EEM MURILO SERPA, em Itapipoca, em razão da aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação na escola acima mencionada. Compromete-se, portanto, o Estado do Ceará - através da EEM MURILO SERPA, a pagar a dívida acima reconhecida, assim que se concluírem os procedimentos administrativos para a sua consecução. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 07 de agosto de 2015. FLÁVIO TEIXEIRA NUNES - DIRETOR(A) DA EEM MURILO SERPA, ARMANDO AMORIN SIMÕES - SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO, em exercício. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 28 de agosto de 2015.

Margarida Maria Mota  
ASSESSOR ESPECIAL/ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA**

**Nº531/2015 - PROCESSO Nº14435070-0**

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEDUC, inscrita no CNPJ sob o nº07.954.514/0001-25, com sede nesta Capital, no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, na Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n, Cambéba, Fortaleza/CE, nos termos



contados a partir da publicação no D.O.E. VALOR GLOBAL: R\$1.920,00 (Hum mil, novecentos e vinte reais) pagos em conformidade com o contrato original DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 22100022.12.362.073.19509.0700000.33903600.10.0.40. DATA DA ASSINATURA: 06 de Novembro de 2014 SIGNATÁRIOS: Francisca Joseni Soares de Sousa - CONTRATANTE e Francisco Willame dos Santos Ferreira - CONTRATADA e TESTEMUNHAS: 01 - Francisco Daniel Barbosa Pinto, 02 - Márcia da Fonseca Maia, Fortaleza, 07 de janeiro de 2015.

Aldézio Alves Vieira Filho  
COORDENADOR DA ASJUR

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO DE CONTRATO

**Nº DO DOCUMENTO PROC Nº14811592-6/2014 - ASJUR - 67**  
CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação/ EEM BENI CARVALHO - CNPJ Nº07.954.514/0325-90 - ARACATI/CE - 10ª CREDE CONTRATADA: CARLOS GEORGE DOS SANTOS LIMA, representado neste ato pelo(a) Sr. Carlos George dos Santos Lima. OBJETO: Constitui objeto deste contrato: **contratação de serviços de oficinairo de voleibol** da EEM BENI CARVALHO, durante o exercício de 2014, promovendo o desenvolvimento de pessoas no sistema de ensino, cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados nos anexos deste instrumento. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com fundamento na Carta Convite Nº011/2014, regido pela Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 FORO: ARACATI/CE. VIGÊNCIA: A vigência deste contrato será de 180 dias contados a partir da publicação no D.O.E. VALOR GLOBAL: R\$1.920,00 (Hum mil, novecentos e vinte reais) pagos em conformidade com o contrato original DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 22100022.12.362.073.19509.0700000.33903600.10.0.40. DATA DA ASSINATURA: 06 de Novembro de 2014 SIGNATÁRIOS: Francisca Joseni Soares de Sousa - CONTRATANTE e Carlos George dos Santos Lima - CONTRATADA e TESTEMUNHAS: 01 - Francisco Daniel Barbosa Pinto, 02 - Márcia da Fonseca Maia, Fortaleza, 07 de janeiro de 2015.

Aldézio Alves Vieira Filho  
COORDENADOR DA ASJUR

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO DE CONTRATO

**Nº DO DOCUMENTO PROC Nº14811592-6/2014 - ASJUR - 67**  
CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação/ EEM BENI CARVALHO - CNPJ Nº07.954.514/0325-90 - ARACATI/CE - 10ª CREDE CONTRATADA: ALEXSANDRO FLORENCIO DE OLIVEIRA, representado neste ato pelo(a) Sr. Alessandro Florencio de Oliveira. OBJETO: Constitui objeto deste contrato: **contratação de serviços de oficinairo de basquete** da EEM BENI CARVALHO, durante o exercício de 2014, promovendo o desenvolvimento de pessoas no sistema de ensino, cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados nos anexos deste instrumento. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com fundamento na Carta Convite Nº011/2014, regido pela Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 FORO: ARACATI/CE. VIGÊNCIA: A vigência deste contrato será de 180 dias contados a partir da publicação no D.O.E. VALOR GLOBAL: R\$1.920,00 (Hum mil, novecentos e vinte reais) pagos em conformidade com o contrato original DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 22100022.12.362.073.19509.0700000.33903600.10.0.40. DATA DA ASSINATURA: 13 de Outubro de 2014 SIGNATÁRIOS: Francisca Joseni Soares de Sousa - CONTRATANTE e Alessandro Florencio de Oliveira - CONTRATADA e TESTEMUNHAS: 01 - Francisco Daniel Barbosa Pinto, 02 - Márcia da Fonseca Maia, Fortaleza, 07 de janeiro de 2015.

Aldézio Alves Vieira Filho  
COORDENADOR DA ASJUR

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO DE CONTRATO

**Nº DO DOCUMENTO PROC Nº14811592-6/2014 - ASJUR - 67**  
CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação/ EEM BENI CARVALHO - CNPJ Nº07.954.514/0325-90 - ARACATI/CE - 10ª CREDE CONTRATADA: ANTONIO FERREIRA DE SOUSA, representado neste ato pelo(a) Sr. Antonio Ferreira de Sousa. OBJETO: Constitui objeto deste contrato: **contratação de serviços de oficinairo de futsal** da EEM BENI CARVALHO, durante o exercício de 2014, promovendo o desenvolvimento de pessoas no sistema de ensino, cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados nos anexos deste instrumento. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com fundamento na Carta Convite Nº011/2014, regido pela Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 FORO: ARACATI/CE. VIGÊNCIA: A vigência deste contrato será de 180 dias contados a partir da publicação no D.O.E. VALOR GLOBAL: R\$3.840,00 (Tres mil, oitocentos e quarenta reais) pagos em

conformidade com o contrato original DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 22100022.12.362.073.19509.0700000.33903600.10.0.40. DATA DA ASSINATURA: 13 de Outubro de 2014 SIGNATÁRIOS: Francisca Joseni Soares de Sousa - CONTRATANTE e Antonio Ferreira de Sousa - CONTRATADA e TESTEMUNHAS: 01 - Francisco Daniel Barbosa Pinto, 02 - Márcia da Fonseca Maia, Fortaleza, 07 de janeiro de 2015.

Aldézio Alves Vieira Filho  
COORDENADOR DA ASJUR

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO DE CONTRATO

**Nº DO DOCUMENTO PROC Nº14811592-6/2014 - ASJUR - 67**  
CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação/ EEM BENI CARVALHO - CNPJ Nº07.954.514/0325-90 - ARACATI/CE - 10ª CREDE CONTRATADA: FRANCIANE AUGUSTA MONTEIRO, representado neste ato pelo(a) Sra. Franciane Augusta Monteiro. OBJETO: Constitui objeto deste contrato: **contratação de serviços de oficinairo** da EEM BENI CARVALHO, durante o exercício de 2014, promovendo o desenvolvimento de pessoas no sistema de ensino, cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados nos anexos deste instrumento. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com fundamento na Carta Convite Nº011/2014, regido pela Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 FORO: ARACATI/CE. VIGÊNCIA: A vigência deste contrato será de 180 dias contados a partir da publicação no D.O.E. VALOR GLOBAL: R\$1.458,00 (Hum mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais) pagos em conformidade com o contrato original DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 22100022.12.362.073.19509.0700000.33903600.10.0.40. DATA DA ASSINATURA: 13 de Outubro de 2014 SIGNATÁRIOS: Francisca Joseni Soares de Sousa - CONTRATANTE e Franciane Augusta Monteiro - CONTRATADA e TESTEMUNHAS: 01 - Francisco Daniel Barbosa Pinto, 02 - Márcia da Fonseca Maia, Fortaleza, 07 de janeiro de 2015.

Aldézio Alves Vieira Filho  
COORDENADOR DA ASJUR

\*\*\* \*\*

#### TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA DE CONCESSÃO Nº09/2014 - PROCESSO Nº14565356-0

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, neste ato representada pelo Sr. MAURÍCIO HOLANDA MAIA, Secretário da Educação, e o/a FUNDAÇÃO DEMÓCRITO ROCHA, representada por seu titular Sr. João Dummar Neto, em conformidade com o disposto na Lei Federal Nº11.788, de 25 de setembro de 2008, e o Decreto Estadual Nº29.704, de 08 de abril de 2009, resolvem celebrar o presente Termo de Cooperação Técnica, mediante as seguintes cláusulas e condições CLÁUSULA DO OBJETO: Este instrumento tem por objeto a **cooperação técnica** entre a SEDUC e a Concedente, visando ao aprendizado para a vida cidadã e para o estágio de alunos regularmente matriculados nos cursos técnicos oferecidos pela Fundação Demócrito Rocha/Universidade Aberta do Nordeste. Subcláusula Primeira O estágio assume a forma curricular obrigatória, não criando vínculo empregatício de qualquer natureza com a concedente, realizando-se nos termos da Lei Nº9.394, de 20/12/1996, regulamentada pela Resolução Nº01/2004 do Conselho Nacional de Educação em sua Câmara de Educação Básica, na Lei nº11.788, de 25 de setembro de 2008, e no que couber, o Decreto Estadual Nº29.704, de 08 de abril de 2009. Subcláusula Segunda A formalização da concessão de Estágio efetivar-se-á mediante Termo de Compromisso de Estágio, a ser firmado entre a concedente, a Instituição de Ensino e o Estagiário, com a intervenção da SEDUC, a qual encaminhará o Estagiário, ficando as partes compromissadas às regras estabelecidas no referido termo. Subcláusula Terceira Não haverá transferência de recursos entre as partes, sendo as despesas referentes a pagamento de bolsa ao estagiário e à contratação do seguro contra acidentes pessoais, de responsabilidade da Fundação Demócrito Rocha/ Universidade Aberta do Nordeste. CLÁUSULA DO LOCAL DE ESTÁGIO: O estágio dar-se-á nos órgãos e/ou instituições da concedente, nas áreas de seu interesse, ofertando instalações em condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem profissional compatível com a área de sua formação técnica. CLÁUSULA DAS ATRIBUIÇÕES: I - Atribuições da Fundação Demócrito Rocha/ Universidade Aberta do Nordeste. Caberá à FDR/UANE, na consecução dos objetivos deste instrumento: a) Coordenar o processo pedagógico do Estágio Curricular Obrigatório; b) Contratar professor-orientador da área a ser desenvolvida no estágio, que será responsável pelo acompanhamento, pela avaliação e supervisão das atividades do estágio; c) Preparar o estagiário, em instância preliminar, para inseri-lo na hierarquia laboral e corporativa; d) Orientar e supervisionar a execução das atividades práticas, discriminadas no Plano de Atividade do estagiário; e) Manter atualizado banco de dados de perfil de estagiários, em site do







curso; f) Garantir a participação da concedente em processo seletivo dos estagiários; g) Contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, devendo constar do termo de compromisso o respectivo número da apólice e o nome da Seguradora; h) Monitorar a execução do Termo de Cooperação Técnica, zelando pelo cumprimento de todas as suas cláusulas e condições. II - Atribuições da Concedente Caberá nos órgãos e/ou instituições da concedente, na consecução dos objetivos desse instrumento: a) Firmar Termos de Compromisso de Estágio com o estagiário ou com seu representante legal e a Unidade de Ensino; b) Receber, acompanhar, orientar, esclarecer e estimular o estagiário durante o processo de aquisição de conhecimento prático; c) Garantir que o processo de transmissão de conhecimento se faça por etapas organizadas, do mais simples ao mais complexo de acordo com o plano de atividade. d) Assegurar que as atividades de estágio sejam compatíveis com a formação profissional técnica do educando; e) Assegurar ao estagiário, carga horária que não exceda 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais de estágio, com base na Lei Federal Nº11.788, de 25 de setembro de 2008, compatível com o seu horário escolar; f) Assegurar ao estagiário, período de recesso, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares; g) Fornecer declaração de cumprimento de estágio no equipamento de estágio ao término da atividade. CLÁUSULA DA VIGÊNCIA: O presente convênio terá vigência de 48 meses a partir da data de assinatura. Subcláusula Primeira – Ficam convalidados os Termos de Compromisso de Estágios anteriores ao período de vigência prevista na Cláusula Quarta do convênio, desde que devidamente comprovado o estágio através de frequência. Subcláusula Segunda – O referido prazo de vigência poderá ser alterado, observada eventual necessidade de alteração do projeto pedagógico do curso. Subcláusula Terceira – Em caso de descumprimento de qualquer cláusula deste instrumento ou desvio dos objetivos e ações do estágio, o presente Termo será rescindido. CLÁUSULA DO VÍNCULO: O estágio não gera vínculo empregatício com o Órgão/Entidade concedente de acordo com o artigo 4º do Decreto nº29.704 de 08 de abril de 2009. A duração do estágio obedecerá ao estabelecido no art.24 do Decreto nº29.704 de 08 de abril de 2009, não podendo subsistir sob qualquer pretexto, após concluído o curso ou suspensa a respectiva matrícula pelo estagiário. CLÁUSULA DA FISCALIZAÇÃO: O descumprimento das obrigações previstas na legislação do estágio caracteriza vínculo de emprego do estagiário com a Concedente, para todos os fins trabalhistas e previdenciários, exceto para a administração pública, conforme estabelece o Art.37, inciso II da Constituição Federal. CLÁUSULA DO FORO: Fica eleito o foro da Cidade de Fortaleza/CE, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas deste termo de cooperação técnica, que não possam ser resolvidas administrativamente. E, por estarem assim ajustados, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, que também o assinam. Fortaleza/CE, 22 de dezembro de 2014. MAURÍCIO HOLANDA MAIA - SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO, Dr. JOÃO DUMMAR NETO - REPRESENTANTE LEGAL. TESTEMUNHAS: 1- Veridiana Ferreira de Lima, 2- Elaine Carneiro de Aragão de Oliveira. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 09 de janeiro de 2015.

Aldízio Alves Vieira Filho  
COORDENADOR DA ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA**  
**Nº281/2014 - PROCESSO Nº14197533-4**

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO – SEDUC, inscrita no CNPJ sob o nº07.954.514/0001-25, com sede nesta Capital, no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, na Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n, Cambéa, Fortaleza/CE, nos termos dos Processo nº14197533-4, resolve reconhecer a dívida assumida em face de FRANCISCO VALTERGLEYSO DE SOUSA SILVA, empregado terceirizado que presta serviço em Escola Estadual contemplada no Prêmio Aprender Para Valor/SPAEC 2012, no valor de R\$801,88 (oitocentos e um reais e oitenta e oito centavos), referente ao valor da premiação, nos moldes da Lei nº14.484/2009. Compromete-se, portanto, o Estado do Ceará – através da Secretaria da Educação a pagar a dívida acima reconhecida, a TÍTULO DE INDENIZAÇÃO, assim que se concluírem os procedimentos administrativos para a sua consecução. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 10 de dezembro de 2014. MAURÍCIO HOLANDA MAIA - SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 19 de dezembro de 2014.

Aldízio Alves Vieira Filho  
COORDENADOR DA ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL**  
**PROCESSO Nº3341500/2013**

O Estado do Ceará, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO/SUPERINTENDÊNCIA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE FORTALEZA – FORTALEZA/CE, representada por seu titular, Sr. José Célio Pinheiro, e do outro lado, JUSSARA ARAGÃO DA PAZ, matrícula nº98200159324616, com carga horária mensal de trabalho de 100h/a, resolvem, por este instrumento de rescisão de contrato de trabalho temporário, firmar o seguinte: CLÁUSULA ÚNICA: Fica rescindido, a partir de 31/07/2013, em todas as suas cláusulas, o contrato de trabalho temporário firmado entre as partes acima descritas, publicado no DOE de 12/06/2013, página 191, tudo com respaldo legal no art.7º, alínea "a", da Lei Complementar Estadual nº22, de 24 de julho de 2000, publicada no DOE de 02 de agosto de 2000, e com base na justificativa do Coordenador da SUPERINTENDÊNCIA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE FORTALEZA - FORTALEZA/CE, exarada no processo nº3341500/2013. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 31 de dezembro de 2014.

Aldízio Alves Vieira Filho  
COORDENADOR DA ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL**  
**PROCESSO Nº3357520/2013**

O Estado do Ceará, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO/SUPERINTENDÊNCIA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE FORTALEZA – FORTALEZA/CE, representada por seu titular, Sr. José Célio Pinheiro, e do outro lado, PATRICIA BARROSO FERNANDES, matrícula nº98200160384010, com carga horária mensal de trabalho de 100h/a, resolvem, por este instrumento de rescisão de contrato de trabalho temporário, firmar o seguinte: CLÁUSULA ÚNICA: Fica rescindido, a partir de 31/07/2013, em todas as suas cláusulas, o contrato de trabalho temporário firmado entre as partes acima descritas, publicado no DOE de 20/05/2013, páginas 71 e 72, tudo com respaldo legal no art.7º, alínea "a", da Lei Complementar Estadual nº22, de 24 de julho de 2000, publicada no DOE de 02 de agosto de 2000, e com base na justificativa do Coordenador da SUPERINTENDÊNCIA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE FORTALEZA - FORTALEZA/CE, exarada no processo nº3357520/2013. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 31 de dezembro de 2014.

Aldízio Alves Vieira Filho  
COORDENADOR DA ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL**  
**PROCESSO Nº3386945/2013**

O Estado do Ceará, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO/SUPERINTENDÊNCIA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE FORTALEZA – FORTALEZA/CE, representada por seu titular, Sr. José Célio Pinheiro, e do outro lado, SILVIA HELENA FRANKLIN CAVALCANTE, matrícula nº98200160465916, com carga horária mensal de trabalho de 10h/a, resolvem, por este instrumento de rescisão de contrato de trabalho temporário, firmar o seguinte: CLÁUSULA ÚNICA: Fica rescindido, a partir de 31/07/2013, em todas as suas cláusulas, o contrato de trabalho temporário firmado entre as partes acima descritas, publicado no DOE de 20/05/2013, páginas 28 e 29, tudo com respaldo legal no art.7º, alínea "a", da Lei Complementar Estadual nº22, de 24 de julho de 2000, publicada no DOE de 02 de agosto de 2000, e com base na justificativa do Coordenador da SUPERINTENDÊNCIA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE FORTALEZA - FORTALEZA/CE, exarada no processo nº3386945/2013. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 31 de dezembro de 2014.

Aldízio Alves Vieira Filho  
COORDENADOR DA ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL**  
**PROCESSO Nº5083508/2013**

O Estado do Ceará, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO/SUPERINTENDÊNCIA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE FORTALEZA – FORTALEZA/CE, representada por seu titular, Sr. José Célio Pinheiro, e do outro lado, KLEYVIS LOBO CARNEIRO, matrícula nº98200162067713, com carga horária mensal de trabalho de 100h/a, resolvem, por este instrumento de rescisão de contrato de trabalho temporário, firmar o seguinte: CLÁUSULA ÚNICA: Fica rescindido, a partir de 07/06/2013, em todas as suas cláusulas, o contrato de trabalho temporário firmado entre as partes acima descritas, publicado no DOE de 21/06/2013, página 38, tudo com respaldo legal no art.7º,



**TERMO DE COOPERAÇÃO**

Nº 026/2015 - PROCESSO Nº 4604011/2015

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO CEARÁ - SEDUC, neste ato representado pelo, Excelentíssimo Sr. Secretário da Educação do Estado, MAURICIO HOLANDA MAIA, Secretário da Educação e a STAND SIGN PROJETOS LTDA, neste ato representado por seu Presidente, ROSLAVO ARAÚJO BRILHANTE, RESOLVEM celebrar o presente termo de cooperação técnica, fundamentado na Lei Federal Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, na legislação estadual, por meio do Decreto 30.933, de 29 de junho de 2012 e no uso das atribuições que confere o Art. 88, Inciso VI, da Constituição do Estado do Ceará, mediante as seguintes cláusulas e condições: **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO** Este instrumento tem por objeto a **cooperação técnica** entre os partícipes, durante o itinerário formativo do Curso Técnico em Eventos, na rede de escola estadual de educação profissional, visando à formação técnica qualificada de alunos regularmente matriculados. Subcláusula Primeira- A cooperação técnica abrange a concessão de vagas de estágio, adicionalmente a cursos afins às atividades secundárias da empresa, quais sejam: Produção de Áudio e Vídeo, Eletrotécnica, Eletromecânica, Móveis, Design de Interiores, Desenho de Construção Civil, Informática e cursos afins ao eixo tecnológico de Gestão e Negócios. Subcláusula Segunda- Não haverá transferência de recursos entre os Convenentes, sendo as despesas referentes à manutenção dos cursos de responsabilidade da PRIMEIRA CONVENENTE/SEDUC, por meio de dotação orçamentária própria. **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES I - Atribuições da SEDUC/PRIMEIRA CONVENENTE** Caberá à Secretaria da Educação - SEDUC, como PRIMEIRA CONVENENTE, na consecução dos objetivos deste instrumento: a. Disponibilizar a rede estadual de escolas de educação profissional para implementação do Curso Técnico em Eventos em municípios estratégicos para o desenvolvimento do setor. b. Garantir espaço de interlocução técnica entre a STAND SIGN PROJETOS LTDA e a equipe educativa das escolas bem como condições de materiais, insumos e Equipamentos de Proteção Individual (EPI) em conformidade com padrão de qualidade para pleno desenvolvimento técnico dos estudantes, durante as atividades realizadas em cooperação, com a finalidade de alinhamento do itinerário formativo do Curso Técnico em Eventos; c. Garantir a participação da SEGUNDA CONVENENTE/STAND SIGN PROJETOS LTDA em processo seletivo dos professores da formação técnica inicial e continuada do curso, e em atividades complementares de formação técnica, tais como capacitação, visitas técnicas, entre outros, quando de interesse da empresa; d. Garantir o acompanhamento do corpo docente técnico em todas as atividades cooperadas entre os CONVENENTES; e. Custear bolsas de estágio aos alunos do 3º ano do curso, quando inseridos no campo de estágio, por meio de dotação orçamentária própria, em conformidade com o disposto na Lei Federal Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e o Decreto Estadual Nº 30.933, de 03 de julho de 2012; f. Apoiar a execução do termo cooperativo, zelando pelo cumprimento das cláusulas estabelecidas. **II - Atribuições da STAND SIGN PROJETOS LTDA/SEGUNDA CONVENENTE** Caberá à STAND SIGN PROJETOS LTDA/SEGUNDA CONVENENTE, na consecução dos objetivos desse instrumento: a. Recomendar à SEDUC, as escolas a ser ofertado o Curso Técnico em Eventos, tendo como finalidade a aderência de sólida formação técnica à promoção do desenvolvimento do setor de eventos por meio da inserção profissional qualificada dos egressos das escolas profissionais; b. Elaborar, com a escola, o itinerário semestral de práticas de campo necessárias para a qualidade da formação técnica quanto ao desenvolvimento das competências dos estudantes nas áreas de logística, elaboração de projetos, distribuição de estrutura, montagem e desmontagem de eventos; c. Oportunizar visitas técnicas sistemáticas e práticas de campo nas instalações do centro tecnológico de distribuição e montagem de estrutura de eventos e realizar capacitação complementar para os estudantes do referido curso no ambiente laboral em conformidade com a capacidade e os programas de capacitação existentes na STAND SIGN PROJETOS LTDA; d. Realizar capacitação complementar para os estudantes do referido curso no ambiente laboral em conformidade com a capacidade e os programas de capacitação existentes e fomentar o interesse pela pesquisa em inovação tecnológica junto a estudantes e professores por meio da transferência de conhecimento, tecnologia e produtos resultantes da pesquisa em processos tecnológicos e logísticos da área de eventos; e. Disponibilizar publicações impressas e em mídia audiovisual como instrumento de atualização profissional dos estudantes e professores e oportunizar a imersão dos estudantes in loco de execução das atividades da empresa, por meio da observação direta das atividades da STAND SIGN PROJETOS LTDA nas situações concretas e reais de montagem

de feiras e eventos, no denominado Montador-Sombra; f. Conceder vagas de estágio nas áreas de eventos, produção de áudio e vídeo, eletromecânica, móveis, design de interior e desenho de construção civil, informática e cursos afins ao eixo tecnológico de gestão e negócios de acordo com o interesse da STAND SIGN PROJETOS LTDA e com a capacidade de absorção dos estagiários. g. Difundir a política de educação profissional de formação técnica em Evento junto às empresas do setor e promover visibilidade da cooperação técnica na mídia televisiva virtual Programa Ceará Feiras e Eventos, de propriedade da STAND SIGN PROJETOS LTDA; h. Colaborar com outras iniciativas de educação profissional em nível de formação inicial e de formação continuada de interesse das CONVENENTES, desde de que em consonância com a infraestrutura e capacidade técnico e operacional das Partes. **CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA** O presente termo de cooperação técnica terá vigência a partir da data de assinatura até 31/12/2018. Subcláusula Primeira - O referido prazo de vigência pode ser alterado, através de termo aditivo, bem como ser prorrogado ou antecipado observado interesse das convenentes. **CLÁUSULA QUARTA - DO FORO** Fica eleito o foro da Cidade de Fortaleza/CE, renunciando as partes convenentes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas deste termo de cooperação técnica, que não possam ser resolvidas administrativamente. E, por estarem assim ajustados, os Convenentes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, que também o assinam. Fortaleza (CE), 26 de agosto de 2015 MAURICIO HOLANDA MAIA - Secretário da Educação do Estado do Ceará, ROSLAVO ARAÚJO BRILHANTE - PRESIDENTE DA STAND SIGN PROJETOS LTDA, TESTEMUNHAS: 1. Juliana Braga, 2. Maria Cecília Cavalcante Barreira, SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 31 de agosto de 2015.

Margarida Maria Mota

ASSESSOR ESPECIAL/ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE DISTRATO DO CONTRATO DE  
COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA  
FAMILIAR  
CHAMADA PÚBLICA 2014-02  
PROCESSO Nº 290860/2015**

Pelo presente instrumento contratual e na forma melhor de direito, de um lado, a EEFM BALBINA JUCÁ ALBUQUERQUE, CNPJ 07.954.514.0428-04, Av. Major Assis, 346 - Jardim Iracema - Fortaleza - Ceará, doravante denominada CONTRATANTE, e do outro lado a agricultora familiar Sra.: CLEMES MARIA SARAIVA ARAÚJO - DAP, SDW054283035002608100828, RG 91023011070 - SSP/CE, CPF 542.830.353-00, residente a Rodovia Raimundo Pessoa de Araújo, S/N, Município de Caucaia, Ceará, doravante denominada CONTRATANTE, quando em conjunto denominadas PARTES, e separadamente PARTES, neste ato representadas por seus representantes legais ao final assinados, nos termos de seus documentos societários; CONSIDERANDO QUE: a) As PARTES firmaram o Contrato de comercialização de produtos da Agricultura Familiar, realizado em 14 de outubro de 2014 e publicado no DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO CEARÁ em 08 de dezembro de 2014 página 43. b) A Contratante como a Contratada manifestou-se favorável à RECISÃO CONTRATUAL AMIGÁVEL. c) Os representantes legais que assinam o presente TERMO DE DISTRATO do contrato de comercialização de produtos da Agricultura Familiar têm capacidade jurídica para obrigar as PARTES, de acordo com as disposições aqui previstas. RESOLVEM as PARTES de comum acordo, celebrar o presente TERMO DE DISTRATO, que se regerá pelas condições e cláusulas a seguir. **CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO** 1.1. As PARTES resolvem, de comum acordo, **rescindir todas as cláusulas, termos e condições do Contrato** de comercialização de produtos da Agricultura Familiar, firmado em 14 de outubro de 2014, e publicado no DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em 08 de dezembro de 2014, página 43, e dos TERMOS ADITIVOS dele decorrente porventura firmados, sendo certo que seus termos e condições deixam de produzir, a partir desta data, os efeitos permitidos em Direito, tanto em relação aos direitos como aos deveres e obrigações consignados no instrumento original. **CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÔNUS** 2.1. Por força desta rescisão, as PARTES somente responderão por direitos e obrigações contratuais vigentes e concretizados até a presente data, declarando-se, doravante, mutuamente satisfeitos e quitados quanto a quaisquer ônus decorrentes da formalização do instrumento rescindido. 2.2. As PARTES convencionam que a presente rescisão é pactuada sem incidência de multas ou quaisquer tipos de penalidades para ambas as







público interno, doravante denominado BENEFICIÁRIO, representado por seu Prefeito LUIS FERNANDES BEZERRA FILHO, resolvem firmar o presente Termo de Ajuste nº002/2014, publicado no D.O.E de 03.07.2014, de acordo com justificativa exarada no Processo nº2348026/2015, regido pelo Decretos Estaduais nº28.841/2007, nº29.020/2007 e nº29.317/2008, Instrução Normativa Conjunta SECON/SEFAZ/SEPLAG nº03, de 16 de junho de 2008 e Lei Complementar nº119/2012 e suas alterações posteriores, bem como a Lei de Diretrizes Orçamentárias nº15.406/13, o Decreto nº31.406/2014, e demais alterações posteriores, mediante as condições seguintes: II - OBJETO: O presente Aditivo tem por objetivo prorrogar a vigência do Termo de Ajuste prevista na Cláusula Quinta que visa apoiar o Município na participação do Programa de Cooperação Federativa - PCF, que visa o fortalecimento das ações municipais voltadas para a melhoria das condições de vida da população cearense, precisamente com a reforma e melhoria da ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL JOSÉ CESÁRIO - DISTRITO DE JUÁ, no Município de Penaforte. CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO O prazo previsto na Cláusula Quinta, que trata do prazo de vigência do Termo de Ajuste, ora aditado, fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 25 de maio de 2015 até 21 de novembro de 2015, de acordo com a justificativa exarada no despacho da COPEM, datado em 22 de abril de 2015, constante nos autos. III - DA RATIFICAÇÃO: Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do termo original e seus aditivos. IV - DATA E ASSINANTES: 22 de Abril de 2015. ANTONIA DALILA SALDANHA DE FREITAS - Secretária da Educação, em exercício, LUIS FERNANDES BEZERRA FILHO - Prefeito Municipal, convenente. TESTEMUNHAS: 1. Mari Gildete Severo Veras, 2. Gerusa Valentin Desena. Fortaleza 10 de junho de 2015.

Aldizio Alves Vieira Filho  
COORDENADOR DA ASJUR

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO

Nº056/2014/PROC. Nº1579024/2015

I - ESPÉCIE: O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, doravante denominada CONCEDENTE, neste ato representada pela Excelentíssima Senhora Secretária da Educação em exercício, ANTONIA DALILA SALDANHA DE FREITAS, e o MUNICÍPIO DE TAMBORIL, doravante denominado CONVENIENTE, neste ato representado por seu Prefeito JOSÉ RAMIRO TEIXEIRA JUNIOR, resolvem firmar o presente Termo Aditivo ao Convênio nº056/2014, publicado no DOE de 09.07.2014, e de acordo com a justificativa exarada no respectivo Processo nº1579024/2015, regulamentado Lei Federal nº8.666/1993, Lei Complementar nº119, alterada pelas Leis Complementares nº122, e nº136, Decretos nº31.406, nº31.468, Lei de Diretrizes Orçamentárias nº15.406, e demais legislações aplicáveis: II - OBJETO: O presente aditivo tem como finalidade a **Reformulação do Plano de Trabalho do Convênio nº056/2014**, que tem por objeto desenvolver o projeto de Ampliação da Escola Francisco Lúcio, no Distrito de Oliveiras, no Município de Tamboril. - DA ALTERAÇÃO DOS VALORES Ficam alterados os valores contidos no Plano de Trabalho ao Convênio nº056/2014 no que diz respeito ao Cronograma de Desembolso, parte integrante deste termo independente de transcrição. III - DA RATIFICAÇÃO: Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do convênio original e seus aditivos. IV - DATA E ASSINANTES: 27 de abril de 2015. ANTONIA DALILA SALDANHA DE FREITAS, Secretária da Educação, em exercício, Concedente - JOSÉ RAMIRO TEIXEIRA JUNIOR, Prefeito Municipal, Convenente. TESTEMUNHAS: 1- MARIA GILDETE SEVERO VERAS, 2- GERUSA VALENTIN DE SENA. Fortaleza, 01 de junho de 2015.

Aldizio Alves Vieira Filho  
COORDENADOR DA ASJUR

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO Nº008/2015/ PROCESSO Nº1092621/2015

CEDEnte: O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO, neste ato representada pelo Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação, MAURICIO HOLANDA MAIA. CESSIONÁRIO: MUNICÍPIO DE UBAJARA, representado por seu Prefeito JOSÉ ROMANO DO NASCIMENTO, resolvem firmar o Termo de Cessão de Uso. OBJETO: Este Termo tem por finalidade a **Cessão, a título gratuito**, pela SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO ao MUNICÍPIO DE UBAJARA/CE, de um **veículo automotor**, destinando-se ao transporte exclusivo de alunos do Ensino Médio. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: em conformidade com o art.241, CF/1988 e o art.116, caput da Lei nº8.666/93 e suas alterações, mediante as

condições e cláusulas seguintes: VIGÊNCIA: A presente CESSÃO DE USO terá vigência de 02 (dois) anos, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo por decisão das partes, sendo vedada em qualquer hipótese, a modificação do seu objeto. FORO: Fortaleza - CE. DATA DA ASSINATURA: 12 de junho de 2015. SIGNATÁRIOS: MAURICIO HOLANDA MAIA - Secretário da Educação -CEDENTE, JOSÉ ROMANO DO NASCIMENTO - CESSIONÁRIO - Prefeito Municipal. TESTEMUNHAS: 1- Emanuel Pereira Carneiro, 2- Simone Almeida da Silva. Fortaleza 16 de junho de 2015.

Margarida Maria Mota  
ASSESSOR ESPECIAL/ASJUR

\*\*\* \*\*

#### TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Nº06/2015 - PROCESSO Nº3473363/2015

O GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ ATRAVÉS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO CEARÁ - SEDUC, neste ato representada pelo Excelentíssimo Senhor MAURICIO HOLANDA MAIA, Secretário da Educação e a ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS EMPRESÁRIOS - AJE, inscrita no CNPJ sob nº35065192/0001-07, neste ato representada pelo seu Coordenador o Sr. RICARDO DREHER DE PALHANO XAVIER, CONSIDERANDO que o estágio curricular obrigatório é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de estudantes regularmente matriculados em Escola Estadual de Educação Profissional, pelo desenvolvimento de competências próprias da atividade profissional; CONSIDERANDO que o estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de Certificado; RESOLVEM celebrar o presente termo de **cooperação técnica**, fundamentado na Lei Federal Nº11.788, de 25 de setembro de 2008, na legislação estadual, por meio do Decreto 29.704, de 08 de abril de 2009 e o Decreto 30.933 de 29 de junho de 2012 no uso das atribuições que confere o Art.88, Inciso VI, da Constituição do Estado do Ceará, mediante as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO Este instrumento tem por objeto a cooperação técnica entre os participantes visando ao aprendizado para a vida cidadã e para o estágio de alunos regularmente matriculados no 3º ano do Curso Técnico da Escola Estadual de Educação Profissional assim como no desenvolvimento de ações conjuntas visando integrar a formação técnica dos estudantes das escolas estaduais de educação profissional de Fortaleza ao mundo do trabalho, nos cursos afins às áreas de interesse da Associação dos Jovens Empresários de Fortaleza Subcláusula Primeira - O estágio assume a forma curricular obrigatória, não criando vínculo empregatício de qualquer natureza com a concedente, realizando-se nos termos da Lei Nº9.394, de 20/12/1996, regulamentada pela Resolução Nº01/2004 do Conselho Nacional de Educação em sua Câmara de Educação Básica, na Lei nº11.788, de 25 de setembro de 2008, e no que couber, o Decreto Estadual Nº30.933, de 29 de junho de 2012. Subcláusula Segunda - A formação da concessão de Estágio efetivar-se-á mediante Termo de Compromisso de Estágio, a ser firmado entre as concedentes, a Instituição de Ensino e o Estagiário, com a intervenção da SEDUC, a qual encaminhará o Estágio, ficando as partes compromissadas às regras estabelecidas no referido termo. Subcláusula Terceira - Não haverá transferência de recursos entre as partes, sendo as despesas referentes a pagamento de bolsa ao estagiário, auxílio transporte e à contratação do seguro contra acidentes pessoais, de responsabilidade da SEDUC, por meio de dotação orçamentária própria. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES I - Atribuições da SEDUC/PRIMEIRA CONVENIENTE Caberá à Secretaria da Educação - SEDUC, como PRIMEIRA CONVENIENTE, na consecução dos objetivos deste instrumento: a. Disponibilizar a rede estadual de escolas de educação profissional para implantação dos cursos técnicos, em comum acordo com o Governo do Estado do Ceará, identificados e sugeridos pela AJE, em municípios estratégicos para o desenvolvimento dos setores relacionados a estes cursos. b. Garantir condições de equipamentos, materiais e insumos de qualidade em conformidade com as necessidades dos cursos técnicos profissionalizantes ofertados. c. Garantir a participação da SEGUNDA CONVENIENTE em apresentação de palestras, visitas técnicas às escolas e orientações técnicas ao quadro docente. d. Apoiar a execução do termo cooperativo, zelando pelo cumprimento das cláusulas estabelecidas. II - Atribuições da AJE/SEGUNDA CONVENIENTE Caberá a AJE/SEGUNDA CONVENIENTE, na consecução dos objetivos desse instrumento: a. Contribuir nas ações necessárias para a integração com o mercado de trabalho; b. Auxiliar a SEDUC no estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada, a fim de garantir que os cursos técnicos disponham de treinamento prático, locais para visitas supervisionadas e palestras técnicas, possibilitando uma formação técnica de qualidade. c. Incentivar as empresas associadas





à AJE em atuarem como Empresa Colaborativa das escolas profissionais de Fortaleza; d. Assessorar a SEDUC, na localização das escolas a serem ofertados cursos técnicos de interesse dos setores da AJE, com a finalidade de desenvolvimento dos setores envolvidos; e. Assessorar a SEDUC, no alinhamento dos planos dos cursos e ementas dos cursos das áreas de interesse da AJE, bem como na orientação e apoio das aulas práticas, durante o itinerário formativo dos estudantes; CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA O presente convênio de cooperação técnica terá vigência a partir da data de sua assinatura até 30 de dezembro de 2018, podendo ser alterado ou rescindido a qualquer momento, de acordo com o interesse dos convenientes. CLÁUSULA QUARTA – DO FORO Fica eleito o foro da Cidade de Fortaleza/CE, renunciando as partes convenientes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas deste termo de cooperação técnica, que não possam ser resolvidas administrativamente. E, por estarem assim ajustados, os Convenientes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, que também o assinam. Fortaleza/CE, 16 de junho de 2015. MAURÍCIO HOLANDA MAIA - SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ, RICARDO DREHER DE PALHANO XAVIER - ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS EMPRESÁRIOS. TESTEMUNHAS: 1. Juliana Braga 2. Rivanir Bezerra. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 17 de junho de 2015.

Margarida Maria Mota  
ASSESSOR ESPECIAL/ASJUR

\*\*\* \*\*

#### TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Nº05/2015 - PROCESSO Nº3413620/2015

A SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO CEARÁ – SEDUC, neste ato representada por seu Secretário o Sr. MAURÍCIO HOLANDA MAIA, e o SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO NO ESTADO – SIMEC, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. RICARD PEREIRA SILVEIRA, CONSIDERANDO que o estágio curricular obrigatório é ato educativo escolar supervisionado, no ambiente de trabalho, que visa a preparação para o trabalho produtivo de estudantes regularmente matriculados em Escola Estadual de Educação Profissional, pelo desenvolvimento de competências próprias da atividade profissional; CONSIDERANDO que o estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de certificado; RESOLVEM celebrar o presente Termo de Cooperação Técnica, fundamentado na Lei Federal Nº11.788, de 25 de setembro de 2008, na Legislação Estadual, por meio do Decreto 29.704, de 08 de abril de 2009 e o 30.933 de 29 de junho de 2012 e no uso das atribuições que confere o Art.88 Inciso VI, da Constituição do estado do Ceará, mediante as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO Este instrumento tem por objeto a cooperação técnica entre os partícipes no desenvolvimento de ações conjuntas visando integrar a formação técnica dos estudantes das escolas estaduais de educação profissional ao mundo do trabalho, nos cursos afins às áreas de interesse do SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO NO ESTADO – SIMEC., contribuindo para o desenvolvimento dos setores produtivos por meio de formação técnica qualificada de estudantes cearenses, que atenda aos desafios contemporâneos de preparação para o mundo do trabalho. Subcláusula Primeira- Não haverá transferência de recursos entre os Convenientes, sendo as despesas referentes à manutenção do curso de responsabilidade da PRIMEIRA CONVENIENTE/SEDUC, por meio de dotação orçamentária própria. Subcláusula Segunda – A formação da concessão de Estágio efetivar-se-á mediante Termo de Compromisso de Estágio, a ser firmado entre as concedentes, a Instituição de Ensino e o Estagiário, com a interveniência da SEDUC, a qual encaminhará o Estágio, ficando as partes compromissadas às regras estabelecidas no referido termo. CLÁUSULA SEGUNDA – DO LOCAL DE ESTÁGIO O estágio dar-se-á nos órgãos e/ou instituições das concedentes, nas áreas de seu interesse, ofertando instalações em condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem profissional compatível com a área de sua formação técnica. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ATRIBUIÇÕES I – Atribuições da SEDUC/PRIMEIRA CONVENIENTE Caberá à Secretaria da Educação – SEDUC, como PRIMEIRA CONVENIENTE, na consecução dos objetivos deste instrumento: a. Coordenar o processo pedagógico do Estágio Curricular Obrigatório; b. Garantir condições de equipamentos, materiais e insumos em conformidade com padrão de qualidade definido pela SEGUNDA CONVENIENTE. c. Contratar professor- orientador da área a ser desenvolvida no estágio que será responsável pelo acompanhamento, pela avaliação e supervisão das atividades do estágio na proporção de 01 (um) professor-orientador-supervisor para até, no máximo, 10 (dez) alunos, simultaneamente; d. Preparar o estagiário, em estância preliminar,

para inseri-lo na hierarquia laboral e corporativa; e. Orientar e supervisionar a execução das atividades práticas, discriminadas no Plano de Atividades do estagiário; f. Garantir a participação da CONCEDEnte no processo seletivo dos estagiários; g. Garantir a participação da SEGUNDA CONVENIENTE em apresentação de palestras, visitas técnicas às escolas e orientações técnicas ao quadro docente, arcando com as despesas de deslocamentos necessários para consecução dessas ações. h. Apoiar a execução do termo cooperativo, zelando pelo cumprimento das cláusulas estabelecidas. II - Atribuições da SIMEC/ SEGUNDA CONVENIENTE Caberá ao SIMEC/SEGUNDA CONVENIENTE, na consecução dos objetivos desse instrumento: a. Contribuir nas ações necessárias para a integração com o mercado de trabalho; b. Auxiliar a SEDUC no estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada, a fim de garantir que os cursos técnicos disponham de treinamento prático, locais para visitas supervisionadas e palestras técnicas, possibilitando uma formação técnica de qualidade. c. Incentivar as empresas associadas ao SIMEC em atuarem como Empresa Colaborativa das escolas profissionais de Fortaleza; d. Designar empregado de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência na área de conhecimento desenvolvido no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente; e. Apoiar a realização de ações tais como seminários, eventos, campanhas, o necessário para dar conhecimento e visibilidade ao Estágio Profissionalizante. f. Assessorar a SEDUC, no alinhamento dos planos dos cursos e ementas dos cursos das áreas de interesse do SIMEC, bem como na orientação e apoio das aulas práticas, durante o itinerário formativo dos estudantes; g. Fornecer declaração de cumprimento de estágio através do Termo de Realização de Estágio comprovando o período estagiado. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA O presente convênio de cooperação técnica terá vigência a partir da data de sua assinatura até 30 de dezembro de 2018, podendo ser alterado ou rescindido a qualquer momento, de acordo com o interesse dos convenientes. CLÁUSULA QUINTA – DO FORO Fica eleito o foro da Cidade de Fortaleza/CE, renunciando as partes convenientes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas deste termo de cooperação técnica, que não possam ser resolvidas administrativamente. E, por estarem assim ajustados, os Convenientes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, que também o assinam. Fortaleza/CE, 16 de junho de 2015. Maurício Holanda Maia - SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ, Ricard Pereira Silveira - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO NO ESTADO - SIMEC. TESTEMUNHAS: 1. Juliana Cássia Braga Ferreira, 2. Rivanir Maria Bezerra. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 17 de junho de 2015.

Margarida Maria Mota  
ASSESSOR ESPECIAL/ASJUR

\*\*\* \*\*

#### TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Nº07/2015 - PROCESSO Nº3413689/2015

O ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, neste ato representada pelo SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO Sr. MAURÍCIO HOLANDA MAIA e o DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E ENGENHARIA – DAE, neste ato representado pelo seu Superintendente, Sr. SILVIO GENTIL CAMPOS JÚNIOR, resolvem celebrar o presente termo de cooperação técnica, mediante as seguintes cláusulas e condições: CONSIDERANDO que o estágio curricular obrigatório é ato educativo escolar supervisionado, no ambiente de trabalho, que visa a preparação para o trabalho produtivo de estudantes regularmente matriculados em Escola Estadual de Educação Profissional, pelo desenvolvimento de competências próprias da atividade profissional; CONSIDERANDO que o estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de certificado; CONSIDERANDO que o estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza RESOLVEM celebrar o presente Termo de Cooperação Técnica, fundamentado na Lei Federal Nº11.788, de 25 de setembro de 2008, na Legislação Estadual, por meio do Decreto 29.704, de 08 de abril de 2009 e no uso das atribuições que confere o Art.88 Inciso VI, da Constituição do estado do Ceará, mediante as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO Este instrumento tem por objeto a cooperação técnica entre a SEDUC e a Concedente, visando ao aprendizado para a vida cidadã e para o estágio de alunos regularmente matriculados no 3º ano do Curso Técnico da Escola Estadual de Educação Profissional. Subcláusula Primeira – o estágio assume a forma curricular obrigatória, não criando vínculo empregatício de qualquer natureza com a Concedente, realizando -se nos termos da Lei Nº9.394, de 20/12/1996, regulamentada pela Resolução Nº01/2004 do Conselho Nacional de Educação em sua Câmara de



Educação Básica, na Lei Nº11.788, de 25 de setembro de 2008, e no que couber, o Decreto estadual Nº29.704, de 08 de abril de 2009. Subcláusula Segunda - A formação da concessão de estágio, efetivar-se-á, mediante Termo de Compromisso de Estágio, a ser firmado entre a Concedente, a Instituição de Ensino e o Estagiário, ficando as partes compromissadas às regras estabelecidas no referido Termo. Subcláusula Terceira - Não haverá transferência de recursos entre as partes, sendo as despesas referente a pagamento de bolsa ao estagiário e à contratação do seguro contra acidentes pessoais, de responsabilidade da SEDUC, por meio de dotação orçamentária própria. CLÁUSULA SEGUNDA - DO LOCAL DO ESTÁGIO O estágio dar-se-á nos órgãos e/ou instituições da concedente, nas áreas de seu interesse, ofertando instalações em condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem profissional compatível com a área de sua formação técnica. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES I - Atribuições da SEDUC/PRIMEIRA CONVENIENTE Caberá à Secretaria da Educação - SEDUC, como PRIMEIRA CONVENIENTE, na consecução dos objetivos deste instrumento: a. Coordenar o processo pedagógico do Estágio Curricular Obrigatório; b. Contratar professor-orientador da área a ser desenvolvida no estágio que será responsável pelo acompanhamento, pela avaliação e supervisão das atividades do estágio na proporção de 01 (um) professor-orientador-supervisor para até, no máximo, 10 (dez) alunos, simultaneamente; c. Preparar o estagiário, em estância preliminar, para inseri-lo na hierarquia laboral e corporativa; d. Orientar e supervisionar a execução das atividades práticas, discriminadas no Plano de Atividades do estagiário; e. Garantir a participação da CONCEDENTE no processo seletivo dos estagiários; f. Custear bolsas de estágio, auxílio transporte e equipamentos de projeção individual, para os estagiários por meio de dotação orçamentária própria; g. Monitorar a execução do Termo de Cooperação Técnica, zelando pelo cumprimento das cláusulas e condições; h. Envio do Plano de Ensino do Curso e a lista dos estagiários antes do início das atividades tendo como responsável a escola celebrando o Termo de Compromisso de Estágio com o educando e com a parte concedente. II - Atribuições do DAE/SEGUNDA CONVENIENTE Caberá aos órgãos e/ou instituições da concedente, na consecução dos objetivos desse instrumento: a. Firmar Termos de Compromisso de Estágio com o estagiário ou com o representante legal e a Unidade de Ensino; b. Responsabilizar-se, juntamente com a SEDUC, por meio da Coordenadoria de Educação Profissional, e com a Instituição de Ensino pela orientação, supervisão e avaliação do estágio; c. Receber, acompanhar, orientar, esclarecer e estimular o estagiário durante o processo de aquisição de conhecimento prático; d. Garantir que o processo de transmissão de conhecimento se faça por etapas organizadas, do mais simples ao mais complexo de acordo com o plano de atividade; e. Assegurar que as atividades de estágio sejam compatíveis com a formação profissional do educando; f. Assegurar ao estagiário carga horária que não exceda 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais de estágio, com base na Lei Federal Nº11.788, de 25 de setembro de 2008, compatível com o seu horário escolar; g. Designar empregado de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência na área de conhecimento desenvolvido no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente; h. Facilitar as visitas do Orientador de estágio da Escola para acompanhar o estagiário, sem necessidade de prévio agendamento; i. Fornecer declaração de cumprimento de estágio através do Termo de Realização de Estágio comprovando o período estagiado. CLÁUSULA QUARTA- DA VIGÊNCIA O presente convênio de cooperação técnica terá vigência a partir da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2018, podendo ser alterado ou rescindido a qualquer momento, de acordo com o interesse dos convenientes. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO O descumprimento das obrigações previstas na legislação do estágio caracteriza vínculo de emprego do estagiário com a Concedente, para todos os fins trabalhistas e previdenciários, exceto para a administração pública, conforme estabelece o Art.37, Inciso II da Constituição Federal. CLÁUSULA SEXTA - DO FORO Fica eleito o foro da Cidade de Fortaleza/CE, renunciando as partes convenientes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas deste termo de cooperação técnica, que não possam ser resolvidas administrativamente. E, por estarem assim ajustados, os Convenientes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, que também o assinam. Fortaleza/CE, 16 de junho de 2015 MAURICIO HOLANDA MAIA - SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ, SILVIO GENTIL CAMPOS JÚNIOR - SUPERINTENDENTE DO DAE. TESTEMUNHAS: 1. Juliana Cássia Braga Ferreira, 2. Maria Cecília Vavalcante. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 16 de junho de 2015.

Margarida Maria Mota  
ASSESSOR ESPECIAL/ASJUR

\*\*\* \*\*

#### TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Nº08/2015 - PROCESSO Nº3423838/2015

O GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ ATRAVÉS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, neste ato representada por seu Secretário o Sr. MAURICIO HOLANDA MAIA, e o SINDICATO DO COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES, CICLOMOTORES E REFRIGERAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ - SINCOPEÇAS, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. RANIERI PALMEIRA LEITÃO, CONSIDERANDO que o estágio curricular obrigatório é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de estudantes regularmente matriculados em Escola Estadual de Educação Profissional, pelo desenvolvimento de competências próprias da atividade profissional; CONSIDERANDO que o estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de Certificado; RESOLVEM celebrar o presente termo de cooperação técnica, fundamentado na Lei Federal Nº11.788, de 25 de setembro de 2008, na legislação estadual, por meio do Decreto 30.933, de 29 de junho de 2012 e no uso das atribuições que confere o Art.88, Inciso VI, da Constituição do Estado do Ceará, mediante as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: Este instrumento tem por objeto a cooperação técnica entre os partícipes visando à formação técnica qualificada de alunos regularmente matriculados na rede de escola estadual de educação profissional, no curso Técnico de Manutenção Automotiva. Subcláusula Primeira- Não haverá transferência de recursos entre os Convenientes, sendo as despesas referentes à manutenção do curso de responsabilidade da PRIMEIRA CONVENIENTE/ SEDUC, por meio de dotação orçamentária própria. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES I - Atribuições da SEDUC/PRIMEIRA CONVENIENTE Caberá à Secretaria da Educação - SEDUC, como PRIMEIRA CONVENIENTE, na consecução dos objetivos deste instrumento: a. Disponibilizar a rede estadual de escolas de educação profissional para implantação de Curso Técnico de Manutenção Automotiva em municípios estratégicos para o desenvolvimento do setor automotivo. b. Garantir condições de equipamentos, materiais e insumos em conformidade com padrão de qualidade definido pela SEGUNDA CONVENIENTE. c. Garantir a participação da SEGUNDA CONVENIENTE em processo seletivo dos professores da formação técnica do curso; d. Custear bolsas de estágio aos alunos do 3º ano, quando inseridos no campo de estágio, por meio de dotação orçamentária própria; e. Apoiar a execução do termo cooperativo, zelando pelo cumprimento das cláusulas estabelecidas. II - Atribuições do Sincopeças/ SEGUNDA CONVENIENTE Caberá ao Sincopeças/SEGUNDA CONVENIENTE, gestor do curso de Técnico em Manutenção Automotiva, na consecução dos objetivos desse instrumento: a. Definir em parceria com a SEDUC, as escolas a ser ofertado o Curso Técnico em Manutenção Automotiva, tendo como finalidade o pleno desenvolvimento do setor; b. Orientar e Supervisionar o processo pedagógico do Estágio Curricular Obrigatório; c. Propiciar os serviços de integração com o mercado de trabalho, segundo a legislação vigente de estágio supervisionado curricular obrigatório; d. Propor ações para viabilizar o acesso dos estagiários às empresas associadas e. Indicar representante para participar de reuniões, duas vezes a cada ano com a Seduc no intuito de colaborar com planos e ementas dos cursos mencionados. f. Apoiar a realização de ações tais como seminários, eventos, palestras, campanhas, para fomentar o interesse pela pesquisa em inovação automotiva junto a estudantes e professores por meio da transferência de conhecimento. g. Estabelecer parcerias com a iniciativa privada, a fim de garantir que o curso disponha de equipamentos, materiais e insumos necessários para uma formação técnica de qualidade. CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA: O presente convênio de cooperação técnica terá vigência a partir da data de sua assinatura até 31/12/2018, período de conclusão da primeira turma de técnico em Manutenção Automotiva. Subcláusula Primeira - O referido prazo de vigência pode ser alterado, observado o interesse das convenientes. Subcláusula Segunda - Em caso de descumprimento de qualquer cláusula deste instrumento ou desvio dos objetivos e ações da cooperação, a presente cooperação técnica será rescindida. CLÁUSULA QUARTA - DO FORO: Fica eleito o foro da Cidade de Fortaleza/CE, renunciando as partes convenientes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas deste termo de cooperação técnica, que não possam ser resolvidas administrativamente. E, por estarem assim ajustados, os Convenientes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, que também o assinam. Fortaleza/CE, 11 de junho de 2015. Mauricio Holanda Maia - SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ, Ranieri Palmeira Leitão - SINDICATO DO COMÉRCIO DE PEÇAS E







SERVIÇOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES, CICLOMOTORES E REFRIGERAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ - SINCOPEÇAS. TESTEMUNHAS: 1. Giovana Braga, 2. Rivanir Bezerra. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 16 de junho de 2015.

Margarida Maria Mota  
ASSESSORA ESPECIAL/ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA**  
**Nº06/2015 - PROCESSO Nº14316090-7**

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEDUC, inscrita no CNPJ sob o nº07.954.514/0001-25, com sede nesta Capital, no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, na Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n, Cambéba, Fortaleza/CE, nos termos do Processo nº14316090-7, resolve reconhecer a dívida assumida em face da EMPRESA TARCIANA DE SOUSA NOGUEIRA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº08.172.224/0001-92, no valor de R\$R\$4.769,40 (quatro mil, setecentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos), em razão de ter havido um bloqueio temporário na liberação dos recursos para a escola EEM JOÃO ALVES MOREIRA, e esta necessitar da continuidade do serviço para não prejudicar as atividades da escola. Compromete-se, portanto, o Estado do Ceará - através da EEM JOÃO ALVES MOREIRA a pagar a dívida acima reconhecida, a TÍTULO DE INDENIZAÇÃO, assim que se concluírem os procedimentos administrativos para a sua consecução. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 14 de janeiro de 2015. Maurício Holanda Maia - SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 16 de junho de 2015.

Margarida Maria Mota  
ASSESSORA ESPECIAL DA ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA**  
**Nº250/2015 - PROCESSO Nº15059963-3**

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEDUC, inscrita no CNPJ sob o nº07.954.514/0001-25, com sede nesta Capital, no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, na Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n, Cambéba, Fortaleza/CE, nos termos do Processo supra, resolve reconhecer a dívida assumida em face da EMPRESA ROMULO DO NASCIMENTO FERREIRA (LUMIR COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA), inscrita no CNPJ nº19005204/0001-43, com base no Contrato oriundo do Convite nº04/2014, firmado com o CEJA MONSENHOR HÉLIO CAMPOS, no valor de R\$943,46 (novecentos e quarenta e três reais e quarenta e seis centavos), em razão da entrega de gêneros alimentícios para o programa de merenda escolar, em favor da Unidade Escolar. Compromete-se, portanto, o Estado do Ceará - através da Secretaria da Educação a pagar a dívida acima reconhecida, assim que se concluírem os procedimentos administrativos para a sua consecução. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 09 de junho de 2015. Maurício Holanda Maia - SECRETÁRIO(O) DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 16 de junho de 2015.

Margarida Maria Mota  
ASSESSORA ESPECIAL/ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA**  
**Nº296/2015 - PROCESSO Nº15275265-0**

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEDUC, inscrita no CNPJ sob o nº07.954.514/0001-25, com sede nesta Capital, no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, na Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n, Cambéba, Fortaleza/CE, nos termos do Processo supra, resolve reconhecer a dívida assumida em face DE OI MOVEEL S/A, inscrita no CNPJ nº05.423.963/0001-11, no valor de R\$1.678,48 (um mil, seiscentos e setenta e oito reais e quarenta e oito centavos), referente ao reajuste contratual de 5,05%, estabelecido pelo 10º Aditivo ao Contrato nº014/2010. Compromete-se, portanto, o Estado do Ceará - através da Secretaria da Educação a pagar a dívida acima reconhecida, assim que se concluírem os procedimentos administrativos para a sua consecução. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 01 de junho de 2015. Maurício Holanda Maia - SECRETÁRIO(A) DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 16 de junho de 2015.

Margarida Maria Mota  
ASSESSORA ESPECIAL/ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA Nº302/2015**  
**PROCESSO Nº15078303-5**

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEDUC, inscrita no CNPJ sob o nº07.954.514/0001-25, com sede nesta Capital, no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, na Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n, Cambéba, Fortaleza/CE, nos termos do processo supra, resolve reconhecer a dívida assumida em face da EMPRESA QUALITY EMPREENHIMENTOS ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº02.906.039/0001-06, referente ao Contrato oriundo do Convite nº004/2014, firmado com a CAIC RAIMUNDO GOMES DE CARVALHO, no valor de R\$20.427,53 (vinte mil, quatrocentos e vinte e sete reais e cinquenta e três centavos), em razão da entrega de gêneros alimentícios para alimentação escolar na escola acima mencionada. Compromete-se, portanto, o Estado do Ceará a pagar a dívida acima reconhecida, assim que se concluírem os procedimentos administrativos para a sua consecução. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 09 de Junho de 2015. Maurício Holanda Maia - SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 15 de junho de 2015.

Margarida Maria Mota  
ASSESSORA ESPECIAL DA ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA**  
**Nº322/2015 - PROCESSO Nº15234332-6**

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEDUC, inscrita no CNPJ sob o nº07.954.514/0001-25, com sede nesta Capital, no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, na Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n, Cambéba, Fortaleza/CE, nos termos do Processo supra, resolve reconhecer a dívida assumida em face da EMPRESA CP DIAS ME, inscrita no CNPJ nº13.914.164/0001-76, com base no Contrato oriundo do Convite nº02/2014, firmado com a EEFM D. HILZA DIOGO DE OLIVEIRA, no valor de R\$14.634,00 (quatorze mil, seiscentos e trinta e quatro reais), em razão da entrega de gêneros alimentícios para o programa de merenda escolar, em favor da Unidade Escolar. Compromete-se, portanto, o Estado do Ceará - através da Secretaria da Educação a pagar a dívida acima reconhecida, assim que se concluírem os procedimentos administrativos para a sua consecução. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 09 de junho de 2015. Maurício Holanda Maia - SECRETÁRIO(A) DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 16 de junho de 2015.

Margarida Maria Mota  
ASSESSOR ESPECIAL/ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA**  
**Nº358/2015 - PROCESSO Nº14194873-6**

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEDUC, inscrita no CNPJ sob o nº07.954.514/0001-25, com sede nesta Capital, no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, na Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n, Cambéba, Fortaleza/CE, nos termos do processo supra, resolve reconhecer a dívida assumida em face da EMPRESA J.P DA SILVA MERCANTIL, inscrita no CNPJ sob o nº07.195.771/0001-20, referente ao Contrato oriundo da Carta Convite 002/2014, firmado com a EEM FRANKLIN TÁVORA no valor de R\$15.493,70 (quinze mil, quatrocentos e noventa e três reais e setenta centavos), em razão da entrega de gêneros alimentícios da merenda escolar na unidade de ensino acima mencionada. Compromete-se, portanto, o Estado do Ceará através da Secretaria de Educação, a pagar a dívida acima reconhecida, assim que se concluírem os procedimentos administrativos para a sua consecução. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 09 de junho de 2015. Maurício Holanda Maia - SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 16 de junho de 2015.

Margarida Maria Mota  
ASSESSOR ESPECIAL/ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA**  
**Nº360/2015 - PROCESSO Nº14262007-6**

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEDUC, inscrita no CNPJ sob o nº07.954.514/0001-25, com sede nesta Capital, no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, na Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n, Cambéba, Fortaleza/CE, nos termos do Processo supra, resolve reconhecer a dívida assumida em face da empresa RAIMUNDO CANDIDO DE OLIVEIRA - ME, inscrita no CNPJ nº35.068.394/0001-02, com base no Contrato, oriundo do Convite nº003/2014, firmado com a EEM ALMIR PINTO, no valor de



## EXTRATO DE CONTRATO

Nº DO DOCUMENTO PROC. Nº 338673-8/2015

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação do Estado do Ceará/EEM PROFESSOR LUIZ GONZAGA DA FONSECA MOTA - CNPJ: Nº 07.954.514/0671-14 - QUIXELÔ/CE - 16º CREDE, neste ato representado por seu Diretor(a), Fábio Junho de Oliveira

CONTRATADA: VÂNIA MARIA BENEVIDES CAVALCANTE - ME, neste ato representada pelo Sr.(a), Vânia Maria Benevides Cavalcante.

OBJETO: O presente Contrato tem por objetivo a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR, cujas descrições e quantitativos encontram-se detalhados nos Anexos I e II, que integram este instrumento, independente de transcrição. Itens: 01, 03, 04, 07, 08, 09, 13, 14, 15, 16 e 19.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com fundamento na Carta Convite nº 001/2015, regido pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações FORO: QUIXELÔ/CE. VIGÊNCIA: O presente instrumento produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir da data de sua assinatura e terá vigência de 200 (duzentos) dias, após a publicação no D.O.E. PRAZO DE ENTREGA: O prazo para o fornecimento dos alimentos objeto do presente Contrato será efetuado no período não superior a 05 (cinco) dias, estabelecidos no Edital de Licitação. VALOR GLOBAL: R\$11.527,00 (onze mil, quinhentos e vinte e sete reais) pagos em conformidade com o contrato original DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/FNDE. DATA DA ASSINATURA: 17 de março de 2015 SIGNATÁRIOS: Fábio Junho de Oliveira - CONTRATANTE e Vânia Maria Benevides Cavalcante - CONTRATADA e TESTEMUNHAS: 01 - Bruno Rodrigues da Silva, 02 - Valdeir Raimundo de Oliveira. Fortaleza, 18 de junho de 2015.

Margarida Maria Mota  
ASSESSOR ESPECIAL/ASJUR

\*\*\* \*\*

## EXTRATO DE CONTRATO

Nº DO DOCUMENTO PROC. Nº 342641-1/2015

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação do Estado do Ceará/EEFM WALDEMAR ALCÂNTARA - CNPJ Nº 07.954.514/0294-50 - SÃO GONÇALO DO AMARANTE/CE - 2º CREDE, neste ato representada por seu Diretor Francisco Evandro Francelino de Sousa

CONTRATADA: IDEIAS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME, representado neste ato pelo Sr. Paulo Fernando de Miranda da Silva. OBJETO: O presente CONTRATO tem por objetivo a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR, da EEFM WALDEMAR ALCÂNTARA - SÃO GONÇALO DO AMARANTE/CE, cujas descrições e quantitativos encontram-se detalhados nos Anexos I, que integram este instrumento, independente de transcrição Itens: 01, 03, 04, 05, 06, 07, 12, 13, 14, 15, 18 e 20. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com fundamento na Carta Convite Nº 02/2015, regido pela Lei Nº 8.666/93 e suas alterações FORO: SÃO GONÇALO DO AMARANTE/CE. VIGÊNCIA: A vigência deste contrato vigorará por 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a partir da publicação no DOE PRAZO DE ENTREGA: O prazo para o fornecimento dos alimentos objeto do presente Contrato será efetuado no período não superior a 05 (cinco) dias, estabelecidos no Edital de Licitação. VALOR GLOBAL: R\$49.709,50 (quarenta e nove mil, setecentos e nove reais e cinquenta centavos) pagos em conformidade com o contrato original DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/FNDE. DATA DA ASSINATURA: 24 de abril de 2015 SIGNATÁRIOS: Francisco Evandro Francelino de Sousa - CONTRATANTE e Paulo Fernando de Miranda da Silva - CONTRATADA e TESTEMUNHAS: 01 - Alisson da Cruz Correia, 02 - Jose Francisco do Nascimento. Fortaleza, 17 de junho de 2015.

Aldizio Alves Vieira Filho  
COORDENADOR DA ASJUR

\*\*\* \*\*

## TERMO DE COOP. TÉCNICA

Nº 13/2015 - PROCESSO Nº 3847042/2015

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, neste ato representada pelo Exmo. Senhor MAURICIO HOLANDA MAIA, Secretário da Educação, e o ESPAÇO VIVER TREINAMENTOS E CURSOS LTDA, neste ato representado pelo Senhor ALBERTO SANTOS PONTELLO, resolvem celebrar o presente termo de cooperação técnica mediante as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO O objeto do presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA é a junção de esforços para a realização em conjunto de ações visando à formação técnica qualificada e a formação

humana dos gestores, educadores e alunos regularmente matriculados na rede de escolas estaduais de educação profissional, compreendendo que esta é gradativa, constitucional e percorre todo o ciclo de vida da pessoa, abrangendo ainda, o aprimoramento de elementos como comunicação eficaz, desenvolvimentos dos diversos tipos de inteligência (interpessoal, intrapessoal, emocional e etc). Subcláusula Primeira - Não haverá transferência de recursos entre a SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E O ESPAÇO VIVER TREINAMENTOS E CURSOS LTDA, ficando assim os beneficiados mencionados no Objeto deste Termo, responsáveis por seu Deslocamento, quando se fizer necessário. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES I - Atribuições da SEDUC Caberá à Secretaria da Educação - SEDUC/UNIDADE DE ENSINO, na consecução dos objetivos deste instrumento: a) Selecionar e encaminhar os beneficiados à concedente; b) Orientar e supervisionar a execução das atividades práticas, discriminado no plano de atividades; c) Acompanhar as atividades, avaliando aproveitamentos; d) Supervisionar a concedente, observando o cumprimento das cláusulas estabelecidas; g) Elaborar o cronograma de encontros/momentos de formação em acordo com a parte Concedente; h) Permitir e facilitar de acordo com a disponibilidade e condições da Escola, o acesso à Concedente para realização de visitas à comunidade escolar; i) Monitorar a execução do termo cooperativo, zelando pelo cumprimento de todas as suas cláusulas e condições, o cumprimento das cláusulas estabelecidas. j) Dar publicidade ao programa sempre informando a cooperação técnica entre SEDUC e o ESPAÇO VIVER TREINAMENTOS E CURSOS LTDA II - Atribuições do ESPAÇO VIVER TREINAMENTOS E CURSOS LTDA: Caberá ao ESPAÇO VIVER TREINAMENTOS E CURSOS LTDA, na consecução dos objetivos deste instrumento: a. Apoiar a realização de ações tais como seminários, eventos, campanhas, o necessário para dar conhecimento e visibilidade à Escola Profissional na proporção de suas possibilidades; b. Oferecer momentos de formação para Gestores, Educadores e alunos, seguindo calendário elaborado em acordo com a Seduc, objetivando uma formação humana integral; c. Disponibilizar 30 sessões anuais, com duração de 50 minutos cada, de aconselhamento e/ou escuta qualificada para Gestores, Educadores das Escolas de Educação Profissional, encaminhados pela Secretaria da Educação; d. Dar publicidade ao programa sempre informando a cooperação técnica entre SEDUC e o ESPAÇO VIVER TREINAMENTOS E CURSOS LTDA; e. O ESPAÇO VIVER TREINAMENTOS E CURSOS LTDA deverá indicar representante para participar de reuniões, quando se fizer necessário, com a Seduc no intuito de colaborar com planos e ementas de cursos oferecidos nas Escolas de Educação Profissional; f. Garantir que o processo de transmissão de conhecimento se faça por etapas organizadas, do mais simples ao mais complexo de acordo com um plano de atividades; CLÁUSULA TERCEIRA- DA VIGÊNCIA O presente convênio vigorará até 31 de dezembro de 2018, a partir da data de assinatura, podendo ser alterado através de termo aditivo, bem como ser prorrogado ou antecipado, observada a conveniência das partes. Parágrafo Único - O presente convênio poderá ser denunciado e rescindido a qualquer tempo pelas partes, ficando estes responsáveis somente pelas obrigações assumidas ao tempo em que participaram voluntariamente do acordo. CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO Cabe à SEDUC, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as etapas de execução do objeto deste Termo e do comportamento ético do parceiro, sem prejuízo da obrigação deste último de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados. CLÁUSULA QUINTA- DO FORO Fica eleito o foro da Cidade de Fortaleza/CE, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas deste termo de cooperação técnica, que não possam ser resolvidas administrativamente. E, por estarem assim ajustados, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, que também o assinam. Fortaleza/CE, 29 de junho de 2015. MAURÍCIO HOLANDA MAIA - SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO. ALBERTO SANTOS PONTELLO - ESPAÇO VIVER TREINAMENTOS E CURSOS LTDA. TESTEMUNHAS: 1. Juliana Braga 2. Rivanir Maria Bezerra. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 29 de junho de 2015.

Aldizio Alves Vieira Filho  
COORDENADOR DA ASJUR

\*\*\* \*\*

## TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Nº 014/2015 - PROCESSO Nº 3541717/2015

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, neste ato representada pelo Exmo. Sr. MAURICIO HOLANDA MAIA, Secretário da Educação, a FEDERAÇÃO DAS CÂMARAS DE DIRIGENTES LOJISTAS DO CEARÁ - FCDL CE, neste ato representada pelo seu Presidente FRANCISCO FREITAS CORDEIRO, a CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE FORTALEZA - CDL FORTALEZA, inscrita no CNPJ nº 07.293.038/0001-49, localizada nesta





capital na Rua Vinte e Cinco de Março, 882, Centro, Fortaleza/Ceará, CEP: 60.060-120, neste ato representada pelo seu Presidente SEVERINO RAMALHO NETO, e a FACULDADE CDL, neste ato representada pelo seu Diretor Geral, FRANCISCO HONÓRIO PINHEIRO ALVES, CONSIDERANDO que o presente Termo de Cooperação realizado com a FCDL-CE, tem a finalidade de englobar também as unidades das CDL's no interior do Estado do Ceará, possibilitando assim que os alunos do interior usufruam da mesma oportunidade de aprendizado. CONSIDERANDO que o estágio curricular obrigatório é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de estudantes regularmente matriculados em Escola Estadual de Educação Profissional, pelo desenvolvimento de competências próprias da atividade profissional; CONSIDERANDO que o estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de Certificado; RESOLVEM celebrar o presente termo de cooperação técnica, fundamentado na Lei Federal Nº11.788, de 25 de setembro de 2008, na legislação estadual, por meio do Decreto 30.933, de 29 de junho de 2012 e no uso das atribuições que confere o Art.88, Inciso VI, da Constituição do Estado do Ceará, mediante as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO Este instrumento tem por objeto a **cooperação técnica** entre a SEDUC e FCDL-CE, CDL DE FORTALEZA e FACULDADE CDL, visando ao aprendizado para a vida cidadã e para o estágio de alunos regularmente matriculados no 3º ano do Curso Técnico da Escola Estadual de Educação Profissional. Subcláusula Primeira – O estágio assume a forma curricular obrigatória, não criando vínculo empregatício de qualquer natureza com a FCDL-CE, CDL DE FORTALEZA e FACULDADE CDL, realizando-se nos termos da Lei Nº9.394, de 20/12/1996, regulamentada pela Resolução Nº01/2004 do Conselho Nacional de Educação em sua Câmara de Educação Básica, na Lei nº11.788, de 25 de setembro de 2008, e no que couber, o Decreto Estadual Nº30.933, de 29 de junho de 2012. Subcláusula Segunda – A formação da concessão de Estágio efetivar-se-á mediante Termo de Compromisso de Estágio, a ser firmado entre FCDL-CE, CDL DE FORTALEZA ou FACULDADE CDL, a Instituição de Ensino e o Estagiário, com a intervenção da SEDUC, a qual encaminhará o Estágio, ficando as partes compromissadas às regras estabelecidas no referido termo. Subcláusula Terceira – Não haverá transferência de recursos entre as partes, sendo as despesas referentes ao pagamento de bolsa ao estagiário, auxílio transporte e à contratação do seguro contra acidentes pessoais, de responsabilidade da SEDUC, por meio de dotação orçamentária própria. CLÁUSULA SEGUNDA – DO LOCAL DE ESTÁGIO O estágio dar-se-á nos órgãos e/ou instituições das concedentes, nas áreas de seu interesse, ofertando instalações em condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem profissional compatível com a área de sua formação técnica. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ATRIBUIÇÕES DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES I – Atribuições da SEDUC Caberá à Secretaria da Educação – SEDUC/UNIDADE DE ENSINO, na consecução dos objetivos deste instrumento: a) Selecionar e encaminhar o estagiário à concedente; Orientar e supervisionar a execução das atividades práticas, discriminando no plano de atividades; b) Acompanhar as atividades dos estagiários, avaliando aproveitamentos; c) Supervisionar a concedente, observando o cumprimento das cláusulas estabelecidas; d) Participar da avaliação e decisão de desligamento do estagiário. f) Monitorar a execução do termo cooperativo, zelando pelo cumprimento de todas as suas cláusulas e condições, o cumprimento das cláusulas estabelecidas. g) Dar publicidade ao programa sempre informando a cooperação técnica entre SEDUC e FCDL-CE, CDL DE FORTALEZA e FACULDADE CDL. II - Atribuições da FCDL, CDL DE FORTALEZA e Faculdade CDL: a. Responsabilizar-se, juntamente com a Secretaria da Educação - SEDUC, através da Coordenadoria de Educação Profissional, e com a Instituição de Ensino pela orientação, supervisão e avaliação do estágio, através dos instrumentos de avaliação e das visitas técnicas do Orientador de estágio às empresas; b. Apoiar a realização de ações tais como seminários, eventos, campanhas, o necessário para dar conhecimento e visibilidade ao Estágio Profissionalizante. c. Incentivar e apoiar o desenvolvimento dos estagiários das EEEP colaborando com a inserção profissional dos egressos no mercado de trabalho através de campanha para promover a divulgação do projeto para as empresas, motivando assim os seus associados a disponibilizarem vagas para esses egressos. d. Dar publicidade ao programa sempre informando a cooperação técnica entre SEDUC e FCDL-CE, CDL DE FORTALEZA e FACULDADE CDL. e. Fazer anotações na Carteira de trabalho – CTPS do estagiário como forma de incentivá-los a ingressar no mercado do trabalho, trazendo informações, tais como, curso frequentado, nome da instituição de ensino, da parte concedente e a carga horária de estágio. f. Designar empregado de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência na área de conhecimento desenvolvido no curso do estagiário, para orientar e

supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente; g. Firmar Termo de Compromisso de Estágio com o estagiário ou com seu representante legal e a Unidade de Ensino; h. A FCDL CE deverá apoiar e divulgar o projeto junto às CDL's do interior do Estado do Ceará; i. A CDL Fortaleza deverá apoiar e divulgar o projeto junto às empresas associadas na capital, propondo ações para viabilizar o acesso dos estagiários às empresas associadas; j. Facilitar as visitas do Orientador de estágio da Escola para acompanhar o estagiário, sem necessidade de prévio agendamento; k. Fornecer às empresas interessadas os contatos das Escolas e Seduc para captação dos alunos para o campo de estágio; l. A FCDL-CE, a CDL DE FORTALEZA e a FACULDADE CDL deverão indicar um único representante para as três entidades para participar de reuniões, duas vezes a cada ano com a Seduc no intuito de colaborar com planos e ementas dos cursos mencionados; m. Receber, acompanhar, orientar, esclarecer e estimular o estagiário durante o processo de aquisição de conhecimento prático; n. Garantir que o processo de transmissão de conhecimento se faça por etapas organizadas, do mais simples ao mais complexo de acordo com o plano de atividades; o. Fornecer declaração de cumprimento de estágio através do Termo de Realização de Estágio comprovando o período estagiado; p. A FCDL-CE, a CDL DE FORTALEZA e a FACULDADE CDL premiarão com 02 (duas) bolsas de estudos na Faculdade CDL, os alunos que mais se destacarem no projeto de estágio obrigatório, cujo Termo de Compromisso tenha sido firmado com intermediação de quaisquer das 03 entidades retrocitadas, cujos critérios serão as melhores médias no final do estágio. Em caso de empate será considerado a maior média global do aluno. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA O presente convênio vigorará até 31 de dezembro de 2018, a partir da data de assinatura, podendo ser alterado através de termo aditivo, bem como ser prorrogado ou antecipado, observada a conveniência das partes. Parágrafo Único – O presente convênio poderá ser denunciado e rescindido a qualquer tempo pelas partes, ficando estes responsáveis somente pelas obrigações assumidas ao tempo em que participaram voluntariamente do acordo. CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO O descumprimento das obrigações previstas na legislação do estágio caracteriza vínculo de emprego do estagiário com a Concedente, para todos os fins trabalhistas e previdenciários, exceto para a administração pública, conforme estabelece o Art.37, inciso II da Constituição Federal. CLÁUSULA SEXTA – DO FORO Fica eleito o foro da Cidade de Fortaleza/CE, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas deste termo de cooperação técnica, que não possam ser resolvidas administrativamente. E, por estarem assim ajustados, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, que também o assinam. Fortaleza/CE, 29 de junho de 2015. MAURÍCIO HOLANDA MAIA - SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO, FRANCISCO FREITAS CORDEIRO - PRESIDENTE DA FCDL/CE, SEVERINO RAMALHO NETO - PRESIDENTE DA CDL DE FORTALEZA, FRANCISCO HONÓRIO PINHEIRO ALVES - DIRETOR GERAL DA FACULDADE CDL. TESTEMUNHAS: 1. Juliana Braga, 2. Rivanir Maria Bezerra. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 29 de junho de 2015.

Aldízio Alves Vieira Filho  
COORDENADOR DA ASJUR

\*\*\* \*\*

#### TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL PROCESSO Nº4341336/2014

O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação/5ª COORDENADORIA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - 5ª CREDE - TIANGUA/CEARÁ, representada por sua titular, Sra. Ana Geovanda Mourão Rezende, e do outro lado, MIRIAN ARAÚJO DE OLIVEIRA, matrícula nº98200162818417, com carga horária mensal de trabalho de 100h/a, resolvem, por este instrumento de rescisão de contrato de trabalho temporário, firmar o seguinte: CLÁUSULA ÚNICA: Fica **rescindido**, a partir de 13/07/2014, em todas as suas cláusulas, o **contrato de trabalho temporário** firmado entre as partes acima descritas, publicado no DOE de 27/02/2014, páginas 47 e 48, tudo com respaldo legal no art.7º, alínea "a", da Lei Complementar Estadual nº22, de 24 de julho de 2000, publicada no DOE de 02 de agosto de 2000, e com base na justificativa da Coordenadoria da 5ª COORDENADORIA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - 5ª CREDE - TIANGUA/CE, exarada no processo nº4341336/2014. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 05 de junho de 2015.

Margarida Maria Mota  
ASSESSOR ESPECIAL/ASJUR

\*\*\* \*\*





CNPJ nº 14.911.567/0001-24, no endereço informado no contrato e no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica com sede, Av. Eusébio de Queiroz, 1450, sala 15, Centro, Eusébio, Ceará, CEP nº 61.760-000, pelo motivo de ter não estar presente nas três tentativas de entrega, vem tornar público e NOTIFICAR a empresa em epígrafe quanto aos defeitos identificados na estrutura física da obra que decorreu do Contrato nº 422/2012, que teve como objetivo a construção de uma Escola de Ensino Médio no município de Ocara, com base nas informações obtidas pelo Relatório Técnico da Engenharia da SEDUC (Processo nº 15396888-5). Considerando a prerrogativa da Administração Pública em rescindir unilateralmente os contratos administrativos nos termos do art. 58, II da Lei nº 8.666/93, notifica-se a empresa contratada, precisamente quanto à ofensa ao art. 78 da referida Lei, bem como quanto à possibilidade de aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima Terceira do Contrato, concedendo-se o prazo improrrogável de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento desta, para se pronunciar a respeito do conteúdo desta notificação, bem como apresentar a defesa que entender pertinente, salientando que o não cumprimento desta acarretará na aplicabilidade de sanções previstas na Lei 8.666/93 e no contrato. Fortaleza, 27 de julho de 2015. Aldízio Alves Vieira Filho - Coordenador/ASJUR/SEDUC. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 27 de julho de 2015.

Aldízio Alves Vieira Filho  
COORDENADOR DA ASJUR

\*\*\* \*\*

#### ORDEM DE PARALISAÇÃO

Nº 021/2015 - PROCESSO Nº 4544302/2015

CONTRATO Nº 02602013 OBJETO: CONSTRUÇÃO DE ESCOLA DE ENSINO MÉDIO COM 08 SALAS NO MUNICÍPIO DE PACAJUS - CE. EMPRESA: CONSÓRCIO JCM CONSTRUTORA E CONEXÃO ENG. LTDA Por decisão do Diretor de Engenharia do DAE, fica determinado a partir desta data 23.02.2015 a PARALISAÇÃO da obra de código(s) nº 0822013SEDUC01 0822013SEDUC02, firmado com a SEDUC e a referida Empresa CONSÓRCIO JCM CONSTRUTORA E CONEXÃO ENG. LTDA., cujo objeto é a CONSTRUÇÃO DE ESCOLA DE ENSINO MÉDIO COM 08 SALAS NO MUNICÍPIO DE PACAJUS - CE. Conforme solicitação da Empresa em virtude de está aguardando o MAP da obra. De Acordo: Engº Sílvio Gentil Campos Júnior - Superintendente do DAE (Respondendo), CONSÓRCIO JCM CONSTRUTORA E CONEXÃO ENG. LTDA - Empresa Contratada. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 27 de julho de 2015.

Aldízio Alves Vieira Filho  
COORDENADOR DA ASJUR

\*\*\* \*\*

#### TERMO DE COOPERAÇÃO

Nº 017/2015 - PROCESSO Nº 3992972/2015

O GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ ATRAVÉS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEDUC, neste ato representada por seu Secretário o Sr. MAURÍCIO HOLANDA MAIA, e o SINDICATO DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS, FARMACÊUTICAS, DA DESTILAÇÃO E REFINAÇÃO DE PETRÓLEO NO ESTADO DO CEARÁ - SINDIQUÍMICA, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. MARCOS ANTÔNIO FERREIRA SOARES, resolvem celebrar o presente termo de cooperação técnica, mediante as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO Este instrumento tem por objeto a cooperação técnica entre os partícipes no desenvolvimento de ações conjuntas visando integrar a formação técnica dos estudantes das escolas estaduais de educação profissional ao mundo do trabalho, nos cursos afins às áreas de interesse do SINDICATO DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS, FARMACÊUTICAS, DA DESTILAÇÃO E REFINAÇÃO DE PETRÓLEO NO ESTADO DO CEARÁ - SINDIQUÍMICA., contribuindo para o desenvolvimento dos setores produtivos por meio de formação técnica qualificada de estudantes cearenses, que atenda aos desafios contemporâneos de preparação para o mundo do trabalho. Subcláusula Primeira- Não haverá transferência de recursos entre os Convenientes, sendo as despesas referentes à manutenção do curso de responsabilidade da PRIMEIRA CONVENIENTE/SEDUC, por meio de dotação orçamentária própria. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES I - Atribuições da SEDUC/PRIMEIRA CONVENIENTE Caberá à Secretaria da Educação - SEDUC, como PRIMEIRA CONVENIENTE, na consecução dos objetivos deste instrumento: a. Disponibilizar a rede estadual de escolas de educação profissional para implantação dos cursos técnicos, em comum acordo com o Governo do Estado do Ceará, identificados e sugeridos pelo SINDIQUÍMICA, em municípios estratégicos para o desenvolvimento dos setores relacionados a estes cursos. b. Garantir condições de equipamentos, materiais e insumos

de qualidade em conformidade com as necessidades dos cursos técnicos profissionalizantes ofertados. c. Garantir a participação da SEGUNDA CONVENIENTE em apresentação de palestras, visitas técnicas às escolas e orientações técnicas ao quadro docente. d. Apoiar a execução do termo cooperativo, zelando pelo cumprimento das cláusulas estabelecidas. II - Atribuições da SINDIQUÍMICA/SEGUNDA CONVENIENTE Caberá ao SINDIQUÍMICA/SEGUNDA CONVENIENTE, na consecução dos objetivos desse instrumento: a. Contribuir nas ações necessárias para a integração com o mercado de trabalho; b. Auxiliar a SEDUC no estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada, a fim de garantir que os cursos técnicos disponham de treinamento prático, locais para visitas supervisionadas e palestras técnicas, possibilitando uma formação técnica de qualidade. c. Incentivar as empresas associadas ao SINDIQUÍMICA em atuarem como Empresa Colaborativa das escolas profissionais; d. Assessorar a SEDUC, na localização das escolas a serem ofertados cursos técnicos de interesse dos setores do SINDIQUÍMICA, com a finalidade de desenvolvimento dos setores envolvidos. e. Assessorar a SEDUC, no alinhamento dos planos dos cursos e ementas dos cursos das áreas de interesse do SINDIQUÍMICA, bem como na orientação e apoio das aulas práticas, durante o itinerário formativo dos estudantes; f. Apoiar a execução do termo cooperativo, zelando pelo cumprimento das cláusulas estabelecidas. CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA O presente convênio de cooperação técnica terá vigência a partir da data de sua assinatura até 30 de dezembro de 2018, podendo ser alterado ou rescindido a qualquer momento, de acordo com o interesse dos convenientes. CLÁUSULA QUARTA - DO FORO Fica eleito o foro da Cidade de Fortaleza/CE, renunciando as partes convenientes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas deste termo de cooperação técnica, que não possam ser resolvidas administrativamente. E, por estarem assim ajustados, os Convenientes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, que também o assinam. Fortaleza/CE, 24 de julho de 2015 Maurício Holanda Maia - SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ, Marcos Antônio Ferreira Soares - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS, FARMACÊUTICAS, DA DESTILAÇÃO E REFINAÇÃO DE PETRÓLEO NO ESTADO DO CEARÁ - SINDIQUÍMICA. TESTEMUNHAS: 1. Juliana Braga, 2. Gabriella Chaves SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 27 de julho de 2015.

Aldízio Alves Vieira Filho  
COORDENADOR DA ASJUR

\*\*\* \*\*

#### TERMO DE COOP. TÉCNICA

Nº 020/2015 - PROCESSO Nº 4024686/2015

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, neste ato representada pelo Exmo. Sr. Maurício Holanda Maia, Secretário da Educação, e o MUNICÍPIO DE FORTALEZA através da SECRETARIA DE TURISMO, neste ato representada pelo seu Secretário o Sr. Elpídio Nogueira Moreira. CONSIDERANDO que o estágio curricular obrigatório é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de estudantes regularmente matriculados em Escola Estadual de Educação Profissional, pelo desenvolvimento de competências próprias da atividade profissional; CONSIDERANDO que o estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de Certificado; RESOLVEM celebrar o presente termo de cooperação técnica, fundamentado na Lei Federal Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, na legislação estadual, por meio do Decreto 30.933, de 29 de junho de 2012 e no uso das atribuições que confere o Art. 88, Inciso VI, da Constituição do Estado do Ceará, mediante as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: Este instrumento tem por objeto a cooperação técnica entre a SEDUC e a SETFOR, visando ao aprendizado para a vida cidadã e para o estágio de alunos regularmente matriculados no 3º ano do Curso Técnico da Escola Estadual de Educação Profissional. Subcláusula Primeira - O estágio assume a forma curricular obrigatória, não criando vínculo empregatício de qualquer natureza com a parte Concedente, realizando-se nos termos da Lei Nº 9.394, de 20/12/1996, regulamentada pela Resolução Nº 011/2004 do Conselho Nacional de Educação em sua Câmara de Educação Básica, na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e no que couber, o Decreto Estadual Nº 30.933, de 29 de junho de 2012. Subcláusula Segunda - A formação da concessão de Estágio efetivar-se-á mediante Termo de Compromisso de Estágio, a ser firmado entre a Concedente, a Instituição de Ensino e o Estagiário, com a interveniência da SEDUC, a qual encaminhará o Estágio, ficando as partes compromissadas às regras estabelecidas no referido termo. Subcláusula Terceira - Não haverá transferência de recursos entre as partes, sendo as despesas referentes a pagamento de bolsa ao estagiário, auxílio transporte e à contratação do



seguro contra acidentes pessoais, de responsabilidade da SEDUC, por meio de dotação orçamentária própria. CLÁUSULA SEGUNDA – DO LOCAL DE ESTÁGIO O estágio dar-se-á nos órgãos e/ou instituições das competências nas áreas de seu interesse, ofertando instalações em condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem profissional compatível com a área de sua formação técnica. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ATRIBUIÇÕES DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES 1 – Atribuições da SEDUC Caberá à Secretaria da Educação – SEDUC/UNIDADE DE ENSINO, na consecução dos objetivos deste instrumento: a) Selecionar e encaminhar o estagiário à concedente; Orientar e supervisionar a execução das atividades práticas, discriminando no plano de atividades; b) Acompanhar as atividades dos estagiários, avaliando aproveitamentos; c) Supervisionar a concedente, observando o cumprimento das cláusulas estabelecidas; d) Participar da avaliação e decisão de desligamento do estagiário. f) Monitorar a execução do termo cooperativo, zelando pelo cumprimento de todas as suas cláusulas e condições, o cumprimento das cláusulas estabelecidas. g) Dar publicidade ao programa sempre informando a cooperação técnica entre SEDUC e a SETFOR II - Atribuições da SETFOR: Caberá à Secretaria de Turismo, na consecução dos objetivos deste instrumento: a. Responsabilizar-se, juntamente com a Secretaria da Educação - SEDUC, através da Coordenadoria de Educação Profissional, e com a Instituição de Ensino pela orientação, supervisão e avaliação do estágio, através dos instrumentos de avaliação e das visitas técnicas do Orientador de estágio às empresas; b. Apoiar a realização de ações tais como seminários, eventos, campanhas, o necessário para dar conhecimento e visibilidade ao Estágio Profissionalizante. c. Incentivar e apoiar o desenvolvimento dos estagiários das EEEP colaborando com a inserção profissional dos egressos no mercado de trabalho. d. Dar publicidade ao programa sempre informando a cooperação técnica entre SEDUC e a SETFOR e. Fazer anotações na Carteira de trabalho – CTPS do estagiário como forma de incentivá-los a ingressar no mercado do trabalho, trazendo informações, tais como, curso frequentado, nome da instituição de ensino, da parte concedente e a carga horária de estágio. f. Designar empregado de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência na área de conhecimento desenvolvido no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente; g. Firmar Termo de Compromisso de Estágio com o estagiário ou com seu representante legal e a Unidade de Ensino; h. Facilitar as visitas do Orientador de estágio da Escola para acompanhar o estagiário, sem necessidade de prévio agendamento; i. Fornecer às instituições interessadas os contatos das Escolas e Seduc para captação dos alunos para o campo de estágio; j. A SETFOR deverá indicar representante para participar de reuniões, quando se fizer necessário, com a Seduc no intuito de colaborar com planos e ementas dos cursos mencionados; k. Receber, acompanhar, orientar, esclarecer e estimular o estagiário durante o processo de aquisição de conhecimento prático; l. Garantir que o processo de transmissão de conhecimento se faça por etapas organizadas, do mais simples ao mais complexo de acordo com o plano de atividades; m. Fornecer declaração de cumprimento de estágio através do Termo de Realização de Estágio comprovando o período estagiado. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA O presente convênio vigorará até 31 de dezembro de 2018, a partir da data de assinatura, podendo ser alterado através de termo aditivo, bem como ser prorrogado ou antecipado, observada a conveniência das partes. Parágrafo Único – O presente convênio poderá ser denunciado e rescindido a qualquer tempo pelas partes, ficando estes responsáveis somente pelas obrigações assumidas ao tempo em que participaram voluntariamente do acordo. CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO O descumprimento das obrigações previstas na legislação do estágio caracteriza vínculo de emprego do estagiário com a Concedente, para todos os fins trabalhistas e previdenciários, exceto para a administração pública, conforme estabelece o Art.37, inciso II da Constituição Federal. CLÁUSULA SEXTA – DO FORO Fica eleito o foro da Cidade de Fortaleza/CE, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas deste termo de cooperação técnica, que não possam ser resolvidas administrativamente. E, por estarem assim ajustados, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, que também o assinam. Fortaleza/CE, 24 de julho de 2015. MAURÍCIO HOLANDA MAIA - SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO, ELPÍDIO NOGUEIRA MOREIRA - SECRETÁRIO DE TURISMO. TESTEMUNHAS: 1. Juliana Braga, 2. Gabriella Chaves SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 27 de julho de 2015.

Aldízio Alves Vieira Filho  
COORDENADOR DA ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**  
**Nº021/2015 - PROCESSO Nº1185824/2015**

O ESTADO DO CEARÁ, por meio da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO -SEDUC, com sede no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora-Cambeba, - Fortaleza- Ceará, neste ato representada por seu Secretário, Maurício Holanda Maia, e o CENTRO EDUCACIONAL DA JUVENTUDE PADRE JOÃO PIAMARTA, com sede na Av. Aguanambi, 2479-Fortaleza-Ce, neste ato representada por seu Presidente, Pe. Ivo Nardelli, com a interveniência da SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO -SEPLAG neste ato representada por seu Secretário, Hugo Santana de Figueirêdo Junior, resolvem celebrar este Termo de Cooperação Técnica, de acordo com as normas vigentes, mediante as condições estipuladas nas cláusulas seguintes: CLÁUSULA PRIMEIRA-DO OBJETO Constitui objeto deste Termo de Cooperação Técnica a cessão de servidores da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO-SEDUC ao CENTRO EDUCACIONAL DA JUVENTUDE PADRE JOÃO PIAMARTA, respeitada a legislação vigente, em especial o Decreto nº28.619, de 07 de fevereiro de 2007, alterado pelos Decretos nº28.714, de 03 de maio de 2007 e nº28.767, de 19 de junho de 2007, e demais alterações. CLÁUSULA SEGUNDA-DO PEDIDO O pedido de cessão dos servidores para prestarem serviços em entidades civis sem fins lucrativos e consideradas de relevantes interesse público, deverá ser submetido à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado. CLÁUSULA TERCEIRA-DAS OBRIGAÇÕES Compete as partes envolvidas neste Termo de Cooperação Técnica 1) À SEDUC a) ceder servidores do Quadro de Pessoal da SEDUC ao CENTRO EDUCACIONAL DA JUVENTUDE PADRE JOÃO PIAMARTA, desde que não traga prejuízo ao órgão cedente; b) renumerar durante o período da cessão os vencimentos e demais vantagens financeiras dos servidores na forma deste Termo de Cooperação Técnica. 2) AO CENTRO EDUCACIONAL DA JUVENTUDE PADRE JOÃO PIAMARTA: a) solicitar mediante ofício, na conformidade de suas necessidades, servidores do Quadro de Pessoal da SEDUC; b) administrar o pessoal cedido, utilizando-os nas suas unidades próprias; c) remeter, mensalmente, à respectiva entidade cedente, a frequência de cada servidor. CLÁUSULA QUARTA- DA VIGÊNCIA Este Termo de Cooperação Técnica tem início a partir da data de sua assinatura, vigorando até 31 de dezembro de 2018, devendo o seu Extrato ser publicado no Diário Oficial do Estado, para produzir seus jurídicos e legais efeitos. CLÁUSULA QUINTA- DA RESCISÃO Este Termo de Cooperação Técnica poderá ser rescindido antes do seu término, por iniciativa de qualquer das partes convenientes, mediante comunicação prévia, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. CLÁUSULA SEXTA-DA CONVALIDAÇÃO Ficam convalidados todos os atos praticados e efeitos produzidos a partir de 01 de janeiro de 2015 até o início da vigência do presente Termo de Cooperação Técnica, em decorrência do término do Convênio celebrado em 14 de junho de 2013, cujo extrato foi publicado no Diário Oficial do Estado em 10 de julho de 2013, celebrado entre a Secretaria da Educação do Estado e o Centro Educacional da Juventude Padre João Piamarta, com a interveniência da Secretaria do Planejamento e Gestão, cuja vigência expirou em 31 de dezembro de 2014. CLÁUSULA SETIMA-DO FORO Fica eleito do foro da cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, para dirimir as questões oriundas desta avença, que não forem resolvidas administrativamente. E, por estarem assim ajustadas, firmam as partes este Termo, em 03 (tres) vias, de igual teor e forma. Fortaleza, 17 de julho de 2015 Maurício Holanda Maia - Secretário da Educação, Pe. Ivo Nardelli - Presidente do Centro Educacional da Juventude Padre João Piamarta, Carlos Eduardo Pires Sobreira - Secretário do Planejamento e Gestão em exercício SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 28 de julho de 2015.

Aldízio Alves Vieira Filho  
COORDENADOR DA ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA**  
**Nº434/2015 - PROCESSO Nº15314241-3**

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO – SEDUC, inscrita no CNPJ sob o nº07.954.514/0001-25, com sede nesta Capital, no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, na Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n, Cambéba, Fortaleza/CE, nos termos do processo supra, resolve reconhecer a dívida assumida em face do Sr. FRANCISCO RIBAMAR MELO MARTINS, inscrito no CPF sob o nº488.399.301-91, Contrato nº02/2014 oriundo da Chamada Pública nº03/2014, firmado com a EEFM GOVERNADOR ADAUTO BEZERRA, no valor de R\$7.800,00 (sete mil e oitocentos reais), em razão da entrega de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar na escola acima mencionada. Compromete-se, portanto, o Estado do Ceará – através da EEFM GOVERNADOR ADAUTO BEZERRA a pagar a dívida acima reconhecida, assim que se



## RELAÇÃO DOS PROFESSORES A SEREM CONTRATADOS POR PRAZO DETERMINADO NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº22/2000

CREDE: SEFOR PLANILHA: FINAL FOLHA: 20/10/2015 LOTE: 259/2015  
 REGIÃO: REGIÃO 4 - 5  
 TIPO DE PLANILHA: INICIAL

CPF	Prof. Temporário	Cargo	Tipo	Tipo Contrato	Motivo	Turno	CH Sem.	CH Mensal	Valor Hora/aula	Período	Valor Mensal
Escola 2307105 - EEFM MARECHAL HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO											
2029326691	982001674290X - FLAVIA LUCIA BEZERRA PINHEIRO	PROF CTPD LIC PLENA	HORA-AULA	Início	LICENÇA	M	22	110	10,6009	26/09/2015 23/11/2015	R\$1.166,10
Matrícula Eletrônica 2210011614441X											
MOTIVACÃO: MARIA IOLANDA LIMA DE QUEIROZ. Justificativa: Licença à Gestante. Critério: APROVADO NA SELEÇÃO 2012											
06009704340	982001674290X - MAYARA MOTA FERRIERA	PROF CTPD 7 SEMESTRE	HORA-AULA	Início	LICENÇA	T	16	80	9,5889	18/08/2015 26/09/2015	R\$767,11
Matrícula Eletrônica 2210011614441X											
MOTIVACÃO: MARIA IOLANDA LIMA DE QUEIROZ. Justificativa: Licença à Gestante. Critério: ARTIGO 4											
06009704340	982001674290X - MAYARA MOTA FERRIERA	PROF CTPD 7 SEMESTRE	HORA-AULA	Início	LICENÇA	T	16	80	9,5889	26/09/2015 23/11/2015	R\$767,11
Matrícula Eletrônica 2210011614441X											
MOTIVACÃO: MARIA IOLANDA LIMA DE QUEIROZ. Justificativa: Licença à Gestante. Critério: ARTIGO 4											
06009704340	982001674290X - MAYARA MOTA FERRIERA	PROF CTPD 7 SEMESTRE	HORA-AULA	Início	LICENÇA	T	10	50	9,5889	26/09/2015 23/10/2015	R\$479,45
Matrícula Eletrônica 22100112049714											
MOTIVACÃO: INES GLAUCIA MATOS DANTAS. Justificativa: Licença para Tratamento de Saúde. Critério: ARTIGO 4											
77148062372	982001674290X - VIVIANE COELHO DE SOUSA	PROF CTPD LIC PLENA	HORA-AULA	Início	LICENÇA	M	18	90	10,0009	06/10/2015 23/10/2015	R\$572,45
Matrícula Eletrônica 22100112049714											
MOTIVACÃO: INES GLAUCIA MATOS DANTAS. Justificativa: Licença para Tratamento de Saúde. Critério: APROVADO NA SELEÇÃO 2012											
										Nº de Contratos	5
										Recurso Financeiro:	R\$63.407,5

\*\*\* \*\*

## PRIMEIRO ADITIVO AO TERMO DE RESPONSABILIDADE Nº047/2015 - PROCESSO Nº5577743/2015

O ESTADO DO CEARÁ, por meio da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, neste ato representada pelo Excelentíssimo Sr. Secretário da Educação, MAURICIO HOLANDA MAIA, e o MUNICÍPIO DE CRATO, representado por seu Prefeito RONALDO SAMPAIO GOMES DE MATTOS, resolvem firmar o presente Termo Aditivo ao Termo de Responsabilidade nº047/2015, de acordo com a justificativa exarada no Processo nº5577743/2015, nos termos da Lei Estadual nº14.025, de 17 de dezembro de 2007 (DOE de 19/12/2007), que institui o Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar, que tem o objetivo de oferecer aos municípios assistência financeira em caráter suplementar para garantia da oferta de transporte aos alunos da educação básica pública, com prioridade para os residentes em área rural, do Decreto nº29.239, de 17 de março de 2008 (DOE de 18/03/2008), que regulamenta a mencionada Lei, segundo o qual o transporte de alunos da rede estadual de ensino, do ponto de embarque à unidade escolar, e vice-versa, será executado pelo Estado do Ceará, preferencialmente, de forma indireta, através do município do domicílio do aluno, da Lei 15.674, de 31 de julho de 2014, da Lei Complementar nº119, de 28 de dezembro de 2012 (DOE de 15/01/2013) com suas alterações, do Decreto nº31.406, de 29 de janeiro de 2014 (DOE 30/01/2014) com suas alterações e do Decreto nº31.621, de 07 de novembro de 2014 (DOE de 11/11/2014), mediante as condições seguintes: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO O presente aditivo tem como finalidade alterar o Item 3, Cronograma de Execução, do Plano de Trabalho que é anexo único do Termo de Responsabilidade nº047/2015. CLÁUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO Fica alterada a data de início do Cronograma de Execução do Plano de Trabalho da seguinte forma: INÍCIO: A partir da data da assinatura do Termo de Responsabilidade CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do Termo de Responsabilidade original. E, para validade do que ficou convencionado, as partes assinam o presente instrumento na presença das duas testemunhas abaixo. Fortaleza, 04 de setembro de 2015. MAURICIO HOLANDA MAIA - Secretário da Educação, RONALDO SAMPAIO GOMES DE MATTOS - Prefeito Municipal. TESTEMUNHAS: 1. Simone Almeida da Silva, 2. Suely Freire da Frota. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 13 de novembro de 2015.

Miguel Gonçalves Pinheiro Brasil Neto  
COORDENADOR ASJUR

\*\*\* \*\*

## PRIMEIRO ADITIVO AO TERMO DE RESPONSABILIDADE Nº106/2015 - PROCESSO Nº5577573/2015

O ESTADO DO CEARÁ, por meio da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, neste ato representada pelo Excelentíssimo Sr. Secretário da Educação, MAURICIO HOLANDA MAIA, e o MUNICÍPIO DE MISSÃO VELHA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ

sob o Nº07.977.044/0001-15, representado por seu Prefeito TARDINY PINHEIRO ROBERTO, resolvem firmar o presente Termo Aditivo ao Termo de Responsabilidade nº106/2015, de acordo com a justificativa exarada no Processo nº5577573/2015, nos termos da Lei Estadual nº14.025, de 17 de dezembro de 2007 (DOE de 19/12/2007), que institui o Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar, que tem o objetivo de oferecer aos municípios assistência financeira em caráter suplementar para garantia da oferta de transporte aos alunos da educação básica pública, com prioridade para os residentes em área rural, do Decreto nº29.239, de 17 de março de 2008 (DOE de 18/03/2008), que regulamenta a mencionada Lei, segundo o qual o transporte de alunos da rede estadual de ensino, do ponto de embarque à unidade escolar, e vice-versa, será executado pelo Estado do Ceará, preferencialmente, de forma indireta, através do município do domicílio do aluno, da Lei 15.674, de 31 de julho de 2014, da Lei Complementar nº119, de 28 de dezembro de 2012 (DOE de 15/01/2013) com suas alterações, do Decreto nº31.406, de 29 de janeiro de 2014 (DOE 30/01/2014) com suas alterações e do Decreto nº31.621, de 07 de novembro de 2014 (DOE de 11/11/2014), mediante as condições seguintes: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO O presente aditivo tem como finalidade alterar os Itens 1, Dados Cadastrais e 3, Cronograma de Execução, do Plano de Trabalho e o CNPJ do Município de Missão Velha no Termo de Responsabilidade nº106/2015. CLÁUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO Fica alterada a data de início do Cronograma de Execução do Plano de Trabalho da seguinte forma: INÍCIO: A partir da data da assinatura do Termo de Responsabilidade CLÁUSULA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CNPJ DO MUNICÍPIO Fica alterado o CNPJ do Município de Missão Velha no Plano de Trabalho, Item 1 e na qualificação do ente federativo no Termo de Responsabilidade: C.G.C./CNPJ 07.977.044/0001-15 CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do Termo de Responsabilidade original. E, para validade do que ficou convencionado, as partes assinam o presente instrumento na presença das duas testemunhas abaixo. Fortaleza, 04 de setembro de 2015. MAURICIO HOLANDA MAIA - Secretário da Educação, TARDINY PINHEIRO ROBERTO - Prefeito Municipal. TESTEMUNHAS: 1. Suely Freire da Frota, 2. Simone Almeida da Silva. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 13 de novembro de 2015.

Miguel Gonçalves Pinheiro Brasil Neto  
COORDENADOR ASJUR

\*\*\* \*\*

## TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº023/2015 - PROCESSO Nº6584816-2015

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, neste ato representada pelo Exmo. Senhor, MAURÍCIO HOLANDA MAIA, Secretário da Educação, e a COMPANHIA DOCS DO CEARÁ - CDC, Sociedade de Economia Mista, vinculada à Secretaria





de portos da Presidência da República, com sede à Praça da Marinha, S/Nº, Cururipe, Fortaleza - Ce, inscrito no CNPJ nº07223670/0001-16, neste ato representado pelo seu Diretor-Presidente o Senhor, CÉSAR AUGUSTO PINHEIRO, resolvem celebrar o presente Termo de Cooperação Técnica, mediante, as seguintes cláusulas e condições CONSIDERANDO o entendimento da Secretaria da Educação do Estado, quanto a necessidade e importância em realizar parcerias com instituições/empresas que possam oferecer uma prática de qualidade através do estágio, visitas técnicas voltadas para o setor produtivo, para estudantes regularmente matriculados nas Escolas Estaduais de Educação Profissional; CONSIDERANDO que o curso Técnico em Portos é realizado no conceito DOCAS, ou seja, com todo o arcabouço teórico-metodológico já construído por essa Instituição, como forma de garantir que as competências técnicas desenvolvidas atendam às necessidades do mercado, agregando valor à profissionalização do setor; CONSIDERANDO que o estágio curricular obrigatório é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de estudantes regularmente matriculados em Escola Estadual de Educação Profissional; CONSIDERANDO que o estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma e que não cria vínculo empregatício de qualquer natureza; RESOLVEM celebrar o presente termo de cooperação técnica, fundamento na Lei Federal Nº11.788, de 25 de setembro de 2008, na legislação estadual, por meio do Decreto 30.933, de 29 de junho de 2012 e no uso das atribuições que confere o Art.88, Inciso VI, da Constituição do Estado do Ceará, mediante as seguintes cláusulas e condições. CLÁUSULA DO OBJETO Este instrumento tem por objeto a **cooperação técnica entre os participantes**, visando à formação técnica qualificada de alunos regularmente matriculados no 3º ano do Ensino Médio das Escolas Estaduais de Educação Profissional, no Curso Técnico em Portos. CLÁUSULA DA VIGÊNCIA O presente convênio de cooperação técnica terá vigência, a partir da data de assinatura até a data de 31 de dezembro de 2018. FORO Fortaleza/CE. DATA DA ASSINATURA 12 de novembro de 2015. SIGNATÁRIOS: Maurício Holanda Maia - Secretário da Educação do Estado do Ceará, César Augusto Pinheiro - Diretor - Presidente da Companhia Docas do Ceará - CDC. TESTEMUNHAS: 1- Juliana Braga, 2- Maria Cecília Cavalcante Barreira. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 13 de novembro de 2015.

Miguel Gonçalves Pinheiro Brasil Neto  
COORDENADOR ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO  
PROCESSO Nº0156278/2015**

OBRA: CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA COBERTA COM VESTIÁRIO NA EEFM LUIZ GONZAGA FONSECA MOTA NO MUNICÍPIO DE QUIXELÔ - CE. LOCAL: QUIXELÔ. Certificamos, que a Empresa TECNOS, Empreiteira da Obra de CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA COBERTA COM VESTIÁRIO NA EEFM LUIZ GONZAGA FONSECA MOTA NO MUNICÍPIO DE QUIXELÔ - CE, **concluiu a contento** em 30.06.14 os serviços especificados de acordo com o Contrato cliente de nº00842013 e contrato do DAE de nº0652013SEDUC firmado entre a SEDUC e a referida EMPRESA. DIRETORIA DE ENGENHARIA - (DIENG), Fortaleza, 14 de maio de 2015. À COMISSÃO: 01401718 - JUVENAL ALVES BARRETO - Presidente, Engº ARTUR EDISIO MEIRA FAÇANHA - Superintendente Adjunto - SUPAD - DAE - 2º Membro, 30004019 - EDGAR PEIXOTO DE OLIVEIRA - 1º Membro. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 12 de novembro de 2015.

Miguel Gonçalves Pinheiro Brasil Neto  
COORDENADOR ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA  
Nº640/2015 - PROCESSO Nº15254279-5**

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEDUC, inscrita no CNPJ sob o nº07.954.514/0001-25, com sede nesta Capital, no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, na Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n, Cambéba, Fortaleza/CE, nos termos dos processos supra, resolve **reconhecer a dívida assumida** em face da fornecedora RAIMUNDA INÊS EDUARDO DA SILVA - ME, inscrita no CNPJ nº02.625.806/0001-09, referente ao Contrato oriundo da Carta Convite nº001/2014, firmado com a EEM DONA LUIZA TIMBO, no valor de R\$1.955,00 (um mil, novecentos e cinquenta e cinco reais), em razão da entrega de gêneros alimentícios para o programa de merenda escolar na escola acima mencionada. Compromete-se, portanto, o Estado do Ceará - através da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO a pagar a dívida

acima reconhecida, assim que se concluírem os procedimentos administrativos para a sua consecução. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 12 de novembro de 2015. MAURICIO HOLANDA MAIA - SECRETÁRIO(A) DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 13 de novembro de 2015.

Miguel Gonçalves Pinheiro Brasil Neto

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA  
Nº642/2015 - PROCESSO Nº15112186-9**

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEDUC, inscrita no CNPJ sob o nº07.954.514/0001-25, com sede nesta Capital, no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, na Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n, Cambéba, Fortaleza/CE, nos termos dos processos supra, resolve **reconhecer a dívida assumida** em face da empresa SACOLÃO (MARIA RODRIGUES SANTANA - EPP), inscrita no CNPJ nº97.397.327/0001-80, referente ao Contrato oriundo da Carta Convite nº007/2014, firmado com a EEFM BELARMINO LINS DE MEDEIROS, no valor de R\$10.499,85 (dez mil, quatrocentos e noventa e nove reais e oitenta e cinco centavos), em razão da entrega de gêneros alimentícios para o programa de merenda escolar na escola acima mencionada. Compromete-se, portanto, o Estado do Ceará - através da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO a pagar a dívida acima reconhecida, assim que se concluírem os procedimentos administrativos para a sua consecução. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 12 de novembro de 2015. MAURICIO HOLANDA MAIA - SECRETÁRIO(A) DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 13 de novembro de 2015.

Miguel Gonçalves Pinheiro Brasil Neto  
COORDENADOR ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA  
Nº643/2015 - PROCESSO Nº14808371-4**

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEDUC, inscrita no CNPJ sob o nº07.954.514/0001-25, com sede nesta Capital, no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, na Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n, Cambéba, Fortaleza/CE, nos termos dos processos supra, resolve **reconhecer a dívida assumida** em face da empresa UILIAN GONÇALVES NETO - ME, inscrita no CNPJ nº09.147.164/0001-10, referente ao Contrato oriundo da Carta Convite nº004/2013, firmado com a EEM JOAQUIM VALDEVINO DE BRITO, no valor de R\$1.401,50 (um mil, quatrocentos e um reais e cinquenta centavos), em razão da entrega de gêneros alimentícios para o programa de merenda escolar na escola acima mencionada. Compromete-se, portanto, o Estado do Ceará - através da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO a pagar a dívida acima reconhecida, assim que se concluírem os procedimentos administrativos para a sua consecução. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 05 de novembro de 2015. Armando Amorim Simões - SECRETÁRIO(A) DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 16 de novembro de 2015.

Miguel Gonçalves Pinheiro Brasil Neto  
COORDENADOR ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA  
Nº648/2015 - PROCESSO Nº15116902-0**

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEDUC, inscrita no CNPJ sob o nº07.954.514/0001-25, com sede nesta Capital, no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, na Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n, Cambéba, Fortaleza/CE, nos termos dos processos supra, resolve **reconhecer a dívida assumida** em face da empresa QUALLYTY EMPREENDIMENTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, inscrita no CNPJ nº02.906.039/0001-06, referente ao Contrato oriundo da Carta Convite nº008/2014, firmado com a EEM JOAQUIM MAGALHÃES, no valor de R\$17.026,30 (dezesete mil, vinte e seis reais e trinta centavos), em razão da entrega de gêneros alimentícios para o programa de merenda escolar na escola acima mencionada. Compromete-se, portanto, o Estado do Ceará - através da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO a pagar a dívida acima reconhecida, assim que se concluírem os procedimentos administrativos para a sua consecução. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 12 de novembro de 2015. MAURICIO HOLANDA MAIA - SECRETÁRIO(A) DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 13 de novembro de 2015.

Miguel Gonçalves Pinheiro Brasil Neto  
COORDENADOR ASJUR

\*\*\* \*\*



## **ANEXO II**

**Evidência do atendimento do Indicador DLI 4 (STDS) e Nota Técnica 05/2016** - Percentual de famílias com crianças de 0-5 no Cadastro Único nos municípios-alvo receber o apoio da família através CRAS.

Zimbra

laura.goncalves@ipece.ce.gov.br

---

**Fwd: RELATÓRIO INDICADOR DA STDS - PforR - DLI 4: Evidência cumprimento 5% da meta**

---

**De :** Laura Goncalves  
<laura.goncalves@ipece.ce.gov.br>

Seg, 01 de Fev de 2016 08:17

 3 anexos

**Assunto :** Fwd: RELATÓRIO INDICADOR DA STDS -  
PforR - DLI 4: Evidência cumprimento 5% da  
meta

**Para :** Thomas Kenyon <tkenyon@worldbank.org>,  
Maria Concepcion Steta Gandara  
<mstetagandara@worldbank.org>

**Cc :** sebastiao lopes  
<sebastiao.lopes@stds.ce.gov.br>, Eileen  
Holanda de Souza  
<eileen.holanda@stds.ce.gov.br>,  
Coordenadoria da Assistencia Social  
<assistencia.social@stds.ce.gov.br>

Prezados Tom e Concha,

Encaminhamos o Relatório que evidencia o cumprimento de 50% da meta (5%) do Indicador da STDS: **DLI 4: Acompanhamento às Famílias Cadastradas no CadÚnico em Situação de Extrema Pobreza e com Crianças de até 5 anos.**

Em anexo encaminho também o Instrumental para a coleta dos dados que os Técnicos dos CRAS utilizaram nas visitas às Famílias.

Em caso de dúvidas estamos à disposição.

Atenciosamente,

Laura Gonçalves  
Unidade de Gerenciamento de Projetos - UGP  
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará  
085 3101-3499

---

**De:** "Eileen Holanda de Souza" <eileen.holanda@stds.ce.gov.br>

**Para:** "laura goncalves" <laura.goncalves@ipece.ce.gov.br>

**Cc:** "sebastiao lopes" <sebastiao.lopes@stds.ce.gov.br>, "eileenholland" <eileenholland@hotmail.com>, "Coordenadoria da Assistencia Social" <assistencia.social@stds.ce.gov.br>, "Lista UGP PforR" <ugp.pforr@ipece.ce.gov.br>

**Enviadas:** Sexta-feira, 29 de janeiro de 2016 9:41:33

**Assunto:** RELATÓRIO 2º INDICADOR DA STDS - PforR

Bom dia

Em anexo encaminho Relatório referente a **AÇÃO: DLI 4: Acompanhamento às Famílias Cadastradas no CadÚnico em Situação de Extrema Pobreza e com Crianças de até 5 anos (Indicador Primário)**, após revisão para análise e posterior envio ao Banco Mundial.

Atenciosamente

Eileen Holanda  
Área de Gestão do SUAS e Assessoramento aos Municípios  
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS  
Governo do Estado do Ceará  
Fone/ fax: (85) 3101.4586/ 3101.4611

---

 **Instrumento de Acompanhamento e Monitoramento do PforR.pdf**

1 MB

 **Identificação do Município PforR.PDF**

479 KB

 **Relatório 2º Indicador - Familias visitadas - 27.01.16.pdf**

322 KB

---

**PROJETO DE APOIO AO CRESCIMENTO ECONÔMICO COM REDUÇÃO DAS  
DESIGUALDADES E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DO ESTADO DO CEARÁ –  
PROGRAMA PARA RESULTADOS CEARÁ – PforR.**

**PROJETO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA: Capacitação e Monitoramento de CRAS.**

**AÇÃO: DLI 4: Acompanhamento às Famílias Cadastradas no CadÚnico em Situação de  
Extrema Pobreza e com Crianças de até 5 anos (Indicador Primário).**

### **1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

O Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará – Programa para Resultados Ceará - PforR, constitui-se uma operação de crédito com o Banco Mundial, contratada pelo Estado do Ceará com foco em resultados, para garantir a continuidade dos investimentos em áreas estratégicas do Estado, programados no PPA 2012 – 2015, de forma a promover um crescimento econômico que privilegie a inclusão social e seja ambientalmente sustentável, através dos eixos de capacitação profissional, assistência à família, qualidade da água e gestão por resultado.

A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS insere -se no PforR no eixo assistência à família, vinculada ao PPA, através do Programa 050 - Assistência Social e da Iniciativa 03180 - Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família -PAIF, executado nos CRAS, em função do público-alvo desse eixo ser constituído por famílias que se encontram em extrema pobreza, incluindo as que pertencem a grupos vulnerabilizados, com crianças em idade inferior a sete anos<sup>1</sup>.

Assim, as ações desta setorial serão referentes ao fortalecimento de ações desenvolvidas com as famílias através do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças de 0 a 5 anos, tendo em vista a necessidade de capacitação das equipes de referência dos CRAS responsáveis pelo serviço, bem como o acompanhamento e monitoramento das famílias atendidas

---

<sup>1</sup>Relatório Nº 82161-BR – BIRD- Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental no Estado do Ceará



pelo mesmo.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, para Crianças até 6 Anos, é orientado pela padronização dos serviços estabelecida na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. É um serviço complementar e diretamente articulado ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF (BRASIL, 2010) e tem como objetivos:

- Complementar as ações de proteção e desenvolvimento das crianças e fortalecer vínculos familiares e sociais;
- Assegurar espaços de convívio familiar e comunitário e o desenvolvimento de relações de afetividade e sociabilidade;
- Criar e fortalecer vínculos através do brincar [...] e da interação entre crianças, crianças e adolescentes, crianças e suas famílias, crianças e adultos e entre famílias;
- Valorizar a cultura de famílias e comunidades locais, pelo resgate de seus brinquedos e brincadeiras e a promoção de vivências lúdicas;
- Desenvolver estratégias para estimular e potencializar recursos de crianças com deficiência e o papel das famílias e comunidade no processo de proteção social.

A ação em parceria com o Banco Mundial através do PforR nesta setorial, é portanto uma estratégia para fortalecer a atenção às famílias extremamente pobres com crianças até 5 anos em 36 municípios do Ceará.

## 2. DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO

A ação refere-se ao cumprimento do **2º INDICADOR PRIMÁRIO: Percentual de famílias cadastradas em situação de extrema pobreza e com crianças até 5 anos acompanhadas pelos CRAS.**

Inicialmente vale ressaltar que por ocasião da elaboração deste projeto em 2012, mais especificamente para a descrição do protocolo do indicador - **Acompanhamento às Famílias Cadastradas no CadÚnico em Situação de Extrema Pobreza e com Crianças de até 5 anos**, identificou-se que nos 36 municípios mais pobres tinham em torno de 55.000 famílias vivendo em situação de extrema pobreza e com crianças de até 5 anos.



Foi definido pelas setoriais (STDS, SEDUC e IPECE) que a “data base” para a identificação da quantidade de famílias que seriam acompanhadas teria como referência as famílias cadastradas no CadÚnico no mês de setembro/2015. Como até novembro/2015 esses dados ainda não estavam disponíveis, consideramos os dados de junho de 2015 fornecidos pelo IPECE, que totalizam 45.697 famílias. Neste sentido, consideramos que a quantidade de famílias a serem visitadas no 2º semestre de 2015 seria de 4.569 famílias, o equivalente a 10%.

Outro ponto a considerar é que em Nota Técnica N°03/2015 da STDS, enviada ao BIRD, levando-se em consideração o contexto nacional e estadual em 2015, seriam priorizados para o início da ação do PforR, apenas 9 municípios. Entretanto com todo o esforço despendido por esta Setorial em articulação com os municípios, iniciou-se a capacitação de equipes técnicas de CRAS de 23 municípios.

Na oportunidade, vale salientar que foram capacitados até o momento um total de 80 técnicos de nível superior de 23 municípios da área de abrangência do PforR, considerando os 02 (dois) eventos realizadas (junho e novembro de 2015), conforme quadro demonstrativo a seguir:

Nº de ordem	Município	Quant. participantes		Total de pessoas capacitadas
		Curso de junho	Curso de Novembro	
1	Amontada	5	2	7
2	Barroquinha	2	-	2
3	Boa Viagem	4	2	6
4	Capistrano	5	-	5
5	Choró	-	3	3
6	Granja	-	4	4
7	Ipueiras	-	2	2
8	Irauçuba	-	2	2
9	Itapiúna	-	4	4
10	Itarema	4	-	4
11	Itatira	-	3	3
12	Miraíma	2	-	2
13	Morrinhos	5	-	5
14	Mucambo	2	1	3

15	Novo Oriente	-	2	2
16	Pereiro	-	2	2
17	Salitre	-	2	2
18	Santana do Acaraú	-	2	2
19	Santana do Cariri	-	2	2
20	Tamboril	-	3	3
21	Trairi	7	-	7
22	Uruoca	-	3	3
23	Viçosa do Ceará	4	1	5
<b>TOTAL</b>		<b>40</b>	<b>40</b>	<b>80</b>

Diante do exposto constata-se que a capacitação já foi iniciada em 23 municípios/CRAS, o equivalente a 41.8% do total de CRAS (55 CRAS), cumprindo-se, portanto, a meta referente ao 2º semestre de 2015 que era de 30%, ou seja, 16.5% (resultado acumulativo).

Vale ressaltar, que com relação ao acompanhamento às famílias, foram visitados 25 municípios, haja vista, que o cronograma de visitas das equipes técnicas da STDS já estava elaborado com base na mobilização dos 25 municípios para a capacitação, incluindo, portanto, os municípios de Araripe e Reriutaba, os quais ficaram impossibilitados que participarem da capacitação como estava confirmado por questões políticas e concurso público, sendo feito, alinhamento técnico com a equipe dos CRAS quanto ao PforR e o acompanhamento às famílias. Na oportunidade, ficou acordado que no próximo evento de capacitação os mesmos estarão presentes.

### 3. QUANTO AO DESEMPENHO DO INDICADOR

No que se refere ao indicador **“Percentual de famílias cadastradas em situação de extrema pobreza e com crianças até 5 anos acompanhadas pelos CRAS”**, deverão ser visitadas nos 36 municípios de abrangência do PforR, até o final de 2017, o total de 4.570 famílias, o equivalente a 10% do total de 45.697 famílias em situação de extrema pobreza e com crianças de até 5 anos. Na oportunidade, vale registrar que na Missão de supervisão do Banco Mundial ocorrida em outubro de 2015 a STDS solicitou um ajuste das metas deste Indicador e informou que para o Semestre de 2015.2 seria possível o cumprimento de apenas 5% da meta (10%). O Banco sinalizou positivamente registrando na ajuda memória que a partir da Revisão do Meio Termo as serão: em 2016 (7%) e em 2017 (10%).

Conforme pode ser constatado no quadro I a seguir, foram visitadas 2.336 famílias, o equivalente a 51,11% da quantidade esperada (10% = 4.570), em função das questões já explicitadas anteriormente e constantes em Notas Técnicas. Consideramos, portanto, que a meta acordada junto ao COGERF, a UGP e o BIRD de 5% das famílias acompanhadas foi atingida.

### QUADRO I

#### 2º INDICADOR: Percentual de famílias cadastradas em situação de extrema pobreza e com crianças até 5 anos acompanhadas pelos CRAS.

##### Quadro Síntese da Quantidade de Famílias Visitadas por Município em 2015

Nº de Ordem	Município	Total de Famílias no Perfil CADÚNICO (com renda per capita inferior a R\$ 77,00) e com crianças de 0 - 5 anos*	Quantidade de Famílias a serem Visitadas até 2017(10%)	Quantidade de Famílias Visitadas 2015	% Atingido 2015
1	Amontada	2.449	245	165	67
2	Araripe	1.228	123	75	61
3	Barroquinha	726	73	50	69
4	Boa Viagem	2.852	285	126	44
5	Capistrano	930	93	73	78
6	Choró	659	66	46	70
7	Granja	2.437	244	184	76
8	Ipueiras	1.728	173	116	67
9	Irauçuba	1.423	142	64	45
10	Itapiúna	1.131	113	68	60
11	Itarema	2.753	275	96	35
12	Itatira	1.297	130	86	66
13	Miraíma	667	67	43	64
14	Morrinhos	966	97	33	34
15	Mucambo	388	39	60	155
16	Novo Oriente	1.473	147	75	51

17	Pereiro	833	83	65	78
18	Reriutaba	853	85	75	88
19	Salitre	1.025	103	92	90
20	Santana do Acaraú	1.825	183	132	72
21	Santana do Cariri	1.191	119	74	62
22	Tamboril	1.193	119	75	63
23	Trairi	3.546	355	176	50
24	Uruoca	661	66	62	94
25	Viçosa do Ceará	3.765	377	225	60
26	Aiuaba **	829	83	0	0
27	Ararendá **	525	53	0	0
28	Croatá**	900	90	0	0
29	Graça**	709	71	0	0
30	Ipaporanga**	593	59	0	0
31	Martinopole**	580	58	0	0
32	Moraújo**	409	41	0	0
33	Poranga**	587	59	0	0
34	Quiterianópolis**	1.125	113	0	0
35	Tarrafas**	482	48	0	0
36	Tururu**	959	96	0	0
<b>TOTAL</b>		<b>45.697</b>	<b>4.570</b>	<b>2.336</b>	

(\*)Fonte: CADÚNICO/Junho de 2015

(\*\*) Municípios que não foram capacitados

#### **4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A VISITA ÀS FAMÍLIAS.**

Apesar do sistema de monitoramento está em fase de licitação, apresentamos a seguir, em linhas gerais, as principais vulnerabilidades identificadas junto às famílias.



### Principais vulnerabilidades identificadas nas famílias:

- Adolescentes e adultos ociosos.
- Alcoolismo.
- Ausência de renda.
- Ausência de saneamento básico nas habitações.
- Casas insalubres, sem banheiro, sem caixa d'água nem cisterna.
- Conflitos conjugais.
- CRAS não é reconhecido como equipamento público que possibilite o acesso aos direitos sociais da família,
- Crianças até 04 anos, fora do SCFV.
- Crianças de 0 a 5 anos que não freqüentam creche.
- Crianças e adolescentes sem acesso as atividades de fortalecimento de vínculos e convívio social.
- Defasagem escolar.
- Desemprego.
- Domicílios localizados em áreas bastante dispersas e de difícil acesso.
- Drogadição (uso de drogas ilícitas por adolescentes).
- Evasão escolar (principalmente entre jovens).
- Existência de trabalho Infantil.
- Insegurança alimentar.
- Falta d'água potável e /ou precário acesso à mesma.
- Famílias com perfil do PBF não estão inseridas no CadÚnico.
- Famílias residindo em casas de taipas.
- Gravidez na Adolescência.
- Insuficiência de renda e desemprego em decorrência da falta de chuva, tendo em vista que a maior parte da população economicamente ativa trabalha e depende tão somente da agricultura.
- Jovens e adultos analfabetos funcionais.
- Jovens e adultos que não freqüentam escolas e não sabem ler.
- Negligência contra crianças, adolescentes e pessoa idosas.
- Pobreza.
- Presença de mulheres jovens como chefe de família.
- Violência doméstica psicológica e física e violência física contra a mulher.



### Aspectos positivos na aplicação do instrumental:

- O apoio da gestão e a disponibilização dos técnicos dos CRAS, que possuem conhecimento minucioso do território para colaborar com o cadastro, e a busca ativa das famílias ainda não acompanhadas pelos CRAS.
- As visitas para o preenchimento do instrumental in locus favoreceu a identificação das famílias em situação de vulnerabilidade e riscos sociais, e que até então não tinham sido identificadas pelos CRAS.
- Busca ativa e orientações dos serviços ofertados pelo CRAS.
- Expectativa de avanços e melhorias para a população de primeira infância.
- Legitimação da atuação dos CRAS junto às famílias no que diz respeito aos direitos socioassistenciais.
- Identificação de comunidades quilombolas.
- Identificação de prioridades nos atendimentos e serviços dos CRAS/CREAS.
- O apoio dos gestores e dos técnicos do município de Araripe, que mesmo sabendo que se encontravam de “aviso prévio”, não se furtaram a execução de um trabalho com muita responsabilidade e compromisso.

### Propostas e encaminhamentos para os municípios:

- Acompanhamento das famílias em situação de insegurança alimentar.
- Atualização cadastral das famílias no CadÚnico e sua realização a cada dois anos, deveria ser feita no domicílio da família, para dar mais consistência a base de dados do CadÚnico.
- Busca ativa e orientações dos serviços ofertados pelo CRAS.
- Envio de mala direta aos Gestores com explicações mais minuciosas acerca do Programa.
- Implantação de Programas ou Projetos que fomentem nos jovens e adultos a necessidade de aprender a ler e escrever.
- Inserção prioritária das famílias entrevistadas nas ações do PAIF, em especial, no acompanhamento familiar caso seja necessário.
- Legitimação da atuação dos CRAS junto às famílias no que diz respeito aos direitos



socioassistenciais.

- Continuidade do acompanhamento às famílias pela equipe do CRAS.
- O apoio da gestão; disponibilização dos técnicos dos CRAS; conhecimento do território, busca ativa das famílias ainda não acompanhadas pelos CRAS.

#### **Outras observações e informações complementares:**

- As questões abordadas no instrumental são semelhantes ao Prontuário SUAS. A equipe sugere acrescentar: como sobrevivem com uma renda tão baixa e uma família tão extensa; que tipos de atividade informal podem realizar a partir da realidade objetiva que o município fornece; qual a alimentação é fornecida às crianças que vivem em situação de extrema pobreza; que encaminhamentos estão sendo dados aos adolescentes usuários de drogas, assim como, às pessoas que precisam de acompanhamento pelo CAPS; como vivem as famílias cujas casas não possuem banheiro, nem caixa d'água ou cisterna; como estão sobrevivendo na prática em uma situação de seca, onde mesmo sem dinheiro têm que comprar água para beber.
- A Política Pública de Saúde no município de Araripe está muito precária. Algumas famílias relataram que para terem atendimento pelo SUS, sobretudo para casos de cirurgia, precisam acionar a Promotoria.
- Ausência de intersetorialidade entre as políticas de saúde, assistência e educação e demais políticas.
- Boa Viagem foi um dos municípios que não atingiu a meta proposta. Contudo, o maior entrave estava relacionado a base de dados do Cadastro Único do município, pois a listagem disponibilizada era considerada “atualizada”, mas na realidade estava desatualizada, uma vez que 36 famílias listadas, 30.5% não foram identificadas. Dessa forma, elas são obrigadas a comprar água de garrafão para beber, assim como, a adquirirem água de outra fonte para o banho. Muitas relataram problemas de pele quando utilizam a água do chafariz para o banho.
- Desconhecimento por parte das famílias quanto ao papel do CRAS enquanto equipamento público que possibilite o acesso aos direitos sociais da família.
- Foi oferecido um suporte muito bom por parte das equipes técnicas dos CRAS municipais à Equipe da STDS.



- No município de Ipueiras, para a identificação e o acesso às residências dos quilombolas contamos com a ajuda da Agente Comunitária de Saúde, Sra. Laércia.
- Número expressivo de mulheres chefes de famílias residentes em outros Estados, deixando seus filhos sobre a responsabilidade dos avós.
- Técnicos dos municípios muito comprometidos com o cadastro das famílias.

Diante do exposto constata-se que avançar na implementação da Política da Assistência Social, tendo como foco a intersetorialidade com outras políticas públicas, constitui-se um grande desafio, para todos os atores sociais envolvidos com a gestão de políticas públicas.

Sebastião Araújo  
ADINS/STDS



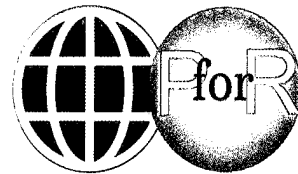


**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**

*Secretaria do Trabalho e  
Desenvolvimento Social*

Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento  
Institucional - ADINS

Coordenadoria de Proteção Social Básica e  
Segurança Alimentar e Nutricional - CPSB e SAN



Programa de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das  
Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental  
Programa para Resultados (PforR)

**RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO  
E AVALIAÇÃO DO PforR**

**ADES**

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL



**ÁREA: ASSISTÊNCIA SOCIAL  
DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA FAMÍLIA E CRIANÇA**

Nome da Pessoa de Referência da Família: \_\_\_\_\_

Nº do Prontuário: \_\_\_\_\_

Tipo de Unidade:  CRAS

Nº da Unidade

Nome da Unidade: \_\_\_\_\_

**REGISTRO SIMPLIFICADO DOS ATENDIMENTOS**

Nº	Data de Atendimento	Nº de Ordem da Pessoa	Descrição Sumária do Atendimento	Código	Nome do Técnico Responsável
1	__/__/__				
2	__/__/__				
3	__/__/__				
4	__/__/__				
5	__/__/__				
6	__/__/__				
7	__/__/__				
8	__/__/__				
9	__/__/__				
10	__/__/__				
11	__/__/__				
12	__/__/__				
13	__/__/__				
14	__/__/__				
15	__/__/__				
16	__/__/__				
17	__/__/__				
18	__/__/__				
19	__/__/__				
20	__/__/__				
21	__/__/__				
22	__/__/__				
23	__/__/__				
24	__/__/__				
25	__/__/__				
26	__/__/__				
27	__/__/__				
28	__/__/__				
29	__/__/__				
30	__/__/__				
31	__/__/__				
32	__/__/__				
33	__/__/__				
34	__/__/__				
35	__/__/__				
36	__/__/__				
37	__/__/__				
38	__/__/__				
39	__/__/__				
40	__/__/__				

**Códigos auxiliares para Descrição Sumária dos Atendimentos:**

1- Atendimento socioassistencial individualizado; 2 - Atendimento em atividade coletiva de caráter continuado; 3 - Participação em atividade coletiva de caráter não continuado; 4 - Cadastramento/Atualização Cadastral; 5 - Acompanhamento de MSE; 6 - Solicitação/Concessão de Benefício Eventual; 7 - Visita Domiciliar; 9 - Outros



for

COMPOSIÇÃO FAMILIAR		Data da primeira anotação: ____/____/____	Atualização: ____/____/____	Atualização: ____/____/____
N. de Ordem	Nome completo (Sempre começar a lista pela Pessoa de Referência)	Sexo	Data de Nascimento	Idade
1		( ) M ( ) F	__/__/__	
2		( ) M ( ) F	__/__/__	
3		( ) M ( ) F	__/__/__	
4		( ) M ( ) F	__/__/__	
5		( ) M ( ) F	__/__/__	
6		( ) M ( ) F	__/__/__	
7		( ) M ( ) F	__/__/__	
8		( ) M ( ) F	__/__/__	
9		( ) M ( ) F	__/__/__	
10		( ) M ( ) F	__/__/__	
11		( ) M ( ) F	__/__/__	
12		( ) M ( ) F	__/__/__	
13		( ) M ( ) F	__/__/__	
14		( ) M ( ) F	__/__/__	
** Assinale caso seja identificada necessidade de providenciar documentação civil da pessoa <input type="checkbox"/> CN <input type="checkbox"/> RG <input type="checkbox"/> CTPS <input type="checkbox"/> CPF <input type="checkbox"/> TE				
* Parentesco com a pessoa de Referência <input type="checkbox"/> CN <input type="checkbox"/> RG <input type="checkbox"/> CTPS <input type="checkbox"/> CPF <input type="checkbox"/> TE				
Assinale em caso de pessoa com Deficiência <input type="checkbox"/> CN <input type="checkbox"/> RG <input type="checkbox"/> CTPS <input type="checkbox"/> CPF <input type="checkbox"/> TE				
<input type="checkbox"/> CN <input type="checkbox"/> RG <input type="checkbox"/> CTPS <input type="checkbox"/> CPF <input type="checkbox"/> TE				
<input type="checkbox"/> CN <input type="checkbox"/> RG <input type="checkbox"/> CTPS <input type="checkbox"/> CPF <input type="checkbox"/> TE				
<input type="checkbox"/> CN <input type="checkbox"/> RG <input type="checkbox"/> CTPS <input type="checkbox"/> CPF <input type="checkbox"/> TE				
<input type="checkbox"/> CN <input type="checkbox"/> RG <input type="checkbox"/> CTPS <input type="checkbox"/> CPF <input type="checkbox"/> TE				
<input type="checkbox"/> CN <input type="checkbox"/> RG <input type="checkbox"/> CTPS <input type="checkbox"/> CPF <input type="checkbox"/> TE				
<input type="checkbox"/> CN <input type="checkbox"/> RG <input type="checkbox"/> CTPS <input type="checkbox"/> CPF <input type="checkbox"/> TE				
<input type="checkbox"/> CN <input type="checkbox"/> RG <input type="checkbox"/> CTPS <input type="checkbox"/> CPF <input type="checkbox"/> TE				
<input type="checkbox"/> CN <input type="checkbox"/> RG <input type="checkbox"/> CTPS <input type="checkbox"/> CPF <input type="checkbox"/> TE				
<input type="checkbox"/> CN <input type="checkbox"/> RG <input type="checkbox"/> CTPS <input type="checkbox"/> CPF <input type="checkbox"/> TE				
<input type="checkbox"/> CN <input type="checkbox"/> RG <input type="checkbox"/> CTPS <input type="checkbox"/> CPF <input type="checkbox"/> TE				
<input type="checkbox"/> CN <input type="checkbox"/> RG <input type="checkbox"/> CTPS <input type="checkbox"/> CPF <input type="checkbox"/> TE				

\* Códigos de Parentesco: 1 - Pessoa de Referência; 2 - Cônjuge/ companheiro(a); 3 - Filho(a); 4 - Entead(a); 5 - Neto(a), Bisneto(a); 6 - Pai/ Mãe; 7 - Sogro(a); 8 - Irmão/irmã; 9 - Genro/Nora; 10 - Outro parente; 11 - Não parente // \*\* Documentação a ser providenciada: CN=Certidão de Nascimento / RG=Carteira de Identidade / CTPS=Carteira de Trabalho e Previdência Social / CPF=Cadastro de Pessoa Física / TE= Título de Eleitor

Faixas etárias	Qtd. de Pessoas	Qtd. Pessoas (Atualização)	Qtd. Pessoas (Atualização)
Pessoas de 0 a 6 anos			
Pessoas de 7 a 14 anos			
Pessoas de 15 a 17 anos			
Pessoas de 18 a 29 anos			
Pessoas de 30 a 59 anos			
Pessoas de 60 a 64 anos			
Pessoas de 65 a 69 anos			
Pessoas de 70 anos ou mais			
<b>Total de pessoas na Família</b>			

**Especificidades sociais, étnicas ou culturais da família**

Família/pessoa em situação de rua

Família quilombola Qual ? \_\_\_\_\_

Família ribeirinha

Família cigana

Família em área rural remota

Família indígena residente em aldeia/reserva

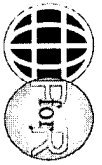
Especifique o povo/etnia: \_\_\_\_\_

Família indígena não residente em aldeia/reserva

Especifique o povo/etnia: \_\_\_\_\_

Outras: \_\_\_\_\_





CONDIÇÕES EDUCACIONAIS DA FAMÍLIA

Data da primeira anotação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Atualização: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Atualização: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

N. Ordem	Primeiro Nome (Liste as pessoas obedecendo sempre o mesmo nº de ordem)	Idade	Sabe Ler e Escrever?	Frequente escola atualmente?			Código Escolaridade (Última série concluída com aprovação)		
				1ª Visita	2ª Visita	3ª Visita			
1			<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
2			<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
3			<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
4			<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
5			<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
6			<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
7			<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
8			<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
9			<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
10			<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
11			<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
12			<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
13			<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
14			<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			

Identificação de Vulnerabilidade Educacional

Faixas Etárias	Qtd. Pessoas (1ª Visita)	Qtd. Pessoas (2ª Visita)	Qtd. Pessoas (3ª Visita)
Qtd. de pessoas entre 0 e 5 anos que não estão frequentando escola ou creche			
Qtd. de pessoas entre 06 e 14 anos que não estão frequentando escola			
Qtd. de pessoas entre 15 e 17 anos que não estão frequentando escola			
Qtd. de pessoas entre 10 e 17 anos que não sabem ler/ escrever			
Qtd. de pessoas entre 18 e 59 anos que não sabem ler/ escrever			
Qtd. de pessoas com 60 anos ou mais que não sabem ler/ escrever			

Anotações sobre o descumprimento de condicionalidades de educação no Programa Bolsa Família

Nº Ordem	Data da ocorrência (Mês/Ano)	* Efeito (Código)	Solicitada suspensão do efeito?
			<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
			<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
			<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
			<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
			<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não



A Família é acompanhada pelo CRAS ? SIM  NÃO  Qual? \_\_\_\_\_

Família tem prontuário (SUAS) preenchido no CRAS ? SIM  NÃO

Data de Ingresso \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Data de Desligamento \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Família Beneficiada com Bolsa Família ?								
1ª Visita		2ª Visita		3ª Visita				
NÃO <input type="checkbox"/>	SIM <input type="checkbox"/>	Valor R\$ _____	NÃO <input type="checkbox"/>	SIM <input type="checkbox"/>	Valor R\$ _____	NÃO <input type="checkbox"/>	SIM <input type="checkbox"/>	Valor R\$ _____
<b>O domicílio possui acessibilidade para pessoas com dificuldade de locomoção?</b>			<b>1ª Visita</b>	<b>2ª Visita</b>	<b>3ª Visita</b>			
Sim, tanto nos espaços internos como na comunicação com a rua			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
Sim, apenas nos espaços internos, mais possui "barreiras" na comunicação com a rua.			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
Não possui condições de acessibilidade.			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
<b>O domicílio está localizado em área de risco de desabamento ou alagamento?</b>			<b>1ª Visita</b>	<b>2ª Visita</b>	<b>3ª Visita</b>			
Sim			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
Não			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
<b>O domicílio está localizado em área de difícil acesso geográfico?</b>			<b>1ª Visita</b>	<b>2ª Visita</b>	<b>3ª Visita</b>			
Sim			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
Não			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
<b>O domicílio está localizado em área com forte presença de conflito/violência?</b>			<b>1ª Visita</b>	<b>2ª Visita</b>	<b>3ª Visita</b>			
Sim			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
Não			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			

Caso haja presença de pessoa com deficiência na família, preencha o quadro abaixo:

N. Ordem	Primeiro Nome	Tipo(s) de deficiência(s)	Necessita de cuidados constantes de outra pessoa	Quem é o responsável pelo cuidado	Visita Nº		
					1	2	3
			SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>				
			SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>				
			SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>				
			SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>				
			SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>				

\* Tipos de deficiência:  
1 - Cegueira; 2 - Baixa Visão; 3 - Surdez severa/profunda; 4 - Surdez leve/moderada; 5 - Deficiência física;  
6 - Deficiência mental ou intelectual; 7 - Síndrome de Down; 8 - Transtorno/doença mental.

Família já recebe BE ?	1ª Visita	2ª Visita	3ª Visita
Auxílio Natalidade	SIM <input type="checkbox"/> Valor R\$ _____	SIM <input type="checkbox"/> Valor R\$ _____	SIM <input type="checkbox"/> Valor R\$ _____
Auxílio Funeral			
Auxílio para situações emergenciais			
Cesta Básica			
Aluguel social			

Existe alguma criança ou adolescente do grupo familiar que não tem acesso a atividades de lazer, recreação e convívio social?	1ª Visita	2ª Visita	3ª Visita
Sim	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não se aplica (famílias sem criança / adolescente)			
Há pessoas dependentes (crianças, idosos dependentes ou pessoas com deficiência) que permanecem períodos do dia em casa sem a companhia de um adulto?	1ª Visita	2ª Visita	3ª Visita
Sim	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



O técnico percebeu conflito entre familiares?	1ª Visita	2ª Visita	3ª Visita
Entre Cônjuges	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>
Entre pais/responsáveis e os filhos	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>
Entre os irmãos	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>

Situações de violência e violação de direitos?	1ª Visita	2ª Visita	3ª Visita
Trabalho Infantil	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>
Exploração Sexual	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>
Abuso/Violência Sexual	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>
Violência Física	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>
Violência Psicológica	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>
Negligencia contra idoso	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>
Negligencia contra criança	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>
Negligencia contra PCD	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>
Trajatória de Rua	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>
Trafico de Pessoas	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>
Violência Patrimonial contra Idoso ou PCD	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>
Outra: _____	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>

Participação em Serviços, Programas ou Projetos que contribuam para o desenvolvimento da convivência comunitária e para o fortalecimento de vínculos				
N. de Ordem	Primeiro Nome da Pessoa	Código para serviços, Programas ou Projetos (1ª Visita)	Código para serviços, Programas ou Projetos (2ª Visita)	Código para serviços, Programas ou Projetos (3ª Visita)
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				

Outras situações de afastamento do convívio familiar?	1ª Visita	2ª Visita	3ª Visita
Assinale caso a família possua algum membro adulto (pais ou filhos) em instituição prisional.	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>
Assinale caso a família possua algum membro adolescente cumprindo medida socioeducativa de internação.	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>



Houve realização de encaminhamentos?	Quantidade		
	1ª Visita	2ª Visita	3ª Visita
Educação			
Saúde			
Outros * Qual ? _____			

\* Utilizar códigos de encaminhamento

Em relação aos encaminhamentos da família/indivíduo para as demais políticas, houve atendimento efetivo e resolutivo por parte da área que recebeu o(s) encaminhamento(s)?	1ª Visita	2ª Visita	3ª Visita
Educação	SIM  __  NÃO  __	SIM  __  NÃO  __	SIM  __  NÃO  __
Saúde	SIM  __  NÃO  __	SIM  __  NÃO  __	SIM  __  NÃO  __
Outros. * Qual ? _____	SIM  __  NÃO  __	SIM  __  NÃO  __	SIM  __  NÃO  __

\* Utilizar códigos de encaminhamento

Como você classifica os resultados obtidos, até o presente momento, no que se refere à ampliação da capacidade de enfrentamento ou superação das condições de vulnerabilidade e/ou risco social e pessoal por parte da família/indivíduo?	1ª Visita	2ª Visita	3ª Visita
Houve um agravamento/piora em relação à situação inicial da família/indivíduo			
A situação atual é equivalente à situação inicial, sem avanços identificáveis			
Houve avanço/melhora da capacidade de enfrentamento ou de superação dos riscos e vulnerabilidades			
Houve significativo avanço/melhora da capacidade de enfrentamento ou de superação dos riscos e vulnerabilidades, justificando -se o desligamento do acompanhamento sistemático, sem prejuízo da eventual permanência da família ou indivíduo em outros programas, projetos, serviços ou benefícios da Assistência Social.			

Observações: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_











ÁREA: POLÍTICAS SOCIAIS

Outras Políticas Sociais : Indicadores

A família foi encaminhada a outros programas sociais?
1ª Visita: NÃO  __  SIM  __  Código da área que para a qual está sendo realizado o encaminhamento:  __ __
1ª Visita: NÃO  __  SIM  __  Código da área que para a qual está sendo realizado o encaminhamento:  __ __
1ª Visita: NÃO  __  SIM  __  Código da área que para a qual está sendo realizado o encaminhamento:  __ __

A família recebe dinheiro de algum programa social (que não seja BPC, PETI e PBF)?
1ª Visita: NÃO  __  SIM  __  Qual programa? _____
2ª Visita: NÃO  __  SIM  __  Qual programa? _____
3ª Visita: NÃO  __  SIM  __  Qual programa? _____

Observações: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Técnico Responsável pelo preenchimento

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Data



<b>Código de Escolaridade</b>	<b>Códigos para Serviços, Programas ou Projetos</b>
00 – Nunca freqüentou escola	1. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e/ ou adolescentes
01- Creche	2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos
02 - Educação Infantil	3. Grupo específico desenvolvido pelo PAIF
11 – 1º ano E. Fundamental	4. Grupo específico desenvolvido pelo PAEFI
12 – 2º ano E. Fundamental	5. Programas ou projetos específicos da Assistência Social que não configurem serviços continuados
13 – 3º ano E. Fundamental	6. Programas ou projetos de outras políticas setoriais (Educação, Esporte, Cultura etc)
14 – 4º ano E. Fundamental	99. Outros
15 – 5º ano E. Fundamental	
16 – 6º ano E. Fundamental	
17 – 7º ano E. Fundamental	
18 – 8º ano E. Fundamental	
19 – 9º ano E. Fundamental	
21 – 1º ano E. Médio	
22 – 2º ano E. Médio	
23 – 3º ano E. Médio	
30 – Superior Incompleto	
31 – Superior Completo	
40 – EJA – Ensino Fundamental	
41 – EJA – Ensino Médio	
99 – Outros	

#### **Tabela de Códigos de Encaminhamentos**

- 05 – Para Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos voltados a crianças e adolescentes
- 06 – Para Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos voltados para idosos
- 07 – Para atualização cadastral no CadÚnico (inclusive quando realizada nesta própria Unidade)
- 08 – Para inclusão no CadÚnico (inclusive quando realizada nesta própria Unidade)
- 09 – Para o INSS, visando acesso ao BPC
- 10 – Para o INSS, visando acesso a outros direitos, que não o BPC
- 11 – Para acesso a Benefícios Eventuais
- 12 – Para acesso a Documentação Civil (Certidão de Nascimento, RG, Carteira de Trabalho, etc)
- 13 – Encaminhamento do CRAS para o CREAS (marcação exclusiva para o CRAS)
- 14 – Encaminhamento do CREAS para o CRAS (marcação exclusiva para o CREAS)
- 15 – Encaminhamento para outras unidades/serviços de Proteção Social Especial
- 30 – Para Serviços de Saúde Bucal (por exemplo: Brasil Sorridente)
- 31 – Para Serviços de Saúde Mental
- 32 – Para Serviços de Saúde voltados ao acesso de órteses e próteses para pessoas com deficiência
- 33 – Para Unidades de Saúde da Família
- 34 – Para outros serviços ou unidades do Sistema Único de Saúde
- 40 – Para Educação – Creche e Pré-escola (ensino infantil)
- 41 – Para Educação – Rede regular de ensino (ensino fundamental e ensino médio)
- 42 – Para Educação de Jovens de Adultos (por exemplo: Brasil Alfabetizado)
- 50 – Para Serviços, Programas ou Projetos voltados à capacitação profissional
- 51 – Para Serviços, Programas ou Projetos voltados à geração de trabalho e renda
- 52 – Para Serviços, Programas ou Projetos voltados à intermediação de mão-de-obra
- 53 – Para acesso a microcrédito
- 54 – Para o Programa BPC-Trabalho
- 60 – Para programa da área de habitação
- 61 – Para acesso à Tarifa Social de Energia Elétrica
- 70 – Para Conselho Tutelar
- 71 – Para Poder Judiciário
- 72 – Para Ministério Público
- 73 – Para Defensoria Pública
- 74 – Para Delegacias (especializadas ou não)
- 85 – Outros encaminhamentos (código livre, a ser utilizado conforme interesse específico de cada município)
- 86 – Outros encaminhamentos (código livre, a ser utilizado conforme interesse específico de cada município)
- 87 – Outros encaminhamentos (código livre, a ser utilizado conforme interesse específico de cada município)
- 88 – Outros encaminhamentos (código livre, a ser utilizado conforme interesse específico de cada município)
- 89 – Outros encaminhamentos (código livre, a ser utilizado conforme interesse específico de cada município)



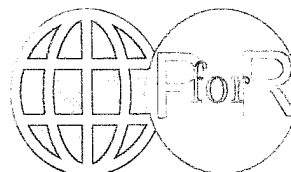


**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ.**

*Secretaria do Trabalho e  
Desenvolvimento Social*

Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento  
Institucional - ADINS

Coordenadoria de Proteção Social Básica e  
Segurança Alimentar e Nutricional - CPSB e SAN

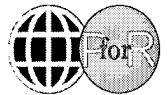


Programa de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das  
Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental  
Programa para Resultados (PforR)

## IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO - PforR



AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL



**CADASTRO DOS MUNICÍPIOS**

Município: \_\_\_\_\_ CNPJ: |\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|/|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|

Endereço: \_\_\_\_\_

CEP: |\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_| Bairro: \_\_\_\_\_

Email Institucional: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

Prefeito: \_\_\_\_\_

Tipo de Gestão: \_\_\_\_\_

Município é cofinanciado pelo PAIF Estadual ( ) Valor Mensal R\$: \_\_\_\_\_

Município é cofinanciado pelo Estado para Benefícios Eventuais ( ) Valor Mensal R\$: \_\_\_\_\_

O município tem Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças de 0 a 6 anos ?

( ) NÃO SIM ( ) Onde está sendo realizado ? \_\_\_\_\_

Qual a capacidade de atendimento: \_\_\_\_\_

**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Nome da SMAS: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

CEP: |\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_| Bairro: \_\_\_\_\_

Email: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

Gestor: \_\_\_\_\_

**CADASTRO DE CRAS**

Nome CRAS: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

CEP: |\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_| Bairro: \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_

Email: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

Coordenador: \_\_\_\_\_

Nome CRAS: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

CEP: |\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_| Bairro: \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_

Email: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

Coordenador: \_\_\_\_\_



Nome CRAS: \_\_\_\_\_  
 Endereço: \_\_\_\_\_  
 CEP: |\_|\_|\_|\_|\_|-|\_|\_|\_|\_| Bairro: \_\_\_\_\_  
 Município: \_\_\_\_\_  
 Email : \_\_\_\_\_  
 Telefone: \_\_\_\_\_  
 Coordenador: \_\_\_\_\_

Nome CRAS: \_\_\_\_\_  
 Endereço: \_\_\_\_\_  
 CEP: |\_|\_|\_|\_|\_|-|\_|\_|\_|\_| Bairro: \_\_\_\_\_  
 Município: \_\_\_\_\_  
 Email : \_\_\_\_\_  
 Telefone: \_\_\_\_\_  
 Coordenador: \_\_\_\_\_

Nome CRAS: \_\_\_\_\_  
 Endereço: \_\_\_\_\_  
 CEP: |\_|\_|\_|\_|\_|-|\_|\_|\_|\_| Bairro: \_\_\_\_\_  
 Município: \_\_\_\_\_  
 Email : \_\_\_\_\_  
 Telefone: \_\_\_\_\_  
 Coordenador: \_\_\_\_\_

**CADASTRO DE TÉCNICOS**

Nome : \_\_\_\_\_  
 RG: \_\_\_\_\_ CPF: |\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|-|\_|\_|\_|\_|  
 Endereço: \_\_\_\_\_  
 Município Residente: \_\_\_\_\_  
 CEP: |\_|\_|\_|\_|\_|-|\_|\_|\_|\_| Bairro: \_\_\_\_\_  
 UF de Nascimento: \_\_\_\_ Município de Nascimento: \_\_\_\_\_  
 Telefone: \_\_\_\_\_ Celular : \_\_\_\_\_  
 Estado Civil: \_\_\_\_\_  
 Forma de Contratação : \_\_\_\_\_

**QUALIFICAÇÃO ESCOLAR**

Tipo: \_\_\_\_\_  
 Local: \_\_\_\_\_  
 Curso: \_\_\_\_\_  
 Ano Conclusão: \_\_\_\_\_ Cômcluído: ( )

**EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL**

Local Último Emprego: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
Ano de Demissão: \_\_\_\_\_ Remuneração: \_\_\_\_\_

**CADASTRO DE TÉCNICOS**

Nome : \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_ CPF: |\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Município Residente: \_\_\_\_\_  
CEP: |\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_| Bairro: \_\_\_\_\_  
UF de Nascimento: \_\_\_\_\_ Município de Nascimento: \_\_\_\_\_  
Telefone: \_\_\_\_\_ Celular : \_\_\_\_\_  
Estado Civil: \_\_\_\_\_  
Forma de Contratação : \_\_\_\_\_

**QUALIFICAÇÃO ESCOLAR**

Tipo: \_\_\_\_\_  
Local: \_\_\_\_\_  
Curso: \_\_\_\_\_  
Ano Conclusão: \_\_\_\_\_ Concluído: ( )

**EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL**

Local Último Emprego: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
Ano de Demissão: \_\_\_\_\_ Remuneração: \_\_\_\_\_

**CADASTRO DE TÉCNICOS**

Nome : \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_ CPF: |\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Município Residente: \_\_\_\_\_  
CEP: |\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_| Bairro: \_\_\_\_\_  
UF de Nascimento: \_\_\_\_\_ Município de Nascimento: \_\_\_\_\_  
Telefone: \_\_\_\_\_ Celular : \_\_\_\_\_  
Estado Civil: \_\_\_\_\_  
Forma de Contratação : \_\_\_\_\_

**QUALIFICAÇÃO ESCOLAR**

Tipo: \_\_\_\_\_  
Local: \_\_\_\_\_  
Curso: \_\_\_\_\_  
Ano Conclusão: \_\_\_\_\_ Concluído: ( )

**EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL**

Local Último Emprego: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
Ano de Demissão: \_\_\_\_\_ Remuneração: \_\_\_\_\_



CADASTRO DE TÉCNICOS

Nome : \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_ CPF: |\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Município Residente: \_\_\_\_\_  
CEP: |\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_| Bairro: \_\_\_\_\_  
UF de Nascimento: \_\_\_\_\_ Município de Nascimento: \_\_\_\_\_  
Telefone: \_\_\_\_\_ Celular : \_\_\_\_\_  
Estado Civil: \_\_\_\_\_  
Forma de Contratação : \_\_\_\_\_

QUALIFICAÇÃO ESCOLAR

Tipo: \_\_\_\_\_  
Local: \_\_\_\_\_  
Curso: \_\_\_\_\_  
Ano Conclusão: \_\_\_\_\_ Concluído: ( )

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Local Último Emprego: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
Ano de Demissão: \_\_\_\_\_ Remuneração: \_\_\_\_\_

CADASTRO DE TÉCNICOS

Nome : \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_ CPF: |\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Município Residente: \_\_\_\_\_  
CEP: |\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_| Bairro: \_\_\_\_\_  
UF de Nascimento: \_\_\_\_\_ Município de Nascimento: \_\_\_\_\_  
Telefone: \_\_\_\_\_ Celular : \_\_\_\_\_  
Estado Civil: \_\_\_\_\_  
Forma de Contratação : \_\_\_\_\_

QUALIFICAÇÃO ESCOLAR

Tipo: \_\_\_\_\_  
Local: \_\_\_\_\_  
Curso: \_\_\_\_\_  
Ano Conclusão: \_\_\_\_\_ Concluído: ( )

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Local Último Emprego: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
Ano de Demissão: \_\_\_\_\_ Remuneração: \_\_\_\_\_



**CADASTRO DE TÉCNICOS**

Nome : \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF: |\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|

Endereço: \_\_\_\_\_

Município Residente: \_\_\_\_\_

CEP: |\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_| Bairro: \_\_\_\_\_

UF de Nascimento: \_\_\_\_\_ Município de Nascimento: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ Celular : \_\_\_\_\_

Estado Civil: \_\_\_\_\_

Forma de Contratação : \_\_\_\_\_

**QUALIFICAÇÃO ESCOLAR**

Tipo: \_\_\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_

Curso: \_\_\_\_\_

Ano Conclusão: \_\_\_\_\_ Concluído: ( )

**EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL**

Local Último Emprego: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Ano de Demissão: \_\_\_\_\_ Remuneração: \_\_\_\_\_

**CADASTRO DE TÉCNICOS**

Nome : \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF: |\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|

Endereço: \_\_\_\_\_

Município Residente: \_\_\_\_\_

CEP: |\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_| Bairro: \_\_\_\_\_

UF de Nascimento: \_\_\_\_\_ Município de Nascimento: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ Celular : \_\_\_\_\_

Estado Civil: \_\_\_\_\_

Forma de Contratação : \_\_\_\_\_

**QUALIFICAÇÃO ESCOLAR**

Tipo: \_\_\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_

Curso: \_\_\_\_\_

Ano Conclusão: \_\_\_\_\_ Concluído: ( )

**EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL**

Local Último Emprego: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Ano de Demissão: \_\_\_\_\_ Remuneração: \_\_\_\_\_

**CADASTRO DE TÉCNICOS**

Nome : \_\_\_\_\_  
 RG: \_\_\_\_\_ CPF: |\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|-|\_|\_|\_|  
 Endereço: \_\_\_\_\_  
 Município Residente: \_\_\_\_\_  
 CEP: |\_|\_|\_|\_|\_|\_|-|\_|\_|\_|\_| Bairro: \_\_\_\_\_  
 UF de Nascimento: \_\_\_ Município de Nascimento: \_\_\_\_\_  
 Telefone: \_\_\_\_\_ Celular : \_\_\_\_\_  
 Estado Civil: \_\_\_\_\_  
 Forma de Contratação : \_\_\_\_\_

**QUALIFICAÇÃO ESCOLAR**

Tipo: \_\_\_\_\_  
 Local: \_\_\_\_\_  
 Curso: \_\_\_\_\_  
 Ano Conclusão: \_\_\_\_\_ Concluído: ( )

**EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL**

Local Último Emprego: \_\_\_\_\_  
 Cargo: \_\_\_\_\_  
 Ano de Demissão: \_\_\_\_\_ Remuneração: \_\_\_\_\_

**CADASTRO DE TÉCNICOS**

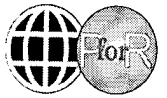
Nome : \_\_\_\_\_  
 RG: \_\_\_\_\_ CPF: |\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|-|\_|\_|\_|  
 Endereço: \_\_\_\_\_  
 Município Residente: \_\_\_\_\_  
 CEP: |\_|\_|\_|\_|\_|\_|-|\_|\_|\_|\_| Bairro: \_\_\_\_\_  
 UF de Nascimento: \_\_\_ Município de Nascimento: \_\_\_\_\_  
 Telefone: \_\_\_\_\_ Celular : \_\_\_\_\_  
 Estado Civil: \_\_\_\_\_  
 Forma de Contratação : \_\_\_\_\_

**QUALIFICAÇÃO ESCOLAR**

Tipo: \_\_\_\_\_  
 Local: \_\_\_\_\_  
 Curso: \_\_\_\_\_  
 Ano Conclusão: \_\_\_\_\_ Concluído: ( )

**EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL**

Local Último Emprego: \_\_\_\_\_  
 Cargo: \_\_\_\_\_  
 Ano de Demissão: \_\_\_\_\_ Remuneração: \_\_\_\_\_



CADASTRO DE TÉCNICOS

Nome : \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

CPF: |\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|

Endereço: \_\_\_\_\_

Município Residente: \_\_\_\_\_

CEP: |\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_| Bairro: \_\_\_\_\_

UF de Nascimento: \_\_\_\_\_ Município de Nascimento: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ Celular : \_\_\_\_\_

Estado Civil: \_\_\_\_\_

Forma de Contratação : \_\_\_\_\_

QUALIFICAÇÃO ESCOLAR

Tipo: \_\_\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_

Curso: \_\_\_\_\_

Ano Conclusão: \_\_\_\_\_ Concluído: ( )

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Local Último Emprego: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Ano de Demissão: \_\_\_\_\_ Remuneração: \_\_\_\_\_



**PROJETO DE APOIO AO CRESCIMENTO ECONÔMICO COM REDUÇÃO DAS  
DESIGUALDADES E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DO CEARÁ – PROGRAMA  
PARA RESULTADOS (PforR)**

**PROJETO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA: MONITORAMENTO E CAPACITAÇÃO DOS  
CRAS**

**NOTA TÉCNICA N° 05/2016**

A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS é um dos órgãos-mutuários do Acordo de Empréstimo N° 8302-BR, firmado em dezembro de 2013, entre o Governo do Estado do Ceará e o Banco Mundial para execução do Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Ceará – Programa para Resultados (PforR), e responsável pela execução do projeto de assistência técnica Monitoramento e Capacitação dos CRAS e pelo cumprimento dos indicadores (Primários) - *“Porcentagem de equipes técnicas no CRAS capacitadas em apoio familiar e Porcentagem de famílias acompanhadas pelas equipes treinadas”*.

Para responder por esses indicadores foram planejadas atividades intermediárias que culminaram com a capacitação das equipes dos CRAS no primeiro semestre de 2015 e com a visita às famílias residentes em 25 municípios de abrangência do PforR no segundo semestre do mesmo ano. Ressaltando que, conforme foi oficialmente discutido com equipe do BIRD na sua última missão ao Ceará, faz-se necessária uma revisão da meta do 2º indicador - *Porcentagem de famílias acompanhadas pelas equipes treinadas*”, com base na realidade atual e argumentação a seguir:

a) Quando da elaboração do projeto em 2013 seriam visitadas, aproximadamente, 13.000 famílias, sendo em 2015 (10%); 2016% (15%) e 2017 (25%) o que precisou ser repensado, para que possamos atingir a consecução das metas.

b) A proposta apresentada pela STDS ao BIRD é que a meta seja reajustada, ficando em 2015 (5%); 2016 (7%); e 2017 (10%), totalizando aproximadamente 4.569 famílias, o equivalente a 10% do montante de 45.697, quantidade de famílias na data base (junho 2015) conforme acordado com as equipes técnicas da SEDUC, STDS e IPECE e tabela, anexo.

c) Considerando que os municípios de abrangência do PforR, são os mais pobres e com menor capacidade de gestão de políticas públicas, necessitando de fortalecimento institucional.

d) Ressaltando, que o contexto socioeconômico dos entes federados (União, Estado e Município) em 2013, é bem diferente do contexto atual (inflação, menor arrecadação, redução de gastos públicos e a estiagem que assola o Ceará, há 4 anos), impactando negativamente nos resultados previstos.

e) Com a revisão dos indicadores, será garantida a ação de acompanhamento às famílias com maior rigor técnico e metodológico, o que possibilitará resultados mais qualificados na implementação da política pública e dos objetivos do PforR, no âmbito da assistência social. Observando: I) os critérios de seleção das famílias a serem acompanhadas pelos CRAS, e o II) Sistema de Monitoramento.

**I) Quanto aos critérios de seleção das famílias a serem acompanhadas pelos CRAS**, na mesma reunião definiu-se que seriam famílias em situação de extrema pobreza, dos 36 municípios mais pobres do Ceará, com filhos de 4 a 5 anos e que tenha mais um filho de 0 a 6 anos. A família que esteja sendo atendida pelo PADIN não será visitada pelos CRAS. Caso essa família necessite do apoio dos CRAS será encaminhada pela equipe do PADIN, ou caso procure o CRAS espontaneamente. Vale ressaltar que, para essa 1ª visita realizada, em função dos dados disponíveis, não levou-se isso em consideração, o que será ajustado a partir da 2ª visita.

**II) Quanto ao Sistema de Monitoramento dos CRAS** a ser desenvolvido, foi consensuado que o referido sistema é um instrumento vivo, poderá ser atualizado a cada necessidade. Neste 2º semestre de 2015, para o acompanhamento às famílias será utilizado o instrumental elaborado em conjunto com a SEDUC, SDA e SESA, considerando que o sistema ainda está em fase de licitação, com previsão de contratação da empresa ainda este ano.

Considerando as argumentações expostas acima e o grande interesse em cumprir os indicadores, a STDS reafirma o compromisso com a consecução dos indicadores e metas pactuadas até o final do Projeto.

Sebastião Lopes Araújo  
Assessor da ADINS-STDS

*Rua Soriano Albuquerque, 230 – Joaquim Távora CEP: 60.130-160*  
FAX: (0XX85) 3101-2121 FONE: 3101-4597 E-MAIL: [assistencia.social@stds.ce.gov.br](mailto:assistencia.social@stds.ce.gov.br)



Município	Total de Famílias com renda per capita inferior a R\$ 77	Total de Crianças (0 a 5 anos)
Aiuaba	829	948
Amontada	2.449	2.915
Ararendá	525	599
Araripe	1.228	1.405
Barroquinha	726	868
Boa Viagem	2.852	3.309
Capistrano	930	1.052
Choró	659	787
Croatá	900	1.000
Graça	709	808
Granja	2.437	2.909
Ipaporanga	593	700
Ipueiras	1.728	2.011
Irauçuba	1.423	1.688
Itapiúna	1.131	1.271
Itarema	2.753	3.180
Itatira	1.297	1.520
Martinopole	580	682
Miraíma	667	799
Moraújo	409	470
Morrinhos	966	1.140
Mucambo	388	445
Novo Oriente	1.473	1.620
Pereiro	833	957
Poranga	587	698
Quiterianópolis	1.125	1.252
Reriutaba	853	1.011
Salite	1.025	1.173
Santana do Acaraú	1.825	2.126
Santana do Cariri	1.191	1.378
Tamboril	1.193	1.359
Tarrafas	482	554
Trairi	3.546	4.117
Tururu	959	1.126
Uruoca	661	740
Viçosa do Ceará	3.765	4.388
<b>Total</b>	<b>45.697</b>	<b>53.005</b>

Fonte: CADÚNICO / Junho de 2015

## **ANEXO III**

**Evidência do atendimento do Indicador DLI 5 (STDS) -**  
Porcentagem de equipes técnicas no CRAS capacitadas em  
apoio familiar.



**PROJETO DE APOIO AO CRESCIMENTO ECONÔMICO COM REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DO ESTADO DO CEARÁ – PROGRAMA PARA RESULTADOS CEARÁ – PforR.**

**PROJETO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA: Capacitação e Monitoramento de CRAS.**

**AÇÃO: Capacitação das Equipes de Referência dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS (Indicador Primário).**

**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO**

**1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

O Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará – Programa para Resultados Ceará - PforR, constitui-se uma operação de crédito com o Banco Mundial, contratada pelo Estado do Ceará com foco em resultados, para garantir a continuidade dos investimentos em áreas estratégicas do Estado, programados no PPA 2012 – 2015, de forma a promover um crescimento econômico que privilegie a inclusão social e seja ambientalmente sustentável, através dos eixos de capacitação profissional, assistência à família, qualidade da água e gestão por resultado.

A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS insere -se no PforR no eixo assistência à família, vinculada ao PPA, através do Programa 050 - Assistência Social e da Iniciativa 03180 - Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família -PAIF, executado nos CRAS, em função do público-alvo desse eixo ser constituído por famílias que se encontram em extrema pobreza, incluindo as que pertencem a grupos vulnerabilizados, com crianças em idade inferior a sete anos<sup>1</sup>

Assim, as ações desta setorial serão referentes ao fortalecimento de ações desenvolvidas com

---

<sup>1</sup> Relatório Nº 82161-BR – BIRD- Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental no Estado do Ceará

as famílias através do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças de 0 a 5 anos, tendo em vista a necessidade de capacitação das equipes de referência dos CRAS responsáveis pelo serviço, bem como o acompanhamento e monitoramento das famílias atendidas pelo mesmo.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, para Crianças até 6 Anos, é orientado pela padronização dos serviços estabelecida na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. É um serviço complementar e diretamente articulado ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF (BRASIL, 2010) e tem como objetivos:

- Complementar as ações de proteção e desenvolvimento das crianças e fortalecer vínculos familiares e sociais;
- Assegurar espaços de convívio familiar e comunitário e o desenvolvimento de relações de afetividade e sociabilidade;
- Criar e fortalecer vínculos através do brincar [...] e da interação entre crianças, crianças e adolescentes, crianças e suas famílias, crianças e adultos e entre famílias;
- Valorizar a cultura de famílias e comunidades locais, pelo resgate de seus brinquedos e brincadeiras e a promoção de vivências lúdicas;
- Desenvolver estratégias para estimular e potencializar recursos de crianças com deficiência e o papel das famílias e comunidade no processo de proteção social.

A ação em parceria com o Banco Mundial através do PforR nesta setorial, é portanto uma estratégia para fortalecer a atenção às famílias extremamente pobres com crianças até 6 anos em 36 municípios do Ceará.

## **2. AÇÃO EXECUTADA: CURSO - ORIENTAÇÕES PARA AÇÕES COM CRIANÇAS ATÉ 6 ANOS COM FOCO NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL**

**Período:** 23 a 27 de novembro de 2015

**Local:** HOTEL ROMANOS - Rua Padre Pedro de Alencar, 2012 - Messejana, Fortaleza/Ce.

**Carga Horária:** 40 h/a

**Nº de participantes:** 46

**Objetivo:** Capacitar Equipes de Referência dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, de 17 municípios integrantes do Programa de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental -Programa para Resultados – PforR.

**Municípios Participantes<sup>2</sup>:** Amontada, Boa Viagem, Choró, Granja, Ipueiras, Irauçuba,

2. Municípios da área de Abrangência do PforR.

Itapiúna, Itatira, Mucambo, Novo Oriente, Pereiro, Salitre, Santana do Acaraú, Santana do Cariri, Tamboril, Uruoca e Viçosa do Ceará. Além desses municípios participaram, ainda, técnicos dos municípios de Fortaleza (STDS, SEDUC) e Horizonte (Palestrantes convidados para apresentar a experiência de gestão na área da assistência social enfocando a ação dos CRAS, os diversos projetos existentes, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV e a intersetorialidade) e que solicitaram participar do curso até o final pelo interesse e importância para o aprimoramento das ações junto a 1ª infância no seu município.

### Desenvolvimento do Curso:

A Capacitação de Equipes de Referência dos CRAS (nível superior) dos municípios acima mencionados foi realizada, no período de 23 a 27 de novembro de 2015 de acordo com a programação a seguir:

Turno	23/11 2ª feira	24/11 3ª feira	25/11 4ª feira	26/11 5ª feira	27/11 6ª feira
MANHÃ	Abertura Exposição sobre PforR  Conhecendo Uma Experiência de Gestão Municipal na Área da Assistência Social -Município de Horizonte.	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças até 6 Anos.	Diversidade e Inclusão – Diversidade Étnico- Racial	O Desenvolvimento da Criança de 0 a 6 Anos.	A criança e o brincar.
TARDE	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças até 6 Anos.	Diversidade e Inclusão – Pessoa com Deficiência	O Desenvolvimento da Criança de 0 a 6 Anos	A Linguagem da Criança do Nascimento Até 6 Anos.	A criança e o brincar.

Participaram do evento de capacitação 46 pessoas, sendo 40 concludentes oriundos dos municípios da área de abrangência do PforR e que constitui meta referente ao cumprimento do indicador primária **“Percentual de equipes técnicas de CRAS capacitadas para o acompanhamento à família”**, conforme quadro demonstrativo a seguir:

Nº de Ordem	Município	Total concludentes	Frequência por dia				
			23/11	24/11	25/11	26/11	27/11
1	Amontada	2	2	2	2	2	2
2	Boa Viagem	2	2	2	2	2	2



3	Choró	3	3	3	3	3	3
4	Granja	4	4	4	4	4	4
5	Ipueiras	2	2	2	2	2	2
6	Irauçuba	2	2	2	2	2	2
7	Itapiúna	4	4	4	4	4	4
8	Itatira	3	3	3	3	3	3
9	Mucambo	1	1	1	1	1	1
10	Novo Oriente	2	2	2	2	2	1
11	Pereiro	2	2	2	2	2	2
12	Salitre	2	2	2	2	2	-
13	Santana do Acaraú	2	3	3	3	2	1
14	Santana do Cariri	2	2	2	2	2	2
15	Tamboril	3	3	3	3	3	2
16	Uruoca	3	3	3	3	3	3
17	Viçosa do Ceará	1	1	1	1	1	1
<b>TOTAL</b>		<b>40</b>	<b>41</b>	<b>41</b>	<b>41</b>	<b>40</b>	<b>35</b>

A capacitação utilizou uma metodologia participativa com exposição dialogada, dinâmicas de grupo, apresentação de vídeos seguidas de debate, músicas e atividades de grupo para correlacionar o conteúdo teórico com a prática profissional. Foram distribuídos: crachás, pastas, blocos de anotações, canetas, CDs com conteúdos relacionados à temática: Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais; Orientações para Ações com Crianças até 6 Anos com Foco no Desenvolvimento Infantil/ Caderno I – Versão Preliminar; Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças até 06 Anos.

Os cursistas avaliaram como positiva a proposta da capacitação e os conteúdos abordados ressaltaram que ao voltarem para os municípios, irão precisar de maior aprofundamento em relação à metodologia do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Durante a capacitação os alunos relataram que causou bastante impacto perceber a importância de trabalhar com crianças com deficiência na faixa etária de 0 a 3 anos e orientar suas famílias sobre o desenvolvimento nessa etapa assim como a abordagem sobre a diversidade étnico-racial. Consideraram como negativo, o difícil acesso (distância) ao hotel onde foi realizado o evento.

Foi sugerido que houvesse algum tipo de capacitação para prefeitos, secretários, técnicos de gestão e conselheiros (Conselho Municipal da Assistência Social) sobre o PforR para viabilizar a execução e monitoramento das ações.

### 3. QUANTO AO DESEMPENHO DO INDICADOR

No que se refere ao indicador “**Percentual de Equipes Técnicas de CRAS Capacitadas para o Acompanhamento à Família**”, deverão ser capacitadas equipes técnicas de 55 CRAS dos 36 municípios da área de abrangência do PforR, sendo para o 1º semestre de 2015 o total de 15% o equivalente a 8,25 CRAS capacitados e no 2º semestre 30% , ou seja, 16.5 CRAS resultado esse acumulativo.

Vale ressaltar que a STDS por meio de Nota Técnica 03/2015 solicitou a redução de meta para o 1º semestre de 2015 tendo em vista o atraso do cofinanciamento federal para a manutenção dos CRAS, bem como da não finalização pela STDS do processo licitatório para contratação de empresas responsável pelos eventos de capacitação. Entretanto a STDS por meio de recursos próprios em comum acordo com a UGP e BIRD realizou a capacitação com recursos próprios, cumprindo com a meta prevista.

Na oportunidade, vale salientar que foram capacitados até o momento um total de 80 técnicos de nível superior de 23 municípios da área de abrangência do PforR, considerando os 02 (dois) eventos realizadas (junho e novembro de 2015), conforme quadro demonstrativo a seguir:

Nº de ordem	Município	Quant. participantes		Total de pessoas capacitadas
		Curso de junho	Curso de Novembro	
1	Amontada	5	2	7
2	Barroquinha	2	-	2
3	Boa Viagem	4	2	6
4	Capistrano	5	-	5
5	Choró	-	3	3
6	Granja	-	4	4
7	Ipueiras	-	2	2
8	Irauçuba	-	2	2
9	Itapiúna	-	4	4
10	Itarema	4	-	4
11	Itatira	-	3	3
12	Miraíma	2	-	2
13	Morrinhos	5	-	5
14	Mucambo	2	1	3
15	Novo Oriente	-	2	2
16	Pereiro	-	2	2
17	Salitre	-	2	2
18	Santana do Acaraú	-	2	2

19	Santana do Cariri	-	2	2
20	Tamboril	-	3	3
21	Trairi	7	-	7
22	Uruoca	-	3	3
23	Viçosa do Ceará	4	1	5
<b>TOTAL</b>		<b>40</b>	<b>40</b>	<b>80</b>

Diante do exposto constata-se que a capacitação já foi iniciada em 23 municípios/CRAS, o equivalente a 41.8% do total de CRAS (55 CRAS), cumprindo-se portanto a meta referente ao 2º semestre de 2015 que era de 30%, ou seja, 16.5% (resultado acumulativo).

Por último vale ressaltar que em 2016 estaremos reiniciando as ações de capacitação, executadas pela empresa selecionada mediante processo licitatório com a participação das equipes de nível médio e superior, conforme Quadro Demonstrativo a seguir, salientando que a meta referente ao 1º semestre de 2016 será cumprida.

**QUADRO GERAL DA CAPACITAÇÃO DAS EQUIPES DE REFERÊNCIA DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS**

**Pessoas capacitadas em 2015 e Previsão para 2016 (municípios iniciados).**

Nº de ordem	Município	Porte	Total de CRAS	Total de pessoas a serem capacitadas		Quant. participantes de nível superior		Total de pessoas capacitadas em 2015	Previsão quant. pessoas capacitadas 1º semestre de 2016 (municípios iniciados)			
				Nível Médio	Nível Superior	Curso junho	de		Curso Novembro	de	Nível Médio	Nível Superior
1	Amontada	II	2	6	8	5		2	7	3	1	
2	Barroquinha	I	1	4	5	2		-	2	2	5	
3	Boa Viagem	Médio	2	6	8	4		2	6	3	2	
4	Capistrano	II	2	4	6	5		-	5	2	1	
5	Choró	I	1	5	4	-		3	3	2	2	
6	Granja	Médio	2	6	8	-		4	4	3	2	
7	Ipueiras	II	2	6	8	-		2	2	3	2	
8	Irauçuba	II	2	6	6	-		2	2	3	2	
9	Itapiúna	II	2	4	5	-		4	4	2	3	
10	Itarema	II	2	6	8	4		-	4	3	2	
11	Itatira	I	2	3	6	-		3	3	2	3	
12	Miraíma	I	1	2	3	2		-	2	2	1	
13	Morrinhos	II	2	6	8	5		-	5	3	3	
14	Mucambo	I	1	3	4	2		1	3	2	2	
15	Novo Oriente	II	1	3	4	-		2	2	2	2	

16	Pereiro	I	1	3	3	-	2	2	2	1
17	Salitre	I	2	6	6	-	2	2	3	2
18	Santana do Acaraú	II	2	6	6	-	2	2	3	2
19	Santana do Cariri	I	1	3	3	-	2	2	2	1
20	Tamboril	II	2	7	6	-	3	3	3	2
21	Trairi	Médio	3	7	6	7	-	7	3	0
22	Uruoca	I	2	6	6	-	3	3	3	3
23	Viçosa do Ceará	Médio	3	9	10	4	1	5	4	3
<b>TOTAL</b>			<b>41</b>			40	40	<b>80</b>	<b>60</b>	<b>47</b>

**Sebastião Araújo**

**ADINS/STDS**



# ANEXOS

- Slides com a apresentação realizada na Capacitação;
- Imagens da Capacitação.

# PIAGET – VIGOTSKI - WALLON

“O brincar não é essencialmente aquilo que não exigiria esforço.”



## WALLON

(1879 -1962, francês – médico, psicólogo, filósofo)

- **Criança:** conforme seu desenvolvimento, o jogo possui diferentes funções.
- **Adulto:** o jogo é distração e descanso, em oposição à atividade séria que é o trabalho.

## O BRINCAR

**“não é essencialmente aquilo que não exigiria esforço, em contraposição à labuta cotidiana, pois uma brincadeira ou um jogo pode exigir e liberar quantidades bem mais consideráveis de energia do que uma tarefa obrigatória”.**

Wallon (2007, p. 55)

# TIPOS DE BRINCADEIRAS

- **FUNCIONAIS**: Movimentos como estender e encolher braços ou pernas, agitar dedos, tocar objetos...
  - **FICÇÃO**: Atividade, cuja interpretação é mais complexa. Montar no cabo de vassoura como se fosse um cavalo; brincar de casinha...
  - **AQUISIÇÃO**: A criança se esforça para compreender coisas, seres, cenas, relatos, canções etc.
  - **FABRICAÇÃO**: A diversão é juntar, colecionar, modificar, transformar ou criar novos objetos.
-



# PIAGET

(1986-1980, suíço, psicólogo e filósofo)

**O jogo faz parte do desenvolvimento da criança.**

- **Jogo de funções senso-motoras;**
  - **Jogo de exercício;**
  - **Jogo simbólico (jogo de imaginação e imitação);**
  - **Jogo com regras.**
-

# JOGO DE EXERCÍCIO

**Surge no primeiro ano de vida e não envolve simbolismo. Realizado pelo simples prazer do exercício (agitar as mãos, pés).**

**“Surge bem antes da linguagem, um jogo de funções senso-motoras que é um jogo de puro exercício, sem intervenção do pensamento nem da vida social, pois só ativa movimentos e percepções”**

(PIAGET, 1998, p. 28).

# JOGO SIMBÓLICO

- **Envolve a representação mental – jogo de faz-de-conta, de imitação e imaginação.**
- **Por meio do jogo simbólico, a criança pode reintegrar fatos, representá-los em diferentes situações e ter seus desejos satisfeitos, equilibrando-se afetiva e intelectualmente.**
- **Os “jogos simbólicos constituem uma atividade real do pensamento, embora essencialmente egocêntrica, ou melhor, duplamente egocêntrica. Sua função consiste em satisfazer o eu por meio de uma transformação do real em função dos desejos.”**

**A criança que brinca de boneca, de vendedor, de motorista, ou representa um fato do seu cotidiano, “refaz sua própria vida, corrigindo-a a sua maneira, e revive todos os prazeres e conflitos, resolvendo-os, compensando-os, ou seja, completando a realidade por meio da ficção.”**

- (PIAGET, p. 28-29)

# JOGO COM REGRAS

- Aparece com o progresso da socialização da criança e com o desenvolvimento de suas estruturas mentais.
- Implica um processo de socialização da criança;
- Exige um desenvolvimento mais avançado do pensamento e certas obrigações comuns;
- “A regra substitui o símbolo e enquadra o exercício, quando obrigações são impostas às crianças pelo grupo.”

**AMARELINHA - PEGA-PEGA - ESCONDE-ESCONDE -  
JOGO DE BILA - BOCA DE FORNO – XADREZ - DAMA...**



# VIGOTSKI

(1896-1934, russo, filósofo)

- A brincadeira cria **Zona de Desenvolvimento Proximal**.
- Na ação da criança, há sempre uma história prévia.

As concepções transitam de um **nível de desenvolvimento *real*** (de algo que já sabe; conhecimento consolidado), para o **nível de desenvolvimento *potencial*** (conhecimento que ocorre , a partir da ajuda do outro mais experiente).

- **No faz-de-conta, a criança transita do domínio das situações imaginárias para o domínio das regras.**
-

## VIGOTSKI - PIAGET - WALLON

- **É no plano da imaginação que o brincar se destaca, pela mobilização dos significados.**
  - **Como ação livre, que surge a qualquer hora, iniciada e conduzida pela própria criança, não exige como condição, um produto final e propicia o uso de várias linguagens.**
  - **Possibilita a compreensão do mundo em sua volta à sua maneira, criando vínculos de pertencimento; alivia tensões e conflitos, envolve, ensina regras e desenvolve competências.**
-













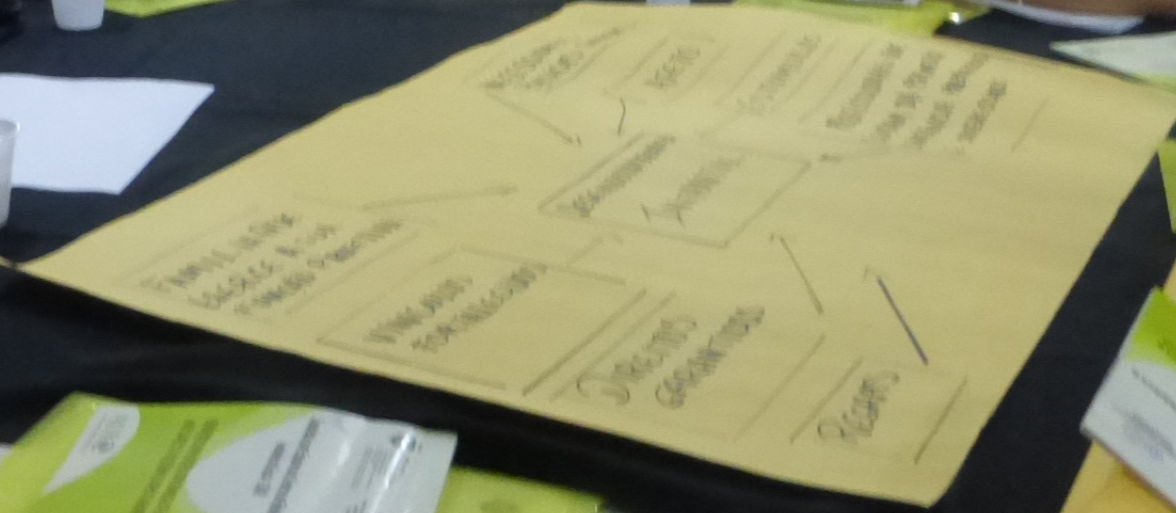
Participant on the left, resting her head on her hand.

Participant in the middle, looking towards the center.

Participant in the center, looking at the materials on the table.

Participant on the right, writing on a notepad.

Participant on the far right, writing in a notebook.



A green folder containing a small booklet and a pen, placed on the table.

A roll of yellow paper and another green folder, also placed on the table.









# OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO SCFV PARA CRIANÇAS ATÉ 06 ANOS

FORTALECER  
VÍNCULOS

VALORIZAR  
A CULTURA

REFLETIR SOBRE O  
PAPEL PROTETIVO  
DAS FAMÍLIAS

REFLETIR SOBRE O  
PAPEL DAS FAMÍLIAS NO  
PROCESSO DE  
DESENVOLVIMENTO  
INFANTIL

PREVENIR A  
OCORRÊNCIA DE  
SITUAÇÃO DE EXCLUSÃO  
E RISCO SOCIAL  
(VIOLÊNCIA DOMÉSTICA  
E TRABALHO INFANTIL)

FORTALECER A  
INTERAÇÃO DE  
CRIANÇAS DO  
MESMO CICLO

ASSEGURAR  
ESPAÇO  
CON







GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Trabalho e  
Desenvolvimento Social

Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento  
Institucional - ADINS

Coordenadoria de Proteção Social Básica e  
Segurança Alimentar e Nutricional - CPSB e SAN



Programa de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das  
Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental  
Programa para Resultados (PforR)

## Capacitação para Equipes dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS

ORIENTAÇÕES PARA AÇÕES COM CRIANÇAS ATÉ 06  
ANOS COM FOCO NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL



AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

MÓDULO I

Fortaleza, de 23 a 27 de novembro de 2015



## **ANEXO IV**

**Evidência do atendimento do Indicador DLI 6 (SEPLAG) -**  
Porcentagem de projetos de assistência à família financiados pelo  
FECOP com matrizes lógicas implementadas.



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**

*Secretaria do Planejamento e Gestão*

**OFÍCIO Nº 16/2015**

**Fortaleza, 23 de dezembro de 2015.**

**À Ilma. Sra.**

**Ana Cristina Cavalcante Medeiros**

**Coordenadora da Unidade de Gerenciamento de Projetos – UGP (PforR)**

**NESTA**

Senhora Coordenadora,

Ao cumprimentá-la, encaminho Relatório incluso, constando de informações relativas ao cumprimento da meta do indicador PforR: “percentual de projetos de assistência à família financiados pelo FECOP com marco lógico”, prevista para o segundo semestre de 2015, conforme estabelecido no Protocolo do indicador respectivo.

Participo-lhe que a relação dos Projetos, com os respectivos marcos lógicos, bem como, os parâmetros utilizados, para efeito de cálculo da meta, constam consolidados no documento encaminhado em anexo.

Ao dispor para esclarecimentos adicionais, renovo votos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

  
**Jose de Lima Freitas Júnior**

Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Pobreza e Inclusão Social  
Coordenador





**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
*Secretaria do Planejamento  
e Gestão*

# **RELATÓRIO**

**Informações Relativas ao  
Cumprimento do Indicador PforR:  
Percentual de projetos de assistência  
à família financiados pelo FECOP com  
marco lógico.**

**Dezembro/2015**

## **SUMÁRIO**

### **APRESENTAÇÃO, 4**

#### **1. Relação dos Projetos com Marco Lógico, 8**

##### **1.1 Projetos da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS**

- 1.1.1 Criando Oportunidades - Qualificação Profissional do Trabalhador Cearense, 9
- 1.1.2 Juventude Empreendedora, 31
- 1.1.3 Artesanato Competitivo, 48
- 1.1.4 Fortalecimento dos Serviços Ofertados pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS, 61
- 1.1.5 Primeiro Passo, 81
- 1.1.6 Garantindo a Acessibilidade, 108
- 1.1.7 Jovem Aprendizagem em Serviço, 122
- 1.1.8 Fortalecimento do Artesanato do Cariri, 141

##### **1.2 Projetos da Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA**

- 1.2.1 Agente Rural, 152
- 1.2.2 Ampliação da Assistência Técnica aos Agricultores em Situação de Extrema Pobreza no Ceará, 170
- 1.2.3 Fortalecimento das Ações de ATER no Estado do Ceará, 196
- 1.2.4 Programa de Aquisição de Alimentos no Ceará (PAA), 211
- 1.2.5 Modernização de Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar, 228
- 1.2.6 São José III - Componente 1 - Inclusão Econômica - Implantação de Projetos Produtivos, 242
- 1.2.7 São José III - Componente 2 - Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado, 254
- 1.2.8 Construção de Cisternas de Placas (1), 271
- 1.2.9 Construção de Cisternas de Placas (2), 281
- 1.2.10 Construção de Cisternas de Placas (3), 292
- 1.2.11 Quintais Produtivos mantidos por Cisternas de Enxurrada e Barragens Subterrâneas (1), 305
- 1.2.12 Quintais Produtivos Mantidos por Cisterna de Enxurradas e Barragens Subterrâneas (2), 317
- 1.2.13 Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água no Âmbito do Programa Água para Todos, 331
- 1.2.14 Projeto Aquisição de Tratores e Implementos Agrícolas, 348

### **1.3 Projetos da Secretaria das Cidades – SCIDADES**

- 1.3.1 Rio Maranguapinho (Ações Habitacionais), 357
- 1.3.2 Rio Maranguapinho (Barragem, Dragagem e Urbanização - Trecho I, II e II - PAC I), 368
- 1.3.3 Rio Cocó (Barragem, Drenagem e Urbanização), 378
- 1.3.4 Dendê (Ações Habitacionais), 389
- 1.3.5 Aluguel Social para Famílias de Baixa Renda, 399
- 1.3.6 Projeto Rio Cocó (Ações Habitacionais), 407
- 1.3.7 Inclusão Social e Produtiva de Catadores, 422
- 1.3.8 Habitação Rural – PNHR, 445

### **ANEXOS, 456**

- Anexo 1 - Protocolo do Indicador PforR, 457
- Anexo 2 – Resoluções nº 1 a 8 de 2015, com a relação dos projetos aprovados, 459
- Anexo 3 - Relação dos projetos de assistência à família (geral), 482
- Anexo 4 - Relação dos projetos de assistência à família (selecionados), 496

## APRESENTAÇÃO

O presente documento trata acerca da construção do Indicador “Percentual de projetos de assistência à família financiados pelo FECOP com marco lógico”, relativo ao segundo semestre de 2015, compreendido no âmbito do Programa para Resultados (PforR), de responsabilidade da Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Pobreza e Inclusão Social (CCOPI), da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG).

O Protocolo do Indicador aludido prevê como Meta, para o período citado, a realização do Marco Lógico correspondente a 45% (quarenta e cinco por cento) do total de Projetos de assistência às famílias, financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, tomando como base o número de Projetos de assistência à família, existentes no ano de referência, aprovados pelo Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS.

Desta forma, o parâmetro utilizado, para se chegar ao número de Projetos a serem apresentados com Marco Lógico, para efeito de cumprimento da Meta, foi a relação de Projetos aprovados até a reunião realizada no dia 06 de julho de 2015, pelo Augusto Conselho, instância máxima de decisão do Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP, servindo, portanto, como marco para o início dos trabalhos do segundo semestre.

Registre-se, por oportuno, que, quanto ao alcance da meta relativa ao primeiro semestre de 2015, considerou-se os termos da Resolução nº 01, do mencionado Conselho, pelo que foram aprovados um total de 113 (cento e treze) Projetos, dos quais, partindo da definição constante no Protocolo do Indicador sobre os Projetos de assistência à família, restaram classificados um montante inicial de 68 (sessenta e oito) Projetos, de modo que, calculando os 22,5% (vinte e cinco vírgula cinco por cento) da meta para o primeiro semestre, incidindo este percentual sobre o montante apontado, chegou-se ao resultado inicial de 15 (quinze) Projetos a serem trabalhados.

Note-se que estes 15 (quinze) Projetos foram selecionados entre 03 (três) Secretarias de Estado, quais sejam: Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA (6), Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS (5), e Secretaria da Educação – SEDUC (4), cuja construção dos Marcos Lógicos fora decorrente da realização de oficinas promovidas com os técnicos das referidas setoriais, responsáveis pelos Projetos selecionados, destacando-se, para o êxito deste trabalho, a parceria do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

Ainda, no que tange ao alcance da meta para o primeiro semestre, tem-se que no decorrer da execução dos trabalhos, identificou-se a necessidade de incluir, na relação apresentada, um Projeto da SEDUC denominado “Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional” que, embora tenha sido apresentado à Gerência Executiva do FECOP, separadamente, representa parte de um conjunto de ações que envolvem também os Projetos “Concessão de Bolsa



Estágio para Alunos das Escolas Estaduais de Educação” e “Apoio às Ações de Formação Profissional dos Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional”, os quais resultam, conseqüentemente, em um só Marco Lógico.

O mesmo ocorreu em relação aos seguintes Projetos da SDA, a saber: “Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades - Projeto Paulo Freire/FIDA - Componente 1: Desenvolvimento de Capacidades” e “Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades - Projeto Paulo Freire/FIDA - Componente 2: Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental”, cujos elementos levam à composição de um único Marco Lógico para os 2 (dois) Projetos.

Ao final, no relatório do primeiro semestre, foram construídas Matrizes Lógicas envolvendo um total de 17 (dezesete) Projetos de assistência à família.

O processo de elaboração dos Marcos Lógicos evidencia, cada vez mais, a necessidade de se agruparem os Projetos apresentados individualmente, e que, na verdade, representam o mesmo tipo de intervenção, ou fazem parte do escopo de um mesmo Projeto. Essa consolidação teria como efeito uma melhor compreensão da magnitude dos Projetos e, conseqüentemente, tornaria mais efetivos os processos de monitoramento e avaliação.

Dessa forma, muitos Projetos que aparecem de forma individualizada no universo, considerado para fins de cálculo da meta são, na verdade, etapas/subprojetos de um Projeto/Programa. Isso foi observado no caso de alguns Projetos listados neste relatório, e que foram relacionados de forma agrupada conforme o Marco Lógico de referência. Vale destacar que alguns desses Marcos Lógicos, inclusive, embora já trabalhados no relatório anterior para cumprimento da meta do primeiro semestre de 2015 (22,5%), aparecem novamente, agora revisados, pois também associam-se a Projetos selecionados nessa segunda fase.

A Coordenadoria de Promoção de Combate à Pobreza e Inclusão Social – CCOPI, da Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG, do Governo do Estado do Ceará, envidará todos os esforços possíveis, no sentido de orientar as Secretarias setoriais a agruparem, sempre que possível, os Projetos que se encontram nessa situação, especialmente quando forem apresentados, novamente, a esta Coordenadoria.

Tratando-se, pois, do cumprimento da Meta, relativo ao segundo semestre de 2015, correspondente a 45% (quarenta e cinco por cento) do total de Projetos de assistência às famílias, financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, cumpre destacar que a construção dos respectivos Marcos Lógicos teve como base as Resoluções nº 02/2015 a 08/2015, compreendidas no período de 28 de fevereiro a 06 de julho de 2015, diante das quais foram apresentados e aprovados um total de 174 (cento e setenta e quatro) Projetos por parte do Conselho Consultivo.

Destes, foram classificados 97 (noventa e sete) Projetos como de assistência família, que é o universo considerado para este relatório.

Com efeito, incidindo os 45% (quarenta e cinco por cento), relativos à Meta do segundo semestre, sobre o total indicado (97), infere-se um resultado preliminar de 44 (quarenta e quatro) Projetos a serem trabalhados. Contudo, deste universo, cumpre considerar que, pelo menos, 17 (dezesete) Projetos computam-se a este novo momento, vez que estes já contam com os seus Marcos Lógicos construídos, por ocasião ao alcance da Meta anterior (22,5%), restando, assim, 27 (vinte e sete) Projetos a serem trabalhados.

Nesse sentido, foram selecionados 27 (vinte e sete) Projetos, para fins de construção dos respectivos Marcos Lógicos, distribuídos entre 03 (três) Secretarias de Estado, a saber: Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA (11), Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS (08), e a Secretaria das Cidades – SCIDADES (08).

Os trabalhos de construção dos Marcos Lógicos foram realizados à luz de um cronograma de atividades, mediante a feitura de oficinas, orientações e revisões, com a colaboração efetiva de todos os técnicos responsáveis pelos Projetos selecionados, desencadeados em cada uma das setoriais indicadas, e novamente se destacando a parceria com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

Vale ressaltar que, durante esse processo, constatou-se que a interpretação acerca do que são “projetos de assistência à família”, extrapolou a definição constante no protocolo do indicador, quando da seleção realizada para o primeiro relatório. Nele foram considerados os Projetos da categoria infraestrutura comunitária, mais especificamente no tocante aos serviços de abastecimento de água. Entretanto, como não se trata de um trabalho direto com o grupo familiar, e, sim, do provimento de uma infraestrutura básica de suprimento de água para diversas localidades, desconsiderou-se na atual seleção os 12 (doze) Projetos relacionados anteriormente no âmbito da Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH, bem como o Projeto referente ao Mapp 187 – Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Localidade de Capuan, em Caucaia, de responsabilidade da Secretarias das Cidades – SCIDADES.

Dos Projetos que foram selecionados por cada uma das Secretarias Setoriais, cumpre observar que a construção de determinado Marco Lógico, em dado Projeto, termina por aplicar-se, também, de forma válida, a outros Projetos, a exemplo do Marco Lógico que foi construído para o Projeto Rio Maranguapinho (Mapp 1), e que, por sua vez, replica-se, por correlação, aos Projetos: Rio Maranguapinho (Mapp 2), Rio Cocó (Mapp 3), Rio Cocó (Mapp 1516), Dendê (Mapp 1378), e Aluguel Social para Famílias de Baixa Renda (Mapp 1465), todos da Secretaria das Cidades – SCIDADES.

Da mesma forma, observou-se este mesmo fenômeno em relação ao Marco Lógico que fora construído para o Projeto Artesanato Competitivo (Mapp 26), face ao Projeto Fortalecimento do Artesanato do Cariri (Mapp 130), estes oriundos da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS.

Igualmente, verificou-se a mesma situação em relação a alguns Projetos da SDA, a exemplo dos seguintes: Cisternas (1) (Mapp 353), Cisternas (2) (Mapps 389) e Cisternas (3) (Mapp 476), cujos elementos resultam em um mesmo Marco Lógico; e dos Projetos São José III - Componente 1 - Inclusão Econômica - Implantação de Projetos Produtivos (Mapp 340) e São José III - Componente 2 - Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado (Mapp 341), os quais, por serem partes de uma mesma intervenção, convergem para a elaboração de um único Marco Lógico.

Nesse cenário, portanto, eis que, pelas considerações acima esposadas, aliadas às informações materializadas no presente Relatório, expede-se o presente instrumento, como forma de demonstrar o pronto cumprimento da meta do indicador PforR: “Percentual de projetos de assistência à família financiados pelo FECOP com marco lógico”, no caso, 45%, prevista para o segundo semestre de 2015.

# **RELAÇÃO DOS PROJETOS COM MARCO LÓGICO**



**Governo do Estado do Ceará**  
**Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS**

**Projeto: Criando Oportunidades - Qualificação Social e Profissional do  
Trabalhador Cearense**

**(Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional e Fomento)**

**Janeiro/2015**



<b>Secretaria</b>	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS
<b>Programa</b>	049 – Trabalho Emprego e Renda
<b>MAPP</b>	08 – Criando Oportunidade – Qualificação Social e Profissional do Trabalhador Cearense; 40 – Aquisição de Instrumentais de trabalho para o Projeto Criando Oportunidades
<b>Período de Execução</b>	Fevereiro a Dezembro/2015
<b>Categoria</b>	Estruturante – Ocupação e Renda – Inclusão Produtiva Urbana

## 1. Descrição do projeto

A Política do Trabalho, Emprego e Renda tem por público-alvo, trabalhadores em geral, no entanto, seus beneficiários, são pessoas socialmente vulneráveis, de baixo nível de escolaridade, baixa qualificação profissional e baixa renda familiar, conseqüentemente, com maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

O Projeto Criando Oportunidade: Qualificação Social e Profissional do Trabalhador Cearense, concebido para atender diferentes públicos em duas linhas de intervenção: Qualificação social e profissional e inclusão produtiva apoiando ações empreendedoras com repasse de kits de iniciação profissional e articulando a inserção no mercado de trabalho, tendo como público-alvo: mulheres chefes de família cadastradas no CADUNICO, trabalhadores (as) sem ocupação e desempregados, trabalhadores (as) autônomos (a)s, jovens de 16 a 24 anos à procura do primeiro emprego e adolescentes e jovens atendidos pela rede socioassistencial da STDS em cumprimento de medidas socioeducativas.

Os beneficiários do projeto estão dentro do critério de renda definido pelo FECOP, cuja *per capita mensal* deve ser inferior a meio (½) salário mínimo.

## 2. Contextualização do projeto no planejamento estadual

O Projeto Criando Oportunidades: Qualificação Social e Profissional do Trabalhador Cearense é desenvolvido pela Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda, através de convênio com entidades da sociedade civil, selecionadas por meio de editais de seleção pública. O projeto se apresenta como importante ferramenta de inserção social e produtiva do trabalhador cearense.

O Financiamento das ações do projeto é composto pelos MAPPs: Número 08 – Realização de Ações de Qualificação para o projeto Criando Oportunidades; Qualificação dos Internos dos Centros Educacionais e 40 – Aquisição dos instrumentais de trabalho, que se complementam em termo de recursos e ações e garantem o alcance dos objetivos a que se propõem.

A execução da meta física e financeira será monitorada no Sistema WebMapp e as ações operacionais, através da equipe da Coordenadoria e por entidade contratada para esse fim.

O projeto contribui para o alcance do Resultado Estratégico de Governo “Ceará competitivo nas suas vocações e nas novas oportunidades” e para o Resultado Estratégico Setorial “Geração de oportunidades de trabalho, emprego e renda”.

As atividades propostas no projeto Criando Oportunidade: Qualificação Social e Profissional do Trabalhador Cearense, estão devidamente contempladas no PPA 2012-2015 do Governo do Estado do Ceará, fazendo parte do Eixo: Sociedade Justa e Solidária, através do Programa 049: Trabalho, Emprego e Renda; Objetivo: 003 - Qualificar e requalificar trabalhadores e empreendedores, visando à melhoria das competências para o mercado de trabalho; Meta: 00325 - Qualificar e requalificar 6.653 trabalhadores, Meta: 01036 - Conceder 1.800 instrumentais de trabalho para trabalhadores qualificados; Iniciativa 03292 - Qualificação de jovens em medidas socioeducativas dos centros educacionais; Iniciativa 03298 - Apoio ao desenvolvimento local e regional, visando à sustentabilidade e o combate à extrema pobreza; e, Iniciativa 03299 - Inserção sócio familiar e produtiva de jovens em medidas socioeducativas.

Os objetivos e as estratégias da área de educação social e profissional da STDS, estão em sintonia com a política de qualificação desenvolvida no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), cujo foco é promover gradativamente a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação, com vistas a contribuir para o aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho decente, além da participação em processos de geração de oportunidades de trabalho e renda, inclusão social, combate à discriminação, redução da pobreza e da vulnerabilidade da população.

### 3. Diagnóstico

Considerando os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pelo SINE/IDT/STDS e DIEESE, em dezembro/2014, os dados da pesquisa revelam que a taxa de desemprego total apresentou redução, ao passar de 7,6%, em novembro, para os atuais 6,8% da força de trabalho, a menor do ano. O contingente de desempregados diminuiu para 131 mil pessoas, 15 mil a menos do que no mês anterior.

O nível de ocupação na RMF também diminuiu, estimando-se o contingente de ocupados em 1,761 milhão pessoas. Segundo os setores de atividade econômica analisados, tal resultado decorreu da redução do número de postos de trabalho na Indústria de Transformação (-9 mil), da relativa estabilidade do nível ocupacional no Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (-1 mil) e nos Serviços (-1 mil) e do ligeiro crescimento na Construção (1 mil).

Com base no trabalho técnico realizado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), em 2010, que classifica e hierarquiza todos os municípios do Estado do Ceará, segundo o índice composto dos indicadores: Taxa de Vulnerabilidade, Taxa de Natalidade, Taxa de Mortalidade e Receita Corrente Líquida *per capita*, apenas 13,5% dos 184 municípios apresentaram índice abaixo de 2,5, significando que 52% da população do Estado residem nos municípios com índice acima de 2,5, em uma escala que varia de 0 (zero) a 5 (cinco), no sentido de que quanto maior for o valor do índice, maior a vulnerabilidade no município.

Segundo o IPECE “a educação constitui-se num dos elementos mais importantes para o desenvolvimento econômico de um país ou região. A mesma tem por finalidade preparar o cidadão para o exercício do trabalho e da cidadania. A formação do cidadão para a vida tem no processo educativo, formal e informal, o elemento chave para alcançar plenamente este objetivo.

A taxa de analfabetismo no Estado do Ceará diminuiu 29,1% durante o período 2000/2010, saindo de 26,5% em 2000 para 18,8% no ano 2010. Apesar desta significativa redução, o Estado ainda necessita melhorar seu desempenho para poder se aproximar da média nacional que ficou situada em 9,6% no ano 2010. Ressalta-se que o combate ao analfabetismo é muito importante, pois o conhecimento da leitura e da escrita são requisitos indispensáveis para o exercício da cidadania.”

#### **4. Justificativa**

A atual perspectiva de crescimento econômico estimada para o Estado do Ceará exige do poder público, investimento crescente na formação de mão de obra. Qualificar trabalhadores em tempo hábil para atender as demandas que surgirão com os investimentos estratégicos que o governo tem feito no sentido de atrair novos empreendimentos para o estado apresentam um enorme obstáculo a ser superado.

Essa tarefa esbarra na superação de problemas sérios, a exemplo dos baixos níveis de escolaridade dos trabalhadores, e do considerável número de jovens egressos, a cada ano, do sistema educacional, com preparo inadequado para enfrentar as exigências do mercado de trabalho.

Segundo explicitado no Plano Nacional de Qualificação – PNQ, “no contexto do País das últimas décadas, a qualificação profissional ganhou novos significados e importância. Isso se deve, por um lado, à introdução de novas tecnologias e novas técnicas gerenciais, inerentes aos processos de reestruturação produtiva, e, de outro, ao crescimento do desemprego e da heterogeneização das formas de trabalho, decorrentes do modelo econômico adotado no País, a partir do início dos anos 90. Além disso, a mudança decorre também dos processos político-sociais que tiveram como marco decisivo a promulgação da Constituição de 1988. Foi sob tais influências contraditórias que se instituiu uma nova Lei de Diretrizes Bases – LDB, operou-se uma reforma do ensino técnico-profissional e constituiu-se uma política pública de trabalho e renda e de qualificação.”

Pelo exposto, evidencia-se a necessidade de implementação de formação profissional compatível com as exigências do setor produtivo, tanto para trabalhadores adultos quanto para os jovens educandos, futuros trabalhadores, cujas exigências educacionais serão maiores e bem mais complexas.

No âmbito da STDS a política de formação profissional é focada no atendimento aos trabalhadores em situação de vulnerabilidade, a exemplo de pessoas desempregadas, trabalhador informal entre outros.

O Projeto Criando Oportunidade: Qualificação Social e Profissional do Trabalhador Cearense desenvolve um conjunto de ações articuladas que buscam criar condições para que pessoas e famílias beneficiadas saiam da situação de pobreza e risco pessoal e social. Significa, portanto um investimento financeiro, técnico e político no sentido de permitir ao cidadão o acesso à qualificação profissional, ao trabalho, emprego e renda, de forma democrática contribuindo para à melhoria da qualidade de vida da população.

#### **5. Histórico**

O projeto foi aprovado pelo Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS/FECOP em 12/12/2007 para execução em 2008.

Através do Subprojeto – Ações de Qualificação para o projeto Criando Oportunidades (Mapp 08) em 2008 foram realizados 177 cursos que beneficiaram 4415 trabalhadores de 67 municípios. Em 2009 foram realizados 192 cursos que beneficiaram 4793 trabalhadores de 88 municípios. Em 2010 foram realizados 235 cursos que beneficiaram 5.864 trabalhadores de 74 municípios. Em 2011 foram realizados 263 cursos que beneficiaram 6568 trabalhadores de 90 municípios. Em 2012 foram realizados 198 cursos que beneficiaram 5077 trabalhadores de 77 municípios. Em 2013 foram realizados 195 ações de qualificação profissional, beneficiando 4618 trabalhadores de 88 municípios. Em 2014 foram realizadas 330 ações de qualificação, beneficiando 7525 trabalhadores em 119 municípios.

Através do Subprojeto – Qualificação dos Internos dos Centros Educacionais (Mapp 10) em 2008 foram realizadas 60 ações de qualificação beneficiando 840 jovens em medida socioeducativas e 50 jovens em liberdade assistida e atendendo 06 Centros Educacionais. Em 2009 foram realizadas 60 ações de qualificação beneficiando 548 jovens em medida sócio educativas e 52 jovens em liberdade assistida e atendendo 07 Centros Educacionais; Em 2010 foram realizadas 50 ações de qualificação beneficiando 580 jovens em medida socioeducativas e 20 jovens em liberdade assistida e atendendo 07 Centros Educacionais; Em 2011 foram beneficiados 600 jovens em medida sócio educativas atendendo 07 Centros Educacionais; Em 2012 foram beneficiados 600 em medida sócio educativas atendendo 07 Centros Educacionais. Em 2013 foram realizadas 48 ações de Qualificação beneficiando 578 jovens em medida sócio educativas atendendo 8 Centros Educacionais.

Através do Subprojeto Aquisição dos Kits para o Projeto Criando Oportunidades (Mapp 40) em 2008 foram distribuídos 1.440 kits instrumentais de trabalho beneficiando a capital e municípios do interior do Estado. Em 2009 foram distribuídos 1.504 kits instrumentais de trabalho. Em 2010 foram distribuídos 1.600 kits instrumentais de trabalho. Em 2011 foram distribuídos 1.600 kits instrumentais de trabalho. Em 2012 foram distribuídos 1.755 kits instrumentais de trabalho. Em 2013 foram distribuídos 1.538 Kits instrumentais de trabalho. Em 2014 foram distribuídos 1.919 Kit's instrumentais de trabalho.

Ao longo de sua implantação o Projeto Criando Oportunidades – Qualificação Social e Profissional do Trabalhador Cearense vem desenvolvendo atividades que já atenderam aproximadamente 30 mil educandos, associando qualificação social e profissional com oportunidades de geração de emprego e renda.

<b>Ano</b>	<b>Valor Total Aplicado</b>	<b>Valor FECOP</b>	<b>Valor TESOURO</b>	<b>Valor MTE</b>	<b>Nº de Beneficiários</b>
2008	3.822.645,45	2.679.327,00	971.109,14	172.209,31	4.387
2009	5.383.898,44	3.814.305,77	413.892,67	1.155.700,00	6.348
2010	5.400.669,50	3.999.999,50	0,00	1.400.670,00	6.444
2011	4.232.250,00	4.232.250,00	0,00	0,00	6.474
2012	4.325.247,52	4.325.247,52	0,00	0,00	5.076
2013	4.350.000,00	4.350.000,00	0,00	0,00	5.456
2014	4.490.000,00	4.490.000,00	0,00	0,00	7.525

(\*) O projeto foi aprovado pelo Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS/FECOP em 12/12/2007 e sua execução teve início em 2008.

## 6. Público - Alvo

- ✧ Mulheres chefes de família, cadastradas no CADUNICO;
- ✧ Trabalhadores (as) sem ocupação e desempregados;
- ✧ Pessoas que trabalham na condição de autônoma;
- ✧ Jovens de 16 a 24 anos à procura do primeiro emprego.

### 6.1. Critérios adotados para a seleção dos beneficiários:

- ✧ Mulheres chefes de família, cadastradas no CADUNICO:
  - Ensino fundamental incompleto;
  - Trabalhadores (as) sem ocupação e desempregados.
  - Pessoas Inseridas em famílias com renda familiar per capita inferior a ½ salário mínimo e
    - ✧ Pessoas que trabalham na condição de autônoma.
  - Idade acima de 18 anos para os cursos profissionalizantes;
  - Compatibilidade do negócio desenvolvido com o curso ofertado.
  - ✧ Jovens de 16 a 24 anos a procura do primeiro emprego.

### 6.2. Documentos comprobatórios da situação de pobreza

Para fins de comprovação da situação de pobreza será exigido a apresentação de qualquer um dos comprovantes abaixo citado:

- Fatura de energia elétrica que demonstre o consumo de até 80 kWh mensais; ou
- Fatura da água que demonstre o consumo de até 10 (dez) metros cúbicos mensais; ou
- Comprovante de inscrição em benefícios assistenciais do Governo Federal;
- Comprovante de obtenção de rendimento mensal inferior a meio salário mínimo per capita.

## 7. Objetivos

### Geral

Qualificar pessoas oriundas de famílias com renda per capita mensal inferior a 1/2 salário mínimo, visando à melhoria de suas competências para o mercado de trabalho.

### Específicos



- Promover a qualificação social, profissional e a cultura empreendedora;
- Promover inclusão produtiva dos beneficiados das ações de qualificação, com o repasse de kit de iniciação profissional;
- Promover a articulação das ações de educação profissional com as políticas públicas complementares de desenvolvimento social e econômico no âmbito do Estado do Ceará.

## 8. Atividades

**8.1** Sub Projeto 01 e 02 - Projeto Criando Oportunidade: Qualificação Social e Profissional do Trabalhador Cearense e Concessão de Kits Instrumentais de Trabalho. (Mapp 08 e 40)

<b>Atividades</b>
a) Seleção e contratação das Entidades Executoras;
b) Seleção das demandas e orientação aos municípios sobre os critérios para implantação dos cursos;
c) Inscrição dos educandos, formação das turmas e cadastramento no Sistema de Qualificação Profissional – SQP;
d) Realização dos cursos de qualificação social e profissional;
e) Concessão de Kits Instrumentais de Trabalho;
f) Articulação da inserção dos beneficiados dos cursos no mercado de trabalho ;
g) Acompanhamento e avaliação

### **a – Seleção e contratação das Entidades Executoras.**

A seleção para contratação das entidades executoras sem fins lucrativos será feita mediante Edital de Seleção Pública, sendo amplamente divulgado em meio eletrônico através da home page da STDS – [www.stds.ce.gov.br](http://www.stds.ce.gov.br), assim como, publicado no Diário Oficial do Estado. Os critérios de: participação, seleção, pontuação e análise das propostas apresentadas se encontram devidamente estabelecido no Termo de Referência que acompanha o referido Edital.

Após a análise das propostas das instituições concorrentes, pela equipe técnica da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS e seleção das vencedoras, será elaborado convênio pelo setor jurídico, o qual será assinado pelo responsável legal da Instituição.

As entidades conveniadas serão acompanhadas e avaliadas pelo setor competente da Coordenadoria e estão sujeitas a advertência e posteriormente suspensão quando os critérios pactuados nos convênios não forem atendidos.

**Responsável:** Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda – Assessoria Jurídica da STDS

## **b – Seleção das demandas e orientação aos municípios sobre os critérios para implantação dos cursos.**

O Gerente do Projeto juntamente com a entidade executora das ações de qualificação no município promoverão encontros com os responsáveis locais para orientação sobre critérios de seleção dos jovens, formação de turmas, definição de responsabilidades do município no decorrer da realização dos cursos.

**Responsável:** Gerência e equipe técnica do projeto e entidades executoras.

## **c – Inscrição dos educandos, formação das turmas e cadastramento no Sistema de Qualificação Profissional – SQP**

A Inscrição dos educandos para os cursos serão feitas pelas demandantes, através do preenchimento de ficha de identificação contendo perfil sócio econômico, escolaridade, experiência, qualificação profissional, dentre outras informações.

Concluídas as inscrições os formulários serão repassados à entidade executora que dará andamento à formação das turmas e cadastramento dos educandos e instrutores no sistema de qualificação profissional (SQP) para efetivação das turmas.

O índice de evasão não deverá ultrapassar o percentual de 10%, caso isso ocorra, a entidade executora deverá ofertar outro curso, para cumprimento da meta.

Os alunos receberão certificados de conclusão de curso, desde que tenham sido aprovados na avaliação de conteúdo e tenham frequência igual ou superior a 75% de presença nas aulas.

**Responsável:** Entidade demandante da formação, Entidade executora e Gerente do projeto.

## **d - Realização dos cursos de qualificação social e profissional;**

Os cursos de qualificação social e profissional foram planejados a partir da demanda das prefeituras e associações dos municípios, buscando-se na medida do possível adequá-los às necessidades do mercado de trabalho local e ou do seu entorno, bem como a vocação empreendedora do público. As turmas dos cursos serão formadas por 20 alunos. Os cursos de qualificação social e profissional terão carga horária variando de 80hs a 100hs, distribuídas em 4hs diárias, os quais serão desenvolvidos em módulos, que variam entre quatro (4) e sete (7), conforme a complexidade da tipologia do curso ofertado. Um dos módulos é aplicado em todas as modalidades de cursos ofertados, por se tratar de temas de formação empreendedora e cidadã.

A fim de atender especificidades dos municípios onde serão desenvolvidos os cursos, a distribuição da carga horária diária poderá ser alterada para 6hs divididas em dois turnos ou para 8hs desde que a entidade garanta o almoço dos educandos. Ambas só podendo ser efetivadas se previamente autorizadas pelo Gestor do Projeto.

Os cursos serão planejados seguindo a nota técnica de planejamento fornecida pela Célula de Educação Social e Profissional, incluindo a utilização das ferramentas disponíveis no documento, tais como, modelo de plano de ensino, plano de aula e registro diário das atividades.

As entidades conveniadas deverão dispor de infraestrutura adequada à execução dos cursos de qualificação social e profissional, bem como garantir a contratação de serviço de instrutoria para a

realização dos cursos, com perfil adequado e qualificação comprovada por diploma, certificados ou declarações do órgão de ensino.

**Responsável:** Entidade Demandante da Formação, Entidade Executora e Gerente do Projeto Criando Oportunidades.

#### **e – Concessão de Kits de instrumental de trabalho**

Os instrumentais de trabalho constituem-se como ferramentas para criação de pequenos negócios autônomos, estimulando o egresso dos cursos de qualificação o início de uma atividade econômica. Esta ação será desenvolvida através do MAPP 40 de forma complementar ao processo de qualificação social e profissional.

Os instrumentais de trabalho de iniciação profissional serão entregues aos educandos das ações de qualificação social e profissional após serem avaliados durante sua execução sobre os seguintes aspectos: frequência igual ou superior a 75% de presença nas aulas, apresentar bom desempenho na avaliação de conteúdo das qualificações e ainda que apresentem aptidão e potencialidades para criação de empreendimentos autônomos.

Os beneficiados com os instrumentais de trabalho deverão receber orientação, incentivo e apoio para a implementação de pequenos negócios, utilizando as ferramentas repassadas.

**Responsável:** Gerência do Projeto

#### **f – Articulação da inserção dos beneficiados dos cursos no mercado de trabalho.**

Articular com os Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e outros órgãos e/ou instituições para encaminhamento dos alunos concludentes dos cursos de qualificação social e profissional ao mercado de trabalho ou a unidades de fomento de ações de inclusão produtiva, especialmente os beneficiados com kits de iniciação profissional.

Articular parceria com os Centros de Referência da Assistência Social – CRAS e com as Unidades do SINE para cadastro, intermediação de mão de obra e acompanhamento das inserções no mercado de trabalho.

Mobilizar 13% dos beneficiados com cursos de qualificação social e profissional para inserção no mercado de trabalho.

**Responsável:** Gerente do Projeto Criando Oportunidades, entidade demandante e executora.

#### **g) Acompanhamento e avaliação**

O acompanhamento dar-se-á por meio de visitas às turmas, realizadas pelos agentes de inclusão.

A avaliação será feita por meio de questionários aplicados aos jovens e educadores, cujos dados farão parte do relatório final de avaliação do projeto.

**Responsável:** Equipe técnica da CPTR, do Projeto e Entidades Executoras.

## 9. Produtos

Sub Projeto 01 e 02 - Projeto Criando Oportunidade: Qualificação Social e Profissional do Trabalhador Cearense e Concessão de Kits. (Mapp 08 e 40)

<b>Produtos</b>	<b>2015</b>	<b>Fontes de Verificação</b>
Municípios atendidos	109	Relatório final
Beneficiários qualificados.	7.500	Relatório de Cadastro do Sistema de Qualificação Profissional.
Cursos de Qualificação Social e Profissional realizadas	375	Relatório de Cadastro do Sistema de Qualificação Profissional.
Kits concedidos	3.400	Comprovante de entrega dos kits de iniciação profissional.

## 10. Metas

**Ações de Qualificação para o Projeto Criando Oportunidades e Concessão de Kits (Mapp 08 e 40)**

- Qualificar 7.500 educandos;
- Beneficiar 109 municípios com ações de Qualificação Social e Profissional.
- Encaminhar para inserção 13% dos beneficiados dos cursos de qualificação social e profissional no mercado de trabalho;
- Conceder 3.400 kits instrumentais de trabalho e
- Favorecer o desenvolvimento empreendedor de 3.400 egressos dos cursos de qualificação social e profissional.

## 11. Resultados Esperados

- ▲ Pessoas capacitadas para inserção no mercado de trabalho formal ou desenvolvendo atividades autônomas geradoras de renda em consonância com as demandas de mercado dos municípios atendidos com o projeto e seu entorno;;
- ▲ Melhoria da competitividade do trabalhador cearense para atender à demanda dos empreendimentos instalados no estado por profissionais qualificados;
- ▲ Fortalecimento do empreendedor individual através da concessão de kits instrumentais de trabalho e orientação para o crédito e formalização dos negócios gerados.

## 12. Integração das ações

O Criando Oportunidades, desenvolvido no âmbito da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, está inserido na Política do Trabalho, Emprego e Renda, e suas ações estão integradas com a área da Educação dadas a realização dos cursos de qualificação social e profissional, contemplarem abordagens pedagógicas que reforçam o aprendizado da comunicação e expressão e a política da Assistência Social, por contemplar as populações vulneráveis complementando o alcance das metas de combate a pobreza extrema.

### **13. Monitoramento**

A Célula de Educação Social e Profissional, através de seu núcleo de monitoramento das ações de capacitação, desenvolve o monitoramento contínuo das ações de qualificação desenvolvidas, buscando a melhoria da qualidade pedagógica, a eficiência e eficácia de suas ações.

O projeto Criando Oportunidades, desenvolvido no âmbito da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, terá seus cursos monitorados de forma que possam ser identificados fatores que interferem na execução das ações de qualificação social e profissional, contribuindo assim para a proposição de medidas que contribuam para o aperfeiçoamento do projeto.

Os instrumentais de monitoramento têm como objetivo identificar: o perfil socioeconômico do público atendido, o nível de aproveitamento dos cursos realizados e a qualidade pedagógica das ações de qualificação executadas.

Para o desenvolvimento das atividades de monitoramento será adotada a abordagem qualitativa, pois, entendemos que a mesma possibilita maior interação entre os pesquisados e o pesquisador. Conforme a concepção de Minayo (1994), a pesquisa qualitativa não se preocupa em quantificar, mas em explicar os meandros das relações sociais consideradas essenciais, resultado da atividade humana criadora, afetiva e racional, a qual pode ser apreendida através do cotidiano, da vivência e da explicação do senso comum. Para ela, há momentos em que o objeto de pesquisa é sujeito e se recusa peremptoriamente a se revelar apenas nos números ou a se igualar com sua própria aparência.

A referida autora ainda ressalta aspectos importantes nesse tipo de pesquisa quando diz:

“A pesquisa nessa área lida com seres humanos que, por razões culturais, de classe, de faixa etária, ou por qualquer outro motivo, têm um substrato comum de identidade com o investigador, tornando-os solidariamente imbricados e comprometidos”. (Minayo, 1994, p. 14).

Outra autora que referenda metodologias qualitativas é Haguette. Torna-se visível sua posição quanto à utilização de pressupostos dessa metodologia quando a mesma afirma categoricamente que:

“A realidade existe somente na experiência humana e ela só aparece sob a forma de como os seres humanos veem este mundo, ou seja, são os aspectos objetivos e subjetivos observáveis que compõem a realidade concreta”, (2000, p. 58).

Recorrendo novamente a Haguette (1999, apud Lazarsfeld, 1969) torna-se importante utilizar uma abordagem qualitativa em nossa pesquisa visto que o referido modelo pode ser



aplicado em situações nas quais simples observações qualitativas são usadas como indicadores do funcionamento complexo de estruturas e organizações complexas que são difíceis de submeter à observação direta.

A observação participante e a entrevista também farão parte das estratégias de monitoramento. O primeiro instrumento tem o intuito, como ressalta Gil (Ibidem), de conhecer a vida do grupo a partir do interior dele mesmo. Por conseguinte, as entrevistas virão com a intenção de obter, com maior profundidade, dados acerca do comportamento dos educandos.

#### ▲ Coleta de Dados

O monitoramento das ações propostas, ocorrerá por meio de visitas técnicas, constituídas por profissionais devidamente qualificados, que vão “in loco”, e aplicam questionários junto aos beneficiários, ao corpo técnico e pedagógico da instituição executora. Cada turma receberá no mínimo 2 visitas, sendo uma visita no início das atividades pedagógicas, para constatação objetiva da situação da turma e construção da linha de base para o acompanhamento, seguida de mais uma visita de análise das condições de ensino aprendizagem, onde são considerados: a atuação das executoras, o público prioritário, o desempenho dos educadores e educandos, a qualidade pedagógica, a adequação dos conteúdos programáticos, a carga horária, a infraestrutura, o material didático e os equipamentos necessários à execução das ações de QSP.

A seleção das turmas, em cada ação, é realizada de forma aleatória e proporcional ao número de turmas\educandos, considerando a variabilidade entre as entidades executoras em termos da quantidade e da variedade de cursos\ações oferecidas.

As visitas para coleta de dados ocorrerão por meio do Núcleo de Acompanhamento às ações de Qualificação Profissional, vinculado à Célula de Educação Social e Profissional da STDS.

#### ▲ Sistematização da base de dados

A sistematização da base de dados, considerada a segunda etapa do monitoramento, constitui-se na estruturação de um modelo de banco de dados a ser utilizado como ferramenta de auxílio à gestão e ao gerenciamento das ações desenvolvidas, sendo capaz de oferecer ao gestor do projeto, subsídios que permitam a análise qualitativa e quantitativa da execução do projeto.

Esta etapa consiste numa análise detalhada dos dados disponibilizados referentes a execução das ações de qualificação social e profissional, assim como a qualidade pedagógica do trabalho que vem sendo desenvolvido.

#### ▲ Desenvolvimento de indicadores e metas

O monitoramento através da análise sistemática dos dados coletados e do acompanhamento das ações desenvolvidas contribui para a construção de uma intervenção no sentido de subsidiar a avaliação de desempenho institucional, assim como estabelecer metas e indicadores essenciais à eficiência e eficácia da ação proposta.

##### – Análise do alcance das metas

O processo de monitoramento versa ainda sobre a análise do alcance das metas propostas, ou seja, estabelecer a diferença entre a meta pactuada e a alcançada, bem como as possíveis ameaças para o alcance das mesmas, subsidiando o gestor do projeto com informações que lhe permitam correções das fragilidades ocorridas durante a execução.

#### ▲ Elaboração ferramentas informacionais

A disseminação das informações coletadas, através das atividades de monitoramento, torna-se uma importante ferramenta de gestão para os responsáveis pelo acompanhamento e gerenciamento de projeto sociais.

A Célula de Educação Social e Profissional, em parceria com a Célula de Tecnológica da Informação da STDS, criou o Sistema de Qualificação Profissional – SQP, que tem como objetivo o gerenciamento de todas as atividades de qualificação profissional permitindo o acompanhamento em tempo real das ações que estão sendo executadas. Foram realizados treinamentos com a participação de instituições executoras, gerentes de projetos e técnicos de monitoramento para melhor domínio e utilização desta ferramenta.

O resultado do monitoramento e avaliação das ações de qualificação subsidiará os gestores e as executoras, no sentido de corrigir as “Não Conformidades” encontradas a partir das visitas técnicas realizadas às ações de qualificação. Também, proporcionarão, não só ao Orientador da Célula de Educação Social e Profissional/CESP, como também aos demais responsáveis pela Qualificação Social e Profissional na STDS, informação sobre o andamento da execução dos cursos de QSP.

Ao final das atividades a gerência do Projeto deverá apresentar um Relatório com o detalhamento das metas executadas, apresentando os indicadores que foram alcançados, principais dificuldades na implementação das atividades propostas, e os avanços que o projeto teve no ano de 2015.

### **13.1 Dados Utilizados**

Cada visita tem o seu modelo de instrumental, denominado: Relatório de Constatação Objetiva, Questionário de Avaliação pelo Supervisor, Questionário de Avaliação pelo Educador e Questionário de Avaliação pelo Educando, onde são considerados os itens: atuação das executoras, o público prioritário, o desempenho dos educadores e educandos, a qualidade pedagógica, a adequação dos conteúdos programáticos, a carga horária, a infraestrutura, o material didático e os equipamentos necessários à execução das ações de QSP.

Os dados coletados através do formulário de constatação objetiva, preenchido pelo técnico, na primeira visita que ocorre no início do curso, bem como os dos questionários estruturados, aplicados junto aos beneficiários e instrutor, durante e ao final de cada curso, serão analisados e se os dados coletados mostrarem que o curso não está transcorrendo dentro dos padrões necessários e/ou registrados no convênio, recomenda-se intervenções nestas situações, através de “comunicado de não conformidades”, para retomada da situação e para construção da linha de base para o acompanhamento, sendo todos lançados no SQP.

### **13.2 Cadastro dos Beneficiários**

A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) implantou Sistema de Monitoramento das Ações de Qualificação Profissional - SQP para o registro das informações referentes aos beneficiários, identificando-os civilmente através do registro de: dados pessoais, Número de Identificação Social – NIS, Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, filiação, endereço dentre outros dados inerentes ao que o projeto propõe-se a atender.

## **14. Pressupostos de Risco**

▲ Falta de envolvimento dos municípios para realização das atividades de divulgação, inscrição e formação de turmas;

## 15. Orçamento 2015

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$)	Valor Total (R\$)
<b>NATUREZA DA DESPESA</b>			
<b>1. DESPESAS CORRENTES</b>			
1.1. Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Contratação entidade Executora (33.50.41) Detalhamento em Anexo	<b>4.150.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.150.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.150.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.150.000,00</b>

## 16. Cronograma de Desembolso 2015

Item de Despesa	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total R\$)
<b>33.50.41</b> Sub Projeto - Ações de Qualificação para o Projeto Criando Oportunidades <b>(Mapp 08)</b>	330.000,00		495.000,00		990.000,00		990.000,00		495.000,00		<b>3.300.000,00</b>
<b>33.50.41</b> Sub Projeto – Aquisição dos Kits para o Projeto Criando Oportunidades <b>(Mapp 40)</b>	85.000,00		127.500,00		255.000,00		255.000,00		127.500,00		<b>850.000,00</b>
<b>Total (R\$)</b>	<b>415.000,00</b>		<b>622.500,00</b>		<b>1.245.000,00</b>		<b>1.245.000,00</b>		<b>622.500,00</b>		<b>4.150.000,00</b>

## 17. Distribuição dos recursos por municípios em 2015

Nº ORDEM	REGIÃO	MUNICÍPIO	BENEFICIÁRIO	Valor Qualificação	KITS	Valor Kit
1	1	Fortaleza	2240	985.600,00	1011	252.750,00
2		Aquiraz	160	70.400,00	72	18.000,00
3		Eusébio	100	34.250,00	45	11.250
4		Horizonte	60	26.400,00	27	6.750
5		Itaitinga	60	26.400,00	27	6.750
6		Maracanaú	60	26.400,00	27	6.750
7		Pacajús	60	26.400,00	27	6.750
8		Pacatuba	60	26.400,00	27	6.750
9		São Gonçalo	60	26.400,00	27	6.750
<b>TOTAL REGIÃO 01</b>			<b>2860</b>	<b>1.248.650,00</b>	<b>1290</b>	<b>322.500</b>

Nº ORDEM	REGIÃO	MUNICÍPIO	BENEFICIÁRIO	Valor Qualificação	KITS	Valor kit
1	2	Acaraú	120	52.800,00	57	14.250,00
2		Amontada	40	17.600,00	18	4.500,00
3		Barroquinha	40	17.600,00	18	4.500,00
4		Bela Cruz	40	17.600,00	18	4.500,00
5		Chaval	40	17.600,00	18	4.500,00
6		Cruz	40	17.600,00	18	4.500,00
7		Granja	120	52.800,00	57	14.250,00
8		Itapajé	40	17.600,00	18	4.500,00
9		Itarema	40	17.600,00	18	4.500,00
10		Martinópolis	40	17.600,00	18	4.500,00
11		Miraíma	40	17.600,00	18	4.500,00
12		Morrinhos	40	17.600,00	18	4.500,00
13		Pentecoste	40	17.600,00	18	4.500,00
14		Tejuçuoca	40	17.600,00	18	4.500,00
15		Tururu	40	17.600,00	18	4.500,00
16		Uruburetama	40	17.600,00	18	4.500,00
17		Uruoca	40	17.600,00	18	4.500,00
<b>TOTAL REGIÃO 02</b>			<b>840</b>	<b>369.600,00</b>	<b>384</b>	<b>96.000,00</b>



Nº ORDEM	REGIÃO	MUNICIPIO	BENEFICIÁRIO	Valor qualificação	KITS	Valor kit
1	3	Alcântaras	40	17.600,00	18	4.500,00
2		Carnaubal	40	17.600,00	18	4.500,00
3		Cariré	40	17.600,00	18	4.500,00
4		Coreaú	40	17.600,00	18	4.500,00
5		Croatá	40	17.600,00	18	4.500,00
6		Frecheirinha	40	17.600,00	18	4.500,00
7		Graça	40	17.600,00	18	4.500,00
8		Guaraciaba do Norte	40	17.600,00	18	4.500,00
9		Hidrolândia	40	17.600,00	18	4.500,00
10		Ibiapina	40	17.600,00	18	4.500,00
11		Ipu	40	17.600,00	18	4.500,00
12		Irauçuba	40	17.600,00	18	4.500,00
13		Meruoca	40	17.600,00	18	4.500,00
14		Moraújo	40	17.600,00	18	4.500,00
15		Mucambo	40	17.600,00	18	4.500,00
16		Pacujá	40	17.600,00	18	4.500,00
17		Pires Ferreira	40	17.600,00	18	4.500,00
18		Reriutaba	40	17.600,00	18	4.500,00
19		Santana do Acaraú	40	17.600,00	18	4.500,00
20		São Benedito	120	52.800,00	57	14.250,00
21		Senador Sá	40	17.600,00	18	4.500,00
22		Varjota	40	17.600,00	18	4.500,00
23		Viçosa do Ceará	120	52.800,00	58	14.500,00
	<b>TOTAL REGIÃO 3</b>		<b>1080</b>	<b>474.450,00</b>	<b>490</b>	<b>123.250,00</b>

Nº ORDEM	REGIÃO	MUNICIPIO	BENEFICIÁRIO	Valor qualificação	KITS	Valor kit
1	4	Aiuaba	40	17.600,00	18	4.500,00
2		Ararendá	40	17.600,00	18	4.500,00
3		Catunda	40	17.600,00	18	4.500,00
4		Crateús	40	17.600,00	18	4.500,00
5		Independência	40	17.600,00	18	4.500,00
6		Ipaporanga	40	17.600,00	18	4.500,00
7		Ipueiras	120	52.800,00	57	14.250,00
8		Monsenhor Tabosa	40	17.600,00	18	4.500,00
9		Nova Russas	40	17.600,00	18	4.500,00

10		Novo Oriente	40	17.600,00	18	4.500,00
11		Parambu	40	17.600,00	18	4.500,00
12		Poranga	40	17.600,00	18	4.500,00
13		Quiterianópolis	40	17.600,00	18	4.500,00
14		Tamborila	40	17.600,00	18	4.500,00
15		Tauá	40	17.600,00	18	<b>4.500,00</b>
	<b>TOTAL REGIÃO 4</b>		<b>680</b>	<b>299.200,00</b>	<b>309</b>	<b>77.250,00</b>

Nº ORDEM	REGIÃO	MUNICÍPIO	BENEFICIÁRIO	Valor qualificação	KITS	Valor kit
1	5	Banabuiú	40	17.600,00	18	4.500,00
2		Boa Viagem	120	52.800,00	57	14.250,00
3		Canindé	120	52.800,00	57	14.250,00
4		Choró	40	17.600,00	18	4.500,00
5		Ibaretama	40	17.600,00	18	4.500,00
6		Ibicuitinga	40	17.600,00	18	4.500,00
7		Itatira	40	17.600,00	18	4.500,00
8		Mombaça	40	17.600,00	18	4.500,00
9		Paramoti	40	17.600,00	18	4.500,00
10		Pedra Branca	40	17.600,00	18	4.500,00
11		Piquet Carneiro	40	17.600,00	18	4.500,00
12		Senador Pompeu	40	17.600,00	18	4.500,00
	<b>TOTAL REGIÃO 5</b>		<b>640</b>	<b>281.600,00</b>	<b>294</b>	<b>73.500,00</b>

Nº ORDEM	REGIÃO	MUNICÍPIO	BENEFICIÁRIO	Valor qualificação	KITS	Valor kit
1	6	Aratuba	40	17.600,00	18	4.500,00
2		Aracoiaba	40	17.600,00	18	4.500,00
3		Palmácia	40	17.600,00	18	4.500,00
4		Redenção	40	17.600,00	18	4.500,00
	<b>TOTAL REGIÃO 06</b>		<b>160</b>	<b>70.400,0</b>	<b>72</b>	<b>18.000,00</b>

Nº ORDEM	REGIÃO	MUNICÍPIO	BENEFICIÁRIO	Valor qualificação	KITS	Valor kit
1	7	Jaguaribe	40	17.600,00	18	4.500,00
2		Jaguaritama	40	17.600,00	18	4.500,00
3		Pereiro	40	17.600,00	18	4.500,00
<b>TOTAL REGIÃO 07</b>			<b>120</b>	<b>52.800,00</b>	<b>54</b>	<b>13.500,00</b>

Nº ORDEM	REGIÃO	MUNICÍPIO	BENEFICIÁRIO	Valor FECOP 2015	KITS	Valor kit
1	8	Abaiara	40	17.600,00	18	4.500,00
2		Acopiara	120	52.800,00	57	14.250,00
3		Antonina do Norte	40	17.600,00	18	4.500,00
4		Araripe	40	17.600,00	18	4.500,00
5		Assaré	40	17.600,00	18	4.500,00
6		Aurora	40	17.600,00	18	4.500,00
7		Brejo Santo	40	17.600,00	18	4.500,00
8		Campos Sales	40	17.600,00	18	4.500,00
9		Caririaçu	40	17.600,00	18	4.500,00
10		Farias Brito	40	17.600,00	18	4.500,00
11		Jardim	40	17.600,00	18	4.500,00
12		Jucás	40	17.600,00	18	4.500,00
13		Lavras da Mangabeira	40	17.600,00	18	4.500,00
14		Mauriti	40	17.600,00	18	4.500,00
15		Milagres	40	17.600,00	18	4.500,00
16		Missão Velha	40	17.600,00	18	4.500,00
17		Nova Olinda	40	17.600,00	18	4.500,00
18		Orós	40	17.600,00	18	4.500,00
19		Penaforte	40	17.600,00	18	4.500,00
20		Porteiras	40	17.600,00	18	4.500,00
21		Potengi	40	17.600,00	18	4.500,00
22		Saboeiro	40	17.600,00	18	4.500,00
23		Salitre	40	17.600,00	18	4.500,00
24		Santana do Cariri	40	17.600,00	18	4.500,00
25		Umari	40	17.600,00	18	4.500,00
26		Várzea Alegre	40	17.600,00	18	4.500,00
<b>TOTAL REGIÃO 08</b>			<b>1120</b>	<b>492.800,00</b>	<b>507</b>	<b>126.750,00</b>

<b>TOTAL GERAL</b>	<b>108</b>	<b>7.500</b>	<b>3.300.000,00</b>	<b>3.400</b>	<b>850.000,00</b>
--------------------	------------	--------------	---------------------	--------------	-------------------

## 18. Responsável pelo Projeto

Coordenadoria Gerência	/Coordenadoria de Promoção do Trabalho, Emprego e Renda
Técnico	Edianny Lima da Silva
E-mail	Edianny.lima@stds.ce.gov.br
Fone	85 - 3101-4464

**Anexo 1**  
**MARCO LÓGICO**  
**(Criando Oportunidades – MAPP 8/40)**

<b>Cadeia Lógica de Objetivos</b>	<b>Descrição</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Meios de Verificação</b>	<b>Riscos</b>
<b>Impactos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento da renda dos concludentes</li> <li>- Fortalecimento das atividades empreendedoras através da concessão de kits instrumentais de trabalho</li> <li>- Mudança socioeconômica e comportamental de pessoas atendidas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- % de beneficiários com aumento de renda</li> <li>- % de MEI's consolidados</li> <li>- % de jovens com novas perspectivas sociais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pesquisa com os egressos realizada após 1 ano da conclusão dos cursos</li> <li>- Pesquisa com educandos na inscrição do curso</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Perca de contato com os jovens egressos</li> </ul>
<b>Resultados</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento da renda dos concludentes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- % de beneficiários com aumento de renda</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Lista de entrega dos kits</li> </ul>	-
<b>Produtos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- cursos de qualificação social e profissional (QSP)</li> <li>- Kits concedidos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de cursos de QSP realizadas</li> <li>- Número de kit's entregues</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relatório de acompanhamento dos Sistemas Gerenciais da STDS</li> <li>- Lista de entrega dos kits</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de apoio municipal para realizar as ações de QSP</li> </ul>
<b>Atividades</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar cursos de QSP para pessoas em situação de vulnerabilidade social.</li> <li>- Encaminhar concludentes ao Sine</li> <li>-Firmar Parceria com os municípios</li> <li>-Firmar Parceria com empresas e entidades</li> <li>- Firmar Convênio com entidades executoras</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de cursos de QSP realizados para pessoas em situação de vulnerabilidade social</li> <li>- Número de pessoas encaminhadas</li> <li>- Número de parcerias realizadas com municípios, entidades e empresas</li> <li>- Convênios firmados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relatório de acompanhamento dos Sistemas Gerenciais da STDS</li> <li>- Comprovante de inscrição do Sistema Mais Emprego</li> <li>- Termo de cooperação técnica</li> <li>- Cópia dos convênios</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de apoio municipal para realizar as ações de QSP</li> <li>- Atraso na licitação gerando morosidade nos convênios de execução</li> </ul>



<b>Insumos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Recursos do FECOP</li> <li>- Equipe multidisciplinar da STDS</li> <li>- Equipe multidisciplinar das entidades executoras</li> </ul>	% de recurso executado	- Relatório de execução orçamentária	
----------------	--	------------------------	--------------------------------------	--



**Governo do Estado do Ceará**  
**Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS**

**Projeto: Juventude Empreendedora**

(Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)

**Janeiro/2015**

<b>Secretaria</b>	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS
<b>Programa</b>	049 – Trabalho, Emprego e Renda
<b>Mapp</b>	23 – Juventude Empreendedora
<b>Período de Execução</b>	Fevereiro a Dezembro – 2015
<b>Categoria:</b>	Estruturantes – Ocupação e Renda – Inclusão Produtiva Urbana

## 1. Descrição do Projeto

A **Política do Trabalho, Emprego e Renda** tem por público - alvo os trabalhadores em geral, porém, na prática, os seus maiores beneficiários são as pessoas socialmente vulneráveis, com menor nível de escolaridade, de qualificação profissional, de renda familiar e, conseqüentemente, com maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

O projeto Juventude Empreendedora foi desenvolvido para despertar o espírito empreendedor em jovens de 17 a 24 anos de idade, com renda per capita mensal inferior a meio ( ½ ) salário-mínimo, matriculados em escolas públicos, através de cursos de qualificação e vivência prática em empreendedorismo. Os jovens produzem ao longo do curso um “projeto de vida profissional”, contendo objetivos e metas, entre outras informações, planejando o seu futuro pessoal e profissional ao longo do curso e após o término do curso. São 420hs/aula de curso divididos em 8 (oito) módulos, tendo duração de 6 (seis) meses. A área de atuação corresponde a nove municípios do interior do Estado.

## 2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

O projeto Juventude Empreendedora está vinculado à Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda, sendo apresentado como um instrumento não somente de capacitação de jovens, mas, também, de fomento à geração de emprego e renda por meio de incentivo às atividades empreendedoras, junto ao segmento da juventude.

O projeto atende às diretrizes da atual gestão, no que se refere à prioridade de atendimento para o segmento da juventude, em especial aquela mais vulnerável em nosso Estado. É executado de forma articulada com as demais ações de Governo, contribuindo para a inserção dos jovens cearenses no mercado de trabalho, por meio da qualificação social e profissional.

As ações desenvolvidas no âmbito do projeto contribuem para o alcance do resultado estratégico de Governo “Ceará competitivo nas suas vocações e nas novas oportunidades” e do Resultado Estratégico Setorial “Geração de Oportunidades de Trabalho, Emprego e Renda”.

Os objetivos e as estratégias da área de educação social e profissional da STDS estão em sintonia com a política de qualificação desenvolvida no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), cujo foco é promover gradativamente a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação, com vistas a contribuir para o aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho decente, além da participação em processos de geração de oportunidades de trabalho e renda, inclusão social, combate à discriminação, redução da pobreza e da vulnerabilidade social da população.

As atividades propostas no projeto contribuem para o alcance das metas estabelecidas no PPA 2012-2015 do Governo do Estado do Ceará, fazendo parte do Eixo: Sociedade Justa e Solidária, através do Programa 049 - Trabalho, Emprego e Renda; Objetivo 003 - Qualificar e requalificar trabalhadores e empreendedores, visando à melhoria das competências para o mercado de trabalho; Meta 00325 - Qualificar e requalificar 6.653 trabalhadores, Meta 01036 -Conceder 1.800 instrumentais de trabalho para trabalhadores qualificados e Meta 01805 - Capacitar 2.724 micro

empreendedores. Iniciativa 03298 - Apoio ao desenvolvimento local e regional, visando à sustentabilidade e o combate à extrema pobreza e Iniciativa 03300- Apoio à organização social produtiva de micro e pequenos empreendedores.

### **3. Diagnóstico**

O Ceará representa aproximadamente 4% da população total do Brasil, mas, reúne mais de 9% de toda a população extremamente pobre brasileira quando medida pela linha de miséria adotada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Cerca de 90% do território cearense encontra-se inserido no semiárido. Além disso, verifica-se também, que a região metropolitana de Fortaleza responde pela maior parte dos empregos formais do Estado e por mais de 60% do Produto Interno Bruto (PIB) cearense, portanto, pode-se supor que exista, no Ceará, uma forte dependência espacial da miséria, com uma distribuição desigual da mesma em nível de municípios.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego é mais elevada entre os jovens brasileiros. O índice chega a 23% para aqueles que têm entre 15 e 17 anos e 13,4% entre os que têm de 18 a 24 anos. A baixa escolaridade e a falta de qualificação são os principais fatores destes resultados, conseqüentemente, o jovem que não tem instrução tem mais dificuldade de conseguir uma colocação no mercado de trabalho.

É importante destacar que a taxa de desemprego dos jovens do Ceará é aproximadamente o triplo da taxa de desemprego total do Estado. O desemprego juvenil é um sério problema, pois é muito alto, vem crescendo mais que o desemprego total, o que tornou necessária a criação de políticas públicas que tentam diminuí-lo e conseqüentemente, minimizar os efeitos desse desemprego sobre a sociedade.

Entre as causas do desemprego juvenil estão: a reestruturação produtiva, a adoção das novas tecnologias e formas de gestão da força de trabalho. A partir dessas transformações, as empresas estão menos dependentes de mão de obra e demandantes de maior capacitação profissional para que possam contratar um trabalhador.

Deste modo, há uma responsabilidade central do sistema produtivo na produção e ampliação do desemprego dos jovens, fato que exige do poder público uma intervenção no desenvolvimento de ações de qualificação profissional que possam assegurar a inserção dos jovens no mundo do trabalho, uma vez que o desemprego juvenil coloca em risco o desenvolvimento da sociedade, pois força os jovens a retardarem o ingresso no mercado de trabalho e amplia a dependência da família e das políticas públicas.

Vale salientar que, inclusive em períodos de crescimento econômico e de diminuição do desemprego total, o desemprego dos jovens não tem demonstrado tendência à queda, ou, pelo menos, na mesma proporção que para a população adulta. Um dos principais motivos para isso é o fato de não existirem empregos para todos, o que faz os adultos competirem com o segmento

juvenil por ocupações que eram a 'porta de entrada' dos jovens no mercado de trabalho (*office boys*, meio oficiais da indústria, entre outros). Estes fatores quando identificados, facilita a eficiência das políticas públicas de inclusão do jovem no mundo do trabalho e como consequência a redução da miséria.

As consequências do desemprego juvenil são perversas, uma vez que ele ameaça a integração social e o desenvolvimento socioeconômico dos jovens, tornando-os muito dependentes das políticas públicas e do auxílio familiar. O desemprego acarreta ainda um tempo maior para os jovens constituírem uma nova família.

O desemprego dos jovens tem como consequência o aumento da vulnerabilidade juvenil, tendo em vista que expõe os jovens a uma situação de desespero, impotência e risco. Pelo fato de atingir atualmente milhões de brasileiros e ampliar o círculo de pobreza, o desemprego juvenil precisa de atenção especial do Estado e da sociedade.

Este quadro se reproduz no Estado do Ceará, o que requer uma intervenção que, a curto e médio prazo, possa possibilitar à juventude cearense o ingresso no mundo do trabalho, trazendo em sua trajetória de vida, o acesso à formação profissional, traduzindo-se em um diferencial no momento em que ele se apresenta ao mercado de trabalho, que a cada dia torna-se mais escasso e conseqüentemente mais exigente de profissionais preparados para assumir os novos desafios que são postos para o desenvolvimento e crescimento do Estado.

Por meio do desemprego juvenil e da ampliação da exclusão social, os jovens passam a ter obstáculos crescentes, em alguns casos intransponíveis, para sustentar as condições de vida e trabalho de sua família de origem. Somente com o desenvolvimento de uma ação contínua do Estado, em investimentos que garantam a qualificação profissional do jovem, com uma nova perspectiva de acesso ao mundo do trabalho que não se restrinja ao emprego formal, será possível a transformação desta realidade.

#### **4. Justificativa**

Capacitar é tornar uma pessoa habilitada para o desempenho de uma função. É qualificar a pessoa para determinado trabalho, quer seja dele próprio ou a serviço de outros. Este tipo de investimento do poder público, quando direcionado para o público jovem, alcança ainda maior relevância levando-se em consideração que, praticamente, um jovem tem 3 vezes menos oportunidade de inserção no mundo do trabalho do que uma pessoa adulta.

A importância da capacitação profissional para a vida da juventude encontra-se na possibilidade de acesso às oportunidades de trabalho que, por sua vez, têm suas características modificadas a cada dia. No Ceará, a juventude representa um exército de excluídos que demanda a atenção e atuação do poder público, para dotá-los de um mecanismo que viabilize o acesso a melhores condições de capital físico, humano e social, por meio de iniciativas de qualificação profissional.



A qualificação profissional com foco no empreendedorismo, não só dá condições para o exercício de determinadas profissões, como também objetiva preparar para o mundo do trabalho e para o mundo do próprio negócio, oferecendo oportunidade de uma melhor adaptação ao mercado competitivo, uma vez que a pessoa deverá estar pronta, com hábitos e atitudes, condizentes às exigências desse mercado.

O projeto Juventude Empreendedora apresenta-se como um diferencial na vida dos jovens, pois, além da formação profissional, propõe uma formação cidadã e empreendedora, através de atividades que possibilitem a construção de um projeto de vida desse público-alvo, ajudando-o à aprimorar suas habilidades para executar funções que irão além das exigências específicas para o exercício profissional, preparando-o para uma intervenção cidadã no meio em que vive.

No mundo atual e globalizado em que vivemos, o mercado de trabalho mostra-se cada vez mais exigente e a busca por uma colocação profissional ou o sucesso com seu próprio negócio, não é mais uma questão de empenho ou de sorte, mas, de qualificação. Diante desse desafio, a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social vem ao longo dos últimos quatro anos oportunizando ações de qualificação profissional aos jovens cearenses através do projeto Juventude Empreendedora. Entende-se que a qualificação profissional deve ser vista como fator determinante para o futuro, uma vez associada a outros fatores, a exemplo do acesso ao crédito, poderá contribuir para a inserção dos jovens no mundo do trabalho, em especial, daqueles que não conseguem alcançar o tão almejado emprego formal e/ou apresentam potencialidades e espírito empreendedor, alimentando, portanto, chances reais de crescimento pessoal.

## 5. Histórico

O projeto Juventude Empreendedora foi aprovado junto ao FECOP no ano de 2008 e ao longo dos últimos cinco anos, vem contribuindo para a formação empreendedora da juventude cearense. O projeto já qualificou 2.336 jovens em 45 municípios do Estado, contribuindo para geração de renda e inclusão social por meio do trabalho, de maneira alternativa ao emprego formal, uma vez que desenvolve o espírito empreendedor do jovem, assim como o incentiva na busca por formas alternativas geradoras de renda, associado à criatividade, empreendedorismo, elevação de escolaridade e construção de um projeto de vida que estimule o crescimento pessoal e o desenvolvimento local do ambiente onde o jovem se encontra.

<b>Ano</b>	<b>Valor Total Aplicado</b>	<b>Valor FECOP</b>	<b>Valor Tesouro</b>	<b>Nº de Beneficiários</b>
2008	1.416.225,00	708.112,50	708.112,50	500
2009	1.286.594,17	1.286.594,17	0,00	500
2010	1.350.000,00	1.350.000,00	0,00	450
2011	1.410.249,09	1.410.249,09	0,00	450
2012	1.480.762,36	1.480.762,36	0,00	436
2013	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	450
2014	1.550.000,00	1.550.000,00	0,00	450

## 6. Público - alvo

- Jovens de 17 a 24 anos, com renda *per capita* familiar inferior a meio salário-mínimo, em situação de vulnerabilidade social.

### **6.1. Critérios adotados para a seleção dos beneficiários**

- Renda per capita familiar inferior a meio (1/2) salário-mínimo;
- Estar regularmente matriculados em escola pública;
- Atendimento prioritário àqueles que se encontram em situação de risco pessoal e social e que pertençam às famílias que não estejam engajadas em nenhum programa social similar.

### **6.2 Documentos comprobatórios da situação de pobreza**

Para fins de comprovação da situação de pobreza será exigido a apresentação de dos documentos abaixo discriminados:

- Fatura de energia elétrica que demonstre o consumo de até 80 kwh mensais; ou
- Fatura da água que demonstre o consumo de até 10 (dez) metros cúbicos mensais; ou
- Comprovante de inscrição em benefícios assistenciais do Governo Federal;
- Comprovante de obtenção de rendimento mensal inferior a meio salário-mínimo por membro do núcleo familiar

## **7. Objetivos**

### **Geral**

Promover a formação do jovem através da capacitação técnica, do desenvolvimento de valores de responsabilidade social e da cultura empreendedora, possibilitando sua inserção no mundo do trabalho.

### **Específicos**

- Promover formação básica na área de empreendedorismo social, meio ambiente, mercado de trabalho, além de promover formação em conhecimentos específicos; para jovens, de 17 a 24 anos, em situação de vulnerabilidade social,
- Orientar os educandos, através de uma equipe multidisciplinar, a elaborar um “projeto de vida”, onde são adotadas metodologias, através das quais é possível os jovens planejarem seu futuro;
- Encaminhar para o mercado de trabalho, os jovens qualificados, utilizando a intermediação de mão de obra do IDT, que realizará a captação de vagas junto às empresas.

## **8. Atividades / Detalhamento das atividades**

O IDT é a entidade que executa este projeto e as atividades são realizadas através de instrumento jurídico a ser definido pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS.

<b>ATIVIDADES</b>
↳ Definição da equipe de gestão
b) Seleção dos municípios a serem atendidos
c) Inscrição e seleção dos jovens
d) Realização do primeiro módulo de formação cidadã e empreendedorismo social
e) Realização do módulo de qualificação profissional, em conformidade com o arco ocupacional de acordo com pesquisa de potencialidades locais.
f) Elaboração de “Projetos de Vida” dos 895 jovens beneficiados.
g) Supervisão da execução das ações de qualificação social e profissional.
h) Elaboração do relatório parcial de execução (trimestral).
i) Elaboração do relatório final de execução.

#### **a) Definição da equipe de gestão**

Consiste na etapa de planejamento do projeto, na qual é selecionada a equipe que será responsável pela gestão do projeto. A equipe realizará o monitoramento e avaliação, além de quantificar, qualificar e definir as atribuições de cada membro da equipe do projeto e do agente de inclusão.

Responsável: equipe técnica da STDS/Célula de Educação Social e Profissional.

#### **b) Seleção dos municípios a serem atendidos**

Consiste na etapa inicial do projeto, na qual a equipe técnica da STDS, baseada em dados do mercado de trabalho, situação de vulnerabilidade social e perfil socioeconômico do município, define quais os que serão beneficiados com o projeto. Após selecionados, os municípios assinam um Termo de Cooperação Técnica.

Responsável: equipe técnica da STDS/Célula de Educação Social e Profissional.

#### **c) Inscrição e seleção dos jovens**

O processo de inscrição dos jovens ocorre no município de realização da ação, devidamente acompanhado pelo Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, Gerência do Projeto representando a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, um representante do município, com a participação ainda de representantes dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS e do Conselho Tutelar. Serão obedecidos os critérios estabelecidos pelo projeto e em consonância com a legislação pertinente do FECOP.

Responsável: gerência do projeto JUVEMP.

#### **d) Realização do primeiro módulo de formação cidadã e empreendedorismo social**

Após o processo de inscrição e seleção dos jovens, é iniciado o primeiro módulo, o de formação básica, que envolve conhecimento na área do empreendedorismo, meio ambiente, juventude e mercado de trabalho.

Responsável: IDT (contratado para este fim).

#### **e) Realização do módulo de qualificação profissional em conformidade com o arco ocupacional, de acordo com pesquisa de potencialidades locais.**

Concluído o módulo básico, é realizada uma pesquisa de mercado sobre as potencialidades locais e a equipe do IDT define qual curso será realizado para sua qualificação profissional. Nesta etapa, a entidade executora passa a desenvolver as atividades de formação profissional, de forma a assegurar ao educando a conclusão de seu curso e sua formação profissional articulada com as necessidades de empregabilidade que o mercado de trabalho local oferece.

Responsável: IDT (contratado para este fim).

#### **f) Elaboração de “Projetos de Vida” dos 895 jovens beneficiados**

O projeto tem caráter multidisciplinar, sendo os educandos acompanhados por uma equipe de psicólogos, pedagogos e assistentes sociais, que orientam aos participantes a construção de um “projeto de vida”. Adotam-se metodologias através das quais é possível os jovens planejarem seu futuro e estabelecer metas que deverão ser cumpridas durante e após a conclusão da ação de qualificação.

Responsável: equipe técnica do IDT.

#### **g) Supervisão da execução das ações de qualificação social e profissional**

O processo de supervisão das ações de qualificação profissional ocorrerá através de visita *in loco*, nas 45 turmas de qualificação profissional, visando acompanhar o processo de ensino e aprendizagem, as condições físicas dos locais dos cursos, assim como fatores que possam contribuir para a eficiência e eficácia da ação proposta.

Responsável: equipe técnica do IDT

#### **h) Elaboração do relatório parcial de execução (trimestral)**

A gerência do projeto deverá apresentar um relatório parcial (trimestral), com o detalhamento das metas executadas, apresentando os indicadores que foram alcançados, principais dificuldades na implementação das atividades propostas, e os avanços que o projeto teve durante os três primeiros meses de execução.

Responsável: gerência do projeto JUVEMP.

#### **i) Elaboração do relatório final de execução**

Ao final das atividades, a gerência do projeto deverá apresentar um relatório com o detalhamento das metas executadas, apresentando os indicadores que foram alcançados, principais dificuldades na implementação das atividades propostas e os avanços que o projeto teve no ano de 2015.

Responsável: gerência do projeto JUVEMP.

## 9. Produtos

Produtos	2014	Fontes de Verificação
Educandos Capacitados	895	Relatório de supervisão, frequência dos educandos.
Jovens com Projetos de Vidas Elaborados	895	Fotos das oficinas realizadas Projetos elaborados

## 10. Metas

- Capacitar 895 jovens para atuar como agentes de mudança na comunidade.
- Executar 45 (quarenta e cinco) turmas de Empreendedorismo Social e 45 (quarenta e cinco) turmas de Conhecimentos Específicos (profissionalização), com 20 (vinte) alunos em cada uma, no período de março a dezembro;
- Elaborar, "Projetos de Vida Profissional" dos 895 jovens beneficiados para a execução, a curto e longo prazo.

## 11. Resultados Esperados

- ▲ Identificação de demandas qualificadas por educação profissional nos municípios atendidos com o projeto.
- ▲ Incentivo ao desenvolvimento de atividades empreendedoras nos municípios atendidos com o projeto;
- ▲ População jovem dos municípios atendidos com formação empreendedora e estímulo ao desenvolvimento de políticas de sustentabilidade local;
- ▲ Inserção de no mínimo 20% dos jovens qualificados no mercado de trabalho formal ou em formas alternativas geradoras de renda.
- ▲ Existência de mão de obra jovem qualificada em consonância com as demandas de empregabilidade dos municípios atendidos com o projeto e seu entorno;
- ▲ Jovens com um projeto de vida elaborado, para subsidiar seu crescimento pessoal e profissional.

## 12. Integração das ações

O Juvemp integra-se internamente com a Coordenadoria do Empreendedorismo da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, auxiliando os jovens após o término da ação de qualificação e externamente com o IDT, responsável pela execução do projeto, com os municípios beneficiados



com o projeto.

### **13. Monitoramento**

A Célula de Educação Social e Profissional, através de seu Núcleo de Monitoramento das Ações de Capacitação, desenvolve um monitoramento contínuo e de forma sistematizada, buscando a melhoria da qualidade pedagógica, a eficiência e eficácia das ações.

O projeto Juventude Empreendedora, desenvolvido no âmbito da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS, terá suas ações monitoradas de forma que possam ser identificados fatores que interferem na execução das ações de qualificação social e profissional, contribuindo assim para a proposição de medidas que contribuam para o aperfeiçoamento do projeto.

Os instrumentais de monitoramento têm como objetivo identificar:

- Perfil sócio econômico do público atendido;
- Nível de aproveitamento dos cursos realizados; e
- Qualidade Pedagógica das Ações de Qualificação executadas.

A observação direta, participativa e a entrevista farão parte das estratégias de monitoramento. A observação participante tem o intuito, como ressalta Gil (ibidem), de conhecer a vida do grupo a partir do interior dele mesmo. Por conseguinte, as entrevistas virão com a intenção de obter, com mais profundidade, dados acerca do comportamento dos educandos.

#### Coleta de Dados

O monitoramento das ações propostas ocorrerão por meio de visitas técnica constituída por profissionais devidamente qualificados, que vão "in loco", e aplicam questionários junto aos beneficiários, ao corpo técnico e pedagógico da instituição executora, cada turma receberá no mínimo 2 visitas, sendo uma visita no início das atividades pedagógicas para constatação objetiva da situação da turma e construção da linha de base para acompanhamento, seguida de mais uma visita de análise das condições de ensino aprendizagem, onde são considerados: a atuação das executoras, o público prioritário, o desempenho dos educadores e educandos, a qualidade pedagógica, a adequação dos conteúdos programáticos, a carga horária, a infraestrutura, o material didático e os equipamentos necessários à execução das ações de QSP.

A seleção das turmas, em cada ação, é realizada de forma aleatória e proporcional ao número de turmas\educandos, considerando a variabilidade entre as entidades executoras em termos da quantidade e da variedade de cursos\ações oferecidas.

As visitas para coleta de dados ocorrerão por meio do Núcleo de Acompanhamento as Ações de Qualificação Profissional, vinculado a Célula de Educação Social e Profissional da STDS.

#### Sistematização da base de dados

A sistematização da base de dados, considerada a segunda etapa do monitoramento, constitui-se na estruturação de um modelo de banco de dados a ser utilizado como ferramenta de auxílio à gestão e ao gerenciamento das ações desenvolvidas, sendo capaz de oferecer ao gestor do projeto subsídios que permitam a análise da execução do projeto.

Esta etapa consiste numa análise detalhada dos dados disponibilizados referentes a execução das ações de qualificação social e profissional, assim como a qualidade pedagógica do trabalho que vem sendo desenvolvido.

#### Desenvolvimento de indicadores e metas

O monitoramento através da análise sistemática dos dados coletados e do acompanhamento das ações desenvolvidas contribui para a construção de uma intervenção no sentido de subsidiar a ava-

liação de desempenho institucional, assim como estabelecer metas e indicadores essenciais à eficiência e eficácia da ação proposta.

### Análise do alcance das metas

O processo de monitoramento versa ainda sobre a análise do alcance das metas propostas, ou seja, estabelecer a diferença entre a meta pactuada e a alcançada, bem como as possíveis ameaças para o alcance das mesmas, subsidiando o gestor do projeto com informações que lhe permitam correções das fragilidades ocorridas durante a execução.

### Elaboração ferramentas informacionais

A disseminação das informações coletadas através das atividades de monitoramento torna-se uma importante ferramenta de gestão para os responsáveis pelo acompanhamento e gerenciamento de projeto sociais.

A Célula de Educação Social e Profissional, em parceria com a Célula de Tecnológica da Informação da STDS, criou o Sistema de Qualificação Profissional – SQP, que tem como objetivo o gerenciamento de todas as atividades de qualificação profissional permitido o acompanhamento em tempo real das ações que estão sendo executadas. Foram realizados treinamentos com a participação de instituições executoras, gerentes de projetos e técnicos de monitoramento para melhor domínio e utilização desta ferramenta.

O resultado do monitoramento e avaliação das ações de qualificação subsidiará os gestores e as executoras, no sentido de corrigir as “Não Conformidades” encontradas a partir das visitas técnicas realizadas às ações de qualificação. Também, proporcionarão, não só ao Orientador da Célula de Educação Social e Profissional/CESP, como também aos demais responsáveis pela Qualificação Social e Profissional na STDS, informação sobre o andamento da execução dos cursos de QSP.

Ao final das atividades a gerência do Projeto deverá apresentar um Relatório com o detalhamento das metas executadas, apresentando os indicadores que foram alcançados, principais dificuldades na implementação das atividades propostas, e os avanços que o projeto teve no ano de 2015.

## **13.1 Dados Utilizados**

Cada visita tem o seu modelo de instrumental denominados: Relatório de Constatação Objetiva, Questionário de Avaliação pelo Supervisor, Questionário de Avaliação pelo Educador e Questionário de Avaliação pelo Educando, onde são considerados os itens: atuação das executoras, o público prioritário, o desempenho dos educadores e educandos, a qualidade pedagógica, a adequação dos conteúdos programáticos, a carga horária, a infraestrutura, o material didático e os equipamentos necessários à execução das ações de QSP.

Os dados coletados através do formulário de constatação objetiva preenchido pelo técnico durante as visitas, bem como os dos questionários estruturados, aplicados junto aos beneficiários e instrutor, ao final de cada curso, serão analisados e se os dados coletados mostrarem que o curso não está transcorrendo dentro dos padrões necessários e/ou registrados no convênio, recomenda-se intervenções nestas situações, através de “comunicado de não conformidades”, para retomada da situação e para construção da linha de base para o acompanhamento, sendo todos lançados no SQP.

## **13.2 Cadastro dos Beneficiários**

A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) implantou Sistema de Monitoramento das Ações de Qualificação Profissional (SQP) para o registro das informações referentes aos beneficiários, identificando-os civilmente como: dados pessoais, NIS, documentação (CPF), filiação, endereço dentre outros aspectos inerentes ao que o projeto propõe-se a atender.

Os **dados estão organizados** por convênio/contrato e ano de execução, permitindo uso de filtros de pesquisa para fins de facilitar futuras avaliações.

#### 14. Pressupostos de Risco

- ✦ Atraso na formalização do Contrato de Gestão com o IDT entidade executora do projeto;
- ✦ Dificuldade de envolvimento dos municípios no acompanhamento da realização dos cursos de capacitação.

#### 15. Orçamento 2015

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$)	Valor Total (R\$)
<b>NATUREZA DA DESPESA</b>	<b>1.450.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.450.000,00</b>
<b>1. DESPESAS CORRENTES</b>			
1.1. Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - Contratação entidade Executora - (335039)	1.450.000,00	0,00	1.450.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.450.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.450.000,00</b>

## 16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

Item de Despesa	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Total
335039 – Contração entidade Executora	181.250,00	181.250,00	181.250,00	181.250,00	181.250,00	181.250,00	181.250,00	181.250,00	1.450.000,00
<b>Total</b>	<b>181.250,00</b>	<b>181.250,00</b>	<b>181.250,00</b>	<b>181.250,00</b>	<b>181.250,00</b>	<b>181.250,00</b>	<b>181.250,00</b>	<b>181.250,00</b>	<b>1.450.000,00</b>

## 17. Distribuição dos Recursos por Municípios em 2015

Nº de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (2015)	Pessoas Beneficiadas
1	MR 1 – Região Metropolitana	Horizonte	64.800,00	40
<b>TOTAL MR 1</b>			<b>64.800,00</b>	<b>40</b>
2	MR 6 – Baturité	Aratuba	64.800,00	40
3		Baturité	64.800,00	40
4		Itapiúna	64.800,00	40
<b>TOTAL MR 6</b>			<b>194.400,00</b>	<b>120</b>
5	MR 7 – Litoral Leste	Aracati	64.800,00	40
6		Beberibe	64.800,00	40
7		Fortim	64.800,00	40
8		Itaiçaba	64.800,00	40
9		Limoeiro do Norte	129.600,00	80
10		Morada Nova	129.600,00	80
11		Tabuleiro do Norte	64.800,00	40
<b>TOTAL MR 7</b>			<b>583.200,00</b>	<b>360</b>
12	MR 8 – Cariri – Centro Sul	Acopiara	97.200,00	60
13		Antonina do Norte	64.800,00	40
14		Barbalha	129.600,00	80
15		Barro	64.800,00	40
16		Crato	121.500,00	75
17		Brejo Santo	64.800,00	40
18		Varzea Alegre	64.800,00	40
<b>TOTAL MR 8</b>			<b>607.500,00</b>	<b>375</b>
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>1.450.000,00</b>	<b>895</b>

### JUSTIFICATIVA

O cenário econômico desfavorável dos últimos meses demandou mudanças significativas no



projeto como tentativa de amenizar os efeitos da crise nos jovens. De acordo com pesquisa realizada pelo IBGE, em maio, o desemprego chegou a 6,7%, e a intensidade deste crescimento foi maior nos jovens de 18 a 24 anos, chegando aos 16,4%, mais que o dobro do geral. A partir do momento que a crise deixou de ser especulação e se tornou realidade, nós, da STDS, decidimos ajustar o projeto ampliando os municípios que serão atendidos, em busca de amenizar tal quadro e oportunizar jovens em um número diversificado de municípios com nossos cursos de qualificação em Empreendedorismo, caminho que está sendo buscado não somente pelos jovens, mas por todas as pessoas que querem gerar uma renda extra neste momento de crise.

Com os cortes de 25% na folha de pessoal do Estado, a procura dos órgãos governamentais por nossos estagiários cresceu significativamente, e, diante de tal situação, negociamos com os solicitantes e reprogramamos o encaminhamento. Vale salientar que não houve prejuízo nenhum à execução, tampouco aos beneficiários

#### **18. Responsável pelo Projeto**

Coordenadoria / Gerência	Coordenadoria de Promoção do Trabalho, Emprego e Renda
Técnico	Edianny Lima da Silva
E-mail	Edianny.lima@stds.ce.gov.br
Fone	85 - 3101-4464

## ANEXO 1

### Marco Lógico (Juventude Empreendedora – Mapp 23)

<b>Cadeia Lógica de Objetivos</b>	<b>Descrição</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Meios de Verificação</b>	<b>Riscos</b>
<b>Impactos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Incentivo ao desenvolvimento de atividades empreendedoras nos municípios atendidos com o projeto</li> <li>- Mudança socioeconômica e comportamental de jovens atendidas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- % de egressos desenvolvendo atividades empreendedoras</li> <li>- % de jovens com novas perspectivas sociais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pesquisa com os egressos realizada após 1 ano da conclusão dos cursos</li> <li>- Pesquisa com educandos na inscrição do curso</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Perca de contato com os jovens egressos</li> </ul>
<b>Resultados</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- educandos com “Projetos de Vida” para realizar ações empreendedoras</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- % de jovens concludentes nos cursos de QSP</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relatório de acompanhamento dos Sistemas Gerenciais da STDS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Evasão/frequência dos jovens, impossibilitando atingir a média de frequência para certificação</li> </ul>
<b>Produtos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cursos de QSP realizados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- % de cursos de QSP promovidos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relatório de acompanhamento dos Sistemas Gerenciais da STDS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de apoio municipal para realizar as ações de QSP</li> </ul>
<b>Atividades</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar cursos de QSP para jovens em situação de vulnerabilidade social.</li> <li>- Elaborar “Projetos de Vida” dos jovens</li> <li>- Encaminhar concludentes ao Sine</li> <li>- Firmar Parceria com os municípios</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- % de cursos de QSP realizados</li> <li>- % de “Projetos de Vida” elaborados</li> <li>- % de jovens encaminhados</li> <li>- % de parcerias firmadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relatório de acompanhamento dos Sistemas Gerenciais da STDS</li> <li>- Projetos elaborados</li> <li>- Comprovante de inscrição do Sistema Mais Emprego</li> <li>- Termo de cooperação técnica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de apoio municipal para realizar as ações de QSP</li> </ul>
<b>Insumos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Recursos do FECOP</li> <li>- Equipe multidisciplinar da STDS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- % de recurso executado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relatório de execução orçamentária</li> </ul>	

	- Equipe multidisciplinar da entidade executora			
--	---	--	--	--



**Governo do Estado do Ceará**  
**Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS**

**Projeto: Artesanato Competitivo**  
**(Inclusão Produtiva: Fomento)**

**Fevereiro/2015**

<b>Secretaria:</b>	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
<b>Programa:</b>	049 – Trabalho, Emprego e Renda
<b>Projeto Mapp Nº:</b>	26 – Artesanato Competitivo
<b>Projeto de Execução:</b>	Mar a Dez/2015
<b>Categoria</b>	Inclusão Produtiva

A **Política do Trabalho, Emprego e Renda** tem por público alvo os trabalhadores em geral, porém, na prática, os seus maiores beneficiários são as pessoas socialmente vulneráveis, com menor nível de escolaridade, de qualificação profissional, de renda familiar e, conseqüentemente, com maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

## 1. Descrição do Projeto

O Projeto Artesanato Competitivo/2015 se propõe a desenvolver ações que possibilitem a melhoria do nível organizacional das unidades produtivas, bem como o incentivo à comercialização do artesanato, como fatores condicionantes para a melhoria da renda dos artesãos cearense. A valorização e o desenvolvimento do segmento do artesanato se apresentam como pano de fundo em todas as ações concebidas neste Projeto.

## 2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

O artesanato cearense se apresenta como uma das grandes vocações produtivas do Estado possuindo um elevado potencial de geração de trabalho e renda, além de promover a inserção da mulher e do jovem no setor produtivo e comercial, estimulando práticas do associativismo e fixando o artesão em seu lugar de origem. Muitas pessoas se iniciam na atividade de produção artesanal aproveitando idéias e conhecimentos herdados de seus antepassados ou técnicas repassadas por instituições de fomento, cujas peças artesanais desenvolvidas, são facilmente absorvidas pelo mercado consumidor local, nacional e internacional.

Esta ação se destaca com forte potencial de geração de trabalho, emprego e renda, pois o artesanato é considerado uma das vocações produtivas do Ceará. Ao fomentar o artesanato como uma atividade econômica sustentável e de inclusão social, a STDS integra à cadeia produtiva local, valorizando a identidade cultural cearense, contribuindo para inserção de significativo contingente populacional, estimulando práticas de associativismo e fixação do artesão em seu local de origem.

Essa iniciativa vem ao encontro do reconhecimento e fortalecimento da Política do Desenvolvimento do Artesanato Cearense, atualmente desenvolvida pelo governo do estado, através da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, estando inserida no Eixo Sociedade Justa e Solidária, na área temática Desenvolvimento Social e Trabalho. O referido programa propõe a valorização do artesanato cearense por meio do fortalecimento e apoio ao artesão preservando a cultura, o talento, a tradição e a arte popular de cada região do Estado.



Esse projeto visa contribuir com a melhoria do resultado estratégico setorial “Geração de oportunidades de trabalho emprego e renda”, tendo suas realizações aferidas por meio do indicador “Número de ocupações geradas com empreendimentos artesanais e da economia solidária apoiados”.

No PPA 2012 / 2015 o projeto está ancorado no Programa 049 - Trabalho Emprego e Renda; Objetivo 001 – Fomentar o artesanato como atividade econômica sustentável e de inclusão social, ampliando as oportunidades de trabalho e geração de renda; Meta 195 – Cadastrar artesãos, Meta 197 – Qualificar artesãos, Meta 198 – Apoiar entidades e grupos produtivos artesanais; Iniciativa 2937 – Realizar ações de qualificação, Iniciativa 2938 – Aquisição e doação e kits de equipamentos e instrumentais de trabalho, Iniciativa 2940 – Participação em eventos nacionais e internacionais de comercialização do artesanato, Iniciativa 2941 – realização de eventos regionais e estadual de comercialização.

### **3. Diagnóstico**

As políticas estabelecidas para o segmento artesanal brasileiro, pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, estão voltadas para a organização e o fortalecimento dos núcleos de produção (associações e cooperativas de artesãos), bem como para a promoção e o incentivo à comercialização de produtos artesanais.

A implementação dessas políticas envolve parcerias entre os órgãos do Governo Federal, Estados, Municípios e entidades privadas. O Programa do Artesanato Brasileiro - PAB visa, em especial, a geração de oportunidades de trabalho e de renda. Para tanto desenvolve ações que valorizem o artesão brasileiro, elevando o seu nível cultural, profissional, social e econômico, e, ainda, promovam o artesanato no País e no Exterior. Este Programa estimula o aproveitamento das vocações regionais, levando à preservação das culturas locais e à formação de uma mentalidade empreendedora, por meio da preparação das organizações e de seus artesãos para o mercado competitivo. Para tanto, o PAB vem implementando suas ações em parceria com as Coordenações Estaduais de Artesanato dos 26 Estados e do Distrito Federal.

No Estado do Ceará, a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará – STDS coordena e promove o Programa de Desenvolvimento do Artesanato. Ressalta-se que atualmente, no banco de dados do Programa Estadual de Desenvolvimento do Artesanato estão cadastrados 43.690 artesãos em 16 (dezesseis) tipologias artesanais e estimou-se que o número da categoria existente no Estado seja de 120 mil artesãos para a valorização local no cenário econômico.

Segundo consta no relatório do PAB o Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro - SICAB, o artesão cearense é formado em sua maioria pelo sexo feminino que representam com 76,5% do total de artesãos e mais de 90% dos cadastrados desenvolvem suas atividades laborais em suas próprias residências. Constata-se ainda que 60% desse público percebem uma remuneração inferior ao salário mínimo.

Para além de patrimônio histórico e cultural, o artesanato também é agente de inclusão social. E o compromisso da política pública é justamente promover o desenvolvimento da atividade artesanal e permitir que ela, de fato, cumpra com a sua função de preservar a cultura local e gerar renda com autonomia para as comunidades e aumento da qualidade de vida dos artesãos.

#### 4. Justificativa

O Projeto Artesanato Competitivo/2015 se propõe a desenvolver ações que possibilitem a melhoria da qualidade da produção artesanal do Estado, bem como a ampliação dos canais de comercialização do artesanato, como fatores condicionantes para a melhoria da renda dos artesãos cearenses. A valorização e o desenvolvimento do segmento do artesanato se apresentam como pano de fundo em todas as ações concebidas neste Projeto.

Para tanto, propõe-se um conjunto de ações que promovem transformações estruturantes no segmento com o incentivo e apoio ao trabalho, comercialização dos produtos artesanais e fortalecimento das entidades e grupos artesanais, ampliando sua capacidade de gestão e sua autonomia, contribuindo para a autossustentabilidade do setor artesanal e consequente melhoria no nível de renda e qualidade de vida do artesão.

Neste conjunto de ações estão previstas a realização de a) capacitação tecnológica e de gestão de negócios para aperfeiçoamento da produção artesanal e desenvolvimento de novos produtos. b) cadastramento de artesãos e credenciamento de entidades; c) realização/participação em feiras regionais, estaduais, nacionais e internacionais para ampliação dos canais de comercialização do artesanato; d) Implantação do sistema de certificação de autenticidade da produção artesanal do Estado do Ceará.

Como premissa o Programa Estadual de Desenvolvimento do Artesanato Cearense entende que não basta ensinar uma técnica para introduzir uma pessoa no mercado de trabalho. É necessário intensificar a qualificação profissional e o aperfeiçoamento daquele que depende dessa atividade como meio único ou complementar de renda familiar. E ainda, proporcionar a comunidade um espaço de experimentação adequado que possibilite o artesão a conceber, inovar e desenvolver seu produto e, assim, zelar para manutenção do fazer tradicional e cuidar para que a inovação do artesanato seja usada como estratégia da conquista mercadológica, através da interface consciente do *design* e do comprometimento constante das instituições executoras de programas de artesanato.

Para a implementação das ações previstas foram selecionados **16 municípios**, listados em anexo, com relevante potencial artesanal. Estes municípios selecionados possuem semelhanças tanto nas dificuldades quanto na organização da produção artesanal. As dificuldades se replicam na renovação da produção e nos aspectos comerciais. É necessário, assim, integrar os grupos produtivos para se fortalecerem e construir uma marca para atuação comercial e uma estrutura interna de gestão semelhante para valorização do produto artesanal, porém com característica iconográficas locais preservadas e valorizadas.

Por tudo isso, é que se propõe a continuidade do Projeto Artesanato Competitivo para o ano de 2015, cuja estratégia de atuação está pautada na intersetorialidade e na construção de parcerias responsáveis que adotem o artesanato não somente com o objetivo de geração de trabalho e renda, mas, sobretudo de responsabilidade social e de reconhecimento nato do valor da cultura o povo cearense.

Portanto, o Projeto Artesanato Competitivo/2015 pretende incentivar a geração de renda, o reconhecimento do valor cultural e a responsabilidade social, a organização do artesão enquanto categoria funcional, e estimular a comercialização dos produtos artesanais. A expectativa quanto aos impactos oriundos das grandes ações proposta no Projeto é de contribuir para melhoria da qualidade de vida do artesão de forma eficiente e eficaz.

## 5. Histórico

Em 2007 o projeto foi aprovado pelo CCPIS com a designação de Artesanato de Valor e foi desenvolvido em parceria com o Instituto Desenvolvimento do Trabalho (IDT), Centro Ceará Design (CCD), Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ceará (SECITECE), Instituto CEN-TEC e Secretaria das Cidades.

Ano	Valor Total Aplicado R\$	Valor FECOP R\$	Nº de Beneficiários
2007	560.904,32	560.904,32	1.913
2008	1.121.810,00	1.121.810,00	8.568
2009	1.172.291,00	1.172.291,00	17.503
2010	1.499.898,00	1.499.898,00	21.420
2011	1.567.500,00	1.567.500,00	19.500
2012	1.645.875,00	1.645.875,00	17.600
2013	1.618.370,00	1.932.050,00	16.050
2014	1.750.000,00	1.750.000,00	16.150

## 6. Público Alvo

Artesãos pertencentes a grupos produtivos ou entidades artesanais com renda familiar per capita até ½ Sm.

### 6.1. Critérios adotados para seleção dos beneficiários

Artesãos cadastrados no Programa de Desenvolvimento do Artesanato do Estado e que façam parte de unidades de produção.

### 6.2. Documentos comprobatórios da situação de pobreza

Quando da seleção dos beneficiários serão solicitados documentos referentes a fatura de energia elétrica e fatura de consumo de água.

## 7. Objetivos

### Geral

Fomentar o artesanato como atividade econômica sustentável e de inclusão social e produtiva, integrando-o a cadeia produtiva do turismo e da cultura.

### Específicos

- Fortalecer as entidades artesanais com foco na organização e gestão de negócios;
- Promover acesso a benefícios e incentivos fiscais para artesãos;
- Ampliar canais de comercialização dos produtos artesanais dos grupos/entidades assistidas através da realização e participação em feiras locais, estaduais, regionais e nacionais e internacionais.
- Promover o aperfeiçoamento e inovação da produção artesanal, com o desenvolvimento de novas coleções de novos produtos / Preservando as tradições e

- assegurando maior competitividade ;
- Implementar Sistema de Certificação do artesanato cearense com emissão de Selo de Autenticidade do produto.

## 8. Atividades/Detalhamento das atividades

Objetivos	Atividades	Responsáveis
Fortalecer as entidades artesanais com foco na organização e gestão de negócios;	- Apoio a participação em feiras e eventos locais, regionais , estaduais e nacionais. - Qualificação com foco em gestão de negócios, associativismo e capacitação tecnológica.	CEART
Promover acesso a benefícios e incentivos fiscais para artesãos;	-Realização do cadastramento e credenciamento de entidades artesanais e artesãos. - Emissão de identidade artesanal	CEART
Ampliar canais de comercialização dos produtos artesanais dos grupos/entidades assistidas através da realização e participação em feiras locais, regionais e nacionais.	- Realização de Feira Regional - Realização de Feira Estadual - Participação em eventos Nacionais e Estaduais e Locais.	CEART
Promover o aperfeiçoamento e inovação da produção artesanal, com o desenvolvimento de novas coleções de novos produtos / Preservando as tradições e assegurando maior competitividade.	- Realização de cursos Tecnológicos para melhoria da Qualidade da Produção artesanal e de gestão.	CEART
Implementar Sistema de Certificação da produção artesanal do Estado com Selo de autenticidade do produto.	Avaliação dos produtos artesanais para certificação, através da curadoria de produtos.	CEART

Para realização das atividades mencionadas será necessário:

### a) Celebrar convênios ou elemento congênere com Instituições sem fins lucrativos

Em relação as Despesas Correntes para o custeio de implementação das ações do projeto a STDS lançará Edital de Chamada Pública com vistas a Seleção e Contratação de Instituições sem fins lucrativos. O Edital será publicado no Diário Oficial do Estado e divulgado no Site da STDS.

A Chamada Pública será realizada em duas etapas. A primeira etapa consistirá na avaliação da documentação de Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Previdenciária, Qualificação Técnica, Qualificação Econômico-Financeira e Trabalhista. A segunda fase consistirá da avaliação da Documentação e análise das Propostas Técnicas.

Para tanto, a STDS constituirá, por meio de Portaria, uma Comissão Técnica de Credenciamento e Seleção da Chamada Pública – CTCS para organização e avaliação da documentação das Instituições participantes da CHAMADA PÚBLICA e irá declarar a INSTITUIÇÃO vencedora, habilitada e apta a firmar contrato com a Secretaria, após homologação do certame.

#### b) Realizar procedimento licitatório para aquisição de material permanente

Os recursos estabelecidos para Despesas de Capital serão realizados diretamente pela STDS com a abertura de Processo Licitatório para a aquisição de móveis e utensílios, máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, veículos e obras civis, que serão destinados ao fortalecimento dos Grupos e Entidades de Produção artesanal assistidas pelo projeto.

### 9. Produtos

- ⤴ Artesãos com identidades artesanais emitidas e benefícios fiscais assegurados;
- ⤴ Artesãos capacitados para aperfeiçoamento da produção artesanal e gestão de negócio;
- ⤴ Entidades artesanais credenciadas;
- ⤴ Artesãos e entidades artesanais, beneficiados com a participação em feiras e eventos;
- ⤴ Entidades apoiadas para maior fortalecimento institucional e melhoria da qualidade da produção;
- ⤴ Certificados de autenticidade do produto artesanal emitidos.

### 10. Metas

- 3.000 artesãos cadastrados e credenciados;
  - ⤴ 400 artesãos capacitados para aperfeiçoamento da Produção Artesanal em dois módulos: Capacitação Tecnológica e Gestão empreendedora, com carga horária de 80 h;
  - ⤴ Uma Feira Estadual de Artesanato realizada com 230 artesãos expositores, representantes de entidades artesanais e grupos produtivos, 4.500 artesãos beneficiados.
  - ⤴ Uma Feira Regional de Artesanato realizada com 130 artesãos expositores, beneficiando 2.250 artesãos;
  - ⤴ Participação em 02 Eventos Nacionais de Comercialização de Produtos Artesanais, constantes do calendário nacional de eventos dessa natureza, com representação do artesanato cearense, beneficiando aproximadamente 1.500 artesãos;
  - ⤴ Um sistema de certificação da produção artesanal implementado.

### 11. Resultados Esperados

- Artesãos com benefícios fiscais assegurados;
- Entidades artesanais fortalecidas para proporcionar a melhoria da qualidade da produção e sua organização e aptas para competir no mercado Estadual e Nacional e internacional;



- Ampliação dos canais de comercialização;
- Melhoria de renda dos artesãos;
- Melhoria da qualidade da produção artesanal no Estado.

O projeto promoverá transformações relevantes no segmento com o incentivo e apoio ao trabalho, comercialização dos produtos artesanais e fortalecimento das entidades e grupos artesanais, ampliando sua capacidade de gestão e sua autonomia, contribuindo para a autossustentabilidade do setor artesanal.

Com esses resultados atingidos, haverá um aumento significativo na renda dos artesãos beneficiados, melhoria na sua qualidade de vida e conseqüentemente haverá redução dos índices de pobreza.

## 12. Integração das ações

Uma das principais estratégias de atuação do projeto Artesanato competitivo está pautada na intersectorialidade e na construção de parcerias responsáveis que adotem o artesanato não somente com o objetivo de geração de trabalho e renda, mas, sobretudo de responsabilidade social e de reconhecimento nato do valor da cultura o povo cearense.

Pensando nesse aspecto, algumas ações do projeto já são executadas em parceria com outras secretarias e programas de governo, podemos mencionar:

Instituição Parceira	Ação Realizada
Secretaria de Agricultura e Ematerce	- Grupos de agricultores do vale do Jaguaribe e Senador Pompeu recebem qualificação para desenvolvimento de produtos artesanais - Apoio a comercialização de sua produção através da participação em feiras e eventos e da venda de produtos nas lojas CEART
Secretaria de Justiça	- Qualificação para desenvolvimento de novas coleções artesanais em casa de detenção feminina e masculina; - Apoio a comercialização de sua produção através da participação em feiras e eventos e da venda de produtos nas lojas CEART. - Realizar ações de qualificação , junto ao público-alvo do Projeto Geração Livre.
Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social	- Mães de jovens atendidos pelos programas Viva Gente recebem incentivos para desenvolvimento de produtos artesanais e apoio à comercialização através das lojas Ceart.
Secretaria de Turismo	Promover o Artesanato Cearense, através da participação em feiras e eventos, assegurar a participação nos projetos estruturantes nos polos turísticos. Viabilizar a divulgação do artesanato nas peças promocionais do Estado.
Secretaria da Cultura	Apoiar a participação do artesanato Cearense em projetos que valorizem a cultura e as tradições do Estado.

## 13. Monitoramento

O monitoramento das ações do projeto Artesanato Competitivo será efetivado a partir de visitas de acompanhamento, supervisão e avaliação sistemáticas junto às entidades artesanais e grupos produtivos beneficiados, visando verificar se os resultados estão sendo alcançados conforme o planejado do ponto vista quantitativo e qualitativo.

Serão aplicadas instrumentais antes da realização das ações de capacitação para realização de diagnóstico da demanda e diagnóstico Iconográfico.

As visitas de monitoramento serão realizadas pela equipe técnica da Coordenadoria do Artesanato e Economia Solidária e registradas em relatórios de monitoramento contendo dados quantitativos, análise qualitativa das ações, verificação do alcance das metas, objetivos e proposições, devidamente designada para esse fim, sendo permitida a assistência de terceiros para acompanhar toda a execução do objeto do Projeto que, também, desenvolverá ações de acompanhamento da execução física e financeira da Instituição contratada.

Para garantir a eficiência, eficácia e efetividade social das ações previstas no Plano de Trabalho do Projeto “Artesanato Competitivo”, a STDS, via a Coordenadoria do Artesanato colocará à disposição do projeto uma equipe técnica formada por profissionais com qualificação e conhecimentos adequados as atividades previstas, zelando pela transparência e lisura na aplicação dos recursos. O monitoramento deverá observar ainda como está se processando o desenvolvimento do projeto, qual o alcance dos objetivos e o impacto das ações junto aos usuários.

#### ▲ **Acompanhamento pedagógico das ações, quem realiza e a sistemática.**

O acompanhamento será realizado pela equipe pedagógica do projeto através dos relatórios, fichas de inscrição e lista de presença dos educandos e de recebimento do lanche, apostilas e material pedagógico (quando for previsto), além do acompanhamento “in loco” pela coordenação das ações.

#### ▲ **Mecanismos de acompanhamento e avaliação do projeto a serem utilizados**

- Realização de Reuniões sistemáticas (mensais) com a Entidade Executora para acompanhamento da ação e implementação de ajustes quando necessários;
- Visitas Técnicas de acompanhamento e supervisão “in loco” para verificar a execução das ações;
- Realização de acompanhamento de todas as ações executadas através das fichas de inscrições, relatório de frequência, oficinas e cursos realizados.
- Elaboração dos relatórios técnicos dos designers e dos instrutores de capacitação;
- Realização de Diagnósticos de demanda e relação de pré-inscritos;
- Relatórios de viagens de acompanhamento das ações de capacitação;
- Registros fotográficos, depoimentos de participantes a cada ação;
- Comprovante do cadastro dos Artesãos no banco de dados do Programa Estadual de Desenvolvimento do Artesanato;
- Relatórios trimestrais de execução e financeiros.
- Relação de frequência diária nas ações de capacitação.
- Depoimento das lideranças e gestores das organizações sociais parceiras em cada município contemplado.

### **13.2. Cadastro dos Beneficiários**

Os beneficiários do projeto serão cadastrados e registrados com seus dados pessoais, além da atualização do cadastro de artesãos realizado pela CEART.

#### 14. Pressupostos de Risco

O processo licitatório para a contratação de instituições especializadas na operacionalização de ações voltadas para o desenvolvimento do artesanato poderá atrasar o início das ações, comprometendo a execução das ações dentro dos prazos estabelecidos.

Os parceiros não priorizarem as ações de apoio ao artesanato comprometendo a liberação de recursos.

#### 15. Orçamento 2015

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$)	Valor Total (R\$)
<b>Natureza da Despesa</b>			
<b>1. Despesas Correntes</b>			
1.1 Repasses para Entidade	1.500.000,00		1.500.000,00
Elemento de Despesa (335039)			
<b>Total</b>	<b>1.500.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.500.000,00</b>

#### 16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

Item de Despesa	Março	Abril	Maió	Junho	Agosto	Total
Repassa para Entidade	200.000,00	200.000,00	375.000,00	575.000,00	150.000,00	<b>1.500.000,00</b>
<b>Total</b>						<b>1.500.000,00</b>

#### 17. Distribuição dos Recursos por Municípios em 2015

Nº de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (R\$)	Pessoas Beneficiadas
01	1 – Região Metropolitana de Fortaleza	Fortaleza	978.632,00	13.400
		Itaitinga	25.568,00	20
		Maranguape	25.568,00	20
		Aquiraz	25.568,00	20
		Caucaia	25.568,00	20

		<b>Total da Região</b>	<b>1.080.904,00</b>	<b>13.480</b>
02	2- Litoral Oeste	Apuiarés	25.568,00	20
		Camocim	25.568,00	20
		<b>Total da Região</b>	<b>51.136,00</b>	<b>40</b>
03	3 – Sobral / Ibiapina	Sobral	163.416,00	2.290
		<b>Total da Região</b>	<b>163.416,00</b>	<b>2.290</b>
03	4 - Sertão dos Inhamuns	Tauá	25.568,00	20
		Crateús	25.568,00	20
		<b>Total da Região</b>	<b>51.136,00</b>	<b>60</b>
04	5 - Sertão Central	Quixadá	25.568,00	20
		Quixeramobim	25.568,00	20
		<b>Total da Região</b>	<b>51.136,00</b>	<b>40</b>
05	06- Maciço de Baturuté	Capistrano	25.568,00	20
		<b>Total da Região</b>	<b>25.568,00</b>	<b>20</b>
06	7 – Litoral Leste/ Jaguaribe	Aracati	25.568,00	20
		Jagaretama	25.568,00	20
		Icapuí	25.568,00	20
		<b>Total da Região</b>	<b>76.704,00</b>	<b>60</b>
<b>Total Geral</b>			<b>1.500.000,00</b>	<b>15.990</b>

**⚠ Responsável pelo Projeto**

Coordenadoria Gerência	/	Coordenadoria de Desenvolvimento do Artesanato e Economia Solidária
Técnico		Amanaci Diógenes Braga
E-mail		coordenacaoceart@stds.ce.gov.br
Fone		85 – 3101.1625 / 3101.1627

**ANEXO 1**

**MARCO LÓGICO**  
**(Artesanato Competitivo – MAPP 26)**

<b>Cadeia Lógica de Objetivos</b>	<b>Descrição</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Meios de Verificação</b>	<b>Riscos</b>
<b>Impactos</b>	Melhoria da Renda do Artesão Cearense	Nível de renda do artesão	Pesquisa Direta	Recursos financeiros insuficientes, para realizar o levantamento.
<b>Resultados</b>	Produtos Artesanais competitivos e atendendo às demandas do mercado	Melhoria da qualidade da Produção Artesanal	Produtos artesanais certificados com o “SELO CEART”	Recursos financeiros e equipe técnica insuficiente para implementar as ações.
	Artesãos com benefícios fiscais assegurados em parceria com SEFAZ	Número de artesãos cadastrados e entidades artesanais credenciadas no Programa de Desenvolvimento do Artesanato Cearense	Registro dos artesãos cadastrados e entidades artesanais credenciadas no banco de dados do Programa de Desenvolvimento do Artesanato Cearense	
	Ampliação dos canais de comercialização para o artesanato Cearense	Aumento das Vendas	Número de peças artesanais comercializadas	
<b>Produtos</b>	Artesãos Capacitados	Novas coleções de produtos desenvolvidas	- Lista de Frequências dos cursos - Projetos de desenvolvimento de novos produtos - Relatórios Técnicos dos Designers e Instrutores	
	Cadastramento de artesãos e credenciamento de entidades artesanais no Programa de Desenvolvimento do Artesanato	Identidades artesanais e certificados de credenciamento de entidades artesanais emitidos.	Registro dos artesãos cadastrados e entidades artesanais credenciadas no banco de dados do Programa de	



	Cearense.		Desenvolvimento do Artesanato Cearense	Recursos financeiros e equipe técnica insuficiente para implementar as ações.
	Acesso ao mercado viabilizado para artesãos e entidades artesanais	Artesãos e entidades artesanais beneficiados com a participação em feiras e eventos e através da comercialização nas lojas Ceart	- Relatórios Técnicos dos eventos - Relação de Frequência - Registro Fotográfico	
	Certificados de Autenticidade dos produtos artesanais e de reconhecimento das obras de Arte popular Cearenses Emitidos	Produto artesanal Cearense Certificado com o Selo CEART	- Relatório Técnico com o protocolo da certificação	
<b>Atividades</b>	Capacitar o artesão com foco no Desenvolvimento Tecnológico e na Gestão	Capacitações realizadas	- Lista de Frequências - Relatório Técnico - Registro Fotográfico	Recursos financeiros insuficientes para implementar as ações.
	Viabilizar a participação do artesanato cearense em feiras e eventos de promoção e comercialização locais, regionais, estaduais e nacionais.	Número de Eventos apoiados/ realizados	- Registro fotográfico - Lista de Frequências - Relatório Técnico	
<b>Insumos</b>	Recursos Fecop e Equipe Técnica capacitada	Recursos Fecop e Equipe Técnica capacitada	Recursos Fecop e Equipe Técnica capacitada	Recursos Fecop e Equipe Técnica capacitada



**Governo do Estado do Ceará**  
**Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS**

**PROJETO: Fortalecimento dos Serviços Ofertados pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS**

**JANEIRO/2015**

<b>Secretaria:</b>	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS
<b>Programa:</b>	50 Assistência Social
<b>MAPP Nº:</b>	29 Cofinanciamento CREAS
<b>Período de Execução:</b>	Março a Dezembro/2015
<b>Categoria</b>	Assistência Social – Proteção Social Especial

## 1. Descrição do Projeto

O Projeto “Fortalecimento dos Serviços Especializados a Famílias e Indivíduos com direitos violados ofertados pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS”, parte integrante da Política de Assistência Social, objetiva acompanhar em caráter contínuo e ininterrupto indivíduos e famílias em situação de risco ou com direitos violados. Além do atendimento ofertado pelo CREAS Regional de Fortaleza na capital e municípios vinculados (Acarape, Barreira, Chorozinho, Pindoretama e Guaramiranga), o projeto visa também cofinanciar 50 CREAS Municipais do interior do Estado do Ceará, conforme os indicadores do Censo do Mapa de Risco – CEMARIS. O CREAS desenvolve as seguintes ações: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos – PAEFI; Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

## 2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

O Governo do Estado do Ceará busca assegurar direitos aos indivíduos em situação de risco e que vivem em situação de violência ou violação desses direitos por meio da execução das ações do CREAS Regional e do cofinanciamento dos 39 CREAS municipais, através da Política de Assistência Social, articulada com outras políticas públicas, fortalecendo a rede de atendimento socioassistencial e de defesa social a partir da estruturação do Sistema Estadual de Assistência Social.

O referido projeto desenvolvido pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS contribuirá para o Resultado Estratégico Setorial da População que vive em Situação de Vulnerabilidade e Risco, com garantia da oferta de serviços socioassistenciais da Proteção Social do SUAS e o acesso a outras políticas setoriais, como: segurança alimentar e nutricional, trabalho e geração de renda, saúde educação e outras. Os serviços do CREAS são especializados e executados por uma equipe multiprofissional, com formação nas áreas social, jurídica e psicológica.

Dessa forma, o CREAS é uma unidade de referência do SUAS e, no âmbito da Política Estadual da Assistência Social, é considerada a mais importante para oferta de serviços da rede de atendimento aos indivíduos que vivem em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, materializando mais uma conquista para a população brasileira, mais especificamente para os cearenses, em especial para aqueles segmentos mais vulnerabilizados como crianças e adolescentes, idosos, mulheres e pessoas em situação de rua.

## 3. Diagnóstico

Dados dos censos do IBGE (2010), do CEMARIS (2013) e de pesquisas nacionais sobre os indicadores sociais e econômicos da população brasileira possibilitaram traçar o perfil do público atendido pela Política de Assistência Social e mais especificamente no Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS, visto que se trata de pessoa em situação de risco ou com violação de direitos. Estudos científicos já apontam que indivíduos que vivem em grandes centros urbanos estão mais vulneráveis à situação de violência ou à violação dos seus direitos e ao acesso aos serviços essenciais ofertados pelas unidades públicas que operacionalizam as políticas públicas. “No Brasil, as estatísticas sobre violência vem crescendo assustadoramente nos centros urbanos” (HUGUES, 2003) Para o autor, “esse grande índice de violência está relacionado com a desigualdade social e com a má distribuição de renda.”

De acordo com o censo do IBGE (2010) estimou uma população de 8.842.791 habitantes em 2014, no Estado do Ceará. Desse total, 48,7% são homens e 51,2% é do sexo feminino. Entre essa população, estima-se que 1.193.776 (13,5% do total) possui renda familiar de até 1/2 salário mínimo per capita e reside em áreas com precárias condições de saneamento básico e sem moradia própria. Essa situação se agrava quando confrontamos esses dados com o perfil dessas famílias: 936.349 famílias são chefiadas por mulheres e possui, no mínimo, 01 criança com idade até 03 anos.

O censo do IBGE(2010) estimou também que, no ano de 2014, 2.571.886 habitantes moram em Fortaleza. Isto é, cerca de 1/3 da população do Estado. Nas famílias com renda per capita de até 1/2 salário mínimo (7,05% da população), 51,8% são chefiadas por mulheres e possui, no mínimo, 01 criança com idade até 03 anos. A partir dessas informações, podemos concluir que grande parte da população do Estado e, principalmente, de Fortaleza, vive em situação de vulnerabilidade e pobreza.

Como visto, esse contexto de desigualdade social propicia o cenário de violência, não somente a violência urbana, mas também a violência doméstica, uma vez que agrava os conflitos sociais, fragilizando ainda mais os vínculos familiares e aumentando a vulnerabilidade e os riscos sociais.

Levando-se em consideração os principais casos de violação de direitos atendidos nos CREAS no Ceará, apresentamos a seguir alguns dados relativos à pessoa idosa, criança e adolescente e mulher, de acordo com alguns órgãos do Estado:

**Pessoas Idosas** – segundo o Ciaprevi (Centro Integrado de Atenção e Prevenção à Violência contra a Pessoa Idosa), os casos de violência contra esse segmento aumentaram 22,23% em 2012 no Ceará, estando entre os crimes mais denunciados: negligência, abuso financeiro, abandono e violência psicológica, sendo filhos e netos os que maiores violadores.

**Crianças e adolescentes** – o Disque Direitos Humanos (Disque 100), registrou em 2013 um número de 12.698 denúncias, sendo 1.363 (11%) casos de violência sexual e 332 casos de exploração sexual.

**Mulheres** – a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) registrou 267 assassinatos de mulheres em 2013. Segundo o Observatório de Violência contra a Mulher (Observem) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), no ano de 2013 foram registrados 9.980 casos de violência doméstica.

A STDS realiza, a cada 02 anos, o Censo Mapa de Risco Social (CEMARIS), uma estatística dos casos de violência notificados nos municípios cearenses. Dados do

CEMARIS 2013, mostram as principais situações de violação de direitos nos segmentos abaixo referidos:

<b>CASOS PESSOA IDOSA</b>	<b>CEARÁ</b>	<b>FORTALEZA</b>
Exploração Patrimonial	493	49
Violência Física	313	51
Violência Psicológica	635	82
Negligência	831	84
Abandono	157	19

Fonte: CEMARIS 2013

<b>CASOS MULHER</b>	<b>CEARÁ</b>			<b>FORTALEZA</b>		
	<b>JOVEM</b>	<b>ADULTA</b>	<b>IDOSA</b>	<b>JOVEM</b>	<b>ADULTA</b>	<b>IDOSA</b>
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	498	2.577	1.238	08	48	153
VIOLÊNCIA SEXUAL	48	68	10	0	04	01

Fonte: CEMARIS 2013

<b>CASOS CRIANÇA/ ADOLESCENTE</b>	<b>CEARÁ</b>		<b>FORTALEZA</b>	
	<b>CRIANÇA</b>	<b>ADOLESCENTE</b>	<b>CRIANÇA</b>	<b>ADOLESCENTE</b>
ABANDONO	510	203	36	20
NEGLIGÊNCIA	3.526	1.603	447	280
EXPLORAÇÃO SEXUAL	80	197	25	51
ABUSO SEXUAL	1.208	912	328	222
VIOLÊNCIA FÍSICA	1.328	947	236	140
VIOL. PSICOLÓGICA	826	657	105	72
TRABALHO INFANTIL	422	516	248	233

Fonte: CEMARIS 2013

#### **4. Justificativa**

No Ceará, a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social, tem contribuído com a redução dos indicadores de violações de direitos, na garantia da proteção social às famílias e indivíduos atendidos, e



no acesso aos serviços socioassistenciais e de outras políticas setoriais.

Na perspectiva do atendimento às situações de violências, a política de proteção social especial, conforme o Sistema Único da Assistência Social – SUAS deve ser realizado pelos Centros de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS.

Em Conformidade com a Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012, em seu artigo 15, é responsabilidade do Estado “IV – *organizar, coordenar e prestar serviços regionalizados da proteção social especial de média e alta complexidade, de acordo com o diagnóstico socioterritorial e os critérios pactuados na CIB e deliberados pelo CEAS.*”

A referida Resolução prevê ainda no mesmo artigo 15, inciso “II – *cofinanciar, por meio de transferência regular e automática, na modalidade fundo a fundo os serviços, programas, projetos e benefícios eventuais e o aprimoramento da gestão, em âmbito regional e local.*”

Assim, o projeto visa enfrentar, prevenir e minimizar os casos de violência e de violação de direitos vivenciada por pessoas público-alvo da assistência social, promovendo o atendimento e acompanhamento desses indivíduos e suas famílias, além de ampliar as ações para outros municípios, de acordo com os critérios de partilha do Censo do Mapa de Risco – CEMARIS, com a finalidade de fortalecer as ações de proteção e atendimento especializado também no interior do Estado, à exceção do pagamento de pessoal.

Dessa forma, o projeto potencializará o atendimento de famílias e indivíduos com direitos violados tanto na capital e municípios vinculados, como também em outros municípios que tenham CREAS em funcionamento.

## 5. Histórico

Em julho de 1996, o Programa Criança Fora da Rua Dentro da Escola foi concebido para intervir na realidade das crianças e adolescentes em situação de rua, na cidade de Fortaleza. Seu desenho inspirou-se no relatório final do “Censo de Rua na Cidade de Fortaleza e Registros Quantitativos e Qualitativos” publicado em 1994, sob o título “Meninos e Meninas de Rua: Cenário de ambiguidades.

Desde então, o Programa acumulou conhecimentos e experiências sobre a realidade dessas crianças e adolescentes, de forma a qualificar seus quadros no trato dessa questão e dos danos dela decorrentes, além de identificar e estimular os fatores protetores e promotores de direitos que possibilitem a crianças/adolescentes e suas famílias um desenvolvimento favorável em meio a circunstâncias tão adversas.

A partir de Julho de 2009, visando a adequação à nova política de assistência, tendo por base o SUAS, as ações desenvolvidas pelo citado Programa foram incorporadas ao CREAS Regional de Fortaleza, funcionando enquanto Serviço Especializado em Abordagem Social.

Apesar das adequações realizadas, inicialmente o nome Programa Criança Fora da Rua Dentro da Escola permaneceu inalterado. Todavia, em 2013, primando por um melhor entendimento das alterações implantadas, viu-se a necessidade de adequação da referida denominação, quando então foi sugerida a alteração da nomenclatura do Programa para “**Fortalecimento dos Serviços Ofertados pelos Centros de Referência Especializados**

## da Assistência Social – CREAS”.

Assim, em se tratando de realizações financeiras, o referido Programa pode ser apresentado resumidamente da seguinte forma:

Ano	Valor Total Aplicado	Valor FECOP	Nº de Beneficiários
2007	5.142.976,34	5.142.976,34	3.650 indivíduos
2008	5.547.141,45	5.547.141,45	4.936 indivíduos
2009	5.746.358,25	5.746.358,25	3.757 indivíduos
2010	5.149.591,25	5.149.591,25	2.905 indivíduos
2011	5.536.006,60	5.550.935,87	17.811 indivíduos
2012	5.576.279,88	6.748.087,50	8.706 indivíduos
2013	7.119.232,31	5.794.223,65	15.409 indivíduos
2014	5.881.976,29	5.897.125,49	11.251 indivíduos

## 6. Público-alvo

Famílias e indivíduos vítimas de violência ou em situação de violação de direitos.

### 6.1 – Critérios adotados para a seleção dos beneficiários

- Famílias e indivíduos vítimas de violência ou em situação de violações de direitos em decorrência de: violência física, psicológica e negligência; abuso e/ou exploração sexual; afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção; tráfico de pessoas; situação de rua e mendicância; abandono; vivência de trabalho infantil, dentre outras que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem-estar.
- Adolescentes e suas famílias ou jovens com idade entre 18 a 21 anos em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade, aplicada pela Justiça da Infância e da Juventude ou, na ausência desta, pela Vara Civil correspondente e suas famílias.

### 6.2 – Documentos comprobatórios da situação de pobreza

A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 203, estabelece que: “A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social...” Assim sendo, a Lei Estadual nº 14.859/10 não se aplica ao público-alvo do Projeto, pois especificamente na proteção social especial, que atende casos de violação de direitos, onde os usuários buscam atendimento para seus problemas ou são encaminhados pelos órgãos de defesa, não cabendo portanto comprovação de situação de pobreza, embora na prática se constate que a maioria dos usuários são pessoas desfavorecidas economicamente.

## 7. OBJETIVOS

## **Geral**

Fortalecer o acompanhamento especializado no âmbito da proteção social especial da Média Complexidade às famílias e indivíduos com direitos violados, que se encontram em situação de risco pessoal e social, em Fortaleza e municípios de maior incidência de casos de violação de direitos, visando garantir a proteção social e a convivência familiar e comunitária.

### **• Específicos**

- Ofertar serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, possibilitando o acesso aos direitos socioassistenciais, o resgate e o fortalecimento de vínculos familiares e de sua capacidade protetiva;
- Acompanhar adolescentes em cumprimento de medida de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, nos municípios vinculados ao CREAS Regional de Fortaleza.
- Identificar a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de moradia de rua, mendicância, dentre outras, através do Serviço Especializado em Abordagem Social.
- Possibilitar acesso aos serviços ofertados pela rede intersetorial às famílias em acompanhamento pelo PAEFI, preferencialmente aos projetos de inclusão produtiva, no âmbito do Estado e municípios.
- Conceder, em caráter emergencial, cestas básicas às famílias em situação de extrema pobreza.
- Cofinanciar os Serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, de acordo com os critérios de partilha do Censo do Mapa de Risco – CEMARIS.

## **8. Atividades / Detalhamento das Atividades**

### **8.1. Serviço de apoio, orientação e acompanhamento a crianças, adolescentes, famílias e indivíduos em situação de ameaça e/ou violação de direito**

Os indivíduos e famílias identificadas com direitos violados receberão acompanhamento especializado promovido pela equipe técnica formada por Advogados, Assistentes Sociais, Sociólogos, Pedagogos e Psicólogos, através de atendimentos individualizados e/ou em grupos, visitas domiciliares/institucionais e encaminhamentos para a rede socioassistencial. Em caso de permanência da situação violadora, o caso é repassado ao Conselho Tutelar, órgão responsável pela garantia dos direitos de crianças e adolescentes, e/ou ao Ministério Público para providências cabíveis.

### **8.2. Acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, nos municípios vinculados**

Os adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida - LA e/ou Prestação de Serviço à Comunidade - PSC são encaminhados ao Serviço pelo Poder Judiciário local para acompanhamento da medida judicial através de atendimento psicossocial individual e familiar; elaboração do Plano Individual de Atendimento – PIA, onde

constam suas metas pessoais, educacionais, profissionais e sociais. A equipe técnica providenciará os devidos encaminhamentos que se fizerem necessários (para a unidade onde o adolescente prestará o serviço previsto na medida socioeducativa, para a rede educacional, serviços de saúde, rede socioassistencial e demais setoriais). O monitoramento será realizado pela equipe técnica através dos atendimentos individuais e visitas domiciliares mensais, para averiguação da situação de reinserção do adolescente. Durante esse processo, a família receberá, conforme a necessidade de cada caso, orientação jurídica no próprio serviço do CREAS.

**8.3. Atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, com atividades de equitação e música em regime de contra turno escolar no Projeto Cavaleiros do Futuro, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, através do Regimento de Polícia Montada.** As crianças e adolescentes identificados em situação de risco pessoal e social que demonstrem interesse por equitação ou música são engajados no Projeto Cavaleiros do Futuro, desenvolvido no Regimento de Polícia Montada, através de parceria entre esta Secretaria e a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará. Na sede do Regimento, recebem aulas de equitação e música conforme suas aptidões e participam de oficinas socioeducativas e palestras realizadas pela equipe técnica do CREAS Regional de Fortaleza.

**8.4. Encaminhamento das famílias acompanhadas pelo PAEFI para as oficinas de inclusão produtiva e a outros serviços ofertados pela rede intersetorial a fim de possibilitar o acesso às atividades de ocupação e renda.** Identificação e cadastramento das famílias acompanhadas pela equipe técnica do CREAS que não exerçam atividade remunerada, buscar-se-á conhecer suas aptidões e habilidades, a fim de permitir o devido encaminhamento para cursos de qualificação e, posteriormente, para inclusão em atividades de ocupação e renda.

**8.5. Concessão, em caráter emergencial, cestas básicas às famílias das crianças e adolescentes em situação de extrema pobreza**

Será concedida cesta básica, em caráter **excepcional**, de forma assistemática, nos casos em que for constatada a situação de vulnerabilidade da família afetada por doença, desemprego e outros fatores que os impossibilitem de prover o próprio sustento.

**8.6. Cofinanciamento dos Serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, de acordo com os critérios de partilha do Censo do Mapa de Risco – CEMARIS.** Através do Censo do Mapa de Risco – CEMARIS, elaborado pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Governo do Estado, os municípios que apresentam os maiores índices de violência serão cofinanciados com o valor de 50% do recurso repassado pelo MDS, cujo repasse se dará diretamente Fundo a Fundo. O cofinanciamento deverá ser utilizado para o fortalecimento das ações realizadas pelos Creas municipais.

**8.7. Identificação de situações de risco e acompanhamento dos indivíduos abordados pelo serviço especializado de abordagem social.** As crianças, adolescentes ou indivíduos identificados pelo Serviço em situação de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de moradia de rua, mendicância, entre outros, são acompanhados pela equipe técnica especializada por meio de atendimento individualizado e/ou em grupos, visitas domiciliares, contatos e visitas institucionais, além de encaminhamentos para a rede socioassistencial.

## 9. PRODUTO

<b>PRODUTOS</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>FONTES DE VERIFICAÇÃO</b>
Indivíduos e suas famílias cadastrados e acompanhados, com direitos socioassistenciais garantidos.	100% da demanda de indivíduos e famílias em situação de ameaça e/ou violação de direito atendida	Fichas de acompanhamento e Relatório técnico
Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto (LA e PSC) acompanhados.	Acompanhamento de 100% dos adolescentes encaminhados pelo Juiz da Infância e Juventude	Plano Individual de Atendimento e Relatório técnico
Famílias encaminhadas para inclusão em atividades de ocupação e renda.	100% das famílias das crianças e adolescentes atendidas no CREAS, que se encontram excluídas de atividade remunerada, encaminhada para atividades de ocupação e renda	Fichas de encaminhamento e Relatório técnico
Municípios cofinanciados com Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)	Nº de municípios cofinanciados com PAEFI	Relatório Técnico e Visitas de monitoramento

## 10. Metas

- Atender 100% da demanda espontânea, encaminhada por outros serviços ou denunciadas, através de apoio, orientação e acompanhamento a famílias e indivíduos em situação de risco e/ou violação de direitos, em Fortaleza e nos municípios vinculados (Acarape, Barreira, Chorozinho, Pindoretama e Guaramiranga), no período de Janeiro a Dezembro de 2015;
- Acompanhar 100% dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto (LA e PSC), encaminhados pelo Juiz da Infância e Juventude, nos municípios de Acarape, Barreira, Chorozinho, Pindoretama e Guaramiranga, nos meses de Janeiro a Dezembro de 2015;

- Identificar e acompanhar 100% das crianças, adolescentes e indivíduos abordados nas ruas, que vivem em situação de risco pessoal e social no período durante os meses de Janeiro a Dezembro de 2015;
- Atender 100% das crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, com atividades de equitação e música em regime de contra turno escolar, inseridas no Projeto Cavaleiros do Futuro, no período de janeiro a dezembro.
- Encaminhar 100% das famílias atendidas pelo CREAS na cidade de Fortaleza, que se encontram excluídas de atividades remuneradas, para atividades de ocupação e renda, nos meses de Janeiro a Dezembro de 2015;
- Conceder, em caráter emergencial, 480 cestas básicas às famílias residentes em Fortaleza, em situação de extrema carência socioeconômica, durante os meses de Janeiro a Dezembro de 2015;
- Cofinanciar, de forma regular e automática, o Serviço de proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, 50 municípios do interior do Estado, conforme critérios pactuados na Comissão Intergestores Bipartite – CIB, de Janeiro a Dezembro de 2015.

## **11. Resultados Esperados**

- 100% das famílias atendidas com ações do PAEFI com direitos socioassistenciais garantidos, sem reincidência da situação de violação de direitos;
- 100% dos adolescentes ressocializados e acolhidos na família;
- 100% das crianças, adolescentes e indivíduos abordados nas ruas identificados e acompanhados;
- 100% das crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social inseridos e acompanhados no Projeto Cavaleiros do Futuro;
- 100% das famílias atendidas pelo CREAS incluídas em atividades de ocupação e renda;
- 50 municípios cofinanciados com recursos estaduais para fortalecimento das ações dos PAEFI.

## **12. Integração das Ações**

Com o intuito de garantir o acesso aos serviços e direitos, a execução das ações se darão articuladas com outras políticas públicas e órgãos de defesa social, dentre os quais podemos citar: Serviços socioassistenciais de proteção social básica e proteção social especial; serviços de políticas públicas setoriais; Redes sociais locais; sociedade civil organizada; demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; Sistema de Segurança Pública; Instituições de Ensino e Pesquisa; Serviços, programas e projetos de Instituições não governamentais e comunitárias.



## **13 - Monitoramento**

Atualmente, as equipes dos CREAS alimentam o Registro Mensal de Atendimentos, através de sistema *on line*, instrumental elaborado pelo MDS para monitoramento dos atendimentos, onde constam os novos casos inseridos no mês, conforme as faixas etárias e violações sofridas, incluindo os encaminhamentos realizados. Além disso, a equipe de supervisão técnica da Célula de Média Complexidade realiza monitoramento semestral através de visita *in loco*.

O processo de monitoramento acontecerá de forma mais sistemática e informatizada tão logo o Sistema de Monitoramento das Unidades estiver implantado na STDS, tal sistema permitirá o acompanhamento de todo o processo referente aos indivíduos atendidos no serviço, desde a sua entrada até o encaminhamento para a rede socioassistencial.

### **13.1- Dados Utilizados**

O Sistema de Monitoramento das Unidades permitirá o conhecimento dos dados quantitativos no que diz respeito a nº de atendimentos realizados por cada especialidade (jurídico, social, psicológica); nº de pessoas atendidas por violação sofrida, conforme tipificação dos serviços socioassistenciais; nº de visitas domiciliares realizadas; nº de visitas institucionais; nº de cestas básicas concedidas; nº encaminhamentos realizados; nº de abordagens sociais realizadas.

Os dados serão coletados e analisados sistematicamente através do Sistema de Monitoramento das Unidades – SMU, a fim de verificar os procedimentos realizados em cada caso. São também colhidas informações por meio de relatos das pessoas atendidas, o que possibilita verificar a efetividade dos encaminhamentos.

Além disso, serão analisados os dados estatísticos dos atendimentos e produzidos relatórios técnicos gerados a partir dos acompanhamentos realizados às pessoas, indivíduos e famílias, bem como do assessoramento técnico aos municípios. A alimentação do referido sistema se dá em tempo real.

### **13.2- Cadastro dos Beneficiários**

Atualmente, o cadastro dos beneficiários é feito no Registro Mensal de Atendimentos do MDS, onde constam além do nome completo, número do CPF ou NIS e encaminhamentos realizados. O cadastramento é realizado ainda no Prontuário SUAS, onde são inseridas todas as informações inerentes ao atendimento, desde as informações familiares, relativas à educação, habitação, atendimentos, encaminhamentos, entre outros. No âmbito estadual, os indivíduos atendidos pelo Serviço serão registrados no Sistema de Monitoramento das Unidades – SMU. Enquanto o Sistema não é implantado, será solicitado que cada CREAS envie mensalmente à STDS uma planilha informatizada das pessoas beneficiadas.

## **14. Pressupostos de Risco**

Atualmente, tem-se percebido que a rede socioassistencial existente não tem dado conta de atender a demanda crescente da população em situação de risco na cidade de Fortaleza, assim como no interior do estado. Dessa forma, a execução do referido projeto pode ser prejudicado pela insuficiência da retaguarda de apoio a população atendida.

Outro fator de risco diz respeito à interrupção do repasse dos recursos, o que impediria a continuidade das ações planejadas.

A rotatividade dos profissionais nos municípios cofinanciados é outro sério pressuposto de risco, pois sabe-se que o serviço prestado não deve sofrer solução de continuidade e a mudança de técnicos prejudica a qualidade do mesmo.

## 15. Orçamento 2015

<b>Detalhamento</b>	<b>Valor FECOP (R\$)</b>	<b>Valor Total (R\$)</b>
<b>NATUREZA DA DESPESA</b>		
1.1. Material de Consumo ( <b>339030</b> )	52.347,60	52.347,60
1.2. Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica ( <b>339039</b> )	416.346,80	416.346,80
1.3. Repasse para Município ( <b>334141</b> )	1.725.600,00	1.725.600,00
1.5. Contribuições-Transferências ( <b>335041</b> )	3.846.905,60	3.846.905,60
1.6. Outras Despesas Correntes ( <b>339032</b> )	58.800,00	58.800,00
<b>TOTAL</b>	<b>6.100.000,00</b>	<b>6.100.000,00</b>

## 16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

<b>Especificação</b>	<b>Mar</b>	<b>Abr</b>	<b>Mai</b>	<b>Jun</b>	<b>Jul</b>	<b>Ago</b>	<b>Set</b>	<b>Out</b>	<b>Nov</b>	<b>Dez</b>	<b>Total Geral (R\$)</b>
<b>Despesas Correntes</b>	1.524.824,97	508.741,67	508.041,67	508.741,67	508.041,67	508.741,67	508.041,67	508.741,67	508.041,67	508.041,67	6.100.000,00
<b>Total Geral (R\$)</b>	<b>1.524.824,97</b>	<b>508.741,67</b>	<b>508.041,67</b>	<b>508.741,67</b>	<b>508.041,67</b>	<b>508.741,67</b>	<b>508.041,67</b>	<b>508.741,67</b>	<b>508.041,67</b>	<b>508.041,67</b>	<b>6.100.000,00</b>

### 17. Distribuição dos Recursos por Municípios em 2015

Nº de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (R\$)	Pessoas Beneficiadas
1	Região 1	Fortaleza (CREAS de Fortaleza)	5.237.200,00	250
2		Cofinanciamento Fortaleza	39.000,00	80
3	Região 2	Acaraú	30.900,00	80
4		Marco	19.500,00	50
5		Apuiarés	19.500,00	50
6		Jijoca de Jericoacoara	19.500,00	50
7		Pentecoste	19.500,00	50
8		Itarema	19.500,00	50
9		Uruburetama	19.500,00	50
10		Morrinhos	19.500,00	50
11		Região 3	Sobral	39.000,00
12	Viçosa do Ceará		24.000,00	80
13	Tianguá		24.000,00	80
14	Santana do Acaraú		19.500,00	50
15	Carnaubal		19.500,00	50
16	Massapê		19.500,00	50
17	Ibiapina		19.500,00	50
18	Irauçuba		19.500,00	50
19	Região 4	Quiterianópolis	19.500,00	50
20		Tauá	24.000,00	80
21		Crateús	24.000,00	80
22	Região 5	Banabuiú	19.500,00	50
23		Senador Pompeu	19.500,00	50
24		Quixadá	24.000,00	80
25	Região 6	Baturité	19.500,00	50
26		Redenção	19.500,00	50

27	Região 7	Aracati	30.900,00	80
28		Tabuleiro do Norte	19.500,00	50
29		Russas	24.000,00	80
30		Limoeiro do Norte	24.000,00	80
31	Região 8	Umari	19.500,00	50
32		Penaforte	19.500,00	50
33		Jucás	19.500,00	50
34		Mauriti	19.500,00	50
35		Acopiara	24.000,00	80
36		Barro	19.500,00	50
37		Missão Velha	24.000,00	80
38		Assaré	19.500,00	50
39		Várzea Alegre	19.500,00	50
40		Caririaçu	19.500,00	50
<b>Total</b>			<b>6.100.000,00</b>	<b>2.590</b>

### 18. Responsável pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	Célula de Média Complexidade
Técnico	Heurenice Moura / Sandra Alves / Evânia Lucena / Rozângela Araruna
E-mail	mediacomplexidade@stds.ce.gov.br
Fone	3101.2100 / 3101.1655

**Anexo 1**  
**MARCO LÓGICO**  
**(Fortalecimento dos Serviços Ofertados pelos CREAS)**

<b>Cadeia Lógica de Objetivos</b>	<b>Descrição</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Meios de verificação</b>	<b>Riscos</b>
<b>Impactos</b>	- Famílias e indivíduos com direitos garantidos e com a situação de violação de direitos e os riscos sociais superados	- % de Famílias e indivíduos com direitos garantidos, sem reincidência da situação de violação de direitos	- Pesquisa qualitativa	- Interrupção do repasse dos recursos  - Fragilidade da rede socioassistencial
	- Redução da reincidência da prática do ato infracional	- % da reincidência da prática do ato infracional	- Pesquisa qualitativa	
	- Redução e prevenção de situações de isolamento social e de abrigo institucional	- % de redução e prevenção de situações de isolamento social e de abrigo institucional	- Pesquisa qualitativa	
	- Melhoria da qualidade de vida das famílias.	- % de famílias com melhor qualidade de vida	- Pesquisa quantitativa/SAGI	
			- Pesquisa qualitativa	- Interrupção do repasse dos recursos



				<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fragilidade da rede socioassistencial</li> <li>- Rotatividade dos profissionais dos municípios cofinanciados</li> </ul>
<b>Resultados</b>	- Adolescentes ressocializados e acolhidos na família	- % de Adolescentes ressocializados e acolhidos na família	- Pesquisa qualitativa	
	- Crianças, adolescentes e indivíduos abordados nas ruas acompanhados	- % de crianças, adolescentes e indivíduos abordados nas ruas identificados e acompanhados	- Relatórios	
	- Famílias incluídas em atividades de ocupação e renda	- % de Famílias exercendo atividades de ocupação e renda		
	- Ações e serviços do PAEFI ampliados e reforçados nos municípios cofinanciados	- % de Municípios com Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos cofinanciados.	- Relatórios e visitas de monitoramento	
	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos	- Nº de indivíduos e famílias acompanhados e com direitos socioassistenciais garantidos	- Fichas de acompanhamento e Relatório técnico	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Interrupção do repasse dos recursos</li> <li>- Fragilidade da rede socioassistencial</li> </ul>

<b>Produtos</b>				- Rotatividade dos profissionais dos municípios cofinanciados
	Serviço Especializado de Abordagem Social	Nº de indivíduos identificados e encaminhados à rede de proteção social	- Fichas de encaminhamento e Relatório técnico	- Equipes dos CREAS Incompletas, com ausência de profissionais de nível médio;  Falta de transporte
	Municípios com Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos cofinanciados	Nº de atendimentos PAEFI nos municípios cofinanciados	- Relatório técnico e visitas de monitoramento	
	Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto (LA e PSC) acompanhados nos CREAS	Nº de adolescentes acompanhados	-Fichas de acompanhamento e Relatório técnico	- Falta de demanda do Poder Judiciário para o sistema municipal de atendimento socioeducativo
	- Apoio, orientação e acompanhamento a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos	% da demanda de crianças, adolescentes e famílias em situação de ameaça e/ou violação de direito atendida	- Fichas de acompanhamento e Relatório técnico	- Interrupção do repasse dos recursos  - Fragilidade da rede socioassistencial

<b>Atividades</b>				- Rotatividade dos profissionais dos municípios cofinanciados
	- Acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medida de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade	% dos adolescentes encaminhados pelo Juiz da Infância e Juventude acompanhados	- Fichas de acompanhamento e Relatório técnico	
	- Identificação de situações de risco e acompanhamento dos indivíduos abordados	Nº de indivíduo abordados e acompanhados	- Fichas de acompanhamento e Relatório técnico	
	- Construção de novos projetos de vida das famílias acompanhadas pelo CREAS para enfrentamento e superação das situações de violação de direitos	% de famílias acompanhadas	- Prontuário SUAS Relatórios Técnicos	- Interrupção do acompanhamento
	- Encaminhamento de famílias para a inclusão em atividades de ocupação e renda	% das famílias atendidas no CREAS, que se encontram excluídas de atividade remunerada, encaminhadas para atividades de ocupação e renda	- Fichas de acompanhamento e Relatório técnico	
	- Concessão de cestas básicas às famílias	Nº de cestas básicas concedidas	- Relatórios	
	- Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI	Nº de municípios com Serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos cofinanciados	- Relatório técnico e visitas de	

			monitoramento	
<b>Insumos</b>	▲ Recursos do Tesouro Nacional	- % de recursos aplicados	- Orçamento Demonstrativo financeiro	- Interrupção do repasse dos recursos
	▲ Recursos do FECOP	- % de recursos aplicados	- Orçamento Demonstrativo financeiro	
	▲ Recursos Humanos: Equipe Técnica, equipe de apoio, Educadores Sociais	- Nº de profissionais contratados	- Folha de pagamento	



**Governo do Estado do Ceará**  
**Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS**

## **Projeto: Primeiro Passo**

**(Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)**

**Agosto / 2015**

<b>Secretaria</b>	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS
<b>Programa</b>	021 – Promoção da Juventude
<b>Mapp</b>	44 – Primeiro Passo
<b>Período de Execução</b>	Fevereiro a Dezembro/2015
<b>Categoria</b>	Estruturante - Ocupação e Renda – Inclusão Produtiva Urbana

## 1. Descrição do Projeto

A **Política do Trabalho, Emprego e Renda** tem por público-alvo os trabalhadores em geral, porém, na prática, os seus maiores beneficiários são as pessoas socialmente vulneráveis, com menor nível de escolaridade, de qualificação profissional, de renda familiar e, conseqüentemente, com maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

O Projeto Primeiro Passo foi desenvolvido para atender jovens, com idade entre 16 e 24 anos, cursando o ensino fundamental ou médio, bem como os egressos do ensino público com renda familiar *per capita*, mensal, inferior a meio (½) salário mínimo, qualificando-os para o mercado de trabalho, através de cursos profissionalizantes.

Este projeto está dividido em três linhas de ação:

**Jovem Estagiário** – Encaminha jovens para a realização de estágio nas empresas. As empresas são responsáveis pela remuneração dos jovens.

**Estágio Remunerado** – Encaminha jovens para a realização de estágio nas empresas. A STDS é responsável pela remuneração dos jovens.

**Jovem Bolsista** – Capacita jovens através de cursos de qualificação social e profissional, concedendo bolsa aprendizagem.

Foi criada uma Linha de Ação Especial em julho de 2015 para o atendimento à jovens em cumprimento de medidas socioeducativas que é chamada de:

**Transformando Vidas** – Capacita jovens em cumprimento de medidas socioeducativas nos centros educacionais da STDS através de cursos de qualificação social e profissional

## 2 .Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

O projeto atende às diretrizes da atual gestão, no que se refere à prioridade de atendimento para o segmento da juventude, em especial, jovens com maior vulnerabilidade social, em nosso Estado.

Sua execução ocorre de forma articulada com as demais ações de Governo, contribuindo para a inserção dos jovens cearenses no mercado de trabalho, por meio da qualificação social e profissional.

Sua execução contribui para o alcance dos Resultados Estratégicos Setoriais, no que se refere à “Geração de Oportunidades de Trabalho, Emprego e Renda”.



As atividades propostas no projeto contribuem para o alcance das metas estabelecidas no PPA (2012-2015) do Governo do Estado do Ceará, fazendo parte do Eixo Sociedade Justa e Solidária, através do Programa Multissetorial 021- Promoção da Juventude; Objetivo 08- Qualificar e requalificar trabalhadores, visando à sua inserção ou reinserção no mercado de trabalho; Meta 00905 - Qualificar e requalificar 61.000 jovens trabalhadores e Meta 01304 - Inserir 18.291 jovens trabalhadores no mercado de trabalho; Iniciativa 01985 - Qualificação e requalificação de trabalhadores - Primeiro Passo.

Os objetivos e as estratégias da área de educação social e profissional da STDS estão em sintonia com a política de qualificação desenvolvida no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), cujo foco é promover, gradativamente, a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação, com vistas a contribuir para o aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho decente, além da participação em processos de geração de oportunidades de trabalho e renda, inclusão social, combate à discriminação, redução da pobreza e da vulnerabilidade da população.

### 3. Diagnóstico

De acordo com a Proposta de Emenda à Constituição 138/03 - PEC da juventude, aprovada pelo Congresso Nacional em setembro de 2010, é jovem no Brasil todo o cidadão que compreende a idade entre 15 e 29 anos, sendo dividido em: jovem-adolescente (15 a 17 anos), jovem-jovem (18 a 24 anos) e jovem-adulto (25 a 29 anos).

Conforme os dados do censo demográfico 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ceará possui elevada proporção de sua população com rendimento mensal domiciliar *per capita* de até R\$70,00, sendo esta a linha de extrema pobreza ou miséria adotada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) em 2011. De acordo com estes dados, o Estado do Ceará possui 1.502.924 moradores residentes em domicílios com rendimentos mensais por pessoa que não ultrapassam esse valor. Isso significa que 17,8% da população cearense encontra-se em situação de miséria, com base no parâmetro estabelecido pelo MDS.

Em termos proporcionais, o Ceará é o sétimo Estado da federação com maior percentual de pessoas nesta condição. Já em termos de participação relativa, dos 16,3 milhões de brasileiros nesta faixa de renda domiciliar *per capita*, 9,24% estão localizados no Ceará. Isto implica que o Estado é o terceiro do País com maior contingente de pessoas extremamente pobres ou miseráveis, atrás apenas da Bahia (14,80%) e do Maranhão (10,40%).

Com base no trabalho técnico realizado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), em 2010, que classifica e hierarquiza todos os municípios do Estado do Ceará, segundo o índice composto dos indicadores: Taxa de Vulnerabilidade, Taxa de Natalidade, Taxa de Mortalidade e Receita Corrente Líquida *per capita*, apenas 13,5% dos 184 municípios apresentaram índice abaixo de 2,5, significando que 52% da população do Estado residem nos municípios com índice acima de 2,5, em uma escala que varia de 0 (zero) a 5 (cinco), no sentido de que quanto maior for o valor do índice, maior a vulnerabilidade no município.

Quando analisada a situação da população jovem no Ceará, as informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)2009/2010, sinaliza que a população jovem na faixa etária entre 15 e 24 anos no Ceará chega a 1.665.000, portanto os jovens representam 19,3% da população cearense. Na conjuntura atual de baixos níveis de atividade econômica e aprofundamento das desigualdades, que resultam na existência de imensas zonas de exclusão, não é tarefa fácil realizar o processo de inserção

social desse segmento, que historicamente ficou esquecido na hora de se planejar o desenvolvimento de Políticas Públicas voltadas para o crescimento e desenvolvimento macroeconômico do nosso Estado.

Ainda segundo os dados da PNAD (2009/2010), referentes ao universo da população jovem no Estado do Ceará, 831.834 jovens (49,96%) desenvolvem alguma atividade vinculada ao setor produtivo geradora de renda. Se considerarmos as condições de trabalho comprovamos a presença de um status de descumprimento da legislação vigente (CLT) neste contexto de mercado, pois 41% dos jovens ocupados recebem até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo por mês e apenas 21% destes ganham mais do que um salário mínimo mensal. Verifica-se também esta condição quando a pesquisa afirma que 64,2% dos jovens ocupados trabalham mais do que 40 horas semanais, uma taxa elevada considerando as diretrizes das leis trabalhistas. Quanto à informalidade, denotada pela não contribuição com a previdência social, chega ao nível de 64% do total.

Estes dados evidenciam que o desemprego é mais incidente sobre a população mais jovem, uma vez que estes não contam com a experiência prévia requerida por empregadores e em grande medida, se lançam ao mercado com baixa escolaridade e sem qualificação profissional adequada.

O desemprego não é o mesmo para todos os jovens. As maiores taxas de desemprego juvenil são observadas entre a faixa etária de 16 e 17 anos e entre mulheres jovens. A dificuldade de inserção é mais difícil para os jovens das famílias de baixa renda e os menos escolarizados. Ser mulher e pertencer ao segmento dos jovens pobres e pouco escolarizados é um complicador a mais na hora de conquistar um posto de trabalho. Outro ponto que merece destaque é a questão da raça e etnia, a pesquisa “Os Negros no Trabalho” realizada pelo DIEESE em 2014, Fundação Seade e Ministério do Trabalho, através do Sistema Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), levantou dados sobre a presença de negros no mercado de trabalho, evidenciando a desigualdade entre negros e não-negros. O relatório do DIEESE aponta que há menor acesso da população negra à educação.

É preciso assinalar, ainda, a diminuição do emprego assalariado ocupado por jovens. Na maioria das vezes, em que escutamos falar em diminuição do desemprego juvenil, é porque houve aumento das ocupações não assalariadas, em geral, precárias e com baixa proteção trabalhista e previdenciária.

Se, por um lado, não há diferença significativa na taxa de participação entre jovens e a população acima de 25 anos, por outro, a taxa de desemprego entre jovens chega a ser quase três vezes superior quando comparada à população com mais de 25 anos. Podemos constatar ainda, que são os jovens mais pobres e menos escolarizados que mais encontram dificuldades para a conquista do primeiro emprego. O jovem acaba refletindo no mercado de trabalho, todo o processo de exclusão que sofreu desde sua infância e que levará consigo por toda a sua vida, sempre preso aos limites impostos pela questão social e suas múltiplas refrações.

Tratando do universo do que podemos chamar de trabalho legalmente aceitável, o jovem que busca o primeiro emprego, sem experiência e sem qualificação adequada é jogado no mercado informal de trabalho (sem carteira assinada) ou em trabalhos com baixos salários. Esse problema se agrava de acordo com o grau de pobreza. Assim, quanto mais pobre, mais difícil será o ingresso no mercado de trabalho.

#### **4. Justificativa**

De acordo com a CF/1988, art. 6º “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o

trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência social, a assistência aos desamparados”.

Assim, garantido pela CF/1988, investimento público em educação e qualificação profissional não é importante somente para a vida dos jovens, que é transformada a partir de uma formação crítica e humana, mas, também, para os conhecimentos e experimentações adquiridos dentro e fora da escola. A formação profissional também é uma área estratégica para definir os rumos de todo o País nas próximas décadas. O crescimento econômico e a democratização do consumo demandam a ampliação das ofertas de trabalho e emprego, nos mais diversos segmentos produtivos, colocando a necessidade de criação de mão de obra qualificada e formada em todos os campos do conhecimento.

O problema básico é combater às causas da exclusão dos jovens do mercado de trabalho, com a criação de mecanismos que permitam o acesso dos mesmos, por meio de qualificação social e profissional, ao mercado de trabalho formal. Da mesma forma, promover e fortalecer os jovens que ainda não apresentam condições de acesso ao mercado de trabalho com formação profissional e concessão de bolsas aprendizagem, visando assim o fortalecimento do vínculo familiar e de seu crescimento por meio da melhoria de sua competitividade, de forma a torná-los aptos a responder às exigências que o mercado apresenta.

O Projeto Primeiro Passo em suas linhas de ação Jovem Bolsista, Estágio Remunerado e Jovem Estagiário, apresenta uma frente de oportunidades aos jovens atendidos com o projeto, que não se restringe apenas a investimento em cursos de qualificação e profissionalização, destinados a jovens em situação de vulnerabilidade social, mas, também, a oportunidade de inserção destes jovens no mercado de trabalho, oportunizando assim a experiência profissional necessária para o início de suas vidas profissionais.

As ações do projeto serão implementadas de forma inicial continuada (FIC), considerando os aspectos da educação cidadã, protagonismo juvenil e da qualificação social e profissional, aliados às iniciativas preparatórias de encaminhamento e acesso ao mundo do trabalho, de modo que se possa otimizar os recursos disponíveis, com vistas a romper o ciclo da pobreza entre os mais jovens.

## 5. Histórico

O Projeto Primeiro Passo é uma ação de qualificação social e profissional de jovens que ao longo do tempo tem se adequado no sentido de melhor oportunizar a geração de emprego e renda como instrumento de autonomia e superação da pobreza em nosso Estado. Até o ano de 2007 o Projeto Primeiro Passo denominava-se Programa de Capacitação Social – PROCAPS. A partir de 2007, o projeto ganhou novas dimensões, ampliação de suas metas e passou a ter a denominação de Projeto Primeiro Passo. Atualmente, apresenta-se como um dos mais importantes componentes de qualificação profissional e inserção de jovens no mercado de trabalho desenvolvido no âmbito da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social.

<b>Ano</b>	<b>Valor Total Aplicado</b>	<b>Valor FECOP</b>	<b>Nº de Beneficiários</b>
2007	3.743.221,89	3.743.221,89	3.334
2008	6.916.642,46	6.916.642,46	5.914
2009	7.179.726,23	7.179.726,23	6.707

2010	7.444.395,96	7.444.395,96	6.073
2011	7.873.508,37	7.873.508,37	6.612
2012	8.154.607,11	8.154.607,11	6.653
2013	8.200.000,00	8.200.000,00	6.070
2014	8.500.000,00	8.500.000,00	6.070

## 6. Público – Alvo

Jovens na faixa etária de 16 a 24 anos, em situação de vulnerabilidade social.

### 6.1. Critérios adotados para seleção dos beneficiários

Estudantes do ensino fundamental ou médio, assim como egressos do ensino médio, oriundos de escolas públicas, pertencentes às famílias com renda *per capita* mensal inferior a (½) salário mínimo e que não estejam engajados em nenhum programa social similar.

### 6.2. Documentos comprobatórios da situação de pobreza

Dentre os documentos elencados pela Lei nº 14.859, 28 de dezembro de 2010, para comprovação da situação de pobreza, o projeto solicita um dos seguintes documentos, quando da seleção dos beneficiários: fatura de energia elétrica que demonstre o consumo de até 80 kwh mensais; fatura de água que demonstre o consumo de até 10 (dez) metros cúbicos mensais; comprovante de inscrição em benefícios assistenciais do Governo Federal; comprovante de renda familiar, com *per capita*, mensal, inferior a (½) salário mínimo.

## 7. Objetivos

### Geral

Promover ações de qualificação social e profissional para jovens em situação de vulnerabilidade com vistas a sua inserção no mercado, de modo a propiciar-lhes oportunidades de desenvolvimento humano e efetivo exercício de cidadania.

### Específicos

- Promover ações de qualificação social e profissional para jovens de acordo com as potencialidades dos municípios e as possibilidades de inserção no mundo do trabalho;
- Transferir renda através de bolsa aprendizagem, para jovens em situação de vulnerabilidade social, atendidos na linha de ação Jovem Bolsista;
- Promover a articulação das ações de educação profissional com as políticas públicas complementares de desenvolvimento social e econômico no âmbito do Estado do Ceará;

- Fortalecer o capital humano e empregabilidade dos jovens por meio capacitação profissional e estágios remunerados em empresas públicas e privadas.

## 8. Atividades / Detalhamento das atividades

### Linha de Ação Jovem Estagiário (Fonte pagadora: Empresa)

Atividades
a) Divulgação do projeto para órgãos públicos e empresas privadas;
b) Celebração de convênios com órgãos públicos;
c) Cadastro e seleção das empresas;
d) Divulgação do projeto para os jovens;
e) Inscrição e seleção de educandos;
f) Encaminhamento dos beneficiários;
g) Remuneração do estágio;
h) Acompanhamento e avaliação do estágio.

#### a) Divulgação do projeto para órgãos públicos e empresas privadas

A divulgação é feita através dos meios de comunicação de grande circulação como televisão, rádio, jornal e internet.

**Responsável:** Equipe Técnica do Projeto Primeiro Passo

#### b) Celebração de convênios com órgãos públicos

Os órgãos públicos interessados enviam a demanda de estagiários através de ofício para a STDS. Após análise da demanda, os órgãos são selecionados e serão elaborados os convênios pela Assessoria Jurídica e solicitadas as assinaturas dos responsáveis.

**Responsável:** Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda – Assessoria Jurídica da STDS

#### c) Cadastro e seleção das empresas

A equipe técnica da STDS visita a empresa e avalia o ambiente das atividades de estágio. Preenchimento da ficha de cadastro pela empresa, seleção e elaboração do Termo de Cooperação Técnica.

**Responsável:** Equipe Técnica do Projeto Primeiro Passo

#### d) Divulgação do projeto para os jovens

A divulgação é feita através das escolas públicas em parceria com a Secretaria da Educação Básica (SEDUC), Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude (CAOPIJ) e meios de comunicação.

**Responsável:** Equipe Técnica do Projeto Primeiro Passo

### **e) Inscrição e seleção de educandos**

A inscrição dos jovens ocorrerá através de cadastro junto a STDS, sendo obedecidos os critérios de atendimento dos jovens selecionados no projeto.

Responsável: Equipe Técnica do Projeto Primeiro Passo

### **f) Encaminhamento dos beneficiários**

O jovem é encaminhado às empresas após assinatura do Termo de Compromisso do Estágio e entrega do fardamento.

Responsável: Equipe Técnica do Projeto Primeiro Passo

### **g) Remuneração do estágio**

A remuneração do estagiário dar-se-á por meio de repasse direto da empresa ou órgão conveniado aos jovens atendidos nesta linha de ação, através de crédito bancário, mediante comprovação de frequência dos jovens. O valor do repasse equivale a no mínimo R\$ 394,00 + R\$52,80 (auxílio transporte)/ mês, por um período de seis meses.

Responsável: Empresas e Órgãos conveniados

### **h) Acompanhamento e Avaliação**

A equipe técnica realiza um acompanhamento sistemático dos jovens através de telefonemas, e-mail e visitas técnicas às empresas e/ou órgãos governamentais.

A avaliação será feita por meio de questionários aplicados aos jovens e às empresas/órgãos, cujos dados farão parte do Relatório Final de Avaliação do projeto.

Responsável: Equipe Técnica da CPTR e do Projeto Primeiro Passo

### **Linha de Ação: Estágio Remunerado (Fonte pagadora: FECOP)**

Atividades
a) Divulgação do Projeto para órgãos públicos
b) Celebração de convênios com órgãos públicos
c) Divulgação do Projeto para os jovens
d) Inscrição e seleção dos jovens
e) Encaminhamento dos beneficiários
g) Concessão de bolsa estágio
h) Acompanhamento e avaliação do estágio

#### **a) Divulgação do Projeto para órgãos públicos**

A divulgação é feita através dos meios de comunicação de grande circulação como televisão, rádio, jornal e internet.

Responsável: Equipe técnica do Projeto Primeiro Passo

#### **b) Celebração de convênios com órgãos públicos**

Os órgãos públicos interessados enviam a demanda de estagiários, através de ofício, para a



STDS. Após análise da demanda, os órgãos são selecionados e firmados os convênios após análise da Assessoria Jurídica da STDS.

Responsável: Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda Assessoria Jurídica da STDS

### **c) Divulgação do projeto para os jovens**

A divulgação é feita nas escolas públicas em parceria com a SEDUC, CAOPIJ e os meios de comunicação.

Responsável: Equipe técnica do Projeto Primeiro Passo

### **d) Inscrição e seleção dos jovens**

A inscrição dos jovens ocorrerá através de cadastro junto a STDS, sendo obedecidos os critérios de atendimento dos jovens selecionados no projeto.

Responsável: Equipe Técnica do Projeto Primeiro Passo

### **e) Encaminhamento dos beneficiários**

O jovem é encaminhado às empresas após assinatura do Termo de Compromisso de Estágio e entrega do fardamento.

Responsável: Equipe técnica do Projeto Primeiro Passo

### **f) Concessão de bolsa estágio**

O pagamento das bolsas aos jovens beneficiados dar-se-á por meio de repasse direto da STDSa empresa ou órgão conveniado através de crédito bancário, mediante comprovação de frequências dos jovens. O valor do repasse equivale a R\$ 394,00+ R\$52,80 (auxílio-transporte) / mês, por um período de seis meses.

Responsável: CPTR e Coordenadoria de Finanças – STDS

### **g) Acompanhamento e avaliação do estágio**

A equipe técnica realiza um acompanhamento sistemático dos jovens através de telefonemas, e-mail e visitas técnicas às empresas e/ou órgãos.

A avaliação é feita por meio de questionários aplicados aos jovens e às empresas/órgãos, cujos dados farão parte do Relatório Final de Avaliação do projeto.

**Responsável:** Equipe técnica da CPTR e do Projeto Primeiro Passo

## **8.3 Linha de Ação Bolsista**

<b>Atividades</b>
a) Celebração de convênios com as entidades executoras;
b) Cadastro e seleção das demandas de ações de qualificação;
c) Inscrição e seleção de educandos;
d) Encaminhamento dos beneficiários;

e) Realização das ações de qualificação social e profissional
f) Concessão de bolsa aprendizagem
g) Acompanhamento e avaliação

### 8.3.1 Detalhamento de atividades

#### a) Celebração de convênios com as entidades executoras

As entidades sem fins lucrativos executoras de ações de qualificação profissional a serem conveniadas serão escolhidas mediante Edital de Seleção Pública a ser devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, assim como amplamente divulgado em meio eletrônico através da homepage da STDS – [www.stds.ce.gov.br](http://www.stds.ce.gov.br). Após a análise das propostas das instituições concorrentes, realizada pela equipe técnica da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS e selecionados as vencedoras, será elaborado convênio pelo setor jurídico e solicitada as assinaturas dos responsáveis. Os critérios de: participação, seleção, pontuação e análise das propostas apresentadas encontra-se devidamente estabelecido no Termo de Referência que acompanha o referido Edital.

**Responsável:** Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda – Assessoria Jurídica da STDS

#### b) Cadastro e Seleção das demandas de ações de qualificação

Realização do cadastro das demandas através de ofícios enviados a STDS pelas entidades interessadas (Associações, fundações, sindicatos e prefeituras) cuja seleção será realizada pela equipe técnica da STDS de acordo com estudos de mercado, bem como análise de vulnerabilidade local.

**Responsável:** Equipe Técnica do Projeto Primeiro Passo e STDS.

#### c) Inscrição e seleção de educandos;

A inscrição dos jovens ocorre na sede do Projeto com pré-seleção através de redação e teste de nível. Os selecionados participarão de Oficinas de Introdução ao Mercado de Trabalho.

**Responsável:** Equipe Técnica do Projeto Primeiro Passo.

#### d) Encaminhamento dos Beneficiários

O jovem é encaminhado às entidades demandantes das ações de qualificação.

**Responsável:** Equipe Técnica do Projeto Primeiro Passo

#### e) Realização das ações de Qualificação Social e Profissional

As ações de qualificação profissional serão desenvolvidas através das entidades sem fins lucrativos, executoras de ações de qualificação social e profissional devidamente habilitadas em edital público e conveniadas com a STDS.

O desenvolvimento das ações de qualificação social e profissional deverá ser planejado

conjuntamente com a equipe técnica do Projeto Primeiro Passo. O início das atividades deverá ser comunicado previamente e qualquer alteração no seu desenvolvimento comunicado com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis para que a Coordenação do Projeto autorize as devidas alterações. Durante o período de realização das atividades a entidade executora deverá ainda alimentar o sistema informatizado de acompanhamento e gerenciamento das ações de qualificação profissional(SQP).

**Responsável:** Entidades executoras conveniadas para este fim.

#### **f) Concessão de Bolsa Aprendizagem**

A concessão de bolsa para os jovens atendidos ocorrerá por meio de repasse direto da STDS aos jovens atendidos nesta linha de ação, através de crédito bancário, mediante comprovação de frequência dos adolescentes. O valor do repasse equivale a R\$ 100,00/ mês, por um período de três meses.

Responsável: CPTR e Coordenadoria de Finanças - STDS

#### **g) Acompanhamento e avaliação**

O acompanhamento dar-se-á por meio de visitas às turmas, realizadas pelos agentes de inclusão.

A avaliação será feita por meio de questionários aplicados aos jovens e educadores, cujos dados farão parte do relatório final de avaliação do projeto.

Responsável: Equipe Técnica da CPTR, do Projeto Primeiro Passo e Entidades Executoras.

### **8.4 Linha de Ação Transformando Vidas**

<b>Atividades</b>
a) Celebração de convênios com as entidades executoras;
b) Seleção das demandas de ações de qualificação dos Centros Socioeducativos
c) Inscrição e seleção de educandos;
d) Realização das ações de qualificação social e profissional
e) Acompanhamento e avaliação

#### **8.4.1 Detalhamento de atividades**

##### **a) Celebração de convênios com as entidades executoras**

As entidades sem fins lucrativos executoras de ações de qualificação profissional a serem conveniadas serão escolhidas mediante Edital de Seleção Pública a ser devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, assim como amplamente divulgado em meio eletrônico através da homepage da STDS – [www.stds.ce.gov.br](http://www.stds.ce.gov.br). Após a análise das propostas das instituições concorrentes, realizada pela equipe técnica da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS e selecionados as vencedoras, será elaborado convênio pelo setor jurídico e solicitada as assinaturas dos responsáveis. Os critérios de: participação, seleção, pontuação e análise das propostas apresentadas encontra-se devidamente estabelecido no Termo de Referência que acompanha o referido Edital.

Responsável: Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda – Assessoria Jurídica da STDS

#### **b) Seleção das demandas de ações de qualificação dos Centros Socioeducativos**

Realização da seleção das demandas dos Centros Socioeducativos da STDS por cursos de qualificação através da equipe pedagógica de cada centro.

**Responsável:** Equipe Técnica do Projeto Primeiro Passo e STDS.

#### **c) Inscrição e seleção de educandos;**

A inscrição dos jovens ocorre no Centro Socioeducativo selecionado. Os selecionados participarão de uma cerimônia motivacional na aula inaugural do curso.

**Responsável:** Equipe Técnica do Projeto Primeiro Passo.

#### **d) Realização das ações de Qualificação Social e Profissional**

As ações de qualificação profissional serão desenvolvidas através das entidades sem fins lucrativos, executoras de ações de qualificação social e profissional devidamente habilitadas em edital público e conveniadas com a STDS.

O desenvolvimento das ações de qualificação social e profissional deverá ser planejado conjuntamente com a equipe técnica do Projeto Primeiro Passo. O início das atividades deverá ser comunicado previamente e qualquer alteração no seu desenvolvimento comunicado com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis para que a Coordenação do Projeto autorize as devidas alterações.

**Responsável:** Entidades executoras conveniadas para este fim.

#### **e) Acompanhamento e avaliação**

O acompanhamento dar-se-á por meio de visitas às turmas, realizadas pelos agentes de inclusão.

A avaliação será feita por meio de questionários aplicados aos jovens e educadores, cujos dados farão parte do relatório final de avaliação do projeto.

**Responsável:** Equipe Técnica da CPTR, do Projeto Primeiro Passo e Entidades Executoras.

### **9. Produtos**

Linha de Ação Jovem Estagiário

<b>Produtos</b>	<b>2015</b>	<b>Fontes de verificação</b>
Jovens inseridos no mercado de trabalho na condição de estagiário.	1.500	Contratos de Trabalho

**Linha de Ação: Estágio Remunerado**

<b>Produtos</b>	<b>2015</b>	<b>Fontes de Verificação</b>
Concessão de Bolsa Estágio	400	Relatório de Pagamento
Jovens inseridos no mercado de trabalho na condição de estagiário.	400	Contratos de Trabalho

#### Linha de Ação Bolsista

<b>PRODUTOS</b>	<b>2015</b>	<b>Fontes de Verificação</b>
Educandos qualificados	5.000	Relatórios do Sistema de Qualificação Profissional – SQP
Cursos de Qualificação realizados.	250	Relatórios do Sistema de Qualificação Profissional - SQP
Concessão de Bolsa Aprendizagem.	5.000	Relatório de Pagamento

#### Linha de Ação Transformando Vidas

<b>PRODUTOS</b>	<b>2015</b>	<b>Fontes de Verificação</b>
Educandos qualificados	160	Relatórios do Sistema de Qualificação Profissional – SQP
Cursos de Qualificação realizados.	11	Relatórios do Sistema de Qualificação Profissional - SQP

## 10. METAS

### Linha de Ação Jovem Estagiário

- ▲ Inserir 1.500 jovens no mercado de trabalho.

### Linha de Ação: Estágio Remunerado

- Inserir 400 jovens em órgãos públicos para estágio remunerado
- Conceder 400 bolsas estágio aos jovens

### Linha de Ação Bolsista

- Qualificar 5.000 jovens
- Realizar 250 cursos de qualificação
- Conceder 5.000 bolsas aprendizagem no valor de R\$100,00 durante 3 meses

### Linha de Ação Transformando Vidas

- Qualificar 160 jovens em cumprimento de medidas socioeducativas
- Realizar 11 cursos de qualificação

## 11. Resultados Esperados

### Linha de Ação Jovem Estagiário

- ✦ Ampliação da oferta de profissionais capacitados para o mercado de trabalho.
- ✦ Ampliação da inserção de jovens no mercado de trabalho.

### Linha de Ação: Estágio Remunerado

- ✦ Ampliação da oferta de profissionais capacitados para o mercado de trabalho.
- ✦ Ampliação da inserção de jovens no mercado de trabalho.

### Linha de Ação Bolsista

- ✦ 5.000 jovens qualificados
- ✦ Ampliação de oferta de profissionais capacitados, com observância no potencial econômico local.

### Linha de Ação Transformando Vidas

- ✦ 160 jovens em cumprimento de medidas socioeducativas qualificados
- ✦ Ampliação de oferta de profissionais capacitados, com observância no potencial econômico local.

## 12. Integração das ações

- No âmbito da STDS

A intersectorialidade se dá entre a Coordenadoria de Promoção do Trabalho, Emprego e Renda, gestor do projeto, e a Coordenadoria do Empreendedorismo para apoio a empreendimentos individuais e coletivos dos beneficiários do programa; a Coordenadoria de Proteção Social Especial para inclusão de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

- No âmbito estadual

Com a Secretaria de Educação Básica – SEDUC, a qual seleciona e encaminha jovens da rede pública de ensino; com as outras Secretarias de Estado e com empresas públicas e privadas, as quais formalizam convênios com a STDS para absorção, em estágios, dos beneficiários e com o SINE para cadastro e intermediação de egressos da qualificação.

## 13. Monitoramento

A Célula de Educação Social e Profissional, através de seu núcleo de monitoramento das ações de capacitação, desenvolve o monitoramento contínuo das ações de qualificação desenvolvidas, buscando a melhoria da qualidade pedagógica, a eficiência e eficácia de suas ações.

O projeto Primeiro Passo, desenvolvido no âmbito da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, terá seus cursos monitorados de forma que possam ser identificados fatores que interferem na execução das ações de qualificação social e profissional, contribuindo assim para a proposição de medidas que contribuam para o aperfeiçoamento do projeto.

Os instrumentais de monitoramento têm como objetivo identificar: o perfil socioeconômico do público atendido, o nível de aproveitamento dos cursos realizados e a qualidade pedagógica das ações de qualificação executadas.



Para o desenvolvimento das atividades de monitoramento será adotada a abordagem qualitativa, pois, entendemos que a mesma possibilita maior interação entre os pesquisados e o pesquisador. Conforme a concepção de Minayo (1994), a pesquisa qualitativa não se preocupa em quantificar, mas em explicar os meandros das relações sociais consideradas essenciais, resultado da atividade humana criadora, afetiva e racional, a qual pode ser apreendida através do cotidiano, da vivência e da explicação do senso comum. Para ela, há momentos em que o objeto de pesquisa é sujeito e se recusa peremptoriamente a se revelar apenas nos números ou a se igualar com sua própria aparência.

A referida autora ainda ressalta aspectos importantes nesse tipo de pesquisa quando diz:

“A pesquisa nessa área lida com seres humanos que, por razões culturais, de classe, de faixa etária, ou por qualquer outro motivo, têm um substrato comum de identidade com o investigador, tornando-os solidariamente imbricados e comprometidos”. (Minayo, 1994, p. 14).

Outra autora que referenda metodologias qualitativas é Haguette. Torna-se visível sua posição quanto à utilização de pressupostos dessa metodologia quando a mesma afirma categoricamente que:

“A realidade existe somente na experiência humana e ela só aparece sob a forma de como os seres humanos veem este mundo, ou seja, são os aspectos objetivos e subjetivos observáveis que compõem a realidade concreta”, (2000, p. 58).

Recorrendo novamente a Haguette (1999, apud Lazarsfeld, 1969) torna-se importante utilizar uma abordagem qualitativa em nossa pesquisa visto que o referido modelo pode ser aplicado em situações nas quais simples observações qualitativas são usadas como indicadores do funcionamento complexo de estruturas e organizações complexas que são difíceis de submeter à observação direta.

A observação participante e a entrevista também farão parte das estratégias de monitoramento. O primeiro instrumento tem o intuito, como ressalta Gil (Ibidem), de conhecer a vida do grupo a partir do interior dele mesmo. Por conseguinte, as entrevistas virão com a intenção de obter, com maior profundidade, dados acerca do comportamento dos educandos.

#### ✦ Coleta de Dados

O monitoramento das ações propostas, ocorrerá por meio de visitas técnicas, constituídas por profissionais devidamente qualificados, que vão “in loco”, e aplicam questionários junto aos beneficiários, ao corpo técnico e pedagógico da instituição executora. Cada turma receberá no mínimo 2 visitas, sendo uma visita no início das atividades pedagógicas, para constatação objetiva da situação da turma e construção da linha de base para o acompanhamento, seguida de mais uma visita de análise das condições de ensino aprendizagem, onde são considerados: a atuação das executoras, o público prioritário, o desempenho dos educadores e educandos, a qualidade pedagógica, a adequação dos conteúdos programáticos, a carga horária, a infraestrutura, o material didático e os equipamentos necessários à execução das ações de QSP.

A seleção das turmas, em cada ação, é realizada de forma aleatória e proporcional ao número de turmas\educandos, considerando a variabilidade entre as entidades executoras em termos da quantidade e da variedade de cursos\ações oferecidas.

As visitas para coleta de dados ocorrerão por meio do Núcleo de Acompanhamento às ações de Qualificação Profissional, vinculado à Célula de Educação Social e Profissional da STDS.

## Sistematização da base de dados

A sistematização da base de dados, considerada a segunda etapa do monitoramento, constitui-se na estruturação de um modelo de banco de dados a ser utilizado como ferramenta de auxílio à gestão e ao gerenciamento das ações desenvolvidas, sendo capaz de oferecer ao gestor do projeto, subsídios que permitam a análise qualitativa e quantitativa da execução do projeto.

Esta etapa consiste numa análise detalhada dos dados disponibilizados referentes a execução das ações de qualificação social e profissional, assim como a qualidade pedagógica do trabalho que vem sendo desenvolvido.

### ↳ Desenvolvimento de indicadores e metas

O monitoramento através da análise sistemática dos dados coletados e do acompanhamento das ações desenvolvidas contribui para a construção de uma intervenção no sentido de subsidiar a avaliação de desempenho institucional, assim como estabelecer metas e indicadores essenciais à eficiência e eficácia da ação proposta.

### ↳ Análise do alcance das metas

O processo de monitoramento versa ainda sobre a análise do alcance das metas propostas, ou seja, estabelecer a diferença entre a meta pactuada e a alcançada, bem como as possíveis ameaças para o alcance das mesmas, subsidiando o gestor do projeto com informações que lhe permitam correções das fragilidades ocorridas durante a execução.

### – Elaboração ferramentas informacionais

A disseminação das informações coletadas, através das atividades de monitoramento, torna-se uma importante ferramenta de gestão para os responsáveis pelo acompanhamento e gerenciamento de projeto sociais.

A Célula de Educação Social e Profissional, em parceria com a Célula de Tecnológica da Informação da STDS, criou o Sistema de Qualificação Profissional – SQP, que tem como objetivo o gerenciamento de todas as atividades de qualificação profissional permitindo o acompanhamento em tempo real das ações que estão sendo executadas. Foram realizados treinamentos com a participação de instituições executoras, gerentes de projetos e técnicos de monitoramento para melhor domínio e utilização desta ferramenta.

O resultado do monitoramento e avaliação das ações de qualificação subsidiará os gestores e as executoras, no sentido de corrigir as “Não Conformidades” encontradas a partir das visitas técnicas realizadas às ações de qualificação. Também, proporcionarão, não só ao Orientador da Célula de Educação Social e Profissional/CESP, como também aos demais responsáveis pela Qualificação Social e Profissional na STDS, informação sobre o andamento da execução dos cursos de QSP.

Ao final das atividades a gerência do Projeto deverá apresentar um Relatório com o detalhamento das metas executadas, apresentando os indicadores que foram alcançados, principais dificuldades na implementação das atividades propostas, e os avanços que o projeto teve no ano de 2015.

## 13.1 Dados Utilizados

Cada visita tem o seu modelo de instrumental, denominado: Relatório de Constatação Objetiva, Questionário de Avaliação pelo Supervisor, Questionário de Avaliação pelo Educador e Questionário de Avaliação pelo Educando, onde são considerados os itens: atuação das executoras, o público

prioritário, o desempenho dos educadores e educandos, a qualidade pedagógica, a adequação dos conteúdos programáticos, a carga horária, a infraestrutura, o material didático e os equipamentos necessários à execução das ações de QSP.

Os dados coletados através do formulário de constatação objetiva, preenchido pelo técnico, na primeira visita que ocorre no início do curso, bem como os dos questionários estruturados, aplicados junto aos beneficiários e instrutor, durante e ao final de cada curso, serão analisados e se os dados coletados mostrarem que o curso não está transcorrendo dentro dos padrões necessários e/ou registrados no convênio, recomenda-se intervenções nestas situações, através de “comunicado de não conformidades”, para retomada da situação e para construção da linha de base para o acompanhamento, sendo todos lançados no SQP.

### 13.2 Cadastro dos Beneficiários

A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) implantou Sistema de Monitoramento das Ações de Qualificação Profissional (SQP) para o registro das informações referentes aos beneficiários, identificando-os civilmente como: dados pessoais, NIS, documentação (CPF), filiação, endereço dentre outros aspectos inerentes ao que os projetos propõem-se a atender.

Os dados estão organizados por convênio/contrato e ano de execução, permitindo uso de filtros de pesquisa para fins de facilitar futuras avaliações.

### 14. Pressupostos de Risco

- Falta de envolvimento dos municípios, na realização das atividades de intervenção comunitária pelos jovens bolsistas;
- Burocracia exigida na abertura de contas bancárias para recebimento das bolsas aprendizagem e de estágio,
- Não captação do número de vagas necessárias para encaminhamento dos jovens;

### 15. Orçamento 2015

<b>Detalhamento</b>	<b>FECOP (R\$)</b>	<b>Outras Fontes (R\$)</b>	<b>Total (R\$)</b>
NATUREZA DA DESPESA			
<b>1. DESPESAS CORRENTES</b>			
1.1 Material de Consumo <b>33.90.30</b>	486.200,00	0,00	486.200,00
1.2 Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica <b>33.90.39</b>	341.300,00	0,00	341.300,00

1.3 Benefícios Assistenciais (Repasse aos Educandos) – <b>33.90.36</b>	2.457.456,00	0,00	2.457.456,00
1.4 Repasse às Entidades – <b>33.50.41</b>	4.715.044,00	0,00	4.715.044,00
<b>TOTAL</b>	<b>8.000.000,00</b>		<b>8.000.000,00</b>

**Justificativa:** De acordo com o Art. 15 do Decreto Estadual nº 29.704 de 08 de abril de 2009, o valor da bolsa de estágio que o órgão ou entidade concedente deverá repassar aos jovens é de 50% do valor de referência ADO-14 para estagiários do nível médio, atualmente o valor corresponde à R\$ 692,28. O valor previsto no projeto está superior ao decreto, sendo necessário o ajuste para R\$ 346,14, somados aos R\$52,80 de auxílio-transporte, totalizando durante os 6 meses R\$ 2.393,64 por estagiário, conforme tabela a seguir. Assim, têm-se um saldo de R\$114.864,00 que foi reprogramado para o Repasse às Entidades (33.50.41) visando o atendimento de mais 160 jovens. O Cronograma de Desembolso também será alterado. Ressaltamos que não haverá prejuízo a nenhum jovem, nem a execução do projeto, uma vez que os valores repassados estão de acordo com o Decreto vigente.

Despesa	Valor Decreto (50%)	Valor Projeto	Valor Repassado ao jovem	Saldo
Valor bolsa 1 jovem (6 meses)	R\$ 2.393,64	R\$ 2.680,80	R\$ 2.393,64	R\$ 287,16
Total 400 jovens	R\$ 957.456,00	R\$ 1.072.320,00	R\$ 957.456,00	R\$ 114.864,00

## 16. Cronograma de Desembolso – FECOP

Item de Despesa	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	Total (R\$)
3390.30 - Material de Consumo	75.700,00		75.700,00	75.700,00		75.700,00	75.700,00	32.000,00	75.700,00	486.200,00
3390.39 – Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	46.662,50	46.662,50	46.662,50	46.662,50		46.662,50	46.662,50	14.662,50	46.662,50	341.300,00
3390.08 - Benefício Assistenciais (Repasse aos Educandos)	157.500,00	657.500,00	657.500,00	657.500,00	158.100,00	157.500,00	-	11.856,00	-	2.457.456,00
3350.41 – Repasse a instituição	460.078,00		690.117,00		1.379.634,00		1.380.234,00	114.864,00	690.117,00	4.715.044,00
<b>Total (R\$)</b>	<b>739.940,5</b>	<b>704.162,5</b>	<b>1.469.979,5</b>	<b>779.862,5</b>	<b>1.537.734,00</b>	<b>279.862,50</b>	<b>1.502.596,5</b>	<b>173.382,5</b>	<b>812.479,5</b>	<b>8.000.000,00</b>

## 17. Distribuição dos Recursos por Municípios em 2015

<b>Nº</b>	<b>Região Administrativa</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>Valor FECOP</b>	<b>Pessoas Beneficiadas</b>
1	MR1 – METROPOLITANA	AQUIRAZ	40.800,00	40
2	MR1 – METROPOLITANA	CASCADEL	25.500,00	27
3	MR1 – METROPOLITANA	CAUCAIA	95.961,84	93
4	MR1 – METROPOLITANA	EUSÉBIO	55.787,28	52
5	MR1 – METROPOLITANA	FORTALEZA	3.759.734,24	2.767
6	MR1 – METROPOLITANA	GUAIÚBA	51.000,00	50
7	MR1 – METROPOLITANA	ITAITINGA	132.600,00	130
8	MR1 – METROPOLITANA	MARACANAÚ	9.574,56	35
9	MR1 – METROPOLITANA	MARANGUAPE	105.223,68	87
10	MR1 – METROPOLITANA	PACAJUS	4.787,28	2
11	MR1 – METROPOLITANA	PACATUBA	45.587,28	43
12	MR1 – METROPOLITANA	PINDORETAMA	0,00	1
13	MR1 – METROPOLITANA	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	27.893,64	26
<b>Total MR1</b>			<b>4.354.449,80</b>	
<b>Nº</b>	<b>Região Administrativa</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>Valor FECOP</b>	<b>Pessoas Beneficiadas</b>
14	MR2 – LITORAL OESTE	ACARAÚ	27.893,64	27
15	MR2 – LITORAL OESTE	AMONTADA	51.000,00	50
16	MR2 – LITORAL OESTE	APUIARÉS	25.500,00	25
17	MR2 – LITORAL OESTE	BARROQUINHA	25.500,00	25
18	MR2 – LITORAL OESTE	CAMOCIM	58.180,92	71
19	MR2 – LITORAL OESTE	CRUZ	25.500,00	25
20	MR2 – LITORAL OESTE	ITAPAJÉ	51.000,00	52
21	MR2 – LITORAL OESTE	ITAPIOCA	78.893,64	77
22	MR2 – LITORAL OESTE	ITAREMA	102.000,00	100
23	MR2 – LITORAL OESTE	JIJOCA DE JERICOACOARA	25.500,00	25
24	MR2 – LITORAL OESTE	MORRINHOS	25.500,00	25



25	MR2 – LITORAL OESTE	PARACURU	25.500,00	25
26	MR2 – LITORAL OESTE	PARAIPABA	25.500,00	26
27	MR2 – LITORAL OESTE	SÃO LUIS DO CURU	51.000,00	50
28	MR2 – LITORAL OESTE	TEJUÇUOCA	25.500,00	25
29	MR2 – LITORAL OESTE	TRAIRI	153.000,00	150
30	MR2 – LITORAL OESTE	UMIRIM	51.000,00	50
31	MR2 – LITORAL OESTE	URUBURETAMA	25.500,00	25
32	MR2 – LITORAL OESTE	URUOCA	28.975,00	25
<b>TOTAL MR2</b>			<b>878.968,20</b>	<b>878</b>
<b>Nº</b>	<b>Região Administrativa</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>Valor FECOP</b>	<b>Pessoas Beneficiadas</b>
33	MR3 – SOBRAL / IBIAPABA	CARIRÉ	25.500,00	25
34	MR3 – SOBRAL / IBIAPABA	CARNAUBAL	25.500,00	26
35	MR3 – SOBRAL / IBIAPABA	COREAÚ	76.500,00	76
36	MR3 – SOBRAL / IBIAPABA	CROATÁ	25.500,00	26
37	MR3 – SOBRAL / IBIAPABA	FORQUILHA	0,00	1
38	MR3 – SOBRAL / IBIAPABA	GRAÇA	25.500,00	25
39	MR3 – SOBRAL / IBIAPABA	GROAÍRAS	0,00	1
40	MR3 – SOBRAL / IBIAPABA	GUARACIABA DO NORTE	76.500,00	77
41	MR3 – SOBRAL / IBIAPABA	HIDROLANDIA	0,00	1
42	MR3 – SOBRAL / IBIAPABA	IBIAPINA	0,00	16
43	MR3 – SOBRAL / IBIAPABA	IPU	25.500,00	25
44	MR3 – SOBRAL / IBIAPABA	IRAUÇUBA	25.500,00	25
45	MR3 – SOBRAL / IBIAPABA	MASSAPÊ	25.500,00	25
46	MR3 – SOBRAL / IBIAPABA	PIRES FERREIRA	25.500,00	25
47	MR3 – SOBRAL / IBIAPABA	RERIUTABA	25.500,00	25
48	MR3 – SOBRAL / IBIAPABA	SANTANA DO ACARAÚ	25.500,00	27
49	MR3 – SOBRAL / IBIAPABA	SENADOR SÁ	0,00	1
50	MR3 – SOBRAL / IBIAPABA	SOBRAL	40.691,88	30
51	MR3 – SOBRAL / IBIAPABA	SÃO BENEDITO	0,00	1

52	MR3 – SOBRAL / IBIAPABA	TIANGUÁ	32.680,92	30
53	MR3 – SOBRAL / IBIAPABA	UBAJARA	51.000,00	52
54	MR3 – SOBRAL / IBIAPABA	VIÇOSA DO CEARÁ	0,00	3
<b>TOTAL MR3</b>			<b>532.372,80</b>	<b>543</b>
<b>Nº</b>	<b>Região Administrativa</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>Valor FECOP</b>	<b>Pessoas Beneficiadas</b>
55		CATUNDA	0,00	1
56	MR4 – SERTÃO DE INHAMUS	CRATEÚS	51.000,00	55
57	MR4 – SERTÃO DE INHAMUS	IPAPORANGA	25.500,00	25
58	MR4 – SERTÃO DE INHAMUS	MONSENHOR TABOSA	25.500,00	26
59	MR4 – SERTÃO DE INHAMUS	PORANGA	25.500,00	25
60		TAUÁ	0,00	2
<b>TOTAL MR4</b>			<b>127.500,00</b>	<b>134</b>
<b>Nº</b>	<b>Região Administrativa</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>Valor FECOP</b>	<b>Pessoas Beneficiadas</b>
61	MR5 – SERTÃO CENTRAL	BOA VIAGEM	25.500,00	25
62	MR5 – SERTÃO CENTRAL	CANINDÉ	51.000,00	53
63	MR5 – SERTÃO CENTRAL	CARIDADE	51.000,00	50
64	MR5 – SERTÃO CENTRAL	CHORÓ	25.500,00	25
65	MR5 – SERTÃO CENTRAL	DEP. IRAPUÃ PINHEIRO	25.500,00	25
66	MR5 – SERTÃO CENTRAL	GENERAL SAMPAIO	51.000,00	50
67	MR5 – SERTÃO CENTRAL	IBARETAMA	76.500,00	75
68	MR5 – SERTÃO CENTRAL	MADALENA	51.000,00	52
69	MR5 – SERTÃO CENTRAL	MOMBAÇA	2.393,64	1
70	MR5 – SERTÃO CENTRAL	PARAMOTI	25.500,00	25
71	MR5 – SERTÃO CENTRAL	PEDRA BRANCA	25.500,00	25
72	MR5 – SERTÃO CENTRAL	PIQUET CARNEIRO	25.500,00	25
73	MR5 – SERTÃO CENTRAL	QUIXADÁ	206.393,64	202
74	MR5 – SERTÃO CENTRAL	QUIXERAMOBIM	51.000,00	50
75	MR5 – SERTÃO CENTRAL	SANTA QUITÉRIA	51.000,00	53
	MR5 – SERTÃO CENTRAL	SOLON[OPOLE	0,00	1
<b>TOTAL MR5</b>			<b>744.287,28</b>	<b>737</b>

<b>Nº</b>	<b>Região Administrativa</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>Valor FECOP</b>	<b>Pessoas Beneficiadas</b>
76	MR6 – BATURITÉ	ACARAPE	76.500,00	75
77	MR6 – BATURITÉ	ARACOIABA	51.000,00	51
78	MR6 – BATURITÉ	ARATUBA	20.400,00	20
79	MR6 – BATURITÉ	BATURITE	89.093,64	86
80	MR6 – BATURITÉ	CAPISTRANO	51.000,00	50
81	MR6 – BATURITÉ	GUARAMIRANGA	40.800,00	40
82	MR6 – BATURITÉ	ITAPIUNA	51.000,00	50
83		PACOTI	0,00	2
<b>TOTAL MR6</b>			<b>379.793,64</b>	<b>374</b>
<b>Nº</b>	<b>Região Administrativa</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>Valor FECOP</b>	<b>Pessoas Beneficiadas</b>
84		ALTO SANTO	0,00	1
85	MR7 – LIT. LESTE/JAGUARIBE	ARACATI	58.180,92	55
86	MR7 – LIT. LESTE/JAGUARIBE	BEBERIBE	27.893,64	26
87	MR7 – LIT. LESTE/JAGUARIBE	FORTIM	25.500,00	25
88	MR7 – LIT. LESTE/JAGUARIBE	IRACEMA	25.500,00	25
89	MR7 – LIT. LESTE/JAGUARIBE	JAGUARETAMA	51.000,00	50
90	MR7 – LIT. LESTE/JAGUARIBE	JAGUARIBARA	51.000,00	52
91		JAGUARIBE	0,00	2
92	MR7 – LIT. LESTE/JAGUARIBE	LIMOEIRO DO NORTE	7.180,92	20
93	MR7 – LIT. LESTE/JAGUARIBE	MORADA NOVA	25.500,00	27
94	MR7 – LIT. LESTE/JAGUARIBE	RUSSAS	2.393,64	3
95		TABULEIRO DO NORTE	0,00	2
<b>TOTAL MR7</b>			<b>274.149,12</b>	<b>288</b>
<b>Nº</b>	<b>Região Administrativa</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>Valor FECOP</b>	<b>Pessoas Beneficiadas</b>
96	MR8 – CARIRI/CENTRO SUL	ACOPIARA	27.893,64	28
97		ALTANEIRA	0,00	1
98	MR8 – CARIRI/CENTRO SUL	ANTONINA DO NORTE	51.000,00	50
99	MR8 – CARIRI/CENTRO SUL	ASSARÉ	25.500,00	25

100	MR8 – CARIRI/CENTRO SUL	ARARIPE	25.500,00	26
101	MR8 – CARIRI/CENTRO SUL	BAIXIO	51.000,00	50
102	MR8 – CARIRI/CENTRO SUL	BARBALHA	32.680,92	30
103	MR8 – CARIRI/CENTRO SUL	BARRO	51.000,00	50
104	MR8 – CARIRI/CENTRO SUL	BREJO SANTO	25.500,00	25
105	MR8 – CARIRI/CENTRO SUL	CARIRIAÇU	25.500,00	27
106		CATARINA	0,00	2
107	MR8 – CARIRI/CENTRO SUL	CEDRO	25.500,00	25
108	MR8 – CARIRI/CENTRO SUL	CRATO	60.574,56	79
109	MR8 – CARIRI/CENTRO SUL	ICÓ	25.500,00	25
110	MR8 – CARIRI/CENTRO SUL	IGUATU	7.180,92	18
111	MR8 – CARIRI/CENTRO SUL	IPAUMIRIM	51.000,00	50
112	MR8 – CARIRI/CENTRO SUL	JARDIM	25.500,00	27
113		JATI	0,00	2
114	MR8 – CARIRI/CENTRO SUL	JUAZEIRO DO NORTE	19.149,12	24
115	MR8 – CARIRI/CENTRO SUL	LAVRAS DA MANGABEIRA	25.500,00	27
116		MILAGRES	0,00	10
117	MR8 – CARIRI/CENTRO SUL	MISSÃO VELHA	25.500,00	27
118	MR8 – CARIRI/CENTRO SUL	NOVA OLINDA	25.500,00	25
119	MR8 – CARIRI/CENTRO SUL	PENAFORTE	25.500,00	25
120	MR8 – CARIRI/CENTRO SUL	QUIXELÔ	51.000,00	50
121	MR8 – CARIRI/CENTRO SUL	SALITRE	25.500,00	25
<b>TOTAL MR8</b>			<b>708.479,16</b>	<b>753</b>
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>8.000.000,00</b>	<b>7.060</b>

#### JUSTIFICATIVA:

O cenário econômico desfavorável dos últimos meses demandou mudanças significativas no projeto como tentativa de amenizar os efeitos nos jovens. De acordo com pesquisa realizada pelo IBGE, em maio, o desemprego chegou a 6,7%, e a intensidade deste crescimento foi maior nos jovens de 18 a 24 anos, chegando aos 16,4%, mais que o dobro do geral. Considerando esta

realidade, a STDS, decidiu ajustar o projeto ampliando os municípios que serão atendidos, em busca de amenizar tal quadro e oportunizar aos jovens em um número diversificado de municípios os nossos cursos de qualificação e o encaminhamento de estagiários para empresas e instituições. Com os cortes de 25% na folha de pessoal do Estado, a procura dos órgãos governamentais por nossos estagiários cresceu significativamente, e, diante de tal situação, negociamos com os solicitantes e reprogramamos o encaminhamento. Vale salientar que não houve prejuízo nenhum à execução, tampouco aos beneficiários

#### **18. Responsável(is) pelo Projeto**

<b>Coordenadoria / Gerência</b>	Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda – CPTR
<b>Técnico</b>	Robertha Arrais de Souza Catunda
<b>E-mail</b>	<a href="mailto:robertha.arrais@stds.ce.gov.br">robertha.arrais@stds.ce.gov.br</a>
<b>Fone</b>	8819-8253 / 3101-1559

**Anexo 1**  
**MARCO LÓGICO**  
**(Primeiro Passo – MAPP 44)**

<b>Cadeia Lógica de Objetivos</b>	<b>Descrição</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Meios de Verificação</b>	<b>Riscos</b>
<b>Impactos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Permanência no mercado dos jovens atendidos</li> <li>- Aumento da renda dos jovens atendidos</li> <li>- Mudança socioeconômica e comportamental de pessoas atendidas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- % de jovens que permaneceram no mercado após o fim do projeto</li> <li>- % de pessoas com aumento de renda após o curso</li> <li>- % de jovens com novas perspectivas sociais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pesquisa com os egressos realizada após 1 ano da conclusão dos cursos</li> <li>- Pesquisa com educandos na inscrição do curso</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Perca de contato com os jovens egressos</li> </ul>
<b>Resultados</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- jovens inseridos no mercado de trabalho</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- % de jovens com Termo de Compromisso de Estágio</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Termos de Compromisso de Estágio</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Evasão dos jovens, impossibilitando atingir a meta</li> </ul>
<b>Produtos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 205 Cursos de Qualificação Social e Profissional (QSP)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de cursos de QSP realizados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relatório de acompanhamento dos Sistemas Gerenciais da STDS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de apoio municipal para realizar as ações de QSP</li> </ul>
<b>Atividades</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar cursos de QSP para pessoas em situação de vulnerabilidade social.</li> <li>- Encaminhar concludentes ao Sine</li> <li>- Encaminhar jovens para estagiar em órgãos públicos, empresas privadas e sem fins lucrativos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de cursos de QSP realizados para pessoas em situação de vulnerabilidade social</li> <li>- Número de jovens encaminhados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relatório de acompanhamento dos Sistemas Gerenciais da STDS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de apoio municipal para realizar as ações de QSP</li> <li>- Atraso na licitação gerando morosidade nos convênios de execução</li> </ul>



	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Firmar Parceria com os municípios</li> <li>- Firmar Parceria com empresas e entidades</li> <li>- Firmar Convênio com entidades executoras</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de parcerias realizadas com municípios, entidades e empresas</li> <li>- Convênios firmados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Comprovante de inscrição do Sistema Mais Emprego</li> <li>- Termo de cooperação técnica</li> <li>- Cópia dos convênios</li> </ul>	
<b>Insumos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Recursos do FECOP</li> <li>- Equipe multidisciplinar da STDS</li> <li>- Equipe multidisciplinar das entidades executoras</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- % de recurso executado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relatório de execução orçamentária</li> </ul>	



**Governo do Estado do Ceará**  
**Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS**

**Projeto: Garantindo a Acessibilidade**  
**Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional**

**Fevereiro/2015**

<b>Secretaria</b>	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS
<b>Programa</b>	026 – Atenção à Pessoa com Deficiência
<b>Mapp</b>	71 – Garantindo a Acessibilidade
<b>Período de Execução</b>	Fevereiro a Dezembro/2015
<b>Categoria</b>	Estruturante – Ocupação e Renda - Inclusão Produtiva Urbana

### 1. Descrição do Projeto

A **Política do Trabalho, Emprego e Renda** tem por público alvo os trabalhadores em geral, porém, na prática, os seus maiores beneficiários são as pessoas socialmente vulneráveis, com menor nível de escolaridade, de qualificação profissional, de renda familiar e, conseqüentemente, com maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

O Garantindo a acessibilidade foi desenvolvido para atender as pessoas com deficiência (PCD's) e seus familiares, qualificando-os para o mercado de trabalho através de cursos profissionalizantes, para que sejam inseridos no mercado de trabalho e gerem renda para suas famílias. Os beneficiários do projeto devem ter renda familiar *per capita* inferior a ½ salário mínimo.

### 2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

O projeto Garantindo a Acessibilidade está vinculado a Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda e tem se apresentado como uma importante ferramenta para a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade através da igualdade de oportunidades, evidenciando, portanto, que a deficiência é apenas mais uma característica da condição humana.

O projeto contribui ainda para a consolidação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da qual o Brasil é signatário.

As atividades propostas no projeto contribuem para o alcance das metas estabelecidas no PPA 2012-2015 do Governo do Estado do Ceará, fazendo parte do Eixo: Sociedade Justa e Solidária, através do Programa Multisetorial 026 – Atenção à Pessoa com Deficiência; Objetivo 016 – Ofertar oportunidades de qualificação social e profissional para pessoas com deficiência e seus familiares; Metas 01877 – Qualificar 2.000 pessoas com deficiência e seus familiares e 01878 – Inserir 200 pessoas com deficiência no mercado de trabalho; Iniciativas 03346 – Inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho e 03347 – Qualificação de pessoas com deficiência.

O projeto contribui ainda para o alcance dos resultados estratégicos de Governo: Ceará competitivo nas suas vocações e nas novas oportunidades e os Resultados Estratégicos Setoriais no que se refere à Geração de Oportunidades de trabalho, emprego e renda.

Os objetivos e as estratégias da área de educação social e profissional da STDS estão em sintonia com a política de qualificação desenvolvida no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), cujo foco é promover gradativamente a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação, com vistas a contribuir para o aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho decente, além da participação em processos de geração de oportunidades de trabalho e renda, inclusão social, combate à discriminação, redução da pobreza e da vulnerabilidade da população.

### 3. Diagnóstico

Dados mais recentes produzidos por estimativas do IBGE/ Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD) indicam que a população do Estado é constituída por 8,4 milhões de habitantes, dos quais 2,3 milhões são pessoas com algum tipo de deficiência. Esse contingente é formado predominantemente por famílias de baixo poder aquisitivo, com fortes restrições de acessibilidade.

De acordo com o último Censo, o Ceará está entre os cinco estados brasileiros com maior ocorrência de pessoas com deficiência e Fortaleza possui, atualmente, aproximadamente 350 mil pessoas com deficiência, o que representa quase 15% da população total.

Quando se estabelece comparação regional, observa-se que os índices sugerem o mesmo comportamento em termos de equivalência quantitativa.

O crescimento das estatísticas sobre deficiência no mundo têm se inserido na pauta de discussões governamentais e de diferentes instâncias nacionais e internacionais. A realidade atual e projeções estatísticas permitem que sejam projetados os impactos que tal segmento representa na dinâmica da realidade em um contexto global.

O Brasil vem dedicando interesse peculiar para essa realidade, instituindo a consolidação de legislação específica para a garantia de direitos desse público, em particular.

Por muito tempo, pessoas com deficiências foram segregadas. No Brasil, eram tratados por políticas meramente assistencialistas, sem que os governos e a sociedade em geral compreendessem a complexidade do problema e muito menos a importância e significado da garantia de seus direitos.

A partir da Constituição Federal de 1988, novas perspectivas democráticas se delinearam para o país e a gestão das políticas públicas adquiriu novo ordenamento jurídico e institucional. O indivíduo foi elevado à categoria de cidadão e considerado apto a realizar plenamente seus direitos civis, políticos, sociais, culturais e econômicos. Uma das formas eficazes de implementar o dever do Estado é inserir o desenvolvimento de práticas e/ou manifestações de apoio ao transporte de pessoas com acessibilidade dificultada no seu meio ambiente.

O Plano de Governo para o Estado do Ceará (2012-2015) está fundamentado em três ideias força que determinam: a construção de uma sociedade justa e solidária; uma economia para uma vida melhor e a efetivação de uma gestão ética, eficiente e participativa. Essas ideias-forças convergem para a efetivação de políticas públicas de múltiplas dimensões, garantindo também a efetivação de uma política pública de inclusão por meio da qualificação profissional não somente de Pessoas com Deficiência (PcD) mais também de seus familiares.

Para fazer frente aos limites impostos às pessoas com deficiências, o Plano de Governo para o Estado do Ceará delineou resultados estratégicos cuja efetivação concorre para a garantia de direitos desses segmentos populacionais. Esses resultados devem ser objeto da ação de todos os setores da administração estadual, em parceria com as prefeituras municipais, apoio do Governo Federal e participação ativa da sociedade civil organizada.

A STDS atende aos segmentos vulnerabilizados, envolvendo crianças, adolescentes, famílias, idosos e pessoas com deficiência. Diversos fatores, entre eles a elevação da taxa de desemprego do país e do Ceará, têm contribuído para que haja um aumento da população com renda per capita abaixo de 1/2 salário mínimo.

Segundo preconiza a LOAS, é dever do estado garantir o atendimento às necessidades básicas de proteção, amparo, promoção, habilitação e integração dos segmentos vulnerabilizados.

Nesse sentido, faz-se necessário assegurar às pessoas com deficiência o acesso aos seus direitos, enquanto instrumentos de construção de formas de uma nova vida e de possibilidades de aproximação do meio, situando-se nas dimensões sociais e históricas pelo viés da produção das várias linguagens.

A igualdade está elevada à condição de direito, estando consolidada na área do trabalho na reserva de cargos e empregos públicos para pessoas com deficiência (Art. 37, VIII, Constituição). Esse comando constitucional que eleva a dignidade da pessoa com deficiência e sua condição de cidadão pelo exercício de um trabalho remunerado tem previsões específicas na Lei nº 8.112/90 que prevê a reserva de vagas para candidatos com deficiência em cada concurso público; na Lei nº 8.213/91 que dispõe sobre a reserva de postos de trabalho para pessoa com deficiência em empresas com cem ou mais empregados, e no Decreto nº 3.298/99 que regulamenta a Lei nº 7.853/89 sobre a política de inclusão da pessoa com deficiência por meio da reserva, emprego

protegido e elementos assistivos; na Lei nº 10.097/00, e alterações que se seguiram, há a garantia de aprendizagem para o adolescente com deficiência, desconsideradas a idade limite e a escolaridade; leis que possibilitam o estágio da pessoa com deficiência e a reunião de pessoas com deficiência em cooperativas sociais.

A reserva (conhecida como cota) de cargos para trabalhadores com deficiência em empresas com cem ou mais empregados, em percentuais que variam de 2% a 5% para empresas com mais de mil empregados, está prevista no Artigo 93, da Lei nº 8.213/91, devendo atender determinadas peculiaridades de maneira a dar efetividade à ação afirmativa.

O percentual da reserva de postos de trabalho deve incidir sobre o número total de empregados da empresa, somados todos os seus estabelecimentos. O cumprimento da reserva deve ocorrer em todos os estabelecimentos e, com isso atender a oferta de trabalhadores qualificados existente em cada localidade.

#### **4. Justificativa**

O direito ao trabalho de todos, incluídas as pessoas com deficiência, está previsto no Art. 6º da Constituição da República, decorre de valores que fundamentam o Estado democrático de direito (Art. 1º, III e IV, Constituição), de forma a cumprir o objetivo da República de promover a todos sem preconceitos ou discriminação (Art. 3º, IV, Constituição).

O empregador deve exigir do trabalhador com deficiência a comprovação da habilitação ou qualificação profissional para ocupar o cargo, de forma a bem desempenhar as atividades inerentes da função, com produtividade e eficiência. A pessoa com deficiência pode vir a ocupar qualquer cargo e exercer qualquer função, desde que tenha qualificação para tal. Ferem a ordem constitucional e legal as exigências de “aptidão plena” para o exercício de cargos ou funções.

A política de emprego instituída no Decreto nº 3.298/99 é a de inserção da pessoa com deficiência ao mercado de trabalho, cuja regra geral é a modalidade de colocação competitiva, observado o processo de contratação regular, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária. Há também previsão para a incorporação da pessoa com deficiência ao sistema produtivo mediante regime especial de trabalho protegido (Art. 34).

Uma das formas de inserção de Pessoas com Deficiência no mercado de trabalho é a de colocação seletiva, observado o processo de contratação regular, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária mas que depende da adoção de procedimentos e apoios especiais para sua concretização. Nessa modalidade, permite-se às entidades beneficentes de assistência social a atuação como apoiadoras (apoio especial) da inserção da pessoa com deficiência, habilitada para o trabalho. Tratam-se de serviços especializados desenvolvidos pelas entidades beneficentes de assistência social voltados para a identificação das habilidades da pessoa com deficiência e/ou sua qualificação profissional que podem ser colocados à disposição dos empregadores, e/ou contratados.

A existência das leis não significa a imediata inserção da pessoa com deficiência ao trabalho remunerado. No âmbito das relações privadas, a partir de 1999 com a política institucional do Ministério Público do Trabalho de fazer cumprir a Lei nº 8.213/91, e o Ministério do Trabalho e Emprego de fiscalizar o cumprimento da reserva com a nova atribuição conferida pelo Decreto nº 3.298/99, foram geradas em torno de um milhão de vagas, em empresas com cem ou mais empregados.

No entanto, não há trabalhadores com deficiência com qualificação suficiente no mercado para ocuparem as funções geradas, reflexo da ausência das pessoas com deficiência na formação metódica de uma profissão, e que exige a inclusão escolar. Uma das atuais formas de adiantar o processo de inclusão é aliar a educação profissional e o trabalho por meio da aprendizagem.

Frente ao ordenamento legal apontado, justifica-se o projeto pelas possibilidades que resguarda de oportunizar às pessoas com deficiência o usufruto de seus direitos nas mais diversas linguagens, esperando que o governo e a sociedade compartilhem responsabilidades sociais e oportunizem a inserção social de PcD pela via da geração de emprego e renda. É importante ainda assegurar a qualificação profissional de membros das famílias de PCD's, fortalecendo assim o vínculo familiar, a qualificação profissional como instrumento de inserção no mundo do trabalho e a consequente melhoria da competitividade do público-alvo do projeto frente as novas exigências do mercado de trabalho.

É indiscutível que há muitas pessoas com deficiência, interessadas em ingressar no mercado de trabalho, mas faltam-lhes oportunidades de qualificação profissional, por outro lado existem também empresas interessadas em contratar essas pessoas para que assim possam cumprir a lei das cotas, estes fatos contribuem para o sucesso da ação proposta, uma vez que fortalece a inclusão social e produtiva de pessoas com deficiência e seus familiares e atende as empresas, que querem cumprir a lei, porém não encontram pessoas qualificadas.

A afirmação do parágrafo anterior torna-se uma realidade quando observamos que durante a execução do Projeto Garantindo a Acessibilidade no ano de 2012, o projeto contribuiu para a inserção de aproximadamente 30% dos egressos dos cursos de qualificação em empresas parceiras do projeto.

## 5. Histórico

O projeto Garantindo a Acessibilidade foi implantado no ano de 2009. Inicialmente foi concebido visando o atendimento com próteses e órteses para Pessoas com Deficiência. Com o novo modelo de atuação da Assistência Social implantado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome esta ação tornou-se eminentemente vinculada à política pública de saúde.

Buscando adequar-se ao novo sistema e sabendo da importância do processo de inclusão social e produtiva deste segmento, a STDS apresentou nova proposta redirecionando os recursos alocados neste projeto para o desenvolvimento de atividades de qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho formal e/ou informal, tanto para pessoas com deficiência como também para seus familiares.

Estes fatos contribuíram para que no ano de 2010 mesmo tendo sido aprovado junto ao FECOP recursos na ordem de R\$ 2.000.000,00, nada tenha sido aplicado.

Ano	Valor Total Aplicado	Valor FECOP	Nº de Beneficiários
2007	0,00	0,00	0
2008	0,00	0,00	0
2009	1.447.853,00	1.447.853,00	1.185
2010	0,00	0,00	0
2011	916.591,17	916.591,17	247
2012	999.932,50	999.932,50	695
2013	1.000.000,00	1.000.000,00	526
2014	1.000.000,00	1.000.000,00	520

## 6. Público – Alvo

Pessoas com deficiência (física, visual, auditiva, intelectual ou múltipla); familiares de pessoas com deficiência e pessoas que tenham interesse em trabalhar com este segmento.

### 6.1. Critérios adotados para seleção dos beneficiários



Os beneficiados pelo projeto são selecionados de acordo com as especificidades da deficiência, levando em conta:

- A renda familiar per capita;
- Ser beneficiário do Bolsa Família;

## 6.2. Documentos comprobatórios da situação de pobreza

Dentre os documentos elencados pela Lei nº 14.859, 28 de dezembro de 2010, para comprovação da situação de pobreza, o projeto solicita um dos seguintes documentos, quando da seleção dos beneficiários: fatura de energia elétrica que demonstre o consumo de até 80 kwh mensais; fatura de água que demonstre o consumo de até 10 (dez) metros cúbicos mensais; comprovante de inscrição em benefícios assistenciais do Governo Federal; comprovante de renda familiar, com *per capita*, mensal, inferior a (½) salário mínimo.

## 7. Objetivos

### Geral

Desenvolver ações de qualificação social e profissional para as pessoas com deficiência e seus familiares, bem como, pessoas que queiram se qualificar para atendimento a este público.

### Específicos

- Qualificar pessoas com deficiência e seus familiares, com vistas à inclusão no mercado de trabalho;
- Possibilitar o acesso de pessoa com deficiência no mercado de trabalho;
- Contribuir com as empresas do Estado para que elas cumpram as metas do processo de inclusão social, disponibilizando mão de obra qualificada;
- Qualificar/requalificar pessoas interessadas em atuar junto a qualificação profissional de PCDs.

## 8. Atividades / Detalhamento das Atividades

ATIVIDADES
a) Seleção e contratação das entidades executoras
b) Inscrição dos educandos, formação das turmas, cadastro no Sistema de Qualificação Profissional – SQP
c) Realização das ações de qualificação social e profissional
d) Inserção no mercado de trabalho
e) Acompanhamento e avaliação

### a) Seleção e contratação das entidades executoras

As parcerias são definidas através de seleção pública realizada por meio de Edital de Chamada Pública, elaborado e publicado para esse fim.

Seleção das entidades inscritas no edital, definição das entidades parceiras e assinatura de convênios com as instituições selecionadas.

As entidades conveniadas serão acompanhadas e avaliadas pelo setor competente da Coordenadoria e estarão sujeitas a advertência e posteriormente a suspensão, não atendidas às condições adequadas a execução das ações contratadas.

**Responsável:** Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda – Assessoria Jurídica da STDS

b) Inscrição dos educandos, formação das turmas, cadastro no Sistema de Qualificação Profissional – SQP

Os educandos para as ações de qualificação social e profissional do projeto Garantindo a Acessibilidade deverão atender aos seguintes critérios: faixa etária acima de 16 anos; desempregado e ou em busca do primeiro emprego, fazer parte de famílias com renda per capita mensal inferior a (½ ) salário mínimo.

A Inscrição do educando para as ações será feita pelas demandantes, através do preenchimento de ficha de identificação contendo perfil socioeconômico, escolaridade, experiência e qualificação profissional, dentre outras.

Concluídas as inscrições, os formulários serão repassados à instituição executora que dará andamento à formação das turmas, cadastramento dos alunos e instrutores no SQP, após a aprovação dos registros pelo gestor do projeto que dará início ao curso.

**Responsável:** Entidade demandante da formação, Entidade executora e Gerente do projeto.

c) Realização dos cursos de qualificação social e profissional

As ações de qualificação social e profissional do projeto Garantindo a Acessibilidade serão preparadas para atender a três públicos diferenciados e por isso terão conteúdos diferenciados.

As ações de qualificação social e profissional para pessoas com deficiência foram planejadas a partir da demanda de instituições que desenvolvem trabalhos voltados para esse público em especial e para os pais e/ou responsáveis que os acompanham, procurando na medida do possível adequá-los as necessidades do mercado de trabalho local e ou do seu entorno, bem como a sua vocação empreendedora, bem como, a capacitação profissional para pessoas que têm interesse em trabalhar com pessoas com deficiência, tornando-as aptas a desenvolver atividades com esse público.

As turmas dos cursos serão formadas por 20 alunos, com idade a partir de 16 anos, destinados prioritariamente às pessoas com deficiências, seus familiares e profissionais interessados em trabalhar com este segmento.

As ações de qualificação social e profissional terão carga horária variando de 80hs a 120hs, distribuídas em 4hs diárias, as quais serão desenvolvidas em módulos, que variam entre quatro (4) a sete (7) módulos, conforme a complexidade da tipologia do curso ofertado, sendo o modulo básico comum a todas as tipologias por abordar à formação empreendedora e cidadã.

As ações serão planejadas seguindo a nota técnica de planejamento das aulas ações de qualificação social e profissional, fornecida pela Célula de Educação Social e Profissional, incluindo a utilização das ferramentas disponíveis no documento.

As entidades conveniadas deverão dispor de infraestrutura adequada à execução das ações de qualificação social e profissional, para tanto deverão realizar inspeção técnica antes de confirmar o espaço físico a ser utilizado, bem como garantir a contratação de serviço de instrutoria para a realização das ações profissionalizantes, com perfil adequado e qualificação comprovada por certificados ou declarações da entidade executora.

**Responsável:** Entidades executoras conveniadas.

d) Inserção no mercado de trabalho

Articular parceria com as Unidades do SINE para: cadastro, intermediação de mão de obra e acompanhamento da inserção no mercado de trabalho.

Articular com as empresas para inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho

Promover oficinas para orientação, incentivo e apoio a constituição de pequenos negócios.

**Responsável:** Equipe técnica do projeto e das unidades do SINE/IDT

e) Acompanhamento e avaliação

O acompanhamento dar-se-á por meio de visitas às turmas, realizadas pelos agentes de inclusão. No decorrer dessas visitas deve-se apurar se ocorre evasão, verificar a frequências e o nível de satisfação dos alunos com os instrutores.

A avaliação será feita por meio de questionários aplicados aos jovens e educadores, cujos dados farão parte do relatório final de avaliação do projeto.

**Responsável:** Equipe técnica da CPTR, do Projeto Primeiro Passo e Entidades Executoras.

## 9. Produtos

PRODUTOS	2015	FONTES DE VERIFICAÇÃO
Educandos Qualificados	620	Relatórios do Sistema de Qualificação Profissional - SQP
Pessoas com deficiência inseridas no mercado de trabalho formal	124	Comprovantes de inserção no mercado de trabalho, tais como de contrato de trabalho, registro em ctps ou Inscrição no MEI.
PCD e familiares inseridos no mercado de trabalho informal	62	Visitas e relatórios de acompanhamento após seis meses de conclusão dos cursos.

## 10. Metas

- Qualificar 620 educandos, através da realização de cursos profissionalizantes, destinados prioritariamente para as pessoas com deficiências, seus familiares e profissionais interessados em trabalhar com este segmento.
- Inserir 20% das pessoas com deficiência, qualificadas, no mercado de trabalho formal;
- Executar cursos de qualificação profissional, distribuídos em 31 turmas com 20 alunos;
- Encaminhar 20% dos familiares de PCDs e profissionais egressos dos cursos do projeto garantindo Acessibilidade para cadastro no banco de dados do SINE.

## 11. Resultados esperados

- Pessoas com deficiência, qualificadas para atender as demandas de empregabilidade do mercado;
- Formação de um banco de profissionais com deficiência, em condições de competitividade junto ao mercado de trabalho;

- Inserção de no mínimo, 20% dos egressos das ações de qualificação, no mercado de trabalho formal ou em formas alternativas geradoras de renda;
- Inclusão social das pessoas com deficiência.

## 12. Integração das Ações

O Garantindo a Acessibilidade se integra internamente com as ações desenvolvidas no Centro de Profissionalização para Pessoas com Deficiência /CEPID, equipamento da STDS que é o maior centro do Norte e Nordeste, voltado para este fim. O equipamento dispõe de salas de aulas e laboratórios adaptados para capacitação nas áreas de informática, telemarketing, hotelaria, comércio e serviços administrativos, confecção e moda inclusiva, bem como cursos de Libras, formação de Audiodescritores e Braille. Dispõe também de unidade de atendimento do SINE/CE, além da completa infraestrutura para atendimento das pessoas com deficiência, como: academia de baixo impacto, auditório, piscina, salas de convivência e quadra poliesportiva, acessíveis aos paradesportistas de diversas modalidades: natação, basquete, futsal e tênis de mesa

## 13. Monitoramento

A Célula de Educação Social e Profissional, através de seu Núcleo de Monitoramento das Ações de Capacitação, desenvolve um monitoramento contínuo e de forma sistematizada, buscando a melhoria da qualidade pedagógica, a eficiência e eficácia das ações.

O projeto Garantindo a Acessibilidade, desenvolvido no âmbito da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social -STDS, terá suas ações monitoradas de forma que possam ser identificados fatores que interferem na execução dos cursos de qualificação social e profissional, contribuindo assim para a adoção de medidas que contribuam para o aperfeiçoamento do projeto.

Os instrumentais de monitoramento têm como objetivo identificar:

- ▲ Perfil sócio econômico do público atendido;
- ▲ Nível de aproveitamento dos cursos realizados; e
- ▲ Aferir a qualidade pedagógica das ações de qualificação executadas.

A observação direta, participativa e a entrevista farão parte das estratégias de monitoramento. A observação participante tem o intuito, como ressalta Gil (ibidem), de conhecer a vida do grupo a partir do interior dele mesmo. Por conseguinte, as entrevistas virão com a intenção de obter, com mais profundidade, dados acerca do comportamento dos educandos.

### Coleta de Dados

O monitoramento das ações propostas ocorrerão por meio de visitas técnica constituída por profissionais devidamente qualificados, que vão “in loco”, e aplicam questionários junto aos beneficiários, ao corpo técnico e pedagógico da instituição executora, cada turma receberá no mínimo 2 visitas, sendo uma visita no início das atividades pedagógicas para constatação objetiva da situação da turma e construção da linha de base para acompanhamento, seguida de mais uma visita de análise das condições de ensino aprendizagem, onde são considerados: a atuação das executoras, o público prioritário, o desempenho dos educadores e educandos, a qualidade pedagógica, a adequação dos conteúdos programáticos, a carga horária, a infraestrutura, o material didático e os equipamentos necessários à execução das ações de QSP.

A seleção das turmas, em cada ação, é realizada de forma aleatória e proporcional ao número de turmas\educandos, considerando a variabilidade entre as entidades executoras em termos da quantidade e da variedade de cursos\ações oferecidas.

As visitas para coleta de dados ocorrerão por meio do Núcleo de Acompanhamento as Ações de Qualificação Profissional, vinculado a Célula de Educação Social e Profissional da STDS.

#### Sistematização da base de dados

A sistematização da base de dados, considerada a segunda etapa do monitoramento, constitui-se na estruturação de um modelo de banco de dados a ser utilizado como ferramenta de auxílio à gestão e ao gerenciamento das ações desenvolvidas, sendo capaz de oferecer ao gestor do projeto subsídios que permitam a análise da execução do projeto.

Esta etapa consiste numa análise detalhada dos dados disponibilizados referentes a execução das ações de qualificação social e profissional, assim como a qualidade pedagógica do trabalho que vem sendo desenvolvido.

#### Desenvolvimento de indicadores e metas

O monitoramento através da análise sistemática dos dados coletados e do acompanhamento das ações desenvolvidas contribui para a construção de uma intervenção no sentido de subsidiar a avaliação de desempenho institucional, assim como estabelecer metas e indicadores essenciais à eficiência e eficácia da ação proposta.

#### Análise do alcance das metas

O processo de monitoramento versa ainda sobre a análise do alcance das metas propostas, ou seja, estabelecer a diferença entre a meta pactuada e a alcançada, bem como as possíveis ameaças para o alcance das mesmas, subsidiando o gestor do projeto com informações que lhe permitam correções das fragilidades ocorridas durante a execução.

#### Elaboração ferramentas informacionais

A disseminação das informações coletadas através das atividades de monitoramento torna-se uma importante ferramenta de gestão para os responsáveis pelo acompanhamento e gerenciamento de projeto sociais.

A Célula de Educação Social e Profissional, em parceria com a Célula de Tecnológica da Informação da STDS, criou o Sistema de Qualificação Profissional – SQP, que tem como objetivo o gerenciamento de todas as atividades de qualificação profissional permitido o acompanhamento em tempo real das ações que estão sendo executadas. Foram realizados treinamentos com a participação de instituições executoras, gerentes de projetos e técnicos de monitoramento para melhor domínio e utilização desta ferramenta.

O resultado do monitoramento e avaliação das ações de qualificação subsidiará os gestores e as executoras, no sentido de corrigir as “Não Conformidades” encontradas a partir das visitas técnicas realizadas às ações de qualificação. Também, proporcionarão, não só ao Orientador da Célula de Educação Social e Profissional/CESP, como também aos demais responsáveis pela Qualificação Social e Profissional na STDS, informação sobre o andamento da execução dos cursos de QSP.

Ao final das atividades a gerência do Projeto deverá apresentar um Relatório com o detalhamento das metas executadas, apresentando os indicadores que foram alcançados, principais dificuldades na implementação das atividades propostas, e os avanços que o projeto teve no ano de 2015.

### **13.1 Dados Utilizados**

Cada visita tem o seu modelo de instrumental denominados: Relatório de Constatação Objetiva, Questionário de Avaliação pelo Supervisor, Questionário de Avaliação pelo Educador e Questionário de Avaliação pelo Educando, onde são considerados os itens: atuação das executoras, o público prioritário, o desempenho dos educadores e educandos, a qualidade pedagógica, a adequação dos

conteúdos programáticos, a carga horária, a infraestrutura, o material didático e os equipamentos necessários à execução das ações de QSP.

Os dados coletados através do formulário de constatação objetiva preenchido pelo técnico durante as visitas, bem como os dos questionários estruturados, aplicados junto aos beneficiários e instrutor, ao final de cada curso, serão analisados e se os dados coletados mostrarem que o curso não está transcorrendo dentro dos padrões necessários e/ou registrados no convênio, recomenda-se intervenções nestas situações, através de “comunicado de não conformidades”, para retomada da situação e para construção da linha de base para o acompanhamento, sendo todos lançados no SQP.

### 13.2 Cadastro dos Beneficiários

A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) implantou Sistema de Monitoramento das Ações de Qualificação Profissional (SQP) para o registro das informações referentes aos beneficiários, identificando-os civilmente por meio da coleta de: dados pessoais, NIS, CPF, filiação, endereço dentre outros aspectos inerentes ao que o projeto propõe-se a atender.

Os dados estão organizados por convênio/contrato e ano de execução, permitindo uso de filtros de pesquisa para fins de facilitar futuras avaliações.

### 14. Pressupostos de Risco

- ▲ Falta de ambientes acessíveis oferecidos pelas empresas para inserção e permanência das pessoas com deficiência egressos dos cursos de qualificação profissional;
- ▲ Número limitado de instituições com metodologias adequadas ao trabalho de qualificação com o público alvo do projeto;
- ▲ Descumprimento da lei de cotas por parte significativa das empresas do estado.

### 15. Orçamento

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$)	Valor Total (R\$)
<b>NATUREZA DA DESPESA</b>			
<b>1. DESPESAS CORRENTES</b>			
<b>1.1 Repasse às Entidades ( 335041)</b>			
1.1.1 Entidades executoras de ações de Qualificação e Apoio a Gestão Programa de Estágio. (*)	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.000.000,00</b>

(\*)Segue anexo planilha contendo memória de cálculo

### 16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

Item de Despesa	Março	Abril	Junho	Agosto	Outubro	Total (R\$)
3350.41 Repasse à Entidade	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	<b>200.000,00</b>	<b>1.000.000,00</b>
<b>Total (R\$)</b>	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	<b>1.000.000,00</b>



## 17. Distribuição dos Recursos por Municípios

Nº de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (2015)	Pessoas Beneficiadas
1	MR 1 – Metropolitana	Fortaleza	935.484,00	580
2		Eusébio	32.258,00	20
3		Guaiúba	32.258,00	20
	<b>TOTAL GERAL</b>		<b>1.000.000,00</b>	<b>620</b>

### JUSTIFICATIVA

As mudanças nos municípios ocorreram em detrimento à não-continuidade da ação de dois convênios destinados as ações no interior devido à irregularidades das entidades executoras junto à Controladoria Geral do Estado – CE, o que gerou a finalização dos dois convênios. Estas entidades iriam atender os municípios de Itaitinga, Maracanaú, Sobral, Iguatu e Crato. Para não deixarmos de atender ao interior, a STDS negociou com as entidades com convênio vigente a possibilidade de atender a estes municípios, porém, a capacidade técnica e operacional das mesmas possibilitou apenas ir à dois municípios distintos do planejado: Eusébio e Guaiúba.

### 18. Responsável pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda
Técnico	Edianny Lima da Silva de Andrade e Castro
E-mail	Ediannylima@gmail.com
Fone	9693.6363

**Anexo 1**  
**MARCO LÓGICO**  
**(Garantindo a Acessibilidade – MAPP 71)**

<b>Cadeia Lógica de Objetivos</b>	<b>Descrição</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Meios de Verificação</b>	<b>Riscos</b>
<b>Impactos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento da renda dos beneficiários</li> <li>- Empresas cumprindo a Lei Nº8.213/91 que garante a contratação de PCD's.</li> <li>- Mudança socioeconômica e comportamental de PCD's atendidas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- % de pessoas com aumento de renda</li> <li>- % das empresas cumprindo a Lei nº8.213/91</li> <li>- % de PCD's com novas perspectivas sociais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pesquisa com os egressos realizada após 1 ano da conclusão dos cursos</li> <li>- Relatório da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – SRTE/CE</li> <li>- Pesquisa com educandos na inscrição do curso</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Descumprimento da lei de cotas por parte significativa das empresas do estado</li> <li>- Perca de contato com os jovens egressos</li> </ul>
<b>Resultados</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- educandos inseridos no mercado de trabalho formal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de egressos inseridos no mercado de trabalho informal;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Contratos de trabalho</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de ambientes acessíveis oferecido pelas empresas para manutenção dos egressos dos cursos de qualificação no mercado de trabalho formal;</li> </ul>
<b>Produtos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 38 Cursos de QSP para PCD's realizados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de cursos de QSP realizados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relatório de acompanhamento dos Sistemas Gerenciais da STDS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de apoio municipal para realizar as ações de QSP</li> </ul>
<b>Atividades</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar cursos de QSP para PCD's em situação de vulnerabilidade social.</li> <li>- Encaminhar concludentes ao Sine</li> <li>- Firmar Parceria com os municípios</li> <li>- Firmar Parceria com</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de ações de QSP realizadas</li> <li>- Número de pessoas encaminhadas</li> <li>- Número de parcerias realizadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relatório de acompanhamento dos Sistemas Gerenciais da STDS</li> <li>- Comprovante de inscrição do Sistema Mais Emprego</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não captação do número de vagas necessárias para inserção</li> <li>- Falta de apoio municipal para realizar as ações de QSP</li> <li>- Atraso na licitação gerando morosidade nos convênios de</li> </ul>

	empresas e entidades - Firmar Convênio com entidades executoras	com municípios, entidades e empresas  - Convênios firmados	- Termo de cooperação técnica  - Cópia dos convênios	execução
Insumos	- Recursos do FECOP - Equipe multidisciplinar da STDS - Equipe multidisciplinar das entidades executoras	- % de recurso executado	- Relatório de execução orçamentária	



**Governo do Estado do Ceará**  
**Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS**

**Projeto: CE - Jovem Aprendizagem em Serviço**  
(Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)

**Janeiro/2015**

<b>Secretaria</b>	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS
<b>Programa</b>	021 – Promoção da Juventude
<b>Mapp</b>	93 - CE - Jovem Aprendizagem em Serviço
<b>Período de Execução</b>	Fevereiro a Dezembro/2015
<b>Categoria</b>	Projetos Estruturantes – Ocupação e Renda – Inclusão Produtiva Urbana

- **Descrição do projeto**

A **Política do Trabalho, Emprego e Renda** tem por público-alvo os trabalhadores em geral, porém, na prática, os seus maiores beneficiários são as pessoas socialmente vulneráveis, com menor nível de escolaridade, de qualificação profissional, de renda familiar e, conseqüentemente, com maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

O CE Jovem – Aprendizagem em Serviço foi desenvolvido para atender jovens com idade entre 16 e 24 anos, que estejam cursando o ensino fundamental ou médio, assim como os egressos, todos oriundos do ensino público e com renda per capita inferior a ½ salário mínimo, qualificando-os para o mercado de trabalho, para torná-los empreendedores ou aprendizes. Este projeto tem duas linhas de ação:

**Empreendedor Juvenil** – Qualifica os jovens para se tornarem empreendedores;

**Jovem Aprendiz** – Qualifica jovens através de formação técnico-profissional, inserindo-os, simultaneamente, em empresas privadas, de acordo com a Lei de Aprendizagem nº 10.097/2000.

- **Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual**

O projeto CE - Jovem Aprendizagem em Serviço, é desenvolvido através da Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda, e tem se apresentado como uma importante iniciativa intersectorial uma vez que promove o fortalecimento da família através do desenvolvimento de ações que visam a geração de renda e a formação básica de adolescentes / jovens, estimulando a elevação da escolaridade, melhoria do desempenho e da permanência na escola.

As atividades propostas no projeto contribuem para o alcance das metas estabelecidas no PPA 2012-2015 do Governo do Estado do Ceará, fazendo parte do “Eixo Sociedade Justa e Solidária”, através do Programa Multissetorial 021 - Promoção da Juventude, em especial no Objetivo 08 - Qualificar e requalificar trabalhadores, visando a sua inserção ou reinserção no mercado de trabalho, que traz como Metas 00905 - Qualificar e requalificar 61.000 jovens trabalhadores e 01304 - Inserir 18.291 jovens trabalhadores no mercado de trabalho e Iniciativa 01986 - Qualificação e requalificação de trabalhadores - CE- JOVEM Aprendizagem em Serviço.

Os objetivos e as estratégias da área de educação social e profissional da STDS estão em sintonia com a política de qualificação desenvolvida no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), cujo foco é promover gradativamente a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação, com vistas a contribuir para o aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho decente, além da participação em processos de geração de oportunidades de trabalho e renda, inclusão social, combate à discriminação, redução da pobreza e da vulnerabilidade da população.

O projeto contribui ainda para o alcance dos Resultados Estratégicos Setoriais no que se refere a “Geração de Oportunidades de trabalho, emprego e renda”.

- **Diagnóstico**

De acordo com a Proposta de Emenda à Constituição 138/03 - PEC da juventude, aprovada pelo Congresso Nacional em setembro de 2010, é jovem no Brasil todo o cidadão que compreende a

idade entre 15 e 29 anos, sendo dividido em: jovem-adolescente (15 a 17 anos), jovem-jovem (18 a 24 anos) e jovem-adulto (25 a 29 anos).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009/2010, a população jovem na faixa etária entre 15 e 24 anos no Ceará chega a 1.665.000, portanto os jovens representam 19,3% da população cearense. Embora com os avanços ocorridos para a estabilidade econômica do País, a atual conjuntura ainda apresenta baixos níveis de atividade econômica e aprofundamento das desigualdades, o que resulta na existência de imensas zonas de exclusão. Não é tarefa fácil realizar o processo de inserção social desse segmento que historicamente, ficou esquecido na hora de se planejar o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o crescimento e desenvolvimento macroeconômico não apenas nacional, mas também no âmbito do nosso Estado.

Ainda segundo os dados da PNAD 2009/2010, referentes ao universo da população jovem no Estado do Ceará, 831 mil jovens (49,96%) ocupam alguma atividade vinculada ao setor produtivo gerador de renda. Se considerarmos as condições de trabalho, comprovamos a presença de um status de precariedade neste contexto de mercado, pois 41% dos jovens ocupados recebem até  $\frac{1}{2}$  salário-mínimo por mês e apenas 21% destes ganham mais do que um salário-mínimo mensal. Verifica-se também esta condição quando a pesquisa afirma que 64,2% dos jovens ocupados trabalham mais do que 40 horas semanais – uma taxa elevada considerando as diretrizes das leis trabalhistas. Já a informalidade, denotada pela não contribuição com a previdência social, chega ao nível de 64% do total.

Estes dados evidenciam que o desemprego é mais incidente sobre a população mais jovem, uma vez que estes não contam com a experiência prévia requerida por empregadores e em grande medida, se lançam ao mercado com baixa escolaridade e sem qualificação profissional adequada.

O desemprego não é o mesmo para todos os jovens. As maiores taxas de desemprego juvenil são observadas entre a faixa etária de 16 e 17 anos e entre mulheres jovens. A dificuldade de inserção é mais difícil para os jovens das famílias de baixa renda e os menos escolarizados. Ser mulher e pertencer ao segmento dos jovens pobres e pouco escolarizados é um complicador a mais na hora de conquistar um posto de trabalho. Outro ponto que merece destaque é a questão da raça e etnia, a pesquisa “Os Negros no Trabalho” realizada pelo DIEESE em 2014, Fundação Seade e Ministério do Trabalho, através do Sistema Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), levantou dados sobre a presença de negros no mercado de trabalho, evidenciando a desigualdade entre negros e não-negros. O relatório do DIEESE aponta que há menor acesso da população negra à educação.

Destaca-se que, a taxa de desemprego dos jovens do Ceará é aproximadamente o triplo, da taxa de desemprego total do Estado. O desemprego juvenil é um sério problema, pois é muito alto e vem crescendo mais que o desemprego total, tornando necessária a criação de políticas públicas para minimizar seus os efeitos sobre a sociedade.

No entanto sabemos que o mundo do trabalho não é o local de abrigo para todos os trabalhadores, pois uma parcela significativa está fora dele esperando uma oportunidade, ou mesmo, recorrendo a diversas táticas de sobrevivência para ter ao menos condições de subsistência. Por outro lado o jovem ainda enfrenta enormes barreiras para entrar do mercado de trabalho, tendo em vista que para essa entrada na maioria das vezes exige-se experiência, mas para ter experiência ele necessariamente deveria estar inserido nesse mercado. Medidas de aprendizagem, por exemplo, são importantes para romper essa barreira de entrada.



*Com base nas teorias do capital humano, o crescimento econômico, e consequente redução da pobreza, pode ser impulsionado, elevando-se, a qualidade da mão de obra dos trabalhadores. Nesse aspecto, a literatura tem apontado que grande parte do diferencial de renda entre as regiões brasileiras pode ser explicada pelas disparidades educacionais (BARROS, 1993; BARROS et. al., 1997; PESSOA, 2001, SALVATO et. al., 2007).*

Essa é uma situação que atinge a juventude cearense que enfrenta o desemprego e suas consequências econômicas e sociais. Nesse sentido apresenta-se como maior desafio integrar iniciativas de caráter emergencial às políticas estruturantes, levando-se em consideração a faixa etária, a escolaridade, o território e as expectativas de cada público.

- **Justificativa**

A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS ao apresentar o projeto CE - Jovem Aprendizagem em Serviço para o ano de 2015, tem como objetivo fortalecer a inclusão do jovem no mercado de trabalho através da lei da aprendizagem Lei nº 10.097/2000, bem como o desenvolvimento de valores , de responsabilidade social e dacultura empreendedora, possibilitando, também, a criação do seu próprio negócio.

A globalização, associada à evolução tecnológica e às modernas ferramentas gerencias, busca incessantemente a racionalização dos processos produtivos, eliminando todos os dias milhares postos de trabalho. O ensino médio não pode ficar arraigado ao papel histórico de mero apêndice entre o ensino fundamental e o superior, precisa-se proporcionar a esses jovens novas habilidades e competências técnicas e econômicas, que possibilitem maior oportunidade de trabalho e renda.

Capacitar é tornar uma pessoa habilitada para o desempenho de uma função; é qualificar a pessoa para determinado trabalho, quer seja ele próprio ou a serviço de outros. Este tipo de investimento do poder público quando direcionado para o público jovem alcança ainda maior relevância, levando-se em consideração que praticamente um jovem tem 3 vezes menos oportunidade de inserção no mundo do trabalho do que uma pessoa adulta.

A importância da capacitação profissional para a vida da juventude encontra-se na possibilidade de acesso às oportunidades de trabalho que, por sua vez, têm suas características modificadas a cada dia. No Ceará, a juventude representa um exército de excluídos que demanda a atenção e atuação do poder público para dotá-los de um mecanismo que viabilize o acesso a melhores condições de capital físico, humano e social, por meio de iniciativas de qualificação profissional.

A qualificação profissional com foco no empreendedorismo não só dá condições para o exercício de determinadas profissões, como também objetiva preparar para o mundo do trabalho e para o mundo do próprio negócio, oferecendo oportunidade de uma melhor adaptação ao mercado competitivo, uma vez que a pessoa deverá estar pronta, com hábitos e atitudes condizentes às exigências desse mercado.

A qualificação profissional com foco na aprendizagem visa a inserção do jovem no mercado formal de trabalho, através do ensino técnico-profissional, onde a teoria é posta em prática em seus postos de trabalho de maneira concomitante, bem como o desenvolvimento de habilidades pessoais que o transformarão em profissionais diferenciados como as relações interpessoais, a proatividade, a tomada de decisão, entre outras.

O projeto CE – Jovem Aprendizagem em Serviço propõe a atender os jovens cearenses através não somente da qualificação profissional, mas também possibilitando a inserção de aprendizes em empresas e o despertar empreendedor dos jovens, pois somente através da articulação de um conjunto de ações e de respostas multissetoriais por parte do poder público é que poderemos apresentar à juventude cearense as oportunidades necessárias ao seu desenvolvimento e crescimento pessoal e profissional.

- **Histórico**

O projeto CE- Jovem - Aprendizagem em serviço foi aprovado inicialmente no ano de 2009, tendo se consolidado ao longo dos anos de sua execução, como um dos principais instrumentos de inserção de jovens no mercado de trabalho.

Ano	Valor Total Aplicado	Valor FECOP	Nº de Beneficiários
2009(*)	6.014.380,40	6.014.380,40	3.367
2010	7.829.352,00	7.829.352,00	4.121
2011	7.781.485,12	7.781.485,12	4.150
2012	8.195.827,73	8.195.827,73	4.256
2013	8.200.000,00	8.200.000,00	4.750
2014	8.000.000,00	8.000.000,00	4.500

(\*) ano de início do projeto

- **Público Alvo**

- Jovens na faixa etária de 16 a 24 anos.

- ▲ **Critérios adotados para a seleção dos beneficiários**

- ▲ renda per capita inferior a ½ salário mínimo;

- ▲ cursar o ensino fundamental ou médio, ou ser egresso do ensino público; prioritariamente, os jovens que se encontram em situação de risco pessoal e social e que pertençam às famílias que não estejam engajadas em nenhum programa social similar.

- ▲ **Documentos comprobatórios da situação de pobreza**

- ▲ Fatura de energia elétrica que demonstre o consumo de até 80 kwh mensais; ou

- ▲ Fatura da água que demonstre o consumo de até 10 (dez) metros cúbicos mensais; ou

- ▲ Comprovante de inscrição em benefícios assistenciais do Governo Federal;

- ▲ Comprovante de obtenção de rendimento mensal inferior a ½ salário mínimo, por membro do núcleo familiar.

- **Objetivos**

- Geral**

- Promover a formação do jovem através da capacitação técnica, do desenvolvimento de valores, de

responsabilidade social e da cultura empreendedora, possibilitando a criação do seu próprio negócio ou inserção no mercado de trabalho.

### Específicos

- ✦ Capacitar os jovens em empreendedorismo, elaboração do plano de negócio e gestão de negócio;
- ✦ Articular com instituições de microcrédito conveniadas visando assegurar o microcrédito para montagem do negócio;
- ✦ Qualificar social e profissionalmente jovens que estejam cursando o ensino fundamental ou médio, bem como os egressos da rede pública de educação.
- ✦ Promover a inserção de jovens no mercado de trabalho formal.

### • Atividades / Detalhamento das atividades

#### Linha de ação: Empreendedor Juvenil

Atividades
a) Celebração de convênios com as entidades executoras;
b) Divulgação do Projeto para os jovens
c) Seleção dos municípios a serem atendidos
d) Inscrição e seleção dos educandos;
e) Realização da primeira fase do projeto – Módulo Básico
f) Realização da segunda fase do projeto – Programa SEBRAE EMPREENDEDOR INDIVIDUAL
g) Realização da terceira fase do projeto - Microcrédito
h) Realização da quarta fase do projeto – Assistência Técnica e Gerencial
i) Acompanhamento e Avaliação do Projeto
j) Promoção do evento de encerramento do projeto

### Detalhamento de Atividades

#### a) Celebração de convênios com as Entidades Executoras

As entidades sem fins lucrativos executoras de ações de Qualificação Social e Profissional a serem conveniadas serão escolhidas mediante Edital de Seleção Pública a ser devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, assim como amplamente divulgado em meio eletrônico através da home page da STDS – [www.stds.ce.gov.br](http://www.stds.ce.gov.br). Após a análise das propostas das instituições concorrentes, realizada pela equipe técnica da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS e selecionados as vencedoras, será elaborado convênio pelo setor jurídico e solicitada a assinatura do responsável. Os critérios de participação, seleção, pontuação e análise das propostas apresentadas encontra-se devidamente estabelecido no Termo de Referência que acompanha o referido Edital.

**Responsável:** Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda – Assessoria Jurídica da STDS

#### b) Divulgação do projeto para os jovens

A divulgação é feita através das Escolas em parceria com a Secretaria da Educação Básica (SEDUC), Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude (CAOPIJ) e meios de comunicação.

**Responsável:** Equipe Técnica do Projeto Primeiro Passo

#### c) Seleção dos municípios a serem atendidos

Consiste na etapa inicial do projeto, na qual a equipe técnica da STDS, baseada em dados do mercado de trabalho, situação de vulnerabilidade social e perfil socioeconômico do

município, definem quais os que serão beneficiados com o projeto. Após selecionados, os municípios assinam um Termo de Cooperação Técnica.

**Responsável:** Equipe técnica STDS/Célula de Educação Social e Profissional.

#### **d) Inscrição e seleção dos jovens**

O processo de seleção se dará nos telecentros e escola participantes do programa a partir de ampla divulgação através de folhetos, cartazes, redes sociais, devidamente acompanhado pela equipe técnica da STDS e um representante do município.

**Responsável:** Equipe técnica da STDS

#### **e) Realização da primeira fase do projeto – Módulo Básico**

No laboratório de informática da escola e na rede de Telecentros da STDS, os jovens selecionados, no seu próprio ritmo de aprendizagem, em ambiente virtual, são assistidos presencialmente pelo monitor do laboratório, e à distância, via internet, por especialistas em empreendedorismo. O sistema de qualificação é organizado em cinco módulos de 20 horas, totalizando 100 horas, sendo: Internet, Empreendedorismo, Navegando no Mundo do Pequeno Negócio, Plano de Negócio (conceitos e normas) e Elaboração do Plano de Negócio.

Além do curso interativo implantado na plataforma de e-learning, que permite o monitoramento da evolução do aluno no processo de aprendizagem, o aluno será apoiado via internet com os seguintes recursos: atendimento on line, vídeo conferência, banco de dados com as questões mais frequentes, jogos, e-mail, sala de bate-papo com instrutores, fóruns de discussão. Ao término de cada lição o aluno fará um teste de avaliação sobre a forma de jogos ou questionário interativo. O avanço à próxima lição está condicionado ao bom desempenho nos testes e ao longo do processo de aprendizagem do aluno, onde tudo fica registrado num banco de dados.

Ao concluir satisfatoriamente o curso de Plano de Negócio, o aluno terá acesso a uma ferramenta, via internet, que possibilite a elaboração passo a passo, do seu Plano de Negócio, que pode ser acessado, impresso e corrigido a partir de qualquer computador, desde que inserida a senha adequada. Este recurso permitirá que todos os Planos de Negócio elaborados pelos alunos sejam corrigidos por uma rede de especialistas contratados, espalhados pelo Brasil.

**Responsável:** Entidade Executora

#### **f) Realização da segunda fase do projeto – Programa SEBRAE EMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

Com base no resultado da qualificação, plano de negócio e perfil empreendedor, serão selecionados 10% dos jovens para participar da segunda fase – Programa Sei do Sebrae. Os jovens com perfil empreendedor participarão deste processo de qualificação ministrado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, onde o aluno aprenderá a gerir o próprio negócio.

**Responsável:** Gerência do projeto e SEBRAE

#### **g) Realização da terceira fase do projeto – Microcrédito**

Os alunos concluintes da segunda fase com desempenho satisfatório serão encaminhados às instituições de microcrédito com o objetivo de negociar o financiamento da montagem do seu negócio

**Responsável:** Gerência do projeto e Instituições de microcrédito

#### **h) Realização da quarta fase do projeto – Assistência Técnica e Gerencial**

Os negócios financiados são assistidos técnica e gerencialmente, através de visita mensal do Agente de Crédito; visita de consultores segundo solicitação e orientação do Agente de Crédito e reuniões periódicas dos empreendedores – Clube de Negócio. O desenvolvimento da articulação e troca de informações entre os empreendedores financiados é importante para o sucesso do negócio. Diante desse fato, será criada uma rede social, na internet, como apoio virtual e clube de negócio com reuniões periódicas.

**Responsável:** Gerência do projeto e Instituições de microcrédito

#### **i) Acompanhamento e avaliação do projeto**

Na linha Estágio Remunerado, a equipe técnica realiza um acompanhamento sistemático dos jovens através de telefonemas, e-mail e visitas técnicas às empresas e/ou órgãos.

A avaliação será feita por meio de questionários aplicados aos jovens e às empresas/órgãos

parceiros.

Na linha Empreendedor Juvenil o acompanhamento se dá em todas as fases do projeto.

Os dados coletados durante o acompanhamento das duas linhas de ação, farão parte do Relatório Final de Avaliação do projeto.

**Responsável:** Equipe técnica da CPTR e do Projeto

#### **j) Promoção do evento de encerramento do projeto**

No final de cada ano, a STDS realizará um grande evento em Fortaleza com a participação de todos os alunos da primeira fase que elaboraram os melhores Planos de Negócio para serem entregues as medalhas de honra ao mérito aos alunos selecionados para a segunda fase e a premiação dos melhores 5 planos de negócio da seguinte forma: 1º lugar – R\$3.000,00; 2º lugar – R\$2.000,00; 3º ao 5º lugar – R\$1.000,00 (cada).

**Responsável:** Gerencia do projeto e Assessoria de Comunicação da STDS

### **Linha de Ação Aprendiz**

<b>Atividades</b>
a) Celebração de convênios com as entidades executoras;
b) Divulgação do projeto para os jovens;
c) Inscrição e seleção de educandos;
d) Divulgação do projeto e cadastro das empresas;
e) Seleção das empresas;
f) Realização das ações de Qualificação Social e Profissional ;
g) Encaminhamento e Inserção dos Jovens Aprendizes no Mercado de Trabalho;
h) Acompanhamento e Avaliação.

### **Detalhamento de Atividades**

#### **a) Celebração de convênios com as entidades executoras**

As entidades sem fins lucrativos executoras de ações de qualificação social e profissional a serem conveniadas, serão escolhidas mediante Edital de Seleção Pública a ser devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, assim como amplamente divulgado em meio eletrônico através da home page da STDS – [www.stds.ce.gov.br](http://www.stds.ce.gov.br).

Após a análise das propostas das instituições concorrentes, realizada pela equipe técnica da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS e selecionadas as vencedoras, será elaborado convênio pelo setor jurídico e solicitada as assinaturas dos responsáveis. Os critérios de participação, seleção, pontuação e análise das propostas apresentadas encontra-se devidamente estabelecido no Termo de Referência que acompanha o referido Edital.

**Responsável:** Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda – Assessoria Jurídica da STDS

#### **b) Divulgação do projeto para os jovens**

A divulgação é feita através das Escolas em parceria com a SEDUC, CAOPIJ e mídia.

**Responsável:** Equipe Técnica do Projeto Primeiro Passo

#### **c) Inscrição e seleção de educandos;**

Inscrição dos jovens ocorre na sede do Projeto em Fortaleza. Pré-seleção através de redação e teste de nível. Educandos selecionados participam de oficinas de Introdução ao Mercado de Trabalho.

**Responsável:** Equipe Técnica do Projeto Primeiro Passo

#### **d) Divulgação do Projeto e Cadastro das empresas**

A equipe técnica da STDS promove a realização de Seminários de sensibilização junto à

classe empresarial.

A equipe técnica da Coordenadoria do Trabalho, Emprego e Renda -CPTR articula-se conjuntamente com a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Ceará – SRTE/CE visando captar vagas para inserção dos jovens no mercado de trabalho formal.

Os agentes de inclusão do projeto visitam empresas que tenham a possibilidade de receber os estagiários, realizam cadastro e avaliam o ambiente das atividades de estágio.

A demanda ocorre em decorrência da Lei da Aprendizagem Nº 10.079/2000, segundo a qual, as empresas devem cumprir a cota de aprendizes.

**Responsável:** Equipe Técnica da CPTR

#### **e) Seleção das empresas**

A gerência do Projeto analisa e seleciona as empresas que melhor se adéquam à Lei da Aprendizagem Nº 10.079/2000.

A STDS elabora Termo de Cooperação Técnica.

**Responsável:** Gerência do Projeto e Equipe Técnica da STDS.

#### **f) Realização das ações de Qualificação Social e Profissional**

As ações de qualificação profissional serão desenvolvidas através das entidades sem fins lucrativos, executoras de ações de qualificação social e profissional devidamente habilitadas em edital público e conveniadas com a STDS.

O desenvolvimento das ações de qualificação social e profissional deverá ser planejado conjuntamente com a equipe técnica do Projeto Primeiro Passo. O início das atividades deverá ser comunicado previamente e qualquer alteração no seu desenvolvimento comunicado com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis para que a Coordenação do Projeto autorize as devidas alterações. Durante o período de realização das atividades a entidade executora deverá ainda alimentar o sistema informatizado de acompanhamento e gerenciamento das ações de qualificação profissional.

**Responsável:** Entidades executoras conveniadas.

#### **g) Encaminhamento e Inserção dos Jovens Aprendizes no Mercado de Trabalho**

O jovem é encaminhado às empresas após a assinatura do Contrato de Trabalho de Aprendizagem, entrega do fardamento e do material didático.

O Processo de inserção dos jovens nas empresas parceiras é de responsabilidade da STDS.

**Responsável:** Equipe Técnica do Projeto Primeiro Passo e Entidades Executoras.

#### **h) Acompanhamento e avaliação**

Nas ações de qualificação, o acompanhamento dar-se-á por meio de visitas às turmas, realizadas pelos agentes de inclusão.

Quanto ao acompanhamento do estágio, a equipe Técnica do Projeto realiza um acompanhamento sistemático dos jovens aprendizes por meio de um cronograma de visitas elaborado em conjunto com as entidades executoras.

A avaliação será feita por meio de questionários aplicados aos jovens, educadores e às empresas, cujos dados farão parte do Relatório Final de avaliação do projeto.

**Responsável:** Equipe Técnica da CPTR, Equipe Técnica do Projeto Primeiro Passo e Entidades Executoras.

### **• Produtos**

#### **Linha de Ação: Empreendedor Juvenil**

<b>Produtos</b>	<b>2015</b>	<b>Fontes de Verificação</b>
Cursos Individuais Online de Qualificação Empreendedora	2.500	Relatório de Supervisão
Planos de Negócios Elaborados	250	Relatório de supervisão



## 9.2 Linha de Ação Aprendiz

Produtos	2015	Fontes de Verificação
Educandos qualificados	2.500	Relatórios do Sistema de Qualificação Profissional - SQP
Cursos de Qualificação	125	Relatórios do Sistema de Qualificação Profissional - SQP
Jovens inseridos	2.500	Contratos de Trabalho de Aprendizagem

- **Metas**

### Linha de Ação: Empreendedor Juvenil

- Qualificar 2.500 jovens em Empreendedorismo
- Elaborar 250 Planos de Negócios

### Linha de Ação Aprendiz

- ▲ Qualificar 2.500 jovens como Aprendiz
- ▲ Inserir 2.500 jovens no mercado de trabalho

- **Resultados Esperados**

### Linha de Ação: Empreendedor Juvenil

- ▲ Incentivo ao desenvolvimento de atividades empreendedoras nos municípios atendidos com o projeto;
- ▲ População jovem dos municípios atendidos com formação empreendedora e estímulo ao desenvolvimento de políticas de sustentabilidade local;

### Linha de Ação Aprendiz

- ▲ Ampliação da oferta de profissionais qualificados em formação técnico-profissional.
- ▲ Ampliação da inserção de jovens no mercado de trabalho, em cumprimento a lei federal nº 10.079/2000 (Lei da Aprendizagem)

- **Integração das ações**

A Secretaria de Educação Básica – SEDUC encaminha jovens da rede pública de ensino para inscrição nas linhas de ação Jovem Aprendiz e Empreendedor Juvenil como também atua como parceira na concessão dos laboratórios de informática.

- **Monitoramento**

A Célula de Educação Social e Profissional, através de seu Núcleo de Monitoramento das Ações de Capacitação, desenvolve um monitoramento contínuo e de forma sistematizada, buscando a melhoria da qualidade pedagógica, a eficiência e eficácia das ações.

O projeto Garantindo a Acessibilidade, desenvolvido no âmbito da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social -STDS, terá suas ações monitoradas de forma que possam ser identificados fatores que interferem na execução das ações de qualificação social e profissional, contribuindo assim para a proposição de medidas que contribuam para o aperfeiçoamento do projeto.

Os instrumentais de monitoramento têm como objetivo identificar:

- Perfil sócio econômico do público atendido;
- Nível de aproveitamento dos cursos realizados; e
- Qualidade Pedagógica das Ações de Qualificação executadas.

A observação direta, participativa e a entrevista farão parte das estratégias de monitoramento. A observação participante tem o intuito, como ressalta Gil (ibidem), de conhecer a vida do grupo a partir do interior dele mesmo. Por conseguinte, as entrevistas virão com a intenção de obter, com mais profundidade, dados acerca do comportamento dos educandos.

#### Coleta de Dados

O monitoramento das ações propostas ocorrerão por meio de visitas técnica constituída por profissionais devidamente qualificados, que vão “in loco”, e aplicam questionários junto aos beneficiários, ao corpo técnico e pedagógico da instituição executora, cada turma receberá no mínimo 2 visitas, sendo uma visita no início das atividades pedagógicas para constatação objetiva da situação da turma e construção da linha de base para acompanhamento, seguida de mais uma visita de análise das condições de ensino aprendizagem, onde são considerados: a atuação das executoras, o público prioritário, o desempenho dos educadores e educandos, a qualidade pedagógica, a adequação dos conteúdos programáticos, a carga horária, a infraestrutura, o material didático e os equipamentos necessários à execução das ações de QSP.

A seleção das turmas, em cada ação, é realizada de forma aleatória e proporcional ao número de turmas\educandos, considerando a variabilidade entre as entidades executoras em termos da quantidade e da variedade de cursos\ações oferecidas.

As visitas para coleta de dados ocorrerão por meio do Núcleo de Acompanhamento as Ações de Qualificação Profissional, vinculado a Célula de Educação Social e Profissional da STDS.

#### Sistematização da base de dados

A sistematização da base de dados, considerada a segunda etapa do monitoramento, constitui-se na estruturação de um modelo de banco de dados a ser utilizado como ferramenta de auxílio à gestão e ao gerenciamento das ações desenvolvidas, sendo capaz de oferecer ao gestor do projeto subsídios que permitam a análise da execução do projeto.

Esta etapa consiste numa análise detalhada dos dados disponibilizados referentes a execução das ações de qualificação social e profissional, assim como a qualidade pedagógica do trabalho que vem sendo desenvolvido.

#### Desenvolvimento de indicadores e metas

O monitoramento através da análise sistemática dos dados coletados e do acompanhamento das ações desenvolvidas contribui para a construção de uma intervenção no sentido de subsidiar a avaliação de desempenho institucional, assim como estabelecer metas e indicadores essenciais à eficiência e eficácia da ação proposta.

#### Análise do alcance das metas

O processo de monitoramento versa ainda sobre a análise do alcance das metas propostas, ou seja, estabelecer a diferença entre a meta pactuada e a alcançada, bem como as possíveis ameaças para o alcance das mesmas, subsidiando o gestor do projeto com informações que lhe permitam correções das fragilidades ocorridas durante a execução.

#### Elaboração ferramentas informacionais

A disseminação das informações coletadas através das atividades de monitoramento torna-se uma importante ferramenta de gestão para os responsáveis pelo acompanhamento e gerenciamento de projeto sociais.

A Célula de Educação Social e Profissional, em parceria com a Célula de Tecnológica da Informação da STDS, criou o Sistema de Qualificação Profissional – SQP, que tem como objetivo o gerenciamento de todas as atividades de qualificação profissional permitindo o acompanhamento em tempo real das ações que estão sendo executadas. Foram realizados treinamentos com a participação de instituições executoras, gerentes de projetos e técnicos de monitoramento para melhor domínio e utilização desta ferramenta.

O resultado do monitoramento e avaliação das ações de qualificação subsidiará os gestores e as executoras, no sentido de corrigir as “Não Conformidades” encontradas a partir das visitas técnicas realizadas às ações de qualificação. Também, proporcionarão, não só ao Orientador da Célula de Educação Social e Profissional/CESP, como também aos demais responsáveis pela Qualificação Social e Profissional na STDS, informação sobre o andamento da execução dos cursos de QSP.

Ao final das atividades a gerência do Projeto deverá apresentar um Relatório com o detalhamento das metas executadas, apresentando os indicadores que foram alcançados, principais dificuldades na implementação das atividades propostas, e os avanços que o projeto teve no ano de 2015.

#### – **Dados Utilizados**

Cada visita tem o seu modelo de instrumental denominados: Relatório de Constatação Objetiva, Questionário de Avaliação pelo Supervisor, Questionário de Avaliação pelo Educador e Questionário de Avaliação pelo Educando, onde são considerados os itens: atuação das executoras, o público prioritário, o desempenho dos educadores e educandos, a qualidade pedagógica, a adequação dos conteúdos programáticos, a carga horária, a infraestrutura, o material didático e os equipamentos necessários à execução das ações de QSP.

Os dados coletados através do formulário de constatação objetiva preenchido pelo técnico durante as visitas, bem como os dos questionários estruturados, aplicados junto aos beneficiários e instrutor, ao final de cada curso, serão analisados e se os dados coletados mostrarem que o curso não está transcorrendo dentro dos padrões necessários e/ou registrados no convênio, recomenda-se intervenções nestas situações, através de “comunicado de não conformidades”, para retomada da situação e para construção da linha de base para o acompanhamento, sendo todos lançados no SQP.

#### ▲ **Cadastro dos Beneficiários**

A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) implantou Sistema de Monitoramento das Ações de Qualificação Profissional (SQP) para o registro das informações referentes aos beneficiários, identificando-os civilmente como: dados pessoais, NIS, documentação (CPF), filiação, endereço dentre outros aspectos inerentes ao que o projeto propõem-se a atender.

Os dados estão organizados por convênio/contrato e ano de execução, permitindo uso de filtros de pesquisa para fins de facilitar futuras avaliações.

- **Pressupostos de Risco**
- Atraso na liberação do microcrédito por parte das instituições parceiras.

- Orçamento 2015

<b>Detalhamento</b>	<b>FECOP (R\$)</b>	<b>Outras Fontes (R\$)</b>	<b>Total (R\$)</b>
<b>NATUREZA DA DESPESA</b>			
<b>1. DESPESAS CORRENTES</b>			
<b>1.1. Material de Consumo (33.90.30)</b>	78.110,24	0,00	78.110,24
<b>1.2. Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (33.90.39)</b>	94.389,76		94.389,76
<b>1.3. Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (33.50.41) Entidades executoras de ações de Qualificação (*)</b>	7.327.500,00	0,00	7.327.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>7.500.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.500.000,00</b>

(\*) Segue anexo planilha contendo memória de cálculo – Anexo 2

- **Cronograma de Desembolso Fonte FECOP 2015**

Item de Despesa	Mar	Abr	Mai	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Total (R\$)
3390.30 - Material de Consumo	9.769,78	9.769,78	9.769,78	9.769,78	9.769,78	9.769,78	9.769,78	9.721,78	78.110,24
3390.39 – Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	11.798,72	11.798,72	11.798,72	11.798,72	11.798,72	11.798,72	11.798,72	11.798,72	94.389,76
3350.41 – Repasse a Entidades	732.750,00		1.099.125,00	2.198.250,00		2.198.250,00		1.099.125,00	7.327.500,00
<b>Total (R\$)</b>	<b>754.318,50</b>	<b>21.568,50</b>	<b>1.120.693,50</b>	<b>2.219.818,50</b>	<b>21.568,50</b>	<b>2.219.818,50</b>	<b>21.568,50</b>	<b>1.120.645,50</b>	<b>7.500.000,00</b>

### 19. Distribuição dos Recursos por Municípios em 2015

Nº de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (R\$)	Pessoas Beneficiada
1	MR 1 – Metropolitana	Aquiraz	120.000,00	80
2		Cascavel	150.000,00	70
3		Caucaia	132.000,00	88
4		Chorozinho	63.000,00	42
5		Eusébio	30.000,00	20
6		Fortaleza	1.635.000,00	1090
7		Horizonte	30.000,00	20
8		Itaitinga	150.000,00	100
9		Maracanau	153.000,00	102
10		Maranguape	60.000,00	40
11		Pacajus	123.000,00	82
12		Pacatuba	120.000,00	80
13		São Gonçalo	60.000,00	40
	<b>TOTAL MR 1</b>		<b>2.781.000,00</b>	<b>1854</b>
14	MR 2 – Litoral Oeste	Amontada	108.000,00	72
15		Apuiarés	87.000,00	58
16		Camocim	60.000,00	40
17		Itapajé	63.000,00	42
18		Itapipoca	112.500,00	75
19		Itarema	57.000,00	38
20		Morrinhos	55.500,00	37
21		Paraipaba	30.000,00	20
22		São Luís do Curu	90.000,00	60
23		Tejuçuoca	63.000,00	42
24		Trairi	63.000,00	42
25		Uruburetama	30.000,00	20
	<b>TOTAL MR 2</b>		<b>819.000,00</b>	<b>546</b>
26	MR 3 – Sobral/Ibiapaba	Coreaú	22.500,00	15
27		Forquilha	39.000,00	26
28		Irauçuba	30.000,00	20
29		Meruoca	18.000,00	12
30		Moraújo	25.500,00	17
31		Sobral	349.500,00	233
32		Tianguá	60.000,00	40
33		Ubajara	63.000,00	42
34		Viçosa do Ceará	63.000,00	42
	<b>TOTAL MR 3</b>		<b>670.500,00</b>	<b>447</b>
35	MR4 - Sertão de Inhamuns	Crateús	75.000,00	50
36		Tauá	63.000,00	42
	<b>TOTAL MR 4</b>		<b>138.000,00</b>	<b>92</b>
37	MR 5 – Sertão Central	Boa Viagem	60.000,00	40
38		Caridade	45.000,00	30
39		Milhã	75.000,00	50
40		Mombaça	54.000,00	36
41		Quixadá	139.500,00	93
42		Quixeramobim	91.500,00	61
43		Santa Quitéria	63.000,00	42
44		Senador Pompeu	45.000,00	30
45		Solonópole	63.000,00	42
	<b>TOTAL MR 5</b>		<b>636.000,00</b>	<b>424</b>
46	MR6 - BATURITÉ	Barreira	42.000,00	28
47		Itapiuna	63.000,00	42



	<b>TOTAL MR 6</b>		<b>105.000,00</b>	<b>70</b>
48	MR 7 – LIT. LESTE/JAGUARIBE	Alto Santo	90.000,00	60
49		Aracati	195.000,00	130
50		Beberibe	30.000,00	20
51		Icapui	45.000,00	30
52		Iracema	87.000,00	58
53		Jaguetama	67.500,00	45
54		Jaguaribe	105.000,00	70
55		Jaguaruana	90.000,00	60
56		Limoeiro do Norte	63.000,00	42
57		Morada Nova	60.000,00	40
58		Palhano	75.000,00	50
59		Pereiro	45.000,00	30
60		Russas	184.500,00	123
61		São João do Jaguaribe	36.000,00	24
	<b>TOTAL MR 7</b>		<b>1.173.000,00</b>	<b>782</b>
62	MR 8 – Cariri/Centro Sul	Acopiara	63.000,00	42
63		Antonina do Norte	63.000,00	42
64		Aurora	30.000,00	20
65		Barbalha	126.000,00	84
66		Barro	63.000,00	42
67		Brejo Santo	123.000,00	82
68		Campos Sales	63.000,00	42
69		Iguatu	232.500,00	155
70		Juazeiro do Norte	168.000,00	112
71		Mauriti	45.000,00	30
72		Milagres	30.000,00	20
73		Missão Velha	63.000,00	42
74		Quixelô	63.000,00	42
75		Varzea Alegre	45.000,00	30
	<b>TOTAL MR 8</b>		<b>1.177.500,00</b>	<b>785</b>
<b>TOTAL GERAL (MR1 - MR 8)</b>			<b>7.500.000,00</b>	<b>5.000</b>

## JUSTIFICATIVA:

O cenário econômico desfavorável dos últimos meses demandou mudanças significativas no projeto como tentativa de amenizar os efeitos da crise nos jovens. De acordo com pesquisa realizada pelo IBGE, em maio, o desemprego chegou a 6,7%, e a intensidade deste crescimento foi maior nos jovens de 18 a 24 anos, chegando aos 16,4%, mais que o dobro do geral. A partir do momento que a crise deixou de ser especulação e se tornou realidade, nós, da STDS, decidimos ajustar o projeto ampliando os municípios que serão atendidos, em busca de amenizar tal quadro e oportunizar jovens em um número diversificado de municípios com nossos cursos de qualificação através da linha de Ação Jovem Aprendiz nos grandes centros econômicos do estado, pois a qualificação tem que ser concomitante a aprendizagem na prática em uma empresa, e com o Empreendedor Juvenil, que qualifica os jovens para se tornarem empreendedores e gerarem sua própria renda, saída que muitos, não somente jovens, estão buscando para amenizar os efeitos da crise.

- **Responsável pelo Projeto**

<b>Coordenadoria / Gerência</b>	Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda – CPTR
<b>Técnico</b>	Robertha Arrais de Souza Catunda
<b>E-mail</b>	robertha.arrais@stds.ce.gov.br
<b>Fone</b>	8819-8253 / 3101-1559

**Anexo 1**  
**MARCO LÓGICO**  
**(Jovem Aprendizagem em Serviço – MAPP 93)**

<b>Cadeia Lógica de Objetivos</b>	<b>Descrição</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Meios de Verificação</b>	<b>Riscos</b>
<b>Impactos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Microempreendimentos consolidados no mercado</li> <li>- Permanência no mercado dos jovens atendidos</li> <li>- Mudança socioeconômica e comportamental dos jovens atendidos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- % de microempreendimentos consolidados, resultantes da ação direta do projeto</li> <li>- % de jovens que permaneceram no mercado</li> <li>- % de jovens com novas perspectivas sociais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pesquisa com os microempreendedores egressos do projeto após 01 ano de finalização do projeto</li> <li>- Pesquisa com egressos dos cursos de QSP após 01 ano de finalização do projeto</li> <li>- Pesquisa com educandos na inscrição do curso</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Perca de contato contato com os jovens egressos</li> </ul>
<b>Resultados</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- jovens aprendizes qualificados e inseridos no mercado de trabalho</li> <li>- Planos de Negócios Financiados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- % de jovens com contratos de aprendizagem</li> <li>- % de microcréditos aprovados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relatório de acompanhamento dos Sistemas Gerencias da STDS</li> <li>- Contratos de aprendizagem</li> <li>- Relatório expedido pela instituição financeira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Evasão /frequência dos jovens, impossibilitando atingir a média de frequência para certificação</li> </ul>
<b>Produtos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- cursos de QSP na área de Empreendedorismo</li> <li>- cursos de QSP para aprendizes</li> <li>- Planos de Negócios aprovados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de cursos de QSP promovidas para jovens</li> <li>- Número de planos de negócios aprovados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relatório de acompanhamento dos Sistemas Gerencias da STDS</li> <li>- Planos de Negócios elaborados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de apoio Municipal para realiza as ações de QSP</li> </ul>
<b>Atividades</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar cursos de QSP na área de Empreendedorismo</li> <li>- Encaminhar os educandos às instituições de microcrédito</li> <li>- Realizar cursos de QSP para jovens aprendizes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de cursos de QSP realizados para jovens aprendizes e na área de empreendedorismo</li> <li>- Número de jovens com aprovação de crédito junto às Instituições financeiras</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relatórios de acompanhamentos dos Sistemas Gerencias da STDS</li> <li>- Ficha de aprovação de crédito expedido pelas Instituições financeiras</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de envolvimento dos municípios</li> <li>- Empresas resistentes a não cumprirem a cota de aprendizagem</li> <li>- Atraso na licitação gerando morosidade</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Encaminhar concludentes ao Sine</li> <li>- Firmar Parceria com os municípios</li> <li>- Firmar Parceria com empresas e entidades</li> <li>- Firmar Convênio com entidades executoras</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de pessoas encaminhadas</li> <li>- Número de parcerias realizadas com municípios, entidades e empresas</li> <li>- Convênios firmados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de contratos de aprendizagem</li> <li>- Comprovante de inscrição do Sistema Mais Emprego</li> <li>- Termo de cooperação técnica</li> <li>- Cópia dos convênios</li> </ul>	<p>nos convênios de execução</p>
<p><b>Insumos</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Recursos do FECOP</li> <li>- Equipe multidisciplinar da STDS</li> <li>- Equipe multidisciplinar das entidades executoras</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- % de recurso executado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relatório de execução orçamentária</li> </ul>	



**Governo do Estado do Ceará**  
**Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS**

**Projeto: Fortalecimento do Artesanato do Cariri**  
**(Inclusão Produtiva: Fomento)**

**Janeiro / 2015**

<b>Secretaria (Proponente)</b>	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
<b>Programa (PPA)</b>	049 – Trabalho, Emprego e Renda
<b>Mapp (Nº e Denominação)</b>	130 – Implementação do Centro de Referência do Artesanato do Cariri
<b>Período de Execução (em 2015)</b>	Março a dezembro
<b>Categoria</b>	Inclusão Produtiva

## 1. Descrição do Projeto

O projeto **Fortalecimento do Artesanato do Cariri** tem como objetivo maior fomentar o artesanato como atividade econômica sustentável e de inclusão social, com vistas à valorização da identidade cultural local e integração da atividade artesanal à cadeia produtiva do turismo e da cultura da região do Cariri, promovendo assim a ampliação das oportunidades de trabalho e geração de renda para os artesãos da região.

## 2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

O projeto Centro de Referência do Artesanato do Cariri, executado no âmbito da Coordenadoria do Desenvolvimento do Artesanato e Economia Solidária vem fortalecer a política estadual, desenvolvida ao longo dos últimos anos, de combate à pobreza e desenvolvimento econômico e social, através da ampliação de oportunidades de emprego e renda, principalmente para a população mais socialmente vulnerável.

No Plano Plurianual 2012-2015, o projeto integra o Programa 049 – Trabalho, Emprego e Renda; Objetivo - Fomentar o artesanato como atividade econômica sustentável e de inclusão social, ampliando as oportunidades de trabalho e geração de renda; Metas 00195 – Cadastrar 20.866 artesãos de acordo com as normas do Cadastro Nacional de Artesãos, 00197 – Qualificar 7.195 artesãos, 00198 – Apoiar 250 entidades artesanais e grupos produtivos, 00012 – Realizar 280 eventos das entidades artesanais, grupos produtivos de artesão em eventos locais, regionais, nacionais e internacionais de promoção do artesanato cearense; Iniciativas 05095 – Emissão da identidade artesanal, assegurando o benefício da isenção fiscal no Estado, 02937 – Realização de ações de qualificação para o artesão, 05127 – Assegurar o apoio a entidades artesanais / grupos produtivos, 02940 – Viabilização de espaços de comercialização para o artesanato cearense.

Na Matriz de Resultados do Governo Estadual o projeto contribui para o alcance do Resultado Setorial Geração de Oportunidades de Trabalho, Emprego e Renda e suas ações são aferidas por meio do indicador Número de ocupações geradas com empreendimentos artesanais e da economia solidária apoiados.

## 3. Diagnóstico

O Ceará desponta no cenário nacional como um estado que trata o artesanato como uma atividade econômica relevante na economia local, com potencial de desenvolvimento e planos de trabalho que objetivam apoiar as atividades artesanais.

Além de ser uma atividade econômica diretamente relacionada com a identidade e cultura



local, o artesanato apresenta-se como alternativa importante na geração de emprego e renda e na qualidade de vida dos moradores da região, principalmente se considerarmos que o estado enfrenta umas das piores estiagens das últimas décadas, além de possuir uma parcela significativa da população vivendo em situação de extrema pobreza.

Atualmente, mais de 70 % dos municípios cearenses apostam nessa atividade, destacando-se no país como importantes produtores das mais variadas tipologias. Além do que, o fato de o estado ser um dos principais destinos turísticos do país colabora sensivelmente para a divulgação e o crescimento deste segmento econômico.

O artesanato tem se configurado como uma alternativa bastante eficaz de inclusão social e no trabalho, de melhoria da qualidade de vida da população e de desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza, principalmente se considerarmos que o público alvo do presente projeto é aquele formado por artesãos e suas famílias que possuem renda per capita menor que  $\frac{1}{2}$  salário mínimo.

Levando-se em conta essa realidade vivenciada em nosso estado, podemos inferir que o Projeto de Implementação do Centro de Referência do Artesanato do Cariri contribui de forma significativa para a transformação da realidade de muitas famílias cearenses.

#### **4. Justificativa**

O trabalho é uma função social que permite ao homem transformar sua própria realidade e da comunidade em sua volta, permitindo-lhe alcançar uma identidade pessoal e social, garantir o seu sustento e o de sua família e conquistar a autonomia, auto-estima e liberdade.

Ao longo dos últimos anos, o Estado do Ceará tem contribuído para essa transformação da realidade, através dos investimentos que tem realizado nas várias políticas e projetos de incentivo à qualificação e inserção no mercado de trabalho, dentre eles muitas ações de desenvolvimento do artesanato, por perceber que, cada vez mais, essa atividade tem se apresentado como uma oportunidade de geração de trabalho, emprego e renda para o povo cearense.

Nesse sentido, as ações implementadas visam à adequação do artesanato às tendências do mercado, aliando o design à tradição artesanal, proporcionando um impulso na produção, comercialização e conseqüentemente na economia local.

O projeto Implementação do Centro de Referência do Artesanato do Cariri se propõe a desenvolver ações que possibilitem a melhoria do nível organizacional das unidades produtivas, bem como o incentivo à comercialização do artesanato, como fatores condicionantes para a melhoria da renda dos artesãos cearenses. O público alvo do projeto são os artesãos pertencentes a famílias que fazem parte do grupo que está abaixo da linha de pobreza com renda familiar per capita menor que  $\frac{1}{2}$  salário mínimo.

O objetivo é propor ações que tragam transformações estruturantes no segmento com o incentivo e apoio ao trabalho através da realização de capacitações tecnológicas, do desenvolvimento de novos produtos e melhoria da qualidade da produção artesanal, da realização de eventos que estimulem a divulgação e comercialização das peças, da doação de equipamentos e instrumentais.

O entendimento, portanto, é de que se faz necessário intensificar a qualificação profissional e o aperfeiçoamento daquele que depende dessa atividade como meio único ou complementar de renda familiar. E ainda, proporcionando a comunidade um espaço de experimentação adequado que possibilite o artesão a conceber, inovar e desenvolver seu produto e, assim, zelar para manutenção do fazer tradicional e cuidar para que a inovação do artesanato seja usada como estratégia da conquista mercadológica, através da interface consciente do design e do comprometimento constante das instituições executoras de programas de artesanato.

Por tudo isso, propõe-se o presente projeto de fortalecimento do artesanato cearense, com foco na Região do Cariri.

## 5. Histórico

O projeto Implementação do Centro de Referência do Artesanato do Cariri vem, ao longo dos anos, desenvolvendo uma série de ações de fortalecimento do artesanato cearense, através de investimentos em capacitação, formalização, desenvolvimento de produtos, divulgação e comercialização, buscando assim criar uma rede sólida de produção do artesanato cearense, garantindo oportunidades de trabalho e geração de renda.

Com a sua continuidade grupos produtivos e entidades como o Centro da Cultura Popular Mestre Noza e a Associação dos Artesãos Mãe das Dores tem se fortalecido e se organizado cada vez mais, levando o nome do artesanato cearense para o mundo.

De acordo com o quadro abaixo, os investimentos ao longo dos últimos anos são consideráveis:

Ano	Valor Total Aplicado	Valor FECOP	Nº de Beneficiários
2009	718.364,40	718.364,40	3.800
2010	799.902,00	799.902,00	4.500
2011	836.000,00	836.000,00	5.100
2012	799.080,00	799.080,00	5.700
2013	791.600,00	7961.600,00	5.220
2014	837.975,40	898.000,00	5.300

## 6. Público Alvo

Artesãos, pertencentes a grupos produtivos ou entidades artesanais, com renda familiar per capita até ½ sm da região do Cariri.

### 6.1. Critérios adotados para seleção dos beneficiários

Artesãos cadastrados no Programa de Desenvolvimento do Artesanato do Estado e que focam parte de unidades de produção.

## 6.2 .Documentos comprobatórios da situação de pobreza

Quando da seleção dos beneficiários serão solicitados documentos referentes a fatura de energia elétrica e fatura de consumo de água.

## 7. Objetivos

### Geral

Fomentar o artesanato como atividade econômica sustentável e de inclusão social, com vistas à valorização da identidade cultural local e integração da atividade artesanal à cadeia produtiva do turismo e da cultura da região do Cariri, promovendo assim a ampliação das oportunidades de trabalho e geração de renda para os artesãos da região.

### Específicos

- Fortalecer as entidades artesanais com foco na organização e gestão de negócios;
- Ampliar canais de comercialização dos produtos artesanais dos grupos/entidades assistidas através da realização e participação em feiras e eventos locais , regionais, estaduais e nacionais;
- Promover o aperfeiçoamento e inovação da produção artesanal, com o desenvolvimento de novos produtos , preservando tradições e assegurando maior competitividade;
- Implantar sistema de certificação do Artesanato Cearense com Selo de Autenticidade do produto.

## 8. Atividades / Detalhamento das atividades

Objetivos	Atividades	Responsáveis
Fortalecer as entidades artesanais com foco na organização e gestão de negócios.	- Apoio para viabilizar a participação em feiras e eventos estaduais, regionais, nacionais e internacionais. - Qualificação com foco em gestão de negócios, associativismo e capacitação tecnológica.	CEART
Desenvolver novas coleções para maior competitividade dos produtos;	- Promover a capacitação dos artesãos para o aperfeiçoamento e inovação da produção artesanal.	CEART
Ampliar canais de comercialização dos produtos artesanais dos grupos/entidades assistidas através da realização e participação em feiras locais, regionais e nacionais.	- Realização de Feira Regional - Participação em eventos Nacionais e Estaduais.	CEART
Promover o aperfeiçoamento		CEART

e inovação da produção artesanal, com o desenvolvimento de novos produtos preservando tradições e assegurando maior competitividade.	- Realização de capacitação Tecnológica para melhoria da Qualidade da Produção Artesanal e de gestão.	
Implementar sistema de certificação do artesanato Cearense com emissão de Selo de Autenticidade do produto.	Avaliação dos produtos artesanais para certificação, através da curadoria de produtos.	CEART

## 9. Produtos

**Como resultado das ações e atividades realizadas teremos os seguintes produtos:**

- Feira Regional realizada com foco para ampliação da comercialização;
- Artesãos capacitados para aperfeiçoamento da produção artesanal e gestão de negócio;
- Artesãos e entidades beneficiados com a participação em feiras e eventos comerciais;
- Entidades apoiadas para maior fortalecimento institucional e melhoria da qualidade da produção.
- Certificados de autenticidade do produto artesanal emitidos.

## 10. Metas

- 01 (uma) Feira Regional de Artesanato realizada, com a participação de 200 artesãos expositores representantes de Grupos Produtivos e Entidades Artesanais; beneficiando 2.600 artesãos.
- 12 capacitações tecnológicas e de gestão empreendedora de negócios realizada, com carga horária de 80h, beneficiando 240 artesãos;
- Participação em 02 eventos nacionais e 02 estaduais, de comercialização beneficiando 1.200 artesãos;
- Implantar sistema de certificação do artesanato cearense com emissão do selo de autenticidade do produto.

## 11. Resultados Esperados

- ⤴ Acesso do artesão a diferentes canais de comercialização viabilizado;
- ⤴ Entidades artesanais fortalecidas para proporcionar a melhoria da qualidade da produção e sua organização para competir no mercado;
- ⤴ Melhoria de renda dos artesãos.
- ⤴ Melhoria da Qualidade da Produção Artesanal.

O projeto promoverá transformações relevantes no segmento com o incentivo e apoio ao trabalho, comercialização dos produtos artesanais e fortalecimento das entidades e grupos artesanais, ampliando sua capacidade de gestão e sua autonomia, contribuindo para o auto-sustentabilidade do setor artesanal.

Com esses resultados atingidos, haverá um aumento significativo na renda dos

artesãos beneficiados, melhoria na sua qualidade de vida e conseqüentemente haverá redução dos índices de pobreza.

## 12. Integração das Ações

Uma das principais estratégias de atuação do projeto Artesanato competitivo está pautada na intersectorialidade e na construção de parcerias responsáveis que adotem o artesanato não somente com o objetivo de geração de trabalho e renda, mas, sobretudo de responsabilidade social e de reconhecimento nato do valor da cultura o povo cearense.

Pensando nesse aspecto, algumas ações do projeto já são executadas em parceria com outras secretarias e programas de governo, podemos destacar:

Instituição Parceira	Ação Realizada
Secretaria de Agricultura - Ematerce	- Grupos de agricultores artesãos dos municípios de Juazeiro do Norte e Crato recebem qualificação para desenvolvimento de novos produtos artesanais nas tipologias argila e trançado em fibras vegetais.  - Apoio a comercialização de sua produção através da participação em feiras e eventos e da venda de produtos nas lojas CEART
Prefeituras Municipais da Região	- Realização de ações de promoção comercial e de qualificação profissional nos municípios da Região..
SESC	- Participação de artesãos nos eventos sociais e de comercialização do SESC
Secretaria de Turismo	Promover o Artesanato Cearense, através da participação em feiras e eventos, assegurar a participação nos projetos estruturantes nos polos turísticos. Viabilizar a divulgação do artesanato nas peças promocionais do Estado.
Secretaria da Cultura	Apoiar a participação do artesanato Cearense em projetos que valorizem a cultura e as tradições do Estado.

## 13. Monitoramento

O monitoramento do projeto será realizado pela equipe técnica da Coordenadoria do Artesanato e Economia Solidária – CAES, através do acompanhamento in loco das ações e da verificação dos instrumentais desenvolvidos para o projeto.

As visitas de monitoramento serão realizadas pela equipe técnica da Coordenadoria do Artesanato e Economia Solidária e registradas em relatórios de monitoramento contendo dados quantitativos, análise qualitativa das ações, verificação do alcance das metas, objetivos e proposições, devidamente designada para esse fim, sendo permitida a assistência de terceiros para acompanhar toda a execução do objeto do Projeto que, também, desenvolverá ações de acompanhamento da execução físico e financeira da Instituição contratada.

Para garantir a eficiência, eficácia e efetividade social das ações previstas no Plano de

Trabalho do Projeto “Fortalecimento do Artesanato do Cariri”, a STDS, via a Coordenadoria do Artesanato colocará à disposição do projeto uma equipe técnica formada por profissionais com qualificação e conhecimentos adequados as atividades previstas, zelando pela transparência e lisura na aplicação dos recursos. O monitoramento deverá observar ainda como está se processando o desenvolvimento do projeto, qual o alcance dos objetivos e o impacto das ações junto aos usuários.

### **13.1. Acompanhamento pedagógico das ações, quem realiza e a sistemática.**

O acompanhamento será realizado pela equipe pedagógica do projeto através dos relatórios, fichas de inscrição e lista de presença dos educandos e de recebimento do lanche, apostilas e material pedagógico (quando for previsto), além do acompanhamento “in loco” pela coordenação das ações.

### **13.2. Mecanismos de acompanhamento e avaliação do projeto a serem utilizados**

- Realização de Reuniões sistemáticas (mensais) com a Entidade Executora para acompanhamento da ação e implementação de ajustes quando necessários;
- Visitas Técnicas de acompanhamento e supervisão “in loco” para verificar a execução das ações;
- Realização de acompanhamento de todas as ações executadas através das fichas de inscrições, relatório de frequência, oficinas e cursos realizados.
- Elaboração dos relatórios técnicos dos designers e dos instrutores de capacitação;
- Realização de Diagnósticos de demanda e relação de pré-inscritos;
- Relatórios de viagens de acompanhamento das ações de capacitação;
- Registros fotográficos, depoimentos de participantes a cada ação;
- Comprovante do cadastro dos Artesãos no banco de dados do Programa Estadual de Desenvolvimento do Artesanato;
- Relatórios trimestrais de execução e financeiros.
- Relação de frequência diária nas ações de capacitação.
- Depoimento das lideranças e gestores das organizações sociais parceiras em cada município contemplado.

### **13.3 Cadastro dos beneficiários**

Os beneficiários do projeto serão cadastrados e registrados com seus dados pessoais, além da atualização do cadastro de artesãos realizado pela CEART.

## **14. Pressupostos de Risco**

O processo licitatório para a contratação de instituições especializadas na operacionalização de ações voltadas para o desenvolvimento do artesanato poderá atrasar o início das ações, comprometendo a execução das ações dentro dos prazos estabelecidos.

Os parceiros não priorizarem as ações de apoio ao artesanato comprometendo a liberação de recursos.

## **15. Orçamento 2015**



Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$)	Valor Total (R\$)
NATUREZA DA DESPESA			750.000,00
<b>1. DESPESAS CORRENTES</b>			
1.1. Repasse para Entidade			
Elemento de Despesa (335039)	750.000,00		750.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>750.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>750.000,00</b>

## 16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

Item de Despesa	Março	Abril	Maió	Junho	Total
Repasse para Entidade	100.000,00	100.000,00	250.000,00	300.000,00	750.000,00
<b>Total</b>	<b>100.000,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>250.000,00</b>	<b>300.000,00</b>	<b>750.000,00</b>

## 17. Distribuição dos Recursos por Municípios em 2015

Nº de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (R\$)	Pessoas Beneficiadas
1	8ª – CENTRO-SUL	Juazeiro do Norte	R\$ 750.000,00	4.040
<b>Total</b>			<b>R\$ 750.000,00</b>	<b>4.040</b>

## 18. Responsável pelo Projeto

Coordenadoria Gerência	/	Coordenadoria de Desenvolvimento do Artesanato e Economia Solidária
Técnico		Amanaci Diógenes Braga
E-mail		coordenacaoceart@stds.ce.gov.br
Fone		85 – 3101.1625 / 3101.1627

**Anexo 1**  
**MARCO LÓGICO**  
**(Fortalecimento do artesanato do Cariri – MAPP 130)**

<b>Cadeia Lógica de Objetivos</b>	<b>Descrição</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Meios de Verificação</b>	<b>Riscos</b>
<b>Impactos</b>	Melhoria da Renda do Artesão Cearense DA Região do Cariri	Nível de renda do artesão	Pesquisa Direta	Recursos financeiros insuficientes, para realizar o levantamento.
<b>Resultados</b>	Produtos Artesanais competitivos e atendendo às demandas do mercado	Melhoria da qualidade da Produção Artesanal	Produtos artesanais certificados com o “SELO CEART”	Recursos financeiros e equipe técnica insuficiente para implementar as ações.
	Ampliação dos canais de comercialização para o artesanato Cearense	Aumento das Vendas	Número de peças artesanais comercializadas	
<b>Produtos</b>	Artesãos Capacitados	Novas coleções de produtos desenvolvidas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Lista de Frequências dos cursos</li> <li>- Projetos de desenvolvimento de novos produtos</li> <li>- Relatórios Técnicos dos Designers e Instrutores</li> </ul>	Recursos financeiros e
	Acesso ao mercado viabilizado para artesãos e entidades artesanais	Artesãos e entidades artesanais beneficiados com a participação em feiras e eventos e através da comercialização	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relatórios Técnicos dos eventos</li> <li>- Relação de Frequência</li> <li>- Registro Fotográfico</li> </ul>	

		nas lojas Ceart		equipe técnica insuficiente para implementar as ações.
	Certificados de Autenticidade dos produtos artesanais e de reconhecimento das obras de Arte popular Cearenses Emitidos	Produto artesanal Cearense Certificado com o Selo CEART	- Relatório Técnico com o protocolo da certificação	
<b>Atividades</b>	Capacitar o artesão com foco no Desenvolvimento Tecnológico e na Gestão	Capacitações realizadas	- Lista de Frequências - Relatório Técnico - Registro Fotográfico	Recursos financeiros insuficientes para implementar as ações.
	Viabilizar a participação do artesanato cearense em feiras e eventos de promoção e comercialização locais, regionais, estaduais e nacionais.	Número de Eventos apoiados/ realizados	- Registro fotográfico - Lista de Frequências - Relatório Técnico	
<b>Insumos</b>	Recursos Fecop e Equipe Técnica capacitada	Recursos Fecop e Equipe Técnica capacitada	Recursos Fecop e Equipe Técnica capacitada	Recursos Fecop e Equipe Técnica capacitada



**Governo do Estado do Ceará**  
**Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA**

**PROJETO: Agente Rural**

**Janeiro/2015**

Secretaria (Proponente)	Secretaria do Desenvolvimento Agrário
Programa (PPA)	028 - Desenvolvimento Agropecuário
Mapp (Nº e Denominação)	5 – Agente Rural
Período de Execução (em 2015)	Janeiro a Dezembro
Categoria	Estruturante – Inclusão Produtiva Rural

## 1. Descrição do Projeto



O **Projeto Agente Rural** destina-se a prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) aos agricultores familiares e suas organizações. Realiza-se através da concessão de Bolsas de Transferência Tecnológica (BTT) para jovens selecionados mediante prova escrita e análise de currículo, que são contratados diretamente pela SDA por um período de até 3 anos e colocados à disposição da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE), vinculada da SDA.

Compete a EMATERCE a capacitação, orientação e supervisão dos trabalhos dos Agentes Rurais.

O atendimento prestado por estes jovens junto aos beneficiários é realizado a cada 15 dias, por meio visitas as unidades de produção, reuniões / demonstrações práticas com grupos de agricultores familiares, variando de 15 a 20 participantes por grupo, excursões / intercâmbios e outros métodos de extensão rural, tais como Palestras, Dias de Campo / Dias Especiais. Cada Agente Rural é responsável pelo atendimento de 100 agricultores familiares.

O projeto conta exclusivamente com recursos do FECOP.

## 2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

No PPA 2012 / 2015 o projeto se insere na área temática Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária e no Programa Desenvolvimento Agropecuário. Contribui para o alcance do Objetivo 005 – Prestar Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) nas cadeias produtivas (agrícolas e não-agrícolas) da agropecuária cearense com vistas ao fortalecimento da agricultura familiar; Meta 00644 - Atender a 239.057 agricultores familiares nas cadeias produtivas agrícolas e não-agrícolas; Iniciativa 04744 - Apoio à produção e comercialização agropecuária.

Na matriz de Gestão por Resultados do Governo do Estado, o projeto contribui para o alcance do resultado setorial “Agricultura Familiar Fortalecida Sustentável” e suas realizações são aferidas por meio do indicador “Percentual de produtores da agricultura familiar beneficiados com ações de apoio”.

### 3. Diagnóstico

Dentre os acontecimentos mais marcantes que ocorreram na esfera das políticas públicas para o meio rural brasileiro, no período recente destaca-se a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O surgimento deste programa representa o reconhecimento e a legitimação do Estado, em relação às especificidades de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que até então era designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência.

Até o início da década de noventa não existia nenhum tipo de política pública especial, com abrangência nacional, voltada para o atendimento das necessidades desse segmento social da agricultura, o qual era, inclusive, caracterizado de modo meramente instrumental e bastante impreciso no âmbito da burocracia estatal.

É preciso lembrar que, no contexto do início da década de 1990, a agricultura brasileira, e particularmente a da região Meridional do Brasil, estava fortemente afetada pelo processo de abertura comercial e de desregulamentação dos mercados, fatores que a submetiam a uma concorrência intensa com os países do Mercosul.

Em vista das sucessivas dificuldades decorrentes da crise da segunda metade dos anos oitenta, particularmente no que se refere à disponibilidade de crédito e da queda da renda, os agricultores familiares da região Sul do Brasil, e em menor medida os agricultores da região Nordeste (sobretudo os produtores de algodão), encontravam-se debilitados diante da nova conjuntura econômica e comercial. Assim, a década de noventa é marcada por alguns fatores que foram decisivos para mudar os rumos do desenvolvimento rural, principalmente na esfera governamental. Por um lado, o movimento sindical dos trabalhadores rurais ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT), especialmente dos três estados meridionais do país (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), passaram a organizar-se e direcionar suas reivindicações e lutas para a chamada “reconversão e reestruturação produtiva” dos agricultores familiares, que seriam afetados pelo processo de abertura comercial da economia, na ocasião influenciado pela criação do Mercosul.

Assim, as reivindicações dos trabalhadores rurais, que já haviam começado a ter voz na Constituição de 1984, ganharam destaque nas “Jornadas Nacionais de Luta” da primeira metade da década de noventa, que a partir de 1995 passaram a ser denominadas de “Grito da Terra Brasil”.

Por outro lado, os estudos realizados conjuntamente pela FAO/INCRA definiram com maior precisão conceitual a agricultura familiar e, mais ainda, estabeleceram um conjunto de diretrizes que deveriam nortear a formulação de políticas públicas adequadas às especificidades dos diferentes tipos de agricultores familiares. Sabe-se que esses estudos serviram de base para as primeiras formulações do PRONAF.

Entretanto, para melhor compreender este conjunto de inovações, é preciso recuar no tempo e situar o processo de elaboração e consolidação desse Programa. Em larga medida, pode-se afirmar que o PRONAF foi formulado como resposta do Estado às pressões

do movimento sindical rural, realizadas desde o final da década de 1980. O programa nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas até então existentes e encontravam sérias dificuldades de se manter no campo.

Em 1994, em consequência das reivindicações dos agricultores familiares acima citadas, o governo Itamar Franco criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), que operava basicamente com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). O PROVAP seria o embrião da primeira e mais importante política pública criada dois anos mais tarde e destinada aos agricultores familiares. Cabe frisar que, embora o PROVAP tenha tido resultados pífios do ponto de vista dos recursos aportados para os agricultores, sua importância consiste na transição que ali se inicia em direção a uma política pública diferenciada por categorias de produtores rurais. Deve-se lembrar, por exemplo, que até esta época, os pequenos agricultores eram enquadrados como “mini-produtores” pelas normas do Manual de Crédito Rural do Ministério da Agricultura, o que fazia com que tivessem que disputar recursos com os grandes proprietários, que historicamente foram os principais tomadores de crédito para agricultura.

A partir de 1995, já no Governo Fernando Henrique Cardoso, o PROVAP foi totalmente reformulado, tanto em termos de concepção como em sua área de abrangência. Essas modificações deram origem ao PRONAF, em 1996, cuja institucionalização ocorreu através do Decreto Presidencial nº 1.946, datado de 28/07/1996. Desse ano em diante, o programa tem se firmado como a principal política pública do Governo Federal para apoiar os agricultores familiares. Deve-se registrar, no entanto, que, no ano de 1996, apenas as ações relativas ao crédito de custeio foram implementadas e que a ampliação do programa para as áreas de investimentos, infraestrutura e serviços municipais, capacitação e pesquisa, só ocorreu a partir de 1997, quando o PRONAF ganhou maior dimensão e passou a operar de forma integrada em todo território nacional.

O acesso ao PRONAF de fundamental importância para os agricultores familiares inicia-se na discussão da família sobre a necessidade do crédito, seja ele para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários. Após a decisão do que financiar, a família deve procurar o sindicato rural ou a empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), como a Ematerce, para obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que será emitida segundo a renda anual e as atividades exploradas, direcionando o agricultor para as linhas específicas de crédito a que tem direito. Para os beneficiários da reforma agrária e do crédito fundiário, o agricultor deve procurar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) ou a Unidade Técnica Estadual (UTE).

Segundo o último censo agropecuário de 1996 existem 383.010 agricultores no Estado do Ceará e destes, 341.510 são agricultores familiares, representando 89,6% do total. Estes agricultores são responsáveis pela produção de mais de 80% das principais culturas de subsistências do Estado, são descapitalizados e sem condições de contratarem serviços de Ater capazes de lhes proporcionar as condições necessárias para o acesso ao PRONAF, para melhoria de sua produção e rentabilidade e inseri-los no mercado, contribuindo para superação do quadro de exclusão social que vivenciam.



#### **4. Justificativa**

A experiência tem mostrado que a implementação da política nacional de valorização da agricultura familiar sintetizada pelo PRONAF necessita da apropriação de tecnologia adequada, que permita ao agricultor familiar melhorar seus índices de produção e produtividade com custos reduzidos, melhorar o seu poder de barganha no momento da venda da produção obtendo preços coerentes com a realidade do mercado e melhorar a gestão econômica e financeira de suas unidades produtivas sem agredir o meio ambiente.

Este é precisamente o papel dos profissionais de ATER, no entanto o quadro de prestadores deste tipo de serviço no Estado é bastante reduzido, haja vista que à aproximadamente 30 anos não é realizado concurso público e ao longo dos tempos, muitos dos empregados se desligaram da empresa responsável por este atendimento - EMATERCE, por incentivo do Programa de Demissão Voluntária (PDV), ocorrido em 1997 ou por aposentadoria.

Ressalte-se que a Ematerce tem feito gestões junto a SDA e o Governador do Estado no sentido da realização de concurso público com vista recompor e oxigenar o quadro de pessoal, porém a forma atual que dispõe para atender aos agricultores familiares do Estado é por meio da contratação de bolsistas.

#### **5. Histórico**

Em 2003, o Governo do Estado através da SDA determinou que a Ematerce trabalhasse com exclusividade para os agricultores familiares, prestando Ater gratuitamente. Em função do número reduzido de funcionários públicos habilitados para esta função foi criado o Projeto Agente Rural.

Em 2004, o Projeto Agente Rural, foi financiado pelo Ministério da Reforma Agrária (MDA) que conveniou com a Ematerce possibilitando o custeio das despesas de 90 bolsistas.

A partir de 2005, o MDA não mais custeou as despesas com a concessão de bolsas, passando todas as despesas serem custeadas pelo Governo do Estado, por meio da Fonte 10 – Fundo Estadual de Combate a Pobreza (FECOP).

O quadro abaixo evidencia a aplicação dos recursos da fonte FECOP na implementação do Projeto Agente Rural, onde se observa a disponibilização dos recursos no período de 2007 a 2014.

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes)	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários
2007	8.807.660,71	-	8.807.660,71	278.000
2008	8.345.402,08	-	8.345.402,08	378.000
2009	9.568.145,63	-	9.563.145,74	479.500
2010	11.570.341,90	-	11.570.341,90	359.500
2011	10.847.620,00	-	10.847.620,00	491.250
2012	12.001.570,00	-	12.001.570,00	522.000
2013	9.882.040,00	-	9.882.040,00	441.207
2014	10.595.404,00	-	10.595.404,00	238.095
<b>TOTAL</b>	<b>81.618.184,32</b>	-	<b>81.618.184,32</b>	-

## 6. Público Alvo

Agricultor familiar e seus familiares (filhos e agregados).

Caracteriza-se como agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo simultaneamente aos seguintes requisitos:

- Não detenha, a qualquer título, área maior de 4 módulos fiscais;
- Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder executivo;
- Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

### 6.1. Critérios adotados para a seleção dos beneficiários

- A unidade de produção sob a administração do agricultor familiar deverá estar situada na área de trabalho intensivo da EMATERCE a qual é definida por seu potencial de resposta a implementação da política de convivência com o semiárido;
- O agricultor familiar deverá ser receptivo a receber as orientações técnicas prestadas pela EMATERCE

## 7. Objetivos

### Geral

Aumentar a renda e a ocupação dos agricultores familiares beneficiados, pelo incremento da rentabilidade dos seus empreendimentos.

## **Específicos**

- Melhorar a produtividade da agropecuária dos agricultores familiares assistidos.
- Ampliar a área plantada com as culturas desenvolvidas pelos agricultores familiares assistidos.
- Aumentar e melhorar o rebanho dos agricultores familiares assistidos.
- Melhorar o processo de comercialização da produção agropecuária dos agricultores familiares assistidos.
- Ampliar o acesso as políticas públicas voltadas para agricultores familiares assistidos

## **8. Atividades / Detalhamento das Atividades**

As principais atividades, a serem implementadas pelos Agentes Rurais nos municípios da área de atuação, são:

### **a) Planejamento / programação**

O trabalho de Ater inicia-se com a divulgação das políticas públicas de apoio a agricultura familiar e a identificação das necessidades, potencialidades e problemas do público a ser beneficiado pelo projeto. Para tanto, será utilizada a ferramenta DRP – Diagnóstico Rural Participativo. Os resultados obtidos são posteriormente priorizados pelos agricultores e sistematizados em um Plano de Ação da Comunidade (PAC). Cada agente de campo trabalhará em média com 06 PACs. O somatório dos PACs constituirá na programação de 2015 a qual é consolidada através do registro dos dados no SPPWEB, gerando os Contratos de Resultados do Município, do Escritório, das Regiões Administrativas da Emater-ce e do Estado. Estima-se para 2015 a elaboração de 3.788 Planos de Ação.

### **b) Formação dos Agentes de Ater (Agentes Rurais / Extensionistas)**

A formação “em serviço” dos Agentes de ATER (Agentes Rurais e Extensionistas) será feita durante as visitas as comunidades rurais, e estes, por sua vez, capacitarão também “em serviço” os agricultores familiares assistidos. Neste processo serão assessorados pelos técnicos lotados nos Escritórios Regionais e Estaduais, com vistas à profissionalização dos mesmos e à geração de emprego e renda no meio rural.

### **c) Prestação de Ater aos agricultores familiares e suas organizações / representações**

Após concluir a fase da programação os técnicos de campo (Agentes Rurais e Extensionistas) iniciarão a execução dos PACs. A prestação de Ater aos agricultores familiares e suas representações será baseada em processos educativos utilizando-se metodologias participativas com vistas à construção de saberes, observando as experiências dos agricultores e o saber dos Agentes Rurais / Extensionistas, tendo por objetivo a apropriação de tecnologias pelos beneficiários do Projeto Agente Rural.

Será incentivado o desenvolvimento de técnicas e práticas capazes de promoverem o desenvolvimento sustentável das unidades produtivas. Também será estimulada a organização e gestão dos agricultores familiares, de suas famílias e suas representações fortalecendo-os para a compra conjunta dos insumos necessários ao processo produtivo e beneficiamento da produção através da agroindustrialização, com vistas a agregar valor nas etapas de produção e comercialização.

Para tanto, diariamente os técnicos (Agentes de Ater) se deslocarão para as comunidades rurais. Em um dos expedientes, desenvolverão atividades individuais (visitas as áreas de produção dos agricultores familiares assistidos, limitado a 3 a 4 por dia) e no outro expediente, atividades grupais (reuniões, demonstrações práticas, excursões, treinamentos de rápida duração etc.), discutindo temas de interesses escolhidos pelos participantes do grupo, de forma que, durante o ano de 2015, cada agricultor familiar assistido receba pelo menos, 12 atendimentos.

#### **d) Acompanhamento e apoio aos Agentes Rurais**

Será realizado pelos assessores regionais e estaduais que todas as semanas se deslocarão para os escritórios locais para acompanhamento dos Agentes Rurais nos trabalhos de campo e nos treinamentos em serviço com vistas a capacitação dos agricultores familiares.

#### **c) Estabelecimento de parcerias**

Durante todo o ano de 2015 a Ematerce buscará parceria com órgãos / entidades, agentes financeiros (Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco Brasil S/A (BB), sindicatos, prefeituras municipais / secretarias municipais de agricultura, associações comunitárias, cooperativas e movimento sociais para a implementação dos trabalhos de Ater junto aos Agricultores familiares.

#### **Estrutura de apoio ao trabalho dos Agentes Rurais**

Em Fortaleza a empresa dispõe de 01 Escritório Estadual, onde estão lotadas a Diretoria Executiva, as Gerências de Planejamento e a de Operações, Assessorias e pessoal de Apoio Administrativo que darão todo o suporte necessário ao processo de planejamento e gestão das unidades operacionais sediadas nos municípios cearenses.

Em nível regional a Ematerce dispõe de 18 Escritórios Regionais com equipes compostas pelo Gerente Regional, Assessores Técnicos e pessoal de Apoio Administrativo responsáveis pela coordenação, apoio na gestão e assessoramentos aos técnicos dos Escritórios Locais e Postos Avançados de suas jurisdições.

Em nível municipal a empresa atua em 101 municípios e dispõe de 44 Escritórios Locais, 49 Postos Avançados de atendimento, responsáveis pela implementação das políticas públicas emanadas dos governos federal, estadual e municipal nas comunidades rurais e nos estabelecimentos dos agricultores familiares e suas representações, com vistas à promoção do desenvolvimento rural sustentável desses municípios cearenses.

Além das unidades operacionais acima supracitados a empresa dispõe de uma infraestrutura de veículos, máquinas e outros equipamentos necessários a prestação de Ater, contínua e de qualidade aos agricultores familiares, com destaque para a área de TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação, cujos equipamentos são de última geração, com todas as unidades operacionais interligadas em redes – Cinturão Digital do Ceará (CDCe) e da Rede do Governo (RIGAV), em condições de espelhar *on line*, os resultados auferidos pelos trabalhos desenvolvidos com os nossos clientes, principalmente, os agricultores familiares.

## 9. Produtos

PRODUTOS	2015	FONTES DE VERIFICAÇÃO
Agentes de Ater formados	953	Sistema de Programa e Projetos (SPPWEB) da Ematerce
Agricultores familiares assistidos	95.300	Sistema de Programa e Projetos (SPPWEB) da Ematerce

## 10. Metas

- Prestar Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) a 95.300 agricultores familiares, beneficiando um total de 392.636 pessoas.
- Formar 953 Agentes Rurais nos aspectos tecnológicos, gerenciais e organizacionais das atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas pelos agricultores familiares.

Obs: A Ematerce atua em 182 municípios do Estado do Ceará.

## 11. Resultados Esperados

- Ampliar em 20% a geração de emprego (ocupação) e a renda dos beneficiários.
- Reduzir em 20% o total de agricultores familiares assistidos que se encontram em situação de extrema pobreza.

## 12. Integração de Ações

O projeto Agente Rural interage com todos os outros Programas/Projetos executados pela SDA, com destaque para o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). O referido Programa utiliza a metodologia da participação e do construtivismo, em que agricultores familiares, extensionistas e parceiros interagem em todo o processo de trabalho. A sua estratégia de trabalho está focada em cinco pilas básicas: a organização da produção e de produtores; a promoção comercial; a viabilização da infraestrutura necessária; a gestão profissional do agronegócio; a capacitação de Extensionistas, Agentes Rurais e agricultores familiares e seus familiares; e, a apropriação por parte dos agricultores e técnicos de tecnologias sustentáveis, no âmbito da Agroecologia.

Destacam-se também outros programas da SDA que efetivamente contribuirão para potencializar os resultados deste projeto, que são o Programa Hora de Plantar-Distribuição de Sementes, o Programa Garantia Safra, os Programas de Abastecimento e Segurança Alimentar envolvendo as principais Cadeias Produtivas do Estado, o Programa de Convivência com o Semiárido na apropriação por parte dos agricultores (as) familiares de técnicas e práticas nas suas atividades de suas unidades de produção, os Programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que atuam na comercialização dos produtos da agricultura familiar, dentre outros.

### 13. Monitoramento

O projeto será monitorado pelos Gestores dos Escritórios Locais, Regionais e Estadual:

**Em nível local** - Diariamente, o Gerente do Escritório Local apoia, acompanha, monitora, avalia e reprograma (se for o caso) os Agentes Rurais na execução dos Planos de Ação; na medida em que os resultados são auferidos os Agentes Rurais registram os dados no Sistema de Programas e Projeto (SPPWEB) da Ematerce; este sistema é totalmente informatizado, com todas as unidade operativas da Ematerce interligadas em redes da Rede Governamental (RIGAV) e Cinturão Digital do Ceará (CDCe);

**Em nível regional** – o Gerente Regional e seus Assessores também apoiam, acompanham e monitoram os trabalhos dos Agentes Rurais, na execução dos Planos de Ações.

**Em nível estadual** – os Gerentes de Planejamento e Operações com seus Assessores também apoiam, assessoram, acompanham e monitoram os trabalhos dos Agentes Rurais, na execução dos Planos de Ações.

#### 13.1 Dados Utilizados

Os dados são coletados na medida em que os Agentes Rurais desenvolvem seu trabalho junto aos agricultores familiares e registram o que se segue:

- Nº de agricultores familiares assistidos;
- Nº de beneficiários;
- Área com culturas assistidas em ha;
- Área com culturas colhidas em ha;
- Produção obtida em kg;
- Rendimento em kg/ha;
- Nº de empregos gerados
- Rebanho assistido – cabeça
- Tx. de desfrute;
- Crédito Rural ofertado (nº de projetos, valor, finalidade, agente financeiro)
- Agroindústrias rurais (nº, finalidade)
- Obras hidroambientais (barragens de contenção de sedimentos, barragens subterrâneas e construção de paliçadas),
- Revitalização de bacias hidrográficas (microbacias hidrográficas);
- Manejo/Conservação do Solo e Água (terraços de retenção, cordões de pedra, captação *in situ*, escarificação da área, plantio direto, correção do solo, adubação verde, adubação orgânica);

- Transição agroecológica (quintais produtivos, sistema agroflorestal e viveiro de produção de mudas);
- Agroindústrias (beneficiamento e processamento – leite, frutos tropicais, mandioca, mel de abelha, peixe)
- Comercialização (Compra de Alimentos p/Merenda Escolar – PNAE e Compra de Alimentos – PAA);
- Adequação Ambiental (Energia Eólica, Energia Solar, Recomposição da Mata Ciliar, Irrigação Sustentável dos Aluviões, Horosazonal, Reflorestamento, Viveiros de Produção, Destino de embalagens Contaminadas, Controle de Queimadas, Uso e Controle de Agrotóxicos,
- Agroecologia (Sistema Agroflorestal, Transição Agroecológica e Produção de Plantas Medicinais, Aromáticas e Condimentares);
- Segurança Alimentar e Nutricional (Educação Alimentar e Nutricional);
- Habitabilidade (Abastecimento D'água, Casas, Cisternas, Destino Adequado do Lixo, Fontes D'água e Educação Sanitária);
- Associativismo (Organização Rural, Cultura e Lazer, Etnia/Indígena, Etnia/Quilombola, Gênero/Mulheres, Juventude Rural, Capacitação (cursos, Intercâmbios, Missões Técnicas/Excursões, Seminários, Treinamentos, Oficinas e Encontros);
- Abrangência (nº de agricultores familiares assistidos sem repetição).

### 13.2. Cadastro dos Beneficiários

A Ematerce já dispõe no banco de dados do Programa – Sistema de Programa e Projetos (SPPWEB) de 2.341.061 Declarações de Aptidão do Produtor (DAPs), elaboradas desde o início do PRONAF no Estado do Ceará (2006). Anualmente os dados são atualizados e identificados todos os beneficiários da Ater (Nome, CPF, NIS, Inscrição no PRONAF), além da performance de cada agricultor assistido. No ano de 2015 foram validas pelo MDA/SAF/DATER, 670.663 DAPs.

### 14. Pressupostos de Riscos

Fenômenos meteorológicos (estiagens e enchentes) e a rotatividade dos Agentes Rurais por força de conclusão do período da concessão das bolsas de capacitação tecnológica, por até 3 anos.

### 15. Orçamento 2015

(R\$ 1,00)

Detalhamento	Valor FECOP (2015)	Valor Outras Fontes (2015)	Valor Total (2015)
<b>Natureza da Despesa</b>			
<b>1. Despesas Correntes</b>	<b>10.000.000</b>	-	<b>10.000.000</b>
1.1. Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Material de Consumo (339039)	352	-	352
1.2. Serviços de Terceiros – Pessoa Física (Pagamento das Bolsas de Capacitação Tecnológica) (339036)	9.999.648	-	9.999.648
<b>TOTAL</b>	<b>10.000.000</b>	-	<b>10.000.000</b>



## 16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

(R\$ 1,00)

Item de Despesa	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	-	532	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	532
Serviços de Terceiros – Pessoa Física	-	2.399.468	804.466	836.098	835.224	802.844	795.550	789.572	713.052	675.234	675.234	672.726	9.999.468
<b>Total</b>	-	2.400.000	804.466	836.098	835.224	802.844	795.550	789.572	713.052	675.234	675.234	672.726	10.000.000

## 17. Distribuição dos Recursos por Município – 2015

Nº DE ORDEM	REGIÃO ADMINISTRATIVA	MUNICÍPIOS	VALOR FECOP (2015)	VALOR OUTRAS FONTES (2015)	PESSOAS BENEFICIADAS
1	Metropolitana	AQUIRAZ	83.728,00	-	1.648
2		CASCAVEL	87.528,00	-	1.648
3		CAUCAIA	209.564,00	-	7.416
4		CHOROZINHO	28.600,00	-	412
5		EUZEBIO	0,00	-	0
6		FORTALEZA	0,00	-	0
7		GUAIUBA	41.886,00	-	1.648
8		HORIZONTE	42.534,00	-	1.648
9		ITAITINGA	28.600,00	-	412
10		MARACANAÚ	99.940,00	-	2.060
11		MARANGUAPE	114.258,00	-	3.296
12		PACAJUS	56.982,00	-	3.296
13		PACATUBA	29.438,00	-	824
14		PINDORETAMA	39.470,00	-	1.236
15		SÃO G. DO AMARANTE	75.198,00	-	3.296
<b>TOTAL DA REGIÃO</b>			<b>937.726,00</b>	<b>-</b>	<b>28.840</b>
16	Litoral-Oeste	Acaraú	121.068,00	-	2.472
17		Amontada	47.826,00	-	2.060
18		Apuiarés	15.880,00	-	1.236
19		Bela Cruz	14.210,00	-	412
20		Camocim	24.646,00	-	412
21		Chaval	81.400,00	-	2.884
22		Cruz	63.726,00	-	824
23		Granja	17.748,00	-	824
24		Itapajé	73.914,00	-	2.060
25		Itapipoca	76.838,00	-	2.472
26		Itarema	46.642,00	-	3.296
27		Jijoca	15.048,00	-	824
28		Marco	31.326,00	-	412
29		Martinópolis	31.326,00	-	412
30		Miraíma	52.620,00	-	824
31		Morrinhos	31.350,00	-	1.648
32		Paracuru	15.048,00	-	412
33		Paraipaba	14.210,00	-	412
34		Pentecoste	49.118,00	-	1.648
35		Tejuçuoca	16.302,00	-	1.236
36		Trairi	15.048,00	-	824
37		Tururu	17.972,00	-	1.236
38		Umirim	15.464,00	-	824
39		Uruburetama	13.794,00	-	412
40		Uruoca	54.282,00	-	2.060
<b>TOTAL DA REGIÃO</b>			<b>1.004.434,00</b>	<b>-</b>	<b>33.372</b>

Nº DE ORDEM	REGIÃO ADMINISTRATIVA	MUNICÍPIOS	VALOR FECOP (2015)	VALOR OUTRAS FONTES (2015)	PESSOAS BENEFICIADAS
41	Sobral/Ibiapaba	ALCANTARAS	50.148,00	-	1.236
42		CARIRE	21.318,00	-	2.472
43		CARNAUBAL	87.528,00	-	1.648
44		COREAÚ	47.610,00	-	824
45		CROATÁ	32.580,00	-	412
46		FORQUILHA	34.250,00	-	824
47		FRECHEIRINHA	19.834,00	-	1.648
48		GRAÇA	18.164,00	-	1.236
49		GROAIRAS	34.032,00	-	1.648
50		GUARACIABA DO NORTE	36.342,00	-	1.236
51		HIDROLÂNDIA	15.240,00	-	412
52		IBIAPINA	32.580,00	-	412
53		IPU	52.234,00	-	2.060
54		IRAUÇUBA	16.302,00	-	824
55		MASSAPE	24.658,00	-	2.472
56		MERUOCA	13.794,00	-	412
57		MORAÚJO	34.250,00	-	824
58		MUCAMBO	26.744,00	-	2.472
59		PACUJA	32.778,00	-	1.648
60		PIRES FERREIRA	17.748,00	-	824
61		RERIUTABA	18.388,00	-	1.236
62		SANTANA DO ACARAÚ	15.464,00	-	824
63		SÃO BENEDITO	147.648,00	-	2.884
64		SENADOR SÁ	35.920,00	-	1.236
65		SOBRAL	55.196,00	-	3.708
66		TIANGUÁ	137.538,00	-	4.532
67		UBAJARA	83.536,00	-	2.060
68		VARIJOTA	32.580,00	-	412
69		VIÇOSA DO CEARÁ	110.664,00	-	3.296
<b>TOTAL DA REGIÃO</b>			<b>1.285.068,00</b>	<b>-</b>	<b>45.732</b>
70	Sertões dos Inhamuns	AIUABA	54.102,00	-	1.648
71		ARARENDA	15.464,00	-	824
72		ARNEIRÓZ	36.758,00	-	1.236
73		CATUNDA	64.732,00	-	3.708
74		CRATEÚS	94.370,00	-	7.004
75		INDEPENDENCIA	27.582,00	-	2.472
76		IPAPORANGA	18.164,00	-	1.236
77		IPUEIRAS	20.480,00	-	2.060
78		MONSENHOR TABOSA	76.706,00	-	2.884
79		NOVA RUSSAS	71.274,00	-	2.884
80		NOVO ORIENTE	38.204,00	-	1.648
81		PARAMBU	34.274,00	-	2.060
82		QUITERIANOPOLES	15.048,00	-	824
83		TAMBORIL	16.302,00	-	824
84		TAUÁ	22.342,00	-	2.472

TOTAL DA REGIÃO			662.028,00	--	37.492
Nº DE ORDEM	REGIÃO ADMINISTRATIVA	MUNICÍPIOS	VALOR FECOP (2015)	VALOR OUTRAS FONTES (2015)	PESSOAS BENEFICIADAS
85	Sertão-Central	BANABUIÚ	41.338,00	-	4.532
86		BOA VIAGEM	31.108,00	-	4.120
87		CANINDÉ	71.802,00	-	7.004
88		CARIDADE	19.642,00	-	1.648
89		CHORÓ	29.636,00	-	2.884
90		DEP. IRAP. PINHEIRO	38.036,00	-	3.296
91		GENERAL SAMPAIO	17.972,00	-	1.236
92		IBARETAMA	15.880,00	-	824
93		IBICUITINGA	54.928,00	-	3.296
94		ITATIRA	43.220,00	-	2.884
95		MADALENA	40.712,00	-	3.708
96		MILHÃ	93.544,00	-	4.120
97		MOMBAÇA	86.218,00	-	5.768
98		PARAMOTI	40.488,00	-	2.060
99		PEDRA BRANCA	38.428,00	-	2.060
100		PIQUET CARNEIRO	65.600,00	-	3.296
101		QUIXADÁ	126.912,00	-	4.944
102		QUIXERAMOBIM	158.584,00	-	9.476
103		SANTA QUITÉRIA	81.832,00	-	6.592
104		SENADOR POMPEU	97.528,00	-	3.708
105	SOLONOPOLE	108.188,00	-	3.296	
<b>TOTAL DA REGIÃO</b>			<b>1.301.596,00</b>	<b>--</b>	<b>80.752</b>
106	Maciço do Baturité	Acarape	32.580,00	-	412
107		Aracoiaba	87.528,00	-	1.648
108		Aratuba	30.096,00	-	824
109		Barreira	15.048,00	-	412
110		Baturité	215.552,00	-	3.296
111		Capistrano	75.360,00	-	1.648
112		Itapiúna	13.794,00	-	412
113		Mulungu	46.138,00	-	1.648
114		Ocara	52.620,00	-	824
115		Redenção	50.136,00	-	1.236
<b>TOTAL DA REGIÃO</b>			<b>687.804,00</b>	<b>-</b>	<b>14.420</b>

Nº DE ORDEM	REGIÃO ADMINISTRATIVA	MUNICÍPIOS	VALOR FECOP (2015)	VALOR OUTRAS FONTES (2015)	PESSOAS BENEFICIADAS
116	Litoral-Leste/Jaguaribe	Alto Santo	30.096,00	-	824
117		Aracati	155.514,00	-	4.532
118		Beberibe	70.176,00	-	1.648
119		Icapuí	16.910,00	-	824
120		Iracema	13.794,00	-	412
121		Itaiçaba	85.200,00	-	2.060
122		Jaguaretama	30.096,00	-	824
123		Jaguaribara	16.302,00	-	824
124		Jaguaribe	65.980,00	-	1.236
125		Jaguaruana	51.390,00	-	1.648
126		Limoeiro do Norte	79.788,00	-	2.884
127		Morada Nova	60.168,00	-	1.648
128		Palhano	263.124,00	-	6.592
129		Pereiro	313.938,00	-	6.180
130		Potiretama	32.580,00	-	412
131		Quixeré	16.718,00	-	824
132		Russas	50.136,00	-	1.236
133		São João Jaguaribe	101.502,00	-	2.472
134		Tabuleiro do Norte	162.286,00	-	3.708
<b>TOTAL DA REGIÃO</b>			<b>1.687.128,00</b>	-	<b>42.848</b>

Nº DE ORDEM	REGIÃO ADMINISTRATIVA	MUNICÍPIOS	VALOR FECOP (2015)	VALOR OUTRAS FONTES (2015)	PESSOAS BENEFICIADAS
135	CARIÍ-CENTRO-SUL	ABAIARA	18.804,00	-	1.648
136		ACOIARA	102.732,00	-	2.884
137		ALTANEIRA	16.718,00	-	824
138		ANTONINA DO NORTE	18.804,00	-	1.648
139		ARARIPE	19.226,00	-	1.648
140		ASSARÉ	80.594,00	-	3.296
141		AURORA	39.260,00	-	3.708
142		BAIXIO	34.250,00	-	824
143		BARBALHA	37.614,00	-	2.884
144		BARRO	101.284,00	-	4.532
145		BREJO SANTO	152.962,00	-	8.240
146		CAMPOS SALES	46.112,00	-	3.296
147		CARIRIAÇU	60.138,00	-	2.472
148		CARIÚS	25.080,00	-	824
149		CATARINA	72.660,00	-	1.236
150		CEDRO	146.574,00	-	3.296
151		CRATO	76.802,00	-	7.004
152		FARIAS BRITO	40.936,00	-	2.884
153		GRANJEIRO	37.590,00	-	1.648
154		ICÓ	101.346,00	-	2.884
155		IGUATU	131.270,00	-	3.708
156		IPAUMIRIM	75.168,00	-	1.648
157		JARDIM	32.592,00	-	4.532
158		JATI	17.972,00	-	1.236
159		JUAZEIRO DO NORTE	19.226,00	-	2.060
160		JUCÁS	92.568,00	-	2.060
161		L. DA MANGABEIRA	100.888,00	-	2.060
162		MAURITI	59.202,00	-	4.120
163		MILAGRES	66.298,00	-	4.532
164		MISSÃO VELHA	85.692,00	-	3.708
165		NOVA OLINDA	55.580,00	-	2.884
166		ORÓS	58.734,00	-	1.236
167		PENAFORTE	29.258,00	-	2.060
168		PORTEIRAS	19.642,00	-	2.060
169		POTENGI	17.972,00	-	1.236
170		QUIXELÔ	75.168,00	-	1.648
171		SABOEIRO	55.128,00	-	1.236
172		SALITRE	61.168,00	-	2.472
173		SANTANA DO CARIRI	20.058,00	-	2.060
174		TARRAFAS	35.920,00	-	1.236
175		UMARI	72.660,00	-	1.236
176		VÁRZEA ALEGRE	22.566,00	-	2.472
TOTAL DA REGIÃO			2.434.216,00	-	109.180
TOTAL GERAL			10.000.000,00	-	392.636

## 18. Responsável pelo Projeto

### 18.1. Elaboração do Projeto

Coordenadoria/Gerência	Gerência de Programa e Projetos (Gepro)
Técnico	Antônio Tarciso Coelho Pinto
e-mail	tarciso.pinto@ematerce.ce.gov.br
Fone	(85) 8727 4646/9922 2222/3101 2426

### 18.2. Execução do Projeto

Coordenadoria/Gerência	Diretoria Administrativa e Financeira (DAF)
Técnico	José Leitão Filho
e-mail	jose.leitao@ematerce.ce.gov.br
Fone	(85) 9988 1635/3101 2422





**Governo do Estado do Ceará**  
**Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA**

**PROJETO: Ampliação da Assistência Técnica aos Agricultores em Situação de Extrema Pobreza no Ceará**

**Janeiro/2015**

<b>Secretaria (Proponente)</b>	Secretaria do Desenvolvimento Agrário
<b>Programa (PPA)</b>	029 – Enfrentamento à Pobreza Rural
<b>Mapp (Nº e Denominação)</b>	50 – Ampliação da Assistência Técnica aos Agricultores em Situação de Extrema Pobreza (PBSM)
<b>Período de Execução (em 2014)</b>	Janeiro a dezembro
<b>Categoria</b>	Estruturante – Inclusão Produtiva Rural

## 1. Descrição do Projeto



O Projeto **Ampliação da Assistência Técnica aos Agricultores em Situação de Extrema Pobreza no Ceará** é resultante de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) celebrado pela SDA com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), tendo a Ematerce como interveniente executora. O acordo viabiliza a duplicação do número de famílias atendidas com o crédito de fomento do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM).

O ACT permite a inserção de 20.000 famílias, no PBSM no segmento de inclusão produtiva, distribuídas em todos os 176 municípios com decreto de situação de emergência frente à estiagem. Compete a Ematerce após a elaboração de diagnóstico da Unidade Produtiva Familiar (UPF), apresentar um projeto produtivo por UPF, baseado na disponibilidade por família de um crédito de fomento no valor de R\$ 2.400,00, liberados em três parcelas e prestar a assistência técnica necessária para a execução destes projetos.

A prestação de ATER será realizada por Agentes Rurais contratados para esta finalidade.

## 2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

A política para a área do desenvolvimento agrário tem como prioridade a promoção do desenvolvimento rural sustentável do Estado do Ceará, com ênfase nos agricultores e agricultoras familiares, com participação, inclusão e justiça social.

No PPA 2012/2015, o projeto insere-se no âmbito do Programa 029 - Enfrentamento à Pobreza Rural, colaborando para o alcance do Objetivo 005 – Realizar ações de inclusão produtiva e social por meio do serviço de ATER, com vistas à erradicação da extrema pobreza rural no Estado do Ceará; Meta 00979 - Beneficiar 40.000 famílias rurais em situação de extrema pobreza por meio de atividades individuais e grupais de produção familiar; Iniciativa 01534 - Atendimento às famílias na produção de alimentos com vista a segurança alimentar e nutricional e geração de renda.

Na matriz de Gestão por Resultados do Governo do Estado, o projeto contribui para o alcance do resultado setorial “Agricultura Familiar Fortalecida Sustentável” e suas realizações são aferidas por meio do indicador “Percentual de produtores da agricultura familiar beneficiados com ações de apoio”.

### 3. Diagnóstico

O “Plano Brasil Sem Miséria” apresenta grande parte de suas ações direcionadas para o enfrentamento das particularidades da pobreza em áreas rurais, dando enfoque especial à inclusão social e produtiva.

É importante ressaltar que no Ceará, aproximadamente 92% de sua área territorial (FUNCEME 2010), está incrustada no semiárido, e que a atividade agrícola desenvolvida no Estado ainda e fortemente impactada em períodos de estiagem prolongada.

No ano de 2011, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) estipulou o valor de renda familiar mensal de R\$ 70,00 por pessoa, como linha de miséria, quando do lançamento do Programa de Erradicação da Extrema Pobreza do Governo Federal. Em consonância com essa linha de extrema pobreza adotada, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) disponibilizou um conjunto de dados relativos à população e aos domicílios particulares permanentes sem rendimento e com rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* inferior a 70 reais.

De acordo com esses dados, o Estado do Ceará possui 1.502.924 pessoas residentes em domicílios com rendimentos mensais *per capita* que não ultrapassavam o valor de R\$70,00 (IBGE, 2010). Isso significa que 17,8% da população cearense foi classificada em situação de miséria tendo-se por base o parâmetro estabelecido pelo MDS. Em termos proporcionais o Ceará é o sétimo estado da federação com maior percentual de pessoas nessa condição. Já em termos de participação relativa, dos 16,3 milhões de brasileiros nesta faixa de renda domiciliar *per capita*, 9,24% estão localizados no Ceará. Isto implica que o Estado é o terceiro do país com maior contingente de pessoas extremamente pobres ou miseráveis, atrás apenas da Bahia (14,80%) e do Maranhão (10,40%).

Considerando o local de residência, segundo o IPECE, 33,49% da população rural, é extremamente pobre com rendimento domiciliar *per capita* mensal de até R\$ 70,00. São pessoas que em sua maioria trabalham a terra e são categorizados como agricultores familiares.

Segundo o último censo agropecuário de 1996 existem 383.010 agricultores no Estado do Ceará e destes, 341.510 são agricultores familiares, representando 89,6% do total. Estes agricultores são responsáveis pela produção de mais de 80% das principais culturas de subsistências do Estado, são descapitalizados e sem condições de contratarem serviços de Ater capazes de lhes proporcionar as condições necessárias para melhoria de sua produção e rentabilidade e inseri-los no mercado, contribuindo para superação do quadro de exclusão social que vivenciam.

É este o segmento social que praticando principalmente uma agricultura de sequeiro, coloca-se mais vulnerável na convivência com o semiárido.

#### 4. Justificativa

A SDA celebrou um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o MDA e MDS, tendo a Ematerce como interveniente executora. O acordo viabiliza a duplicação do número de famílias atendidas com o crédito de fomento do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM).

O ACT permite a inserção de 20.000 famílias, no PBSM no segmento de inclusão produtiva, distribuídas em todos os 176 municípios com decreto de situação de emergência frente à estiagem.

A inclusão produtiva do PBSM, executada pela Ematerce, advém das chamadas públicas do MDA, atendendo famílias selecionadas a partir de uma relação sugestão do MDA/MDS. Compete a Ematerce após a elaboração de diagnóstico da Unidade Produtiva Familiar (UPF), apresentar um projeto produtivo por UPF, baseado na disponibilidade por família de um crédito de fomento no valor de R\$ 2.400,00, liberados em três parcelas pelo MDS.

Os custos com a capacitação dos técnicos e mobilização regional e local, seleção das famílias, elaboração do diagnóstico, reuniões com as famílias, elaboração do projeto produtivo, visitas técnicas, acompanhamento do projeto produtivo e avaliação final são cobertos pelo MDA através dos contratos celebrados advindos das chamadas públicas.

Compete a Ematerce, a prestação de ATER durante todas as fases do projeto e os recursos demandados ao FECOP tem por finalidade a cobertura destes serviços que será executado por Agentes Rurais.

A oportunidade de dispor de um projeto produtivo, elaborado com competência técnica e que leve em consideração todos os fatores disponíveis nas unidades de produção (terra, água, mão de obra), as oportunidades de inserção da produção no mercado, o uso racional dos recursos naturais, a disponibilidade de assistência técnica e, além disto, a disponibilidade de recursos financeiros para executá-lo, é uma oportunidade ímpar para a superação das principais dificuldades enfrentadas pela população beneficiária.

Obs: O modelo de produção a ser adotado resultará na erradicação da fome e da desnutrição das famílias em estado de extrema pobreza, garantindo a segurança alimentar, sustentabilidade do processo, e a inserção de mulheres e jovens entre os condutores do desenvolvimento das ações.

As mulheres como partícipes efetivas do processo organizacional, no desenvolvimento do sistema produtivo ou de cadeias produtivas no âmbito da unidade de produção familiar, além do acesso às políticas públicas disponíveis,

Os jovens, independente da questão de gênero, raça ou etnia, a oferta de oportunidades para construção de uma vida cidadã, através do acesso as políticas públicas para jovens, o engajamento no processo produtivo e desenvolvimento de cadeias produtivas, reconhecendo o seu papel, com a oferta de serviços que lhes promovam a satisfação das necessidades básicas, e conseqüentemente sua fixação no campo.

#### 5. Histórico

Este é o segundo ano que o projeto é apresentado para financiamento pelo FECOP.

Como este projeto só foi concebido no último trimestre do ano de 2013 a Ematerce desenvolveu no referido ano os seguintes trabalhos: divulgação do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) nas comunidades rurais de 148 municípios do Estado e selecionou os agricultores (as) familiares beneficiárias do Projeto. Em 2014 a Ematerce implementou a prestação de Ater aos beneficiário do PBSM.

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes) (*)	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários
2013 (*)	633.900,11	27.577.756,30	28.211.656,41	82.400
2014 (**)	1.403.198,42	21.136.467,76	22.539.666,18	82.426

(\*) Ano de 2013 - MDS/MDA – R\$ 27.456.000,00 + Tesouro Estado – R\$ 121.756,30 = R\$ 27.577.756,30

(\*\*) Ano de 2014 - MDS/MDA – R\$ 20.503.600,00 + Tesouro Estado – R\$ 632.867,76 = R\$ 21.136.467,76

## 6. Público Alvo

Agricultores (as) familiares em situação de extrema pobreza com renda per capita de até R\$ 70,00 (setenta reais) por mês.

### 6.1 Critérios adotados para a seleção dos beneficiários

- Famílias cadastradas no CadÚnico;
- Famílias que possuem Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP);
- Famílias identificadas através de busca ativa, que ainda não estão cadastradas ou não possuem Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e/ou Cadastro Único para Programas Sociais (Cadunico). Na identificação dessas famílias será observada a possibilidade de agrupá-las no mesmo espaço físico ou proximidades. A emissão de DAPs das famílias identificadas nessa situação será providenciada pela EMATERCE.

## 7. Objetivos

### Geral

Contribuir para a segurança alimentar e nutricional e ampliação da renda da população beneficiada.

### Específicos

- Socializar a proposta do Plano Brasil sem Miséria para famílias em situação de extrema pobreza, nas comunidades rurais.
- Melhorar o processo organizacional e o sistema produtivo das unidades de produção.

- Melhorar o acesso as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.
- Contribuir para a inclusão social e produtiva das mulheres.
- Fortalecer o protagonismo dos jovens.
- Estimular o desenvolvimento infantil.

## **8. Atividades / Detalhamento das Atividades**

As atividades serão desenvolvidas e fundamentadas tendo como princípios e diretrizes, conceitos de uma pedagogia dialógica e participativa,

### **a) Reuniões de Mobilização e Seleção das Famílias**

A atividade de mobilização e seleção das famílias beneficiárias desta chamada pública será iniciada a partir da socialização da proposta nas sedes e distritos dos municípios envolvidos, que constará de reuniões coordenadas pelas equipes técnicas da Ater, com a finalidade de divulgar os objetivos da proposta, sua concepção, critérios de seleção dos beneficiários, instituições envolvidas, idealizadores / patrocinadores, atividades a ser realizada, estratégia / metodologia de execução e resultados esperados da ação.

Para as reuniões de socialização da proposta serão convidados agricultores (as) familiares e suas representações, além de lideranças formais e informais, jovens beneficiários, representantes dos beneficiários, sindicatos, movimentos sociais e associações; membros dos conselhos territoriais e representantes de instituições como entidades bancárias, Igreja e ONGs. As reuniões serão expositivas com espaço livre para manifestação dos presentes.

A partir da socialização da proposta serão desencadeadas as demais atividades propostas pela chamada pública, estabelecidas parcerias, e a promoção do envolvimento da sociedade de maneira espontânea e consciente.

O processo de seleção das famílias será iniciado com a utilização da listagem enviada pelo MDA/MDS, obedecendo a critérios de escolha e parâmetros indicadores de 80% a 90% dos identificados na listagem, para composição do público beneficiário, sendo o restante, 10% a 20%, para completar o grupo beneficiário, resultado de busca ativa por famílias enquadráveis no Plano Brasil sem Miséria, que ainda não estão cadastradas ou não possuem Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e/ou Cadastro Único para Programas Sociais (Cadunico). Na identificação dessas famílias será observada a possibilidade de agrupá-las no mesmo espaço físico ou proximidades.

A emissão de DAPs das famílias identificadas nessa situação será providenciada pela EMATERCE.

## **b) Elaboração de Diagnóstico da Unidade de Produção Familiar (UPF)**

A elaboração do diagnóstico deverá considerar o protagonismo dos beneficiários (homens, mulheres e jovens agricultores ou agricultoras), proporcionando uma análise construtivista da realidade da Unidade de Produção Familiar (UPF).

Esta análise objetiva conhecer as fragilidades, fortalezas, oportunidades, organização econômica e potencialidades da UPF, para subsidiar o planejamento das atividades registrado por meio do Projeto de Estruturação Produtivo e Social Familiar. Tem como abordagem principal a segurança alimentar e nutricional, convivência com o semiárido e transição agroecológica, visando o desenvolvimento sustentável.

O principal enfoque do diagnóstico consiste no compartilhamento dos diferentes pontos de vista sobre o cotidiano, entre os diferentes sujeitos da família, de forma a se construir uma linha reflexiva e de consenso, a partir da existente, enquanto base de orientação das atividades de ATER.

Deste modo, realizar-se-á o diagnóstico, mediante o levantamento de dados da UPF nas áreas com as explorações agrícolas, reserva legal, tipos de solo, disponibilidade de recursos hídricos, relações sociais, econômicas, culturais e políticas.

Por ocasião da realização do diagnóstico a UPF será observado seu uso potencial e ocupação do solo, base referencial física para elaboração do projeto de Estruturação Produtiva da Unidade de Produção Familiar (UPF).

Serão realizados um total de 20.000 diagnósticos, utilizando-se as técnicas de visitas e entrevistas estruturadas.

## **c) Oficina de orientação para acesso a políticas públicas**

A orientação prestada nesse seguimento objetiva orientar aos beneficiários sobre as políticas públicas e os seus direitos sobre essas políticas. A abordagem empregada nessa ação tem como finalidade, dar o conhecimento sobre a disponibilidade das políticas existentes e disponíveis, e os meios de como acessar as mesmas.

Essa ação tem a intenção fazer com que o público trabalhado se sinta um cidadão ou cidadã de plenos direitos, não apenas um simples beneficiário do Plano Brasil Sem Miséria.

O instrumento usado nessa abordagem será conduzido de forma participativa, através de oficinas, com a garantia média 20 de participantes por evento, assegurando a participação mínima de 30% de mulheres.

Nas oficinas, fórum ou ciclo de debates da problemática local, serão abordadas questões sobre associativismo, cooperativismo, políticas públicas existentes, a segurança alimen-



tar e nutricional, e o desenvolvimento de modelos produtivos de caráter ecológicos, enfatizando a aplicabilidade de práticas alternativas de convivência com o semiárido.

Em cada um dos grupos que compõem os seis Lotes serão realizados 1.000 Dias de Campo e 1.000 Intercâmbios, assegurando-se a participação de cada família beneficiária. Para não ocorrer qualquer prejuízo com relação à participação das famílias beneficiárias, especialmente aquelas com crianças, será dirigida atenção especial a essas crianças, proporcionando atividades recreativas, acompanhadas por pessoas capacitadas, enquanto os pais participam do evento.

#### **d) Recreação Infantil**

Para efetivação das atividades recreativas para as crianças serão selecionados profissionais com formação pedagógica e experiência comprovada na área de recreação, com capacidade de desenvolver uma interação educativa com as crianças, adequada a cada faixa etária, de acordo com as orientações estabelecidas pelo MEC (2009). Esses profissionais serão selecionados sempre que possível, dentro dos próprios territórios, proporcionando uma maior interação e facilitando sua atuação na Região. O processo educativo será baseado em atividades que estimulem a realização de movimentos básicos fundamentais à criança, desenvolvidas num contexto de jogos e brincadeiras e na organização de um ambiente favorável à aprendizagem, à socialização de vivências e à construção do conhecimento. Para isso, o trabalho dos (as) educadores (as) será baseado em Projetos Pedagógicos elaborados a partir das demandas de cada faixa etária.

Com o intuito de proporcionar as condições adequadas para realização das atividades educativas serão formadas parcerias para seleção e definição de espaços disponíveis na própria comunidade como prédios de Associações Comunitárias, Igrejas, Delegacias Sindicais, e Quadras Esportivas, considerando as condições físicas, higiênicas e de segurança, adequadas ao bem estar das crianças. A utilização desses espaços proporcionará um ambiente mais familiar às crianças, já que são estruturas da própria comunidade. Por ocasião da realização das atividades, esses espaços serão dotados de água de qualidade para consumo das crianças, além de alimentação baseada em frutas e legumes, preferencialmente de produção agroecológica, priorizando alimentos da culinária local, valorizando práticas alimentares que sejam do paladar das crianças, e levando em consideração as suas necessidades nutricionais e condições de higiene adequada.

Para que as crianças possam exercer sua capacidade de criar é preciso que haja diversidade nas experiências que lhes são oferecidas, sejam as mais voltadas às brincadeiras ou às aprendizagens que ocorrem por meio de uma intervenção direta. Por isso, serão disponibilizados diversos materiais pedagógicos, adequados à cada faixa etária, apoiando os educadores na sua interação educativa, considerando que o brincar constitui uma forma privilegiada de aprender e que o ambiente lúdico é o mais adequado para envolver criativamente a criança no processo educativo. Sempre que possível serão utilizadas brincadeiras tradicionais baseadas em brincadeiras que se ouviu e aprendeu de crianças de outras gerações que além de fácil aceitação, proporciona o resgate da cultura.

Os exercícios psicomotores proporcionarão à criança a tomada de consciência do seu corpo, da lateralidade, a situar-se no espaço, e a noção de direita e de esquerda, formação de base fundamental para assegurar o desenvolvimento funcional e ajudar sua afetividade a se expandir e equilibrar-se através do intercâmbio com o ambiente humano. No início das atividades será realizada reunião informal para partilhar com as famílias sobre os projetos educativos e obter informações importantes sobre as crianças, possibilitando maior efetividade no desenvolvimento do projeto.

Para as crianças de 0 a 1 ano, serão desenvolvidas atividades que promovam o cuidado com as necessidades individuais e estabeleçam relações afetivas com as crianças. Como suporte a essas atividades serão desenvolvidas brincadeiras com músicas infantis e utilizados brinquedos emborrachados e de plástico, evitando o uso de brinquedos compostos por pequenas partes que apresentem riscos de acidentes.

Para as crianças de faixa etária de 2 a 3 anos, serão desenvolvidas atividades que contribuam para o desenvolvimento da coordenação motora, da percepção visual, auditiva, e que estimulem o diálogo e a socialização. Para isso, serão utilizados recursos pedagógicos que estimule o conhecimento das cores, a organização de idéias, a imaginação, e que proporcione as noções de lugar e ordem. O suporte pedagógico será baseado em histórias sequenciadas, modelagem, colagem, cubos ilustrados, barra de cores, figuras em série, pescarias de cores, e histórias com recursos audiovisuais.

Para as crianças de 4 a 5 anos serão desenvolvidas atividades que contribuam para o desenvolvimento da coordenação motora, da percepção tátil e visual, da criatividade e que estimulem a desinibição e a socialização através do reconhecimento das cores e formas, de quantidade e conjunto, além do estabelecimento de convenções. Os recursos pedagógicos se baseiam em jogos de trocas, correspondência de figuras, pescaria com letras, espaço geométrico, bingos de nomes, comparação de quantidade e tamanho, contação de histórias e brincadeiras tradicionais.

Para as crianças da faixa etária de 6 a 10 anos, serão desenvolvidas atividades que contribuam para a ampliação do vocabulário, da expressão oral, de gestos e expressões não verbais, além do estímulo à sensibilidade musical, ao equilíbrio emocional, ao espírito participativo, à sociabilidade e à construção da consciência ecológica. Os recursos pedagógicos se baseiam em histórias sequenciadas, jogos educativos, teatro de fantoches, baú de dramatização, bandinha de sucata, gincanas, oficinas, trilhas ecológicas, e brincadeiras tradicionais. Todas as atividades propostas para as crianças das diversas faixas etárias, serão preferencialmente baseadas em temáticas da cultura regional enfocando o semiárido, em brincadeiras tradicionais, cantigas, contos regionais e populares, e no aproveitamento e reutilização de materiais diversos como garrafas pet, sementes de árvores nativas, sucatas e outros.

As atividades culturais devem resgatar músicas do cantor Luiz Gonzaga e de outros artistas que cantam a temática do campo, valorizando a cultura sertaneja. Todo o processo educativo será desenvolvido em estreita relação com a educação ambiental, o resgate da cultura regional e a valorização dos espaços do semiárido. As crianças portadoras de

necessidades especiais serão sempre que possível inserida no convívio com as outras crianças através da socialização e em contato com a rotina das atividades desenvolvidas nos espaços de recreação.

#### **e) Elaboração de Projetos de Estruturação Produtiva Familiar**

É a fase de elaboração da programação das ações a serem executadas, ou seja, da construção do projeto de estruturação produtiva da UPF, com a facilitação das equipes de ATER, no qual deve haver conteúdo direcionado para a produção desenvolvida por mulheres e jovens. Serão privilegiadas atividades planejadas com metodologias participativas e técnicas que contemplem o protagonismo dos agricultores familiares, bem como estratégias de geração e socialização de conhecimentos e de mobilização comunitária que possibilitem a participação de agricultores e demais beneficiários da extensão rural, como agentes de desenvolvimento rural sustentável.

A metodologia utilizada deverá incorporar a realidade da juventude e o acesso às oportunidades de inovação tecnológica, estimulando a implementação de projetos que contribuam com a participação dos jovens na gestão e no acesso às políticas públicas. As informações obtidas deverão ser agrupadas por campo específico (econômico, social e ambiental). Deverão ser utilizadas as ferramentas reunião, tempestade de ideias, caminhada, árvore de problemas, painel de visualização, mapeamento participativo e diagnóstico participativo por campo de desenvolvimento.

Serão identificados os projetos possíveis de ser implementados, bem como os grupos de interesse em cada projeto, garantindo, na sua formação, a diversificação do perfil e da experiência dos participantes, a divisão de responsabilidades, a inclusão de mulheres, jovens e idosos, bem como a questão étnica. Deverão ser definidos com os grupos de interesse, os projetos a serem implementados e suas abrangências: individual, coletivo ou comunitário. Os projetos de estruturação produtiva das UPFs devem ser analisados constantemente sob o ponto de vista da viabilidade econômica, social, cultural, política e ambiental, servindo de base para negociações futuras, redirecionamento das ações e elaboração de projetos e programas que contribuam para o desenvolvimento sustentável.

#### **f) Reunião e visitas de acompanhamento e orientação técnica**

Evento com duração de 2 horas, que terá como objetivo debater e prestar orientação técnica acerca das atividades desenvolvidas no Projeto de Estruturação produtiva Familiar.

Serão realizadas 120.000 visitas técnicas durante o processo de execução do Projeto de Estruturação Produtiva Familiar, nas quais serão realizadas demonstrações de métodos e orientação sobre as tecnologias alternativas de convivência com o semiárido, manejo de solo e água, e práticas agroecológicas, e demais atividades planejadas no Projeto de Estruturação Produtiva Familiar para cada UPF, além da emissão de dois laudos de acompanhamentos por família beneficiadas.

### **g) Curso com temática a ser definida a partir do Diagnóstico**

O curso terá a duração de 8 horas, com participação efetiva de 20 beneficiários, em média, com o mínimo de 30% das vagas destinadas para mulheres. A temática dos cursos será definida a partir dos dados obtidos nos Projetos de Estruturação Produtiva e Social Familiar, e devem servir para orientar sobre a utilização de tecnologias apropriadas à realidade em que a UPF se encontra, e será incluso tecnologias que atendam aos interesses e necessidade das mulheres e jovens.

Para garantir a participação das famílias, homens, mulheres e jovens, serão fornecidos alojamento (quando necessário), alimentação, transporte, material didático e atividades supervisionadas de recreação para as crianças menores de 10 anos.

Serão realizados 1.000 cursos e ao final desta atividade serão emitidos certificados de participação para todos os beneficiários (as) envolvidos.

### **h) Visitas técnicas para atualização do Diagnóstico**

Serão realizadas e sistematizadas ao longo do período de execução 60.000 visitas técnicas as Unidades de Produção Familiar (UPF), 3 visitas por UPF, para em conjunto com a família beneficiária avaliar o desenvolvimento das atividades e ações preconizadas no Projeto de Estruturação Produtiva da Unidade Familiar, discutir e realizar os ajustes, se necessário, das atividades desenvolvidas, e o desempenho da equipe técnica.

### **i) Reuniões de Avaliação Intermediária**

Atividade coletiva com duração de 4 horas, para avaliação da qualidade dos serviços de ATER pelos beneficiários, utilizando modelo de formulário e orientações de avaliação fornecida pelo MDA e apresentação pela ATER dos resultados alcançados pelas famílias, no primeiro ano de atividades. Cada atividade coletiva terá a participação de 20 famílias, em média, com no mínimo 30% de participação feminina.

Será assegurado fornecimento de materiais didáticos adequados, alimentação, transporte, alojamento e recreação para crianças menores de 10 anos, de forma a garantir a gratuidade, qualidade e acessibilidade à atividade, para garantir a efetiva participação das agricultoras e agricultores familiares. Neste evento será realizada a seguinte sequência de passos básicos:

1) introdução/sensibilização para visualização dos objetivos do encontro (avaliação da qualidade do serviço da Ater e apresentação dos resultados alcançados pelas famílias); ferramentas: *flip-chart*, cartolinas, dvds, impressos;

2) trabalhos em grupos: os trabalhos serão desenvolvidos a partir formulário e orientações de avaliação fornecida pelo MDA; o facilitador deverá distribuir os formulários e as orientações do MDA e explicitar os conteúdos, abrindo para perguntas do grupo e elucidação de dúvidas; ferramentas: formulários, *flip-chart*, cartolinas e folhas soltas;

3) apresentação dos resultados alcançados pelas famílias; ferramentas: exposição dialogada, *power point*, *flip-chart*, cartolinas;

4) reflexão/avaliação do evento: sobre os resultados obtidos e os processos desenvolvidos; ferramentas: debate, *flip-chart*, cartolinas;

5) definição dos próximos passos: o que tem que ser feito, responsáveis/colaboradores e quando/onde realizar; ferramentas: *flip-chart*, cartolinas.

#### **j) Dia de Campo com temática a ser definida a partir do Diagnóstico**

Atividade coletiva com duração de 4 horas. O tema será definido após análise do diagnóstico e do Projeto de Estruturação Produtiva e Social da UPF. O dia de campo é uma técnica grupal que permite uma abordagem simultânea dos aspectos teóricos e práticos que envolvem o tema central do evento. É, comumente, realizado em uma propriedade rural onde algumas práticas ou tecnologias já estejam implementadas possibilitando aos participantes sua observação, discussão e análise das questões tecnológicas, econômicas, sociais e ambientais que envolvem a adoção das práticas observadas.

Esta técnica tem como objetivo promover uma maior integração entre os participantes de várias comunidades e municípios, através da troca de experiências, oportunizando a realização de comparações, divulgação de práticas e tecnologias e eliminação de dúvidas relacionadas a determinados temas.

O dia de campo deve ser realizado de acordo com a necessidade ou oportunidade identificada pelos agricultores e extensionistas, podendo ser utilizado na área agropecuária e social.

Na organização do evento os facilitadores da Ater deverão envolver agricultores e agricultoras, parceiros, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS e colaboradores, que deverão elaborar um plano de ação do dia de campo com o objetivo de organizar melhor o trabalho e definir os papéis dos seus membros. A coordenação caberá definir o número de estações visando à melhor condição de entendimento das informações por parte das agricultoras e agricultores participantes, considerando também um local de fácil acesso, possibilitando a aplicação das práticas. As estações serão estruturadas a partir de uma sequência lógica abordando os principais aspectos ou etapas do tema proposto.

Após a realização do evento a comissão organizadora também se reunirá para realizar a sua própria avaliação sobre o Dia de Campo. Ao final do dia de campo serão realizadas avaliações confrontando os objetivos propostos com os resultados obtidos em relação ao grau de satisfação do dia de campo e aprendizagem, com 10% dos participantes, escolhido de forma aleatória, através de entrevista dirigida.

Será fornecido aos participantes material didático necessário e adequado, alimentação, transporte e alojamento, de forma a garantir a gratuidade, qualidade e acessibilidade ao evento, e para assegurar participação das famílias, homens, mulheres e jovens, serão

fornecidas atividades supervisionadas de recreação para as crianças menores de 10 anos.

### **k) Intercâmbio com temática a ser definida a partir do Diagnóstico**

Atividade coletiva com duração de 8 horas, cujo tema será definido após análise do diagnóstico e do Projeto de Estruturação Produtiva e Social da UPF.

Serão planejadas visitas técnicas a unidades de produção familiar existentes na área de domínio dos seis Lotes, que detenham experiência bem sucedidas em diferentes fases de implementação, com atividades produtivas de mesma característica ou natureza idênticas, processo de organização e comercialização da produção.

Com essa ação serão realizados 1.000 intercâmbios com os beneficiários dos seis Lotes, com a presença média de 20 participantes por evento, garantido a participação mínima de 30% feminina em cada evento.

Por ocasião da definição do intercâmbio, os participantes serão informados dos objetivos do evento, e terão participação efetiva na programação e metodologia a ser adotada durante sua realização. O intercâmbio será finalizado com a elaboração de compromissos firmados entre participantes, e com uma avaliação sobre o evento, confrontando os objetivos inicialmente definidos e os resultados alcançados.

Para garantir a participação das famílias, homens, mulheres e jovens, serão fornecidos alojamento, quando necessário, alimentação, transporte, material didático e atividades supervisionadas de recreação para as crianças menores de 10 anos.

### **l) Reunião de Avaliação Final**

Atividade coletiva com duração de 4 horas, onde a EMATERCE apresentará em plenária os resultados obtidos pelos beneficiários com a implementação do Projeto de Estruturação Produtiva Familiar, e os que mais impactaram positivamente na vida das famílias; ao mesmo tempo, em que os beneficiários, também, avaliarão ação extensionista, observando a qualidade do serviço de ATER, cujas informações serão registradas em formulário específico fornecido pelo MDA, e repassados aos beneficiários pela EMATERCE. Será assegurada em cada evento de avaliação a participação de 20 famílias, em média, com no mínimo 30% de participação feminina.

Será fornecido aos participantes material didático necessário e adequado, alimentação, transporte e alojamento, de forma a garantir a gratuidade, qualidade e acessibilidade ao evento, e para assegurar participação das famílias, homens, mulheres e jovens, serão fornecidas atividades supervisionadas de recreação para as crianças menores de 10 anos.

## 9. Produtos

PRODUTOS	2015	FONTES DE VERIFICAÇÃO
Famílias beneficiadas	19.680	Sistema de Programa e Projetos (SPP-WEB) da Ematerce

## 10. Metas

- Acompanhar a execução dos 19.680 projetos de estruturação produtiva da Unidade de Produção Familiar (UPF).
- Realizar 12 avaliações dos resultados alcançados possibilitando identificar as dificuldades e necessidades de mudança de estratégias, inclusive com a reorientação das ações, quando necessário.

## 11. Resultados Esperados

Melhoria da renda e da segurança alimentar das famílias beneficiadas, mediante a adoção das seguintes práticas:

- Desenvolvimento de sistemas de produção ecologicamente correto com a utilização sustentável dos recursos naturais;
- Adoção de práticas agrícolas alternativas, que possam dar sustentabilidade ao processo produtivo na unidade familiar inserida no semiárido;
- Acesso dos beneficiários ao crédito rural qualificado, necessário para ampliação das suas atividades e negócios, apoiado pelo serviço de ATER programado;
- Gestão da Unidade de Produção Familiar, com enfoque sistêmico e base na adequação ambiental;
- Valorização dos costumes e tradições bem como outros aspectos culturais;
- Acesso dos beneficiários as políticas voltadas para a agricultura familiar;



## **12. Integração de Ações**

O projeto Ampliação da assistência Técnica aos Agricultores Familiares em Situação de Extrema Pobreza no Ceará interage com todos os outros Programas/Projetos executados pela SDA, com destaque para o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). O referido Programa utiliza a metodologia da participação e do construtivismo, em que agricultores familiares, extensionistas e parceiros interagem em todo o processo de trabalho. A sua estratégia de trabalho está focada em cinco pilas básicas: a organização da produção e de produtores; a promoção comercial; a viabilização da infraestrutura necessária; a gestão profissional do agronegócio; a capacitação de Extensionistas, Agentes Rurais e agricultores familiares e seus familiares; e, a apropriação por parte dos agricultores e técnicos de tecnologias sustentáveis, no âmbito da Agroecologia.

Destacam-se também outros programas da SDA que efetivamente contribuirão para potencializar os resultados deste projeto, que são o Programa Hora de Plantar-Distribuição de Sementes, o Programa Garantia Safra, os Programas de Abastecimento e Segurança Alimentar envolvendo as principais Cadeias Produtivas do Estado, o Programa de Convivência com o Semiárido na apropriação por parte dos agricultores (as) familiares de técnicas e práticas nas suas atividades de suas unidades de produção, os Programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que atuam na comercialização dos produtos da agricultura familiar, dentre outros.

## **13. Monitoramento**

De modo geral, o processo de monitoramento e avaliação consiste em procedimentos de análise e acompanhamento das ações e resultados ligados ao projeto.

Tais processos, em última análise contribuem para futuras definições de redirecionamento do projeto, além de dirimir o uso de energias e recursos às ações onde não são necessários dados esforços, transferindo-os às reais prioridades do projeto, ou ainda mesmo, para confirmar se foram atingidos os objetivos anteriormente determinados.

Nesta proposta é apresentada a metodologia utilizada através de indicadores e seus descritores para o monitoramento do projeto como o todo, em um âmbito maior, e para as atividades nele inseridas. Após esta explicitação, se dará a descrição da estratégia utilizada para a Avaliação.

O monitoramento não é um fim em si, mas sim um meio para se atingir uma finalidade, ou seja, através das observações e informações coletadas é feita a avaliação para conhecimento do andamento e efeitos do projeto.

Neste contexto, faz-se necessário este processo a fim de o andamento do projeto não se divirjam dos objetivos dados na concepção do projeto.

Foram estabelecidos indicadores com base nos itens de maior amplitude decrescendo a subindicadores (descritores) para os quesitos mais facilmente “mensuráveis”. Deste modo os indicadores de maiores foram divididos em:

- Indicadores de Recursos: Determinam o aparato financeiro, humano e logístico dentro do andamento do projeto;
- Indicadores de Produtos e Serviços: Consta, aqui, o acompanhamento das ATIVIDADES propriamente ditas contidas na proposta, individuais e coletivas;
- Indicadores de Efeito: Explicitam de forma positiva ou negativa a aceitação e andamento do projeto junto aos atores envolvidos;
- Indicadores de Impacto: Ligado ao grau de alcance ao objetivo superior do projeto.

O detalhamento se afunilará na escala das atividades previstas nesta proposta (Individuais e Coletivas) no intuito de promover subsídios às avaliações das técnicas adotadas, contribuindo para a continuidade ou adequação em momentos futuros no cronograma do projeto. A este afunilamento dos indicadores, os descritores (subindicadores), serão relacionados as informações calcadas em entrevistas, formulários e relatórios específicos através de processos de coleta em campo e reuniões. Os dados obtidos alimentarão o *software SPPWEB da EMATERCE*, este por sua vez será mais detalhado posteriormente.

As reuniões de Monitoramento acontecerão mensalmente com a presença dos Coordenadores Estaduais, Coordenadores do Território e Técnicos para fomento da alimentação dos dados em síntese. A observação das informações adquiridas não compatíveis com o andamento do projeto ou consideradas insuficientes servirá como padrão de alerta negativo aos parâmetros daquela atividade, fortalecendo ações estratégicas da equipe. Concomitante às Reuniões de Monitoramento, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará conta com uma equipe lotada no escritório estadual em Fortaleza que tem como objetivo básico orientar e dar suporte aos coordenadores, permitindo à empresa desenvolver o projeto de forma mais eficiente e eficaz possível, haja vista estarem a par em tempo real dos resultados colhidos em campo.

Será procedido o acompanhamento, pelo coordenador das ações desenvolvidas pelo projeto em nível de cada município, articulando-se com as assessorias técnicas dos escritórios regionais locais e do escritório central da empresa, tendo em vista, detectar pontos de estrangulamento, obstáculos e/ou outras disfunções que comprometam o alcance dos objetivos do projeto. Referido acompanhamento deve ter em vista, também, os aspectos relativos à integração e complementaridade entre as políticas públicas, que se interagem para consecução dos objetivos deste projeto.

O projeto será monitorado pelos Gestores dos Escritórios Locais, Regionais e Estadual:

**Em nível local** - Diariamente, o Gerente do Escritório Local apoia, acompanha, monitora, avalia e reprograma (se for o caso) os Agentes Rurais na execução dos Planos de Ação; na medida em que os resultados são auferidos os Agentes Rurais registram os dados no Sistema de Programas e Projeto (SPPWEB) da Ematerce; este sistema é totalmente in-

formatizado, com todas as unidades operativas da Ematerce interligadas em redes da Rede Governamental (RIGAV) e Cinturão Digital do Ceará (CDCe);

**Em nível regional** – o Gerente Regional e seus Assessores também apoiam, acompanham e monitoram os trabalhos dos Agentes Rurais, na execução dos Planos de Ações.

**Em nível estadual** – os Gerentes de Planejamento e Operações com seus Assessores também apoiam, assessoram, acompanham e monitoram os trabalhos dos Agentes Rurais, na execução dos Planos de Ações.

### 13.1 Dados Utilizados

Os dados são coletados na medida em que os Agentes Rurais desenvolvem seu trabalho junto aos agricultores familiares e registram o que se segue:

- Nº de agricultores familiares assistidos;
- Nº de beneficiários;
- Área com culturas assistidas em ha;
- Área com culturas colhidas em ha;
- Produção obtida em kg;
- Rendimento em kg/ha;
- Nº de empregos gerados
- Rebanho assistido – cabeça
- Tx. de desfrute;
- Crédito Rural ofertado (nº de projetos, valor, finalidade, agente financeiro)
- Agroindústrias rurais (nº, finalidade)
- Obras hidroambientais (barragens de contenção de sedimentos, barragens subterrâneas e construção de paliçadas),
- Revitalização de bacias hidrográficas (microbacias hidrográficas);
- Manejo/Conservação do Solo e Água (terraços de retenção, cordões de pedra, captação *in situ*, escarificação da área, plantio direto, correção do solo, adubação verde, adubação orgânica);
- Transição agroecológica (quintais produtivos, sistema agroflorestal e viveiro de produção de mudas);
- Agroindústrias (beneficiamento e processamento – leite, frutos tropicais, mandioca, mel de abelha, peixe)
- Comercialização (Compra de Alimentos p/Merenda Escolar – PNAE e Compra de Alimentos – PAA);
- Adequação Ambiental (Energia Eólica, Energia Solar, Recomposição da Mata Ciliar, Irrigação Sustentável dos Aluviões, Horosazonal, Reflorestamento, Viveiros de Produção, Destino de embalagens Contaminadas, Controle de Queimadas, Uso e Controle de Agrotóxicos,
- Agroecologia (Sistema Agroflorestal, Transição Agroecológica e Produção de Plantas Medicinais, Aromáticas e Condimentares);
- Segurança Alimentar e Nutricional (Educação Alimentar e Nutricional);
- Habitabilidade (Abastecimento D'água, Casas, Cisternas, Destino Adequado do Lixo, Fontes D'água e Educação Sanitária);

- Associativismo (Organização Rural, Cultura e Lazer, Etnia/Indígena, Etnia/Quilombo-la, Gênero/Mulheres, Juventude Rural, Capacitação (cursos, Intercâmbios, Missões Técnicas/Excursões, Seminários, Treinamentos, Oficinas e Encontros;
- Abrangência (nº de agricultores familiares assistidos sem repetição).

### 13.2. Cadastro dos Beneficiários

A Ematerce já dispõe no banco de dados do Programa – Sistema de Programa e Projetos (SPPWEB) de 2.254.024 Declarações de Aptidão do Produtor (DAPs), elaboradas desde o início do PRONAF no Estado do Ceará (2006). Anualmente os dados são atualizados e identificados todos os beneficiários da Ater (Nome, CPF, NIS, Inscrição no PRONAF), além da performance de cada agricultor assistido. No ano de 2013, foram validas pelo MDA/SAF/DATER, 687.780 DAPs.

### 14. Pressupostos de Risco

A instabilidade climática a exemplo do que ocorreu no ano de 2013, que provocou perdas consideráveis na agropecuária cearense, poderá dificultar a inclusão social e produtiva das famílias beneficiárias do PBSM.

A grande rotatividade dos Agentes de Ater decorrente de renovação e/ou de transferência entre os municípios poderá também, dificultar a qualidade da prestação de Ater as famílias beneficiárias do PBSM, e, por conseguinte, a inclusão social e produtiva dos beneficiários.

### 15. Orçamento 2015

(R\$)

Detalhamento	Valor FECOP	Valor Outras Fontes (*)	Valor Total
<b>NATUREZA DA DESPESA</b>			
<b>1. DESPESAS CORRENTES</b>	<b>1.091.449,81</b>	<b>540.400,00</b>	<b>1.631.849,81</b>
1.1 Diária			
Elemento de Despesas .....(339014)	-	200.000,00	200.000,00
1.2. Material de Consumo			
Elemento de Despesa .....(339030)	491.449,81	130.000,00	621.449,81
1.3 Serviço de Passagens e Despesas c/locomoção			

Elemento de Despesas .....(339033)	-	20.000,00	20.000,00
1.4 Serviço de Terceiro-Pessoa Jurídica)			
Elemento de Despesas .....(339039)	600.000,00	150.000,00	750.000,00
1.5 Auxílio			
Elemento de Despesas .....(339042)		40.400,00	40.400,00
<b>Total</b>	<b>1.091.449,81</b>	<b>540.400,00</b>	<b>1.631.849,81</b>

(\*) MDS/MDA – R\$ 40.400,00 + Tesouro Estado – R\$ 500.000,00 = R\$ 540.400,00

## 16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

(R\$)

Item de Despesa	Mar/15	Mai/15	Set/15	Total
Material de Consumo .....(339030)	211.449,81	140.000,00	140.000,00	491.449,81
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... (339039)	300.000,00	200.000,00	100.000,00	600.000,00
<b>Total</b>	<b>511.449,81</b>	<b>340.000,00</b>	<b>240.000,00</b>	<b>1.091.449,81</b>

## 17. Distribuição de Recursos por Município em 2015

Nº de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (2014)	Valor Outras Fontes (2014)	Valor Total (2014)	Pessoas
1	Baturité	Acarape	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
2	Baturité	Aracoiaba	8.873,58	4.393,50	13.267,07	659
3	Baturité	Aratuba	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
4	Baturité	Barreira	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
5	Baturité	Baturité	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
6	Baturité	Capistrano	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
7	Baturité	Itapiúna	8.873,58	4.393,50	13.267,07	659
8	Baturité	Mulungu	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
9	Baturité	Ocara	8.873,58	4.393,50	13.267,07	659
10	Baturité	Palmácia	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
11	Baturité	Redenção	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
12	Cariri - Centro Sul	Abaíara	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
13	Cariri - Centro Sul	Acopiara	17.747,15	8.786,99	6.633,54	1.318
14	Cariri - Centro Sul	Araripe	4.436,79	2.196,75	13.267,07	330
15	Cariri - Centro Sul	Assaré	8.873,58	4.393,50	6.633,54	659
16	Cariri - Centro Sul	Baixio	4.436,79	2.196,75	13.267,07	330
17	Cariri - Centro Sul	Campos Sales	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
18	Cariri - Centro Sul	Caririaçu	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
19	Cariri - Centro Sul	Cariús	4.436,79	4.393,50	6.633,54	659
20	Cariri - Centro Sul	Catarina	8.873,58	6.590,24	26.534,14	989
21	Cariri - Centro Sul	Cedro	4.436,79	4.393,50	6.633,54	659
22	Cariri - Centro Sul	Crato	8.873,58	2.196,75	13.267,07	330

23	Cariri - Centro Sul	Farias Brito	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
24	Cariri - Centro Sul	Granjeiro	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
25	Cariri - Centro Sul	Itó	4.436,79	8.786,99	6.633,54	1.318
26	Cariri - Centro Sul	Iguatu	4.436,79	4.393,50	13.267,07	659
27	Cariri - Centro Sul	Ipaumirim	8.873,58	4.393,50	19.900,61	659
28	Cariri - Centro Sul	Jardim	4.436,79	4.393,50	13.267,07	659
29	Cariri - Centro Sul	Jati	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
30	Cariri - Centro Sul	Jucás	4.436,79	4.393,50	6.633,54	659
31	Cariri - Centro Sul	Lavras Mangabeira	4.436,79	6.590,24	6.633,54	989
32	Cariri - Centro Sul	Mauriti	8.873,58	2.196,75	26.534,14	330
33	Cariri - Centro Sul	Milagres	4.436,79	2.196,75	13.267,07	330
34	Cariri - Centro Sul	Missão Velha	8.873,58	2.196,75	13.267,07	330
35	Cariri - Centro Sul	Nova Olinda	4.436,79	4.393,50	13.267,07	659
36	Cariri - Centro Sul	Orós	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
37	Cariri - Centro Sul	Penaforte	4.436,79	2.196,75	13.267,07	330
38	Cariri - Centro Sul	Porteiras	17.747,15	2.196,75	19.900,61	330
39	Cariri - Centro Sul	Potengi	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
40	Cariri - Centro Sul	Quixelô	8.873,58	6.590,24	6.633,54	989
41	Cariri - Centro Sul	Saboeiro	4.436,79	6.590,24	6.633,54	989
42	Cariri - Centro Sul	Salitre	4.436,79	4.393,50	13.267,07	659
43	Cariri - Centro Sul	Santana do Cariri	4.436,79	6.590,24	6.633,54	989
44	Cariri - Centro Sul	Umari	8.873,58	2.196,75	6.633,54	330
45	Cariri - Centro Sul	Várzea Alegre	13.310,36	6.590,24	6.633,54	989
46	Lit. Leste - Jaguaribe	Alto Santo	8.873,58	6.590,24	6.633,54	999
47	Lit. Leste - Jaguaribe	Aracati	4.436,79	2.196,75	19.900,61	330



48	Lit. Leste - Jaguaribe	Beberibe	4.436,79	4.393,50	19.900,61	659
49	Lit. Leste - Jaguaribe	Cascavel	4.436,79	2.196,75	13.267,07	330
50	Lit. Leste - Jaguaribe	Chorozinho	17.747,15	2.196,75	19.900,61	330
51	Lit. Leste - Jaguaribe	Ererê	8.873,58	2.196,75	6.633,54	330
52	Lit. Leste - Jaguaribe	Fortim	8.873,58	2.196,75	19.900,61	330
53	Lit. Leste - Jaguaribe	Icapuí	8.873,58	2.196,75	19.900,61	330
54	Lit. Leste - Jaguaribe	Iracema	4.436,79	4.393,50	6.633,54	659
55	Lit. Leste - Jaguaribe	Jaguaretama	8.873,58	2.196,75	13.267,07	330
56	Lit. Leste - Jaguaribe	Jaguaribara	13.310,36	6.590,24	6.633,54	989
57	Lit. Leste - Jaguaribe	Jaguaribe	4.436,79	4.393,50	6.633,54	659
58	Lit. Leste - Jaguaribe	Jaguaruana	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
59	Lit. Leste - Jaguaribe	Limoeiro do Norte	4.436,79	8.786,99	6.633,54	1.318
60	Lit. Leste - Jaguaribe	Morada Nova	8.873,58	2.196,75	6.633,54	330
61	Lit. Leste - Jaguaribe	Pacajus	4.436,79	2.196,75	13.267,07	330
62	Lit. Leste - Jaguaribe	Palhano	4.436,79	6.590,24	6.633,54	989
63	Lit. Leste - Jaguaribe	Pereiro	4.436,79	2.196,75	19.900,61	330
64	Lit. Leste - Jaguaribe	Potiretama	4.436,79	2.196,75	13.267,07	330
65	Lit. Leste - Jaguaribe	Quixeré	13.310,36	6.590,24	6.633,54	989
66	Lit. Leste - Jaguaribe	Russas	13.310,36	2.196,75	26.534,14	330
67	Lit. Leste - Jaguaribe	São João Jaguaribe	8.873,58	6.590,24	6.633,54	989
68	Lit. Leste - Jaguaribe	Tabuleiro do Norte	13.310,36	4.393,50	6.633,54	659
69	Litoral Oeste	Acaraú	4.436,79	2.196,75	19.900,61	330
70	Litoral Oeste	Apuiarés	13.310,36	2.196,75	6.633,54	330
71	Litoral Oeste	Barroquinha	13.310,36	4.393,50	6.633,54	659
72	Litoral Oeste	Bela Cruz	4.436,79	6.590,24	19.900,61	659

73	Litoral Oeste	Camocim	8.873,58	2.196,75	6.633,54	330
74	Litoral Oeste	Chaval	4.436,79	4.393,50	19.900,61	659
75	Litoral Oeste	Cruz	4.436,79	6.590,24	13.267,07	989
76	Litoral Oeste	Granja	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
77	Litoral Oeste	Jijoca Jericoacoara	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
78	Litoral Oeste	Marco	4.436,79	4.393,50	13.267,07	659
79	Litoral Oeste	Martinópolis	8.873,58	4.393,50	19.900,61	659
80	Litoral Oeste	Miraima	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
81	Litoral Oeste	Morrinhos	13.310,36	4.393,50	13.267,07	659
82	Litoral Oeste	Pentecoste	8.873,58	2.196,75	19.900,61	330
83	Litoral Oeste	São Gonç. Amarante	4.436,79	4.393,50	6.633,54	659
84	Litoral Oeste	São Luiz do Curu	17.747,15	2.196,75	6.633,54	330
85	Litoral Oeste	Tejuçuoca	4.436,79	2.196,75	13.267,07	330
86	Litoral Oeste	Umirim	4.436,79	2.196,75	13.267,07	330
87	Litoral Oeste	Uruburetama	13.310,36	4.393,50	6.633,54	659
88	Litoral Oeste	Uruoca	4.436,79	4.393,50	13.267,07	330
89	Metrop. de Fortaleza	Caucaia	4.436,79	6.590,24	6.633,54	989
90	Metrop de Fortaleza	Maranguape	13.310,36	4.393,50	13.267,07	659
91	Sertões Inhamuns	Aiuaba	4.436,79	4.393,50	6.633,54	659
92	Sertões Inhamuns	Ararendá	13.310,36	2.196,75	6.633,54	330
93	Sertões Inhamuns	Catunda	8.873,58	4.393,50	6.633,54	659
94	Sertões Inhamuns	Crateús	4.436,79	2.196,75	13.267,07	330
95	Sertões Inhamuns	Independência	4.436,79	2.196,75	13.267,07	330
96	Sertões Inhamuns	Ipaporanga	8.873,58	4.393,50	19.900,61	659
97	Sertões Inhamuns	Ipueiras	13.310,36	2.196,75	13.267,07	330

98	Sertões Inhamuns	Nova Russas	4.436,79	4.393,50	13.267,07	659
99	Sertões Inhamuns	Novo Oriente	8.873,58	2.196,75	6.633,54	330
100	Sertões Inhamuns	Parambu	13.310,36	2.196,75	13.267,07	330
101	Sertões Inhamuns	Poranga	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
102	Sertões Inhamuns	Quiterianópolis	4.436,79	4.393,50	6.633,54	659
103	Sertões Inhamuns	Tamboril	8.873,58	2.196,75	13.267,07	330
104	Sertões Inhamuns	Tauá	8.873,58	4.393,50	6.633,54	659
105	Sertão Central	Banabuiú	4.436,79	4.393,50	13.267,07	659
106	Sertão Central	Boa Viagem	8.873,58	2.196,75	6.633,54	330
107	Sertão Central	Canindé	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
108	Sertão Central	Caridade	8.873,58	2.196,75	6.633,54	330
109	Sertão Central	Choró	4.436,79	2.196,75	13.267,07	330
110	Sertão Central	Dep. Irapuan Pinheiro	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
111	Sertão Central	General Sampaio	4.436,79	2.196,75	13.267,07	330
112	Sertão Central	Ibaretama	8.873,58	2.196,75	13.267,07	330
113	Sertão Central	Ibicuitinga	8.873,58	4.393,50	6.633,54	659
114	Sertão Central	Itatira	13.310,36	2.196,75	6.633,54	330
115	Sertão Central	Madalena	8.873,58	2.196,75	6.633,54	330
116	Sertão Central	Milhã	8.873,58	2.196,75	6.633,54	330
117	Sertão Central	Paramoti	4.436,79	4.393,50	6.633,54	659
118	Sertão Central	Piquet Carneiro	8.873,58	2.196,75	6.633,54	330
119	Sertão Central	Santa Quitéria	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
120	Sertão Central	Senador Pompeu	4.436,79	2.196,75	13.267,07	330
121	Sertão Central	Solonópole	8.873,58	4.393,50	6.633,54	659
122	Sobral - Ibiapina	Alcântaras	4.436,79	6.590,24	6.633,54	989

123	Sobral - Ibiapina	Cariré	8.873,58	4.393,50	6.633,54	659
124	Sobral - Ibiapina	Carnaubal	4.436,79	6.590,24	13.267,07	989
125	Sobral - Ibiapina	Coreaú	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
126	Sobral - Ibiapina	Croatá	4.436,79	4.393,50	6.633,54	659
127	Sobral - Ibiapina	Forquilha	8.873,58	2.196,75	6.633,54	330
128	Sobral - Ibiapina	Frecheirinha	4.436,79	6.590,24	13.267,07	989
129	Sobral - Ibiapina	Graça	8.873,58	6.590,24	19.900,61	989
130	Sobral - Ibiapina	Guaraciaba do Norte	8.873,58	6.590,24	13.267,07	989
131	Sobral - Ibiapina	Hidrolândia	4.436,79	2.196,75	19.900,61	330
132	Sobral - Ibiapina	Ibiapina	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
133	Sobral - Ibiapina	Ipu	4.436,79	4.393,50	13.267,07	659
134	Sobral - Ibiapina	Irauçuba	4.436,79	4.393,50	6.633,54	659
135	Sobral - Ibiapina	Massapê	4.436,79	2.196,75	19.900,61	330
136	Sobral - Ibiapina	Meruoca	4.436,79	2.196,75	19.900,61	330
137	Sobral - Ibiapina	Moraújo	4.436,79	2.196,75	19.900,61	330
138	Sobral - Ibiapina	Mucambo	8.873,58	2.196,75	6.633,54	330
139	Sobral - Ibiapina	Pacujá	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
140	Sobral - Ibiapina	Pires Ferreira	4.436,79	6.590,24	13.267,07	989
141	Sobral - Ibiapina	Reriutaba	4.436,79	4.393,50	13.267,07	659
142	Sobral - Ibiapina	Santana do Acaraú	8.873,58	6.590,24	6.633,54	989
143	Sobral - Ibiapina	São Benedito	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
144	Sobral - Ibiapina	Senador Sá	4.436,79	4.393,50	6.633,54	659
145	Sobral - Ibiapina	Sobral	4.436,79	6.590,24	6.633,54	989
146	Sobral - Ibiapina	Tianguá	8.873,58	4.393,50	6.633,54	659
147	Sobral - Ibiapina	Ubajara	13.310,36	2.196,75	19.900,61	330

148	Sobral - Ibiapina	Varjota	8.873,58	8.786,99	13.267,07	1.318
149	Sobral - Ibiapina	Viçosa do Ceará	13.310,36	2.196,75	19.900,61	330
<b>Total</b>			<b>1.091.449,81</b>	<b>540.400,00</b>	<b>1.631.849,81</b>	<b>80.459</b>

**OBS: (\*) Considera-se 4,12 pessoas por agricultor beneficiado**

## 18. Responsável pelo Projeto

### a) Elaboração do Projeto

<b>Coordenadoria/Gerência</b>	Gerência de Programa e Projetos (Gepro)
<b>Técnico</b>	Antônio Tarciso Coelho Pinto
<b>E-mail</b>	tarciso.pinto@ematerce.ce.gov.br
<b>Fone</b>	(85) 8727 4646/9922 2222/3101 2426

### b) Execução do Projeto

<b>Coordenadoria/Gerência</b>	Gerência de Apoio Técnico (Geate)
<b>Técnico</b>	Sidônio Fragoso Vieira
<b>E-mail</b>	sidonio.vieira@ematerce.ce.gov.br
<b>Fone</b>	(88) 9679 8251/8813 8609/3217 7868



**Governo do Estado do Ceará**  
**Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA**

**PROJETO: Fortalecimento das Ações de ATER no Estado do Ceará**

**Janeiro/2015**

Secretaria (Proponente)	Secretaria do Desenvolvimento Agrário
Programa (PPA)	028 - Desenvolvimento Agropecuário
Mapp (Nº e Denominação)	183 - Convênio com o Instituto Agropolos para Supervisão de Assistência Técnica Rural - ATER
Período de Execução (em 2015)	Janeiro a Dezembro
Categoria	Estruturante – Inclusão Produtiva Rural

### 1. Descrição do Projeto

A política para a área do desenvolvimento agrário tem como prioridade a promoção do desenvolvimento rural sustentável do Estado do Ceará, com ênfase nos agricultores e agricultoras familiares, com participação, inclusão e justiça social.

O projeto Fortalecimento das Ações de ATER no Estado do Ceará contribui para essa política buscando assegurar a seus beneficiários as condições de acesso aos projetos, programas e políticas de desenvolvimento agrário. O referido projeto destina-se viabilizar a supervisão da prestação da Assistência Técnica e Extensão Rural aos agricultores familiares e suas organizações.

### 2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

No PPA 2012 / 2015 o projeto se insere na área temática Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária; Programa Desenvolvimento Agropecuário, e contribui para o alcance do Objetivo 005 – Prestar Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) nas cadeias produtivas (agrícolas e não-agrícolas) da agropecuária cearense com vistas ao fortalecimento da agricultura familiar; Meta 00644 - Atender a 239.057 agricultores familiares nas cadeias produtivas agrícolas e não-agrícolas; Iniciativa 04744 - Apoio à produção e comercialização agropecuária.

Na matriz de Gestão por Resultados do Governo do Estado, o projeto contribui para o alcance do resultado setorial Agricultura Familiar Fortalecida Sustentável e suas realizações são acompanhadas para o indicador Percentual de produtores da agricultura familiar beneficiados com ações de apoio.

### 3. Diagnóstico

A política nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) foi construída em parceria com as organizações governamentais e não governamentais de Ater e a sociedade civil organizada e instituída pelo Governo Federal em 2003.

Essa política pretende contribuir para uma ação institucional capaz de implantar e consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável, estimulando a geração de renda e



de novos postos de trabalho, a agroindustrialização e outras formas de agregação de renda à produção primária, assim como o desenvolvimento de atividades rurais não agrícolas.

No Ceará, a estratégia territorial tomou maior corpo a partir de 2007, momento em que a Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA começa a coordenar este processo em parceria com o MDA. Em 2008 o Governo Federal lança o Programa Territórios da Cidadania tendo como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A concepção do programa permite combinar financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) com a expansão da assistência técnica para os produtores familiares. No Programa Territórios da Cidadania, Estado e sociedade planejam e gerem as políticas públicas conjuntamente.

Em 2009 o estabelecimento do Pacto Social pela Territorialização do Ceará foi instituído pelas organizações locais e referendados pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural – CEDR em 13 (treze) territórios. Deste conjunto, sete são coordenados pelo Governo Federal, sendo 6 (seis) inseridos no Programa Territórios da Cidadania (Inhamuns Crateús, Sertão Central, Vales do Curu e Aracatiagu, Sertões de Canindé, Cariri e Sobral) e 1 integrante do Pronaf (Maciço de Baturité). Os demais contam com apoio direto da SDA em parceria com o Governo Federal (Litoral Extremo Oeste, Metropolitano/José de Alencar, Centro Sul e Vale do Salgado, Chapada da Ibiapaba, Litoral Leste e Vale do Jaguaribe).

O projeto Fortalecimento das Ações de ATER no Estado do Ceará promove ações continuadas em 71 municípios distribuídos no Estado do Ceará. Esse fortalecimento é proporcionado pela ação dos agentes de ATER - Agentes Rurais, que buscam inserir os agricultores familiares nos diversos projetos e programas da SDA visando o desenvolvimento agrário do Estado.

Segundo estudo do IPECE, baseado em informações da EMATERCE, “o déficit de servidores responsáveis pela Assistência Técnica tem apresentado as seguintes tendências: a descontinuidade da oferta com insuficiente qualidade e quantidade dos serviços de ATER; promoção do desenvolvimento econômico sem equidade, solidariedade e dimensão ambiental; comprometimento da qualidade e do aumento da produção agropecuária, com ênfase à produção de alimentos básicos; menor participação da ATER nos processos de geração de tecnologias e inovações organizacionais em relação às instituições de ensino e pesquisa; inacessibilidade dos agricultores familiares a políticas agrícolas; perda de competitividade e sustentabilidade da agricultura familiar; aceleração da degradação ambiental nas áreas agrícolas; fragilidade das políticas de segurança alimentar e sanidade animal e vegetal; desaceleração e insustentabilidade da reforma agrária; promoção do êxodo dos jovens rurais comprometendo o processo de sucessão; promoção do endividamento pela tomada do crédito sem a ATER; e redução da renda e do emprego promovendo a pobreza rural (EMATERCE, 2007).

Conforme o IBGE, no Censo Agropecuário de 2006, o Ceará possuía 381.014 estabelecimentos, sendo deste total 341.510 (90%) familiares. Os estabelecimentos familiares ocupavam uma área de 3.429.848 há (44%), de um total de 7.992.214 ha recenseados.

O pessoal ocupado na agricultura familiar forma um contingente de 969.001 pessoas correspondendo a 84% do total de 1.145.985 habitantes recenseados no campo.

#### 4. Justificativa

A agricultura familiar é responsável pela produção de cerca de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos cearenses, por 90,2% dos estabelecimentos rurais na agricultura e por 6,02% do PIB cearense.

Atualmente a Política Nacional de Assistência Técnica e a Extensão Rural – PNATER, orienta os serviços de ATER a uma nova concepção de atendimento ao agricultor familiar. A visão simplesmente técnica dá lugar ao olhar mais amplo da vida do agricultor e de sua família. A busca pela cidadania, inclusão social e o respeito a suas crenças e ao saber empírico são fundamentais nesta nova forma de interação dos técnicos com o homem do campo.

A melhoria das condições de trabalho e renda dos agricultores familiares que não tem acesso aos serviços de ATER nos municípios do Estado do Ceará passa fundamentalmente pela ampliação destes serviços, que tem como objetivo proporcionar maiores ganhos provenientes do aumento da produção e produtividade da agricultura familiar.

Espera-se, com isto, contribuir para mudar o quadro dos setores da economia nesses municípios, principalmente o da agropecuária, proporcionando mais oferta de emprego e renda no meio rural, sem agredir o meio ambiente, melhorando positivamente as condições de vidas dos agricultores cearenses e tendo como consequência, a promoção do desenvolvimento rural sustentável daqueles municípios. O Governo do Estado por meio da SDA e utilizando recursos do FECOP, é responsável pela contratação dos técnicos que irão prestar os serviços de ATER.

#### 5. Histórico

O projeto Fortalecimento das Ações de Ater nos Territórios Rurais do Estado do Ceará iniciou suas atividades no ano de 2009 através da contratação de técnicos de nível superior com o objetivo de fortalecer as atividades de supervisão de ATER propiciada por um corpo técnico qualificado que melhorasse a execução dos projetos da SDA desde seu início contou com a provisão de recursos provenientes do FECOP.

Em 2014, o projeto assistiu tecnicamente e gerencialmente um total de 9.514 agricultores familiares em 48 municípios cearenses através da prestação de serviços de supervisão de ATER dos técnicos contratados. O referido projeto tem complementariedade com o **Projeto “Ampliação de Ater nos Municípios do Território da Cidadania no Estado do Ceará”** (MAPP 240 - Ampliação dos serviços de ATER nos territórios da cidadania - Convênio MDA/SAF 717263/2009).

O projeto disponibilizado será utilizado para pagamento de técnicos lotados no Contrato de Gestão firmado com o Instituto Agropolos cujo objetivo é a supervisão dos serviços de ATER realizado através dos diversos projetos e programas da SDA e EMATERCE.

Para ilustrar o exposto e facilitar agregações usar o modelo de tabela abaixo:

<b>Ano</b>	<b>Valor FECOP (R\$)</b>	<b>Valor Outras Fontes (R\$)</b>	<b>Valor Total Aplicado (R\$)</b>	<b>Nº de Beneficiários</b>
2007				
2008				
2009	1.967.554,00		1.967.554,00	29.400
2010	4.950.000,00		4.950.000,00	5.000
2011	5.172.750,00		5.172.750,00	10.000
2012	5.423.467,50		5.423.467,50	10.000
2013	5.702.000,00		5.702.000,00	10.500
2014	5.477.261,15		5.477.261,15	9.514
<b>TOTAL</b>	<b>28.693.032,65</b>		<b>28.693.032,65</b>	<b>74.414</b>

## 6. Público Alvo

Agricultores (as) familiares

### 6.1. Critérios adotados para a seleção dos beneficiários

Caracteriza-se como agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo simultaneamente aos seguintes requisitos:

- Não detenha, a qualquer título, área maior dos 4 módulos fiscais;
- Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder executivo;
- Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

## 7. Objetivos

### Geral

Promover a elevação da produção e da produtividade de agricultores familiares, residentes em 71 municípios do Estado do Ceará.

### **Específico**

- Orientar para o acesso e participação em programas e projetos governamentais;
- Proporcionar orientações técnicas para a produção;
- Orientar nos aspectos gerenciais e organizacionais.

## **8. Atividades /Detalhamento das Atividades**

### **a) Planejamento / programação**

O trabalho de Ater inicia-se com a divulgação das políticas públicas de apoio à agricultura familiar e a identificação das necessidades, potencialidades e problemas do público a ser beneficiado pelo projeto. Para tanto, será utilizada a ferramenta DRP – Diagnóstico Rural Participativo. Os resultados obtidos são posteriormente priorizados pelos agricultores e sistematizados em um Plano de Ação da Comunidade (PAC). Cada agente de campo trabalhará em média com 06 a 10 PACs. O somatório dos PACs constituirá na programação de 2015 a qual é consolidada através do registro dos dados no SPPWEB, gerando os Contratos de Resultados do Município, do Escritório, da Região Administrativa da Ematerce e do Estado.

### **b) Supervisionar as ações de Ater na implantação dos projetos Mapp da SDA.**

A formação dos Agentes de ATER (Agentes Rurais e Extensionistas) será feita durante as visitas as comunidades rurais, e estes, por sua vez, capacitarão os agricultores familiares assistidos. Neste processo serão assessorados pelos técnicos lotados nos Escritórios Regionais e Estaduais, com vistas à profissionalização dos mesmos e à geração de emprego e renda no meio rural.

A atividade de supervisão de ATER junto aos agricultores familiares é realizada em conjunto com a EMATERCE, onde os técnicos são alocados nos 71 municípios constantes dos seis territórios da cidadania e são responsáveis pela supervisão dos agentes rurais. As atividades de acompanhamento são realizadas através de relatório de trimestrais de visita de campo.

## **9. Produtos**

<b>Produtos</b>	<b>2015</b>	<b>Fontes de Verificação (*)</b>
Agricultores familiares assistidos	4.500	Relatórios de acompanhamento trimestral

## **10. Metas**

- Assistir tecnicamente e gerencialmente 4.500 agricultores familiares em 71 municípios.

## **11. Resultados Esperados**

Aumento da ocupação e melhoria da renda dos produtores (as) familiares assistidos nos municípios beneficiados.

## **12. Integração de Ações**

O projeto será realizado em conjunto pela SDA, EMATERCE e Instituto Agropolos, no sentido de que haja a integração e apropriação, por parte dos agricultores familiares, das políticas públicas do Governo Estadual, em consonância com os programas Federais e Municipais, capazes de contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável dos municípios cearenses da área de atuação deste Projeto.

Com relação ao potencial de complementaridade deste projeto com outros projetos da SDA é de se esperar que ocorram interseções com muitos outros projetos como o Programa de Crédito Rural do PRONAF, o Garantia Safra, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o de Distribuição de Sementes e Mudas, Programa de Aquisição e distribuição de leite, Práticas Agrícolas, os PAIS entre outros.

## **13. Monitoramento**

O monitoramento deste projeto será realizado conjuntamente pelas Coordenadorias da SDA, EMATERCE e Instituto Agropolos, uma vez que as ações de supervisão de ATER estão relacionadas aos projetos desenvolvidos por estas unidades administrativas.

O monitoramento será feito mediante acompanhamento de campo e registro de dados dos resultados alcançados pelos supervisores de ATER, utilizando o Sistema de Programas e Projetos (SPPWEB), HPNET, Biodiesel, entre outros, para monitorar a inserção dos agricultores nos projetos da SDA através de relatórios trimestrais. O Instituto Agropolos elaborará relatórios trimestrais evidenciando as ações realizadas pelos técnicos.

### **13.1 Dados Utilizados**

A coleta de dados deste projeto será realizada trimestralmente através de entrega de relatórios de acompanhamento para mensuração dos resultados e inseridos no sistema de monitoramento do projeto, onde pode ser visualizada a quantidade de agricultores inseridos nos projetos da SDA. O Instituto Agropolos confeccionará relatórios trimestrais de acompanhamento, evidenciando as ações realizadas pelos supervisores.

### **13.2. Cadastro dos Beneficiários**

A Ematerce dispõe no banco de dados do Programa – Sistema de Programa e Projetos (SPPWEB) de Declarações de Aptidão do Produtor (DAPs). Anualmente os dados são

atualizados e identificados todos os beneficiários da Ater (Nome, CPF, NIS, Inscrição no PRONAF), além da performance de cada agricultor assistido.

#### 14. Pressupostos de Risco

Para a efetiva concretização deste projeto é fundamental a seleção e capacitação dos técnicos envolvidos. O processo para a efetivação da seleção e capacitação é realizado com a parceria da EMATERCE e Instituto Agropolos. Outro pressuposto influenciador para o não andamento desejado do projeto está relacionado a fatores climáticos. Ou seja, no período de longa estiagem há uma diminuição considerável na produção, e consequentemente irá reduzir também a quantidade de produtores assistidos pelo serviço de ATER.

#### 15. Orçamento

(R\$1,00)

Detalhamento	Valor FECOP (2015)	Valor Outras Fontes (2015)	Valor Total (2015)
<b>NATUREZA DA DESPESA</b>			
<b>1. DESPESAS CORRENTES</b>			
1.1. Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			
Elemento de Despesa (335039)	<b>4.500.000,00</b>		<b>4.500.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.500.000,00</b>		<b>4.500.000,00</b>

#### 16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP (R\$1,00)

Item de Despesa	Fev	Mai	Ago	Dez	Total
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (335039)	1.500.000	1.500.000	1.500.000		<b>4.500.000,00</b>
<b>Total</b>	<b>1.500.000</b>	<b>1.500.000</b>	<b>1.500.000</b>		<b>4.500.000,00</b>

**17. Distribuição de Recursos por Município em 2015 (R\$ 1,00)**

Nº de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (2015)	Valor Outras Fontes (2015)	Pessoas Beneficiadas
1	<b>REGIÃO 01 METROPOLITANA</b>	São Gonçalo do Amarante	63.380,28		50
		<b>TOTAL R01</b>	<b>63.380,28</b>		<b>50</b>
2	<b>REGIÃO 02 LITORAL OESTE</b>	Amontada	63.380,28		55
3		Itapajé	63.380,28		55
4		Itapipoca	63.380,28		115
5		Itarema	63.380,28		55
6		Paraipaba	63.380,28		55
7		Pentecoste	63.380,28		55
8		Trairi	63.380,28		55
9		Umirim	63.380,28		55
			<b>TOTAL R02</b>	<b>507.042,25</b>	
10	<b>REGIÃO 03 SOBRAL IBIAPABA</b>	Alcântaras	63.380,28		55
11		Cariré	63.380,28		55
12		Coreaú	63.380,28		55
13		Graça	63.380,28		55
14		Hidrolândia	63.380,28		55
15		Ipú	63.380,28		55
16		Irauçuba	63.380,28		55
17		Massapê	63.380,28		55
18		Meruoca	63.380,28		55
19		Mucambo	63.380,28		55
20		Reriutaba	63.380,28		55
21		Santana do Acaraú	63.380,28		55
22	Sobral	63.380,28		110	



		<b>TOTAL R03</b>	<b>823.943,66</b>		<b>770</b>
<b>23</b>	<b>REGIÃO 04 SERTÃO DOS INHAMUNS</b>	Aiuaba	63.380,28		55
<b>24</b>		Ararendá	63.380,28		55
<b>25</b>		Crateús	63.380,28		110
<b>26</b>		Independência	63.380,28		110
<b>27</b>		Ipueiras	63.380,28		55
<b>28</b>		Monsenhor Ta- bosa	63.380,28		55
<b>29</b>		Nova Russas	63.380,28		55
<b>30</b>		Novo Oriente	63.380,28		110
<b>31</b>		Parambu	63.380,28		110
<b>32</b>		Quiterianópolis	63.380,28		110
<b>33</b>		Tamboril	63.380,28		55
<b>34</b>		Tauá	63.380,28		115
			<b>TOTAL R04</b>	<b>760.563,38</b>	
<b>35</b>	<b>REGIÃO 05 SERTÃO CEN- TRAL</b>	Banabuiú	63.380,28		55
<b>36</b>		Boa Viagem	63.380,28		55
<b>37</b>		Canindé	63.380,28		110
<b>38</b>	<b>REGIÃO 05 SERTÃO CEN- TRAL</b>	Choró	63.380,28		55
<b>39</b>		Dep.Irapuan Pinheiro	63.380,28		55
<b>40</b>		Itatira	63.380,28		55
<b>41</b>		Madalena	63.380,28		55
<b>42</b>		Milhã	63.380,28		55
<b>43</b>		Mombaça	63.380,28		55
<b>44</b>		Pedra Branca	63.380,28		55
<b>45</b>		Piquet Carneiro	63.380,28		55
<b>46</b>		Quixadá	63.380,28		110
<b>47</b>		Quixeramobim	63.380,28		55

48		Santa Quitéria	63.380,28		55
49		Senador Pompeu	63.380,28		55
50		Solonópole	63.380,28		55
		<b>TOTAL R05</b>	<b>1.014.084,51</b>		<b>990</b>
51	<b>REGIÃO 08 CARI-RI/CENTRO SUL</b>	Araripe	63.380,28		55
52		Assaré	63.380,28		55
53		Aurora	63.380,28		55
54		Barbalha	63.380,28		55
55		Barro	63.380,28		55
56		Brejo Santo	63.380,28		55
57		Campos Sales	63.380,28		55
58		Caririaçu	63.380,28		55
59		Crato	63.380,28		65
60		Farias Brito	63.380,28		55
61		Jardim	63.380,28		55
62		Juazeiro do Norte	63.380,28		85
63		Mauriti	63.380,28		55
64		Milagres	63.380,28		55
65		Missão Velha	63.380,28		55
66		Porteiras	63.380,28		55
67		Potengi	63.380,28		55
68		Salitre	63.380,28		55
69		Santana do Cariri	63.380,28		55
70		Tarrafas	63.380,28		55
71	Várzea Alegre	63.380,28		55	
<b>TOTAL R08</b>			<b>1.330.985,92</b>		<b>1.195</b>
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>4.500.000,00</b>		<b>4.500</b>

## 18. Responsável (eis) pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	ASEST
Técnico	Maria Enésia da Silva Neta
E-mail	<a href="mailto:enesia.neta@sda.ce.gov.br">enesia.neta@sda.ce.gov.br</a>
Fone	85 3101.8041 / 85 8109-2246

## ANEXO 1

### Marco Lógico ( ATER - Mapps 5, 50 e 183)

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
<b>Impactos</b>	<p>Melhoria da convivência com o semiárido.</p> <p>Redução de perda de safra.</p> <p>Melhoria da qualidade de vida.</p>	<p>Número de AFA que adotam práticas de convivência com o semiárido</p> <p>Percentual de perdas de safra dos agricultores assistidos em relação às perdas dos agricultores do Estado.</p> <p>Número de AFA beneficiados por políticas públicas em habitação, acesso à água e saneamento básico.</p>	<p>Sistema de Programas e Projetos da Ematerce (SPP-WEB).</p> <p>IBGE</p> <p>Pesquisa primária.</p>	<p>Instabilidades climáticas severas e consecutivas.</p> <p>Disponibilidade inoportuna das políticas públicas de crédito rural.</p> <p>Alta rotatividade dos agentes rurais.</p>
<b>Resultados</b>	<p>Sistemas de produção modificados e mais resistentes às vulnerabilidades ambientais (clima e solo).</p> <p>Ampliação e diversificação das atividades agropecuárias desenvolvidas pelos agricultores familiares assistidos.</p> <p>Melhoria da produtividade da agropecuária dos agricultores familiares assistidos.</p>	<p>Número de obras hidroambientais realizadas.</p> <p>Número de AFAs que ampliaram e diversificaram as atividades agropecuárias</p> <p>Relação da produtividade das atividades dos AFAs em relação à média do Estado</p>	<p>Sistema de Programas e Projetos da Ematerce (SPP-WEB).</p> <p>IBGE</p> <p>Pesquisa primária.</p>	<p>Instabilidades climáticas severas e consecutivas.</p> <p>Baixo índice de apropriação do conhecimento por conta da baixa escolaridade dos agricultores familiares.</p> <p>Inexistência e/ou in-</p>

	<p>Organização da produção/comercialização agropecuária dos AFAs</p> <p>Produtos comercializados com agregação de valor.</p>	<p>Número de organizações formais e informais assistidas</p> <p>Número de agroindústrias rurais assistidas.</p>		<p>formalidade da posse da terra por parte dos agricultores assistidos.</p> <p>Alta rotatividade dos Agentes Rurais</p>
<b>Produtos</b>	<p>Serviço de ATER</p> <p>Agentes de ATER qualificados para assistir os Agricultores Familiares.</p> <p>Agricultores familiares assistidos e qualificados para a convivência com o Semiárido.</p> <p>Planos de Ação da Comunidade elaborados de forma participativa.</p>	<p>Número de agricultores familiares beneficiados com ATER.</p> <p>Número de Agentes de ATER qualificados.</p> <p>Número de Planos elaborados.</p>	Sistema de Programas e Projetos da Ematerce (SPPWEB).	<p>Recursos humanos e financeiros insuficientes para prestação de ATER.</p>
<b>Atividades</b>	<p>Seleção de Agentes Rurais</p> <p>Concessão de bolsas para os Agentes Rurais</p> <p>Capacitação dos Agentes Rurais</p> <p>Seleção das comunidades a serem trabalhadas em nível de município.</p> <p>Elaboração da programação (DRP, PAC e Contrato de Resultados).</p>	<p>Número de Agentes Rurais Selecionados.</p> <p>Número de bolsas concedidas.</p> <p>Número de comunidades trabalhadas.</p> <p>Número de programações realizadas (DRPs, PACs e Contratos de Resultado).</p>	Sistema de Programas e Projetos da Ematerce (SPPWEB).	<p>Descontinuidade na prestação de ATER aos Agricultores Familiares em decorrência da rotatividade dos Agentes Rurais.</p>

	<p>Execução da programação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Prestação de ATER utilizando metodologias participativas através de: <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Visitas,</li> <li>✓ Reuniões,</li> <li>✓ Cursos,</li> <li>✓ Treinamentos,</li> <li>✓ Excursões,</li> <li>✓ Intercâmbios,</li> <li>✓ Seminários,</li> <li>✓ Encontros,</li> <li>✓ Simpósios,</li> <li>✓ Dias de campo</li> <li>✓</li> </ul> </li> <li>❖ Acompanhamento, monitoramento e avaliação.</li> </ul>	<p>Número de acompanhamentos realizados.</p> <p>Número de monitoramentos realizados.</p> <p>Número de visitas realizadas.</p> <p>Número de reuniões realizadas.</p> <p>Número de cursos realizados.</p> <p>Número de treinamentos realizados.</p> <p>Número de excursões realizadas.</p> <p>Número de intercâmbios realizados.</p> <p>Número de seminários realizados.</p> <p>Número de encontros realizados.</p> <p>Número de simpósios realizados.</p> <p>Número de dias de campo trabalhados.</p>		
<b>Insumos</b>	<p>Recursos financeiros apropriados pelo FECOP.</p> <p>Utilização da estrutura operacional (técnicos, veículos, máquinas agrícolas, equipamentos de informática, estrutura física dos Escritórios (Central, Regionais e Locais) e Centros de Treinamentos).</p>	<p>Volume de recursos aportados pelo FECOP</p>	<p>Sistema de Programas e Projetos da Ematerce (SPPWEB).</p> <p>Sistema de acompanhamento e monitoramento do Estado (WebMapp).</p>	<p>Escassez de recursos financeiros e operacionais.</p>



**Governo do Estado do Ceará**  
**Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA**

**PROJETO: Programa de Aquisição de Alimentos no Ceará  
(PAA)**

Janeiro/2015



Secretaria (Proponente)	Secretaria do Desenvolvimento Agrário
Programa (PPA)	029 – Enfrentamento a Pobreza Rural
Mapp (Nº e Denominação)	112 – Programa de Aquisição de Alimentos.
Período de Execução (em 2015)	Jan a Dez
Categoria	Estruturante – Inclusão Produtiva Rural Assistencial – Segurança Alimentar e Nutricional

## 1. Descrição do Projeto



O projeto **Aquisição de Alimentos** constitui-se na execução no âmbito do Estado do Ceará do **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)** coordenado no nível federal pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para o alcance desse objetivos, o Programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e aquelas atendidas pela rede sócio assistencial local, pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição (cozinhas comunitárias, restaurantes populares e banco de alimentos) e da rede pública e filantrópica de ensino. Para o alcance de todos os objetivos a que se propõe, o PAA é desenvolvido em cinco modalidades diferentes: Compra com doação simultânea, Compra Direta, Formação de Estoques, PAA Leite e Compra Institucional o tem por diretrizes principais colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar.

## 2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

No PPA 2012/2015 o projeto inclui-se no âmbito do Programa 029 - Enfrentamento a Pobreza Rural, contribuindo para o alcance do Objetivo 001 – Adquirir produtos dos agricultores (as) familiares cearenses para distribuí-los às famílias em condições de insegurança alimentar e nutricional e/ou vulnerabilidade social, contribuindo para o combate à fome e a pobreza rural; Metas 00776 – Beneficiar 107.730 pessoas com distribuição de alimentos; 00777 – Beneficiar 8.268 agricultores (as) familiares com a aquisição de sua produção; 00779 – Ampliar para 99 municípios a cobertura do PAA, nos 6 (seis ) territórios da cidadania e CONSAD; 00781- Distribuir para 1788 entidades sócio assistenciais locais alimentos produzidos pela agricultura familiar; Iniciativa 00919 – Aquisição e distribuição de alimentos no âmbito de PAA.

Na matriz de Gestão por Resultados, o projeto colabora para o alcance do resultado setorial Agricultura Familiar Fortalecida e Sustentável, promovendo ações que colaboram para a garantia da cidadania e geração de renda.

### 3. Diagnóstico

Um dos principais problemas do Brasil é a desigualdade social. O Governo Federal identificou 16,27 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza o que representa 8,5% da população brasileira, dos quais 53% encontra-se em áreas urbanas e 47% em áreas rurais. Isso significa que de cada 10 (dez) brasileiros, 01 (um) se encontra em situação de extrema pobreza. A pesquisa foi realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE de acordo com o Censo 2010, para orientar programas de transferência de renda, acesso aos serviços públicos e inclusão produtiva direcionada a resgatar os brasileiros da miséria.

De acordo com este instituto, do contingente de brasileiros que vivem em situação de extrema pobreza, 4,8 milhões têm renda nominal mensal domiciliar igual a zero, e 11,43 milhões possuem renda de R\$1,00 a R\$70,00. A grande maioria dos brasileiros nessa situação é parda ou negra.

Dentre as regiões do Brasil, a região Nordeste apresenta o maior índice de pessoas extremamente pobres – 9,61 milhões de pessoas, o que equivale a 59,1% estão concentrados na Região Nordeste.

Levantamento realizado pelo Ministério de Desenvolvimento Social - MDS (2005), em parceria com estados, municípios, Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e universidades, constatou a redução na desnutrição infantil no semiárido cearense. O índice, que era de 17,9% em 1996, caiu para 8,6% em 2005. Embora com redução significativa, consequência da implantação de vários programas e projetos sociais, os números absolutos ainda são preocupantes e exigem ações consistentes para sua erradicação.

O Ceará segundo o ENFOQUE ECONÔMICO Nº 50 de Outubro de 2012 do IPECE, compartilha com diversos outros estados brasileiros, especialmente do Nordeste, grandes desafios em reduzir seus contingentes de pobres e miseráveis. Entretanto, já é bem documentado na literatura nacional os avanços conseguidos na última década tanto no que se refere a redução da pobreza como da desigualdade social na distribuição de renda. De forma a possibilitar maior avanço nessa área, em meados de 2011, foi lançado pelo governo federal o Plano Brasil Sem Miséria que estabeleceu como meta central a extinção da taxa da extrema pobreza no Brasil. O objetivo é promover bem-estar, elevar a renda e garantir condições para as pessoas e famílias mais vulneráveis, cuja renda familiar per capita fosse menor que R\$ 70,00 por mês. Nesse sentido, essa nota procura quantificar para todos os estados brasileiros a magnitude da redução considerando o período 2006 a 2011, este último divulgado recentemente pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE.

Podemos evidenciar que em 2006, o Ceará possuía 1.211.982 pessoas nessa condição, representando 15% de sua população, sendo a quarta maior proporção do país. Deve-se observar que naquele ano, a condição de extrema pobreza era dada pela renda domiciliar per capita inferior a R\$57,23. Destaque positivo observa-se para Santa Catarina (1,06%), São Paulo (2,22%) e Rio de Janeiro (2,36%), para citar os três estados com menores proporções. Entretanto, quando se observa o ano de 2011, o Ceará teve uma redução de quase 5 pontos percentuais, caindo a proporção para

10,14% de sua população, representando agora 858.323 pessoas. Isso equivale uma redução de 353.659 pessoas. Esse contingente se configura na maior redução verificada entre todos os estados brasileiros nesse período. Seguido do Ceará, vem os estados do Piauí, com uma redução de 297.549 pessoas e Bahia, com 278.151. Devemos ressaltar ainda que em termos proporcionais continuamos com o quarto maior índice do país, mas é importante observar que partimos com o terceiro maior contingente do país, o que exige evidentemente um esforço muito maior dado a necessidade de renda a ser gerada. É de se considerar também que essas reduções não foram influenciadas ainda pelo Plano Brasil Sem Miséria haja vista as políticas anunciadas não tiveram tempo de se consumir em função dos dados da PNAD terem sido coletados em setembro de 2011.

Em termos gerais, a redução da extrema pobreza verificado no Estado pode ser explicada em parte por um conjunto de fatores que aliam tanto o crescimento do PIB do Ceará, acima da média nacional, assim como o processo de redução da desigualdade na distribuição dos rendimentos que vem ocorrendo na última década, chegando o Ceará a apresentar o nível mais baixo em 2011 nos últimos 30 anos.

#### **4. Justificativa**

O projeto proposto dá continuidade às ações do Programa Fome Zero no Ceará, que ao longo dos anos vem contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar, gerando emprego e renda no campo, e adquirindo e doando os produtos dos agricultores (as) familiares e atendendo as demandas de suplementação alimentar de programas sociais locais, com vistas à superação da vulnerabilidade social e alimentar das pessoas em insegurança alimentar e nutricional.

Do ponto de vista da agricultura familiar, podemos afirmar que o projeto é fundamental para o seu fortalecimento, através da garantia de venda a preço justo da sua produção, bem como regionalizando e melhorando a alimentação das pessoas que participam de programas sociais, assistidos por entidades sócio assistenciais locais carentes de recursos no Estado do Ceará.

A continuidade do referido projeto, proporcionará o atendimento a um número cada vez maior de famílias em extrema pobreza, ampliando a oportunidade de emprego e renda ao homem do campo, contribuindo na melhoria social da população da zona rural.

#### **5. Histórico**

O Programa de Aquisição de Alimentos- PAA teve início no Estado do Ceará no ano de 2008, sendo executado através da Secretaria do Desenvolvimento Agrário com interveniência da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará bem como da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, tendo como estratégia fomentar o desenvolvimento rural a partir da dinâmica territorial através de ações voltadas ao apoio à produção, beneficiamento e justa comercialização e inclusão social; democratização do acesso à terra e gestão.

Teve inicialmente, como área de abrangência, os (4) quatro territórios da cidadania (Inhamuns/Crateús, Vale do Curu e Aracatiaçu, Sertão Central, Cariri) e (Maciço de

Baturité), atendendo 50 municípios, 978 agricultores (as) familiares, 200 entidades sócio assistenciais locais, 19.979 pessoas e distribuindo 2.000 toneladas de alimentos.

Em 2011, houve ampliação da área de abrangência, passando a atender aos 6 (seis) territórios da cidadania (Inhamuns/Crateús, Vale do Curu e Aracatiaçu, Sertão Central, Cariri, Sertões de Canindé e Sobral) e o CONSAD (Maciço de Baturité), adquirindo 3.717 toneladas de alimentos de 2.756 agricultores (as) familiares e doá-las a 596 entidades sócio assistenciais locais e equipamentos públicos que beneficiarão 35.910 pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Em 2013, passou a contar com recursos do FECOP. Foram beneficiados 2.225 agricultores familiares e 568 entidades receberam os produtos beneficiando 124.704 pessoas.

Em 2014, foi concedido recursos pelo FECOP, onde foram beneficiados 1867 agricultores familiares e 780 entidades sócioassistenciais locais receberam os produtos beneficiando 124.998 pessoas.

A inclusão dos demais territórios ao Programa aconteceu em função da demanda dos municípios junto a Secretaria do Desenvolvimento Agrário- SDA, com análise técnica da Coordenação Estadual do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e mediante aprovação do CONSEA – Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

<b>Ano</b>	<b>Valor FECOP</b>	<b>Valor (outras fontes)</b>	<b>Valor Total Aplicado</b>	<b>Nº de Beneficiários</b>
<b>2013</b>	<b>950.000,00</b>	<b>10.627.604,29</b>	<b>11.577.604,29</b>	<b>2.756</b>
<b>2014</b>	<b>1.650.000,00</b>	<b>15.277.500,00</b>	<b>16.927.500,00</b>	<b>2.925</b>

## **6. Público Alvo**

O PAA possui dois públicos beneficiários: os fornecedores e os consumidores de alimentos.

- Agricultores familiares pronafricanos
- Pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional

### **6.1. Critérios adotados para a seleção dos beneficiários**

#### **Beneficiários Produtores**

Os beneficiários fornecedores são os agricultores (as) familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais, que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desta feita, deve contemplar os agricultores (as) familiares que tem alimentos passíveis de serem comercializados no

PAA, de preferência contemplando os que estão no perfil do Cadúnico - Mulheres - 40% e produtos orgânicos-5%.

### **Beneficiários Consumidores**

São os indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e aqueles atendidos pela rede sócio assistencial, pelos equipamentos de alimentação e nutrição e pela rede pública e filantrópica de ensino, que forneçam refeições prontas e gratuitas.

### **6.2. Documentos comprobatórios**

Os documentos de habilitação para o(a) agricultor(a) familiar individual :

- 1- Cópia de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- 2- Cópia da identidade;
- 3- Cópia do extrato da DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF);
- 4- Comprovante de conta corrente em nome do agricultor,
- 5- Comprovante de Inscrição do NIT – numero de inscrição do trabalhador ou PIS,
- 6- Proposta de Aquisição de Alimentos assinada. A proposta deverá ser preenchida utilizando o sistema do PAA, através do site da SDA (<http://www.sda.ce.gov.br>), Sistema Programa de Aquisição de Alimentos, observando rigorosamente as instruções de preenchimento.
- 7- Comprovante de endereço,
- 8- Certificação de produtos orgânicos /agroecológicos, quando houver,
- 9- Ata de aprovação do agricultor emitida pelo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) municipal ou na hipótese de inexistência do mesmo, poderá ser o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável ou o Conselho de Assistência Social.

Os documentos de habilitação para a entidade:

- a) Cópia do CNPJ ,
- b) Comprovante de endereço da entidade,
- c) Cópia do CPF do responsável pela entidade
- d) Cópia da identidade do responsável pela entidade
- e) Cadastro da entidade assinada. O cadastro deverá ser preenchido utilizando o sistema do PAA, através do site da SDA (<http://www.sda.ce.gov.br>), Sistema Programa de Aquisição de Alimentos, observando rigorosamente as instruções de preenchimento.
- f) Ata de aprovação da entidade emitida pelo Consea municipal ou na hipótese de inexistência de Consea poderá ser o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável ou o Conselho de Assistência Social.

## **7. Objetivos**

### **Geral**

Fortalecer a agricultura familiar através da geração de renda no campo e aquisição da produção dos agricultores (as) familiares e garantir o direito humano à alimentação por meio da doação dos produtos adquiridos para entidades sócio assistenciais locais.

### **Específicos**

- Incentivar a produção local da agricultura familiar;
- Comprar alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação;
- Inserir o agricultor(a) familiar pronação(a), no mercado formal e institucional;
- Distribuir alimentos para as pessoas em vulnerabilidade social;
- Contribuir para a diminuição da desigualdade social;
- Garantir o direito humano a alimentação adequada, conforme os conceitos de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN.
- Promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos;
- Fortalecer circuitos locais e regionais e também redes de comercialização;
- Valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos;
- Incentivar hábitos alimentares saudáveis;
- Estimular o associativismo.

## **8. Atividades / Detalhamento das atividades**

- Realização de oficina Estadual para planejamento das ações do PAA
- Celebração de Termo de Adesão (Cooperação Técnica) com os Municípios
- Capacitação para equipe técnica dos municípios
- Cadastro dos agricultores e entidades
- Capacitação para agricultores familiares em Boas de Práticas de Fabricação
- Aquisição e distribuição de alimentos

### **Detalhamento das Atividades**

#### **a) Realização da Oficina Estadual**

Oficina realizada com todos os municípios atendidos pelo PAA, onde é apresentado um cronograma de ações a serem devolvidas durante o período de execução do programa. A Secretaria do Desenvolvimento Agrário convida representantes dos municípios pactuados no plano operacional anual SDA/MDS, tais como: gestores municipais, representantes das secretarias (agricultura, assistência social), EMATERCE, conselho de alimentação e nutrição – CONSEA e ou Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDS e representantes da sociedade civil. De acordo com a pactuação de metas informamos e pactuamos com os municípios a execução. Disponibilizamos modelo de ficha de levantamento de demanda, ofício de solicitação de adesão a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (modelo convite e ficha de levantamento demanda) em anexo.

### **b) Celebração de Termo de Adesão (Cooperação Técnica)**

A Secretaria do Desenvolvimento Agrário celebrará Termo de Adesão ao Programa (COOPERAÇÃO TÉCNICA) com os Municípios, onde será elaborado um Plano de Trabalho, apresentando dados do proponente e concedente, metas pactuadas, fundamentação legal do objeto: a) Garantir alimentação para pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social e/ou de insegurança alimentar nutricional; b) O fortalecimento da agricultura familiar e a geração de trabalho e renda; c) A promoção do desenvolvimento local por meio do escoamento da produção para consumo no entorno da Região produtora das competências e das obrigações das partes e vigência do Termo de Adesão.

### **c) Capacitação da equipe técnica dos municípios**

As capacitações serão realizadas por técnicos da Coordenadoria de Desenvolvimento Territorial e Combate à Pobreza Rural (Técnicos do Programa de Aquisição de Alimentos). Serão realizadas por territórios onde participarão representantes dos municípios (Secretaria de Agricultura e de Assistência Social), Técnico Responsável do Programa no município e demais parceiros envolvidos no programa. (CONSEA, EMATERCE, STTR'S e outros). Apresentação e treinamento para o uso do sistema-SISPAA/MDS, conforme tutorial em anexo.

### **d) Cadastro dos Agricultores e Entidades**

A Secretaria do Desenvolvimento Agrário em atendimento as normas de execução do Programa de Aquisição, através do TERMO DE ADESÃO firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate Fome e Estado do Ceará onde tem a Secretaria do Desenvolvimento Agrário como gestora do Programa, será preenchida uma proposta de fornecimento de produtos da agricultura familiar no Sistema do Programa de Aquisição de Alimentos – SISPAA (próprio do MDS – site: [www.aplicacoes.mds.gov.br/sispaa](http://www.aplicacoes.mds.gov.br/sispaa)) onde cada município faz seu levantamento da demanda e pactuamos com o MDS – preenchendo um plano operacional – Pactuação de metas (nº de agricultor (a) atendidos, nº de entidades e nº de pessoas por entidades) e dentro dessas metas pactuadas 40% do recurso é destinado a mulheres, 40 % ((DAP grupo A, A/C e B) atendimento a assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, pescadores artesanais e comunidades tradicionais) e 20% restante para o atendimento as demais categorias de agricultores familiares. A referida proposta é apresentada assinada pelo agricultor (a) familiar e pelo responsável técnico do município acompanhado de cópia de documentos comprobatórios. O TERMO DE ADESÃO tem caráter geral de pactuação, mas não trata de aporte de recursos. Contém informações como os compromissos de cada partícipe e tem vigência de cinco anos. A pactuação de valores será realizada, por modalidade, em Planos Operacionais Anuais, propostos pelos MDS e ratificados pelas unidades executoras. Termo de Adesão Publicado, a Unidade elabora proposta preliminar de participação (preenchimento da ficha de levantamento de demanda) o MDS avalia a demanda do conjunto de executores compatibilizando com a dotação orçamentária disponível e publica a portaria ministerial estabelecendo valores e propondo metas de execução e a unidade executora distribui os recursos para execução por trimestre.

A pactuação local (demanda do município) será feita por meio de um sistema informatizado: O sistema de informação do PAA ([www.sispaa-MD](http://www.sispaa-MD)). Consiste na inserção de entidades (CNPJ) obrigatório aptas a receber alimentos e de beneficiários



fornecedores de alimentos; onde será enviado para geração dos cartões de pagamento, inserção de produtos, suas quantidades e preços (TABELA DE REFERENCIA DA CONAB); vinculação em uma “Proposta de participação “e assinatura de termo de compromisso com os fornecedores.

#### **e) Capacitação de agricultores e entidades em boas práticas de fabricação**

A coordenação do Programa de Aquisição de Alimentos, elaborou uma cartilha que auxilia os agricultores familiares e entidades beneficiados (manipuladores de alimentos) a preparar, armazenar, acondicionar e armazenar e a comercializar os alimentos de forma adequada, higiênica e segura, com o objetivo de oferecer alimentos saudáveis aos consumidores (pessoas beneficiadas). Tudo isso, utilizando como parâmetro a Resolução da Diretoria Coletiva – RDC 216/04 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária- Anvisa, orientando os manipuladores de alimentos sobre os cuidados necessários durante a manipulação de alimentos. As capacitações serão realizadas por territórios com os agricultores(as) familiares e entidades que participam do programa, cujo principal objetivo é estabelecer procedimentos de Boas Práticas para serviços de alimentação (manipulação de alimentos) a fim de garantir as condições higiênicas sanitárias do alimento preparado e conhecer as normas estabelecidas pelo Regulamento Técnico de Boas Práticas - RDC 216, que possui necessidade constante de aperfeiçoamento das ações de controle sanitário na área de alimentos visando a proteção à saúde da população; necessidade de harmonização da ação de inspeção sanitária em serviços de alimentação (manipulação de alimentos); e necessidade de elaboração de requisitos higiênico-sanitários gerais

#### **f) Aquisição e distribuição de alimentos**

Durante a etapa da AQUISIÇÃO E ENTREGA DE ALIMENTOS, serão utilizadas as estruturas públicas de recebimento e distribuição de alimentos (Centrais de recebimentos e distribuição do PAA), que serão entregues a um agente público designado pelo executor, onde será emitido um RECIBO ao agricultor. O ateste do recebimento dos produtos será realizado no ato do recebimento do alimento por meio de um “Termo de Recebimento e Aceitabilidade” que servi como comprovação da entrega e da qualidade dos produtos. A distribuição será realizada pela própria unidade executora, junto a entidade da rede sócio assistencial local, creches, hospitais, entre outros.

O pagamento aos fornecedores será realizado diretamente pela União, por intermédio de instituição financeira oficial. O pagamento ao agricultor(a) será feito a partir de informações inseridas no SISPAА pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário com autorização da SESAN/MDS. Cada agricultor (a) familiar que fornece alimentos terá um cartão magnético e receberá o pagamento por meio dele. Cadastro dos agricultores conforme tutorial enviado pelo Ministério do Desenvolvendo Social e Combate à Fome.

### **9. Produtos**

<b>Produtos</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Fontes de Verificação</b>
Técnico capacitado	157	Relatório de acompanhamento do PAA
Agricultor capacitado	1420	Relação de agricultor capacitados, fotos.
Agricultor beneficiado	4743	Relação de agricultores cadastrados no sistema

com a compra da produção		(SISPAA/MDS)
Entidades beneficiadas	904	Relação entidades cadastradas nos sistema (SISPAA/MDS);
Pessoas beneficiadas com a doação de alimentos	330.280	Relação de beneficiários cadastrados no (sispaa/MDS);

## 10. Metas

- Beneficiar 4.743 agricultores (as) familiares
- Beneficiar 330.280 pessoas
- Beneficiar 904 entidades socioassistenciais

## 11 .Resultados Esperados

Aumento da produção com qualidade e melhoria de renda para os agricultores (as) familiares pronafricanos;

Melhoria do padrão alimentar e nutricional da população, atendidos por entidades socioassistenciais locais.

## 12. Integração de Ações

O projeto vem articulando a intersetorialidade entre os órgãos estaduais, como Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA Ce, Empresa de Assistência Técnica do Ceara, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria do Trabalho e Assistência Social do Estado bem como Municipal, buscando integrar ações e Programas Governamentais da União, Estado e Municípios, objetivando potencializar recursos operacionais e benefícios para a população beneficiada.

Assim sendo o projeto, tem caráter complementar a outros projetos executados pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário, tais como: Fortalecimento da Mandiocultura, Revitalização da Agroindústria Familiar, Ovinocaprinocultura, Fruticultura, Agricultura Orgânica e outros.

## 13. Monitoramento

A finalidade do monitoramento do Projeto é avaliar de forma continuada e partilhada o desempenho das ações/atividades definidas para o alcance dos objetivos propostos, bem como a relação destas com as políticas de convivência com o meio e com a vida das pessoas beneficiadas em seu meio familiar, com vista a garantir segurança e soberania alimentar e inclusão social, além de permitir a percepção da necessidade de se fazer ajustes e correções nas ações inerentes.

Para isso a assessoria técnica juntamente com a Coordenação Estadual deve acompanhar e monitorar as ações desenvolvidas nas Centrais de Recebimento e

distribuição dos produtos do Programa de Aquisição de Alimentos dos municípios atendidos e nas entidades beneficiadas, desenvolvendo diálogos com os beneficiários consumidores para tentar captar o grau de satisfação dos mesmos com projeto, realização de encontros com os responsáveis técnicos e coordenações locais do programa e parceiros municipais objetivando maior transparência e eficiência na execução do programa.

De forma quantitativa, todos os indicadores do Programa serão monitorados pelos técnicos e Coordenação Estadual, garantindo a geração de informações on line para análises qualitativas, através da coleta e da inserção de dados no Sistema Programa de Aquisição de Alimentos do Ministério de Desenvolvimento Social, os quais poderão servir de referência, além de construir um banco de dados para toda a sociedade e demais parceiros do Programa.

### **13.1 Dados Utilizados**

Os dados serão coletados através do Sistema do Programa de Aquisição de Alimentos-SISPAA-MDS, onde o mesmo deverá ser alimentado conforme calendário de entrega e recebimento dos produtos de cada município. Através do Sistema também podemos visualizar o pagamento dos agricultores (as) familiares atendidos pelo programa, assim como o valor depositado em cada conta bancária cadastrada em nome do agricultor(a) que forneceram produtos alimentícios ao Programa e suas respectivas quantidades. Estes dados nos darão a oportunidade de avaliar a evolução de produção de alimentos bem como o consumo de cada entidade beneficiada.

### **13.2. Cadastro dos Beneficiários**

Os beneficiários fornecedores e consumidores serão cadastrados nos Sistema de informação do Programa de Aquisição de Alimentos – SISPAA- MDS, bem como no Sistema de Informação da Secretaria do Desenvolvimento Agrário..

## **14. Pressupostos de Risco**

Para a concretização deste Projeto é necessário o desenvolvimento de algumas atividades que antecedem a realização dos objetivos propostos. Dentre as quais podemos destacar: o processo de preenchimento da ficha de demanda anual, publicação do plano anual operacional pelo MDS, o processo de cadastramento fornecedores e consumidores (agricultores e entidades), recebimento em tempo hábil dos documentos (recibo e termo de recebimento e aceitabilidade) para pagamento ao agricultor(a). Durante o qual podem ocorrer atraso nos pagamentos, conseqüentemente a não continuidade da entrega seguinte.

Outro pressuposto influenciador para o não andamento desejado do Programa está relacionado a fatores climáticos. Ou seja, no período de longa estiagem há uma diminuição considerável na produção de alimentos, e conseqüentemente irá reduzir também a quantidade de alimentos a ser distribuídos.

## 15. Orçamento 2015

(R\$1,00)

Detalhamento	Valor FECOP	Valor Outras Fontes (*)	Valor Total
<b>NATUREZA DA DESPESA</b>			
<b>1. DESPESAS CORRENTES</b>			
1.1. Capacitação e monitoramento <b>335039</b>	1.500.000,00		1.500.000,00
1.2 Compra de alimentos		30.829.500,00	30.829.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.500.000,00</b>	<b>30.829.500,00</b>	<b>32.329.500,00</b>

(\*) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

## 16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

(R\$1,00)

Item de Despesa	Jan	Abr	Jul	Out	Total
Capacitação e Monitoramento	600.000,00	600.000,00	300.000,00		1.500.000,00
<b>Total</b>	<b>600.000,00</b>	<b>600.000,00</b>	<b>300.000,00</b>		<b>1.500.000,00</b>

## 17. Distribuição dos Recursos por Municípios em 2015

Nº de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP R\$ (2015)	Valor Outras Fontes R\$ (2015)	Pessoas Beneficiadas
1	METROPOLITANA DE FORTALEZA	AQUIRAZ	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
2	METROPOLITANA DE FORTALEZA	CASCADEL	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
3	METROPOLITANA DE FORTALEZA	EUSÉBIO	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
4	METROPOLITANA DE FORTALEZA	CHOROZINHO	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
5	METROPOLITANA DE FORTALEZA	GUAIUBA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
6	METROPOLITANA DE FORTALEZA	ITAITINGA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
7	METROPOLITANA DE FORTALEZA	PACAJUS	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
8	METROPOLITANA DE FORTALEZA	PACATUBA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
9	METROPOLITANA DE FORTALEZA	PINDORETAMA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30

10	METROPOLITANA DE FORTALEZA	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
11	LITORAL OESTE	ACARAU	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
12	LITORAL OESTE	AMONTADA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
13	LITORAL OESTE	APUIARES	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
14	LITORAL OESTE	BARROQUINHA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
15	LITORAL OESTE	CAMOCIM	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
16	LITORAL OESTE	CHAVAL	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
17	LITORAL OESTE	CRUZ	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
18	LITORAL OESTE	GRANJA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
19	LITORAL OESTE	ITAPAJÉ	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
20	LITORAL OESTE	ITAREMA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
21	LITORAL OESTE	JIJOCA DE JERICOACOARA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
22	LITORAL OESTE	MARCO	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
23	LITORAL OESTE	MARTINOPOLE	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
24	LITORAL OESTE	MIRAIMA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
25	LITORAL OESTE	MORRINHOS	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
26	LITORAL OESTE	PARACURU	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
27	LITORAL OESTE	PARAIPABA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
28	LITORAL OESTE	SÃO LUIS DO CURU	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
29	LITORAL OESTE	TRAIRI	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
30	LITORAL OESTE	TURURU	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
31	LITORAL OESTE	UMIRIM	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
32	LITORAL OESTE	URUBURETAMA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
33	LITORAL OESTE	URUOCA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
34	SOBRAL / IBIAPABA	ALCANTARAS	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
35	SOBRAL / IBIAPABA	CARIRÉ	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
36	SOBRAL / IBIAPABA	COREAU	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
37	SOBRAL / IBIAPABA	CROATA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
38	SOBRAL / IBIAPABA	FORQUILHA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
39	SOBRAL / IBIAPABA	FREXEIRINHA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
40	SOBRAL / IBIAPABA	GRAÇA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
41	SOBRAL / IBIAPABA	GROAIRAS	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
42	SOBRAL / IBIAPABA	GUARACIABA DO NORTE	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
43	SOBRAL / IBIAPABA	HIDROLANDIA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
44	SOBRAL / IBIAPABA	IBIAPINA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
45	SOBRAL / IBIAPABA	IPU	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
46	SOBRAL / IBIAPABA	IRAUÇUBA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
47	SOBRAL / IBIAPABA	MASSAPÊ	R\$ 9.554,14	196.366,24	30

48	SOBRAL / IBIAPABA	MERUOCA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
49	SOBRAL / IBIAPABA	MORAUJO	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
50	SOBRAL / IBIAPABA	SANTANA DO ACARAÚ	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
51	SOBRAL / IBIAPABA	PACUJA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
52	SOBRAL / IBIAPABA	PIRES FERREIRA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
53	SOBRAL / IBIAPABA	RERIUTABA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
54	SOBRAL / IBIAPABA	SÃO BENEDITO	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
55	SOBRAL / IBIAPABA	SENADOR SA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
56	SOBRAL / IBIAPABA	TIANGUA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
57	SOBRAL / IBIAPABA	UBAJARA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
58	SOBRAL / IBIAPABA	VARJOTA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
59	SOBRAL / IBIAPABA	VICOSA DO CEARA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
60	SERTÃO DOS INHAMUS	ARARENDA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
61	SERTÃO DOS INHAMUS	ARNEIROZ	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
62	SERTÃO DOS INHAMUS	CATUNDA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
63	SERTÃO DOS INHAMUS	AIUABA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
64	SERTÃO DOS INHAMUS	CRATEUS	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
65	SERTÃO DOS INHAMUS	INDEPENDENCIA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
66	SERTÃO DOS INHAMUS	IPAPORANGA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
67	SERTÃO DOS INHAMUS	IPUEIRAS	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
68	SERTÃO DOS INHAMUS	MONSENHOR TABOSA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
69	SERTÃO DOS INHAMUS	NOVA RUSSAS	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
70	SERTÃO DOS INHAMUS	NOVO ORIENTE	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
71	SERTÃO DOS INHAMUS	PARAMBU	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
72	SERTÃO DOS INHAMUS	PORANGA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
73	SERTÃO DOS INHAMUS	QUITERIANÓLIS	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
74	SERTÃO DOS INHAMUS	TAUÁ	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
75	SERTÃO CENTRAL	BANABUIU	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
76	SERTÃO CENTRAL	CANINDÉ	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
77	SERTÃO CENTRAL	CARIDADE	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
78	SERTÃO CENTRAL	CHORO	R\$ 9.554,14	196.366,24	30

79	SERTÃO CENTRAL	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
80	SERTÃO CENTRAL	GENERAL SAMPAIO	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
81	SERTÃO CENTRAL	IBARETAMA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
82	SERTÃO CENTRAL	IBICUITINGA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
83	SERTÃO CENTRAL	ITATIRA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
84	SERTÃO CENTRAL	MADALENA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
85	SERTÃO CENTRAL	MILHÃ	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
86	SERTÃO CENTRAL	MOMBAÇA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
87	SERTÃO CENTRAL	PARAMOTI	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
88	SERTÃO CENTRAL	PIQUET CARNEIRO	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
89	SERTÃO CENTRAL	PEDRA BRANCA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
90	SERTÃO CENTRAL	QUIXADÁ	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
91	SERTÃO CENTRAL	QUIXERAMOBIM	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
92	SERTÃO CENTRAL	SANTA QUITÉRIA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
93	SERTÃO CENTRAL	SOLONOPOLE	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
94	BATURITÉ	ACARAPE	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
95	BATURITÉ	ARATUBA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
96	BATURITÉ	ARACOIABA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
97	BATURITÉ	BARREIRA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
98	BATURITÉ	CAPISTRANO	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
99	BATURITÉ	GUARAMIRANGA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
100	BATURITÉ	ITAPIUNA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
101	BATURITÉ	MULUNGU	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
102	BATURITÉ	OCARA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
103	BATURITÉ	PACOTI	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
104	BATURITÉ	PALMACIA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
105	LITORAL LESTE	ALTO SANTO	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
106	LITORAL LESTE	ARACATI	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
107	LITORAL LESTE	BEBERIBE	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
108	LITORAL LESTE	ERERE	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
109	LITORAL LESTE	FORTIM	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
110	LITORAL LESTE	ICAPUI	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
111	LITORAL LESTE	IRACEMA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
112	LITORAL LESTE	ITAICABA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
113	LITORAL LESTE	JAGUARIBE	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
114	LITORAL LESTE	JAGUARETAMA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
115	LITORAL LESTE	JAGUARIBARA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
116	LITORAL LESTE	JAGUARUANA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
117	LITORAL LESTE	LIMOEIRO DO	R\$ 9.554,14	196.366,24	30



		NORTE			
118	LITORAL LESTE	MORADA NOVA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
119	LITORAL LESTE	PALHANO	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
120	LITORAL LESTE	PEREIRO	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
121	LITORAL LESTE	POTIRETAMA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
122	LITORAL LESTE	QUIXERE	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
123	LITORAL LESTE	RUSSAS	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
124	LITORAL LESTE	TABULEIRO DO NORTE	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
125	CARIRI / CENTRO SUL	ABAIARA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
126	CARIRI / CENTRO SUL	ALTANEIRA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
127	CARIRI / CENTRO SUL	ANTONINA DO NORTE	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
128	CARIRI / CENTRO SUL	ASSARÉ	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
129	CARIRI / CENTRO SUL	AURORA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
130	CARIRI / CENTRO SUL	BAIXIO	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
131	CARIRI / CENTRO SUL	BARRO	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
132	CARIRI / CENTRO SUL	BARBALHA	R\$ 9.554,14	196.366,24	43
133	CARIRI / CENTRO SUL	BREJO SANTO	R\$ 9.554,14	196.366,24	43
134	CARIRI / CENTRO SUL	CAMPOS SALES	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
135	CARIRI / CENTRO SUL	CARIRIAÇU	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
136	CARIRI / CENTRO SUL	CARIUS	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
137	CARIRI / CENTRO SUL	CATARINA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
138	CARIRI / CENTRO SUL	CEDRO	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
139	CARIRI / CENTRO SUL	CRATO	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
140	CARIRI / CENTRO SUL	FARIAS BRITO	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
141	CARIRI / CENTRO SUL	GRANJEIRO	R\$ 9.554,14	196.366,25	30
142	CARIRI / CENTRO SUL	ICO	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
143	CARIRI / CENTRO SUL	IPAUMIRIM	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
144	CARIRI / CENTRO SUL	JARDIM	R\$ 9.554,14	196.366,33	30
145	CARIRI / CENTRO SUL	JATI	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
146	CARIRI / CENTRO SUL	JUCAS	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
147	CARIRI / CENTRO SUL	MILAGRES	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
148	CARIRI / CENTRO SUL	NOVA OLINDA	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
149	CARIRI / CENTRO SUL	PENA FORTE	R\$ 9.554,14	196.366,36	30
150	CARIRI / CENTRO SUL	PORTEIRAS	R\$ 9.554,14	196.366,24	37
151	CARIRI / CENTRO SUL	POTENGI	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
152	CARIRI / CENTRO SUL	QUIXELO	R\$ 9.554,14	196.366,29	30
153	CARIRI / CENTRO SUL	SABOIEIRO	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
154	CARIRI / CENTRO SUL	SALITRE	R\$ 9.554,14	196.366,24	30

155	CARIRI / CENTRO SUL	TARRAFAS	R\$ 9.554,14	196.366,28	30
156	CARIRI / CENTRO SUL	UMARI	R\$ 9.554,14	196.366,25	30
157	CARIRI / CENTRO SUL	VARZEA ALEGRE	R\$ 9.554,14	196.366,24	30
<b>Total</b>			R\$ 1.500.000,00	30.829.500,00	4743

### 18. Responsável(eis) pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	Mônica Maria Macêdo de Sousa Santos
Técnico	Felipe Alves
E-mail	<a href="mailto:monica.santos@sda.ce.gov.br">monica.santos@sda.ce.gov.br</a>
Fone	3101- 8151



**Governo do Estado do Ceará**  
**Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA**

**PROJETO: Modernização de Centrais de Recebimento de  
Produtos da Agricultura Familiar**

**Fevereiro de 2015**

<b>Secretaria (Proponente)</b>	Secretaria do Desenvolvimento Agrário
<b>Programa (PPA)</b>	029 – Enfrentamento a Pobreza Rural
<b>Mapp (Nº e Denominação)</b>	477 - Apoio à modernização de centrais de recebimento de produtos da agricultura familiar
<b>Período de Execução ( 2015)</b>	Janeiro a Dezembro
<b>Categoria</b>	Estruturante – Inclusão Produtiva Rural Assistencial – Segurança Alimentar e Nutricional

## 1. Descrição do Projeto



O projeto **Modernização de Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar** é uma iniciativa da SDA desenvolvida em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Social e de Combate à Fome (MDS). Guarda estreita relação com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que utiliza como logística estas Centrais e também conta com recursos do FECOP.

Inclui em seu escopo a aquisição e distribuição de veículos e equipamentos para facilitar os processos de transporte da produção adquirida de agricultores de base familiar e o armazenamento adequado dos produtos adquiridos para posterior distribuição a população em situação de insegurança alimentar e nutricional.

## 2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

No PPA 2012/2015 o projeto inclui-se no âmbito do Programa 029 - Enfrentamento a Pobreza Rural, contribuindo para o alcance do Objetivo 001 – Adquirir produtos dos agricultores (as) familiares cearenses para distribuí-los às famílias em condições de insegurança alimentar e nutricional e/ou vulnerabilidade social, contribuindo para o combate a fome e a pobreza rural; Metas 00776 – Beneficiar 107.730 pessoas com distribuição de alimentos; 00777 – Beneficiar 8.268 agricultores (as) familiares com a aquisição de sua produção; 00779 – Ampliar para 99 municípios a cobertura do PAA, nos 6 (seis ) territórios da cidadania e CONSAD; 00781- Distribuir para 1788 entidades socioassistenciais locais alimentos produzidos pela agricultura familiar; Iniciativa 00919 – Aquisição e distribuição de alimentos no âmbito de PAA.

Na matriz de Gestão por Resultados, o projeto colabora para o alcance do resultado setorial Agricultura Familiar Fortalecida e Sustentável e suas realizações são aferidas por meio do indicador “Percentual de produtores da agricultura familiar beneficiados com ações de apoio”

## 3. Diagnóstico

Um dos principais problemas do Brasil é a desigualdade social. O Governo Federal identificou 16,27 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza o que representa 8,5% da população brasileira, dos quais 53% encontram-se em áreas urbanas e 47% em

áreas rurais. Isso significa que de cada 10 (dez) brasileiros, 01 (um) se encontra em situação de extrema pobreza. A pesquisa foi realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para orientar programas de transferência de renda, acesso aos serviços públicos e inclusão produtiva.

De acordo com este Instituto, do contingente de brasileiros que vivem em situação de extrema pobreza, 4,8 milhões têm renda nominal mensal domiciliar igual à zero e 11,43 milhões possuem renda de R\$1,00 a R\$70,00.

Dentre as regiões do Brasil, a região Nordeste apresenta o maior índice de pessoas extremamente pobres – 9,61 milhões de pessoas, o que equivale a 59,1%.

O Ceará segundo o ENFOQUE ECONÔMICO Nº 50 de Outubro de 2012 elaborado pelo IPECE, compartilha com diversos outros estados brasileiros, especialmente do Nordeste, grandes desafios em reduzir seus contingentes de pobres e miseráveis.

Como estratégia para enfrentamento desta problemática foi lançado em 2011 o Plano Brasil Sem Miséria que estabeleceu como meta central a extinção da taxa extrema pobreza no Brasil. Tem por objetivos promover o bem-estar, elevar a renda e garantir condições para as pessoas e famílias mais vulneráveis, com renda familiar per capita mensal menor que R\$ 70,00.

O projeto **Modernização de Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar** constitui-se em mais um dos esforços despendidos para o alcance destes objetivos. Conforme determinações do MDS, nesta primeira etapa serão atendidos os estados das Regiões Norte e Nordeste que possuam em seu território Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar. A priorização deve-se ao fato de estar concentrado, nas duas regiões o maior número de agricultores familiares em condição de pobreza e maior incidência da população em extrema pobreza por domicílio. Além disto, mais da metade dos agricultores familiares que acessam o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) estão nas duas regiões (44% no Nordeste e 8% no Norte) – cerca de 1.500 municípios

#### **4. Justificativa**

Do ponto de vista da agricultura familiar, podemos afirmar que o projeto de apoio a modernização de Centrais de Recebimento e Distribuição de Produtos da Agricultura Familiar Municipal, colabora para o fortalecimento da agricultura familiar, pois disponibilizará veículos e equipamentos que facilitarão o escoamento da produção de acordo com as normas sanitárias pertinentes diminuindo os riscos de perecibilidade e melhorando a qualidade higiênico-sanitária dos alimentos adquiridos. Contribui paralelamente para a melhoria da qualidade dos produtos armazenados e distribuídos beneficiando diretamente as pessoas que participam de programas sociais, assistidos por entidades socioassistenciais beneficiárias do PAA.

O projeto de apoio à modernização de centrais de recebimento e distribuição dos produtos da agricultura familiar é direcionado a 93 municípios que já participam do Programa de Aquisição de Alimentos. Todos esses municípios já foram contemplados com equipamentos para estruturação das centrais de recebimento e distribuição do Programa de Aquisição de Alimentos com os seguintes equipamentos: computador completo,

impressora, monoblocos (caixas vazadas), caixas de isopor, placa de identificação, mesa, cadeira e armário. Os equipamentos que serão disponibilizados vem complementar a estruturação destas Centrais

Para 49 municípios que atendem acima de 10 agricultores familiares pronafricanos será disponibilizado:

9. Balança de piso móvel, display digital capacidade de 300 kg
10. Freezer horizontal com duas tampas
11. Freezer vertical externamente de aço inox
12. Monoblocos de plástico resistente
13. Palletes (estrados plásticos)
14. Veículo com motor à diesel, furgão frigorífico isotérmico para transporte de hortifrutículas ou plataforma para transporte de carga seca.

Para 44 municípios que atendem abaixo de 10 agricultores familiares pronafricanos será disponibilizado:

- Balança de piso móvel, display digital capacidade de 300kg
- Freezer horizontal com duas tampas
- 15. Freezer vertical externamente de aço inox
- 16. Monoblocos de plástico resistente
- 17. Palletes (estrados plásticos).

Os municípios selecionados foram escolhidos através de reuniões junto ao Pleno Executivo da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN-CE) e Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional ( CONSEA )

## **5. Histórico**

O projeto está sendo reapresentado, não tendo, portanto, histórico de suas realizações.

## **6. Público Alvo**

Agricultores familiares pronafricanos  
Pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional

### **6.1. Critérios adotados para a seleção dos beneficiários**

#### **Beneficiários Produtores**

Os beneficiários fornecedores são os agricultores (as) familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais, que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desta feita, deve contemplar os agricultores (as) familiares que tem alimentos passíveis de serem comercializados no PAA, de preferência contemplando os que estão no perfil do CadÚnico - Mulheres - 40% e produtos orgânicos - 5%.

## **Beneficiários Consumidores**

São os indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e aqueles atendidos pela rede socioassistencial, pelos equipamentos de alimentação e nutrição e pela rede pública e filantrópica de ensino, que forneçam refeições prontas e gratuitas.

### **6.2. Documentos comprobatórios**

Os documentos de habilitação para o(a) agricultor(a) familiar individual :

- 1- Cópia de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- 2- Cópia da identidade;
- 3- Cópia do extrato da DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF);
- 4- Comprovante de conta corrente em nome do agricultor,
- 5- Comprovante de Inscrição do NIT – numero de inscrição do trabalhador ou PIS,
- 6- Proposta de Aquisição de Alimentos assinada. A proposta deverá ser preenchida utilizando o sistema do PAA, através do site da SDA (<http://www.sda.ce.gov.br>), Sistema Programa de Aquisição de Alimentos, observando rigorosamente as instruções de preenchimento.
- 7- Comprovante de endereço,
- 8- Certificação de produtos orgânicos /agroecológicos, quando houver,
- 9- Ata de aprovação do agricultor emitida pelo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) municipal ou na hipótese de inexistência do mesmo, poderá ser o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável ou o Conselho de Assistência Social.

Os documentos de habilitação para a entidade:

- a) Cópia do CNPJ ,
- b) Comprovante de endereço da entidade,
- c) Cópia do CPF do responsável pela entidade
- d) Cópia da identidade do responsável pela entidade
- e) Cadastro da entidade assinada. O cadastro deverá ser preenchido utilizando o sistema do PAA, através do site da SDA (<http://www.sda.ce.gov.br>), Sistema Programa de Aquisição de Alimentos, observando rigorosamente as instruções de preenchimento.
- f) Ata de aprovação da entidade emitida pelo Consea municipal ou na hipótese de inexistência de Consea poderá ser o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável ou o Conselho de Assistência Social.



## 7. Objetivos

### Geral

Fortalecer a agricultura familiar e a segurança alimentar de seus beneficiários por meio de melhorias nos processos de aquisição e armazenamento dos produtos adquiridos.

### Objetivos Específicos

- Garantir o direito humano a alimentação adequada, conforme os conceitos de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN.
- Fortalecer circuitos locais e regionais de comercialização;
- Melhorar o acondicionamento/armazenamento dos produtos adquiridos,
- Melhorar o transporte/deslocamento e distribuição dos alimentos adquiridos e doados.

## 8. Atividades / Detalhamento das atividades

### a) Aquisição dos veículos e equipamentos

Os veículos e equipamentos serão adquiridos através de processo licitatório conforme a lei 8.666/93

### b) Distribuição/entrega dos veículos e equipamentos adquiridos

A entregados veículos e equipamentos será através da Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA onde será utilizado um termo de seção de uso para os municípios beneficiados com a distribuição dos veículos e equipamentos adquiridos para a modernização das centrais do Programa de Aquisição de Alimentos.

## 9. Produtos

Produtos	2015	Fontes de Verificação
Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar modernizadas	93	Visita técnica e relatórios

## 10. Metas

- Modernizar 93 Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar
- Beneficiar 93 municípios dos territórios da cidadania.

Obs: A consolidação das ações do projeto em 93 municípios do Estado do Ceará contribuirá para melhorar o processo de aquisição de 3.717 toneladas de alimentos por meio do PAA, beneficiando 2.756 agricultores (as) familiares. Os produtos adquiridos serão distribuídos para 596 entidades socioassistenciais locais beneficiando 35.910 pessoas em vulnerabilidade social, alimentar e nutricional.

## **11. Resultados Esperados**

Aumento da quantidade dos produtos da agricultura familiar adquiridos e redução de perdas decorrentes de transporte e armazenamento inadequado.

## **12. Integração de Ações**

O projeto tem estreita vinculação com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Em sua etapa de planejamento vem articulando a intersectorialidade entre os órgãos estaduais, como Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA - CE, Empresa de Assistência Técnica do Ceará, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria do Trabalho e Assistência Social do Estado bem como Municipal, buscando integrar ações e Programas Governamentais da União, Estado e Municípios, objetivando potencializar recursos operacionais e benefícios para a população beneficiada.

Apresenta ainda caráter complementar a outros projetos executados pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário, tais como: Fortalecimento da mandiocultura, Revitalização da Agroindústria Familiar, Ovinocaprinocultura, Fruticultura, Agricultura Orgânica e outros.

## **13. Monitoramento**

O acompanhamento e o monitoramento das ações do projeto serão realizados pela assessoria técnica da Secretaria do Desenvolvimento Agrário, juntamente com a Coordenação Estadual, mediante visita in loco pelo técnico responsável e diálogos com o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA Estadual, Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional e consumidores para captar o grau de satisfação dos mesmos com o projeto, realização de encontros com os responsáveis técnicos e coordenações locais do programa e parceiros municipais objetivando maior transparência e eficiência na execução do programa.

### **13.1 Dados Utilizados**

Os dados utilizados serão monitorados conforme entrega dos veículos e equipamentos em cada município, mediante visita técnica in loco nas centrais beneficiadas.

### **13.2. Cadastro dos Beneficiários**

Os cadastrados dos beneficiários serão feitos por meio do PAACD / SDA, [www.sda.ce.gov.br](http://www.sda.ce.gov.br) – acesso a sistema - **Programa de Aquisição de Alimentos - Compra Direta - Sistema de Aquisição de alimentos.**

## **14. Pressupostos de Riscos**

Para a concretização do projeto leva-se em consideração a falta de aporte de recursos fora do prazo estabelecido, dificultando o processo licitatório, bem como a finalização dos processos.

## 15. Orçamento 2015

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes* (R\$)	Valor Total (2015)
<b>NATUREZA DA DESPESA</b>			
<b>1. DESPESAS CORRENTES</b>			
1.1. Acompanhamento e monitoramento (339030)			
<b>2. DESPESAS DE CAPITAL</b>			
2.1. Equipamentos e Material Permanente (449052)	300.000,00	4.400.000,00	<b>4.700.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>300.000,00</b>	<b>4.400.000,00</b>	<b>4.700.000,00</b>

\* Ministério do Desenvolvimento Social

## 16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

Item de Despesa	Fevereiro	Total
Acompanhamento e monitoramento (339030)		
Aquisição de equipamentos (449052)	300.000,00	<b>300.000,00</b>
<b>Total</b>	<b>300.000,00</b>	<b>300.000,00</b>

## 17. Distribuição dos Recursos por Municípios em 2015

Nº de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (2015)	Valor Outras Fontes (2015)	Pessoas Beneficiadas
1	SERTÃO DOS INHAMUS	AIUBA	3.225,80	47.311,83	29
2	SOBRAL / IBIAPABA	ALCÂNTARAS	3.225,80	47.311,83	29
3	CARIRI / CENTRO SUL	ALTANEIRA	3.225,80	47.311,83	29
4	LITORAL OESTE	APUIARÉS	3.225,80	47.311,83	29
5	SERTÃO DOS INHAMUS	ARNEIROZ	3.225,80	47.311,83	29
6	CARIRI / CENTRO SUL	AURORA	3.225,80	47.311,83	29
7	BATURITÉ	BARREIRA	3.225,80	47.311,83	29
8	CARIRI / CENTRO SUL	BARRO	3.225,80	47.311,83	29
9	CARIRI / CENTRO SUL	BREJO SANTO	3.225,80	47.311,83	29
10	SERTÃO CENTRAL	CANINDÉ	3.225,80	47.311,83	29
11	BATURITÉ	CAPISTRANO	3.225,80	47.311,83	59

12	SOBRAL / IBIAPABA	CARIRÉ	3.225,80	47.311,83	29
13	CARIRI / CENTRO SUL	CARIRIAÇU	3.225,80	47.311,83	29
14	SERTÃO DOS INHAMUS	CRATEÚS	3.225,80	47.311,83	29
15	SERTÃO CENTRAL	DEP. IRAPUAN PINHEIRO	3.225,80	47.311,83	29
16	CARIRI / CENTRO SUL	FARIAS BRITO	3.225,80	47.311,83	29
17	SOBRAL / IBIAPABA	HIDROLÂNDIA	3.225,80	47.311,83	29
18	SERTÃO CENTRAL	IBARETAMA	3.225,80	47.311,83	29
19	SERTÃO DOS INHAMUS	IPAPORANGA	3.225,80	47.311,83	29
20	SOBRAL / IBIAPABA	IRAUÇUBA	3.225,80	47.311,83	29
21	LITORAL OESTE	ITAPAJÉ	3.225,80	47.311,83	29
22	BATURITÉ	ITAPIÚNA	3.225,80	47.311,83	29
23	LITORAL OESTE	ITAREMA	3.225,80	47.311,83	29
24	SERTÃO CENTRAL	ITATIRA	3.225,80	47.311,83	29
25	SOBRAL / IBIAPABA	MERUOCA	3.225,80	47.311,83	29
26	CARIRI / CENTRO SUL	MILAGRES	3.225,80	47.311,83	29
27	SERTÃO CENTRAL	MILHÃ	3.225,80	47.311,83	29
28	SERTÃO DOS INHAMUS	MONSENHOR TABOSA	3.225,80	47.311,83	29
29	SOBRAL / IBIAPABA	MUCAMBO	3.225,80	47.311,83	29
30	BATURITÉ	MULUNGU	3.225,80	47.311,83	29
31	CARIRI / CENTRO SUL	NOVA OLINDA	3.225,80	47.311,83	29
32	BATURITÉ	OCARA	3.225,80	47.311,83	29
33	BATURITÉ	PACOTI	3.225,80	47.311,83	29
34	LITORAL OESTE	PARACURU	3.225,80	47.311,83	29
35	LITORAL OESTE	PARAIPABA	3.225,80	47.311,83	29
36	SERTÃO CENTRAL	PEDRA BRANCA	3.225,80	47.311,83	29
37	CARIRI / CENTRO SUL	PENAFORTE	3.225,80	47.311,83	29
38	CARIRI / CENTRO SUL	PORTEIRAS	3.225,80	47.311,83	29
39	SERTÃO DOS INHAMUS	QUITERIANÓPOLIS	3.225,80	47.311,83	29
40	SERTÃO CENTRAL	QUIXADÁ	3.225,80	47.311,83	29
41	SOBRAL / IBIAPABA	RERIUTABA	3.225,80	47.311,83	29
42	CARIRI / CENTRO SUL	SALITRE	3.225,80	47.311,83	29
43	SERTÃO CENTRAL	SOLONÓPOLE	3.225,80	47.311,83	29
44	SERTÃO DOS INHAMUS	TAUÁ	3.225,80	47.311,83	58

45	LITORAL OESTE	TEJUÇOCA	3.225,80	47.311,83	29
46	LITORAL OESTE	TRAIRI	3.225,80	47.311,83	29
47	LITORAL OESTE	UMIRIM	3.225,80	47.311,83	29
48	LITORAL OESTE	URUBURETAMA	3.225,80	47.311,83	29
49	SOBRAL / IBIAPABA	VARJOTA	3.225,80	47.311,83	29
50	CARIRI / CENTRO SUL	ABAIARA	3.225,80	47.311,83	29
51	BATURITÉ	ACARAPE	3.225,80	47.311,83	29
52	LITORAL OESTE	AMONTADA	3.225,80	47.311,83	29
53	CARIRI / CENTRO SUL	ANTONIO DO NORTE	3.225,80	47.311,83	29
54	BATURITÉ	ARACOIABA	3.225,80	47.311,83	29
55	SERTÃO DOS INHAMUS	ARARENDÁ	3.225,80	47.311,83	29
56	CARIRI / CENTRO SUL	ARARIPE	3.225,80	47.311,83	29
57	BATURITÉ	ARATUBA	3.225,80	47.311,83	29
58	CARIRI / CENTRO SUL	ASSARÉ	3.225,80	47.311,83	29
59	SERTÃO CENTRAL	BANABUIÚ	3.225,80	47.311,83	29
60	CARIRI / CENTRO SUL	CAMPOS SALES	3.225,80	47.311,83	29
61	SERTÃO DOS INHAMUS	CATUNDA	3.225,80	47.311,83	29
62	SERTÃO CENTRAL	CHORO	3.225,80	47.311,83	29
63	SOBRAL / IBIAPABA	COREAÚ	3.225,80	47.311,83	29
64	CARIRI / CENTRO SUL	CRATO	3.225,80	47.311,83	29
65	SOBRAL / IBIAPABA	FORQUILHA	3.225,80	47.311,83	29
66	SOBRAL / IBIAPABA	FRECHEIRINHA	3.225,80	47.311,83	29
67	SOBRAL / IBIAPABA	GRAÇA	3.225,80	47.311,83	29
68	CARIRI / CENTRO SUL	GRANJEIRO	3.225,80	47.311,83	29
69	SOBRAL / IBIAPABA	GROAIRAS	3.225,80	47.311,83	29
70	SERTÃO CENTRAL	IBICUITINGA	3.225,80	47.311,83	29
71	SERTÃO DOS INHAMUS	INDEPENDÊNCIA	3.225,80	47.311,83	29
72	SOBRAL / IBIAPABA	IPÚ	3.225,80	47.311,83	29
73	SERTÃO DOS INHAMUS	IPUEIRAS	3.225,80	47.311,83	29
74	CARIRI / CENTRO SUL	JARDIM	3.225,80	47.311,83	29
75	CARIRI / CENTRO SUL	JATI	3.225,80	47.311,83	29
76	SERTÃO CENTRAL	MADALENA	3.225,80	47.311,83	29
77	SOBRAL / IBIAPABA	MASSAPÊ	3.225,80	47.311,83	29

78	LITORAL OESTE	MIRAÍMA	3.225,80	47.311,83	29
79	SOBRAL / IBIAPABA	MORAÚJO	3.225,80	47.311,83	29
80	SERTÃO DOS INHAMUS	NOVA RUSSAS	3.225,80	47.311,83	29
81	SERTÃO DOS INHAMUS	NOVO ORIENTE	3.225,80	47.311,83	29
82	SOBRAL / IBIAPABA	PACUJÁ	3.225,80	47.311,83	29
83	BATURITÉ	PALMÁCIA	3.225,80	47.311,83	29
84	SERTÃO DOS INHAMUS	PARAMBU	3.225,80	47.311,83	29
85	SOBRAL / IBIAPABA	PIRES FERREIRA	3.225,80	47.311,83	29
86	SERTÃO DOS INHAMUS	PORANGA	3.225,80	47.311,83	29
87	CARIRI / CENTRO SUL	POTENGI	3.225,80	47.311,83	29
88	METROPOLITANA DE FORTALEZA	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	3.225,80	47.311,83	29
89	LITORAL OESTE	SÃO LUIS DO CURU	3.225,80	47.311,83	29
90	SOBRAL / IBIAPABA	SENADOR SÁ	3.225,83	47.311,83	29
91	CARIRI / CENTRO SUL	TARRAFAS	3.225,99	47.311,83	29
92	LITORAL OESTE	TURURU	3.225,99	47.311,83	29
93	CARIRI / CENTRO SUL	VÁRZEA ALEGRE	3.225,99	47.311,83	29
<b>Total</b>			<b>300.000,00</b>	<b>4.400.000,00</b>	<b>2.756</b>

## 18. Responsável (eis) pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	<b>Mônica Maria Macêdo de Sousa Santos</b>
Técnico	Francisco Felipe de Sousa Alves
E-mail	felipe.alves@sda.ce.gov.br
Fone	3101- 8047

## ANEXO 1

### Marco Lógico ( PAA e Modernização de Centrais de Recebimento - Mapps 112 e 477)

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meio de Verificação	Riscos
<b>Impactos</b>	<p>Redução da insegurança alimentar e nutricional.</p> <p>Redução da Extrema Pobreza Rural.</p>	<p>Percentual de pessoas com insegurança alimentar e nutricional.</p> <p>Percentual de agricultores com renda familiar per capita acima da linha da extrema pobreza.</p>	<p>Site da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará.</p> <p>Pesquisa primária utilizando o módulo de Segurança Alimentar da PNAD.</p> <p>CADUNICO, SAGI e MDS.</p> <p>IBGE.</p>	<p>Quadro de estiagem prolongada, afetando de forma geral os indicadores socioeconômicos do Estado.</p>
<b>Resultados</b>	<p>Aumento da quantidade de produtos ofertados para o PAA.</p> <p>Aumento da renda dos agricultores (as) familiares pronafianos com a comercialização dos produtos da agricultura familiar.</p> <p>Melhoria do padrão alimentar e nutricional da população atendida por entidades socioassistenciais locais.</p>	<p>Percentual de aumento na quantidade de produtos ofertados (Kg).</p> <p>Percentual de aumento na renda dos agricultores (as) familiares pronafianos.</p> <p>Percentual de produtos da agricultura familiar no PAA</p> <p>Percentual de redução de perdas</p>	<p>Relatório de acompanhamento do PAA.</p> <p>Relação de agricultores cadastrados no sistema (SISPAA/MDS).</p> <p>Relação de entidades cadastrados no sistema (SISPAA/MDS).</p> <p>Relatório de beneficiário das</p>	<p>Interferências do quadro econômico na cadeia de comercialização dos produtos.</p> <p>Desvios na distribuição dos produtos alimentares aos beneficiários finais.</p>



	Redução de perdas decorrentes de transporte e armazenamento inadequado.	de alimentos.	entidades – sistemas SISPA SDA e MDS Relatório anual de execução financeira.  Relatórios internos.	
<b>Produtos</b>	Técnicos municipais capacitados.  Agricultores capacitados a manipularem e produzirem alimentos dentro dos padrões de sanidade e higiene  Manipuladores de alimentos das entidades socioassistenciais aptos ao manuseio e preparo dos alimentos  Agricultores e entidades cadastradas nos sistemas SISPA MDS e SDA  Agricultor beneficiado com a aquisição da produção  Pessoas beneficiadas através de entidades socioassistenciais com a oferta de alimentação	Número de técnicos capacitados.  Número de agricultores capacitados.  Número de manipuladores capacitados.  Número de agricultores beneficiados com a compra da produção.  Número de pessoas atendidas pelas entidades socioassistenciais beneficiadas com alimentação	Relatório de acompanhamento do PAA  Relação de agricultores cadastrados no sistema (SISPA/MDS)  Relação de entidades cadastradas no sistema (SISPA/MDS)  Relatório de beneficiários das entidades – sistemas SISPA SDA e MDS	Dificuldades na apropriação do conhecimento por parte dos beneficiários dos cursos em boas práticas realizados junto aos agricultores e manipuladores de alimentos.  Redução na oferta de produtos pelos agricultores familiares ocasionada pela seca.

<b>Atividades</b>	<p>Capacitação da equipe técnica dos municípios</p> <p>Cadastro dos Agricultores e Entidades socioassistenciais</p> <p>Capacitação de agricultores em boas práticas de produção e manipulação</p> <p>Capacitação em boas práticas para manipuladores de alimentos das entidades socioassistenciais locais</p> <p>Aquisição e distribuição de alimentos</p>	<p>Número de capacitações realizadas para as equipes técnicas dos municípios.</p> <p>Percentual de cadastros de agricultores e entidades socioassistenciais em relação à meta projetada.</p> <p>Quantidade (kg) de produtos ofertados.</p>	<p>Relatório de acompanhamento do PAA</p> <p>Relação de agricultores e entidades cadastrados nos sistemas SDA e MDS</p> <p>Relatório de acompanhamento do PAA</p> <p>Relatório de beneficiário das entidades – sistemas SISPAA SDA e MDS.</p> <p>Relatório anual de doação de produtos às entidades socioassistenciais.</p>	<p>Falta e/ou irregularidades no CPF/CNPJ dos agricultores e entidades participantes do programa.</p> <p>Baixa adesão aos cursos ofertados.</p> <p>Condições climáticas desfavoráveis para produção dos alimentos.</p>
<b>Insumos</b>	<p>Recursos do FECOP</p> <p>Recursos do MDS</p> <p>Centrais de Recebimento</p> <p>Veículos</p> <p>Equipamentos</p>	<p>Plano operacional anual publicado no DOU.</p> <p>Volume de recursos liberados para o programa.</p>	<p>Extrato da publicação do DOU.</p> <p>Sistema de acompanhamento e monitoramento do Estado – WebMapp.</p> <p>Relatório de execução financeira (sistemas SISPAA/MDS).</p>	<p>Indisponibilidade de verba no MDS.</p>



**Governo do Estado do Ceará  
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA**

**PROJETO: São José III – Componente 1: Inclusão Econômica  
– Implantação de Projetos Produtivos**

Janeiro / 2015

<b>Secretaria (Proponente)</b>	Secretaria Desenvolvimento Agrário - SDA
<b>Programa (PPA)</b>	028 – Desenvolvimento Agropecuário
<b>Mapp (Nº e Denominação)</b>	340 – Componente 1 – Inclusão Econômica
<b>Período de Execução</b>	Janeiro à Dezembro 2015
<b>Categoria</b>	Estruturante – Inclusão Produtiva Rural

## 1. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual



O projeto **São José III – Componente 1: Inclusão Econômica – Implantação de Projetos Produtivos** inclui-se no âmbito do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Projeto São José III que conta com financiamento do BIRD e contrapartida do Governo do Estado. Tem por foco o fortalecimento da agricultura familiar e o bem estar das comunidades rurais e está

estruturado em três componentes:

Componente 1 – Inclusão Econômica – destina-se às ações voltadas ao fortalecimento e adensamento das Cadeias Produtivas e o avanço da participação dos agricultores familiares nos segmentos de maior agregação de valor.

Componente 2 - Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário – SAES: destina-se implantar os SAES em comunidades do meio rural sem acesso à água potável e esgotamento sanitário.

Componente 3 - Fortalecimento Institucional e apoio a Gestão: apoio às ações de capacitação, gestão, elaboração de estudos, programas de intercâmbios, comunicação e divulgação.

## 2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

No PPA 2012 /2015 o projeto inclui-se no âmbito do Programa 028 – Desenvolvimento Agropecuário; Objetivo 14 – Implantar ações de apoio técnico e socioproductivo, visando ampliar a inserção produtiva e a competitividade dos agricultores familiares; Meta: 01129 – Elaborar 235 projetos de inclusão econômica Iniciativa: 04833 – Implantação de projetos produtivos sustentáveis no âmbito da agricultura familiar.

Na Matriz de Resultados do Governo do Estado o projeto colabora para o alcance do resultado setorial 4 – Infraestrutura para a agricultura familiar fortalecida e suas realizações são registradas através do indicador “Valor total investido em estruturação produtiva da agricultura familiar”.

### **3. Diagnóstico**

Os principais problemas enfrentados pelos produtores nas áreas rurais do Nordeste brasileiro são: baixo nível de produtividade no campo e de acesso a serviços básicos os quais no Ceará, estão vinculados ao baixo nível de inovação tecnológica em termos de produtos, processos e organização, bem como os riscos inerentes de perdas na produção e as ameaças à segurança alimentar; a baixa inteligência de mercado, que dificulta uma resposta coordenada e pontual da oferta; dificuldade de acesso a capital por parte dos produtores para ampliar a acumulação de ativos de diversos tipos (físicos, financeiros, gerenciais e sociais) e falta de ligação entre assistência técnica e necessidades dos agricultores, tanto no que se refere ao atendimento das demandas do mercado quanto à redução da vulnerabilidade por meio da adaptação às mudanças climáticas.

Esta situação é agravada pelas condições edafoclimáticas do estado que sofre regularmente com a escassez crônica de água provocada periodicamente por longas e severas secas, que ocasionam uma série de problemas econômicos e sociais e impedem o desenvolvimento da região.

O Ceará é um dos estados mais secos do Brasil, com uma disponibilidade média anual de água *per capita* de 1.150 m<sup>3</sup>, o equivalente a apenas 4% da média nacional. O Sertão, sub-região de clima semiárido, representa 87% do seu território, com uma disponibilidade de água anual *per capita* entre 400 m<sup>3</sup> e 800 m<sup>3</sup>. Ironicamente, é na região do sertão onde se concentra cerca de 98% de toda a água disponível no Estado. Em razão das condições climáticas do Estado e da variabilidade decorrente das secas, o risco de desertificação e as enchentes são responsáveis por grandes desastres naturais com um enorme impacto na agricultura e na produção de alimentos. A agricultura também terá que se adaptar a condições de cultivo cada vez mais variáveis e imprevisíveis. Nos últimos anos, vários estados brasileiros de diferentes regiões registraram as chuvas mais intensas de sua história, que ocasionaram graves inundações.

### **4. Justificativa**

O projeto tem a perspectiva de aumentar, nos estabelecimentos familiares da área rural, a inserção, a agregação de valor e a economia solidária, facilitando maiores e mais consistentes fluxos de renda, num cenário de sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Neste contexto, o projeto irá “efetivar ações que promovam o desenvolvimento local com equidade no meio rural, refletido na melhoria dos indicadores de desenvolvimento social e econômico, apoiando grupos de agricultores na implantação de atividades sustentáveis geradoras de ocupação e de renda, com capacidade de assegurar o desenvolvimento econômico e social das comunidades, seu bem-estar, integrando-se com os demais programas e projetos em execução no Estado”.

## **5. Histórico**

O Projeto foi aprovado no final do ano de 2012 e não houve desembolso. No ano de 2013, foi iniciada a implantação do Projeto. Neste ano, foram realizados repasses na ordem de R\$ 500.000,00 para o IICA. No período foram lançados editais para a seleção de subprojetos e para os processos de contratação de consultoria direcionada para estudos de viabilidade e elaboração de Planos de Negócio que constituirão a base da celebração de convênios de modo a garantir a implantação dos subprojetos. Ainda em 2014 esses processos resultaram na contratação desses serviços. A partir de março de 2015 serão celebrados os convênios para repasse de recursos às organizações de agricultores familiares, beneficiárias do Projeto. Até o momento as atividades envolveram 5.400 famílias ou 21.600 pessoas.

## **6. Público Alvo**

Agricultores familiares agrupados em entidades representativas.

### **6.1. Critérios adotados para a seleção dos beneficiários**

As entidades beneficiadas devem ser legalmente constituídas e atuantes há, pelo menos, dois anos (associações, cooperativas, entre outros) situadas em todos os municípios do Estado do Ceará, com exceção da capital Fortaleza

## **7. Objetivos**

### **Geral**

Promover o desenvolvimento rural sustentável do Estado do Ceará com ações voltadas para a consolidação da produção e comercialização da agricultura familiar, integrando-se com as políticas estaduais de desenvolvimento econômico, ambiental e social de segurança hídrica e alimentar das comunidades rurais.

### **Específicos**

- Ampliar a renda das famílias rurais com a estruturação e ou dinamização das suas unidades de produção, transformação e agregação de valor e de comercialização de seus produtos.
- Viabilizar a participação qualificada e o controle social dos beneficiários e suas organizações nas ações de gestão do desenvolvimento local, bem como estimular as relações de complementaridade dos programas governamentais.

## **8. Atividades / Detalhamento das atividades**

### **a) Avaliação de Planos de Negócios**

Avaliar os Planos de Negócios elaborados pelas empresas contratadas para realizar à consultoria.

## **b) Celebrar convênios com entidades representativas dos beneficiários para implantação dos planos de negócios**

Os Planos de Negócios selecionados serão implantados pelos grupos produtivos representados por suas entidades com a utilização de recursos que serão repassados pelo estado através da celebração de convênios. As entidades deverão comprovar a inversão desses recursos de acordo com o projeto aprovado.

### **9. Produtos**

<b>Produtos</b>	<b>2015</b>	<b>Fontes de Verificação</b>
Planos de Negócios concluídos	282	Parecer Técnico sobre planos elaborados
Projetos produtivos implantados	55	Relatórios de acompanhamento pela UGP com apoio da colaboradora
Projetos produtivos em implantação	227	Relatórios de acompanhamento pela UGP com apoio da colaboradora

### **10. Metas**

- Avaliar 282 Planos de Negócios;
- Firmar convênios para implantar 282 projetos produtivos;
- Beneficiar 49.600 pessoas.

Obs: 1 - Cada plano de negócio atende em média 30 famílias, perfazendo um total de 8.400 famílias atendidas ou 33.600 pessoas. Foi considerado o número de 4 membros por família beneficiária, conforme aferido nas pesquisas de avaliação do Projeto São José II junto ao público beneficiário além disso deverão ser implantados cerca de dois projetos de maior porte, com forte impacto na cadeia e nos territórios, cada um deles beneficiando 2.000 famílias ou 8.000 pessoas; no total deverão ser beneficiadas 49.600 pessoas

Obs: 2 - Os repasses financeiros serão efetuados junto a 33.600 pessoas em 2015.

Obs: 3 – 55 Planos de Negócio avaliados como viáveis pela UGP Projeto São José III serão conveniados até abril de 2015. 227 outros planos deverão ser elaborados a partir de abril para conveniar a partir de setembro.

### **11. Resultados Esperados**

Aumento da renda dos beneficiários.

### **12. Integração de Ações**

O Projeto São José III já celebrou acordos com o Banco do Nordeste e com o Banco do Brasil para garantir financiamentos adicionais necessários para a operação dos



projetos produtivos apoiados. Como fonte adicional de recursos conta com o FEDAF – Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar. Da mesma forma conta com a colaboração da Ematerce e do CENTEC para prover apoio técnico aos projetos.

Os movimentos sociais e sindical também estão articulados com o Projeto para apoiar os empreendimentos coletivos de Agricultores Familiares financiados pelo PSJ III.

A articulação com o CEDR – Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e os Colegiados Territoriais tem um papel de articulação nos Territórios Rurais com projetos de outras políticas públicas de nível federal ou estadual.

### **13. Monitoramento:**

O Projeto dispõe de uma Gerência de Monitoramento e Avaliação que é a responsável por essas atividades.

Está sendo contratada uma empresa para coleta de dados de potenciais beneficiários do Projeto para estabelecimento de uma Linha de Base para posterior Avaliação de Impacto do Projeto.

No Acordo de Empréstimo celebrado com o Banco Mundial está detalhado um quadro de indicadores que deverão ser monitorados com as respectivas fontes e periodicidades (quadro I anexo)

O sistema informatizado de gestão do PSJ III deverá conter, em tempo real, as informações básicas que alimentarão o sistema de monitoramento, bem como os cadastros de beneficiários (tanto pessoa física como das suas organizações).

### **14. Pressupostos de Risco**

Os fatores de risco que podem interferir na execução da implantação ou mesmo na sustentabilidade dos mesmos, tais como: riscos climáticos como a estiagem ou excesso de chuvas no período de implantação; dificuldades na obtenção de licenciamento ambiental; demora na liberação de recursos de outras fontes que vão compor a contrapartida da comunidade, serão acompanhados caso a caso e, onde houver espaço para intervenção, serão tomadas medidas preventivas. No caso das licenças da Semace, por exemplo, já foi concedida a Licença Prévia para o Projeto como um todo.

## 15. Orçamento 2015

Detalhamento	Valor FECOP	Valor Outras Fontes		Valor Total
		Órgãos Privados – aplicação direta	Crédito Externo - BIRD	
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>				
1 Repasse Financeiro (445042)	2.900.574,60	5.584.238,40	24.076.187,00	32.561.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.900.574,60</b>	<b>5.584.238,40</b>	<b>24.076.187,00</b>	<b>32.561.000,00</b>

Obs: O valor solicitado ao FECOP e a aplicação direta correspondem à contrapartida do Estado no Acordo de Empréstimo Firmado com o Banco Mundial para cofinanciamento do Projeto São José III.

## 16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP - 2015

ITEM DE DESPESA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Valor Total
REPASSE FINANCEIRO	-			313262,06		234946,54		234946,54		1058709,73		1058709,73	2900574,60
Total	-			313262,06		234946,54		234946,54		1058709,73		1058709,73	2900574,60

Os Planos de Negócio estão sendo executados por empresas contratadas através do Contrato de Gestão do Instituto Agropolos e sua conclusão está prevista para o mes de fevereiro, quando poderão ser celebrados os convênios para repasse dos recursos às Entidades.

## 17. Distribuição dos Recursos por Municípios em 2015:

Nº de ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor Fecop (2015)	Valor Outras Fontes (2015)	Pessoas Beneficiadas
1	Metropolitana	Aquiraz	10285,73	105178,81	120
2		Pindoretama	20571,45	210357,63	240
3		Cascavel	72000,08	736251,69	840
4		Chorozinho	10285,73	105178,81	120
5		Caucaia	20571,45	210357,63	240
6		São Gonçalo	10285,73	105178,81	120
8		Horizonte	10285,73	105178,81	120
9		Pacajus	20571,45	210357,63	240
10		Maranguape	20571,45	210357,63	240
11		Guaiuba	41142,90	420715,25	480
12		Maracanaú	10285,73	105178,81	120
13		Litoral Oeste	Tejuçuoca	30857,18	315536,44
14	Apuiarés		20571,45	210357,63	240
15	General Sampaio		20571,45	210357,63	240
16	Pentecoste		30857,18	315536,44	360
17	Umirim		10285,73	105178,81	120
18	Tururu		10285,73	105178,81	120
19	Trairi		20571,45	210357,63	240
20	Itapipoca		10285,73	105178,81	120
21	Amontada		20571,45	210357,63	240
22	Miraíma		20571,45	210357,63	240
23	Itarema		20571,45	210357,63	240
24	Acaraú		10285,73	105178,81	120
25	Uruoca		10285,73	105178,81	120
26	Camocim		10285,73	105178,81	120
27	Barroquinha	10285,73	105178,81	120	
28	Sobral/Ibiapaba	Santana do Acaraú	20571,45	210357,63	240
29		Sobral	82285,80	841430,51	920
30		Forquilha	20571,45	210357,63	240
31		Meruoca	10285,73	105178,81	120
32		Massapê	10285,73	105178,81	120
33		Graça	10285,73	105178,81	120
34		Freicheirinha	20571,45	210357,63	240
34		Groaíras	10285,73	105178,81	120
35		Ibiapina	20571,45	210357,63	240
36		Viçosa do Ceará	30857,18	315536,44	360
37	São Benedito do	Guaraciaba	10285,73	105178,81	120
38		Norte	10285,73	105178,81	120
39	Ubajara	do	30857,18	315536,44	360
40		Tianguá	20571,45	210357,63	240

41		Ipu	20571,45	210357,63	240
42		Hidrolândia	10285,73	105178,81	120
	Sertão dos				
43	Inhamuns	Ipueiras	10285,73	105178,81	120
44		Ararendá	10285,73	105178,81	120
45		Poranga	10285,73	105178,81	120
46		Ipaporanga	10285,73	105178,81	120
47		Monsenhor Tabosa	20571,45	210357,63	240
48		Tamboril	30857,18	315536,44	360
49		Crateús	61714,35	631072,88	720
50		Independência	20571,45	210357,63	240
51		Tauá	72000,08	736251,69	840
52		Novo Oriente	10285,73	105178,81	120
53		Aiuaba	20571,45	210357,63	240
54		Arneiroz	30857,18	315536,44	360
55		Parambu	41142,90	420715,25	480
56	Sertão Central	Paramoti	30857,18	315536,44	360
57		Choró	41142,90	420715,25	480
58		Santa Quitéria	154285,88	1577682,20	1800
59		Canindé	113142,98	1156966,95	1320
60		Madalena	41142,90	420715,25	480
61		Caridade	30857,18	315536,44	360
62		Itatira	30857,18	315536,44	360
63		Quixadá	10285,73	105178,81	120
64		Ibicuitinga	10285,73	105178,81	120
65		Quixeramobim	51428,63	525894,07	600
66		Senador Pompeu	10285,73	105178,81	120
67		Mombaça	30857,18	315536,44	360
		Dep. Irapuan			
68		Pinheiro	10285,73	105178,81	120
69		Piquet Carneiro	30857,18	315536,44	360
70	Baturité	Capistrano	41142,90	420715,25	480
71		Itapiúna	41142,90	420715,25	480
72		Aracoiaba	10285,73	105178,81	120
73		Ocara	51428,63	525894,07	600
74		Mulungu	41142,90	420715,25	480
75		Redenção	10285,73	105178,81	120
76		Baturité	41142,90	420715,25	460
	Litoral Leste/				
77	Jaguaribe	Beberibe	41142,90	420715,25	460
78		Fortim	20571,45	210357,63	240
79		Aracati	41142,90	420715,25	480
80		Icapuí	20571,45	210357,63	240
81		Itaiçaba	10285,73	105178,81	120
82		Juguaruana	30857,18	315536,44	360
83		Palhano	20571,45	210357,63	240

84		Russas	20571,45	210357,63	240
85		Quixeré	10285,73	105178,81	120
86		Limoeiro do Norte	10285,73	105178,81	120
87		Morada Nova	30857,18	315536,44	360
88		São João do Jaguaribe	10285,73	105178,81	120
89		Tabuleiro do Norte	51428,63	525894,07	550
90		Alto Santo	51428,63	525894,07	550
91		Jaguaribara	30857,18	315536,44	360
92		Potiretama	41142,90	420715,25	460
93		Iracema	10285,73	105178,81	120
94		Jaguaribe	30857,18	315536,44	120
95	Cariri/ Centro Sul	Iguatu	20571,45	210357,63	120
96		Quixelô	20571,45	210357,63	240
97		Cedro	10285,73	105178,81	120
98		Catarina	10285,73	105178,81	120
99		Cariús	30857,18	315536,44	360
100		Icó	41142,90	420715,25	460
101		Orós	41142,90	420715,25	460
102		Lavras da Mangueira	30857,18	315536,44	360
103		Ipaumirim	20571,45	210357,63	240
104		Aurora	10285,73	105178,81	120
105		Barro	10285,73	105178,81	120
106		Jati	10285,73	105178,81	120
107		Jardim	10285,73	105178,81	120
108		Missão Velha	10285,73	105178,81	120
109		Barbalha	10285,73	105178,81	120
110		Juazeiro do Norte	10285,73	105178,81	120
111		Caririaçu	10285,73	105178,81	120
112		Várzea Alegre	20571,45	210357,63	240
113		Antonina do Norte	20571,45	210357,63	120
114		Campos Sales	10285,73	105178,81	120
115		Salitre	10285,73	105178,81	120
116		Santana do Cariri	10285,73	105178,81	120
117		Crato	10285,73	105178,81	120
		<b>Total</b>	<b>2.900.574,60</b>	<b>29.660.425,40</b>	<b>33.600</b>

**Obs: A distribuição de recursos por município poderá ser alterada em função da demanda apresentada nos editais.**

**18. Responsável pelo Projeto:**

Coordenadoria / Gerência	Josias Farias Neto
Técnico	José Gilberto Sztutman
E-mail	gilberto.sztutman@sda.ce.gov.br
Fone	(85) 3217-2857





**Governo do Estado do Ceará  
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA**

**PROJETO: São José III – Componente 2 - Sistemas de  
Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado**

**Janeiro/ 2015**

<b>Secretaria (Proponente)</b>	Secretaria Desenvolvimento Agrário - SDA
<b>Programa (PPA)</b>	029 – Enfrentamento à Pobreza Rural
<b>Mapp (Nº e Denominação)</b>	341 - Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado – Projeto São José III
<b>Período de Execução (em 2015)</b>	Janeiro à Dezembro 2015

## 1. Descrição do Projeto



O projeto **Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em Comunidades Rurais** inclui-se no âmbito do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Projeto São José III que conta com financiamento do BIRD e contrapartida do Governo do Estado. Tem por foco o fortalecimento da agricultura familiar e o bem-estar das comunidades rurais e está estruturado em três componentes:

Componente 1 – Inclusão Econômica – destina-se às ações voltadas ao fortalecimento e adensamento das Cadeias Produtivas e o avanço da participação dos agricultores familiares nos segmentos de maior agregação de valor

Componente 2 - Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário – SAES: destina-se implantar os SAES em comunidades do meio rural sem acesso a água potável e esgotamento sanitário.

Componente 3 - Fortalecimento Institucional e apoio a Gestão: apoio às ações de capacitação, gestão, elaboração de estudos, programas de intercâmbios, comunicação e divulgação.

Atendendo ao Componente 2, as ações incluídas no projeto proposto colaboram paralelamente para a implementação da **Política de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará** a qual tem como prioridade a promoção do desenvolvimento rural sustentável do Estado do Ceará, com ênfase nos agricultores e agricultoras familiares, com participação, inclusão e justiça social.

## 2. Contextualização no Planejamento Estadual

No PPA 2012 /2015 o projeto inclui-se no âmbito do Programa 029 – Enfrentamento à Pobreza Rural; Objetivo 007 - Construir cisternas, sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário simplificado visando proporcionar a melhoria de qualidade de vida das famílias nas comunidades rurais do Estado; Meta 01180 – Implantar 340 sistemas de abastecimento de água com ligações domiciliares em comunidades rurais e Meta 03010 – Construir 12.000 kits

sanitários; Iniciativa 01810 – Implantação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário simplificado.

Na Matriz de Resultados do Governo do Estado o projeto colabora para Ampliação do acesso à terra e a “Infra-estrutura para Agricultura Familiar Fortalecida” e suas realizações são registradas através do indicador “Nº de famílias Beneficiadas com Projetos de Água”

### **3. Diagnóstico**

A região do semiárido brasileiro reúne um conjunto de características climáticas, geomorfológicas, econômicas e sociais peculiares, que são fatores determinantes para a dificuldade no acesso a recursos hídricos, tanto para o consumo humano como para a produção agropecuária.

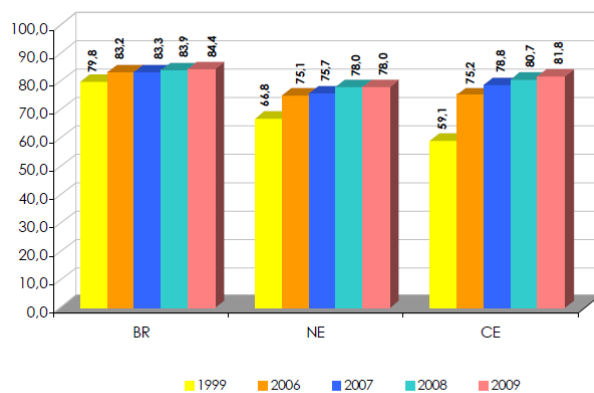
Do ponto de vista climático, o semiárido brasileiro tem pluviosidade média anual girando em torno de 350 a 800 mm e é marcado pela forte insolação, pela baixa nebulosidade, por elevadas taxas de evaporação, por temperaturas constantes relativamente altas e pelo regime de chuvas marcado pela irregularidade e concentração das precipitações num curto período de tempo. As condições reduzidas para armazenamento de água subterrânea agravam ainda mais a seca e aumentam o risco de desertificação em toda a região.

Essas características, aliadas à baixa taxa de infiltração no solo, acarretam no rápido escoamento superficial e, conseqüentemente, no agravamento das condições de acesso a recursos hídricos para uso doméstico e produção agropecuária.

O Ceará, localizado no semiárido nordestino, também enfrenta problemas com a escassez de água. A construção de diversas obras - canais, adutoras e açudes se concretizam com a aplicação de verbas estaduais e federais, visando à melhoria da distribuição de água na região.

O Pacto pela Convivência com o Semiárido Cearense aponta no documento as diretrizes e identifica instrumentos de ação para a construção de uma política estadual em seus aspectos fundamentais e em orientações para a integração das diversas políticas setoriais específicas, tendo por base um arcabouço jurídico legal.

Nas cidades, 92% da população têm acesso à água tratada, enquanto que no meio rural esta proporção é de apenas 19%. No tocante à segurança hídrica, ao se analisar os indicadores apresentados no estudo do IPECE (2010), sobre o percentual de domicílios com Sistema de Abastecimento de Água adequado, nota-se que houve uma elevação no percentual de participação durante o período analisado em comparação com o Brasil e o Nordeste. Estes dados, porém, consideram apenas a participação dos domicílios urbanos, não havendo dados que incorporem uma análise da situação rural.



Fonte: PNAD

A falta de políticas estruturadoras de amplo alcance que consiga minorar o fenômeno da seca freqüente no Estado, explica o baixo percentual (19%) da população rural atendida. Esse fenômeno gera conseqüências sociais graves e duradouras, contribuindo, inclusive, com a insegurança alimentar da população, a insegurança hídrica observada na redução da quantidade e qualidade da água dos reservatórios superficiais e outros problemas sociais, incluindo a incidência de inúmeras doenças.

Segundo o documento “O Caminho das águas na Rota dos Carros Pipa”, as populações difusas pouco foram assistidas pelo poder público havendo um grande número de pessoas vulneráveis às secas, principalmente as famílias que residem em áreas distantes e que ainda não dispõem de oferta adequada de água. Segundo dados da 10ª. Região do Exército, cerca de 350.000 pessoas foram atendidas por carros-pipa em 2009. A baixa amplitude dos programas de oferta de água existente deverá ser minorada com a implementação do projeto proposto.

#### 4. Justificativa

O Ceará tem 64% de chance de ter a quadra chuvosa abaixo da média histórica em 2015. É o pior prognóstico dos últimos anos divulgado pela Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme) dia 20 de Janeiro de 2015. A possibilidade das precipitações deste ano estarem na média considerada normal é de 27%; já a chance de o ano ser chuvoso é de apenas 9%. A análise revela uma grande chance de o Estado entrar no quarto ano consecutivo de estiagem, reforçando a gravidade do panorama da seca no Ceará. Devido ao baixo volume de chuvas que foi menor que a média histórica, a população rural está sofrendo com os efeitos da seca, que está refletindo tanto na falta de água para o consumo humano quanto na produção agropecuária.

O projeto apoiará os esforços do estado para o enfrentamento da seca e convivência com o semi-árido, implantando Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário nos Municípios mais carentes do Estado, atendendo famílias que estão sofrendo os efeitos da estiagem.

## **5. Histórico**

De 90 projetos de Sistema de Abastecimento de Água, 03 foram concluídos, 47 estão com percentual médio de execução de 81,34%, 17 estão com 31,40% de execução, 03 não foram iniciados por necessidade de readequação e ainda faltam relincar 20 projetos, totalizando atuação em 55 municípios do Estado do Ceará. Quanto aos 17 projetos que se encontram com o percentual de execução física baixo deve-se à dificuldade da mão de obra por parte das Empresas, atraso de entrega de materiais por parte dos fornecedores, problema de manancial (pois devido a falta de chuvas alguns mananciais secaram), inclusive está em andamento o processo para dispensa de licitação para perfuração de poços para resolução destes problemas de mananciais. Em relação aos Módulos Sanitários, os 3.317 módulos sanitários do 2º processo licitatório encontram-se com 81,01% de execução física e os 3.883 módulos sanitários do 3º processo licitatório encontram-se com obras iniciadas com os seguintes percentuais de execução física: COSAMPA (2,42%), DATERRA (5,30%), BORGES CARNEIRO (7,47%) e ELETRONOR (10%). O atraso na execução desses módulos deve-se à demora de entrega dos materiais por parte dos fornecedores e mão de obra por parte das empresas contratadas. Ainda restam ser licitados 1.431 módulos sanitários, que serão relançados após readequação do projeto e atualização do orçamento pelo projetista e aprovado pela colaboradora CAGECE, juntamente com os 20 projetos de Sistema de Abastecimento de Água.

## **6. Público Alvo**

Famílias de agricultores e agricultoras familiares, representadas por suas Associações Comunitárias.

## **7. Objetivos**

### **Geral**

Contribuir para a universalização do direito à água potável e o esgotamento sanitário, integrando-se com as políticas estaduais de desenvolvimento econômico e social de segurança hídrica e alimentar das comunidades rurais do Estado.

### **Específico**

- Implantar sistemas simplificados de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

## **8. Atividades/ Detalhamento das atividades**

### a) Seleção das comunidades

Os projetos são encaminhados pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável – CMDS para a Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA através da CAGECE e SOHIDRA para análise e posterior realização do Processo Licitatório.

## Principais Critérios de Priorização:

As intervenções poderão ser priorizadas em função de: carências identificadas, densidade populacional, relação custo/benefício, dentre outras, destacando-se:

- Comunidades atendidas por carro pipa pelo menos nos últimos dois anos;
- Comunidades inseridas em municípios que tenham o Plano de Saneamento elaborado;
- Declaração de compromisso de cada família beneficiada de participar das Ações Ambientais apontadas no projeto executivo;
- Maior número de famílias atendidas

b) Lançamento de edital para contratação da obra

c) Realizar Processo Licitatório para contratação dos serviços de implantação de Sistemas de Abastecimento de Água e esgotamento sanitário

Será executado pelo setor de licitação da SDA em parceria com a Procuradoria Geral do Estado – PGE. Após a finalização do processo licitatório e publicação das empresas vencedoras a Assessoria Jurídica da SDA deverá elaborar os termos do contrato para a assinatura e publicação dos mesmos. Após publicação deverá ser dada ordem de serviço para início das obras.

d) Execução da obra

Caberá à colaboradora da SDA (CAGECE e SOHIDRA) acompanhar a execução do projeto e emitir o laudo de conclusão e aceitação final do empreendimento, que deverá ser assinado pelo técnico da UGT e pelo representante da entidade beneficiária, atestando que as obras foram executadas em conformidade com o Projeto executivo. Deverá ter, também, o parecer da entidade que irá assumir a gestão do empreendimento.

## 9. Produtos

<b>Produtos</b>	<b>2015</b>	<b>Fontes de Verificação</b>
Lista de comunidades a serem beneficiadas	2	Relatório do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável - CMDS
Edital lançado	2	Lançamento no site da SDA
Processo Licitatório	2	Processo Licitatório
Sistema de Abastec. D'Água	90	Projetos elaborados
Mód. Sanitários	8.631	Projetos elaborados

## **10. Metas**

- Implantar 90 subprojetos de Abastecimento de Água beneficiando 66.500 pessoas em 55 municípios;
- Implantar 8.631 Módulos Sanitários, beneficiando 8.631 famílias em 64 municípios;

## **11. Resultados Esperados**

- Melhores condições de saúde das famílias beneficiadas.
- Famílias com serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário domiciliar com qualidade;

## **12. Indicadores de Resultados**

- Nº de Famílias beneficiadas com água para consumo;
- Nº de Famílias beneficiadas com esgotamento sanitário;
- Nº de Famílias capacitadas em Gerenciamento de Recursos Hídricos.

## **13. Monitoramento**

O Monitoramento do Projeto será feito a partir de visitas no campo, realizadas reuniões com as famílias, com a participação das colaboradoras CAGECE e SOHIDRA e com a supervisão do Departamento de Arquitetura e Edificações – DAE. Serão realizadas também visitas as obras logo após o envio de cada medição, quando será gerado um relatório constando a aprovação dos itens aplicados e possíveis irregularidades.

Também serão analisados dados inseridos no Sistema de Acompanhamento e Monitoramento de Projetos – MIS (Sistema de gestão da Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais – COPPE), sendo a soma de tudo isto documentado, através de relatórios com fotos de todas as situações.

### **Coleta de dados**

As colaboradoras (CAGECE e SOHIDRA) farão a supervisão e acompanhamento das obras através de visitas in-loco com periodicidade mensal ou de acordo com a necessidade da evolução da obra. Como também será realizado a partir de visitas de campo, logo após o envio de cada medição (documento referência para pagamento e que indica o que foi executado), sendo verificado item por item do que foi executado no sistema de abastecimento de água.

## **14. Pressupostos de Risco**

- Demora no processo licitatório
- Atraso na entrega das obras

## 15. Orçamento 2015

<b>Natureza da Despesa</b>	<b>FECOP(10) (R\$)</b>	<b>BIRD(58) (R\$)</b>	<b>Total (R\$)</b>
<b>1. Despesas de capital</b>			
1.1 Obras civis Elementos de despesas (449051)	8.068.120,48	59.934.117,72	68.002.238,20
<b>Total</b>	<b>8.068.120,48</b>	<b>59.934.117,72</b>	<b>68.002.238,20</b>



## 16. Cronograma de Desembolso

Item de Despesa	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Obras civis 449051	5.000.000,00	1.000.000,00	229.791,20	229.791,16	229.791,16	229.791,16	229.791,16	229.791,16	229.791,16	229.791,16	229.791,16	<b>8.068.120,48</b>

## 17. Distribuição dos Recursos por Municípios:

Região Administrativa	MUNICÍPIOS	Valor FECOP - R\$ (2015)	BIRD	Nº Pessoas Beneficiadas
REGIÃO 01 - METROPOLITANA	GUAIUBA	36.785,97	273.264,93	710
	MARANGUAPE	67.811,28	503.736,81	1360
REGIÃO 02 – LITORAL OESTE	MARCO	102.936,59	764.665,55	980
	PENTECOSTE	25.850,67	192.031,95	240
	TURURU	60.749,97	451.281,77	520
	URUBURETAMA	176.285,20	1.309.536,47	1000
	PARAIPABA	123.265,34	915.677,90	3025
	TEJUÇUOCA	814.126,29	6.047.745,66	2500
	Itarema	56.751,48	421.579,00	705
	Itapipoca	175.686,10	1.305.086,01	1730
REGIÃO 03 – SOBRAL/IBIAPABA	GRAÇA	41.880,24	311.107,79	1010
	RERIUTABA	105.238,24	781.763,38	1460
	SANTANA DO ACARAÚ	133.712,15	993.282,07	980
	FORQUILHA	234.421,08	1.741.399,45	920
	CARIRÉ	14.026,99	104.199,68	315
	IRAUÇUBA	71.133,91	528.418,96	445
	SOBRAL	825.066,21	6.129.013,02	3145
REGIÃO 04 – SERTÃO DOS INHAMUNS	INDEPENDÊNCIA	37.687,12	279.959,16	325
	IPÚ	69.887,66	519.161,18	850
	MONSENHOR TABOSA	56.983,21	423.300,38	415
	NOVA RUSSAS	65.042,36	483.167,88	565
	SANTA QUITÉRIA	45.008,72	334.347,73	225
	QUITERIANÓPOLIS	74.552,49	553.813,97	580
	PARAMBU	9.100,50	67.603,19	275
	AIUABA	191.236,58	1.420.602,91	2335
REGIÃO 05 – SERTÃO CENTRAL	TAUÁ	156.692,24	1.163.989,96	2190
	BANABUIÚ	143.873,78	1.068.767,87	1180
	MOMBAÇA	79.897,95	593.522,73	1630
	QUIXADÁ	36.714,23	272.732,05	280
	Choró	106.352,88	790.043,45	4030
	CARIDADE	168.941,50	1.254.983,71	3080
	CANINDÉ	55.504,47	412.315,56	860
	BOA VIAGEM	105.474,64	783.519,50	1650
REGIÃO 06 – BATURITÉ	ITATIRA	38.399,94	285.254,36	395
	CAPISTRANO	255.893,49	1.900.907,48	990
	PALMACIA	98.168,15	729.243,10	935
	REDENÇÃO	59.118,58	439.162,97	565

Região Administrativa	MUNICÍPIOS	Valor FECOP - R\$ (2015)	BIRD	Nº Pessoas Beneficiadas
REGIÃO 07 – LITORAL LESTE	ARACATI	153.154,41	1.137.709,12	1840
	CASCADEL	304.490,28	2.261.909,23	3770
	JAGUARIBARA	57.086,15	424.065,08	150
	PEREIRO	215.312,30	1.599.449,65	1290
	IBICUITINGA	47.297,84	351.352,53	300
	LIMOEIRO DO NORTE	74.667,73	554.669,98	350
	RUSSAS	294.981,87	2.191.275,94	1350
	JAGUARUANA	215.608,77	1.601.652,01	1415
	JAGUARIBE	16.190,85	120.273,91	440
	ERERÊ	53.367,87	396.443,79	390
	MORADA NOVA	219.700,59	1.632.048,17	3620
REGIÃO 8 - CARIRI /CENTRO-SUL	ASSARÉ	20.355,04	151.207,60	190
	CAMPOS SALES	74.345,53	552.276,52	405
	POTENGI	69.582,18	516.891,96	555
	CRATO	139.930,86	1.039.477,86	835
	MISÃO VELHA	61.747,18	458.689,55	315
	FARIAS BRITO	327.711,26	2.434.406,51	3260
	MAURITI	298.608,19	2.218.214,06	3290
	BREJO SANTO	118.364,20	879.269,71	140
	VÁRZEA ALEGRE	10.041,73	74.595,12	245
	CATARINA	45.686,55	339.383,04	270
	ACOPIARA	27.545,45	204.621,67	425
	CEDRO	179.883,59	1.336.267,12	745
	ICÓ	87.825,40	652.411,87	1760
	ORÓS	34.376,50	255.366,17	85
<b>TOTAL</b>		<b>8.068.120,48</b>	<b>59.934.117,72</b>	<b>71.835</b>

## 18. Responsável pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	Unidade de Gerenciamento de Projetos – UGP / Josias Farias Neto
Técnico	Maria Aibonez Pinheiro Holanda
E-mail	aibonez.holanda@sda.ce.gov.br
Fone	3217-2599

## ANEXO 1

### Marco Lógico (São José III – Mapps 340 e 341)

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
<b>Impactos</b>	<p>Redução da pobreza rural (Principal impacto do projeto, porém não tem indicador definido)</p> <p>Aumento da renda não proveniente da agricultura</p> <p>Acesso à água potável e esgoto nas áreas rurais</p>	<p>Aumento na renda real (ajustada pela inflação) em decorrência das atividades apoiadas pelo projeto.</p> <p>Número de pessoas nas áreas rurais com acesso a fontes de água tratada no âmbito do projeto.</p> <p>Número de pessoas nas áreas rurais com acesso a saneamento básico no âmbito do projeto.</p> <p>Número de novas ligações residenciais de água encanada através do projeto</p>	<p>Coleta de dados da avaliação de impacto</p> <p>SIGPRO</p>	<p>A avaliação objetiva dos planos de negócios propostos poderia ser preterida com o propósito de usá-los para fins de clientelismo político na área do projeto.</p> <p>A exigência de doações compartilhadas para financiar a execução dos planos de negócios poderia distorcer os mercados financeiros, não obstante a escassa disponibilidade de financiamento rural formal.</p> <p>Os padrões tradicionais de divisão social do trabalho podem dificultar a participação das mulheres na economia produtiva e restringir o seu acesso a oportunidades no mercado de trabalho.</p>

<p><b>Resultados</b></p>	<p>Organizações de produtores rurais participantes com acesso a mercados formais</p> <p>Aumento do número de organizações beneficiárias que participam de atividades de recuperação ambiental</p> <p>Aumento da eficiência da produção agrícola através do acesso a tecnologias ambientalmente sustentáveis.</p> <p>Organizações beneficiárias capacitadas em gestão empresarial.</p>	<p>Número de organizações de produtores rurais participantes com acesso a mercados formais (exemplo: PAA e PNAE).</p> <p>Número de organizações beneficiárias participando de atividades de recuperação ambiental e conservação de áreas degradadas.</p> <p>Número de produtores que passaram a ter acesso a tecnologias ambientalmente sustentáveis.</p> <p>Número de organizações de beneficiários treinadas em gestão de investimentos produtivos.</p>	<p>SIGPRO</p>	<p>Instabilidades climáticas severas e consecutivas.</p> <p>Baixo índice de apropriação do conhecimento por conta da baixa escolaridade dos agricultores familiares.</p> <p>Inexistência e/ou informalidade da posse da terra por parte dos agricultores assistidos.</p> <p>Colapso do manancial hídrico em virtude da estiagem.</p> <p>Capacidade de salvaguarda: A implementação de arranjos produtivos depende fortemente da capacidade das organizações de produtores rurais, que varia muito. Distorções demográficas no potencial de acesso aos benefícios do projeto.</p>
<p><b>Produtos</b></p>	<p><u>Assessoria técnica especializada:</u> construção do capital humano (gestão do negócio e boas práticas de produção). apropriação dos conhecimentos agroecológicos para o manejo dos recursos naturais.</p> <p>Sistemas de Abastecimento de Água implantados.</p>	<p>Número de participantes do Projeto treinados e desempenhando suas atribuições corretamente.</p> <p>Número de Sistemas de Abastecimento de Água</p>	<p>SIGPRO</p>	<p>Baixo nível de comprometimento das organizações de Produtores: poderiam se opor ao Objetivo de Desenvolvimento do Projeto – ODP e à metodologia do projeto proposto.</p> <p>Atrasos no repasse de recursos</p>

	<p>Projetos pilotos de Reúso de águas implantados.</p> <p>Módulos sanitários implantados.</p> <p>Capacitações nas áreas de: gestão do negócio, gerenciamento dos recursos hídricos para técnicos e beneficiários, técnicas e manejo do reúso de águas cinzas para técnicos e beneficiários, gestão social, sistema SICONV, temáticas de associativismo e cooperativismo.</p> <p>Programas de capacitação em gerenciamento de sistemas de abastecimento de água potável e de saneamento básico fornecidos aos gerentes dos serviços de recursos hídricos.</p> <p>Programas de capacitação para os beneficiários do projeto para estimular a adoção de práticas ambientalmente sustentáveis.</p> <p>Capacitação oferecida a funcionários do governo e parceiros estratégicos de acordo com o Plano de Capacitação do projeto.</p> <p>Investimentos produtivos realizados e em operação.</p>	<p>implantados.</p> <p>Número de Projetos Piloto de reaproveitamento da água implantados com apoio do projeto.</p> <p>Número de participantes nos cursos de capacitação oferecidos pelo projeto.</p> <p>Número de projetos produtivos implantados.</p>		<p>para as organizações de produtores poderiam dificultar a implantação dos planos de negócios. Os treinamentos em processos de aquisições e finanças que serão oferecidos às organizações, como condição prévia ao desembolso, também podem ocasionar atrasos.</p>
<b>Atividades</b>	<p>COMPONENTE 1 – SUPERVISÃO DE INCLUSÃO ECONÔMICA</p> <p>Preparação, implementação e supervisionamento dos Planos de Negócios</p>	<p>Número de Planos de Negócios (PLN) elaborados.</p> <p>Número de centrais de armazenamento em áreas</p>		<p>Baixo número de adesão das ERB's aos editais de Manifestação de Interesse, favorecendo assim a demanda negativa.</p>

	<p>Apoio às OPs para a realização de subprojetos de produção e subprojetos de serviços ambientais</p> <p>COMPONENTE 2 – SUPERVISÃO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO</p> <p>Elaboração e execução de projetos e obras de engenharia de infraestrutura de abastecimento de água potável e saneamento básico</p> <p>Apoio às Associações Comunitárias para a realização de subprojetos de reutilização de águas servidas.</p> <p>PROJETOS PILOTOS DE REÚSO</p> <p>Oficinas de sensibilização e seleção de famílias.</p> <p>Capacitação metodológica sobre o Sistema Bioágua.</p> <p>Elaboração do Plano de Trabalho.</p>	<p>rurais construídas.</p> <p>Número de projetos produtivos e de serviços ambientais realizados.</p> <p>Número de políticas de gestão de riscos elaboradas.</p> <p>Número de Projetos Executivos elaborados.</p> <p>Número de projetos de engenharia analisados e supervisionados.</p> <p>Número de modelos de sistemas de gestão de distribuição de água com escala ampliada.</p> <p>Número de soluções piloto para a operação e gestão sustentáveis desenvolvidas.</p> <p>Número de associações comunitárias apoiadas.</p> <p>Número de oficinas de sensibilização de famílias realizadas.</p> <p>Número de capacitações realizadas.</p>	<p>SIGPRO</p>	<p>Problemas técnicos inerentes ao sistema SCC e/ou dificuldades das ERB's no acesso a <i>internet</i>.</p> <p>Ateste de inviabilidade após testes de vazão ou de qualidade da água.</p> <p>Falta de comprometimento dos beneficiários com as atividades de recuperação ambiental.</p> <p>A capacidade técnica da SDA para projetar e executar adequadamente sistemas de M&amp;A poderia inibir a avaliação dos resultados e do impacto associado.</p>
--	---	--	---------------	--



<b>Insumos</b>	Recursos financeiros apropriados pelo Banco Mundial.  Contrapartida do Estado (FECOP).	Percentual de recurso investido por fonte.	SIGPRO	Cancelamento da operação de crédito em decorrência do baixo percentual de execução fonte BIRD.  Desvalorização cambial, aumentando significativamente o montante do desembolso previsto inicialmente.
----------------	--	--	--------	---



**Governo do Estado do Ceará**  
**Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA**

## **PROJETO: Construção de Cisternas de Placas (1)**

Janeiro / 2015

Secretaria (Proponente)	Secretaria do Desenvolvimento Agrário
Programa (PPA)	029 – Enfrentamento a Pobreza Rural
Mapp (Nº e Denominação)	353 – Construção de 33.400 cisternas de placas – Aditivo ao Convênio MDS Construção de 49.000 cisternas
Período de Execução (em 2015)	janeiro a dezembro
Categoria	Estruturante – Infraestrutura Domiciliar

### 1. Descrição do Projeto

O projeto **Construção de Cisternas de Placas** integra o Programa Água para Todos. É desenvolvido em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN. Em 2009 o Governo do Estado firmou com esse ministério o Convênio Nº718479/2009 para a construção de cisternas de placas. O aporte da contrapartida do Governo Estadual se dava com recursos do FECOP e as ações eram acompanhadas no sistema WebMapp com o número 230. Em 2012 foi feito um aditivo a este convênio e elaborado o projeto ora descrito.

Objetiva a instalação de um sistema de captação e a construção de reservatórios para armazenamento de água das chuvas. Seus beneficiários devem estar enquadrados nos critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família.

### 2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

No PPA 2012/2015 o projeto se insere no âmbito do Programa 29 “Enfrentamento à Pobreza Rural”; Objetivo nº 007 “Construir cisternas, sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário simplificado visando proporcionar a melhoria de qualidade de vida das famílias nas comunidades rurais do Estado”; Meta nº 01179 “Implantar 107.559 cisternas para consumo humano, nas comunidades rurais” e Iniciativa nº 1809 “Construção de reservatórios para captação e armazenamento de água para o consumo humano no semi-árido”

Na Matriz de Resultados do Governo o projeto contribui para o alcance do resultado setorial “Infraestrutura para Agricultura Familiar Fortalecida” e suas realizações podem ser aferidas por meio dos indicadores “Nº de famílias beneficiadas com cisternas”.

### 3. Diagnóstico

A região do semiárido reúne um conjunto de características climáticas, geomorfológicas, econômicas e sociais peculiares, que resultam numa paisagem marcada pela dificuldade no acesso a recursos hídricos.

Do ponto de vista climático, o semiárido é marcado pela forte insolação, pela baixa nebulosidade, por elevadas taxas de evaporação, por temperaturas constantes relativamente altas e pelo regime de chuvas marcado pela irregularidade e concentração das precipitações num curto período de tempo. A pluviosidade média gira

em torno de 350 a 800 mm anuais, havendo uma evapotranspiração e insolação elevadas (2.000 mm/ano e 2.800 horas/ano, respectivamente). Em toda região, pouquíssimos rios e corpos d'água são perenes e as condições reduzidas para armazenamento de água subterrânea agravam ainda mais a seca e aumentam o risco de desertificação em toda a região.

As chuvas são concentradas em um período de três a quatro meses. Além de concentradas no tempo, normalmente ocorrem sob a forma de fortes aguaceiros de pequena duração. Essas características, aliadas à baixa taxa de infiltração no solo, acarretam no rápido escoamento superficial e, conseqüentemente, no agravamento das condições de acesso a recursos hídricos para uso doméstico, produção agropecuária, além da vegetação e animais em geral.

A população da região semi-árida é estimada em 18,5 milhões, correspondendo a 11 % da população brasileira. Quarenta e seis por cento da população (8,6 milhões) vivem em áreas rurais e subsistem sob grande vulnerabilidade social e econômica. Segundo estudos da Embrapa Semi-Árido (CPATSA/Embrapa), 60 dias após o encerramento do período das chuvas, 550 mil dos 2,6 milhões de estabelecimentos rurais da região passam a viver sem qualquer tipo de água para o consumo humano ou animal, nos seus próprios agroecossistemas familiares. Se considerarmos um período de 120 dias após o término das chuvas, podemos projetar que mais de 1 milhão de estabelecimentos fiquem sem qualquer fonte de água no período de seca.

Esta seca possui conseqüências sociais graves e duradouras, contribuindo para a insegurança alimentar da população e outros problemas sociais, incluindo a incidência de inúmeras doenças. Devido à desnutrição e ao consumo de água de baixa qualidade, por exemplo, a taxa de mortalidade infantil na região do semi-árido é historicamente a maior do país.

O território cearense é basicamente situado/classificado como semiárido, sendo 150 de seus 184 municípios considerados como tal. Sabe-se ainda que esta classificação é muito antiga, que inclusive há uma proposta de alteração desta classificação, na qual todos os municípios passam a ter esta classificação, em virtude da irregularidade no quadro climático, em especial quanto ao índice pluviométrico.

O semiárido brasileiro é o maior do mundo em termos de extensão e de densidade demográfica. Com uma área de aproximadamente 980.000 km<sup>2</sup>, abrange 80% do território da região Nordeste. O Estado do Ceará tem uma superfície de aproximadamente 147 mil km<sup>2</sup> dos quais 92% estão situados no semiárido, excluídas apenas as zonas litorâneas e as serras úmidas, que compreendem cerca de 8,0% da área total. Nesta área geográfica, segundo o último Censo Agropecuário realizado em 2006, existem mais de 341 mil estabelecimentos e destes 90% são da agricultura familiar.

Por meio do Programa Água para Todos foram construídas no Ceará, em sua primeira 15.950 cisternas, na segunda 49.000 cisternas. A terceira fase encontra-se em execução e estima construir 33.400 cisternas. A quarta etapa prevê a construção de 11.639 cisternas e encontra-se aguardando a conclusão da regulamentação do Programa. A quinta etapa, com um total de 7.947 cisternas está em negociação final

com o MDS. Ao fim da execução das etapas ora previstas o Programa garantirá o acesso à água para aproximadamente 117.936 famílias em 161 Municípios.

#### **4. Justificativa**

As populações difusas, na maior parte do semi-árido, pouco foram assistidas pelo poder público. As políticas públicas de convivência com o semi-árido já implementadas no Estado, ainda não chegam, de forma satisfatória, ao ponto de modificar substancialmente o cenário existente. Os programas de captação e adução de água para populações difusas ainda não têm a amplitude necessária diante das carências e necessidades observadas.

O Governo do Estado, em parceria com o Governo Federal, no intuito de minimizar os danos sociais causados pela escassez de água no semiárido, lançou em novembro de 2005 o Programa de Cisternas de Placas, uma iniciativa para melhorar o acesso à água para a população de baixa renda que sofre com os efeitos das secas prolongadas, fortalecendo a convivência com o semiárido e garantindo melhor qualidade de vida.

A construção de cisternas de placa tem se constituído em uma alternativa apropriada para oferecer água de qualidade em quantidade para o consumo humano. Trata-se de uma tecnologia simples e de baixo custo, na qual a água da chuva é captada do telhado por meio de calhas e armazenada em um reservatório de 16 mil litros, capaz de garantir água para atender uma família de cinco pessoas em um período de estiagem de aproximadamente oito meses.

#### **5. Histórico**

O Programa iniciou em 2005, numa parceria entre MDS e o Estado do Ceará para construção de 15.950 cisternas, em dezembro de 2009 foi firmado mais um convênio para 49.000 cisternas o qual foi posteriormente aditivado permitindo a construção de mais 33.400 cisternas – objeto do projeto ora apresentado e beneficiará 35 municípios do Estado do Ceará. Em Dezembro de 2012 foi firmado outro convênio com meta de 11.639 cisternas e em Dezembro de 2013, foi negociado mais um total de 7.947 cisternas de placas.

Para o projeto ora apresentado, temos o seguinte histórico financeiro:

<b>Ano</b>	<b>Nº de famílias beneficiadas</b>	<b>Nº de beneficiários</b>	<b>Valor FECOP</b>	<b>Valor (outras fontes)</b>	<b>Valor Total Aplicado</b>
<b>2006 - 2009</b>	15.950,00	79.750,00	3.289.342,30	17.875.000,00	<b>21.164.342,30</b>
<b>2010</b>	7.483,00	37.415,00	15.871.505,11	5.859.869,27	<b>21.731.374,38</b>
<b>2011</b>	24.484,00	122.420,00	23.905.182,39	32.718.122,98	<b>56.623.305,37</b>
<b>2012</b>	17.771,00	88.855,00	12.737.078,92	17.840.281,94	<b>30.577.360,86</b>
<b>2013</b>	14.739,00	73.695,00	6.649.638,50	12.748.071,87	<b>19.397.710,37</b>
<b>2014</b>	20.318,00	101.590,00	7.643.253,92	32.534.613,12	<b>40.177.867,04</b>
<b>TOTAL</b>	<b>100.745</b>	<b>503.725</b>	<b>70.096.001,14</b>	<b>119.575.959,18</b>	<b>189.671.960,32</b>

## 6. Público Alvo

Famílias de baixa renda, localizadas na zona rural, que se encontram em situação de vulnerabilidade social, que vivem em situação de extrema pobreza e que não disponham de fonte de água ou meio suficientemente adequado de armazená-la para o suprimento das suas necessidades.

### 6.1. Critérios adotados para a seleção dos beneficiários

- As famílias devem estar enquadradas nos critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família, do Governo Federal, mesmo que ainda não tenham sido beneficiadas e inseridas no CadÚnico.
- Na perspectiva de integrar as políticas públicas o Programa de Cisternas irá priorizar as famílias rurais beneficiárias dos programas estaduais de Reforma Agrária, as comunidades quilombolas, as comunidades indígenas e as comunidades atendidas pelo carro pipa.

## 7. Objetivos

### Geral

Facilitar aos beneficiários o acesso a água para consumo humano.

### Específicos

- Evitar deslocamentos e grandes caminhadas em busca de água
- Disponibilizar água de qualidade
- Melhorar a convivência com o semiárido
- Promover a educação da população em questão de saúde, higiene, ecologia e cidadania

## 8. Atividades / Detalhamento das atividades

Requisitos para acesso ao Programa:

Documentos: 1. Ata da reunião da Comissão do Plano de Ação de Convivência com a Seca – PACS; 2. Solicitação da entidade demandante; 3. Carteira de identidade, CPF, Número de Inscrição Social – NIS.

Informações Necessárias: 1. Comunidade situada em município inserido no semiárido cearense; 2. Comunidade sem acesso a sistema de abastecimento de água potável; 3. Famílias beneficiárias enquadradas nos critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família do Governo Federal; Critérios para Seleção das Famílias: 1. Comunidades indígenas e quilombolas são prioritárias em elegibilidade; 2. Famílias chefiadas por mulheres; 3. Maior número de crianças de 0 a 6 anos; 4. Maior número de crianças em idade escolar; 5. Maior número de pessoas portadoras de necessidades especiais; 6. Maior número de idosos;

#### **a) Seleção da Demanda Comunidade**

O Ministério do Desenvolvimento Social – MDS define a área de atuação do Programa com os municípios a serem atendidos;

A Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA através da Célula de Planejamento e Programação – CEPEP define o número de famílias a serem atendidas por município com base no estudo realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS e realiza processo licitatório para seleção das entidades executoras sem fins lucrativos;

A Entidade representativa dos beneficiários (Associação, Sindicato, Prefeitura) faz a solicitação através de encaminhamento de ofício, com as demandas da comunidade e o número de famílias a serem beneficiadas, para abertura do processo na Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA;

A Célula de Planejamento e Programação – CEPEP, unidade prestadora, recebe a solicitação e cadastra a demanda e repassa para entidade executora, que encaminha à Comissão do Plano de Ação de Convivência com a Seca - PACS do município, composta por representantes do Governo Estadual, Municipal, Igreja e Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

A Comissão do Plano de Ação de Convivência com a Seca – PACS, em conjunto com a entidade executora, realiza reunião para análise das demandas e seleção das comunidades prioritárias que serão contempladas com registro em ata, enviando-a para a Célula de Planejamento e Programação – CEPEP;

A entidade executora após receber a ata da reunião da Comissão do Plano de Ação de Convivência com a Seca – PACS visita a comunidade selecionada e realiza o cadastro dos beneficiários que se enquadram no Programa de Construção de Cisternas de Placas e realiza licitação para aquisição de material de construção sendo supervisionada pela Célula de Planejamento e Programação – CEPEP;

#### **b) Capacitação em Gerenciamento de Recursos Hídricos**

O beneficiário selecionado participa necessariamente do Curso de Capacitação em Gerenciamento de Recursos Hídricos – GRH realizado pela entidade executora, esta capacitação busca apresentar uma convivência sustentável com o semiárido, como fazer o uso adequado da água armazenada na cisterna e como fazer a manutenção da mesma;

#### **c) Capacitação de pedreiros**

A capacitação de pedreiro visa apresentar as especificidades da tecnologia utilizada incluindo desde a abordagem às famílias beneficiadas, passando pela relação de material, marcação da cisterna, composição dos traços, confecção e montagem das placas, cobertura, reboco, canalização da água, dentre outros.

#### **d) Construção de cisternas de placas**

O beneficiário, como contrapartida, escava o buraco para a construção da cisterna de placa;

A entidade executora realiza a construção da cisterna de placa e emite termo de recebimento da obra assinado pelo beneficiário e encaminha para Célula de Planejamento e Programação – CEPEP;

A Célula de Planejamento e Programação – CEPEP encaminha à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATERCE a relação dos beneficiários das cisternas de placas construídas para o atesto de recebimento da obra

## 9. Produtos

Produtos	2015	Fontes de Verificação
Famílias cadastradas	5.220	Sistema SIG Cisternas: <a href="http://aplicacoes3.mds.gov.br/cisternas">http://aplicacoes3.mds.gov.br/cisternas</a>
Famílias Capacitadas	5.220	Sistema SIG Cisternas: <a href="http://aplicacoes3.mds.gov.br/cisternas">http://aplicacoes3.mds.gov.br/cisternas</a>
Cisterna construída	5.220	Sistema SIG Cisternas: <a href="http://aplicacoes3.mds.gov.br/cisternas">http://aplicacoes3.mds.gov.br/cisternas</a>

## 10. Metas

- Mobilizar 5.220 famílias;
- Capacitar 5.220 famílias;
- Construir 5.220 cisternas.

## 11. Resultados Esperados

Água em quantidade água suficiente para as famílias beneficiárias beberem e cozinarem.

## 12. Integração de Ações

Atualmente a determinação do Governo do Ceará de não tratar o problema da seca como um fenômeno emergencial e sim passível de ações estruturantes se reflete nos programas executados através das Secretarias de Estado e seus programas, notadamente a Secretaria do Desenvolvimento Agrário (Projeto São José e Programa de Ação de Convivência com a Seca – PACS – Programa de Cisternas).

Considerando que a água captada para armazenamento nas cisternas é captada do escoamento do telhado das casas e que estes telhados não tem sempre uma boa conservação, as casas muitas vezes são de taipa, uma das ações governamentais que agregaria ao programa em questão é o Programa Federal Minha Casa Minha Vida. O Programa subsidia a produção de unidades habitacionais aos agricultores familiares e trabalhadores rurais, e abrange todos os municípios nacionais, independentemente do número de habitantes.



Os recursos para produção das unidades habitacionais são oriundos do Orçamento Geral da União (OGU) e são concedidos diretamente às pessoas físicas, trabalhadores rurais ou agricultores familiares, organizadas sob a forma coletiva.

A setorial no Estado do Ceará que vem trabalhando a problemática da implantação e melhorias de habitação é a Secretaria das Cidades, onde conta com o programa de Produção Habitacional do Governo do Estado visam à indução e auxílio financeiro e técnico para que os agentes envolvidos possam acessar aos Programas Federais “Minha Casa Minha Vida” e os programas de Melhorias Habitacionais do Governo do Estado do Ceará que visam à redução do déficit habitacional qualitativo, levando melhoria a habitações em situações precárias e a produção em regime de autoconstrução, de unidades sanitárias domiciliares para unidades habitacionais que ainda não disponha.

A Coordenadoria de Habitação de Interesse Social da Secretaria das Cidades é responsável pela implantação dos planos, programas e projetos habitacionais, voltados prioritariamente para a população de baixa renda.

### **13. Monitoramento**

O monitoramento do Projeto se dará através de visitas de campo em cada entidade parceira e nas famílias cadastradas e nas cisternas após a sua implementação. As capacitações também serão acompanhadas, observando se seu conteúdo, período de realização está sendo de acordo com a proposta do projeto.

Outra forma de monitoramento serão as reuniões de acompanhamento, que deverão ser mensais e conjuntas com a coordenação do Programa.

#### **13.1. Dados Utilizados**

O Ministério do Desenvolvimento Social disponibiliza o “Sistema de Informações Gerenciais – SIG / Cisternas” disponível no sítio: <http://aplicacoes.mds.gov.br/cistesc/>, onde os dados são inseridos, sendo possível também a consulta pública. Em tal sistema estão contidos todos os dados das famílias beneficiadas como (CPF, NIS, etc), famílias capacitadas, pedreiros capacitados e de cisternas construídas pelo Estado do Ceará. O sistema permite a consulta por unidade familiar beneficiada, por comunidade, por município e pelo número do convênio de receita (MDS/SDA), cuja periodicidade ocorrerá a cada mês.

#### **13.2. Cadastro dos Beneficiários**

Os beneficiários são cadastrados no Sistema SIG Cisternas:

<http://aplicacoes3.mds.gov.br/cisternas>

### **14. Pressupostos de Risco**

Desde 2011, temos observado que a escassez ou o excesso de chuvas podem impactar o desenvolvimento das ações: Chuva de menos gerando dificuldade de ter água inclusive para a confecção das placas de cimento; chuva demais atrasa a confecção das placas, uma vez que as mesmas demoram mais para secar e alaga o local onde será construída a cisterna.

## 15. Orçamento

NATUREZA DA DESPESA	FECOP	Outras Fontes	TOTAL
<b>1. DESPESAS CORRENTES</b>	<b>2.243.268,88</b>	<b>15.346.609,79</b>	<b>17.589.878,67</b>
1.1 Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			
Repasse para Entidade (335041)	999.314,40	15.346.609,79	16.345.924,19
1.2 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			
Elementos de Despesas (335039)	1.243.954,48		1.243.954,48
<b>2. DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>422.928,99</b>	<b>1.668.211,50</b>	<b>2.091.140,49</b>
2.1 Obras Civas			0
Elementos de Despesas (445042)	283.353,65	1.668.211,50	1.951.565,15
2.2 Equipamentos e Material Permanente			0
Elemento de Despesas (449052)	139.575,34		139.575,34
2.3 Outras Despesa de Capital			0
Elemento de Despesas			0
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2.666.197,87</b>	<b>17.014.821,29</b>	<b>19.681.019,16</b>

(\*) Ministério do Desenvolvimento Social

A ampliação do valor do projeto se dá devido a um recurso liberado pelo Ministério do Desenvolvimento Social do rendimento do convênio de receita (fonte 82) que tem por objetivo a ampliação de 4.420 cisternas de placas.

## 16. Cronograma de Desembolso fonte FECOP

Item de Despesa	mar/15	out/15	nov/15	Total
<b>Despesa Corrente (R\$)</b>	676.686,38	1.015.029,58	551.552,92	2.243.268,88
<b>Despesa Capital (R\$)</b>	169.171,60	253.757,39		422.928,99
<b>Total (R\$)</b>	845.857,98	1.268.786,97	551.552,92	2.666.197,87

## 17. Distribuição dos Recursos por Município – 2015

Nº de ordem	REGIÃO ADM.	Território	Município	FECOP	OUTRAS FONTES	Pessoas Beneficiadas	TOTAL
1	4	Sert. dos Inhamuns	Aiuaba	5.107,66	32.595,45	50	37.703,11
2	5	Sertão Central	Boa Viagem	143.014,45	912.672,41	1400	1.055.686,86
3	8	Cariri - Centro Sul	Campos Sales	5.107,66	32.595,45	50	37.703,11
4	5	Sertão Central	Caridade	5.107,66	32.595,45	50	37.703,11

5	3	Sobral - Ibiapaba	Croatá	6.129,20	39.114,54	60	45.243,74
6	7	Lit. Leste - Jaguaribe	Ererê	10.215,32	65.190,89	100	75.406,21
7	6	Baturité	Guaramiranga	5.107,66	32.595,45	50	37.703,11
8	5	Sertão Central	Ibaretama	5.107,66	32.595,45	50	37.703,11
9	8	Cariri - Centro Sul	Icó	7.661,49	48.893,17	75	56.554,66
10	4	Sert. dos Inhamuns	Ipueiras	25.538,30	162.977,22	250	188.515,52
11	7	Lit. Leste - Jaguaribe	Iracema	15.322,98	97.786,33	150	113.109,31
12	2	02 - Litoral Oeste	Itapipoca	955.132,19	6.095.347,86	9350	7.050.480,05
13	5	Sertão Central	Itatira	5.107,66	32.595,45	50	37.703,11
14	7	Lit. Leste - Jaguaribe	Jaguaribara	5.107,66	32.595,45	50	37.703,11
15	7	Lit. Leste - Jaguaribe	Jaguaribe	20.430,64	130.381,78	200	150.812,42
16	3	Sobral - Ibiapaba	Mucambo	5.107,66	32.595,45	50	37.703,11
17	4	Sert. dos Inhamuns	Parambu	2.553,83	16.297,60	25	18.851,43
18	7	Lit. Leste - Jaguaribe	Pereiro	10.215,32	65.190,89	100	75.406,21
19	3	Sobral - Ibiapaba	Reriuatuba	22.984,47	146.679,50	225	169.663,97
20	5	Sertão Central	Santa Quitéria	5.107,66	32.595,45	50	37.703,11
21	3	Sobral - Ibiapaba	Sobral	970.455,10	6.193.134,19	9500	7.163.589,29
22	4	Sert. dos Inhamuns	Tamboril	413.720,36	2.640.230,89	4050	3.053.951,25
23	3	Sobral - Ibiapaba	Varjota	16.855,28	107.564,97	165	124.420,25
<b>TOTAL</b>				<b>2.666.197,87</b>	<b>17.014.821,29</b>	<b>26.100</b>	<b>19.681.019,16</b>

\* Estimado total de 5 pessoas por família

## 18. Responsável pelo projeto

Coordenadoria	Coordenadoria de Projetos e Programas Especiais
Técnico	Francisco Abelardo Cavalcante Camurça
e-mail	<a href="mailto:abelardo.camurca@sda.ce.gov.br">abelardo.camurca@sda.ce.gov.br</a>
Fone	(85) 3101.8112
Técnico	Neyara Araújo Lage
e-mail	<a href="mailto:neyara.lage@sda.ce.gov.br">neyara.lage@sda.ce.gov.br</a>
Fone	(85) 3101.8139
Técnico	Gisely de Sousa Castro
e-mail	<a href="mailto:gisely.castro@sda.ce.gov.br">gisely.castro@sda.ce.gov.br</a>
Fone	(85) 3101.8114



**Governo do Estado do Ceará**  
**Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA**

## **PROJETO: Construção de Cisternas de Placas (2)**

Maio de 2015

<b>Secretaria (Proponente)</b>	Secretaria do Desenvolvimento Agrário
<b>Programa (PPA)</b>	029 – Enfrentamento a Pobreza Rural
<b>Mapp (Nº e Denominação)</b>	389 - Construção de 14.245 cisternas de placas e 211 cisternas escolares
<b>Período de Execução (em 2015)</b>	Janeiro a Dezembro
<b>Categoria</b>	Estruturante – Infraestrutura Domiciliar

## 1. Descrição do Projeto

O projeto **Construção de Cisternas de Placas** integra o Programa Água para Todos. É desenvolvido em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN. Em 2009 o Governo do Estado firmou com esse ministério o Convênio Nº718479/2009 para a construção de cisternas de placas. O aporte da contrapartida do Governo Estadual se dava com recursos do FECOP e as ações eram acompanhadas no sistema WebMapp com o número 230 e 353. Em 2012 foi feito um novo convênio (775943/2012) para dar continuidade ao atendimento às famílias com dificuldade de acessar água.

Objetiva a instalação de um sistema de captação e a construção de reservatórios para armazenamento de água das chuvas. Seus beneficiários devem estar enquadrados nos critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família.

## 2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

No PPA 2012/2015 o projeto se insere no âmbito do Programa 29 “Enfrentamento à Pobreza Rural”; Objetivo nº 007 “Construir cisternas, sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário simplificado visando proporcionar a melhoria de qualidade de vida das famílias nas comunidades rurais do Estado”; Meta nº 01179 “Implantar 107.559 cisternas para consumo humano, nas comunidades rurais” e Iniciativa nº 1809 “Construção de reservatórios para captação e armazenamento de água para o consumo humano no semi-árido”

Na Matriz de Resultados do Governo o projeto contribui para o alcance do resultado setorial “Infraestrutura para Agricultura Familiar Fortalecida” e suas realizações podem ser aferidas por meio dos indicadores “Nº de famílias beneficiadas com cisternas”.

## 3. Diagnóstico

A região do semiárido reúne um conjunto de características climáticas, geomorfológicas, econômicas e sociais peculiares, que resultam numa paisagem marcada pela dificuldade no acesso a recursos hídricos.

Do ponto de vista climático, o semiárido é marcado pela forte insolação, pela baixa nebulosidade, por elevadas taxas de evaporação, por temperaturas constantes relativamente altas e pelo regime de chuvas marcado pela irregularidade e concentração das precipitações num curto período de tempo. A pluviosidade média gira

em torno de 350 a 800 mm anuais, havendo uma evapotranspiração e insolação elevadas (2.000 mm/ano e 2.800 horas/ano, respectivamente). Em toda região, pouquíssimos rios e corpos d'água são perenes e as condições reduzidas para armazenamento de água subterrânea agravam ainda mais a seca e aumentam o risco de desertificação em toda a região.

As chuvas são concentradas em um período de três a quatro meses. Além de concentradas no tempo, normalmente ocorrem sob a forma de fortes aguaceiros de pequena duração. Essas características, aliadas à baixa taxa de infiltração no solo, acarretam no rápido escoamento superficial e, conseqüentemente, no agravamento das condições de acesso a recursos hídricos para uso doméstico, produção agropecuária, além da vegetação e animais em geral.

A população da região semi-árida é estimada em 18,5 milhões, correspondendo a 11 % da população brasileira. Quarenta e seis por cento da população (8,6 milhões) vivem em áreas rurais e subsistem sob grande vulnerabilidade social e econômica. Segundo estudos da Embrapa Semi-Árido (CPATSA/Embrapa), 60 dias após o encerramento do período das chuvas, 550 mil dos 2,6 milhões de estabelecimentos rurais da região passam a viver sem qualquer tipo de água para o consumo humano ou animal, nos seus próprios agroecossistemas familiares. Se considerarmos um período de 120 dias após o término das chuvas, podemos projetar que mais de 1 milhão de estabelecimentos fiquem sem qualquer fonte de água no período de seca.

Esta seca possui conseqüências sociais graves e duradouras, contribuindo para a insegurança alimentar da população e outros problemas sociais, incluindo a incidência de inúmeras doenças. Devido à desnutrição e ao consumo de água de baixa qualidade, por exemplo, a taxa de mortalidade infantil na região do semi-árido é historicamente a maior do país.

O território cearense é basicamente situado/classificado como semiárido, sendo 150 de seus 184 municípios considerados como tal. Sabe-se ainda que esta classificação é muito antiga, que inclusive há uma proposta de alteração desta classificação, na qual todos os municípios passam a ter esta classificação, em virtude da irregularidade no quadro climático, em especial quanto ao índice pluviométrico.

O semiárido brasileiro é o maior do mundo em termos de extensão e de densidade demográfica. Com uma área de aproximadamente 980.000 km<sup>2</sup>, abrange 80% do território da região Nordeste. O Estado do Ceará tem uma superfície de aproximadamente 147 mil km<sup>2</sup> dos quais 92% estão situados no semiárido, excluídas apenas as zonas litorâneas e as serras úmidas, que compreendem cerca de 8,0% da área total. Nesta área geográfica, segundo o último Censo Agropecuário realizado em 2006, existem mais de 341 mil estabelecimentos e destes 90% são da agricultura familiar.

Por meio do Programa Brasil Fome Zero e posteriormente Brasil Sem Miséria foram construídas no Ceará, em sua primeira 15.950 cisternas, na segunda 49.000 cisternas. A terceira fase encontra-se em execução e estima construir 33.400 cisternas. A quarta etapa prevê a construção de 6.237 cisternas e encontra-se aguardando a conclusão da regulamentação do Programa. A quinta etapa, com um total de 7.947 cisternas está em

negociação final com o MDS. Ao fim da execução das etapas ora previstas o Programa garantirá o acesso à água para aproximadamente 117.936 famílias em 161 Municípios.

#### 4. Justificativa

As populações difusas, na maior parte do semi-árido, pouco foram assistidas pelo poder público. As políticas públicas de convivência com o semi-árido já implementadas no Estado, ainda não chegam, de forma satisfatória, ao ponto de modificar substancialmente o cenário existente. Os programas de captação e adução de água para populações difusas ainda não têm a amplitude necessária diante das carências e necessidades observadas.

O Governo do Estado, em parceria com o Governo Federal, no intuito de minimizar os danos sociais causados pela escassez de água no semiárido, lançou em novembro de 2007 o Programa de Cisternas de Placas, uma iniciativa para melhorar o acesso à água para a população de baixa renda que sofre com os efeitos das secas prolongadas, fortalecendo a convivência com o semiárido e garantindo melhor qualidade de vida.

A construção de cisternas de placa tem se constituído em uma alternativa apropriada para oferecer água de qualidade em quantidade para o consumo humano. Trata-se de uma tecnologia simples e de baixo custo, na qual a água da chuva é captada do telhado por meio de calhas e armazenada em um reservatório de 16 mil litros, capaz de garantir água para atender uma família de cinco pessoas em um período de estiagem de aproximadamente oito meses.

#### 5. Histórico

O Programa iniciou em 2005, numa parceria entre MDS e o Estado do Ceará para construção de 15.950 cisternas, em dezembro de 2009 foi firmado mais um convênio para 49.000 cisternas o qual foi posteriormente aditivado permitindo a construção de mais 33.400 cisternas – objeto do projeto ora apresentado e beneficiará 35 municípios do Estado do Ceará. Em Dezembro de 2012 foi firmado outro convênio com meta de 11.639 cisternas e em Dezembro de 2013, foi negociado mais um total de 7.947 cisternas de placas.

Atualmente o Programa de Cisternas é trabalhado dentro do Plano Brasil sem Miséria, buscando a universalização do acesso à água, sendo trabalhado também no orçamento do Ministério da Integração Nacional e Ministério da Saúde. A nível estadual, temos ações do Banco do Nordeste, da Fundação Banco do Brasil e da Articulação do Semi Árido Brasileiro, há ainda parcerias à nível municipal, onde municípios tem execução direta.

Ano	Nº de famílias beneficiadas	Nº de beneficiários	Valor FECOP	Valor (outras fontes)*	Valor Total Aplicado
<b>2006 - 2009</b>	15.950,00	79.750,00	3.289.342,30	17.875.000,00	<b>21.164.342,30</b>
<b>2010</b>	7.483,00	37.415,00	15.871.505,11	5.859.869,27	<b>21.731.374,38</b>

<b>2011</b>	24.484,00	122.420,00	23.905.182,39	32.718.122,98	<b>56.623.305,37</b>
<b>2012</b>	17.771,00	88.855,00	12.737.078,92	17.840.281,94	<b>30.577.360,86</b>
<b>2013</b>	14.739,00	73.695,00	6.649.638,50	12.748.071,87	<b>19.397.710,37</b>
<b>2014</b>	20.318,00	101.590,00	7.643.253,92	32.534.613,12	<b>40.177.867,04</b>
<b>TOTAL</b>	<b>100.745</b>	<b>503.725</b>	<b>70.096.001,14</b>	<b>119.575.959,18</b>	<b>189.671.960,32</b>

\*Governo Federal (MDS)

Para o projeto ora apresentado, temos o seguinte histórico financeiro:

<b>Ano</b>	<b>Nº de famílias beneficiadas</b>	<b>Nº de beneficiários</b>	<b>Valor FECOP</b>	<b>Valor (outras fontes)*</b>	<b>Valor Total Aplicado</b>
<b>2013</b>	100	100	400.000,00	0,00	400.000,00
<b>2014</b>	2.580	2.580	798.806,16	9.771.236,74	10.570.042,90
<b>TOTAL</b>	<b>2.680</b>	<b>2.680</b>	<b>1.198.806,16</b>	<b>9.771.236,74</b>	<b>10.970.042,90</b>

\*Governo Federal (MDS)

## **6. Público Alvo**

Famílias de baixa renda, localizadas na zona rural, que se encontram em situação de vulnerabilidade social, que vivem em situação de extrema pobreza e que não disponham de fonte de água ou meio suficientemente adequado de armazená-la para o suprimento das suas necessidades.

### **6.1. Critérios adotados para a seleção dos beneficiários**

- As famílias devem estar enquadradas nos critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família, do Governo Federal, mesmo que ainda não tenham sido beneficiadas e inseridas no CadÚnico.
- Na perspectiva de integrar as políticas públicas o Programa de Cisternas irá priorizar as famílias rurais beneficiárias dos programas estaduais de Reforma Agrária, as comunidades quilombolas, as comunidades indígenas e as comunidades atendidas pelo carro pipa.

## **7. Objetivos**

### **Geral**

Proporcionar aos beneficiários o acesso a água para consumo humano.

### **Específicos**

- Evitar deslocamentos e grandes caminhadas em busca de água
- Disponibilizar água de qualidade
- Melhorar a convivência com o semiárido



- Promover a educação da população em questão de saúde, higiene, ecologia e cidadania

## **8. Atividades / Detalhamento das atividades**

Requisitos para acesso ao Programa:

Documentos: 1. Ata da reunião da Comissão do Plano de Ação de Convivência com a Seca – PACS; 2. Solicitação da entidade demandante; 3. Carteira de identidade, CPF, Número de Inscrição Social – NIS.

Informações Necessárias: 1. Comunidade situada em município inserido no semiárido cearense; 2. Comunidade sem acesso a sistema de abastecimento de água potável; 3. Famílias beneficiárias enquadradas nos critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família do Governo Federal; Critérios para Seleção das Famílias: 1. Comunidades indígenas e quilombolas são prioritárias em elegibilidade; 2. Famílias chefiadas por mulheres; 3. Maior número de crianças de 0 a 6 anos; 4. Maior número de crianças em idade escolar; 5. Maior número de pessoas portadoras de necessidades especiais; 6. Maior número de idosos;

### **a) Seleção da Demanda Comunidade**

O Ministério do Desenvolvimento Social – MDS define a área de atuação do Programa com os municípios a serem atendidos;

A Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA através da Célula de Planejamento e Programação – CEPEP define o número de famílias a serem atendidas por município com base no estudo realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS e realiza processo licitatório para seleção das entidades executoras sem fins lucrativos;

A Entidade representativa dos beneficiários (Associação, Sindicato, Prefeitura) faz a solicitação através de encaminhamento de ofício, com as demandas da comunidade e o número de famílias a serem beneficiadas, para abertura do processo na Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA;

A Célula de Planejamento e Programação – CEPEP, unidade prestadora, recebe a solicitação e cadastra a demanda e repassa para entidade executora, que encaminha à Comissão do Plano de Ação de Convivência com a Seca - PACS do município, composta por representantes do Governo Estadual, Municipal, Igreja e Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

A Comissão do Plano de Ação de Convivência com a Seca – PACS, em conjunto com a entidade executora, realiza reunião para análise das demandas e seleção das comunidades prioritárias que serão contempladas com registro em ata, enviando-a para a Célula de Planejamento e Programação – CEPEP;

A entidade executora após receber a ata da reunião da Comissão do Plano de Ação de Convivência com a Seca – PACS visita a comunidade selecionada e realiza o cadastro dos beneficiários que se enquadram no Programa de Construção de Cisternas de Placas e realiza licitação para aquisição de material de construção sendo supervisionada pela Célula de Planejamento e Programação – CEPEP;

#### **b) Capacitação em Gerenciamento de Recursos Hídricos**

O beneficiário selecionado participa necessariamente do Curso de Capacitação em Gerenciamento de Recursos Hídricos – GRH realizado pela entidade executora, esta capacitação busca apresentar uma convivência sustentável com o semiárido, como fazer o uso adequado da água armazenada na cisterna e como fazer a manutenção da mesma;

#### **c) Capacitação de pedreiros**

A capacitação de pedreiro visa apresentar as especificidades da tecnologia utilizada incluindo desde a abordagem às famílias beneficiadas, passando pela relação de material, marcação da cisterna, composição dos traços, confecção e montagem das placas, cobertura, reboco, canalização da água, dentre outros.

#### **d) Construção de cisternas de placas**

O beneficiário, como contrapartida, escava o buraco para a construção da cisterna de placa;

A entidade executora realiza a construção da cisterna de placa e emite termo de recebimento da obra assinado pelo beneficiário e encaminha para Célula de Planejamento e Programação – CEPEP;

A Célula de Planejamento e Programação – CEPEP encaminha à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATERCE a relação dos beneficiários das cisternas de placas construídas para o atesto de recebimento da obra

### **9. Produtos**

<b>Produtos</b>	<b>2015</b>	<b>Fontes de Verificação</b>
Famílias Capacitadas	7.695	Sistema SIG Cisternas: <a href="http://aplicacoes3.mds.gov.br/cisternas">http://aplicacoes3.mds.gov.br/cisternas</a>
Cisterna construída	7.695	Sistema SIG Cisternas: <a href="http://aplicacoes3.mds.gov.br/cisternas">http://aplicacoes3.mds.gov.br/cisternas</a>

### **10. Metas**

19. Mobilizar 7.695 famílias;
20. Capacitar 7.695 famílias;
21. Construir 7.695 cisternas.

## **11. Resultados Esperados**

Água em quantidade suficiente para as famílias beneficiárias beberem e cozinhare.

## **12. Integração de Ações**

Atualmente a determinação do Governo do Ceará de não tratar o problema da seca como um fenômeno emergencial e sim passível de ações estruturantes se reflete nos programas executados através das Secretarias de Estado e seus programas, notadamente a Secretaria do Desenvolvimento Agrário (Projeto São José e Programa de Ação de Convivência com a Seca – PACS – Programa de Cisternas).

Considerando que a água captada para armazenamento nas cisternas é captada do escoamento do telhado das casas e que estes telhados não tem sempre uma boa conservação, as casas muitas vezes são de taipa, uma das ações governamentais que agregaria ao programa em questão é o Programa Federal Minha Casa Minha Vida. O Programa subsidia a produção de unidades habitacionais aos agricultores familiares e trabalhadores rurais, e abrange todos os municípios nacionais, independentemente do número de habitantes.

Os recursos para produção das unidades habitacionais são oriundos do Orçamento Geral da União (OGU) e são concedidos diretamente às pessoas físicas, trabalhadores rurais ou agricultores familiares, organizadas sob a forma coletiva.

A setorial no Estado do Ceará que vem trabalhando a problemática da implantação e melhorias de habitação é a Secretaria das Cidades, onde conta com o programa de Produção Habitacional do Governo do Estado visam à indução e auxílio financeiro e técnico para que os agentes envolvidos possam acessar aos Programas Federais “Minha Casa Minha Vida” e os programas de Melhorias Habitacionais do Governo do Estado do Ceará que visam à redução do déficit habitacional qualitativo, levando melhoria a habitações em situações precárias e a produção em regime de autoconstrução, de unidades sanitárias domiciliares para unidades habitacionais que ainda não disponha.

A Coordenadoria de Habitação de Interesse Social da Secretaria das Cidades é responsável pela implantação dos planos, programas e projetos habitacionais, voltados prioritariamente para a população de baixa renda.

## **13. Monitoramento**

O monitoramento do Projeto se dará através de visitas de campo em cada entidade parceira e nas famílias cadastradas e nas cisternas após a sua implementação. As capacitações também serão acompanhadas, observando se seu conteúdo, período de realização está sendo de acordo com a proposta do projeto.

Outra forma de monitoramento serão as reuniões de acompanhamento, que deverão ser mensais e conjuntas com a coordenação do Programa.

### 13.1. Dados Utilizados

O Ministério do Desenvolvimento Social disponibiliza o “Sistema de Informações Gerenciais – SIG / Cisternas” disponível no sítio: <http://aplicacoes.mds.gov.br/cistesc/>, onde os dados são inseridos, sendo possível também a consulta pública. Em tal sistema estão contidos todos os dados das famílias beneficiadas como (CPF, NIS, etc), famílias capacitadas, pedreiros capacitados e de cisternas construídas pelo Estado do Ceará. O sistema permite a consulta por unidade familiar beneficiada, por comunidade, por município e pelo número do convênio de receita (MDS/SDA), cuja periodicidade ocorrerá a cada mês.

### 13.2. Cadastro dos Beneficiários

Os beneficiários são cadastrados no Sistema SIG Cisternas:  
<http://aplicacoes3.mds.gov.br/cisternas>

### 14. Pressupostos de Risco

Desde 2011, temos observado que a escassez ou o excesso de chuvas podem impactar o desenvolvimento das ações: Chuva de menos gerando dificuldade de ter água inclusive para a confecção das placas de cimento; chuva demais atrasa a confecção das placas, uma vez que as mesmas demoram mais para secar e alagam o local onde será construída a cisterna.

### 15. Orçamento

NATUREZA DA DESPESA	FECOP	Outras Fontes	TOTAL
<b>1. DESPESAS CORRENTES</b>	<b>1.046.340,69</b>	<b>4.435.305,22</b>	<b>5.481.645,91</b>
Elemento de Despesa (335039)	1.046.340,69	4.435.305,22	5.481.645,91
<b>2. DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.149.479,31</b>	<b>17.741.220,90</b>	<b>18.890.700,21</b>
Elemento de Despesa (449039)	368.112,21	17.741.220,90	18.109.333,11
Elemento de Despesa (449052)	781.367,10		781.367,10
TOTAL GERAL	2.195.820,00	22.176.526,12	24.372.346,12

### 16. Cronograma de Desembolso fonte FECOP

Item de Despesa	mar/15	jun/15	out/15	Total
<b>Despesa Corrente (R\$)</b>	1.189.164,00			1.189.164,00
<b>Despesa Capital (R\$)</b>	1.006.656,00			1.006.656,00
<b>Total (R\$)</b>	2.195.820,00			2.195.820,00

## 17. Distribuição dos Recursos por Município – 2015

Nº de ordem	REGIÃO ADM.	Região adm / Território	Município	FECOP	OUTRAS FONTES	Pessoas Beneficiadas	TOTAL
1	6	Baturité	Acarape	25.980,23	262.385,51	530	335.692,45
2	8	Cariri - Centro Sul	Antonina do Norte	23.284,17	235.156,82	475	300.856,44
3	8	Cariri - Centro Sul	Baixio	70.097,61	707.945,81	1430	905.736,24
4	8	Cariri - Centro Sul	Cariús	137.989,36	1.393.613,60	2815	1.782.970,29
5	3	Sobral - Ibiapaba	Guaraciaba do Norte	411.762,21	4.158.562,77	8400	5.320.408,69
6	8	Cariri - Centro Sul	Iguatu	332.596,02	3.359.029,57	6785	4.297.496,78
7	8	Cariri - Centro Sul	Ipaumirim	86.764,18	876.268,58	1770	1.121.086,12
8	3	Sobral - Ibiapaba	Irauçuba	6.127,41	61.883,37	125	79.172,75
9	7	Lit. Leste - Jaguaribe	Jaguetama	6.127,41	61.883,37	125	79.172,75
10	8	Cariri - Centro Sul	Jucás	94.852,37	957.954,64	1935	1.225.594,15
11	7	Lit. Leste - Jaguaribe	Limoeiro do Norte	183.087,12	1.849.075,23	3735	2.365.681,72
12	3	Sobral - Ibiapaba	Massapê	162.008,82	1.636.196,42	3305	2.093.327,47
13	2	Litoral Oeste	Miraima	6.127,41	61.883,37	125	79.172,75
14	8	Cariri - Centro Sul	Orós	127.695,30	1.289.649,53	2605	1.649.960,08
15	7	Lit. Leste - Jaguaribe	Potiretama	6.127,41	61.883,37	125	79.172,75
16	5	Sertão Central	Quixeramobim	256.861,19	2.594.151,06	5240	3.318.921,61
17	7	Lit. Leste - Jaguaribe	Quixeré	45.342,86	457.936,97	925	585.878,34
18	8	Cariri - Centro Sul	Salitre	206.861,51	2.089.182,76	4220	2.672.871,99
19	8	Cariri - Centro Sul	Umari	6.127,41	61.883,37	125	79.172,75
<b>TOTAL</b>				<b>2.195.820,00</b>	<b>22.176.526,12</b>	<b>44.795</b>	<b>28.372.346,12</b>

\* Estimado aproximadamente 5 pessoas por família

### 18. Responsável pelo projeto

Coordenadoria	Coordenadoria de Projetos e Programas Especiais
Técnico	Francisco Abelardo Cavalcante Camurça
e-mail	<a href="mailto:abelardo.camurca@sda.ce.gov.br">abelardo.camurca@sda.ce.gov.br</a>
Fone	(85) 3101.8112
Técnico	Neyara Araújo Lage
e-mail	<a href="mailto:neyara.lage@sda.ce.gov.br">neyara.lage@sda.ce.gov.br</a>
Fone	(85) 3101.8139
Técnico	Gisely de Sousa Castro
e-mail	<a href="mailto:gisely.castro@sda.ce.gov.br">gisely.castro@sda.ce.gov.br</a>
Fone	(85) 3101.8114



**Governo do Estado do Ceará**  
**Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA**

**PROJETO: Construção de Cisternas de Placas (3)**

**Janeiro de 2015**

Secretaria (Proponente)	Secretaria do Desenvolvimento Agrário
Programa (PPA)	029 – Enfrentamento a Pobreza Rural
Mapp (Nº e Denominação)	476 - Implementação de 7.947 cisternas de placas e Capacitação em Convivência Sustentável com o Semiárido.
Período de Execução (em 2015)	janeiro a dezembro
Categoria	Estruturante – Infraestrutura Domiciliar

## 1. Descrição do Projeto

O projeto **Construção de Cisternas de Placas** integra o Programa Água para Todos. É desenvolvido em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN. Em 2009 o Governo do Estado firmou com esse ministério o Convênio Nº718479/2009 para a construção de cisternas de placas. O aporte da contrapartida do Governo Estadual se dava com recursos do FECOP e as ações eram acompanhadas no sistema WebMapp com o número 230, 353 e 489. Em 2013 foi feito um outro convênio (795128/2013) para dar complementar a demanda de municípios que foram atendidos através do convênio 718479/20109.

Objetiva a instalação de um sistema de captação e a construção de reservatórios para armazenamento de água das chuvas. Seus beneficiários devem estar enquadrados nos critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família.

## 2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

No PPA 2012/2015 o projeto se insere no âmbito do Programa 29 “Enfrentamento à Pobreza Rural”; Objetivo nº 007 “Construir cisternas, sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário simplificado visando proporcionar a melhoria de qualidade de vida das famílias nas comunidades rurais do Estado”; Meta nº 01179 “Implantar 107.559 cisternas para consumo humano, nas comunidades rurais” e Iniciativa nº 1809 “Construção de reservatórios para captação e armazenamento de água para o consumo humano no semi-árido”

Na Matriz de Resultados do Governo o projeto contribui para o alcance do resultado setorial “Infraestrutura para Agricultura Familiar Fortalecida” e suas realizações podem ser aferidas por meio dos indicadores “Nº de famílias beneficiadas com cisternas”.

## 3. Diagnóstico

A região do semiárido reúne um conjunto de características climáticas, geomorfológicas, econômicas e sociais peculiares, que resultam numa paisagem marcada pela dificuldade no acesso a recursos hídricos.

Do ponto de vista climático, o semiárido é marcado pela forte insolação, pela baixa nebulosidade, por elevadas taxas de evaporação, por temperaturas constantes relativamente altas e pelo regime de chuvas marcado pela irregularidade e concentração das precipitações num curto período de tempo. A pluviosidade média gira em torno de 350 a 800 mm anuais, havendo uma evapotranspiração e insolação elevadas (2.000 mm/ano e 2.800 horas/ano, respectivamente). Em toda região,



pouquíssimos rios e corpos d'água são perenes e as condições reduzidas para armazenamento de água subterrânea agravam ainda mais a seca e aumentam o risco de desertificação em toda a região.

As chuvas são concentradas em um período de três a quatro meses. Além de concentradas no tempo, normalmente ocorrem sob a forma de fortes aguaceiros de pequena duração. Essas características, aliadas à baixa taxa de infiltração no solo, acarretam no rápido escoamento superficial e, conseqüentemente, no agravamento das condições de acesso a recursos hídricos para uso doméstico, produção agropecuária, além da vegetação e animais em geral.

A população da região semi-árida é estimada em 18,5 milhões, correspondendo a 11 % da população brasileira. Quarenta e seis por cento da população (8,6 milhões) vivem em áreas rurais e subsistem sob grande vulnerabilidade social e econômica. Segundo estudos da Embrapa Semi-Árido (CPATSA/Embrapa), 60 dias após o encerramento do período das chuvas, 550 mil dos 2,6 milhões de estabelecimentos rurais da região passam a viver sem qualquer tipo de água para o consumo humano ou animal, nos seus próprios agroecossistemas familiares. Se considerarmos um período de 120 dias após o término das chuvas, podemos projetar que mais de 1 milhão de estabelecimentos fiquem sem qualquer fonte de água no período de seca.

Esta seca possui conseqüências sociais graves e duradouras, contribuindo para a insegurança alimentar da população e outros problemas sociais, incluindo a incidência de inúmeras doenças. Devido à desnutrição e ao consumo de água de baixa qualidade, por exemplo, a taxa de mortalidade infantil na região do semi-árido é historicamente a maior do país.

O território cearense é basicamente situado/classificado como semiárido, sendo 150 de seus 184 municípios considerados como tal. Sabe-se ainda que esta classificação é muito antiga, que inclusive há uma proposta de alteração desta classificação, na qual todos os municípios passam a ter esta classificação, em virtude da irregularidade no quadro climático, em especial quanto ao índice pluviométrico.

O semiárido brasileiro é o maior do mundo em termos de extensão e de densidade demográfica. Com uma área de aproximadamente 980.000 km<sup>2</sup>, abrange 80% do território da região Nordeste. O Estado do Ceará tem uma superfície de aproximadamente 147 mil km<sup>2</sup> dos quais 92% estão situados no semiárido, excluídas apenas as zonas litorâneas e as serras úmidas, que compreendem cerca de 8,0% da área total. Nesta área geográfica, segundo o último Censo Agropecuário realizado em 2006, existem mais de 341 mil estabelecimentos e destes 90% são da agricultura familiar.

Por meio do Programa Brasil Fome Zero e posteriormente Brasil Sem Miséria foram construídas no Ceará, em sua primeira 15.950 cisternas, na segunda 49.000 cisternas. A terceira fase encontra-se em execução e estima construir 33.400 cisternas. A quarta etapa prevê a construção de 11.639 cisternas e encontra-se aguardando a conclusão da regulamentação do Programa. A quinta etapa, com um total de 7.947 cisternas está em negociação final com o MDS. Ao fim da execução das etapas ora previstas o Programa garantirá o acesso à água para aproximadamente 117.936 famílias em 161 Municípios.

#### 4. Justificativa

As populações difusas, na maior parte do semi-árido, pouco foram assistidas pelo poder público. As políticas públicas de convivência com o semi-árido já implementadas no Estado, ainda não chegam, de forma satisfatória, ao ponto de modificar substancialmente o cenário existente. Os programas de captação e adução de água para populações difusas ainda não têm a amplitude necessária diante das carências e necessidades observadas.

O Governo do Estado, em parceria com o Governo Federal, no intuito de minimizar os danos sociais causados pela escassez de água no semiárido, lançou em novembro de 2007 o Programa de Cisternas de Placas, uma iniciativa para melhorar o acesso à água para a população de baixa renda que sofre com os efeitos das secas prolongadas, fortalecendo a convivência com o semiárido e garantindo melhor qualidade de vida.

A construção de cisternas de placa tem se constituído em uma alternativa apropriada para oferecer água de qualidade em quantidade para o consumo humano. Trata-se de uma tecnologia simples e de baixo custo, na qual a água da chuva é captada do telhado por meio de calhas e armazenada em um reservatório de 16 mil litros, capaz de garantir água para atender uma família de cinco pessoas em um período de estiagem de aproximadamente oito meses.

#### 5. Histórico

O Programa iniciou em 2005, numa parceria entre MDS e o Estado do Ceará para construção de 15.950 cisternas, em dezembro de 2009 foi firmado mais um convênio para 49.000 cisternas o qual foi posteriormente aditivado permitindo a construção de mais 33.400 cisternas – objeto do projeto ora apresentado e beneficiará 35 municípios do Estado do Ceará. Em Dezembro de 2012 foi firmado outro convênio com meta de 11.639 cisternas e em Dezembro de 2013, foi negociado mais um total de 7.947 cisternas de placas.

Para o projeto ora apresentado, temos o seguinte histórico financeiro:

Ano	Nº de famílias beneficiadas	Nº de beneficiários	Valor FECOP	Valor (outras fontes)	Valor Total Aplicado
<b>2006 - 2009</b>	15.950,00	79.750,00	3.289.342,30	17.875.000,00	<b>21.164.342,30</b>
<b>2010</b>	7.483,00	37.415,00	15.871.505,11	5.859.869,27	<b>21.731.374,38</b>
<b>2011</b>	24.484,00	122.420,00	23.905.182,39	32.718.122,98	<b>56.623.305,37</b>
<b>2012</b>	17.771,00	88.855,00	12.737.078,92	17.840.281,94	<b>30.577.360,86</b>
<b>2013</b>	14.739,00	73.695,00	6.649.638,50	12.748.071,87	<b>19.397.710,37</b>
<b>2014</b>	20.318,00	101.590,00	7.643.253,92	32.534.613,12	<b>40.177.867,04</b>
<b>TOTAL</b>	<b>100.745</b>	<b>503.725</b>	<b>70.096.001,14</b>	<b>119.575.959,18</b>	<b>189.671.960,32</b>

## 6. Público Alvo

Famílias de baixa renda, localizadas na zona rural, que se encontram em situação de vulnerabilidade social, que vivem em situação de extrema pobreza e que não disponham de fonte de água ou meio suficientemente adequado de armazená-la para o suprimento das suas necessidades.

### 6.1. Critérios adotados para a seleção dos beneficiários

- As famílias devem estar enquadradas nos critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família, do Governo Federal, mesmo que ainda não tenham sido beneficiadas e inseridas no CadÚnico.
- Na perspectiva de integrar as políticas públicas o Programa de Cisternas irá priorizar as famílias rurais beneficiárias dos programas estaduais de Reforma Agrária, as comunidades quilombolas, as comunidades indígenas e as comunidades atendidas pelo carro pipa.

## 7. Objetivos

### Geral

Facilitar aos beneficiários o acesso a água para consumo humano.

### Específicos

- Evitar deslocamentos e grandes caminhadas em busca de água
- Disponibilizar água de qualidade
- Melhorar a convivência com o semiárido
- Promover a educação da população em questão de saúde, higiene, ecologia e cidadania

## 8. Atividades / Detalhamento das atividades

Requisitos para acesso ao Programa:

Documentos: 1. Ata da reunião da Comissão do Plano de Ação de Convivência com a Seca – PACS; 2. Solicitação da entidade demandante; 3. Carteira de identidade, CPF, Número de Inscrição Social – NIS.

Informações Necessárias: 1. Comunidade situada em município inserido no semiárido cearense; 2. Comunidade sem acesso a sistema de abastecimento de água potável; 3. Famílias beneficiárias enquadradas nos critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família do Governo Federal; Critérios para Seleção das Famílias: 1. Comunidades indígenas e quilombolas são prioritárias em elegibilidade; 2. Famílias chefiadas por mulheres; 3. Maior número de crianças de 0 a 6 anos; 4. Maior número de crianças em idade escolar; 5. Maior número de pessoas portadoras de necessidades especiais; 6. Maior número de idosos;

### **a) Seleção da Demanda Comunidade**

O Ministério do Desenvolvimento Social – MDS define a área de atuação do Programa com os municípios a serem atendidos;

A Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA através da Célula de Planejamento e Programação – CEPEP define o número de famílias a serem atendidas por município com base no estudo realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS e realiza processo licitatório para seleção das entidades executoras sem fins lucrativos;

A Entidade representativa dos beneficiários (Associação, Sindicato, Prefeitura) faz a solicitação através de encaminhamento de ofício, com as demandas da comunidade e o número de famílias a serem beneficiadas, para abertura do processo na Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA;

A Célula de Planejamento e Programação – CEPEP, unidade prestadora, recebe a solicitação e cadastra a demanda e repassa para entidade executora, que encaminha à Comissão do Plano de Ação de Convivência com a Seca - PACS do município, composta por representantes do Governo Estadual, Municipal, Igreja e Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

A Comissão do Plano de Ação de Convivência com a Seca – PACS, em conjunto com a entidade executora, realiza reunião para análise das demandas e seleção das comunidades prioritárias que serão contempladas com registro em ata, enviando-a para a Célula de Planejamento e Programação – CEPEP;

A entidade executora após receber a ata da reunião da Comissão do Plano de Ação de Convivência com a Seca – PACS visita a comunidade selecionada e realiza o cadastro dos beneficiários que se enquadram no Programa de Construção de Cisternas de Placas e realiza licitação para aquisição de material de construção sendo supervisionada pela Célula de Planejamento e Programação – CEPEP;

### **b) Capacitação em Gerenciamento de Recursos Hídricos**

O beneficiário selecionado participa necessariamente do Curso de Capacitação em Gerenciamento de Recursos Hídricos – GRH realizado pela entidade executora, esta capacitação busca apresentar uma convivência sustentável com o semiárido, como fazer o uso adequado da água armazenada na cisterna e como fazer a manutenção da mesma;

### **c) Capacitação de pedreiros**

A capacitação de pedreiro visa apresentar as especificidades da tecnologia utilizada incluindo desde a abordagem às famílias beneficiadas, passando pela relação de material, marcação da cisterna, composição dos traços, confecção e montagem das placas, cobertura, reboco, canalização da água, dentre outros.

### **d) Construção de cisternas de placas**

O beneficiário, como contrapartida, escava o buraco para a construção da cisterna de placa;

A entidade executora realiza a construção da cisterna de placa e emite termo de recebimento da obra assinado pelo beneficiário e encaminha para Célula de Planejamento e Programação – CEPEP;

A Célula de Planejamento e Programação – CEPEP encaminha à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATERCE a relação dos beneficiários das cisternas de placas construídas para o atesto de recebimento da obra

## 9. Produtos

Produtos	2015	Fontes de Verificação
Famílias Capacitadas	7.947	Sistema SIG Cisternas: <a href="http://aplicacoes3.mds.gov.br/cisternas">http://aplicacoes3.mds.gov.br/cisternas</a>
Pedreiros Capacitados	80	Sistema SIG Cisternas: <a href="http://aplicacoes3.mds.gov.br/cisternas">http://aplicacoes3.mds.gov.br/cisternas</a>
Cisterna construída	3.522	Sistema SIG Cisternas: <a href="http://aplicacoes3.mds.gov.br/cisternas">http://aplicacoes3.mds.gov.br/cisternas</a>

## 10. Metas

- Mobilizar 7.947 famílias;
- Capacitar 7.947 famílias;
- Capacitar 80 pedreiros;
- Construir 3.522 cisternas.

## 11. Resultados Esperados

Água em quantidade água suficiente para as famílias beneficiárias beberem e cozinhare.

## 12. Integração de Ações

Atualmente a determinação do Governo do Ceará de não tratar o problema da seca como um fenômeno emergencial e sim passível de ações estruturantes se reflete nos programas executados através das Secretarias de Estado e seus programas, notadamente a Secretaria do Desenvolvimento Agrário (Projeto São José e Programa de Ação de Convivência com a Seca – PACS – Programa de Cisternas).

Considerando que a água captada para armazenamento nas cisternas é captada do escoamento do telhado das casas e que estes telhados não tem sempre uma boa conservação, pois as casas muitas vezes são de taipa, uma das ações governamentais que agregaria ao programa em questão é o Programa Federal Minha Casa Minha Vida. O Programa subsidia a produção de unidades habitacionais aos agricultores familiares e trabalhadores rurais, e abrange todos os municípios nacionais, independentemente do número de habitantes.

Os recursos para produção das unidades habitacionais são oriundos do Orçamento Geral da União (OGU) e são concedidos diretamente às pessoas físicas, trabalhadores rurais ou agricultores familiares, organizadas sob a forma coletiva.

A setorial no Estado do Ceará que vem trabalhando a problemática da implantação e melhorias de habitação é a Secretaria das Cidades, que conta com o programa de Produção Habitacional do Governo do Estado visam à indução e auxílio financeiro e técnico para que os agentes envolvidos possam acessar aos Programas Federais “Minha Casa Minha Vida” e os programas de Melhorias Habitacionais do Governo do Estado do Ceará que visam à redução do déficit habitacional qualitativo, levando melhoria às habitações em situações precárias e a produção em regime de autoconstrução, de unidades sanitárias domiciliares para unidades habitacionais que ainda não disponha.

A Coordenadoria de Habitação de Interesse Social da Secretaria das Cidades é responsável pela implantação dos planos, programas e projetos habitacionais, voltados prioritariamente para a população de baixa renda.

### **13. Monitoramento**

O monitoramento do Projeto se dará através de visitas de campo em cada entidade parceira e nas famílias cadastradas e nas cisternas após a sua implementação. As capacitações também serão acompanhadas, observando se seu conteúdo, período de realização está sendo de acordo com a proposta do projeto.

Outra forma de monitoramento serão as reuniões de acompanhamento, que deverão ser mensais e conjuntas com a coordenação do Programa.

#### **13.1. Dados Utilizados**

O Ministério do Desenvolvimento Social disponibiliza o “Sistema de Informações Gerenciais – SIG / Cisternas” disponível no sítio: <http://aplicacoes.mds.gov.br/cistesc/>, onde os dados são inseridos, sendo possível também a consulta pública. Em tal sistema estão contidos todos os dados das famílias beneficiadas como (CPF, NIS, etc), famílias capacitadas, pedreiros capacitados e de cisternas construídas pelo Estado do Ceará. O sistema permite a consulta por unidade familiar beneficiada, por comunidade, por município e pelo número do convênio de receita (MDS/SDA), cuja periodicidade ocorrerá a cada mês.

#### **13.2. Cadastro dos Beneficiários**

Os beneficiários são cadastrados no Sistema SIG Cisternas:  
<http://aplicacoes3.mds.gov.br/cisternas>

### **14. Pressupostos de Risco**

Desde 2011, temos observado que a escassez ou o excesso de chuvas podem impactar o desenvolvimento das ações: Chuva de menos gerando dificuldade de ter água inclusive para a confecção das placas de cimento; chuva demais atrasa a confecção das placas, uma vez que as mesmas demoram mais para secar e alaga o local onde será construída a cisterna.

## 15. Orçamento

NATUREZA DA DESPESA	FECOP	Outras Fontes	TOTAL
1. DESPESAS CORRENTES			
Elemento de Despesa (335039)	603.596,00	3.026.089,66	3.629.685,66
2. DESPESAS DE CAPITAL			
Elemento de Despesa (449039)	79.174,56	12.104.358,63	12.183.533,19
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>682.770,56</b>	<b>15.130.448,29</b>	<b>15.813.218,85</b>

(\*) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS

## 16. Cronograma de Desembolso fonte FECOP

Item de Despesa	fev/15	jun/15	out/15	Total
<b>Despesas Correntes (R\$)</b>	68.277,06	34.138,53	34.138,53	136.554,11
<b>Despesa de Capital (R\$)</b>	273.108,22	136.554,11	136.554,11	546.216,45
<b>Total (R\$)</b>	<b>341.385,28</b>	<b>170.692,64</b>	<b>170.692,64</b>	<b>682.770,56</b>

## 17. Distribuição dos Recursos por Município – 2015

Nº de ordem	REGIÃO ADM.	região adm / Território	Município	FECOP	OUTRAS FONTES	Pessoas Beneficiadas	TOTAL
1	6	Baturité	Barreira	155.951,63	3.455.945,82	7075	3.611.897,45
2	8	Cariri - Centro Sul	Icó	45.407,82	1.006.254,19	2060	1.051.662,01
3	2	Litoral Oeste	Itarema	55.106,58	1.221.182,27	2500	1.276.288,85
4	5	Sertão Central	Itatira	41.219,72	913.444,34	1870	954.664,06
5	5	Sertão Central	Mombaça	238.501,29	5.285.276,85	10820	5.523.778,14
6	4	Sert. dos Inhamuns	Monsenhor Tabosa	31.080,11	688.746,80	1410	719.826,91
7	4	Sert. dos Inhamuns	Parambu	38.574,61	854.827,59	1750	893.402,19
8	5	Sertão Central	Santa Quitéria	44.085,27	976.945,81	2000	1.021.031,08
9	2	Litoral Oeste	Tejuçuoca	32.843,52	727.824,63	1490	760.668,15
<b>TOTAL</b>				<b>682.770,56</b>	<b>15.130.448,29</b>	<b>30.975</b>	<b>15.813.218,85</b>

\*Estimado total de 5 pessoas por família

## 18. Responsável pelo projeto

Coordenadoria	Coordenadoria de Projetos e Programas Especiais
Técnico	José Wanderley Augusto Guimarães
e-mail	<a href="mailto:Wanderley.guimaraes@sda.ce.gov.br">Wanderley.guimaraes@sda.ce.gov.br</a>
Fone	(85) 3101.8112
Técnico	Neyara Araújo Lage
e-mail	<a href="mailto:neyara.lage@sda.ce.gov.br">neyara.lage@sda.ce.gov.br</a>
Fone	(85) 3101.8139
Técnico	Gisely de Sousa Castro
e-mail	<a href="mailto:gisely.castro@sda.ce.gov.br">gisely.castro@sda.ce.gov.br</a>
Fone	(85) 3101.8114



## ANEXO 1

### Marco Lógico ( Cisternas - Mapps 353, 389 e 476)

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
<b>Impactos</b>	<p>Redução da incidência de doenças de veiculação hídrica.</p> <p>Uso sustentável da água para abastecimento das famílias rurais.</p> <p>Redução dos esforços (físicos/financeiros/tempo) para captação de água.</p>	<p>Percentual da incidência de pessoas com diarreia.</p> <p>Tempo garantido de abastecimento de água à família por meio da cisterna.</p> <p>Forma, investimento e periodicidade para acesso à água.</p>	<p>Questionário socioeconômico do projeto.</p>	<p>Quadro de estiagem prolongada, afetando de forma geral os indicadores socioeconômicos do Estado.</p>
<b>Resultados</b>	<p>Famílias com acesso à água para consumo humano.</p>	<p>Percentual de cobertura da população rural com acesso à água para consumo.</p>	<p>Relatório de acompanhamento do projeto.</p> <p>Sites do IPECE e IBGE.</p>	<p>Escassez de água, inviabilizando a utilização das cisternas.</p>

<p><b>Produtos</b></p>	<p>Curso em Gestão de Recursos Hídricos - GRH.</p> <p>Treinamento em implantação de tecnologia social de acesso à água.</p> <p>Cisternas implantadas.</p>	<p>Número de cursos realizados.</p> <p>Número de treinamentos realizados.</p> <p>Número de cisternas implantadas.</p>	<p>Relatório de acompanhamento do projeto.</p>	<p>Escassez de água, inviabilizando a implantação das cisternas.</p> <p>Excesso de chuva, dificultando o acesso às comunidades e o tempo de secagem das cisternas.</p> <p>Capacitações não atingirem resultados satisfatórios.</p> <p>Cisternas fora dos padrões técnicos.</p>
<p><b>Atividades</b></p>	<p>Seleção de entidades executoras por meio de chamada pública, conforme Lei nº 12.873.</p> <p>Capacitação de famílias em Gerenciamento dos Recursos Hídricos – GRH.</p> <p>Realização de treinamento para implantação de tecnologia social de acesso à água.</p> <p>Implantação de cisternas.</p>	<p>Número de entidades selecionadas.</p> <p>Número de capacitações para famílias realizadas (cursos).</p> <p>Número de treinamentos realizados.</p> <p>Número de cisternas implantadas.</p> <p>Número de reuniões com a comissão do PACS realizadas.</p> <p>Número de visitas realizadas pelas</p>	<p>Relatório de acompanhamento do projeto.</p>	<p>Indisponibilidade de entidade capacitada.</p> <p>Evasão das famílias dos cursos de GRH.</p> <p>Treinamento em desconformidade com as diretrizes do Projeto.</p> <p>Conflito político na comissão do PACS para escolha dos beneficiários.</p>

	<p>Reunião com a comissão dos Planos de Ação de Convivência com a Seca (PACS) municipais para seleção das comunidades a serem contempladas.</p> <p>Realização de visitas domiciliares com aplicação de questionário socioeconômico para seleção de famílias beneficiárias.</p> <p>Planejamento e elaboração de material didático para os cursos.</p> <p>Acompanhamento e fiscalização das atividades de execução.</p>	<p>equipes técnicas para seleção das famílias.</p> <p>Número de materiais elaborados.</p> <p>Número de cisternas acompanhadas e fiscalizadas.</p>		<p>Não acesso às informações das famílias com veracidade.</p> <p>Não conhecimento da realidade das comunidades que tem acesso ao material didático.</p> <p>Equipe técnica aquém da necessidade.</p>
<b>Insumos</b>	<p>Recursos do FECOP.</p> <p>Recursos Federais (MDS).</p> <p>Técnicos para acompanhamento e fiscalização de campo.</p>	<p>Percentual de recurso investido por fonte.</p> <p>Número de técnicos envolvidos.</p>	<p>Relatório do projeto.</p> <p>Sistema de Acompanhamento e Monitoramento Estadual – WebMapp.</p>	<p>Indisponibilidade de recursos por parte dos Governos Estadual e Federal.</p> <p>Inadimplência do Estado, impossibilitando o recebimento de recurso.</p>



**Governo do Estado do Ceará**  
**Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA**

**Projeto: Quintais Produtivos Mantidos por Cisternas de  
Enxurradas e Barragens Subterrâneas (1)**

Janeiro de 2015

<b>Secretaria (Proponente)</b>	Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA
<b>Programa (PPA)</b>	028 - Desenvolvimento Agropecuário
<b>Mapp (Nº e Denominação)</b>	365 - Construção de 4.200 Cisternas de Enxurrada e 1.500 Barragens Subterrâneas para Quintais Produtivos
<b>Período de Execução 2015</b>	janeiro a dezembro
<b>Categoria</b>	Estruturante – Inclusão Produtiva Rural

## 1. Descrição do Projeto

O projeto **Quintais Produtivos Mantidos por Cisternas de Enxurradas e Barragens Subterrâneas** inclui-se no âmbito do Programa Água para Todos que integra o Plano Brasil sem Miséria. O programa é dividido em duas linhas de atuação:

Primeira Água (Água para Consumo) - implementação de cisternas para captação e armazenamento de água da chuva para o consumo humano;

Segunda Água (Água para Produção) - implementação de tecnologias sociais de captação e armazenamento de água da chuva para a produção agropecuária, em propriedades de agricultores familiares do semiárido brasileiro.

O projeto inclui-se nesta segunda linha de atuação sendo financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN com contrapartida do FECOP.

## 2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

As ações que o integram incluem-se no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, na linha de atividade Acesso à Água, Programa Segunda Água.

Na Matriz de Resultados Estratégicos do Estado do Ceará, o projeto está vinculado ao resultado estratégico setorial “Ampliação do Acesso à Terra e à Água” e suas realizações são aferidas por meio do indicador “Número de famílias beneficiadas com cisternas”.

No PPA 2012-2015, o projeto situa-se no eixo Economia para uma Vida Melhor, área temática Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária, Programa 28 – Desenvolvimento Agropecuário; Objetivo 014 - Implementar ações de apoio técnico e sócioprodutivo, visando ampliar a inserção produtiva e a competitividade dos agricultores familiares; Meta 01146 – Implantar 8.000 quintais produtivos; Iniciativa 4833 - Implantação de projetos produtivos sustentáveis no âmbito da agricultura familiar.

## 3. Diagnóstico

O MDS constatou com base em pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE, um baixo nível de investimento direcionado aos

agricultores familiares visando a produção de alimentos e que essa situação agrava-se no semi-árido. Visando preencher essa lacuna, o MDS propõe-se financiar a construção de estruturas descentralizadas para armazenamento de água tais como as cisternas de enxurrada destinadas a armazenar água para a produção de alimentos.

O território cearense possui 148.825,6 km<sup>2</sup>, sendo que deste total aproximadamente 90% está inserido na região semiárida que se caracteriza pela distribuição irregular das chuvas no espaço e no tempo, ou seja, três a quatro meses por ano, com quantidades variáveis.

As características climáticas, geomorfológicas, econômicas e sociais peculiares do semiárido cearenses resultam em uma paisagem marcada pela dificuldade no acesso a recursos hídricos. A pluviosidade média gira em torno de 350 a 800 mm anuais, apresentando evapotranspiração e insolação elevadas (2.000 mm/ano e 2.800 horas/ano, respectivamente). Devido a tais fatores, não existem rios perenes no Ceará, apesar das ações implementadas nos últimos anos, notadamente o chamado cinturão das águas, com vistas a reversão desta situação. Outro fator limitante são as condições reduzidas para armazenamento de água subterrânea.

A população cearense é de 8.185.286 milhões de habitantes, sendo que 2.002.939 vivem na área rural e esta é a população que mais sofre com as adversidades da região semiárida e subsiste sob grande vulnerabilidade social e econômica.

Com relação à economia, o PIB total do estado segundo o IPECE<sup>1</sup> é de 40.597 milhões de reais e o PIB da agropecuária é de 2.947 milhões representando uma participação de 7,3%. Em relação a participação do agronegócio no PIB do Ceará esta é de aproximadamente 32% e só a participação do agronegócio familiar no PIB do Estado é cerca de 12% (Dados de pesquisa Agropolos/FIPE – 2009).

#### **4. Justificativa**

Atualmente, a determinação do Governo do Ceará de não tratar o problema da escassez de água na região semi-árida como um fenômeno emergencial e sim passível de ações, se reflete em uma mudança cultural na maneira de se combater o problema, pois se reconhece as vantagens de investir não apenas em grandes obras ou ações emergenciais, mas em soluções simples, barata e emancipadoras.

O Governo do Estado, através de suas secretarias, vêm executando uma série de programas e projetos visando o combate à escassez de água. Dentre elas podemos citar a Secretaria das Cidades (Fecop), Secretaria de Recursos Hídricos (Programa de Abastecimento de Água de Pequenas Comunidades Rurais) e a Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA (Projeto São José e Programa de Ação de Convivência com a Seca – PACS – Programa de Cisternas).

A SDA ainda com objetivo de minimizar os danos sociais causados pela escassez de água vem executando vários projetos de práticas agrícolas de convivência com o semiárido. Tais práticas têm como objetivo possibilitar o aproveitamento das águas de chuvas de forma racional, remetendo ao uso de modelos de explorações sustentáveis, em consonância com as propostas estabelecidas no processo de transição

agroecológica.

Dentre estas, se destaca o uso de práticas mecânicas, com a construção de terraços de retenção, cordões de pedra, captação da água de chuva “in situ”, escarificação / descompactação de áreas adensadas, construção de bacias de captação – “barraginhas”, barragens subterrânea, práticas edáficas e vegetativas com a implementação do plantio direto, adubação verde e correção de solo e, ainda, as práticas de transição agroecológicas baseadas na implantação de sistemas agroflorestais - SAF's e quintais produtivos – QP's, além da instalação de viveiro de produção de mudas com essências nativas, para recomposição da mata ciliar à margem dos rios e córregos locais, e fruteiras regionais.

Com o projeto ora apresentado, o Governo do Estado pretende investir em uma tecnologia de apoio à produção capaz de possibilitar a segurança alimentar e nutricional das famílias que vivem no semi-árido através da construção de quintais produtivos mantidos com cisternas de enxurrada.

O projeto visa introduzir técnicas de cultivo por meio de ações e mecanismos de transferência de tecnologias com baixo custo financeiro, proporcionando além da segurança alimentar a complementaridade da renda das famílias beneficiadas através da venda do excedente produzido. Pretende ainda, minimizar os impactos ambientais com o aproveitamento do lixo orgânico para adubação e melhorar a qualidade de vida através dessas novas áreas verdes.

A implantação e manutenção de quintais produtivos são consideradas técnicas exitosas e vêm sendo incentivada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em diferentes regiões do país.

É relevante ressaltar que cada cisterna de enxurrada terá capacidade para armazenar aproximadamente 50 mil litros de água, destinadas exclusivamente para irrigação, que garantirão abastecimento para produção nos meses de estiagem. Nessa tipologia de cisterna a água das chuvas é captada através da declividade do próprio terreno e filtrada através do processo de decantação.

A tecnologia dos quintais produtivos que utiliza a cisterna de enxurrada para ampliar as condições de captação, armazenamento e utilização da água, para produção de alimentos, garantirá o aproveitamento das águas pluviais e o melhor uso do solo, através de um sistema de abastecimento simplificado para melhor gestão da água utilizada para irrigação, assegurando assim maior produtividade e o uso racional do recurso hídrico.

## **5. Histórico**

Para a execução desta linha de atividades foi firmado em 2010 um convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. As ações programadas foram executadas por meio de projeto financiado com recursos deste ministério e contrapartida de recursos do FECOP e acompanhado por meio do Mapp 298, já concluído.

O projeto apresentado visa dar continuidade às atividades utilizando recursos provenientes do 1º Aditivo a este convênio, firmado com o MDS em 2011 e contrapartida do FECOP, que já esta sendo complementado em suas ações através do 2º aditivo ao convênio, ampliando as metas, os recursos e o prazo.

## **6. Público Alvo**

Famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal total de até três salários mínimos.

### **6.1. Critérios adotados para a seleção dos beneficiários**

- Serão priorizadas as famílias enquadradas nos critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família;
- Famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;
- Famílias beneficiadas previamente com a cisterna de água para consumo;
- Serão priorizadas as famílias rurais beneficiárias dos programas estaduais de Reforma Agrária, as comunidades quilombolas, as comunidades indígenas e as comunidades mais vulneráveis às adversidades climáticas.

## **7. Objetivo**

### **Geral**

Garantir a segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas através da construção de quintais produtivos mantidos por cisternas de enxurrada ou barragens subterrâneas.

### **Específicos**

- Proporcionar o acesso descentralizado à água para produção de alimentos de origem vegetal às famílias que já têm acesso à primeira água através da captação e armazenamento da água da chuva em cisternas do tipo enxurrada;
- Implantar um sistema simplificado de irrigação para melhor gestão da água captada;
- Proporcionar o processo participativo e formativo, permitindo que as famílias beneficiadas se envolvam na implementação da tecnologia e sejam capacitadas para gerir recursos hídricos para produção de alimentos e no manejo do sistema simplificado de irrigação;
- Valorizar as experiências de inovação tecnológica de agricultores e agricultoras;
- Possibilitar a troca de conhecimentos entre agricultores e agricultoras através de intercâmbios;
- Melhorar a qualidade de vida das famílias agricultoras da região semiárida, especialmente crianças, mulheres e idosos;
- Fortalecer as organizações da sociedade civil envolvidas na execução do projeto, visando garantir as condições necessárias ao desenvolvimento satisfatório do projeto;
- Capacitação na educação e compreensão dos conceitos e práticas de convivência com o semi árido e a participação nas políticas públicas;



- Gerar renda monetária e não monetária, de origem agrícola e não agrícola às famílias agricultoras do semiárido brasileiro envolvidas diretamente no Projeto.

## **8. Atividades / Detalhamento das Atividades**

### **a) Seleção dos beneficiários**

1. O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) define a área de atuação do Programa: Utiliza para a seleção dos municípios os seguintes critérios: que estejam situados no semiárido cearense; estejam situados em um dos cinco Territórios da Cidadania e o percentual de pessoas em situação de extrema pobreza.

2. A Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) através da Célula de Planejamento e Programação (CEPEP) define o número de famílias a serem atendidas por município com base na população rural, índice de desenvolvimento humano, número de beneficiários do Programa Bolsa Família, número de pessoas em extrema pobreza.

3. É constituída uma Comissão Municipal do Plano de Ação de Convivência com a Seca (PACS), formada por representantes de Associação representativa dos beneficiários, Sindicato, Igreja e Prefeitura. Tem por função garantir que os beneficiários selecionados obedeçam aos critérios estabelecidos para acesso ao projeto;

3. A execução do Projeto ocorre através da contratação de entidade não governamental, sem fins lucrativos, selecionada mediante processo licitatório realizado pela SDA.

- A etapa inicial é a seleção dos beneficiários que pode ocorrer das seguintes formas: (I) Demanda direta à SDA através da Célula de Planejamento e Programação (CEPEP); (II) Indicação da Comissão Municipal do Plano de Ação de Convivência com a Seca (PACS) e; (III) Indicação das entidades executoras.

Em caso de demanda direta à SDA, a Célula de Planejamento e Programação faz o cadastro e repassa para a entidade executora, que encaminha para o referendo da Comissão Municipal do Plano de Ação de Convivência com a Seca. É esta Comissão que decide quem serão os beneficiários. Estas decisões são registradas em ata e encaminhadas para a SDA e para as entidades executoras.

4. A entidade executora após receber a ata da reunião da Comissão Municipal do Plano de Ação de Convivência com a Seca, cadastra os beneficiários que se enquadram no Projeto Quintais Produtivos mantidos por Cisterna de Enxurrada e realiza licitação para aquisição de material de construção e insumos dos quintais, sendo supervisionada pela Célula de Planejamento e Programação (CEPEP);

### **b) Capacitação dos Beneficiários**

5. O beneficiário selecionado participa necessariamente do processo de capacitação formado por três atividades: Curso de Gestão de Água Para Produção de Alimentos -

GAPA, Curso de Manejo de Sistemas Simplificado Para Produção de Alimentos – MSSAP e Intercambio de Agricultores Familiares. Estas atividades são realizadas pela entidade executora;

### **c) Construção da cisterna de enxurradas e obras afins**

6. A entidade executora faz a capacitação dos pedreiros e realiza a construção da cisterna de enxurradas e obras afins e emite termo de recebimento da obra e recebimento do Quintal Produtivo, assinados pelo beneficiário e encaminha para Célula de Planejamento e Programação – CEPEP.

Solicitação Presencial para atendimento:

Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA Coordenadoria de Programa e Projetos Especiais – COPPE Avenida Bezerra de Menezes Nº1820 - Bairro: São Gerardo CEP 60320-901. Fortaleza – CE Horário de Atendimento: 8:00 as 12:00 – 13:00 as 17:00 h

## **9. Produtos**

<b>Produto</b>	<b>Ano</b>	<b>Fonte de verificação</b>
Famílias capacitadas	5.700	Sistema SIG Cisternas: <a href="http://aplicacoes3.mds.gov.br/cisternas">http://aplicacoes3.mds.gov.br/cisternas</a>
Tecnologia de captação e armazenamento de água para manutenção de quintal produtivo implementada	1.984	Sistema SIG Cisternas: <a href="http://aplicacoes3.mds.gov.br/cisternas">http://aplicacoes3.mds.gov.br/cisternas</a>

## **10. Metas**

- Implementar 1.984 Tecnologias de captação e armazenamento de água para manutenção de quintal produtivo

## **11. Resultados Esperados**

Viabilizar segurança alimentar e nutricional e renda para as famílias beneficiadas.

## **12. Integração das Ações**

O projeto esta intimamente ligado ao Projeto de Cisternas executado por esta mesma secretária, desde de 2007, hoje, de acordo com o sistema SIG CISTERNAS há mais de 122.083 cisternas de placas implementadas beneficiando às famílias rurais de baixa renda, garantindo o armazenamento de água de qualidade para o consumo humano e cozinhar. (Este projeto era acompanhado através do Mapp 298, já finalizado)

Este projeto apresenta integração basicamente com todas as ações de estado, uma vez que se trata de soberania alimentar, que é base para saúde, educação, bem estar,

educação, renda, cultura, entre outros.

Para se colocar de forma mais direcionada às ações desta secretaria, podemos citar:

- Regularização fundiária – Os beneficiários se sentem mais seguros e estimulados à trabalhar com esta tecnologia quando estão em suas próprias terras.
- Assistência técnica – por se tratar de um projeto produtivo, a produção de alimentos nos arredores de suas residências, o acompanhamento técnico é fundamental, tanto para o planejamento como para a continuidade da produção.
- Projeto Cisternas de Placas – Ambos os projetos são do Programa Água para Todos, entretanto este projeto, conhecido como 2ª água, os beneficiários só podem ser beneficiados quando da garantia de água para suprir as necessidades de consumo humano.
- Programas de Comercialização, tais como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para comercialização do excedente da produção.

### **13. Monitoramento**

O monitoramento e avaliação têm a finalidade de verificar o desempenho das ações definidas e a relação destas com as políticas de convivência com o meio e com a vida das famílias na garantia de segurança e soberania alimentar, e se necessário, permitir ajustes para correção de rumos.

Os técnicos devem acompanhar de perto os trabalhos das equipes e o diálogo com as famílias beneficiadas. As visitas são realizadas periodicamente e cada visita gera um relatório. Especial atenção será dada à orientação no processo de produção com irrigação para o manejo correto e adequado da água, para não se retirar volume de água maior que o necessário.

De forma quantitativa, todos os componentes do programa serão monitorados pela Unidade Técnica, garantindo a geração de informações para análises qualitativas. Todos os dados serão armazenados para referências, construindo um grande banco de dados.

Concebidas e realizadas através de metodologia participativa e processual, todas as metas do programa serão também monitoradas e avaliadas de forma quantitativa e qualitativa pelas famílias e pela SDA nos processos de controle social, e também pelo MDS e demais parceiros no processo de contribuição na formação e mobilização para convivência com o semi-árido e discutidos nos encontros territoriais e estadual.

#### **13.1. Dados Utilizados**

O Ministério do Desenvolvimento Social disponibiliza o “Sistema SIG Cisternas” onde os dados são inseridos, sendo possível também a consulta. Em tal sistema está contido todos os dados das famílias beneficiadas, capacitadas e de cisternas construídas pelo Estado do Ceará. O sistema permite a consulta por unidade familiar beneficiada, por comunidade, por município e pelo número do convênio da parceria mãe (MDS/SDA).

## 14. Pressupostos de Risco

A execução pode ser atrasada em decorrência a quadra invernososa, pois por se tratar de uma cisterna com mais de 6 (seis) metros de diâmetro, com chuva, inevitavelmente haverá acumulação de água, dificultando a construção do fundo da cisterna, outro ponto que pode ser observado é a dificuldade de secagem das placas com as temperaturas mais amenas ou com ocorrência de chuva.

Entretanto uma quadra de seca posterior a implementação do projeto, pode gerar inúmeros prejuízos, como por exemplo, o comprometimento da “construção” - com ocorrência de rachaduras, impossibilidade de implementação do quintal produtivo, a partir de mudas, que são extremamente sensíveis à falta d’água, podendo gerar prejuízo econômico (necessidade de adquirir novas mudas), entre outros.

Observando que devido à complexidade do projeto uma quadra de chuva abundante ou escassa pode gerar complicações em sua execução. Pois o projeto é trabalhado em duas etapas, sendo a primeira de construção, dependendo de uma maior quantidade de sol para a fabricação de fundo e secagem de placas. Numa segunda etapa, temos a implementação de quintais produtivos a partir de mudas e sementes que dependem de uma maior concentração de chuvas.

## 15. Orçamento

NATUREZA DA DESPESA	FECOP	Outras Fontes	TOTAL
<b>1. DESPESAS CORRENTES</b>	<b>1.997.974,92</b>	<b>6.064.560,20</b>	<b>8.062.535,12</b>
1.1 Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			
Repasse para Entidade (335041)	687.464,07	6.064.560,20	8.062.535,12
1.2 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			
Elementos de Despesas (335039)	1.310.510,85		
<b>2. DESPESAS DE CAPITAL</b>			
Repasse para Entidade (445042)	499.493,73	1.516.140,05	2.015.633,78
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2.497.468,65</b>	<b>7.580.700,25</b>	<b>10.078.168,90</b>

(\*) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS

## 16. Cronograma de Desembolso

Item de Despesa	mar/15	out/15	Total
<b>Despesa Corrente (R\$)</b>	799.189,97	1.198.784,95	1.997.974,92
<b>Despesa Capital (R\$)</b>	199.797,49	299.696,24	499.493,73
<b>Total (R\$)</b>	<b>998.987,46</b>	<b>1.498.481,19</b>	<b>2.497.468,65</b>

## 17. Distribuição por Município

Nº de ordem	REGIÃO ADM.	Região adm / Território	Município	FECOP	OUTRAS FONTES	Pessoas Beneficiadas	TOTAL
1	4	Sert. dos Inhamuns	Aiuaba	25.176,10	76.418,35	100	101.594,44
2	2	Litoral Oeste	Apuiarés	25.176,10	76.418,35	100	101.594,44
3	4	Sert. dos Inhamuns	Ararendá	1.258,80	3.820,92	5	5.079,72
4	8	Cariri - Centro Sul	Araripe	25.176,10	76.418,35	100	101.594,44
5	4	Sert. dos Inhamuns	Arneiroz	21.399,68	64.955,60	85	86.355,28
6	5	Sertão Central	Banabuiú	1.258,80	3.820,92	5	5.079,72
7	8	Cariri - Centro Sul	Barbalha	25.176,10	76.418,35	100	101.594,44
8	8	Cariri - Centro Sul	Barro	99.445,58	301.852,48	395	401.298,06
9	5	Sertão Central	Boa Viagem	33.987,73	103.164,77	135	137.152,50
10	8	Cariri - Centro Sul	Brejo Santo	28.952,51	87.881,10	115	116.833,61
11	8	Cariri - Centro Sul	Campos Sales	27.693,70	84.060,18	110	111.753,89
12	5	Sertão Central	Canindé	137.209,72	416.480,00	545	553.689,72
13	3	Sobral - Ibiapaba	Cariré	41.540,56	126.090,28	165	167.630,83
14	8	Cariri - Centro Sul	Caririaçu	15.105,66	45.851,01	60	60.956,67
15	5	Sertão Central	Choró	10.070,44	30.567,34	40	40.637,78
16	3	Sobral - Ibiapaba	Coreaú	66.716,65	202.508,63	265	269.225,28
17	5	Sertão Central	Dep Irapuan Pinheiro	37.764,14	114.627,52	150	152.391,67
18	8	Cariri - Centro Sul	Farias Brito	100.704,38	305.673,40	400	406.377,78
19	3	Sobral - Ibiapaba	Forquilha	27.693,70	84.060,18	110	111.753,89
20	3	Sobral - Ibiapaba	Frecheirinha	98.186,77	298.031,56	390	396.218,33
21	5	Sertão Central	General Sampaio	23.917,29	72.597,43	95	96.514,72
22	3	Sobral - Ibiapaba	Groaíras	41.540,56	126.090,28	165	167.630,83
23	3	Sobral - Ibiapaba	Hidrolândia	23.917,29	72.597,43	95	96.514,72
24	3	Sobral - Ibiapaba	Ipu	13.846,85	42.030,09	55	55.876,94
25	4	Sert. dos Inhamuns	Ipueiras	8.811,63	26.746,42	35	35.558,06
26	3	Sobral - Ibiapaba	Irauçuba	26.434,90	80.239,27	105	106.674,17
27	2	Litoral Oeste	Itapipoca	46.575,78	141.373,95	185	187.949,72
28	5	Sertão Central	Itatira	99.445,58	301.852,48	395	401.298,06
29	8	Cariri - Centro Sul	Jardim	26.434,90	80.239,27	105	106.674,17
30	8	Cariri -	Juazeiro do	84.339,92	256.001,47	335	340.341,39

		Centro Sul	Norte				
31	8	Cariri - Centro Sul	Mauriti	117.068,84	355.345,32	465	472.414,17
32	3	Sobral - Ibiapaba	Meruoca	59.163,82	179.583,12	235	238.746,94
33	8	Cariri - Centro Sul	Milagres	46.575,78	141.373,95	185	187.949,72
34	5	Sertão Central	Milhã	23.917,29	72.597,43	95	96.514,72
35	2	Litoral Oeste	Miraima	25.176,10	76.418,35	100	101.594,44
36	8	Cariri - Centro Sul	Missão Velha	100.704,38	305.673,40	400	406.377,78
37	5	Sertão Central	Mombaça	33.987,73	103.164,77	135	137.152,50
38	3	Sobral - Ibiapaba	Mucambo	26.434,90	80.239,27	105	106.674,17
39	3	Sobral - Ibiapaba	Pacujá	50.352,19	152.836,70	200	203.188,89
40	4	Sert. dos Inhamuns	Parambu	74.269,48	225.434,13	295	299.703,61
41	5	Sertão Central	Piquet Carneiro	25.176,10	76.418,35	100	101.594,44
42	3	Sobral - Ibiapaba	Pires Ferreira	69.234,26	210.150,46	275	279.384,72
43	4	Sert. dos Inhamuns	Poranga	6.294,02	19.104,59	25	25.398,61
44	8	Cariri - Centro Sul	Porteiras	8.811,63	26.746,42	35	35.558,06
45	8	Cariri - Centro Sul	Potengi	22.658,49	68.776,51	90	91.435,00
46	5	Sertão Central	Quixadá	22.658,49	68.776,51	90	91.435,00
47	3	Sobral - Ibiapaba	Reritaba	27.693,70	84.060,18	110	111.753,89
48	8	Cariri - Centro Sul	Salitre	25.176,10	76.418,35	100	101.594,44
49	5	Sertão Central	Santa Quitéria	25.176,10	76.418,35	100	101.594,44
50	5	Sertão Central	Senador Pompeu	15.105,66	45.851,01	60	60.956,67
51	3	Sobral - Ibiapaba	Sobral	64.199,04	194.866,79	255	259.065,83
52	5	Sertão Central	Solonópole	26.434,90	80.239,27	105	106.674,17
53	8	Cariri - Centro Sul	Tarrafas	11.329,24	34.388,26	45	45.717,50
54	4	Sert. dos Inhamuns	Tauá	123.362,87	374.449,91	490	497.812,78
55	2	Litoral Oeste	Tejuçuoca	30.211,31	91.702,02	120	121.913,33
56	2	Litoral Oeste	Umirim	47.834,58	145.194,86	190	193.029,44
57	2	Litoral Oeste	Uruburetama	100.704,38	305.673,40	400	406.377,78
58	3	Sobral - Ibiapaba	Varjota	42.799,36	129.911,19	170	172.710,56
<b>TOTAL</b>				<b>2.497.468,65</b>	<b>7.580.700,25</b>	<b>9920</b>	<b>10.078.168,90</b>

\* Estimado total de 5 pessoas por família

## 18. Responsável pelo projeto

Coordenadoria	Coordenadoria de Projetos e Programas Especiais
Técnico	José Wanderley Augusto Guimarães
e-mail	Wanderley.guimaraes@sda.ce.gov.br
Fone	(85) 3101.8112
Técnico	Neyara Araújo Lage
e-mail	neyara.lage@sda.ce.gov.br
Fone	(85) 3101.8139
Técnico	Gisely de Sousa Castro
e-mail	gisely.castro@sda.ce.gov.br
Fone	(85) 3101.8114



**Governo do Estado do Ceará**  
**Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA**

**Projeto: Quintais Produtivos Mantidos por Cisternas de  
Enxurradas e Barragens Subterrâneas (2)**

Janeiro / 2015



<b>Secretaria (Proponente)</b>	Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA
<b>Programa (PPA)</b>	028 - Desenvolvimento Agropecuário
<b>Mapp (Nº e Denominação)</b>	390 - Construção de 7.845 Quintais Produtivos mantidos por cisternas de enxurradas nas áreas semiáridas do Estado do Ceará,
<b>Período de Execução</b>	Janeiro a Dezembro
<b>Categoria</b>	Estruturante – Inclusão Produtiva Rural

## 1. Descrição do Projeto

O projeto **Quintais Produtivos Mantidos por Cisternas de Enxurradas e Barragens Subterrâneas** inclui-se no âmbito do Programa Água para Todos que integra o Plano Brasil sem Miséria. O programa é dividido em duas linhas de atuação:

Primeira Água (Água para Consumo) - implementação de cisternas para captação e armazenamento de água da chuva para o consumo humano;

Segunda Água (Água para Produção) - implementação de tecnologias sociais de captação e armazenamento de água da chuva para a produção agropecuária, em propriedades de agricultores familiares do semiárido brasileiro.

O projeto inclui-se nesta segunda linha de atuação sendo financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN com contrapartida do FECOP.

## 2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

As ações que o integram incluem-se no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, na linha de atividade Acesso à Água, Programa Segunda Água.

Na Matriz de Resultados Estratégicos do Estado do Ceará, o projeto está vinculado ao resultado estratégico setorial “Ampliação do Acesso à Terra e à Água” e suas realizações são aferidas por meio do indicador “Número de famílias beneficiadas com cisternas”.

No PPA 2012-2015, o projeto situa-se no eixo Economia para uma Vida Melhor, área temática Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária, Programa 28 – Desenvolvimento Agropecuário; Objetivo 014 - Implementar ações de apoio técnico e sócioprodutivo, visando ampliar a inserção produtiva e a competitividade dos agricultores familiares; Meta 01146 – Implantar 8.000 quintais produtivos; Iniciativa 4833 - Implantação de projetos produtivos sustentáveis no âmbito da agricultura familiar.

## 3. Diagnóstico

O MDS constatou com base em pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE, um baixo nível de investimento direcionado aos

agricultores familiares visando a produção de alimentos e que essa situação agrava-se no semi-árido. Visando preencher essa lacuna, o MDS propõe-se financiar a construção de estruturas descentralizadas para armazenamento de água tais como as cisternas de enxurrada destinadas a armazenar água para a produção de alimentos.

O território cearense possui 148.825,6 km<sup>2</sup>, sendo que deste total aproximadamente 90% está inserido na região semiárida que se caracteriza pela distribuição irregular das chuvas no espaço e no tempo, ou seja, três a quatro meses por ano, com quantidades variáveis.

As características climáticas, geomorfológicas, econômicas e sociais peculiares do semiárido cearenses resultam em uma paisagem marcada pela dificuldade no acesso a recursos hídricos. A pluviosidade média gira em torno de 350 a 800 mm anuais, apresentando evapotranspiração e insolação elevadas (2.000 mm/ano e 2.800 horas/ano, respectivamente). Devido a tais fatores, não existem rios perenes no Ceará, apesar das ações implementadas nos últimos anos, notadamente o chamado cinturão das águas, com vistas a reversão desta situação. Outro fator limitante são as condições reduzidas para armazenamento de água subterrânea.

A população cearense é de 8.185.286 milhões de habitantes, sendo que 2.002.939 vivem na área rural e esta é a população que mais sofre com as adversidades da região semiárida e subsiste sob grande vulnerabilidade social e econômica.

Com relação à economia, o PIB total do estado segundo o IPECE<sup>1</sup> é de 40.597 milhões de reais e o PIB da agropecuária é de 2.947 milhões representando uma participação de 7,3%. Em relação a participação do agronegócio no PIB do Ceará esta é de aproximadamente 32% e só a participação do agronegócio familiar no PIB do Estado é cerca de 12% (Dados de pesquisa Agropolos/FIPE – 2009).

#### **4. Justificativa**

Atualmente, a determinação do Governo do Ceará de não tratar o problema da escassez de água na região semi-árida como um fenômeno emergencial e sim passível de ações, se reflete em uma mudança cultural na maneira de se combater o problema, pois se reconhece as vantagens de investir não apenas em grandes obras ou ações emergenciais, mas em soluções simples, barata e emancipadoras.

O Governo do Estado, através de suas secretarias, vêm executando uma série de programas e projetos visando o combate à escassez de água. Dentre elas podemos citar a Secretaria das Cidades (Fecop), Secretaria de Recursos Hídricos (Programa de Abastecimento de Água de Pequenas Comunidades Rurais) e a Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA (Projeto São José e Programa de Ação de Convivência com a Seca – PACS – Programa de Cisternas).

A SDA ainda com objetivo de minimizar os danos sociais causados pela escassez de água vem executando vários projetos de práticas agrícolas de convivência com o semiárido. Tais práticas têm como objetivo possibilitar o aproveitamento das águas de chuvas de forma racional, remetendo ao uso de modelos de explorações sustentáveis, em consonância com as propostas estabelecidas no processo de transição

agroecológica.

Dentre estas, se destaca o uso de práticas mecânicas, com a construção de terraços de retenção, cordões de pedra, captação da água de chuva “in situ”, escarificação / descompactação de áreas adensadas, construção de bacias de captação – “barraginhas”, barragens subterrânea, práticas edáficas e vegetativas com a implementação do plantio direto, adubação verde e correção de solo e, ainda, as práticas de transição agroecológicas baseadas na implantação de sistemas agroflorestais - SAF's e quintais produtivos – QP's, além da instalação de viveiro de produção de mudas com essências nativas, para recomposição da mata ciliar à margem dos rios e córregos locais, e fruteiras regionais.

Com o projeto ora apresentado, o Governo do Estado pretende investir em uma tecnologia de apoio à produção capaz de possibilitar a segurança alimentar e nutricional das famílias que vivem no semi-árido através da construção de quintais produtivos mantidos com cisternas de enxurrada.

O projeto visa introduzir técnicas de cultivo por meio de ações e mecanismos de transferência de tecnologias com baixo custo financeiro, proporcionando além da segurança alimentar a complementaridade da renda das famílias beneficiadas através da venda do excedente produzido. Pretende ainda, minimizar os impactos ambientais com o aproveitamento do lixo orgânico para adubação e melhorar a qualidade de vida através dessas novas áreas verdes.

A implantação e manutenção de quintais produtivos são consideradas técnicas exitosas e vêm sendo incentivada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em diferentes regiões do país.

É relevante ressaltar que cada cisterna de enxurrada terá capacidade para armazenar aproximadamente 50 mil litros de água, destinadas exclusivamente para irrigação, que garantirão abastecimento para produção nos meses de estiagem. Nessa tipologia de cisterna a água das chuvas é captada através da declividade do próprio terreno e filtrada através do processo de decantação.

A tecnologia dos quintais produtivos que utiliza a cisterna de enxurrada para ampliar as condições de captação, armazenamento e utilização da água, para produção de alimentos, garantirá o aproveitamento das águas pluviais e o melhor uso do solo, através de um sistema de abastecimento simplificado para melhor gestão da água utilizada para irrigação, assegurando assim maior produtividade e o uso racional do recurso hídrico.

## **5. Histórico**

Para a execução desta linha de atividades foi firmado em 2010 um convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. As ações programadas foram executadas por meio de projeto financiado com recursos deste ministério e contrapartida de recursos do FECOP e acompanhado por meio do Mapp 298, já concluído.

O primeiro aditivo este convênio é executado com contrapartida do FECOP através do Projeto Quintais Produtivos Mantidos por Cisternas de Enxurradas e Barragens Subterrâneas (1), acompanhado por meio do Mapp 365.

O projeto apresentado visa dar continuidade às atividades utilizando recursos provenientes do 2º Aditivo a este convênio, firmado com o MDS em 2011 e contrapartida do FECOP.

## **6. Público Alvo**

Famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal total de até três salários mínimos.

### **6.1. Critérios adotados para a seleção dos beneficiários**

- Serão priorizadas as famílias enquadradas nos critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família;
- Famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;
- Famílias beneficiadas previamente com a cisterna de água para consumo;
- Serão priorizadas as famílias rurais beneficiárias dos programas estaduais de Reforma Agrária, as comunidades quilombolas, as comunidades indígenas e as comunidades mais vulneráveis às adversidades climáticas.

## **7. Objetivo**

### **Geral**

Garantir a segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas através da construção de quintais produtivos mantidos por cisternas de enxurrada ou barragens subterrâneas.

### **Específicos**

- Proporcionar o acesso descentralizado à água para produção de alimentos de origem vegetal às famílias que já têm acesso à primeira água através da captação e armazenamento da água da chuva em cisternas do tipo enxurrada;
- Implantar um sistema simplificado de irrigação para melhor gestão da água captada;
- Proporcionar o processo participativo e formativo, permitindo que as famílias beneficiadas se envolvam na implementação da tecnologia e sejam capacitadas para gerir recursos hídricos para produção de alimentos e no manejo do sistema simplificado de irrigação;
- Valorizar as experiências de inovação tecnológica de agricultores e agricultoras;
- Possibilitar a troca de conhecimentos entre agricultores e agricultoras através de intercâmbios;
- Melhorar a qualidade de vida das famílias agricultoras da região semiárida, especialmente crianças, mulheres e idosos;
- Fortalecer as organizações da sociedade civil envolvidas na execução do projeto,

visando garantir as condições necessárias ao desenvolvimento satisfatório do projeto;

- Capacitação na educação e compreensão dos conceitos e práticas de convivência com o semi árido e a participação nas políticas públicas;
- Gerar renda monetária e não monetária, de origem agrícola e não agrícola às famílias agricultoras do semiárido brasileiro envolvidas diretamente no Projeto.

## **8. Atividades / Detalhamento das Atividades**

Solicitação Presencial para atendimento:

Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA Coordenadoria de Programa e Projetos Especiais – COPPE Avenida Bezerra de Menezes Nº1820 - Bairro: São Gerardo CEP 60320-901. Fortaleza – CE Horário de Atendimento: 8:00 as 12:00 – 13:00 as 17:00 h

### **a) Seleção dos beneficiários**

1. Ministério do Desenvolvimento Social – MDS define a área de atuação do Programa – selecionando os municípios a serem atendidos, o principal critério é que estes se enquadrem no semiárido cearense, considera-se também a quantidade de pessoas pertencente ao grupo da extrema pobreza, caso o município já seja atendido por outra instituição não pode haver outro executor.

2. A Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA através da Célula de Planejamento e Programação – CEPEP define o número de famílias a serem atendidas por município com base na população rural, índice de desenvolvimento humano, número de beneficiários do Programa Bolsa Família, número de pessoas em extrema pobreza, entre outros e realiza processo licitatório para seleção das entidades executoras sem fins lucrativos;

3. Entidade representativa dos beneficiários (Associação, Sindicato, Prefeitura) faz a solicitação através de encaminhamento de ofício, com as demandas da comunidade e o número de famílias a serem beneficiadas, para abertura do processo na Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA ou no município através da Comissão do Plano de Ação de Convivência com a Seca – PACS;

4. Célula de Planejamento e Programação – CEPEP, unidade prestadora, recebe a solicitação e cadastra a demanda e repassa para entidade executora, que encaminha à Comissão do Plano de Ação de Convivência com a Seca - PACS do município, composta por representantes do Governo Estadual, Municipal, Igreja e Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

5. A Comissão do Plano de Ação de Convivência com a Seca – PACS, em conjunto com a entidade executora (selecionada através de edital público, realizado pela secretaria de Desenvolvimento Agrário), realiza reunião para análise das demandas e seleção das comunidades prioritárias que serão contempladas com registro em ata, enviando-a para a Célula de Planejamento e Programação – CEPEP;

6. A entidade executora após receber a ata da reunião da Comissão do Plano de Ação de Convivência com a Seca – PACS visita a comunidade selecionada e realiza o cadastro dos beneficiários que se enquadram no Projeto Quintais Produtivos mantidos por Cisterna de Enxurrada e realiza licitação para aquisição de material de construção e insumos dos quintais, sendo supervisionada pela Célula de Planejamento e Programação – CEPEP;

#### **b) Capacitação dos Beneficiários**

7. O beneficiário selecionado participa necessariamente do processo de capacitação formado por três atividades: Curso de Gestão de Água Para Produção de Alimentos - GAPA, Curso de Manejo de Sistemas Simplificado Para Produção de Alimentos – MSSAP e Intercambio de Agricultores Familiares. Estas atividades são realizadas pela entidade executora;

#### **c) Construção da cisterna de enxurradas e obras afins**

8. A entidade executora faz a capacitação dos pedreiros e realiza a construção da cisterna de enxurradas e obras afins e emite termo de recebimento da obra e recebimento do Quintal Produtivo, assinados pelo beneficiário e encaminha para Célula de Planejamento e Programação – CEPEP.

### **9. Produto**

<b>Produto</b>	<b>Ano</b>	<b>Fonte de verificação</b>
Famílias capacitadas	6.475	Sistema SIG Cisternas: <a href="http://aplicacoes3.mds.gov.br/cisternas">http://aplicacoes3.mds.gov.br/cisternas</a>
Tecnologia de captação e armazenamento de água para manutenção de quintal produtivo implementada	6.475	Sistema SIG Cisternas: <a href="http://aplicacoes3.mds.gov.br/cisternas">http://aplicacoes3.mds.gov.br/cisternas</a>

### **10. Metas**

- Implementar 6.475 Tecnologias de captação e armazenamento de água para manutenção de quintal produtivo

### **11. Resultados Esperados**

Viabilizar segurança alimentar e nutricional e renda para as famílias beneficiadas.

### **12. Integração das Ações**

O projeto esta intimamente ligado ao Projeto de Cisternas executado por esta mesma secretária, desde de 2007, hoje, de acordo com o sistema SIG CISTERNAS há mais de 122.083 cisternas de placas implementadas beneficiando às famílias rurais de baixa renda, garantindo o armazenamento de água de qualidade para o consumo humano e cozinhar. (Este projeto era acompanhado através do Mapp 298, já finalizado)

Este projeto apresenta integração basicamente com todas as ações de estado, uma

vez que se trata de soberania alimentar, que é base para saúde, educação, bem estar, educação, renda, cultura, entre outros.

Para se colocar de forma mais direcionada às ações desta secretaria, podemos citar:

- Regularização fundiária – Os beneficiários se sentem mais seguros e estimulados à trabalhar com esta tecnologia quando estão em suas próprias terras.
- Assistência técnica – por se tratar de um projeto produtivo, a produção de alimentos nos arredores de suas residências, o acompanhamento técnico é fundamental, tanto para o planejamento como para a continuidade da produção.
- Projeto Cisternas de Placas – Ambos os projetos são do Programa Água para Todos, entretanto este projeto, conhecido como 2ª água, os beneficiários só podem ser beneficiados quando da garantia de água para suprir as necessidades de consumo humano.
- Programas de Comercialização, tais como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para comercialização do excedente da produção.

### **13. Monitoramento**

O monitoramento e avaliação têm a finalidade de verificar o desempenho das ações definidas e a relação destas com as políticas de convivência com o meio e com a vida das famílias na garantia de segurança e soberania alimentar, e se necessário, permitir ajustes para correção de rumos.

Os técnicos devem acompanhar de perto os trabalhos das equipes e o diálogo com as famílias beneficiadas. As visitas são realizadas periodicamente e cada visita gera um relatório. Especial atenção será dada à orientação no processo de produção com irrigação para o manejo correto e adequado da água, para não se retirar volume de água maior que o necessário.

De forma quantitativa, todos os componentes do programa serão monitorados pela Unidade Técnica, garantindo a geração de informações para análises qualitativas. Todos os dados serão armazenados para referências, construindo um grande banco de dados.

Concebidas e realizadas através de metodologia participativa e processual, todas as metas do programa serão também monitoradas e avaliadas de forma quantitativa e qualitativa pelas famílias e pela SDA nos processos de controle social, e também pelo MDS e demais parceiros no processo de contribuição na formação e mobilização para convivência com o semi-árido e discutidos nos encontros territoriais e estadual.

#### **13.1. Dados Utilizados**

O Ministério do Desenvolvimento Social disponibiliza o “Sistema SIG Cisternas” onde os dados são inseridos, sendo possível também a consulta. Em tal sistema está contido todos os dados das famílias beneficiadas, capacitadas e de cisternas construídas pelo Estado do Ceará. O sistema permite a consulta por unidade familiar beneficiada, por comunidade, por município e pelo número do convênio da parceria mãe (MDS/SDA).

## 14. Pressupostos de Risco

A execução pode ser atrasada em decorrência a quadra invernososa, pois por se tratar de uma cisterna com mais de 6 (seis) metros de diâmetro, com chuva, inevitavelmente haverá acumulação de água, dificultando a construção do fundo da cisterna, outro ponto que pode ser observado é a dificuldade de secagem das placas com as temperaturas mais amenas ou com ocorrência de chuva.

Entretanto uma quadra de seca posterior a implementação do projeto, pode gerar inúmeros prejuízos, como por exemplo, o comprometimento da “construção” - com ocorrência de rachaduras, impossibilidade de implementação do quintal produtivo, a partir de mudas, que são extremamente sensíveis à falta d’água, podendo gerar prejuízo econômico (necessidade de adquirir novas mudas), entre outros.

Observando que devido à complexidade do projeto uma quadra de chuva abundante ou escassa pode gerar complicações em sua execução. Pois o projeto é trabalhado em duas etapas, sendo a primeira de construção, dependendo de uma maior quantidade de sol para a fabricação de fundo e secagem de placas. Numa segunda etapa, temos a implementação de quintais produtivos a partir de mudas e sementes que dependem de uma maior concentração de chuvas.

## 15. Orçamento

<b>NATUREZA DA DESPESA</b>	<b>FECOP</b>	<b>Outras Fontes</b>	<b>TOTAL</b>
<b>1. DESPESAS CORRENTES</b>			
Elemento de Despesa (339039)	225.253,96	5.667.822,20	5.893.076,16
Elemento de Despesa (339039)	750.000,00		750.000,00
<b>2. DESPESAS DE CAPITAL</b>			
Elemento de Despesa (449039)		22.671.288,81	22.671.288,81
Elemento de Despesa (449052)	151.015,83		151.015,83
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.126.269,79</b>	<b>28.339.111,01</b>	<b>29.465.380,80</b>

(\*) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)



## 16. Cronograma de Desembolso

Item de Despesa	abr/15	jun/15	out/15	Total
Despesas Corrente (R\$)	487.626,98	243.813,49	243.813,49	975.253,96
Despesas de Capital (R\$)	75.507,92	37.753,96	37.753,96	151.015,83
<b>Total (R\$)</b>	<b>563.134,89</b>	<b>281.567,45</b>	<b>281.567,45</b>	<b>1.126.269,79</b>

## 17. Distribuição por Município

Nº de ordem	REGIÃO ADM.	região adm / Território	Município	FECOP	OUTRAS FONTES	Pessoas Beneficiadas	TOTAL
1	4	Sert. dos Inhamuns	Aiuaba	26.091,19	656.504,50	750	682.595,69
2	2	Litoral Oeste	Apuiarés	10.088,59	253.848,41	290	263.937,00
3	8	Cariri - Centro Sul	Araripe	19.307,48	485.813,33	555	505.120,81
4	8	Cariri - Centro Sul	Assaré	21.568,72	542.710,39	620	564.279,11
5	5	Sertão Central	Banabuiú	15.480,77	389.526,00	445	405.006,78
6	8	Cariri - Centro Sul	Barbalha	9.914,65	249.471,71	285	259.386,36
7	5	Sertão Central	Boa Viagem	66.445,57	1.671.898,13	1910	1.738.343,70
8	8	Cariri - Centro Sul	Brejo Santo	12.349,83	310.745,46	355	323.095,30
9	8	Cariri - Centro Sul	Campos Sales	12.871,65	323.875,55	370	336.747,21
10	5	Sertão Central	Canindé	78.969,34	1.987.020,29	2270	2.065.989,63
11	3	Sobral - Ibiapaba	Cariré	15.132,89	380.772,61	435	395.905,50
12	8	Cariri - Centro Sul	Caririáçu	22.786,31	573.347,27	655	596.133,57
13	5	Sertão Central	Choró	21.916,60	551.463,78	630	573.380,38
14	3	Sobral - Ibiapaba	Coreaú	17.742,01	446.423,06	510	464.165,07
15	5	Sertão Central	Dep Irapuan Pinheiro	4.348,53	109.417,42	125	113.765,95
16	8	Cariri - Centro Sul	Farias Brito	20.351,13	512.073,51	585	532.424,64
17	3	Sobral - Ibiapaba	Frecheirinha	4.348,53	109.417,42	125	113.765,95
18	3	Sobral - Ibiapaba	Hidrolândia	9.218,89	231.964,92	265	241.183,81
19	4	Sert. dos Inhamuns	Ipaporanga	13.915,30	350.135,73	400	364.051,04
20	3	Sobral - Ibiapaba	Ipu	23.829,96	599.607,45	685	623.437,40
21	4	Sert. dos Inhamuns	Ipueiras	33.222,78	835.949,07	955	869.171,85
22	3	Sobral - Ibiapaba	Irauçuba	13.045,60	328.252,25	375	341.297,85
23	2	Litoral Oeste	Itapipoca	85.057,29	2.140.204,68	2445	2.225.261,96
24	5	Sertão Central	Itatira	19.481,42	490.190,03	560	509.671,45
25	8	Cariri - Centro Sul	Jardim	35.831,90	901.599,52	1030	937.431,42
26	8	Cariri - Centro Sul	Mauriti	20.351,13	512.073,51	585	532.424,64
27	8	Cariri - Centro Sul	Milagres	17.394,13	437.669,67	500	455.063,80
28	5	Sertão Central	Milhã	173,94	4.376,70	5	4.550,64
29	2	Litoral Oeste	Miraima	10.958,30	275.731,89	315	286.690,19
30	8	Cariri - Centro Sul	Missão Velha	27.656,66	695.894,77	795	723.551,44
31	5	Sertão Central	Mombaça	60.009,74	1.509.960,35	1725	1.569.970,10
32	3	Sobral - Ibiapaba	Mucambo	6.087,94	153.184,38	175	159.272,33
33	4	Sert. dos Inhamuns	Nova Russas	7.827,36	196.951,35	225	204.778,71
34	4	Sert. dos Inhamuns	Novo Oriente	33.918,55	853.455,85	975	887.374,40
35	4	Sert. dos Inhamuns	Parambu	39.832,55	1.002.263,54	1145	1.042.096,09
36	5	Sertão Central	Pedra Branca	28.874,25	726.531,65	830	755.405,90
37	5	Sertão Central	Piquet Carneiro	3.478,83	87.533,93	100	91.012,76
38	3	Sobral - Ibiapaba	Pires Ferreira	5.218,24	131.300,90	150	136.519,14
39	4	Sert. dos Inhamuns	Poranga	4.348,53	109.417,42	125	113.765,95
40	8	Cariri - Centro Sul	Porteiras	9.914,65	249.471,71	285	259.386,36

41	8	Cariri - Centro Sul	Potengi	3.478,83	87.533,93	100	91.012,76
42	5	Sertão Central	Quixadá	48.007,79	1.207.968,28	1380	1.255.976,08
43	3	Sobral - Ibiapaba	Reriutaba	18.611,72	468.306,54	535	486.918,26
44	8	Cariri - Centro Sul	Salitre	18.785,66	472.683,24	540	491.468,90
45	5	Sertão Central	Santa Quitéria	42.963,50	1.081.044,08	1235	1.124.007,58
46	3	Sobral - Ibiapaba	Sobral	28.004,55	704.648,17	805	732.652,71
47	5	Sertão Central	Solonópole	695,77	17.506,79	20	18.202,55
48	8	Cariri - Centro Sul	Tarrafas	7.653,42	192.574,65	220	200.228,07
49	4	Sert. dos Inhamuns	Tauá	41.919,85	1.054.783,90	1205	1.096.703,75
50	2	Litoral Oeste	Tejuçuoca	18.959,60	477.059,94	545	496.019,54
51	2	Litoral Oeste	Umirim	7.827,36	196.951,35	225	204.778,71
<b>TOTAL</b>				<b>1.126.269,79</b>	<b>28.339.111,01</b>	<b>32375</b>	<b>29.465.380,80</b>

\*Estimado total de 5 pessoas por família

## 18. Responsável pelo projeto

Coordenadoria	Coordenadoria de Projetos e Programas Especiais
Técnico	Francisco Abelardo Cavalcante Camurça
e-mail	abelardo.camurca@sda.ce.gov.br
Fone	(85) 3101.8112
Técnico	Neyara Araújo Lage
e-mail	neyara.lage@sda.ce.gov.br
Fone	(85) 3101.8139
Técnico	Gisely de Sousa Castro
e-mail	gisely.castro@sda.ce.gov.br
Fone	(85) 3101.8114

## ANEXO 1

### Marco Lógico (Quintais Produtivos – Mapps 365 e 390)

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
<b>Impactos</b>	Garantia da segurança alimentar e nutricional para as famílias beneficiadas.	Percentual de famílias em segurança alimentar e nutricional	Pesquisa primária	Quadro de estiagem prolongada, afetando de forma geral os indicadores socioeconômicos do Estado.
<b>Resultados</b>	<p>Aumento da renda.</p> <p>Aumento da oferta de alimentos para o autoconsumo.</p> <p>Disponibilidade de água para produção de alimentos.</p>	<p>Percentual de acréscimo da renda com a comercialização do excedente na produção de alimentos.</p> <p>Percentual da diversidade de alimentos para autoconsumo.</p> <p>Percentual de cobertura da população rural com acesso à água para produção de alimentos.</p> <p>Percentual de cobertura da população rural com acesso à água para consumo.</p>	<p>Questionário socioeconômico do projeto.</p> <p>Pesquisas do IPECE e IBGE.</p>	Escassez de água, inviabilizando a utilização das tecnologias.

<p><b>Produtos</b></p>	<p>Curso em Gestão de Água para Produção de Alimentos - GAPA.</p> <p>Treinamento para implantação de tecnologia social de acesso à água.</p> <p>Cursos em Sistemas Simplificado de Manejo de Água para Produção - SISMA.</p> <p>Tecnologias implantadas e em funcionamento.</p>	<p>Número de cursos em GAPA realizados.</p> <p>Número de treinamentos realizados.</p> <p>Número de Cursos em SISMA realizado.</p> <p>Número de Tecnologias Implantadas.</p>	<p>Relatório de acompanhamento do projeto.</p>	<p>Escassez de água, inviabilizando a implantação das tecnologias.</p> <p>Excesso de chuva, dificultando o acesso às comunidades e o tempo de secagem das placas da cisterna de enxurrada.</p> <p>Capacitações não atingirem resultados satisfatórios.</p> <p>Tecnologias fora dos padrões técnicos.</p>
<p><b>Atividades</b></p>	<p>Seleção de entidades executoras por meio de chamada pública, conforme Lei Número 12.873.</p> <p>Capacitação de famílias em GAPA.</p> <p>Capacitação de famílias em SISMA.</p> <p>Realização de treinamento para implantação de tecnologia social de acesso à água.</p> <p>Implantação da tecnologia.</p> <p>Reunião com a comissão dos Planos de Ação de Convivência com a Seca</p>	<p>Número de entidades selecionadas.</p> <p>Número de capacitações em GAPA realizadas (cursos).</p> <p>Número de capacitações em SISMA (cursos).</p> <p>Número de treinamentos realizados.</p> <p>Número de tecnologias implantadas.</p> <p>Número de reuniões com a comissão do PACS realizadas.</p>	<p>Relatório de acompanhamento do projeto.</p>	<p>Indisponibilidade de entidade capacitada.</p> <p>Evasão das famílias dos cursos de GRH.</p> <p>Treinamento em desconformidade com as diretrizes do Projeto.</p> <p>Conflito político na comissão do PACS para escolha dos beneficiários.</p> <p>Não acesso às informações das famílias com veracidade.</p>

	<p>(PACS) municipais para seleção das comunidades a serem contempladas.</p> <p>Realização de visitas domiciliares com aplicação de questionário socioeconômico para seleção de famílias beneficiárias.</p> <p>Planejamento e elaboração de material didático para os cursos.</p> <p>Acompanhamento e fiscalização das atividades de execução.</p>	<p>Número de visitas realizadas pelas equipes técnicas para seleção das famílias.</p> <p>Número de materiais elaborados.</p> <p>Número de tecnologias acompanhadas e fiscalizadas.</p>		<p>Não conhecimento da realidade das comunidades que tem acesso ao material didático.</p> <p>Equipe técnica aquém da necessidade.</p>
<b>Insumos</b>	<p>Recursos do FECOP.</p> <p>Recursos Federais (MDS).</p> <p>Técnicos para acompanhamento e fiscalização de campo.</p>	<p>Percentual de recurso investido por fonte.</p> <p>Número de técnicos envolvidos.</p>	<p>Relatório do projeto.</p> <p>Sistema de Acompanhamento e Monitoramento Estadual – WebMapp.</p>	<p>Indisponibilidade de recursos por parte dos Governos Estadual e Federal.</p> <p>Inadimplência do Estado, impossibilitando o recebimento de recurso.</p>



**Governo do Estado do Ceará**  
**Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA**

**PROJETO: Implantação de Sistemas de Abastecimento de  
Água no âmbito do Programa Água para Todos.**

**Fevereiro/2015**

Secretaria (Proponente)	Secretaria do Desenvolvimento Agrário
Programa (PPA)	029 - Programa de Combate a Pobreza Rural no Ceará
Mapp (Nº e Denominação)	385 - Implantação de Cisternas de Polietileno e Sistemas de Abastecimento de Água
Período de Execução (em 2015)	(janeiro a dezembro do ano corrente)
Categoria	Estruturante – Infraestrutura Domiciliar

## 1. Descrição do Projeto



O projeto **Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água no âmbito do Programa Água para Todos** integra o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - Água para Todos, que é coordenado pelo Ministério da Integração Nacional (MI) e faz parte do Plano Brasil Sem Miséria. O programa foi estruturado a partir da necessidade de universalizar o acesso e uso de água para populações carentes, residentes em comunidades rurais não atendidas por este serviço público essencial, atendidas por sistemas de abastecimento deficitários ou, ainda, que recebam abastecimento difuso.

O programa tem como objetivo garantir o amplo acesso à água para as populações rurais dispersas e em situação de extrema pobreza, seja para o consumo próprio ou para a produção de alimentos. O projeto é executado mediante convênio firmado com o MI em 2012 (CV Nº769231/2012) e passou a dispor de recursos do FECOP em 2013.

## 2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

No PPA 2012 / 2015, o projeto inscreve-se no eixo de governo Economia para uma Vida Melhor, na área temática Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária e no âmbito do Programa de Governo 029 – Enfrentamento à Pobreza Rural; Objetivo 007 – Construir cisternas, sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário simplificado visando proporcionar a melhoria de qualidade de vida das famílias nas comunidades rurais do Estado; 01180 – Implantar 1.543 sistemas de abastecimento de água com ligações domiciliares em comunidades.

Na Matriz de Resultados do Governo o projeto contribui para o alcance do resultado setorial “Infraestrutura para Agricultura Familiar Fortalecida” e suas realizações podem ser aferidas por meio do indicador “Nº. de famílias beneficiadas com projeto d’água”.

### **3. Diagnóstico**

O Ceará contribui com 9,82% dos domicílios do Brasil em situação de extrema pobreza segundo informações do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), baseado em dados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É o terceiro estado mais populoso no Nordeste com 8.472.231 milhões de habitantes. Desses, 51% são pobres, ou seja, possuem rendimento domiciliar per capita inferior a ½ salário mínimo. Na zona rural 36,9% da população se encontra em situação de extrema pobreza.

A região do semiárido brasileiro reúne um conjunto de características climáticas, geomorfológicas, econômicas e sociais peculiares, que são fatores determinantes para a dificuldade no acesso a recursos hídricos, tanto para o consumo humano como para a produção agropecuária.

Do ponto de vista climático, o semiárido brasileiro tem pluviosidade média anual girando em torno de 350 a 800 mm. A temperatura média é alta, com pequena amplitude anual de aproximadamente 5 °C, girando entre 20 °C no topo das serras a até 28 °C nos sertões mais quentes. No interior, a amplitude térmica diária pode ser relativamente grande devido à menor umidade.

Em todo o Nordeste e particularmente no Ceará os anos de 2012, 2013 e 2014 configuraram-se como tipicamente seco não garantindo as recargas dos reservatórios.

Deve-se destacar que apenas 19% da população rural é atendida com sistemas públicos de abastecimento de Água. Esse baixo índice gera consequências sociais graves e duradouras, contribuindo, inclusive, para a insegurança alimentar da população que se agrava pela redução da quantidade e qualidade da água disponível nos reservatórios superficiais. Devido à desnutrição e ao consumo de água de baixa qualidade, por exemplo, a taxa de mortalidade infantil na região do semiárido é, historicamente, a maior do País. Há algum tempo os governos (Federal, Estadual e os Municipais) vêm suprindo essa carência através do carro pipa que distribui água potável para a população rural dispersa de vários municípios cearenses.

### **4. Justificativa**

Em 2012, 2013 e 2014, alguns fatores prejudicaram a permanência da zona de convergência intertropical, responsável pela maior parte das chuvas no período, no continente. Esse período foi marcado pela irregularidade das chuvas no Ceará, tanto do ponto de vista temporal, quanto do ponto de vista espacial.

Devido ao baixo volume de chuvas que, neste período, foi menor que a média histórica, a população rural está sofrendo com os efeitos da seca o que se reflete tanto na queda da produção agropecuária como na falta de água para o consumo humano. A saída utilizada foi a distribuição de água por carros pipas que além de uma solução de alto custo tem inúmeros aspectos desfavoráveis.



O Programa do Governo Federal “Água para Todos” visa ampliar, com vista à universalização, o acesso à água para abastecimento humano, por meio da instalação de Sistemas simplificados de abastecimento.

Os sistemas simplificados de abastecimento de água são instalados a partir de uma fonte hídrica, armazenamento e distribuição para a população.

Sem precisar percorrer quilômetros atrás de água para consumo humano, tarefa geralmente executada por mulheres e crianças, as famílias ficam menos vulneráveis às doenças causadas pela ingestão de água contaminada ou salobra, proveniente dos barreiros e de poços.



Sistemas Simplificado de Abastecimento de Água

## 5. Histórico

Em 2013 e 2014 foi realizada a implantação de 17.789 cisternas de polietileno atendendo a 74.714 pessoas nos municípios de Acopiara, Alcântara, Aracoiaba, Araripe, Capistrano, Graça, Horizonte, Itapiúna, Meruoca, Pacoti, Porteiras, Potengi, Quixelô, Redenção e Tarrafas, concluído a meta do convênio referente a implantação de cisternas de polietileno.

Referente à implantação de sistemas de abastecimento de água em 2013 e 2014 foram elaborados 1.366 projetos dos quais, 231 sistemas foram implantados e 603 estão em execução.

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes)	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários
2013	6.724.239,67	34.510.312,75	41.234.552,42	59.758
2014	10.458.332,33	55.865.569,83	66.323.902,16	57.792

## 6. Público Alvo

Famílias residentes em comunidades rurais nos municípios do Estado do Ceara.

### 6.1. Critérios adotados para a seleção dos beneficiários

- As comunidades deverão ter concentração populacional variando de 25 a 100 famílias;

- As comunidades deverão ter no mínimo 40% das famílias residentes inscritas no CadÚnico.

## **7. Objetivos (Geral e Específico)**

### **Geral**

Contribuir para a universalização do acesso à água para consumo humano e alimentar em áreas rurais.

### **Específico**

Disponibilizar água em quantidade e com a qualidade necessária ao consumo humano.

## **8. Atividades / Detalhamento das atividades**

- **Implantação dos Comitês Municipais**

O comitê municipal tem a finalidade de definir com as lideranças do Governo e da Sociedade Civil as obras a serem realizadas no Município em conformidade também com o Comitê Estadual que, por sua vez, trabalha em consonância com o Comitê Federal.

- **Cadastramento das famílias beneficiadas com sistema de abastecimento de água**

Após a indicação das comunidades a serem contempladas com sistema de abastecimento de água será realizado o cadastramento das famílias de cada comunidade. Neste cadastro conterà todos os dados pessoais da família e servirá como base para a elaboração do projeto técnico.

- **Elaboração do projeto de abastecimento de água**

Para cada sistema de abastecimento de água será elaborado um projeto contendo todas as plantas baixas e o descritivo geral da comunidade. O georeferenciamento será realizado através de um GPS-RTK. Este aparelho proporciona uma grande precisão nos projetos, visto ter uma precisão altimétrica de 1mm.

- **Execução das obras de Abastecimento de água**

À medida que os projetos técnicos forem sendo elaborados serão agrupados observando a territorialização e licitados. As empresas vencedoras receberão ordem de serviço e executarão as obras.

## 9. Produtos

Listar os produtos do projeto, que podem ser resultado de uma atividade ou do conjunto das atividades, conforme abaixo:

<b>Produtos</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Fontes de Verificação</b>
Sistemas de abastecimento de água implantados	1.135	Relatório de acompanhamento.

## 10. Metas

- Implantação de 1.135 sistemas de abastecimentos de água;
- Atender 45.400 famílias;

## 11. Resultados Esperados

Famílias da zona rural com água suficiente para o consumo humano.

## 12. Integração de Ações

A política de universalização da água no Estado do Ceará é desenvolvida através de várias iniciativas tais como: implantação de sistemas de abastecimento de água com dessalinizadores através da Secretaria de Recursos Hídricos; Implantação de Sistema de abastecimento de água através dos SISAR's, SOHIDRA e Projeto São José.

## 13. Monitoramento

A Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA, através da Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais, será Coordenadora Geral do Projeto, sendo responsável pelo acompanhamento e monitoramento das atividades, envio de relatórios e prestação de contas.

O monitoramento do Projeto se dará através do acompanhamento dos técnicos e de uma empresa responsável pela fiscalização.

### 13.1 Dados Utilizados

Para monitoramento dos sistemas de abastecimento de água, a empresa fiscalizadora atestará cada medição da obra juntamente com o técnico da SDA. Nesta medição estará contido todos os itens utilizados na implantação de cada sistema isoladamente.

### 13.2. Cadastro dos Beneficiários

Para cadastramento dos beneficiários de sistemas de abastecimento de água, todos os projeto técnico são catalogados em planilha eletrônica e cada projeto contem uma ficha cadastral de todos os beneficiários com seus dados pessoais.

#### 14. Pressupostos de Risco

- Demora nas decisões dos comitês (Estadual e Municipal);
- Demora nos processos licitatórios;
- Atraso na entrega dos equipamentos ou obras;
- Falha no processo de acompanhamento pelos órgãos do Estado e empresas.

#### 15. Orçamento 2015

Detalhamento	Valor FECOP	Valor Outras Fontes (R\$)	Valor Total (R\$)
<b>NATUREZA DA DESPESA</b>			
<b>1. Despesas Correntes</b>			
1.2 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (335039)	5.180.512,53		
<b>2. Despesas de Capital</b>			
2.1 Obras Cíveis e Instalações (449051)	5.672.675,47	89.551.397,42	95.224.072,89
<b>TOTAL</b>	<b>10.853.188,00</b>	<b>89.551.397,42</b>	<b>100.404.585,42</b>

#### 16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

Item de Despesa	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	TOTAL
Repasse para empresas vencedoras	945.445,91	945.445,91	945.445,91	945.445,91	945.445,91	945.445,92	5.672.675,47
Serviço de Pessoa Física e Jurídica		2.590.256,27				2.590.256,27	5.180.512,53
<b>Total</b>	<b>945.445,91</b>	<b>3.535.702,18</b>	<b>945.445,91</b>	<b>945.445,91</b>	<b>945.445,91</b>	<b>3.535.702,19</b>	<b>10.853.188,00</b>

#### 17. Distribuição dos Recursos por Municípios em 2015

Nº de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (2015)	Valor Outras Fontes - 2015	Pessoas Beneficiadas
1	Cariri / Centro Sul	Abaiara	40.196,99	331.671,84	706
2	Baturité	Acarape	40.196,99	331.671,84	706
3	Litoral Oeste	Acaraú	40.196,99	331.671,84	706
4	Cariri / Centro Sul	Acopiara	80.393,98	663.343,69	1412
5	Sertão do Inhamuns	Aiuaba	88.433,38	729.678,05	1553
6	Sobral / Ibiapina	Alcântaras	80.393,98	663.343,69	1412

7	Cariri / Centro Sul	Altaneira	40.196,99	331.671,84	706
8	Litoral Leste / Jaguaribe	Alto Santo	64.315,19	530.674,95	1130
9	Litoral Oeste	Amontada	48.236,39	398.006,22	848
10	Cariri / Centro Sul	Antonina do Norte	40.196,99	331.671,84	706
11	Litoral Oeste	Apuiarés	48.236,39	398.006,22	848
12	Metropolitana de Fortaleza	Aquiraz	40.196,99	331.671,84	706
13	Litoral Leste / Jaguaribe	Aracati	40.196,99	331.671,84	706
14	Baturité	Aracoiaba	40.196,99	331.671,84	706
15	Sertão do Inhamuns	Ararendá	88.433,38	729.678,05	1553
16	Cariri / Centro Sul	Araripe	40.196,99	331.671,84	706
17	Baturité	Aratuba	40.196,99	331.671,84	706
18	Sertão do Inhamuns	Arneiroz	88.433,38	729.678,05	1553
19	Cariri / Centro Sul	Assaré	40.196,99	331.671,84	706
20	Cariri / Centro Sul	Aurora	40.196,99	331.671,84	706
21	Cariri / Centro Sul	Baixio	80.393,98	663.343,69	1412
22	Sertão Central	Banabuiú	80.393,98	663.343,69	1412
23	Cariri / Centro Sul	Barbalha	40.196,99	331.671,84	706
24	Baturité	Barreira	40.196,99	331.671,84	706
25	Cariri / Centro Sul	Barro	40.196,99	331.671,84	706
26	Litoral Oeste	Barroquinha	40.196,99	331.671,84	706
27	Baturité	Baturité	40.196,99	331.671,84	706
28	Litoral Leste / Jaguaribe	Beberibe	40.196,99	331.671,84	706
29	Litoral Oeste	Bela Cruz	40.196,99	331.671,84	706
30	Sertão Central	Boa Viagem	80.393,98	663.343,69	1412
31	Cariri / Centro	Brejo Santo	40.196,99		706

	Sul			331.671,84	
32	Litoral Oeste	Camocim	40.196,99	331.671,84	706
33	Cariri / Centro Sul	Campos Sales	40.196,99	331.671,84	706
34	Sertão Central	Canindé	80.393,98	663.343,69	1412
35	Baturité	Capistrano	40.196,99	331.671,84	706
36	Sertão Central	Caridade	80.393,98	663.343,69	1412
37	Sobral / Ibiapina	Cariré	80.393,98	663.343,69	1412
38	Cariri / Centro Sul	Caririaçu	40.196,99	331.671,84	706
39	Cariri / Centro Sul	Cariús	80.393,98	663.343,69	1412
40	Sobral / Ibiapina	Carnaubal	40.196,99	331.671,84	706
41	Litoral Leste / Jaguaribe	Cascavel	40.196,99	331.671,84	706
42	Cariri / Centro Sul	Catarina	80.393,98	663.343,69	1412
43	Sertão do Inhamuns	Catunda	88.433,38	729.678,05	1553
44	Metropolitana de Fortaleza	Caucaia	40.196,99	331.671,84	706
45	Cariri / Centro Sul	Cedro	80.393,98	663.343,69	1412
46	Litoral Oeste	Chaval	40.196,99	331.671,84	706
47	Sertão Central	Choró	80.393,98	663.343,69	1412
48	Litoral Leste / Jaguaribe	Chorozinho	40.196,99	331.671,84	706
49	Sobral / Ibiapina	Coreaú	80.393,98	663.343,69	1412
50	Sertão do Inhamuns	Crateús	88.433,38	729.678,05	1553
51	Cariri / Centro Sul	Crato	40.196,99	331.671,84	706
52	Sobral - Ibiapina	Croatá	40.196,99	331.671,84	706
53	Litoral Oeste	Cruz	40.196,99	331.671,84	706
54	Sertão Central	Deputado Irapuan Pinheiro	80.393,98	663.343,69	1412

55	Lit. Leste - Jaguaribe	Ererê	64.315,19	530.674,95	1130
56	Metrop. de Fortaleza	Eusébio	40.196,99	331.671,84	706
57	Cariri - Centro Sul	Farias Brito	40.196,99	331.671,84	706
58	Sobral - Ibiapina	Forquilha	80.393,98	663.343,69	1412
59	Metrop. de Fortaleza	Fortaleza	40.196,99	331.671,84	706
60	Lit. Leste - Jaguaribe	Fortim	40.196,99	331.671,84	706
61	Sobral - Ibiapina	Frecheirinha	80.393,98	663.343,69	1412
62	Sertão Central	General Sampaio	48.236,39	398.006,22	848
63	Sobral - Ibiapina	Graça	80.393,98	663.343,69	1412
64	Litoral Oeste	Granja	40.196,99	331.671,84	706
65	Cariri - Centro Sul	Granjeiro	40.196,99	331.671,84	706
66	Sobral - Ibiapina	Groáiras	80.393,98	663.343,69	1412
67	Metrop. de Fortaleza	Guaiúba	40.196,99	331.671,84	706
68	Sobral - Ibiapina	Guaraciaba do Norte	40.196,99	331.671,84	706
69	Baturité	Guaramiranga	40.196,99	331.671,84	706
70	Sobral - Ibiapina	Hidrolândia	88.433,38	729.678,05	1553
71	Lit. Leste - Jaguaribe	Horizonte	40.196,99	331.671,84	706
72	Sertão Central	Ibaretama	80.393,98	663.343,69	1412
73	Sobral - Ibiapina	Ibiapina	40.196,99	331.671,84	706
74	Sertão Central	Ibicuitinga	80.393,98	663.343,69	1412
75	Lit. Leste - Jaguaribe	Icapuí	40.196,99	331.671,84	706
76	Cariri - Centro Sul	Icó	80.393,98	663.343,69	1412
77	Cariri - Centro Sul	Iguatu	80.393,98	663.343,69	1412
78	Sert. dos Inhamuns	Independência	88.433,38	729.678,05	1553
79	Sert. dos	Ipaporanga	88.433,38		1553

	Inhamuns			729.678,05	
80	Cariri - Centro Sul	Ipaumirim	80.393,98	663.343,69	1412
81	Sobral - Ibiapina	Ipu	88.433,38	729.678,05	1553
82	Sert. dos Inhamuns	Ipueiras	88.433,38	729.678,05	1553
83	Lit. Leste - Jaguaribe	Iracema	64.315,19	530.674,95	1130
84	Sobral - Ibiapina	Irauçuba	48.236,39	398.006,22	848
85	Lit. Leste - Jaguaribe	Itaiçaba	40.196,99	331.671,84	706
86	Metrop. de Fortaleza	Itaitinga	40.196,99	331.671,84	706
87	Litoral Oeste	Itapajé	48.236,39	398.006,22	848
88	Litoral Oeste	Itapipoca	48.236,39	398.006,22	848
89	Baturité	Itapiúna	40.196,99	331.671,84	706
90	Litoral Oeste	Itarema	48.236,39	398.006,22	848
91	Sertão Central	Itatira	80.393,98	663.343,69	1412
92	Lit. Leste - Jaguaribe	Jaguaretama	64.315,19	530.674,95	1130
93	Lit. Leste - Jaguaribe	Jaguaribara	64.315,19	530.674,95	1130
94	Lit. Leste - Jaguaribe	Jaguaribe	64.315,19	530.674,95	1130
95	Lit. Leste - Jaguaribe	Jaguaruana	40.196,99	331.671,84	706
96	Cariri - Centro Sul	Jardim	40.196,99	331.671,84	706
97	Cariri - Centro Sul	Jati	40.196,99	331.671,84	706
98	Litoral Oeste	Jijoca de Jericoacoara	40.196,99	331.671,84	706
99	Cariri - Centro Sul	Juazeiro do Norte	40.196,99	331.671,84	706
100	Cariri - Centro Sul	Jucás	80.393,98	663.343,69	1412
101	Cariri - Centro Sul	Lavras da Mangabeira	80.393,98	663.343,69	1412
102	Lit. Leste - Jaguaribe	Limoeiro do Norte	64.315,19	530.674,95	1130
103	Sertão Central	Madalena	80.393,98	663.343,69	1412



104	Metrop. de Fortaleza	Maracanaú	40.196,99	331.671,84	706
105	Metrop. de Fortaleza	Maranguape	40.196,99	331.671,84	706
106	Litoral Oeste	Marco	40.196,99	331.671,84	706
107	Litoral Oeste	Martinópolis	40.196,99	331.671,84	706
108	Sobral - Ibiapina	Massapê	80.393,98	663.343,69	1412
109	Cariri - Centro Sul	Mauriti	40.196,99	331.671,84	706
110	Sobral - Ibiapina	Meruoca	80.393,98	663.343,69	1412
111	Cariri - Centro Sul	Milagres	40.196,99	331.671,84	706
112	Sertão Central	Milhã	80.393,98	663.343,69	1412
113	Litoral Oeste	Miraíma	48.236,39	398.006,22	848
114	Cariri - Centro Sul	Missão Velha	40.196,99	331.671,84	706
115	Sertão Central	Mombaça	80.393,98	663.343,69	1412
116	Sert. dos Inhamuns	Monsenhor Tabosa	88.433,38	729.678,05	1553
117	Lit. Leste - Jaguaribe	Morada Nova	64.315,19	530.674,95	1130
118	Sobral - Ibiapina	Moraújo	80.393,98	663.343,69	1412
119	Litoral Oeste	Morrinhos	40.196,99	331.671,84	706
120	Sobral - Ibiapina	Mucambo	80.393,98	663.343,69	1412
121	Baturité	Mulungu	40.196,99	331.671,84	706
122	Cariri - Centro Sul	Nova Olinda	40.196,99	331.671,84	706
123	Sert. dos Inhamuns	Nova Russas	88.433,38	729.678,05	1553
124	Sert. dos Inhamuns	Novo Oriente	88.433,38	729.678,05	1553
125	Baturité	Ocara	40.196,99	331.671,84	706
126	Cariri - Centro Sul	Orós	80.393,98	663.343,69	1412
127	Lit. Leste - Jaguaribe	Pacajus	40.196,99	331.671,84	706
128	Metrop. de	Pacatuba	40.196,99		706

	Fortaleza			331.671,84	
129	Baturité	Pacoti	40.196,99	331.671,84	706
130	Sobral - Ibiapina	Pacujá	80.393,98	663.343,69	1412
131	Lit. Leste - Jaguaribe	Palhano	40.196,99	331.671,84	706
132	Baturité	Palmácia	40.196,99	331.671,84	706
133	Litoral Oeste	Paracuru	48.236,39	398.006,22	848
134	Litoral Oeste	Paraipaba	48.236,39	398.006,22	848
135	Sert. dos Inhamuns	Parambu	88.433,38	729.678,05	1553
136	Sertão Central	Paramoti	80.393,98	663.343,69	1412
137	Sertão Central	Pedra Branca	80.393,98	663.343,69	1412
138	Cariri - Centro Sul	Penaforte	40.196,99	331.671,84	706
139	Litoral Oeste	Pentecoste	48.236,39	398.006,22	848
140	Lit. Leste - Jaguaribe	Pereiro	64.315,19	530.674,95	1130
141	Lit. Leste - Jaguaribe	Pindoretama	40.196,99	331.671,84	706
142	Sertão Central	Piquet Carneiro	80.393,98	663.343,69	1412
143	Sobral - Ibiapina	Pires Ferreira	88.433,38	729.678,05	1553
144	Sert. dos Inhamuns	Poranga	88.433,38	729.678,05	1553
145	Cariri - Centro Sul	Porteiras	40.196,99	331.671,84	706
146	Cariri - Centro Sul	Potengi	40.196,99	331.671,84	706
147	Lit. Leste - Jaguaribe	Potiretama	64.315,19	530.674,95	1130
148	Sert. dos Inhamuns	Quiterianópolis	88.433,38	729.678,05	1553
149	Sertão Central	Quixadá	80.393,98	663.343,69	1412
150	Cariri - Centro Sul	Quixeló	80.393,98	663.343,69	1412
151	Sertão Central	Quixeramobim	80.393,98	663.343,69	1412
152	Lit. Leste - Jaguaribe	Quixeré	64.315,19	530.674,95	1130

153	Baturité	Redenção	40.196,99	331.671,84	706
154	Sobral - Ibiapina	Reriutaba	80.393,98	663.343,69	1412
155	Lit. Leste - Jaguaribe	Russas	64.315,19	530.674,95	1130
156	Cariri - Centro Sul	Saboeiro	80.393,98	663.343,69	1412
157	Cariri - Centro Sul	Salitre	40.196,99	331.671,84	706
158	Sertão Central	Santa Quitéria	88.433,38	729.678,05	1553
159	Sobral - Ibiapina	Santana do Acaraú	80.393,98	663.343,69	1412
160	Cariri - Centro Sul	Santana do Cariri	40.196,99	331.671,84	706
161	Sobral - Ibiapina	São Benedito	40.196,99	331.671,84	706
162	Litoral Oeste	São Gonçalo do Amarante	48.236,39	398.006,22	848
163	Lit. Leste - Jaguaribe	São João do Jaguaribe	64.315,19	530.674,95	1130
164	Litoral Oeste	São Luís do Curu	48.236,39	398.006,22	848
165	Sertão Central	Senador Pompeu	80.393,98	663.343,69	1412
166	Sobral - Ibiapina	Senador Sá	80.393,98	663.343,69	1412
167	Sobral - Ibiapina	Sobral	80.393,98	663.343,69	1412
168	Sertão Central	Solonópole	80.393,98	663.343,69	1412
169	Lit. Leste - Jaguaribe	Tabuleiro do Norte	64.315,19	530.674,95	1130
170	Sert. dos Inhamuns	Tamboril	88.433,38	729.678,05	1553
171	Cariri - Centro Sul	Tarrafas	40.196,99	331.671,84	706
172	Sert. dos Inhamuns	Tauá	88.433,38	729.678,05	1553
173	Litoral Oeste	Tejuçuoca	48.236,39	398.006,22	848
174	Sobral - Ibiapina	Tianguá	40.196,99	331.671,84	706
175	Litoral Oeste	Trairi	48.236,39	398.006,22	848
176	Litoral Oeste	Tururu	48.236,39	398.006,22	848
177	Sobral -	Ubajara	40.196,99		706

	Ibiapina			331.671,84	
178	Cariri - Centro Sul	Umari	80.393,98	663.343,69	1412
179	Litoral Oeste	Umirim	48.236,59	398.006,24	848
180	Litoral Oeste	Uruburetama	48.236,81	398.006,24	848
181	Litoral Oeste	Uruoca	40.196,99	331.671,86	706
182	Sobral - Ibiapina	Varjota	80.393,90	663.343,69	1447
183	Cariri - Centro Sul	Várzea Alegre	40.196,99	331.671,86	706
184	Sobral - Ibiapina	Viçosa do Ceará	40.196,99	331.671,58	715
Sub-total			<b>10.853.188,00</b>	<b>89.551.397,42</b>	190.680

### 18. Responsável(eis) pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais (COPPE)
Técnico	Kleber Vasconcelos Sabino
E-mail	<a href="mailto:Kleber.sabino@sda.ce.gov.br">Kleber.sabino@sda.ce.gov.br</a>
Fone	85 3101.8112

## ANEXO 1

### Marco Lógico (Sistemas de Abastecimento de Água – Mapp 385)

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
<b>Impactos</b>	<p>Redução da incidência de doenças de veiculação hídrica.</p> <p>Uso sustentável da água para abastecimento das famílias rurais.</p> <p>Redução dos esforços (físicos/financeiros/tempo) para captação de água.</p>	<p>Percentual da incidência de pessoas com diarreia.</p> <p>Tempo garantido de abastecimento de água à família por meio de SAA.</p> <p>Forma, investimento e periodicidade para acesso à água.</p>	<p>Questionário socioeconômico do projeto.</p>	<p>Quadro de estiagem prolongada, afetando de forma geral os indicadores socioeconômicos do Estado.</p>
<b>Resultados</b>	<p>Famílias rurais de baixa renda com acesso à água com qualidade e em quantidade suficiente para o consumo humano.</p>	<p>Percentual de cobertura da população rural com acesso à água para consumo.</p>	<p>Relatório de acompanhamento do projeto.</p> <p>Pesquisas do IPECE e IBGE.</p>	<p>Escassez de água, afetando o abastecimento pelos SAAs implantados.</p>
<b>Produtos</b>	<p>Sistemas de abastecimento de água implantados.</p>	<p>Percentual de implantação dos sistemas de abastecimento de água.</p>	<p>Relatório de acompanhamento do projeto.</p>	<p>Falta de repasse por parte do Governo Federal.</p> <p>SAAs fora dos padrões técnicos.</p>

<b>Atividades</b>	Implantação de SAAs.  Acompanhamento e fiscalização das atividades de execução.	Número de SAAs implantados.  Número de SAAs acompanhados e fiscalizados.	Relatório de acompanhamento do projeto.	Equipe técnica aquém da necessidade.
<b>Insumos</b>	Recursos do FECOP.  Recursos Federais (MI).  Técnicos para acompanhamento e fiscalização das obras	Percentual de recurso investido por fonte.  Número de técnicos envolvidos.	Relatório do projeto.  Sistema de Acompanhamento e Monitoramento Estadual – WebMapp.	Indisponibilidade de recursos por parte dos Governos Estadual e Federal.  Inadimplência do Estado, impossibilitando o recebimento de recurso.



**Governo do Estado do Ceará  
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA**

**PROJETO: Aquisição de Tratores e Implementos Agrícolas**

**Junho / 2015**

Secretaria (Proponente)	Secretaria do Desenvolvimento Agrário
Programa (PPA)	028 - Desenvolvimento Agropecuário
Mapp (Nº e Denominação)	440 - Aquisição de Tratores e Implementos Agrícolas
Período de Execução (em 2015)	Junho a dezembro de 2015
Categoria	Estruturante – Ocupação e Renda - Inclusão Produtiva Rural (Fomento)

### 1. Descrição do Projeto

O Projeto se propõe a adquirir equipamentos de mecanização agrícola para a exploração agropecuária, visando fortalecer a agricultura familiar através do aumento da área plantada, com conseqüente aumento da produção agropecuária, disponibilizando o uso da mecanização agrícola por meio da aquisição de tratores com os implementos agrícolas necessários para o melhor desenvolvimento das atividades das famílias rurais. A SDA em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, através do Convênio Nº 781106/2012 liberará recursos para aquisição dos referidos equipamentos.

### 2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

No PPA 2012/2015, o projeto insere-se no âmbito do Programa 028 - Desenvolvimento Agropecuário, colaborando para o alcance do Objetivo 014 – Implementar ações de apoio técnico e socioproductivo, visando ampliar a inserção produtiva e a competitividade dos agricultores familiares; Meta 01134 – Adquirir 400 tratores com equipamentos e implementos agrícolas, para beneficiar comunidades rurais; Iniciativa 04833 – Implantação de projetos produtivos sustentáveis no âmbito da agricultura familiar.

Na matriz de Gestão por Resultados o projeto contribui para o alcance do resultado setorial estratégico Produtos Agropecuários de Qualidade, Suficientes, Seguros e Competitivos e seus resultados são aferidos por meio do indicador Produção de Grãos.

### 3. Diagnóstico

A grande maioria dos grãos produzidos no Ceará é proveniente da agricultura de sequeiro dependendo primordialmente do volume e distribuição espacial e temporal das chuvas e tendo grande peso na flutuação da safra.

Os dados mostram que a produção de grãos registrou 1.294,3 mil toneladas em 2011, enquanto em 2006, esse quantitativo atingiu 1.145,5 mil toneladas, com crescimento de 13,00% no período. O ano de 2011 registrou chuvas regulares e bem distribuídas, fato que contribuiu para uma safra recorde de produção de grãos no Estado. A cultura do milho foi responsável por 70% dessa produção, gerando um VBP de R\$1,06 bilhão, correspondendo a 42% do VBP dos produtos agrícolas.

Um dos fatores que concorreram, em parte, para obtenção dos bons resultados da safra agrícola de 2011 foi o plantio de sementes de alta qualidade genética distribuídas aos 135.876 produtores beneficiados pelo projeto Hora de Plantar. É importante acrescentar



que recentemente, o projeto tornou possível a inclusão de agricultores familiares como produtores profissionais de sementes, destacando-se as culturas de feijão, milho e mamona, além de mudas enxertadas de cajueiro anão precoce.

Em 2013 e 2014, apesar dos esforços governamentais em distribuir as sementes e mudas em quantidades significativas e em tempo hábil para mais de 130.000 agricultores familiares, obteve-se drásticas reduções nas áreas plantadas e na produtividade de quase todas as culturas do Estado, devido à ocorrência de precipitações pluviométricas 40% abaixo da média em todas as regiões.

#### **4. Justificativa**

A agropecuária familiar é de extrema importância na questão da segurança alimentar do Brasil, pois os produtos produzidos nas pequenas propriedades fazem parte, em sua grande maioria, da alimentação básica do brasileiro. Por outro lado, a grande dificuldade de executar as práticas de cultivo, promovendo a expansão das áreas plantadas é uma das grandes realidades existentes no meio rural, para que essa produção atenda à crescente demanda e chegue com a devida qualidade na mesa dos consumidores.

Portanto, é imprescindível o investimento tanto do produtor quanto do governo em ações que sejam capazes de otimizar as formas de cultivo ora praticadas. Assim, entende-se como de importância relevante, a expansão da mecanização na agricultura familiar, que venha a garantir técnicas adequadas de manejo e preparo do solo, da água e processamento dos produtos agrícolas, facilitando a vida do produtor pela diminuição do esforço manual e garantindo o aumento da produção e da produtividade.

Do ponto de vista econômico, observa-se que o lucro obtido pela agricultura familiar desenvolvida de forma tradicional, sem a incorporação de tecnologias, é diminuto e a mecanização desponta como uma alternativa para o incremento da área plantada, aumentando a produção e conseqüentemente a renda do produtor.

#### **5. Histórico**

O projeto está sendo apresentado pela primeira vez no ano.

#### **6. Público Alvo**

Agricultor familiar.

Caracteriza-se como agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo simultaneamente aos seguintes requisitos:

- Não detenha, a qualquer título, área maior de 4 módulos fiscais;
- Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder executivo;
- Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

## 7. Objetivos

### Geral

Melhorar as condições da produção agropecuária de pequenas famílias rurais, sobrevivendo a exploração de forma manual para o cultivo mecanizado, acarretando aumento de área e de produção.

### Específicos

- Ampliar a produção e a produtividade da população beneficiada com o Projeto.
- Facilitar o transporte de produtos agropecuários
- Reduzir os custos do processo de produção;
- Profissionalizar as atividades de cultivo mecanizado;
- Incrementar a renda ao produtor;
- Fixar o homem do campo;
- Apoiar à comercialização;
- Facilitar o transporte de produtos agropecuários.

## 8. Atividades / Detalhamento das atividades

Atividades	Produtos	2015	Fontes de Verificação
Mobilização e Seleção dos Beneficiários	Beneficiários selecionados	11	Prefeituras e Secretarias de Agriculturas Municipais, Associações Comunitárias e CODAF/SDA
Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	Agricultura Familiar Modernizada	96	Visitas e Relatórios de Supervisão da CODAF/ SDA.

### a. Mobilização e Seleção dos beneficiários

Foram realizadas visitas e reuniões nas Comunidades para apresentação do Projeto de Modernização da Agricultura Familiar e verificar as condições técnicas e organizacionais das Associações Comunitárias. Após a comprovação da necessidade e interesse dos associados em participar do Projeto foi feita a seleção dos beneficiários.

### b. Aquisição das Máquinas e equipamentos agrocolas.

Será iniciado processo licitatório do tipo Pregão Eletrônico para a aquisição das máquinas e equipamentos. Serão celebrados Termos de Cessão de Uso com cada uma das Associações beneficiárias para o repasse das máquinas e equipamentos. A orientação e acompanhamento será prestada pela prefeituras municipais, em nível local e regional e a coordenação, supervisão e assessoramento será realizada pela equipe técnica da SDA/CODAF.

## 9. Produtos

Produtos	Quantidade	Fontes de Verificação
Equipamentos de Mecanização Agrícola (Tratores e Implementos) Adquirido	96	Processo licitatório e publicação de contratos com fornecedores

## 10. Metas

- Beneficiar 9.810 agricultores/as de base familiar com equipamentos de mecanização agrícolas.

## 11. Resultados Esperados

- Fortalecimento da organização dos agricultores familiares na atividade;
- Agregação de renda e fixação das famílias no campo.
- Aumento da Produção Agropecuária.

## 12. Integração de Ações

O projeto se relaciona com os Projetos Hora de Plantar, Práticas Agrícolas de Convivência com o Semiárido, Biodiesel do Ceará, Revitalização da Cajucultura, Modernização da Mandiocultura, Pecuária Leiteira e Ovino Caprinocultura.

## 13. Monitoramento

O monitoramento será realizado pela SDA, através da CODAF (Coordenadoria de Desenvolvimento da Agricultura Familiar), sendo as ações de campo de responsabilidade das prefeituras municipais e o acompanhamento através de relatórios semestrais.

### 13.1 Dados Utilizados

Os dados serão levantados pelos técnicos da EMATERCE que prestam assistência técnica aos beneficiários nas diversas cadeias produtivas beneficiadas com infraestrutura e terão sua periodicidade semestral através de sistemas eletrônicos utilizados para monitorar a prestação de ATER.

### 13.2. Cadastro dos Beneficiários

Após a seleção, será elaborado o cadastro de beneficiários do projeto agrupados por município atendido com Nome, CPF, NIS, Inscrição no PRONAF, renda do grupo familiar, município e outras informações que sejam julgadas necessárias para a boa execução e avaliação do projeto.

## 14. Pressupostos de Risco

Os resultados esperados na produção, beneficiamento e comercialização podem não ser alcançados devido a rejeição dos beneficiários a assistência técnica e ao baixo nível de organização dos agricultores inviabilizando o fortalecimento das cadeias e a geração de renda dos beneficiários. Durante o processo de contratação da empresa que fornecerá os equipamentos podem ocorrer problemas tais como, as concorrentes não apresentarem as documentações exigidas no certame e serem desclassificadas, atrasando todo o processo de execução do Projeto.

## 15. Orçamento 2015

Detalhamento	Valor FECOP (2015)	Valor Outras Fontes (2015)	Valor Total (2015)
<b>NATUREZA DA DESPESA</b>			
<b>2. DESPESAS DE CAPITAL</b>			
2.1. Obras Civis			
Elementos de Despesas (449051)			
2.2. Equipamentos e Material Permanente			
Elemento de Despesas (449052)	232.560,00	1.000.000,00	1.232.560,00
2.3. Outras Despesas de Capital			
Elemento de Despesas			
<b>TOTAL</b>	<b>232.560,00</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>1.232.560,00</b>

## 16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

Item de Despesa	Jun	Total
Obras Civis	0,00	0,00
Equipamentos e Material Permanente (449052)	232.560,00	232.560,00
<b>Total</b>	<b>232.560,00</b>	<b>232.560,00</b>

## 17. Distribuição dos Recursos por Municípios em 2015 (R\$)

Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP	Valor Outras Fontes	Pessoas Beneficiadas
REGIÃO 02 LITORAL OESTE	Acaraú	21.289,67	90.761,24	892
	Amontada	21.289,67	90.761,24	892
	Itapipoca	21.289,67	90.761,24	891
	Morrinho	21.289,67	90.761,24	892
	<b>TOTAL R02</b>	<b>85.158,68</b>	<b>363.044,96</b>	<b>3.567</b>
REGIÃO 03 SOBRAL IBIAPABA	Irauçuba	21.289,67	90.761,24	892
	Tianguá	21.289,67	90.761,24	891
	<b>TOTAL R03</b>	<b>42.579,34</b>	<b>181.522,48</b>	<b>1783</b>
REGIÃO 05	Mombaça	21.289,67	90.761,24	892

SERTÃO CENTRAL				
	<b>TOTAL R05</b>	<b>21.289,67</b>	<b>90.761,24</b>	<b>892</b>
REGIÃO 06 BATURITÉ	Baturité	21.289,67	90.761,24	892
	<b>TOTAL R06</b>	<b>21.289,67</b>	<b>90.761,24</b>	<b>892</b>
REGIÃO 07 LITORAL LESTE	Beberibe	21.289,67	90.761,24	892
	Jaguaribara	21.289,67	90.761,23	892
	Pereiro	21.289,67	90.761,24	892
	<b>TOTAL R07</b>	<b>63.869,01</b>	<b>272.283,71</b>	<b>2.676</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>232.560,00</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>9.810</b>

### 18. Responsável(eis) pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	COPLAG
Técnico	Esaú Matos Ribeiro
E-mail	<a href="mailto:esau.matos@sda.ce.gov.br">esau.matos@sda.ce.gov.br</a>
Fone	3101-8013 / 3101-8027

## ANEXO 1

### Marco Lógico (Tratores e Implementos Agrícolas – Mapp 440)

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
<b>Impactos</b>	<p>Aumento da produtividade da agropecuária dos agricultores familiares assistidos.</p> <p>Aumento e manutenção da ocupação e renda dos beneficiários.</p>	<p>Percentual de perdas de safra dos agricultores assistidos em relação às perdas dos agricultores do Estado.</p> <p>Produtividade em kg/ha por cultura e/ou criação.</p> <p>Número de empregos gerados.</p>	<p>Sistema de Programas e Projetos da Ematerce (SPPWEB).</p> <p>IBGE.</p> <p>Dados do CadÚnico.</p> <p>Pesquisa primária.</p>	<p>Instabilidades climáticas severas e consecutivas.</p> <p>Disponibilidade inoportuna das políticas públicas de crédito rural.</p> <p>Alta rotatividade dos agentes rurais.</p>
<b>Resultados</b>	<p>Ampliação da área plantada com as culturas desenvolvidas pelos agricultores familiares.</p> <p>Aumento e melhoria do rebanho dos agricultores familiares assistidos.</p> <p>Fortalecimento das entidades beneficiadas.</p>	<p>Percentual de área com culturas assistidas em ha.</p> <p>Percentual de área com culturas colhidas em ha.</p> <p>Valor da produção obtida em kg.</p> <p>Taxa de desfrute do rebanho.</p> <p>Número de práticas alternativas de convivência com o semiárido implementadas.</p>	<p>Sistema de Programas e Projetos da Ematerce (SPPWEB).</p>	<p>Instabilidades climáticas severas e consecutivas.</p> <p>Baixo índice de apropriação do conhecimento por conta da baixa escolaridade dos agricultores familiares.</p> <p>Inexistência e/ou informalidade da posse da terra por parte dos agricultores assistidos.</p>

<b>Produtos</b>	Equipamentos de mecanização agrícolas (tratores com implementos agrícolas) para a atividade agropecuária.	Número de equipamentos entregues aos agricultores familiares.	Sistema de Programas e Projetos da Ematerce (SPPWEB).	Limitado tempo para a formação dos Agentes Rurais com vistas à prestação de ATER aos agricultores familiares assistidos.
<b>Atividades</b>	Mobilização e seleção de beneficiários por meio de visitas e reuniões em comunidades rurais.  Elaboração dos Planos de Gestão e Regimento Interno sobre o uso das máquinas.  Aquisição de tratores e implementos agrícolas por Pregão Eletrônico.	Número de reuniões realizadas com as comunidades rurais.  Número de Planos de Gestão Elaborados.  Número de tratores e implementos agrícolas adquiridos.	Sistema de Programas e Projetos da Ematerce (SPPWEB).	Descontinuidade na prestação de Ater aos Agricultores Familiares em decorrência da rotatividade dos Agentes Rurais.
<b>Insumos</b>	Recursos financeiros apropriados pelo FECOP.  Utilização da estrutura operacional (técnicos, veículos, máquinas agrícolas, equipamentos de informática)	Volume de recursos aportados pelo FECOP	Sistema de Programas e Projetos da Ematerce (SPPWEB).  Sistema de acompanhamento e monitoramento do Estado (WebMapp).	Escassez de recursos financeiros e operacionais.



**Governo do Estado do Ceará  
Secretaria das Cidades – SCIDADES**

**Projeto: Rio Maranguapinho (Ações Habitacionais)**

**Setembro/2015**



<b>Secretaria</b>	Secretaria das Cidades
<b>Programa</b>	033 – Habitacional
<b>Mapp</b>	1 – PAC MC Maranguapinho – Elaboração de Projeto e Construção de 9.214 habitações em Fortaleza, 100 em Maranguape e 108 em Maracanaú
<b>Período de Execução</b>	Jan a Dez de 2015
<b>Categoria</b>	Infraestrutura Domiciliar

## 1. Descrição do Projeto

O Projeto Rio Maranguapinho tem como área de intervenção a Região Metropolitana de Fortaleza, mais especificamente os municípios de Fortaleza, Maranguape, Maracanaú e Caucaia. Constitui-se em um conjunto de ações que envolvem: desapropriação/indenização (áreas da barragem e da urbanização); construção da Barragem Maranguapinho; dragagem; execução das obras de urbanização das margens do Rio; equipamentos sociais; habitação; execução de trabalho técnico social na área de intervenção e nos reassentamentos.

Sua área de intervenção está dividida em cinco trechos: Trecho Zero que compreende a área desde a Rua Coronel Carvalho, ao lado da Praça do Rotary, até a Avenida Mister Hull, localizado no Município de Fortaleza; Trecho I, localizado no Município de Fortaleza, compreende a área desde a Avenida Mister Hull até a Avenida Fernandes Távora; Trecho II, também no Município de Fortaleza, entre a Avenida Fernandes Távora e Osório de Paiva; o Trecho III localizado nos Municípios de Fortaleza e Maracanaú, estando localizado entre a Avenida Osório de Paiva e o Anel Viário de Maracanaú e o Trecho IV, localizado no Município de Maracanaú, compreende a área desde o Anel Viário de Maracanaú até a área de construção da Barragem Maranguapinho.

Para facilitar o acompanhamento das ações programadas o Projeto Rio Maranguapinho foi subdividido e cada parte é submetida à apreciação do CCPIS como um projeto independente. O presente projeto engloba as Ações de Habitação.

## 2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

No PPA 2012/2015, o projeto Habitacional Maranguapinho, inclui-se no âmbito do Programa 033 – Habitacional; Objetivo 001 - Construir unidades habitacionais de interesse social contribuindo para redução do déficit habitacional quantitativo; Meta 00521 - Beneficiar 16.787 famílias com unidades habitacionais; Iniciativa 00267 - Construção de unidades habitacionais no âmbito do Projeto Rio Maranguapinho.

O resultado Estratégico Setorial para o qual o projeto contribui é Melhoria das condições de habitabilidade tendo suas realizações registradas por meio do indicador Famílias beneficiadas com habitações de interesse social adequadas.

A execução do Projeto Rio Maranguapinho em sua totalidade, contribui para a implementação da Política Habitacional, da Política de Desenvolvimento Urbano e da Política de Saneamento Ambiental e está inserido na matriz do Governo Estadual no Eixo Economia para uma vida melhor, na área temática Desenvolvimento Urbano e Integração

Regional.

### 3. Diagnóstico

O Rio Maranguapinho nasce na Serra de Maranguape e desemboca no Rio Ceará após percorrer 26 Km. A área da Bacia do Rio Maranguapinho é de 6.571,53 ha e abrange os municípios de Maranguape, Maracanaú, Fortaleza e Caucaia. A bacia hidrográfica do Rio Maranguapinho sofre atualmente com a poluição, não apenas com a ocupação de suas margens por populações de baixa renda como também pelo despejo de dejetos domésticos e, principalmente, industriais, quando o rio passa pelos municípios de Maracanaú e Fortaleza. Sofre ainda pela retirada de areia e da mata ciliar e pela ausência de saneamento básico, principalmente nas áreas de favelas, que são numerosas nessa bacia hidrográfica.

A calha menor do rio Maranguapinho apresenta bancos de terra e entulho formados pelo lançamento de lixo em seu leito e erosão das margens devido á inexistência de mata ciliar e, até mesmo de retirada proposital de areia do leito do rio para fins de mineração irregular. O volume global dos serviços de dragagem está estimado em 408.782,72 m<sup>3</sup>.

Suas margens foram ocupadas ao longo das últimas três décadas, principalmente com a construção de moradias para uma população excluída, apresentando atualmente uma alta densidade demográfica.

A área de intervenção e a área remanescente do Projeto Maranguapinho pesquisadas perpassam por quatro municípios da Região Metropolitana de Fortaleza: Caucaia, Fortaleza, Maracanaú e Maranguape. Segundo estudo desenvolvido pelo Centro de Estudos da Metrópole para a Secretaria Nacional de Habitação, intitulado Assentamentos Precários no Brasil Urbano, na Região Metropolitana de Fortaleza verifica-se uma das maiores proporções de pessoas residindo em setores com condições socioeconômicas e habitacionais precárias, abaixo apenas das Regiões Metropolitanas de Belém e de São Luís.

Os diagnósticos socioeconômicos da área de intervenção, que compreende os Trechos Zero, I, II, III e IV, e da área remanescente confirmam as informações desse estudo, quando identificadas as diversas carências vivenciadas pela população pesquisada nos 21 bairros por onde perpassa o Projeto Maranguapinho.

As áreas de risco do Rio Maranguapinho, que representam 48,57% das áreas de risco de Fortaleza, são constituídas por sub-habitações construídas praticamente dentro da calha menor do mesmo.

Estes problemas aliados com a ocupação desordenada, inclusive fora da área de proteção ambiental do rio, tem resultado em alagamentos durante os períodos chuvosos com consequências socioambientais desastrosas. Residem na área de intervenção do projeto aproximadamente 350 mil pessoas que sofrem periodicamente os efeitos das cheias. Ano após ano, no período chuvoso, repetem-se as manchetes sobre famílias desabrigadas.



Famílias da área de intervenção do Projeto, morando as margens do Rio Maranguapinho.

A relocação das famílias que se encontram na área de intervenção do Projeto é uma ação necessária e urgente, tendo em vista representar o ponto mais crítico da área ocupada próxima ao Rio Maranguapinho, onde a situação de moradia é mais precária, faltam serviços básicos de infraestrutura e o estado de risco potencial de enchentes e inundações ameaçam, principalmente nos períodos invernosos, as famílias que ali residem, agravando ainda mais as condições ambientais do lugar e diminuindo a qualidade de vida dessa população. Tal situação adquire um caráter de calamidade social devido aos inúmeros prejuízos materiais e em vidas para a população residente na área.

Ciente deste grave problema o Governo do Estado, resolveu elaborar um Projeto que ao tempo em que remove e reassenta as populações ribeirinhas em habitações dignas e de qualidade situadas em áreas urbanizadas e dotadas de toda a infraestrutura, recupera o rio e o reintegra ao patrimônio coletivo da população da Região Metropolitana de Fortaleza.

#### 4. Justificativa

Os desequilíbrios urbanos presentes na maioria dos municípios brasileiros, notadamente os localizados em regiões metropolitanas, têm sido objeto de preocupação dos diversos governos Estaduais, Municipais que procuram abordar com responsabilidade estas questões.

Não diferenciando da maioria das metrópoles brasileiras o processo de urbanização de Fortaleza e dos demais municípios da RMF, foi marcado por profunda desigualdade sócio-econômica que provocou uma ocupação desordenada do solo urbano. Dentre os problemas que esse processo apresenta está a falta de moradia digna para uma parcela da população que por diversos motivos, incluindo a falta de políticas habitacionais, passou a habitar áreas insalubres e leitos de rios encontrando-se sujeita a inundações e desmoronamentos.

O Projeto Rio Maranguapinho atuará diretamente nos municípios de Fortaleza, Caucaia e Maracanaú e tem como premissas:

- a fixação de cheias com período de retorno de 20 anos (TR=20 anos) para avaliação da faixa de inundação marginal do Rio e estimativa da população atingida pela cheia;
- centrar o foco na proteção das populações residentes em áreas de riscos junto às margens do rio Maranguapinho;

- propor soluções, cuja combinação resulte num incremento de eficiência maior do que a soma de benefícios individuais e a definição de obras de intervenção que apresentem viabilidade segundo os aspectos hidrológicos, ambientais, sociais, políticos e econômicos e que efetivamente resultem em benefícios tangíveis no que concerne à proteção da população marginal ao Rio.

O impacto social do Projeto Rio Maranguapinho, incidirá na comunidade diretamente beneficiária, mas também para a população de Fortaleza, pois as obras implantadas têm caráter coletivo e seus resultados refletirão principalmente: na saúde, quando será implantada a rede de esgotamento sanitário, eliminando os esgotos domésticos que são despejados direto no Rio, melhoria na qualidade de habitação para famílias que serão reassentadas; na segurança pública, acessos e circulação de pessoas e veículos (coletivos e particulares) com a implantação das obras de urbanização (construção de vias, ciclovias e passeios); mais oportunidade de lazer e saúde, através da utilização por parte da população dos equipamentos urbanísticos previstos em projeto (praças, playground, pista de skates, equipamento de ginástica, campo de vôlei e campo de futebol); possibilidade de geração de renda através da utilização de espaços que serão criados com a urbanização (praças).

## **5. Histórico**

O Projeto Habitacional Maranguapinho utilizou recursos do Fecop a partir de 2009 e até 2014 aplicou R\$ 44.704.423,53. O Projeto além dos recursos do Fecop e Tesouro Estadual, conta com recursos da União, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), através do Ministério das Cidades.

Foram concluídas e entregues, até 2012, 06 residenciais, perfazendo um total de 2.625 unidades habitacionais às famílias atendidas com o Projeto Maranguapinho, resultando assim em 13.125 pessoas beneficiadas.

Em 2013, foi dada continuidade na execução das obras dos Residenciais, porém não foi possível entregar nenhuma unidade habitacional, contrariando a meta prevista para o ano. Os principais motivos foram a necessidade de replanejamento nas planilhas orçamentárias dos contratos, visando a aprovação junto à Caixa, o que levou a paralisação das obras, e a desistência da Construtora quanto a execução do Residencial Eleazar de Carvalho, sendo necessário realizar nova licitação.

Em 2014, a Secretaria das Cidades deu continuidade às obras do Residencial Aldemir Martins e Santo Sátiro. Os outros três residenciais (Residencial Itamar Franco (Caucaia), o Residencial Zilda Arns (Caucaia) e Residencial José Alencar (Fortaleza) estão paralisados por orientação do Ministério das Cidades, que solicitou a migração dos recursos a serem obtidos através do PAC para o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). O Estado do Ceará acatou a sugestão do Ministério das Cidades, formalizou o pedido junto à CAIXA e aguarda o retorno da solicitação. A previsão era concluir o Residencial Aldemir Martins e reassentar 612 famílias, no entanto houve atraso da Cagece na conclusão da Estação de Tratamento de Esgoto e atraso da Coelce no início das obras da rede de energia elétrica.

A Caixa como agente financeiro dos recursos da União suspendeu os desembolsos em 2014, para levantamento do fluxo de Caixa do Projeto, o que foi concluído somente agora em 2015. Esse levantamento gerou um encontro de contas, devendo o Estado pagar medições com recursos próprios e prestar contas junto à Caixa para que os desembolsos

dos recursos federais voltem a ocorrer.

Atualmente encontra-se em construção 740 unidades habitacionais, divididos entre os residenciais, Aldemir Martins (612), Santo Sátiro (128).

Existe solicitação do Governo do Estado ao Ministério das Cidades para não mais construir o Residencial Pajuçara, reassentando as famílias em unidades já em execução pelo Programa Minha Casa Minha Vida.

O quadro a seguir apresenta a situação resumo dos residenciais que compõem o Projeto Maranguapinho, até o final de 2015.

QUADRO RESUMO - RESIDENCIAIS - PROJETO RIO MARANGUAPINHO					STATUS
	EMPREENHIMENTO	QUANT. DE UNIDADES	TIPOLOGIA	ÁREA DO APTO (M2)	
1	Residencial Leonel Brizola	576	APTO	44,57	OBRA CONCLUÍDA – FAMÍLIAS MORANDO
2	Residencial Juraci Magalhães	336	APTO	44,46	OBRA CONCLUÍDA – FAMÍLIAS MORANDO
3	Residencial Miguel Arraes	1212	APTO	44,46	OBRA CONCLUÍDA – FAMÍLIAS MORANDO
4	Residencial Rachel de Queiroz	324	APTO	44,46	OBRA CONCLUÍDA – FAMÍLIAS MORANDO
5	Residencial Blanchard Girão	108	CASA	52,45	OBRA CONCLUÍDA – FAMÍLIAS MORANDO
6	Residencial Lupe De Paula	69	CASA	43,78	OBRA CONCLUÍDA – FAMÍLIAS MORANDO
7	Residencial Eleazar de Carvalho	696	APTO	44,46	RESIDENCIAL A SER MIGRADO PARA O PMCMV
8	Residencial Santo Sátiro	128	APTO	44,09	OBRA EM EXECUÇÃO
9	Residencial Aldemir Martins	612	APTO	52,45	OBRA EM EXECUÇÃO
10	Residencial José Alencar	870	APTO	44,46	RESIDENCIAL A SER MIGRADO PARA O PMCMV
11	Residencial Itamar Franco	822	APTO	44,46	RESIDENCIAL A SER MIGRADO PARA O PMCMV
12	Residencial Zilda Arns	282	APTO	44,46	RESIDENCIAL A SER MIGRADO PARA O PMCMV
13	Residencial Pajuçara	512 456(A)+56(C)	APTO/ CASA	44,46/43,78	LICITAÇÃO CONCLUÍDA.A SER VINCULADO AO PMCMV
	<b>Total</b>	<b>6.547</b>			

Segue abaixo, a evolução das aplicações no Projeto ao longo dos anos.

Ano	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$)*	Valor Total Aplicado (R\$)	Nº de Beneficiários
2008	0,00	5.794.284,64	0,00	0
2009	13.975.258,99	7.855.352,67	21.830.611,66	0
2010	7.195.423,41	35.589.522,14	42.784.945,55	1.680
2011	4.416.140,84	37.380.276,43	41.796.417,27	3.420
2012	7.842.434,00	18.526.041,83	26.368.475,83	8.025
2013	4.086.339,10	11.019.810,90	15.106.150,00	0
2014	7.156.068,20	4.754.950,67	11.911.018,87	0
<b>Total</b>	<b>44.671.664,54</b>	<b>120.920.239,28</b>	<b>165.591.903,82</b>	<b>13.125</b>

Fonte: Webmapp Acompanhamento

(\*) Outras Fontes incluem : R\$42.518.205,59 da fonte (00-01) Tesouro e R\$78.402.033,69 da fonte (82) Governo Federal - Adm. Direta.

## **6. Público Alvo**

Famílias de baixa renda residentes na área de intervenção que optaram pelo reassentamento nos residenciais projetados.

### **6.1. Critérios adotados para a seleção dos beneficiários**

- Residir na área de intervenção do Projeto, em imóvel residencial ou misto;
- Ter sido cadastrado;
- Ter optado pelo reassentamento em uma unidade habitacional construída pelo Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria das Cidades;
- Comprovar situação de pobreza e vulnerabilidade social, mediante a apresentação dos documentos elencados no Art. 3º da Lei 14.859 de 28 de dezembro de 2010.

## **7. Objetivos**

### **Geral**

- Melhorar as condições de habitabilidade da população que atualmente reside na faixa de alagamento do Rio Maranguapinho em situação de alto risco e nas áreas adjacentes ao Rio Maranguapinho.

### **Específicos**

- Promover o Reassentamento da população moradora das áreas de risco ao longo do Rio Maranguapinho, na área de intervenção do projeto.

## **8. Atividades / Detalhamento das atividades**

### **a) Seleção dos beneficiários**

Os beneficiários dos projetos de urbanização desenvolvidos pela Secretaria das Cidades são selecionados a partir de um cadastro socioeconômico, aplicado através de pesquisa censitária, realizada na área de intervenção dos projetos, através de visita domiciliar. O cadastro é constituído de perguntas que abordam::

- Identificação do imóvel;
- Situação de ocupação – imóvel próprio, cedido ou alugado;
- Identificação do titular, seu cônjuge e demais moradores;
- Gênero, idade, escolaridade, situação no mercado de trabalho, profissão, renda per capita e familiar;
- Preenchimento do Cadastro Único e recebimento de benefícios do Governo Federal;
- Condições gerais de saúde - ocorrência de doenças no último ano e existência de pessoas com deficiência;
- Número de pessoas e famílias por imóvel;

### **b) Construção das unidades habitacionais**

As 740 unidades encontram-se em construção em dois residenciais, Aldemir Martins e Santo Sátiro.

O DAE é o responsável pela fiscalização das obras, com a supervisão da Secretaria das Cidades, através da Unidade de Gerenciamento de Projeto de Desenvolvimento Urbano da Região Metropolitana de Fortaleza- UGP RMF.

### c) Execução de Trabalho Técnico Social

O Trabalho Social do Projeto Rio Maranguapinho foi iniciado em 2008, com a sua apresentação nas comunidades, realização de audiências públicas, congelamento da área de intervenção e cadastramento das famílias.

Com base no cadastramento censitário, foi elaborado o diagnóstico socioeconômico, sendo em seguida socializado nas comunidades em “Oficinas de Revalidação do Diagnóstico”. O resultado do processo foi utilizado como base na construção das ações que serão desenvolvidas com as famílias que serão realocadas, como também com as que continuarão a residir nas áreas lindeiras ao Rio, após sua revitalização e urbanização.

O Trabalho Social é realizado a partir de 04 eixos: Mobilização e Organização Comunitária, Educação Sanitária e Ambiental, Capacitação Profissional e Geração de Renda e Inclusão Social.

A Secretaria das Cidades contrata a execução do Trabalho Técnico Social por meio de licitação e supervisiona as ações junto às famílias beneficiadas.

## 9. Produtos

Produtos	2015	Meios de Verificação
Unidades Habitacionais Construídas	612	Relatório interno da Secretaria das Cidades
Pessoas capacitadas no Trabalho Técnico Social	12.569	Relatório da Empresa Contratada

## 10. Metas

- Reassentamento de 612 famílias

Tem-se como meta o conjunto de ações para Construção de 612 unidades habitacionais no Residencial Aldemir Martins em Fortaleza.

## 11. Resultados Esperados

- Melhoria da qualidade de vida da população residente na área de abrangência do projeto;
- Recuperação Ambiental do rio Maranguapinho;
- Eliminação de áreas de risco ao longo do Rio Maranguapinho

## 12. Integração



O Projeto Rio Maranguapinho (ações habitacionais) é parte integrante do Projeto Maranguapinho que está em execução através de contrato firmado com a CAIXA e o Governo do Estado do Ceará, com recursos do PAC1 e PAC2, oriundos do Ministério das Cidades. Vincula-se ao MAPP 2 - Barragem, Dragagem e Urbanização que visa o controle de cheias, urbanização das margens e recuperação socioambiental do rio, ao MAPP 1438 - Trecho Zero e MAPP 1439 - Trecho IV que complementam a Urbanização do rio Maranguapinho, bem como ao MAPP 1465 – Aluguel Social que viabiliza a desocupação das áreas para implantação das obras de urbanização.

Também interage com as obras de saneamento da CAGECE e com as obras de Iluminação Pública da COELCE.

### **13. Monitoramento**

O Monitoramento do projeto será realizado através de reuniões quinzenais com o Gerente do Projeto Maranguapinho, engenheiros supervisores da Secretaria das Cidades e os engenheiros do DAE, onde ficarão registrados o andamento das obras, elaborada e acompanhada a matriz de problemas e ameaças

#### **13.1 Dados Utilizados**

- N° de unidades habitacionais construídas
- N° de famílias reassentadas
- N° de cursos realizados
- N° de oficinas realizadas
- N° de palestras realizadas
- N° de pessoas capacitadas

#### **13.2. Cadastro dos Beneficiários**

Os beneficiários dos projetos habitacionais desenvolvidos pela Secretaria das Cidades respondem um cadastro socioeconômico, aplicado através de pesquisa censitária, realizada na área de intervenção dos projetos, através de visita domiciliar. O cadastro é constituído de perguntas que abordam:

- Identificação do imóvel;
- Situação de ocupação – imóvel próprio, cedido ou alugado;
- Identificação do titular, seu cônjuge e demais moradores;
- Gênero, idade, escolaridade, situação no mercado de trabalho, profissão, renda per capita e familiar;
- Preenchimento do Cadastro Único e recebimento de benefícios do Governo Federal;
- Condições gerais de saúde - ocorrência de doenças no último ano e existência de pessoas com deficiência;
- Número de pessoas e famílias por imóvel;
- Estrutura física do imóvel – número de cômodos, material de construção do piso, paredes e cobertura;
- Infraestrutura – acesso aos serviços básicos de água, energia elétrica domiciliar e pública, esgotamento sanitário e coleta de lixo;
- Meios de locomoção mais utilizados;
- Tempo de residência do titular no Município de Fortaleza, no bairro e no imóvel localizado na área de intervenção;
- Opção pela modalidade de realocação oferecida pelo Projeto.



Esses dados são coletados através de um instrumento (questionário) que representa a base de dados física da pesquisa, gerando um banco de dados digital dos beneficiários. O resultado é tabulado e utilizado na elaboração dos Projetos Técnicos Sociais.

#### 14. Pressupostos de Risco

A não conclusão dos serviços da Coelce e da Cagece no Residencial Aldemir Martins pode acarretar o não cumprimento da meta de reassentar as famílias em 2015.

#### 15. Orçamento - 2015

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes * (R\$)	Valor Total (R\$)
<b>NATUREZA DA DESPESA</b>			
<b>1. DESPESAS CORRENTES</b>			
1.1. Obrigações Tributárias e Contributivas			
Elemento de Despesa (339047)	10.000,00	0	10.000,00
<b>2. DESPESAS DE CAPITAL</b>			
2.1. Obras Civis	-	-	
Elementos de Despesas (449092)	2.557.149,71	0,00	2.557.149,71
Elementos de Despesas (449051)	1.470.018,59	4.708.173,75,00	6.178.192,34
2.2. Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			
Elemento de Despesa (449039)	210.285,78	300.000,00	510.285,78
<b>Total</b>	<b>4.247.454,08</b>	<b>5.008.173,75</b>	<b>9.255.627,83</b>

(\*) Tesouro Federal OGU (PAC)

OBS: O projeto foi aprovado na 1ª Reunião Ordinária do CCPIS com um valor de R\$ 3.742.294,80 da fonte FECOP para o ano de 2015.

A Secretaria das Cidades solicita adicional do Fecop no valor de R\$ 505.159,28 para permitir a conclusão do Residencial Aldemir Martins, que foi alvo de depredação gerando aditivo ao contrato para execução de serviços de recuperação das casas, como também pagamento de medições do Trabalho Técnico Social, para fechar o encontro de contas do Contrato de Repasse com a Caixa, totalizando o valor anual da referida fonte em R\$ 4.247.454,08.

## 16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

Item de Despesa	Jun	Jul	Out	Total
DESPESAS CORRENTES	10.000,00			10.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	3.621.294,80	111.000,00	505.159,28	4.237.454,08
<b>Total</b>	<b>3.631.294,80</b>	<b>111.000,00</b>	<b>505.159,28</b>	<b>4.247.454,08</b>

## 17. Distribuição dos Recursos por Municípios - 2015

Nº de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (2015)	Valor Outras Fontes	Pessoas Beneficiadas*
1	RMF	Fortaleza	4.247.454,08	5.008.173,75	2.521

(\*) Considera-se em média 4,12 pessoas por família beneficiada.

## 18. Responsável pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	Unidade de Gerenciamento de Projeto de Desenvolvimento Urbano da Região Metropolitana de Fortaleza-UGP RMF
Técnico	Marcella Facó
E-mail	Marcella.faco@ciudades.ce.gov.br
Fone	3207.5296



**Governo do Estado do Ceará**  
**Secretaria das Cidades – SCIDADES**

**Projeto: Rio Maranguapinho (Barragem, Dragagem e  
Urbanização -Trecho I, II e III - PAC I)**

**Dezembro/2015**

<b>Secretaria</b>	Secretaria das Cidades
<b>Programa</b>	031 – Desenvolvimento Urbano
<b>Mapp</b>	2 - PAC - Projeto de melhorias urbana e ambiental do rio Maranguapinho - PROMURB MARANGUAPINHO - Barragem, dragagem e urbanização
<b>Período de Execução</b>	Fev a Dez de 2015
<b>Categoria</b>	Estruturante – Infraestrutura Comunitária

## 1. Descrição do Projeto

O Projeto Rio Maranguapinho tem como área de intervenção a Região Metropolitana de Fortaleza, mais especificamente os municípios de Fortaleza, Maranguape, Maracanaú e Caucaia.

Constitui-se de uma combinação de intervenções que inclui: Desapropriação/Indenização (áreas da Barragem e da Urbanização); Construção da Barragem Maranguapinho; Execução de dragagem do Rio Maranguapinho; Execução das obras de Urbanização das margens do Rio divididas em cinco trechos: Trecho 0, Trecho I, Trecho II, Trecho III e Trecho IV; Equipamentos Sociais; Habitação; Execução de Trabalho Técnico Social na área de intervenção e nos reassentamentos.

Sua área de intervenção está dividida em cinco trechos: Trecho Zero que compreende a área desde a Rua Coronel Carvalho, ao lado da Praça do Rotary, até a Avenida Mister Hull, localizado no Município de Fortaleza; Trecho I, localizado no Município de Fortaleza, compreende a área desde a Avenida Mister Hull até a Avenida Fernandes Távora; Trecho II, também no Município de Fortaleza, entre a Avenida Fernandes Távora e Osório de Paiva; o Trecho III localizado nos Municípios de Fortaleza e Maracanaú, estando localizado entre a Avenida Osório de Paiva e o Anel Viário de Maracanaú e o Trecho IV, localizado no Município de Maracanaú, compreende a área desde o Anel Viário de Maracanaú até a área de construção da Barragem Maranguapinho.

Para facilitar o acompanhamento das ações programadas o Projeto Rio Maranguapinho foi subdividido e cada parte é submetida à apreciação do CCPIS como um projeto independente. O presente projeto engloba as Ações de Barragem, Dragagem e Urbanização -Trecho I, II e III - PAC 1.

## 2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

No PPA 2012/2015, as ações de Barragem, Dragagem e Urbanização dos Trechos I, II e III do projeto Rio Maranguapinho, incluem-se no âmbito do Programa 031 – Desenvolvimento Urbano; Objetivo 001 – Realizar intervenções de caráter estruturante nas cidades para promover o ordenamento territorial e a democratização dos espaços públicos; Meta 00124 – Executar 3 intervenções urbanas estruturantes de caráter sócio-ambiental; Iniciativa 00169 – Revitalização do Rio Maranguapinho e urbanização das suas margens.

O resultado Estratégico Setorial para o qual o projeto contribui é a Melhoria da Estrutura Urbana das Cidades e Regiões tendo suas realizações registradas por meio do indicador Municípios beneficiados com obras de estruturação urbana.

A execução do Projeto Rio Maranguapinho em sua totalidade, contribui para a implementação da Política Habitacional, Política de Desenvolvimento Urbano e Política de Saneamento Ambiental e está inserido na matriz do Governo Estadual no Eixo Economia para uma vida melhor, na área temática Desenvolvimento Urbano e Integração Regional.

### **3. Diagnóstico**

O Rio Maranguapinho nasce na Serra de Maranguape e desemboca no Rio Ceará após percorrer 26 Km. A área da Bacia do Rio Maranguapinho é de 6.571,53 ha e abrange os municípios de Maranguape, Maracanaú, Fortaleza e Caucaia. A bacia hidrográfica do Rio Maranguapinho sofre atualmente com a poluição, não apenas com a ocupação de suas margens por populações de baixa renda como também pelo despejo de dejetos domésticos e, principalmente, industriais, quando o rio passa pelos municípios de Maracanaú e Fortaleza. Sofre ainda pela retirada de areia e da mata ciliar e pela ausência de saneamento básico, principalmente nas áreas de favelas, que são numerosas nessa bacia hidrográfica.

A calha menor do rio Maranguapinho apresenta bancos de terra e entulho formados pelo lançamento de lixo em seu leito e erosão das margens devido á inexistência de mata ciliar e, até mesmo de retirada proposital de areia do leito do rio para fins de mineração irregular. O volume global dos serviços de dragagem está estimado em 408.782,72 m<sup>3</sup>.

Suas margens foram ocupadas ao longo das últimas três décadas, principalmente com a construção de moradias para uma população excluída, apresentando atualmente uma alta densidade demográfica.

A área de intervenção e a área remanescente do Projeto Maranguapinho pesquisadas perpassam por quatro municípios da Região Metropolitana de Fortaleza: Caucaia, Fortaleza, Maracanaú e Maranguape. Segundo estudo desenvolvido pelo Centro de Estudos da Metrópole para a Secretaria Nacional de Habitação, intitulado Assentamentos Precários no Brasil Urbano, na Região Metropolitana de Fortaleza verifica-se uma das maiores proporções de pessoas residindo em setores com condições socioeconômicas e habitacionais precárias, abaixo apenas das Regiões Metropolitanas de Belém e de São Luís.

Os diagnósticos socioeconômicos da área de intervenção, que compreende os Trechos Zero, I, II, III e IV, e da área remanescente confirmam as informações desse estudo, quando identificadas as diversas carências vivenciadas pela população pesquisada nos 21 bairros por onde perpassa o Projeto Maranguapinho.

As áreas de risco do Rio Maranguapinho, que representam 48,57% das áreas de risco de Fortaleza, são constituídas por sub-habitações construídas praticamente dentro da calha menor do mesmo.

Estes problemas aliados com a ocupação desordenada, inclusive fora da área de proteção ambiental do rio, tem resultado em alagamentos durante os períodos chuvosos com consequências socioambientais desastrosas. Residem na área de intervenção do projeto aproximadamente 350 mil pessoas que sofrem periodicamente os efeitos das cheias. Ano após ano, no período chuvoso, repetem-se as manchetes sobre famílias desabrigadas.



Famílias da área de intervenção do Projeto, morando as margens do Rio Maranguapinho.

*A relocação das famílias que se encontram na área de intervenção do Projeto é uma ação necessária e urgente, tendo em vista representar o ponto mais crítico da área ocupada próxima ao Rio Maranguapinho, onde a situação de moradia é mais precária, faltam serviços básicos de infraestrutura e o estado de risco potencial de enchentes e inundações ameaçam, principalmente nos períodos invernosos, as famílias que ali residem, agravando ainda mais as condições ambientais do lugar e diminuindo a qualidade de vida dessa população. Tal situação adquire um caráter de calamidade social devido aos inúmeros prejuízos materiais e em vidas para a população residente na área.*

Ciente deste grave problema o Governo do Estado, resolveu elaborar um Projeto que ao tempo em que remove e reassenta as populações ribeirinhas em habitações dignas e de qualidade situadas em áreas urbanizadas e dotadas de toda a infraestrutura, recupera o rio e o reintegra ao patrimônio coletivo da população da Região Metropolitana de Fortaleza.

#### **4. Justificativa**

Os desequilíbrios urbanos presentes na maioria dos municípios brasileiros, notadamente os localizados em regiões metropolitanas, têm sido objeto de preocupação dos diversos governos Estaduais, Municipais que procuram abordar com responsabilidade estas questões.

Não diferenciando da maioria das metrópoles brasileiras o processo de urbanização de Fortaleza e dos demais municípios da RMF, foi marcado por profunda desigualdade socioeconômica que provocou uma ocupação desordenada do solo urbano. Dentre os problemas que esse processo apresenta está a falta de moradia digna para uma parcela da população que por diversos motivos, incluindo a falta de políticas habitacionais, passou a habitar áreas insalubres e leitos de rios encontrando-se sujeita a inundações e desmoronamentos.

O Projeto Rio Maranguapinho atuará diretamente nos municípios de Fortaleza, Caucaia e Maracanaú e tem como premissas:

- a fixação de cheias com período de retorno de 20 anos (TR=20 anos) para avaliação da faixa de inundação marginal do Rio e estimativa da população atingida pela cheia;
- centrar o foco na proteção das populações residentes em áreas de riscos junto às

- margens do rio Maranguapinho;
- propor soluções, cuja combinação resulte num incremento de eficiência maior do que a soma de benefícios individuais e a definição de obras de intervenção que apresentem viabilidade segundo os aspectos hidrológicos, ambientais, sociais, políticos e econômicos e que efetivamente resultem em benefícios tangíveis no que concerne à proteção da população marginal ao Rio.

O impacto social do Projeto Rio Maranguapinho, incidirá na comunidade diretamente beneficiária, mas também para a população de Fortaleza, pois as obras implantadas têm caráter coletivo e seus resultados refletirão principalmente: na saúde, quando será implantada a rede de esgotamento sanitário, eliminando os esgotos domésticos que são despejados direto no Rio, melhoria na qualidade de habitação para famílias que serão reassentadas; na segurança pública, acessos e circulação de pessoas e veículos (coletivos e particulares) com a implantação das obras de urbanização (construção de vias, ciclovias e passeios); mais oportunidade de lazer e saúde, através da utilização por parte da população dos equipamentos urbanísticos previstos em projeto (praças, playground, pista de esportes, equipamento de ginástica, campo de vôlei e campo de futebol); possibilidade de geração de renda através da utilização de espaços que serão criados com a urbanização (praças).

O Projeto do Rio Maranguapinho Trechos I,II e III visa a indenização de imóveis comerciais que terão que ser necessariamente removidos para a execução das obras de urbanização e demarcação da faixa de preservação ambiental do rio, imóveis residenciais que possuem padrão construtivo superior ao dos conjuntos habitacionais edificados pelo Governo e imóveis pertencentes a famílias que não se interessam por permuta, pois pretendem retornar as suas cidades de origem.

## 5. Histórico

O projeto iniciou sua execução no ano de 2008, com recursos do Tesouro ( fonte 00) e do Governo Federal (fonte 82).

O ano de 2013 foi o primeiro ano de aprovação dos recursos do Fecop para este Projeto, com um valor inicial de R\$14.794.703,20 e posteriormente um acréscimo, passando o valor total para R\$16.794.703,20, dos quais foram aplicados R\$ 16.786.065,45.

Em 2014 inicialmente foi aprovado um valor total de R\$5.008.637,47, e posteriormente passou para R\$7.508.637,75, dos quais foram aplicados R\$7.424.922,01.

Segue abaixo, a evolução das aplicações no Projeto ao longo dos anos:

<b>Ano</b>	<b>Valor FECOP</b>	<b>Valor (outras fontes)</b>	<b>Valor Total Aplicado</b>	<b>Nº de Beneficiários</b>
2008	0	14.158.753,91	14.158.753,91	0
2009	0	10.318.073,72	10.318.073,72	0
2010	0	43.175.054,34	43.175.054,34	0
2011	0	37.084.134,09	37.084.134,09	0
2012	0	38.297.872,65	38.297.872,65	0
2013	16.786.065,45	20.966.407,38	37.752.472,83	12.051
2014	7.424.922,01	44.894.815,33	52.319.737,34	3.897
<b>Total</b>	<b>24.210.987,46</b>	<b>208.895.111,42</b>	<b>233.106.098,88</b>	<b>15.948</b>

\*Outras Fontes: (00)-(01) Tesouro = R\$71.804.796,28; (38) Crédito Interno - CPAC/Maranguapinho =

## **6. Público Alvo**

Famílias de baixa renda residentes na área referente aos Trechos I, II e III (da Av. Mister Hull até o Anel Viário) do Rio Maranguapinho.

### **6.1. Critérios adotados para a seleção dos beneficiários**

Residir dentro da área de intervenção do Projeto;  
Ter renda familiar de 0 a 3 salários mínimos;

## **7. Objetivos**

### **Geral**

- Melhorar as condições de habitabilidade da população que atualmente reside na faixa de alagamento do Rio Maranguapinho em situação de alto risco e nas áreas adjacentes ao Rio Maranguapinho.

### **Específicos**

- Promover a recuperação socioambiental do Rio Maranguapinho.
- Retirar as ocupações irregulares na área de proteção ambiental do Rio Maranguapinho nos Trechos I, II e III.

## **8. Atividades / Detalhamento das atividades**

### **a) Atualizar Laudos de terrenos e benfeitorias**

Através de Contrato de Gestão, será contratada uma empresa que irá atualizar os Laudos dos terrenos atingidos pela obra, como também os Laudos das benfeitorias existentes ao longo do Rio na faixa de preservação do mesmo.

### **b) Efetuar a indenização de terrenos**

Etapa (1) - De posse dos Laudos de Avaliação dos terrenos a equipe técnica social da Secretaria das Cidades entrará em contato com o proprietário para que o mesmo apresente a matrícula do imóvel para a devida conferência e assinatura do Termo de Concordância, onde constará o valor total a ser pago;

Etapa (2) – Abertura de processo de pagamento por meio do SPU

De posse das cópias de toda a documentação do proprietário, bem como do termo de concordância, a equipe da Secretaria das Cidades abrirá processo que tramitará de acordo com o funcionamento interno da secretaria, atualmente após a abertura do processo no SPU, é realizado o cadastro do credor.

Etapa (3) – Encaminhamento do processo de pagamento para a Assessoria Jurídica para emissão de parecer;



Etapa (4) – Encaminhamento do processo para o setor financeiro para procedimentos de empenho;

Etapa (5) – O Setor financeiro após o empenho, devolve o processo ao Setor jurídico que encaminha à SEXEC para ser enviado à SEPLAG. A SEPLAG encaminha ao cartório competente para elaboração da matrícula em nome do Estado;

Etapa (6) – Quando o cartório devolve o processo o mesmo é encaminhado ao Setor financeiro para o devido pagamento;

c) Realizar a Indenização de benfeitorias.

Etapa (1) – Visita à família para consolidar a adesão a Indenização

A equipe técnica social da Secretaria das Cidades realizará visita domiciliar as famílias residentes na área de intervenção do projeto, que não se enquadram no perfil habitacional e cujo valor avaliado do imóvel seja superior ao valor de R\$ 63.000,00 (custo da unidade habitacional através do Programa Minha Casa Minha Vida) visando a indenização do imóvel.

Etapa (2) – Assinatura do Termo de Concordância com Indenização de Benfeitoria

De posse de toda a documentação previamente definida, o proprietário do imóvel comparecerá a Secretaria das Cidades para assinar o Termo de concordância com indenização de benfeitoria, onde constará o valor total a ser pago pelo referido imóvel.

Etapa (3) – Abertura de processo de pagamento por meio do SPU

De posse das cópias de toda a documentação do proprietário, bem como do termo de concordância, a equipe da Secretaria das Cidades abrirá processo que tramitará de acordo com o funcionamento interno da secretaria, atualmente após a abertura do processo no SPU, é realizado o cadastro do credor.

Etapa (4) – Encaminhamento do de pagamento para a Assessoria Jurídica para emissão de parecer

Etapa (5) – Encaminhamento do para o setor financeiro para procedimentos de empenho e pagamento.

d) Execução da obra de urbanização

Atividade realizada pelas Construtoras contratadas.

## 9. Produtos

<b>Produtos</b>	<b>2015</b>	<b>Fontes de Verificação</b>
Área urbanizada	58%	Relatório interno da Secretaria das Cidades

## **10. Metas**

Executar 58% do total da obra de Urbanização do Rio Maranguapinho (Trechos I, II e III)

## **11. Resultados Esperados**

Melhoria das condições de habitabilidade da população ao longo do rio Maranguapinho, nos Trechos I, II e III.

## **12. Integração de Ações**

O Projeto de Urbanização dos Trechos I, II e III é parte integrante do Projeto Maranguapinho que está em execução através de contrato firmado com a CAIXA e o Governo do Estado do Ceará, com recursos do PAC, oriundos do Ministério das Cidades. Vincula-se aos Projetos Habitacionais (MAPP 1) que visam o reassentamento das famílias moradoras da área de intervenção impactadas com a obra do MAPP 1.

Está vinculado ainda aos Projetos do Trecho Zero (MAPP 1438) e Trecho IV (MAPP 1439) do PAC 2, que complementam a Urbanização e recuperação sócio ambiental do rio, bem como ao MAPP 1465 - Aluguel Social que viabiliza a desocupação das áreas para implantação das obras de urbanização do PAC 1.

Também interage com as obras de saneamento da CAGECE e com as obras de Iluminação Pública da COELCE.

## **13. Monitoramento**

O Monitoramento do projeto será realizado através de reuniões quinzenais com o Gerente do Projeto Maranguapinho, e os técnicos sociais sobre o andamento das ações.

A equipe técnica social da Coordenadoria de Projetos Especiais – COPES irá elaborar planilhas e relatórios de acompanhamento que serão ferramentas importantes para a alimentação dos mapas temáticos que retratam a área de intervenção, desta forma será possível acompanhar visivelmente o andamento da desocupação do território possibilitando a execução das obras de urbanização.

### **13.1 Dados Utilizados**

- N° de indenizações de terrenos
- N° de indenizações de benfeitorias
- % de área liberada
- % de obra executada

### **13.2. Cadastro dos Beneficiários**

É realizada uma pesquisa amostral junto à população que permanece na área de intervenção do Projeto de Urbanização, através de visita domiciliar. O cadastro é constituído de perguntas que abordam:

- ▲ Identificação do imóvel;
- ▲ Situação de ocupação – imóvel próprio, cedido ou alugado;
- ▲ Número de pessoas e famílias por imóvel;
- ▲ Estrutura física do imóvel – número de cômodos, material de construção do piso, paredes e cobertura;

- ▲ Infraestrutura – acesso aos serviços básicos de água, energia elétrica domiciliar e pública, esgotamento sanitário e coleta de lixo;

Esses dados são coletados através de um instrumento (questionário) que representa a base de dados física da pesquisa, gerando um banco de dados digital dos beneficiários. O resultado é tabulado e utilizado na elaboração dos Projetos Técnicos Sociais.

#### 14. Pressupostos de Risco

A demora na aprovação dos Laudos pela Caixa e nos processos de negociação de benfeitorias e terrenos pode prejudicar o alcance da meta para 2015.

#### 15. Orçamento 2015

Detalhamento	Valor FECOP	Valor Outras Fontes *	Valor Total
<b>NATUREZA DA DESPESA</b>			
<b>1. DESPESAS CORRENTES</b>			
1.1. Obrigações Tributárias e Contributivas			
Elemento de Despesa (339047)	10.000,00	0	10.000,00
Elemento de Despesa (339139)	10.000,00	0	10.000,00
<b>2. DESPESAS DE CAPITAL</b>			
2.1. Obras Civis	-	-	
Elementos de Despesas (449051)	1.850.000,00	11.966.304,89	13.816.304,89
2.2. Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			
Elemento de Despesa (449039)	10.000,00	1.000.000,00	1.010.000,00
2.3. Outras Despesas de Capital	-	-	
Elemento de Despesas (449093)	2.820.000,00	15.000.000,00	17.820.000,00
<b>Total</b>	<b>4.700.000,00</b>	<b>27.966.304,89</b>	<b>32.666.304,89</b>

\* CPAC e OGU – PAC 1

**OBS:** O projeto foi aprovado na 1ª Reunião Ordinária do CCPIS com um valor de

R\$1.000.000,00 da fonte FECOP para o ano de 2015. Apresentou como meta anual, executar 53% do total da obra de Urbanização do Rio Maranguapinho (Trechos I, II e III).

Posteriormente foi aprovado mais R\$2.500.000,00 do Fecop totalizando R\$3.500.000,00

Agora a Secretaria solicita novo adicional de R\$1.200.000,00 do FECOP, totalizando o valor anual da referida fonte em R\$4.700.000,00, para possibilitar o pagamento de terrenos e medições que a Caixa não paga, necessário para liberar frente de serviço para a obra de urbanização, com alteração do percentual da meta, que antes era de “Executar 53% do total da obra de Urbanização do Rio Maranguapinho (Trechos I, II e III)”, passando para 58%.

#### 16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

Item de Despesa	Mar	Jun	Out	Nov	Dez	Total
Despesas Correntes	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	20.000,00
Despesas de Capital	990.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	490.000,00	1.200.000,00	4.680.000,00
<b>Total</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>1.010.000,00</b>	<b>490.000,00</b>	<b>1.200.000,00</b>	<b>4.700.000,00</b>

#### 17. Distribuição dos Recursos por Município em 2015

#### 18. Responsável pelo Projeto

Coordenadoria Gerência	/	Unidade de Gerenciamento do Projeto de Desenvolvimento Urbano da Região Metropolitana da RMF - UGP RMF
Técnico		Teresa Aguiar
E-mail		lana.aguiar@cidades.ce.gov.br
Fone		3207.5294



**Governo do Estado do Ceará**  
**Secretaria das Cidades – SCIDADES**

**Projeto: Rio Cocó (Barragem, Dragagem e Urbanização)**

**Setembro/2015**

<b>Secretaria</b>	Secretaria das Cidades
<b>Programa</b>	031 – Desenvolvimento Urbano
<b>Mapp</b>	3 - PAC FGTS Projeto de melhorias urbana e ambiental do rio Cocó - PROMURB COCÓ - Barragem, dragagem, urbanização e 1.250 unidades habitacionais.
<b>Período de Execução</b>	Fev a Dez de 2015
<b>Categoria</b>	Infraestrutura Comunitária - Urbanização

## 1. Descrição do Projeto

O Projeto Rio Cocó tem como área de intervenção os municípios de Fortaleza, Pacatuba, Maracanaú e Itaitinga.

Constitui-se de uma combinação de intervenções que inclui: (1) Obras de Controle e amortecimento de ondas de cheias (Barragem Cocó), visando diminuir a faixa de inundações, além de reduzir o número de famílias relocáveis; (2) Obras de desassoreamento (dragagem do rio), (3) Obras de urbanização e (4) Construção de unidades habitacionais.

As obras de urbanização e construção de unidades habitacionais para remanejamento de famílias vivendo em áreas de risco ao longo do rio Cocó, serão complementadas pela Prefeitura Municipal de Fortaleza através do PREURBIS – Contrato: PPI Intervenções em Favelas/ Projeto Rio Cocó – Nº 0222.621/98.

O conjunto destas obras proporcionará a redução da faixa de inundações e alagamentos e irá beneficiar um número ainda maior de famílias, superior àquelas contempladas com remanejamento das áreas de risco. No total serão beneficiadas, aproximadamente 8.315 famílias.

## 2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

No PPA 2012/2015, as ações de Barragem, Dragagem e Urbanização do projeto Rio Cocó incluem-se no âmbito do Programa 031 – Desenvolvimento Urbano; Objetivo 001 – Realizar intervenções de caráter estruturante nas cidades para promover o ordenamento territorial e a democratização dos espaços públicos; Meta 00124 – Executar 3 intervenções urbanas estruturantes de caráter sócio-ambiental; Iniciativa 00170 - Revitalização do Rio Cocó e Urbanização de suas margens

O resultado Estratégico Setorial para o qual o projeto contribui é a Melhoria da Estrutura Urbana das Cidades e Regiões tendo suas realizações registradas por meio do indicador Municípios beneficiados com obras de estruturação urbana.

A execução do Projeto Rio Cocó em sua totalidade, contribui para a implementação da Política Habitacional, Política de Desenvolvimento Urbano e Política de Saneamento Ambiental e está inserido na matriz do Governo Estadual no Eixo Economia para uma vida melhor, na área temática Desenvolvimento Urbano e Integração Regional.

### 3. Diagnóstico

O processo de urbanização brasileira tem se caracterizado por uma intensa concentração de população nas principais Regiões Metropolitanas. Tal fato decorre, entre outros motivos, pelo forte poder de atração que estas regiões, geralmente melhor equipadas com infraestrutura e serviços de apoio à população, exercem sobre as demais.

A Região Metropolitana de Fortaleza – RMF, não foge a esta regra, exercendo o papel de grande pólo atrativo em relação não só ao Estado do Ceará, como também em relação aos Estados vizinhos. Dados do censo de 2010 revelam uma concentração populacional excessiva na RMF que detinha, já naquela época, cerca de 40% da população estadual. Tal situação tem gerado um quadro dramático, em que a maior parte dos investimentos são canalizados para a capital em detrimento das cidades interioranas, gerando um desequilíbrio na oferta de serviços entre a RMF e o interior, alimentando o processo migratório, com rebatimentos na periferia metropolitana, onde se localiza a grande maioria dos migrantes. O quadro decorrente desta situação reflete-se em várias áreas localizadas ao longo dos recursos hídricos, pontos para onde tradicionalmente afluem os desassistidos em busca de moradia.

O Rio Cocó abrange uma bacia de aproximadamente 500 Km<sup>2</sup> e tem uma extensão de 46,8 Km desde a sua foz até a nascente mais distante, possuindo uma grande área de preservação ambiental – APA, que se inicia na sua foz e se prolonga até o fim do terço inferior do percurso do rio. Nesta área praticamente não há habitações margeando o seu curso inferior, mantendo-se assim bem preservado, porém a partir do Lagamar, no terço médio do rio, surgem várias ocupações irregulares das faixas de preservação de primeira e segunda categoria pela população de baixa renda configurando-se nas áreas de risco.

O Rio nasce na serra da Pacatuba e atravessa os municípios de Pacatuba, Maranguape, Maracanaú, Aquiraz, Eusébio, Itaitinga e Fortaleza. Tem uma grande importância no sistema de drenagem metropolitano, recebendo descargas de esgotos do maior sistema de drenagem de Fortaleza, formado pelos canais do Jardim América, Eduardo Girão e da Avenida Aguanambi.

Antes de ser alcançada a sua área de preservação ambiental, o Rio Cocó sofre impacto ambiental com a ocupação da população ribeirinha ao longo de suas margens. Outro agravante ambiental é a presença do lixão desativado do Jangurussu, onde era depositado o lixo de Fortaleza, o qual fica localizado às suas margens, contribuindo para a poluição de suas águas pelo chorume residual dos vários milhões de toneladas de lixo depositados ali.

O problema das enchentes nesta região é de recorrência anual, pois as unidades habitacionais de baixo padrão são construídas praticamente dentro da calha menor do rio ensejando que qualquer precipitação acima de um patamar entre 50 e 70 mm, provoque inundações com forte cobertura midiática. As Figuras 02 e 03 mostram capas de jornais locais relatando as inundações do ano de 2007.



Figura 02: O Povo Fev / 2007 Figura 03: Diário Fev / 2007

As estatísticas da Defesa Civil mostram que cerca de 56.000 pessoas, correspondendo a 11.200 famílias, vivem atualmente nas áreas de risco das zonas inundáveis e alagáveis em Fortaleza.

No dia 29 de janeiro de 2004 ocorreu a maior precipitação de Fortaleza desde 1910, tendo sido registrados 250,00 mm. A Defesa Civil contabilizou 19.173 pessoas atingidas na capital, segundo o Jornal O Povo de 30/01/2004, com 133 ocorrências atendidas nesse dia pela Defesa Civil, correspondendo a 2.577 famílias diretamente afetadas, incluindo uma morte.

Nesta ocasião, os bairros mais atingidos foram: Barra do Ceará (Rio Ceará), Pirambu (deslizamentos), Itaperi (Rio Maranguapinho), Castelão (Rio Cocó), Antonio Bezerra (Rio Maranguapinho), Genibaú e Bom Jardim (Rio Maranguapinho).

As áreas de risco mais atingidas foram: Lagoa da Zeza, Lagoa do Tijolo, Gavião, Baixada do Itaperi, Boa Vista e Ancuri (Rio Cocó); Canindezinho Genibaú, Bom Jardim, João XXIII, Parque São Miguel, Ilha Dourada, Favela da Muriçoca, Autran Nunes, e Granja Portugal (Rio Maranguapinho).

Para agravar a situação dessas comunidades as enchentes sempre trazem problemas de saúde pública, favorecendo altos índices de doenças, especialmente aquelas de veiculação hídrica, tais como: diarreia, hepatite, meningite, dengue e leptospirose, além de viroses indeterminadas e infecções pulmonares.



Forma-se uma cadeia de transmissão, onde fatores como a falta de saneamento básico, coleta de lixo irregular e subalimentação determinam maior ou menor grau de incidência.

Segundo dados estatísticos de 2008 do Programa Habitafor da Prefeitura Municipal de Fortaleza, os problemas mais comuns na população que habitam áreas de risco são:

- 50% das famílias não fervem ou filtram a água de beber nem são abastecidas pelos serviços públicos de saneamento básico;
- 53% são atingidas pelas inundações;
- 47% passam fome pelo menos 1 vez por semana;
- 22% passam fome pelo menos 2 vezes por semana;
- 5% passam fome todos os dias;
- 34% são afetadas por diarreias, principalmente as crianças;
- 38% sofrem de coceira;
- 6% foram atingidas pela cólera;
- 45% tiveram doenças diversas provocadas pelas inundações.

Nesse mesmo ano, a Defesa Civil estimou o número de 7.373 famílias nas áreas de risco na bacia do Rio Cocó.

A questão das enchentes do Rio assume uma gravidade maior pelos seguintes fatos:

O Rio não possui qualquer obra de contenção ou controle de cheias, apesar de ter a bacia hidrográfica extensa, abrangendo sete municípios: Pacatuba, Maranguape, Maracanaú, Aquiraz, Eusébio, Itaitinga e Fortaleza.

A planície fluvial do Rio Cocó está invadida predominantemente por habitações convencionais, sendo grande parte constituídas por sub-habitações construídas praticamente dentro da calha menor do Rio, que não obedecem aos afastamentos previstos na legislação ambiental, agravando a repercussão das inundações sobre esta população.

#### **4. Justificativa**

Ciente deste grave problema o Governo do Estado resolveu enfrentar a problemática e executar o Projeto Rio Cocó que prevê ações de infraestrutura de saneamento para o atendimento das necessidades habitacionais da população de baixa renda, e a recuperação ambiental das áreas ribeirinhas, o que exigirá o remanejamento de famílias que estão vivendo em áreas de risco ao longo do rio Cocó.

Este projeto se enquadra no PAC, que tem como objetivo colaborar com as ações dos diversos governos na melhoria das condições de vida das populações de baixa renda, particularmente aquelas que ocupam as faixas de preservação dos mananciais – áreas de risco e, ainda, com os compromissos da recuperação ambiental.

Dessa forma, o conjunto de intervenções, que inclui obras de controle e amortecimento de ondas de cheias (Barragem Cocó), obras de desassoreamento (dragagem do rio), obras de urbanização e construção de 2.655 unidades habitacionais vem como uma proposta necessária para a mudança do quadro hoje existente naquela região.

As 2.655 unidades previstas no Projeto serão construídas em dois residenciais: 1.649 no Residencial Paupina, estando ainda em fase de aprovação dos Projetos executivos junto

aos órgãos competentes, e o restante 1.006, no Empreendimento Cidade Jardim, este no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, com previsão de entrega em Jul/15.

O impacto social do Projeto Rio Cocó, incidirá na comunidade diretamente beneficiária, mas também para a população de Fortaleza, pois as obras implantadas têm caráter coletivo e seus resultados refletirão principalmente: na saúde, quando será implantada a rede de esgotamento sanitário, eliminando os esgotos domésticos que são despejados direto no Rio, melhoria na qualidade de habitação para famílias que serão reassentadas; na segurança pública, acessos e circulação de pessoas e veículos (coletivos e particulares) com a implantação das obras de urbanização (construção de vias, ciclovias e passeios); mais oportunidade de lazer e saúde, através da utilização por parte da população dos equipamentos urbanísticos previstos em projeto (praças, playground, pista de esportes, equipamento de ginástica, campo de vôlei e campo de futebol); possibilidade de geração de renda através da utilização de espaços que serão criados com a urbanização (praças).

## 5. Histórico

O ano de 2014 foi o primeiro ano de aprovação dos recursos do Fecop para este Projeto, com um valor inicial aprovado em Setembro, na 08ª Reunião Ordinária do CCPIS de R\$3.958.018,07 .

Devido a necessidade de efetuar depósito complementar em juízo referente a desapropriação de terreno na área da obra de urbanização ora em execução, e últimas medições do ano da Empresa responsável pela obra, a Secretaria das Cidades solicitou um adicional de R\$1.485.569,27 do FECOP, totalizando o valor anual da referida fonte em R\$ 5.443.587,34, dos quais foram aplicados R\$ 5.443.298,16.

Segue abaixo, a aplicação no Projeto em 2014.

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes)	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários
2014	5.443.298,16	13.551.323,36	18.994.621,52	-

OBS: Como a obra de urbanização não está concluída , não dá para colocar população beneficiada.

## 6. Público Alvo

Famílias de baixa renda residentes na área de intervenção do projeto Rio Cocó

### 6.1. Critérios adotados para a seleção dos beneficiários

- Residir dentro da área de intervenção do Projeto;
- Ter renda familiar de 0 a 03 salários mínimos;

## 7. Objetivos

### Geral

Melhorar as condições de habitabilidade da população que atualmente reside na faixa de alagamento do Rio Cocó em situação de alto risco e nas áreas adjacentes ao Rio Cocó.

### Específicos

- Promover a recuperação socioambiental do Rio Cocó
- Retirar as ocupações irregulares na área de proteção ambiental do Rio Cocó no Trecho entre a Br116 à Av. Val Paraíso.

## **8. Atividades / Detalhamento das atividades**

### a) Atualizar laudos de terrenos e benfeitorias

Através de Contrato de Gestão, será contratada uma empresa que irá atualizar os Laudos dos terrenos atingidos pela obra, como também os Laudos das benfeitorias existentes ao longo do Rio na faixa de preservação do mesmo.

### b) Efetuar a indenização de terrenos

Etapa (1) - De posse dos Laudos de Avaliação dos terrenos a equipe técnica social da Secretaria das Cidades entrará em contato com o proprietário para que o mesmo apresente a matrícula do imóvel para a devida conferência e assinatura do Termo de Concordância, onde constará o valor total a ser pago;

Etapa (2) – Abertura de processo de pagamento por meio do SPU

De posse das cópias de toda a documentação do proprietário, bem como do termo de concordância, a equipe da Secretaria das Cidades abrirá processo que tramitará de acordo com o funcionamento interno da secretaria, atualmente após a abertura do processo no SPU, é realizado o cadastro do credor.

Etapa (3) – Encaminhamento do processo de pagamento para a Assessoria Jurídica para emissão de parecer;

Etapa (4) – Encaminhamento do processo para o setor financeiro para procedimentos de empenho;

Etapa (5) – O Setor financeiro após o empenho, devolve o processo ao Setor jurídico que encaminha à SEEXEC para ser enviado à SEPLAG. A SEPLAG encaminha ao cartório competente para elaboração da matrícula em nome do Estado;

Etapa (6) – Quando o cartório devolve o processo o mesmo é encaminhado ao Setor financeiro para o devido pagamento;

### c) Realizar a Indenização de benfeitorias.

Etapa (1) – Visita à família para consolidar a adesão a Indenização

A equipe técnica social da Secretaria das Cidades realizará visita domiciliar as famílias residentes na área de intervenção do projeto, que não se enquadram no perfil habitacional visando a indenização do imóvel.

Etapa (2) – Assinatura do Termo de Concordância com Indenização de Benfeitoria

De posse de toda a documentação previamente definida, o proprietário do imóvel comparecerá a Secretaria das Cidades para assinar o Termo de concordância com indenização de benfeitoria, onde constará o valor total a ser pago pelo referido imóvel.

Etapa (3) – Abertura de processo de pagamento por meio do SPU

De posse das cópias de toda a documentação do proprietário, bem como do termo de concordância, a equipe da Secretaria das Cidades abrirá processo que tramitará de acordo com o funcionamento interno da secretaria, atualmente após a abertura do processo no SPU, é realizado o cadastro do credor.

Etapa (4) – Encaminhamento do de pagamento para a Assessoria Jurídica para emissão de parecer

Etapa (5) – Encaminhamento do para o setor financeiro para procedimentos de empenho e pagamento.

d) Execução da obra da Barragem, da dragagem e da urbanização

Atividade realizada pelas Construtoras contratadas.

e) Gerenciamento e fiscalização da execução da obra

A Secretaria da Cidade concluiu o processo licitatório em 2014, contratou em 2015 a empresa vencedora para prestação destes serviços, porém os recursos serão do Mapp 1379.

## 9. Produtos

Produtos	2015	Fontes de Verificação
Barragem construída	35%	Relatório interno da Secretaria das Cidades
Área urbanizada	15%	Relatório interno da Secretaria das Cidades

## 10. Metas

- Executar 35% da obra da Barragem Cocó
- Executar 15% do total da obra de Urbanização do Rio Cocó

## 11. Resultados Esperados

Melhoria das condições de habitabilidade da população ao longo do rio Cocó, Trecho entre a Br116 à Av. Val Paraíso.

## 12. Integração de Ações

O Projeto de Rio Cocó (Barragem, dragagem e urbanização) é parte integrante do Projeto Rio Cocó que está em execução através de contratos com a CAIXA e o Governo do Estado do Ceará, com recursos do PAC, oriundos do Ministério das Cidades. Portanto vincula-se ao Projeto Habitacional, executado através do Mapp 1516, bem como ao MAPP 1465 - Aluguel Social que viabiliza a desocupação das áreas para implantação das obras de urbanização do PAC 1, e também ao Programa Minha Casa Minha Vida.

Também interage com as obras de saneamento da CAGECE e com as obras de Iluminação Pública da COELCE.

### 13. Monitoramento

O Monitoramento do projeto será realizado através de reuniões quinzenais com o Gerente do Projeto Cocó, e os técnicos sociais sobre o andamento das ações. A equipe técnica social da Coordenadoria de Projetos Especiais – COPES irá elaborar planilhas e relatórios de acompanhamento que serão ferramentas importantes para a alimentação dos mapas temáticos que retratam a área de intervenção, desta forma será possível acompanhar visivelmente o andamento da desocupação do território possibilitando a execução das obras de urbanização.

#### 13.1 Dados Utilizados

- Nº de indenizações de terrenos
- Nº de indenizações de benfeitorias
- % de área liberada
- % de obra executada

#### 13.2. Cadastro dos Beneficiários

É realizada uma pesquisa amostral junto à população que permanece na área de intervenção do Projeto de Urbanização, através de visita domiciliar. O cadastro é constituído de perguntas que abordam:

- Identificação do imóvel;
- Situação de ocupação – imóvel próprio, cedido ou alugado;
- Número de pessoas e famílias por imóvel;
- Estrutura física do imóvel – número de cômodos, material de construção do piso, paredes e cobertura;
- Infraestrutura – acesso aos serviços básicos de água, energia elétrica domiciliar e pública, esgotamento sanitário e coleta de lixo;

Esses dados são coletados através de um instrumento (questionário) que representa a base de dados física da pesquisa, gerando um banco de dados digital dos beneficiários. O resultado é tabulado e utilizado na elaboração dos Projetos Técnicos Sociais.

### 14. Pressupostos de Risco

O atraso na execução da obra de urbanização do Trecho III, a demora nos processos de negociação de terrenos e indenização de benfeitorias, e a demora no processo de licitação dos trechos I e II da urbanização, pode prejudicar o alcance da meta para 2015.

### 15. Orçamento 2015

R\$1,00

Detalhamento	Valor FECOP	Valor Outras Fontes (2015)*	Valor Total (2015)
<b>NATUREZA DA DESPESA</b>			
<b>1.DESPESAS CORRENTES</b>			

1.1 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			
Elemento de Despesas (335039)	800.000,00	0,00	800.000,00
<b>2.DESPESAS DE CAPITAL</b>			
2.1.Obras e Instalações			
Elementos de Despesas (449051)	1.938.012,14	40.176.160,95	42.114.173,09
Elementos de Despesas (449092)	402.430,00	600.000,00	1.002.430,00
2.2. Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			
Elemento de Despesa (449039)	500.000,00		500.000,00
2.3. Indenizações e Restituições			
Elemento de Despesas (449093)	1.549.557,86	10.200.000,00	11.749.557,86
2.4. Obrigações Tributárias e Contributivas			
Elementos de Despesas (449047)	10.000,00	0,00	10.000,00
Elementos de Despesas (449147)	300.000,00	0,00	300.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>5.500.000,00</b>	<b>50.976.160,95</b>	<b>56.476.160,95</b>

(\*) FGTS e OGU – PAC 1

OBS: O projeto foi aprovado na 1ª Reunião Ordinária do CCPIS com um valor de R\$3.500.000,00 da fonte FECOP para o ano de 2015.

A Secretaria das Cidades solicita adicional do Fecop no valor de R\$2.000.000,00 para permitir a conclusão da atualização de laudos de avaliação de terrenos e benfeitorias e respectivo pagamento, além da complementação da contrapartida da obra da Barragem e da obra da Urbanização Trecho III, totalizando o valor anual da referida fonte em R\$5.500.000,00.

## 16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

R\$1,00

Item de Despesa	Mar	Abr	Mai	Jun	Out	Total
Despesas Correntes	100.000,00	100.000,00	100.000,00	0,00	500.000,00	800.000,00
Despesas de Capital	900.000,00	800.000,00	800.000,00	700.000,00	1.500.000,00	4.700.000,00
<b>Total</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>900.000,00</b>	<b>900.000,00</b>	<b>700.000,00</b>	<b>2.000.000,00</b>	<b>5.500.000,00</b>

## 17. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

<b>N° de Ordem</b>	<b>Região Administrativa</b>	<b>Municípios</b>	<b>Valor FECOP (2015)</b>	<b>Valor Outras Fontes (2015)</b>	<b>Pessoas Beneficiadas</b>
1	1	Fortaleza	5.500.000,00	50.976.160,95	14.597
<b>Total</b>			<b>5.500.000,00</b>	<b>50.976.160,95</b>	<b>14.597</b>

(\*) Considera-se 4,12 pessoas por família beneficiada

## 18. Responsável pelo Projeto

Coordenadoria Gerência	/	Coordenadoria de Projetos Especiais Urbanos -COPES
Técnico		Teresa Aguiar
E-mail		tereza.aguiar@cidades.ce.gov.br
Fone		3207.5296



**Governo do Estado do Ceará**  
**Secretaria das Cidades – SCIDADES**

**Projeto: Dendê (Ações Habitacionais)**

**Setembro/2015**



<b>Secretaria</b>	Secretaria das Cidades
<b>Programa</b>	033 – Habitacional
<b>Mapp</b>	1378 - Projeto Pró-Moradia 2 - Regularização de Assentamento Precários na Favela do Dendê com Construção de 1080 UH
<b>Período de Execução</b>	Fev a Dez de 2015
<b>Categoria</b>	Infraestrutura Domiciliar

- **Descrição do Projeto**

O Projeto Dendê (Ações Habitacionais) integra uma proposta mais ampla que envolve: (1) o reassentamento de 1.080 (um mil e oitenta) famílias que habitam áreas de risco, ou sem condições de habitabilidade; (2) a urbanização de áreas sem infraestrutura básica e pavimentação com problemas de circulação de veículos por falta de arruamentos e desprovidas de praças e espaços públicos; (3) recuperação da faixa de preservação permanente do Mangue do Cocó; e (4) a realização do Trabalho Técnico Social, com as famílias reassentadas e famílias das áreas de intervenção (origem), tendo 03 eixos principais de atuação: a Organização Comunitária/Mobilização Social; a Geração de Trabalho e Renda e a Educação Sanitária e Ambiental.

O presente projeto engloba as Ações de Habitação. Consiste na construção do Residencial Dendê e na execução de Trabalho Técnico Social.

- **Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual**

No PPA 2012/2015, o projeto inclui-se no âmbito do Programa 033 – Habitacional; Objetivo 001 - Construir unidades habitacionais de interesse social contribuindo para redução do déficit habitacional quantitativo; Meta 00521 - Beneficiar 16.787 famílias com unidades habitacionais; Iniciativa 00269 - Construção de unidades habitacionais no âmbito do Projeto Dendê.

O resultado Estratégico Setorial para o qual o projeto contribui é Melhoria das condições de habitabilidade tendo suas realizações registradas por meio do indicador Famílias beneficiadas com habitações de interesse social adequadas.

A execução do Projeto Dendê em sua totalidade, contribui para a implementação da Política Habitacional, da Política de Desenvolvimento Urbano e da Política de Saneamento Ambiental e está inserido na matriz do Governo Estadual no Eixo Economia para uma vida melhor, na área temática Desenvolvimento Urbano e Integração Regional.

- **Diagnóstico**

O crescimento desordenado das cidades provocado pelo crescente processo de migração das populações das pequenas cidades interioranas para os grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida e trabalho tem como um dos seus principais fenôme-

nos a ocupação irregular das margens de rios, lagos, dunas e mangueirais, degradando sua área de preservação ambiental. Esta alternativa de moradia além do problema ambiental causa inúmeros transtornos à população que sofre com ações da natureza como enchentes, deslizamentos e outros transtornos, uma vez que a área habitada é imprópria para a construção de habitações. Este é o caso da Comunidade do Dendê onde muitas famílias residem em pequenos cômodos de alvenaria ou em barracos desprovidos de infra-estrutura, expostas a situações de risco diversas como: chuvas, alagamentos, adensamento populacional, doenças epidêmicas, insalubridade, insegurança, dentre outros, ou coabitam com outras famílias em situação semelhante, o que agrava ainda mais o problema existente quanto à inadequação habitacional.

As inúmeras situações de precariedade habitacional encontradas sob a forma de improvisação e rusticidade da moradia estão vinculadas às graves condições de pobreza e exclusão social.

A ocupação desordenada do espaço acima referido ao concentrar famílias carentes, de baixo nível educacional e renda per capita aviltada, atrai a prática de atividades marginais, com reflexos altamente negativos nos indicadores de violência na área, que se desdobram para outras regiões da cidade. Esta ocupação impede o normal atendimento de serviços públicos (viaturas policiais, ambulâncias, coleta de lixo, bombeiros, etc.) na área, abstendo ainda, a ação preventiva e reativa dos órgãos de segurança.

A comunidade do Dendê está localizada no bairro Edson Queiroz, em Fortaleza. A área limita-se com a Universidade de Fortaleza e estende-se até as margens do Rio Cocó. Grande parte das famílias que hoje mora no local foi removida das favelas Verdes Mares, Dom Luiz, Cervejaria Brahma, Cidade 2000, Hospital Geral de Fortaleza e Praia do Meireles.

A ocupação da área iniciou em torno do ano de 1985 quando as primeiras habitações foram construídas, cerca de 120 a princípio; no final do ano de 1990 o local já se encontrava tomado por cerca de 500 famílias com habitações improvisadas e algumas construções em alvenaria. Em 1996 a COHAB-CEARÁ fez algumas intervenções de construção de casas de mutirão para barrar o processo de ocupação da área, mas com o crescente déficit habitacional decorrente da ausência de políticas de habitação a ocupação desordenada foi ampliada. Hoje cerca de 3.400 famílias ocupam o local com construções improvisadas e de alvenaria, com arruamentos desordenados e com uma grande faixa de Mangue ocupada por barracos sujeitos a inundações, o que prejudica o equilíbrio ecológico da região.





Situação atual da área

Situação atual da área:

- 58,91% vivem com até 1 salário mínimo. Destes, 42,96% com menos de  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo por pessoa;
- 87,69% não tem acesso à saneamento básico;
- 13,71% dos imóveis não têm banheiro;
- 25 % não atendidas pelo sistema público de abastecimento d'água.

*A relocação das famílias que se encontram na área de intervenção do Projeto é uma ação necessária e urgente, pois a situação de moradia é precária, faltam serviços básicos de infraestrutura e o estado de risco potencial de enchentes e inundações ameaçam, principalmente nos períodos invernosos, as famílias que residem na faixa de Proteção do Mangue do Cocó, agravando ainda mais as condições ambientais do lugar e diminuindo a qualidade de vida dessa população.*

- **Justificativa**

O Projeto Dendê beneficia a Comunidade do Dendê, situada no Bairro Edson Queiroz, no município de Fortaleza, e em sua totalidade engloba as seguintes ações :

- ▲ Trabalho Técnico Social e Regularização Fundiária na área de intervenção e no reassentamento beneficiando 3.845 famílias;
- ▲ Construção de 1.080 habitações no Residencial Dendê para o reassentamento das famílias originárias das áreas do Mangue, provenientes das áreas onde haverá alargamento e abertura de ruas e das coabitações;
- ▲ Desapropriação de Terrenos e Indenização de 641 benfeitorias, não enquadráveis no reassentamento;
- ▲ Execução das obras de Urbanização/Infraestrutura (água, esgoto, drenagem, iluminação, 04 praças) e pavimentação na área de Intervenção beneficiando 2.765 famílias;
- ▲ Equipamento Comunitário (creche) beneficiando 1080 famílias;

▲ Recuperação/Melhorias de 1.200 unidades habitacionais.

O impacto social do Projeto Dendê incidirá diretamente na população residente na área de intervenção, mas beneficiará também a população de Fortaleza em geral. As obras implantadas têm caráter coletivo e seus resultados refletirão principalmente:

(1) na saúde, pela implantação de rede de esgotamento sanitário, melhoria na qualidade de habitação das famílias que permanecerão na área de intervenção (realização de 1.200 melhorias habitacionais) e as que serão reassentadas (construção de 1.080 unidades residenciais que beneficiarão famílias);

(2) na segurança pública, pela construção/alargamento de vias e passeios facilitando o acesso e a circulação de pessoas e veículos (coletivos e particulares);

(3) na ampliação das oportunidades de lazer e saúde, pela implantação de 04 praças, com playgrounds, pista de skate, equipamento de ginástica, quadra de vôlei.

O Residencial Dendê destinado ao reassentamento de famílias remanejadas das áreas de intervenção e de APP do Rio Cocó, está localizado no Bairro Edson Queiroz, a aproximadamente 1.500 m da área de intervenção, em um bairro bem servido de equipamentos e serviços públicos, inserido na malha urbana da cidade, dispondo dos serviços públicos essenciais como: energia elétrica, transporte público, abastecimento d'água e equipamentos comunitários básicos (escola, creche, posto de saúde, posto policial, centro comunitário, etc.).

O projeto de parcelamento do Residencial Dendê prevê a construção de 1080 unidades habitacionais com infraestrutura, iluminação pública, esgotamento sanitário e equipamentos públicos. Com base no estudo atualizado dos equipamentos comunitários, foi feito um levantamento institucional relativo a estes itens, priorizando a execução de uma creche.

● **Histórico**

O ano de 2014 foi o primeiro ano de aprovação dos recursos do Fecop para este Projeto, já no segundo semestre, tendo sido aprovado um valor de R\$652.609,89, dos quais foram aplicados R\$563.025,89.

A previsão para 2014 era iniciar o Residencial, porém a autorização da Prefeitura de Fortaleza e da SEMACE, para o manejo da Fauna e Flora só veio ocorrer em Janeiro 2015. Os gastos com recursos do Fecop foram com pagamento de taxas de aprovação junto aos órgãos competentes (Prefeitura, CREA, CAU) e elaboração de projetos executivos para aprovação. Quanto as outras fontes foram aplicados em pagamento da desapropriação dos terrenos do Residencial.

Segue abaixo, a aplicação no Projeto em 2014.

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes)	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários
2014	563.025,89	4.237.000,00	5.852.765,93	-

● **Público Alvo**

Famílias de baixa renda residentes na área de intervenção que optaram pelo reassentamento no residencial projetado e famílias residentes na área de preservação do mangue do Cocó.

- **Critérios adotados para a seleção dos beneficiários**

- i) Residir na área de intervenção do Projeto, em imóvel residencial ou misto;
- ii) Ter sido cadastrado;
- iii) Ter optado pelo reassentamento em uma unidade habitacional construída pelo Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria das Cidades;
- iv) Comprovar situação de pobreza e vulnerabilidade social, mediante a apresentação dos documentos elencados no Art. 3º da Lei 14.859 de 28 de dezembro de 2010.

- **Objetivos**

#### **Geral**

Melhorar as condições de habitabilidade da população que atualmente reside em condições precárias na Comunidade do Dendê e em situação de risco nas áreas de preservação do mangue do Rio Cocó, dentro da área de intervenção do projeto.

#### **Específicos**

- Reassentar as famílias da Comunidade do Dendê que serão removidas da área para implantação das obras de infraestrutura e as famílias moradoras da área de preservação do mangue do Rio Cocó, na área de intervenção do projeto

- **Atividades / Detalhamento das atividades**

#### a) Seleção dos beneficiários

Os beneficiários dos projetos de urbanização desenvolvidos pela Secretaria das Cidades são selecionados a partir de um cadastro socioeconômico, de caráter censitário, realizada na área de intervenção, através de visita domiciliar. O cadastro é constituído de perguntas que abordam:

- Identificação do imóvel;
- Situação de ocupação – imóvel próprio, cedido ou alugado;
- Identificação do titular, seu cônjuge e demais moradores;
- Gênero, idade, escolaridade, situação no mercado de trabalho, profissão, renda per capita e familiar;
- Preenchimento do Cadastro Único e recebimento de benefícios do Governo Federal;
- Condições gerais de saúde - ocorrência de doenças no último ano e existência de pessoas com deficiência;
- Número de pessoas e famílias por imóvel

**b) Contratação e execução das unidades habitacionais**

As 1.080 unidades previstas para iniciar em 2014 serão construídas em 01 residencial, com início previsto para outubro/2014. A Secretaria da Cidade já licitou e contratou a obra.

**c) Contratação do Projeto de Trabalho Técnico Social - PTTS**

A Secretaria das Cidades através do Contrato de Gestão contrata a elaboração do Projeto do Trabalho Técnico Social. O Trabalho Social do Projeto Dendê foi iniciado em 2010 (congelamento da área de intervenção e cadastramento das famílias).

Com base no cadastramento censitário realizado, foi elaborado o diagnóstico socioeconômico, que será socializado na comunidade em "Oficinas de Revalidação do Diagnóstico". O resultado do processo será utilizado como base na construção das ações do Projeto Técnico Social que serão desenvolvidas com as famílias que serão realocadas, como também com as que continuarão a residir na área de intervenção.

**d) Execução de Trabalho Técnico Social**

A Secretaria das Cidades contrata a execução do Trabalho Técnico Social por meio de licitação e supervisiona as ações junto às famílias beneficiadas.

**e) Elaboração de Laudos de terrenos e benfeitorias**

Através de Contrato de gestão, será contratada uma empresa que irá elaborar os Laudos de terrenos e benfeitorias situados na área de preservação do mangue.

**• Produtos**

<b>Produtos</b>	<b>2015</b>	<b>Meios de Verificação</b>
Residencial construído	49,30%	Relatório interno da Secretaria das Cidades
Projeto do Trabalho Técnico Social elaborado	01	Projeto Recebido e aprovado pela COPES

**• Metas**

- Executar 49,30% das obras de construção do Residencial Dendê
- Elaborar o Projeto Técnico Social

**• Resultados Esperados**

- Melhoria da qualidade de vida da população residente na área de abrangência do projeto;
- Recuperação Ambiental do mangue do rio Cocó;
- Eliminação de área de risco na área de proteção do mangue do rio Cocó

- **Integração**

O Projeto Dendê (ações habitacionais) é parte integrante do Projeto Dendê - em execução através de contrato firmado com a CAIXA e o Governo do Estado do Ceará, com recursos do PAC1, oriundos do Ministério das Cidades. Vincula-se ao MAPP 1517 – Projeto Dendê – Urbanização, que visa melhorar a infraestrutura da Comunidade do Dendê. Também interage com as obras de saneamento da CAGECE e com as obras de Iluminação Pública da COELCE.

- **Monitoramento**

O monitoramento do projeto será realizado em reuniões quinzenais do Gerente do Projeto, engenheiros supervisores da Secretaria das Cidades e os engenheiros do DAE, onde ficarão registrados o andamento das obras, elaborada e acompanhada a matriz de problemas e ameaças

- **Dados Utilizados**

- N° de unidades habitacionais construídas
- N° de famílias reassentadas
- N° de cursos realizados
- N° de oficinas realizadas
- N° de palestras realizadas
- N° de pessoas capacitadas

- **Cadastro dos Beneficiários**

Os beneficiários dos projetos habitacionais desenvolvidos pela Secretaria das Cidades respondem um cadastro socioeconômico, aplicado através de pesquisa censitária, realizada na área de intervenção dos projetos, através de visita domiciliar.

O cadastro é constituído de perguntas que abordam:

- Identificação do imóvel;
- Situação de ocupação – imóvel próprio, cedido ou alugado;
- Identificação do titular, seu cônjuge e demais moradores;
- Gênero, idade, escolaridade, situação no mercado de trabalho, profissão, renda per capita e familiar;
- Preenchimento do Cadastro Único e recebimento de benefícios do Governo Federal;
- Condições gerais de saúde - ocorrência de doenças no último ano e existência de pessoas com deficiência;
- Número de pessoas e famílias por imóvel;
- Estrutura física do imóvel – número de cômodos, material de construção do piso, paredes e cobertura;

- Infraestrutura – acesso aos serviços básicos de água, energia elétrica domiciliar e pública, esgotamento sanitário e coleta de lixo;
- Meios de locomoção mais utilizados;
- Tempo de residência do titular no Município de Fortaleza, no bairro e no imóvel localizado na área de intervenção;
- Opção pela modalidade de realocação oferecida pelo Projeto.

Esses dados são coletados através de um instrumento (questionário) que representa a base de dados física da pesquisa, gerando um banco de dados digital dos beneficiários. O resultado é tabulado e utilizado na elaboração dos Projetos Técnicos Sociais.

- **Pressupostos de Risco**

Entraves burocráticos para liberação dos recursos e se o ritmo de execução da construtora não corresponder ao previsto no cronograma, pode concorrer para o alcance das metas.

- **Orçamento 2015**

R\$1,00

<b>Detalhamento</b>	<b>Valor FECOP</b>	<b>Valor Outras Fontes*</b>	<b>Valor Total</b>
<b>NATUREZA DA DESPESA</b>			
<b>1. DESPESAS CORRENTES</b>			
1.2. Obrigações Tributárias e Contributivas			
Elemento de Despesa (335039)	500.000,00	0	500.000,00
Elemento de Despesa (339047)	10.000,00	0,00	10.000,00
Elemento de Despesa (339147)	10.000,00	0,00	10.000,00
<b>2. DESPESAS DE CAPITAL</b>			
2.1. Obras Civis			
Elementos de Despesas (449051)	942.427,39	8.276.287,28	9.218.714,67
Elemento de Despesa (449039)	37.572,61	0,00	37.572,61
<b>Total</b>	<b>1.500.000,00</b>	<b>8.276.287,28</b>	<b>9.776.287,28</b>

\* FGTS – PAC 1

OBS: O projeto foi aprovado na 1ª Reunião Ordinária do CCPIS com um valor de R\$1.000.000,00 da fonte FECOP para o ano de 2015.

Agora a Secretaria solicita um adicional do Fecop no valor de R\$500.000,00 para permitir a elaboração de laudos de avaliação de terrenos e benfeitorias, totalizando o valor anual da referida fonte em R\$1.500.000,00.



- **Cronograma de Desembolso Fonte FECOP**

<b>Cronograma de Desembolso</b>												
<b>Item de Despesa</b>	<b>Fev</b>	<b>Mar</b>	<b>Abr</b>	<b>Mai</b>	<b>Jun</b>	<b>Jul</b>	<b>Ago</b>	<b>Set</b>	<b>Out</b>	<b>Nov</b>	<b>Dez</b>	<b>Total</b>
Despesas Correntes	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	520.000,00
Despesas de Capital	0,00	26.156,34	92.856,97	78.100,84	81.518,79	108.724,98	109.341,18	109.341,18	109.341,18	109.341,18	155.277,38	980.000,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>26.156,34</b>	<b>102.856,97</b>	<b>88.100,84</b>	<b>81.518,79</b>	<b>108.724,98</b>	<b>109.341,18</b>	<b>109.341,18</b>	<b>609.341,18</b>	<b>109.341,18</b>	<b>155.277,38</b>	<b>1.500.000,00</b>

- **Distribuição dos Recursos por Municípios em 2015**

<b>N° de Ordem</b>	<b>Região Administrativa</b>	<b>Municípios</b>	<b>Valor FECOP</b>	<b>Valor Outras Fontes</b>	<b>Pessoas Beneficiadas</b>
1	1	Fortaleza	1.500.000,00	8.276.287,28	4.449
Total			1.500.000,00	8.276.287,28	4.449

Obs: Considera-se em média 4,12 pessoas por família beneficiada

- **Responsável pelo Projeto**

Coordenadoria / Gerência	Coordenadoria de Projetos Especiais Urbanos -COPES
Técnico	Silvia Lopes
E-mail	silvia.lopes@ciudades.ce.gov.br
Fone	3207.5296



**Governo do Estado do Ceará**  
**Secretaria das Cidades – SCIDADES**

**PROJETO: Aluguel Social para Famílias de Baixa Renda**

## Fevereiro/2015

<b>Secretaria</b>	Secretaria das Cidades
<b>Programa</b>	033 – Habitacional
<b>Mapp</b>	1465 – Aluguel Social para Famílias de Baixa Renda
<b>Período de Execução</b>	Março a Dezembro / 2015
<b>Categoria</b>	

- **Descrição do Projeto**

O benefício de Aluguel Social para Famílias de Baixa Renda, integra uma proposta de dar apoio aos projetos de habitação específicos da Secretaria, no sentido de viabilizar a locação de imóveis a título de moradia provisória, para famílias que habitam locais que estão sendo objeto de intervenções e que deverão ser reassentadas tão logo os respectivos residenciais fiquem prontos.

- **Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual**

Esta ação contribui para a implementação da Política Habitacional, para a Política de Desenvolvimento Urbano e para a Política de Saneamento Ambiental e está inserido na matriz do Governo Estadual no Eixo economia para uma vida melhor, na área temática Desenvolvimento Urbano e Integração Regional.

No PPA 2012/2015, o projeto Aluguel Social para Famílias de Baixa Renda, inclui-se no âmbito do Programa 033 – Habitacional; Objetivo 001 - Construir unidades habitacionais de interesse social contribuindo para redução do déficit habitacional quantitativo; Meta 00521 - Beneficiar 16.787 famílias com unidades habitacionais; Iniciativas 00267 - Construção de unidades habitacionais no âmbito do Projeto Rio Maranguapinho, 00268 - Construção de unidades habitacionais no âmbito do Projeto Rio Cocó, 00270 - Construção de unidades habitacionais de Interesse Social e 00271 - Construção de unidades habitacionais para substituição de casas de taipa.

O resultado Estratégico Setorial para o qual o projeto contribui é "Melhoria das condições de habitabilidade", tendo suas realizações registradas por meio do indicador "Famílias beneficiadas com habitações de interesse social adequadas".

- **Diagnóstico**

A população moradora atualmente nas áreas de intervenções dos projetos de interesse social caracteriza-se pela enorme carência de seus imóveis, uma vez que apresentam riscos advindos das péssimas condições de salubridade e com padrão construtivo inferior ao ofertado pelo Governo Estadual nos residenciais construídos no âmbito destes projetos e, portanto, potenciais beneficiários de reassentamento.

Referindo-se aos Projetos de Interesse Social da Secretaria das Cidades cita-se como exemplo: o Projeto Rio Maranguapinho onde foram cadastradas 12.265 famílias residindo nas margens do Rio Maranguapinho e conseqüentemente na área de intervenção das

obras de dragagem e urbanização, destas 6.543 serão atendidas com unidades habitacionais; O Projeto Rio Cocó são 3.543 famílias cadastradas e destas 2.655 serão atendidas com unidades habitacionais a serem construídas; O Projeto Orgulho do Ceará II onde serão atendidas 2.096 famílias com unidades habitacionais e o Projeto Cidade Jardim que beneficiará 5.536 famílias também com unidades habitacionais, dentre outros.

- **Justificativa**

Na área de intervenção dos projetos encontram-se diversos tipos de imóveis, dos casebres de padrão construtivo paupérrimo a sólidas casas de alvenaria.

Ao longo dos dois rios, também é possível encontrar imóveis com diversos tipos de ocupação, dentre eles muitos utilizados por seus proprietários como residência da família, que serão afetados pelas obras de urbanização e dragagem do rio e que precisam ser desocupados.

Considerando que o padrão construtivo destes imóveis é inferior ao oferecido nas unidades habitacionais construídas pelo Governo do Estado, muitos destes proprietários optaram por serem reassentados nos residenciais construídos no âmbito desses projetos.

Para cumprimento do cronograma das obras exige-se a desocupação da área de intervenção. Este fato torna necessário que algumas famílias sejam removidas e reassentadas provisoriamente até a conclusão de sua nova moradia.

A responsabilidade social dos executores dos projetos exige que seja dada uma solução alternativa para esse impasse e a melhor alternativa apresentada foi o pagamento de auxílio para que as pessoas impactadas possam locar outro imóvel, durante o período de espera pela conclusão da unidade residencial de destino da família.

- **Histórico**

Em 13 de julho de 2011 (D.O. 21/07/11), foi promulgada a lei Nº 14.965 que autorizou o Estado do Ceará a implantar programa de locação social, destinado a subsidiar aluguel, em caráter provisório em virtude da implantação de projetos sociais de responsabilidade do Governo do Estado do Ceará. O Decreto de regulamentação foi publicado em 05/02/13, possibilitando então a utilização dos recursos em 2013.

Com os recursos aplicados em 2013 foram firmados 83 Acordos de Aluguel Social, sendo 55 no âmbito do Projeto Rio Cocó e 29 no âmbito do projeto Rio Maranguapinho, com valor mensal de R\$200,00, por um período de dois anos, totalizando R\$4.800,00 cada benefício.

Em 2014 foi aprovado inicialmente o valor de R\$700.000,00 e foram firmados 05 Termos de Acordo com beneficiários do Projeto Rio Cocó e 21 Termos de Acordo com beneficiário do Projeto Rio Maranguapinho, totalizando 26 alugueis.

Ressaltamos que deixou-se de negociar aluguel junto às famílias do Projeto Cocó, pois existia a previsão de entrega de 1.006 unidades habitacionais em set/2014 no empreendi-

mento Cidade Jardim, e devido a proximidade da data, não foi oferecido o benefício do aluguel. O aluguel foi proposto somente para quem faz a opção pelo Residencial Paupina que ainda não está em construção. No Maranguapinho, o valor mensal de R\$200,00 previsto na legislação dificultou fechar acordo pois as famílias alegam que não encontram imóveis para alugar neste valor. A Secretaria encaminhou solicitação à PGE de alteração da lei passando o valor mensal do aluguel para R\$400,00 visando uma melhor adesão ao projeto mas só ocorreu em 30/12/14.

Diante do motivo citado acima, no final de 2014, foi aprovada redução do valor do ano passando para R\$135.000,00 valor que foi aplicado.

Segue abaixo, a evolução das aplicações no Projeto ao longo dos anos.

<b>Ano</b>	<b>Valor FECOP</b>	<b>Nº de Beneficiários</b>
2013	403.200,00	337
2014	135.000,00	107

Fonte: Webmapp Acompanhamento

- **Público Alvo**

Famílias moradoras nas áreas de intervenção dos Projetos de Interesse Social da Secretaria das Cidades e que aguardam a conclusão das obras das unidades habitacionais onde serão reassentados.

- **Crítérios adotados para a seleção dos beneficiários**

- Residir na área de intervenção do Projeto, em imóvel residencial ou misto;
- Ter sido cadastrado;
- Ter optado pelo reassentamento em uma unidade habitacional construída pelo Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria das Cidades;
- Comprovar situação de pobreza e vulnerabilidade social, mediante a apresentação dos documentos elencados no Art. 3º da Lei 14.859 de 28 de dezembro de 2010.

- **Objetivos**

### **Geral**

Viabilizar o benefício de aluguel social para famílias que habitam locais que estão sendo objeto de intervenções e que serão posteriormente reassentadas.

### **Específico**

- Efetuar o pagamento do aluguel social às famílias beneficiárias

- **Atividades / Detalhamento das atividades**

Abaixo apresentamos o fluxo operacional para a atividade relacionada ao pagamento do Aluguel Social.

**a) Visita à família para consolidar a adesão ao Residencial**

A equipe técnica social da Secretaria das Cidades realizará visita domiciliar às famílias residentes na área de intervenção do projeto para consolidar a adesão desta família ao residencial. Neste momento será agendada data para comparecimento do proprietário do imóvel (juntamente com seu cônjuge, caso exista), para assinatura do termo de concordância

**b) Assinatura do Termo de Concordância da adesão ao Aluguel Social e concordância com o valor total, que será pago em parcelas iguais e mensais**

De posse de toda a documentação previamente definida, o proprietário do imóvel comparecerá a Secretaria das Cidades para assinar o termo de concordância da adesão ao Aluguel Social, onde constará o valor total a ser recebido, tendo como data final de recebimento a data prevista para entrega do residencial no qual será reassentada esta família.

**c) Abrir processo de pagamento por meio do SPU com a finalidade de pagamento mensal do valor do aluguel social**

De posse das cópias de toda a documentação do proprietário, bem como do termo de concordância, a equipe da Secretaria das Cidades abrirá processo que tramitará de acordo com o funcionamento interno da secretaria, atualmente após a abertura do processo no SPU, é realizado o cadastro do credor.

**d) Encaminhar o processo de pagamento para a Assessoria Jurídica**

Após cadastramento do credor o processo é encaminhado ao setor jurídico para emissão de parecer;

**e) Cadastrar a parcela no SIAP**

Após parecer favorável do setor jurídico da Secretaria, o processo é encaminhado para cadastramento de parcela no SIAP.

**f) Encaminhar o processo para o setor financeiro para procedimentos de empenho e pagamento**

Com a parcela cadastrada, encaminhar o processo para o setor financeiro para que sejam realizados os procedimentos para empenho e pagamento

Vale salientar que após o pagamento da primeira mensalidade do aluguel social para a família beneficiada, tem-se a liberação do imóvel para fins de demolição e conseqüentemente para a realização das obras.

- **Produtos**

<b>Produto</b>	<b>2015</b>	<b>Fontes de Verificação</b>
Famílias beneficiadas com aluguel social	62	Relatório de acompanhamento

- **Metas**

- a) Efetuar o pagamento de aluguel social para 62 famílias

- **Resultados Esperados**

Liberação da área ocupada para realização das obras de infraestrutura, urbanização e habitações de interesse social

- **Integração de Ações**

O Projeto de Aluguel Social visa apoiar os projetos de habitação específicos da Secretaria, podendo ser utilizado sempre que necessário, a luz da legislação pertinente.

Atualmente vem apoiando o Projeto Maranguapinho e o Projeto Rio Cocó que estão em execução através de contratos firmado com a CAIXA e o Governo do Estado do Ceará, com recursos do PAC, oriundos do Ministério das Cidades, como também o Projeto Orgulho do Ceará.

- **Monitoramento**

Com o objetivo de realizar o monitoramento das ações deste projeto, a equipe técnica social, irá elaborar planilhas e relatórios de acompanhamento mensal do andamento dos processos referentes ao pagamento do Aluguel Social às famílias beneficiadas. Estas planilhas e relatórios serão atualizados periodicamente, sempre que uma família assinar o Termo de acordo.

- **Dados Utilizados**

- N° de Termos de Acordo para Aluguel Social firmados

- **Cadastro dos Beneficiários**

Os beneficiários dos projetos de urbanização desenvolvidos pela Secretaria das Cidades respondem um cadastro socioeconômico, aplicado através de pesquisa censitária, realizada

na área de intervenção dos projetos, através de visita domiciliar. O cadastro é constituído de perguntas que abordam:

- Identificação do imóvel;
- Situação de ocupação – imóvel próprio, cedido ou alugado;
- Identificação do titular, seu cônjuge e demais moradores;
- Gênero, idade, escolaridade, situação no mercado de trabalho, profissão, renda per capita e familiar;
- Preenchimento do Cadastro Único e recebimento de benefícios do Governo Federal;
- Condições gerais de saúde - ocorrência de doenças no último ano e existência de pessoas com deficiência;
- Número de pessoas e famílias por imóvel;
- Estrutura física do imóvel – número de cômodos, material de construção do piso, paredes e cobertura;
- Infraestrutura – acesso aos serviços básicos de água, energia elétrica domiciliar e pública, esgotamento sanitário e coleta de lixo;
- Meios de locomoção mais utilizados;
- Tempo de residência do titular no Município de Fortaleza, no bairro e no imóvel localizado na área de intervenção;
- Opção pela modalidade de realocação oferecida pelo Projeto.

Esses dados são coletados através de um instrumento (questionário) que representa a base de dados física da pesquisa, gerando um banco de dados digital dos beneficiários, em planilha eletrônica. O resultado é tabulado e utilizado na elaboração dos Projetos Técnicos Sociais.

- **Pressupostos de Risco**

A dificuldade dos beneficiários em alugar imóveis no valor correspondente aos R\$ 400,00 do benefício, pode prejudicar o alcance da meta para 2015

- **Orçamento 2015**

(R\$1,00)			
Detalhamento	Valor FECOP (2015)	Valor Outras Fontes (2015)	Valor Total (2015)
<b>NATUREZA DA DESPESA</b>			
<b>1.DESPESAS CORRENTES</b>			
1.4. Benefícios Assistenciais			



Auxílio Financeiro (339048)	300.000,00	0,00	300.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>300.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>300.000,00</b>

- **Cronograma de Desembolso Fonte FECOP**

	<b>Fev</b>	<b>Mar</b>	<b>Abr</b>	<b>Mai</b>	<b>Jun</b>	<b>Total</b>
Despesas Correntes	0,00	144.000,00	60.000,00	48.000,00	48.000,00	300.000,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>144.000,00</b>	<b>60.000,00</b>	<b>48.000,00</b>	<b>48.000,00</b>	<b>300.000,00</b>

- **Distribuição dos Recursos por Municípios em 2015**

Nº	MUNICÍPIO	RECURSOS PREVISTOS P/ 2015		PESSOAS BENEFICIADAS
		ESTADO (FECOP)	GOV. FEDERAL	
1	RMF	300.000,00	0,00	255
<b>TOTAL</b>		<b>300.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>255</b>

OBS: O projeto prevê inicialmente intervenção em obras realizadas na Região Metropolitana de Fortaleza. Foi considerado 4,12 pessoas por família.

- **Responsável(eis) pelo Projeto**

<b>Coordenadoria / Gerência</b>	Coordenadoria de Projetos Especiais – COPES
<b>Técnico</b>	Rita Calcides Dias, Karla Nery e Elaine Andrade
<b>E-mail</b>	rita.dias@cidades.ce.gov.br; karla.nery@cidades.ce.gov.br, elainne.andrade@cidades.ce.gov.br
<b>Fone</b>	85 – 3207.5296 ou 3207.5297



**Governo do Estado do Ceará**  
**Secretaria das Cidades – SCIDADES**

**PROJETO: Projeto Rio Cocó (Ações Habitacionais)**

**Fevereiro/2015**

Secretaria	Secretaria das Cidades
Programa	033 – Habitacional
Mapp	MAPP 1516 – Construção de 1.649 Unidades Habitacionais para famílias das áreas de risco do Projeto Rio Cocó, indenizações de benfeitorias e realização de trabalho técnico social.
Período de Execução	Março a Dezembro 2015
Categoria	Infraestrutruira comunitária e domiciliar

## 1. Descrição do Projeto

O Projeto Habitacional Rio Cocó, integra uma proposta mais ampla denominada Projeto Rio Cocó. O Projeto Rio Cocó tem caráter multissetorial e conta com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, Tesouro Estadual e FECOP. Inclui ações de infraestrutura de saneamento, construção de unidades habitacionais de interesse social, dragagem e recuperação ambiental das áreas ribeirinhas. O conjunto de suas intervenções beneficiará cerca de 41.575 mil pessoas que residem no município de Fortaleza.

## 2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

A execução do Projeto Rio Cocó contribui para a implementação da Política Habitacional, para a Política de Desenvolvimento Urbano e para a Política de Saneamento Ambiental e está inserido na matriz do Governo Estadual no Eixo Economia para uma vida melhor, na área temática Desenvolvimento Urbano e Integração Regional.

No PPA 2012/2015, o projeto Habitacional Rio Cocó, inclui-se no âmbito do Programa 033 – Habitacional; Objetivo 001 - Construir unidades habitacionais de interesse social contribuindo para redução do déficit habitacional quantitativo; Meta 00521 - Beneficiar 16.787 famílias com unidades habitacionais; Iniciativa 00268 - Construção de unidades habitacionais no âmbito do Projeto Rio Cocó

O resultado Estratégico Setorial para o qual o projeto contribui é Melhoria das condições de habitabilidade tendo suas realizações registradas por meio do indicador Famílias beneficiadas com habitações de interesse social adequadas.

## 3. Diagnóstico

O processo de urbanização brasileiro tem se caracterizado por uma intensa concentração de população nas principais Regiões Metropolitanas. Tal fato decorre, entre outros motivos, pelo forte poder de atração que estas regiões, geralmente melhor equipadas com infraestrutura e serviços de apoio à população, exercem sobre as demais.

A Região Metropolitana de Fortaleza – RMF, não foge a esta regra, exercendo o papel de grande pólo atrativo em relação não só ao Estado do Ceará, como também em relação aos Estados vizinhos. Dados do censo de 2010 revelam uma concentração populacional excessiva na RMF que detinha, já naquela época, cerca de 40% da população estadual. Tal situação tem gerado um quadro dramático, em que a maior parte dos investimentos são canalizados para a capital em detrimento das cidades interioranas, gerando um

desequilíbrio na oferta de serviços entre a RMF e o interior, alimentando o processo migratório, com rebatimentos na periferia metropolitana, onde se localiza a grande maioria dos migrantes. Os quadros decorrentes desta situação refletem-se em várias áreas localizadas ao longo dos recursos hídricos, pontos para onde tradicionalmente afluem os desassistidos em busca de moradia.

O Rio Cocó abrange uma bacia de aproximadamente 500 Km<sup>2</sup> e tem uma extensão de 46,8 Km desde a sua foz até a nascente mais distante, possuindo uma grande área de preservação ambiental – APA, que se inicia na sua foz e se prolonga até o fim do terço inferior do percurso do rio. Nesta área praticamente não há habitações margeando o seu curso inferior, mantendo-se assim bem preservado, porém a partir do Lagamar, no terço médio do rio, surgem várias ocupações irregulares das faixas de preservação de primeira e segunda categoria pela população de baixa renda configurando-se nas áreas de risco.

O Rio nasce na serra da Pacatuba e atravessa os municípios de Pacatuba, Maranguape, Maracanaú, Aquiraz, Eusébio, Itaitinga e Fortaleza.

5

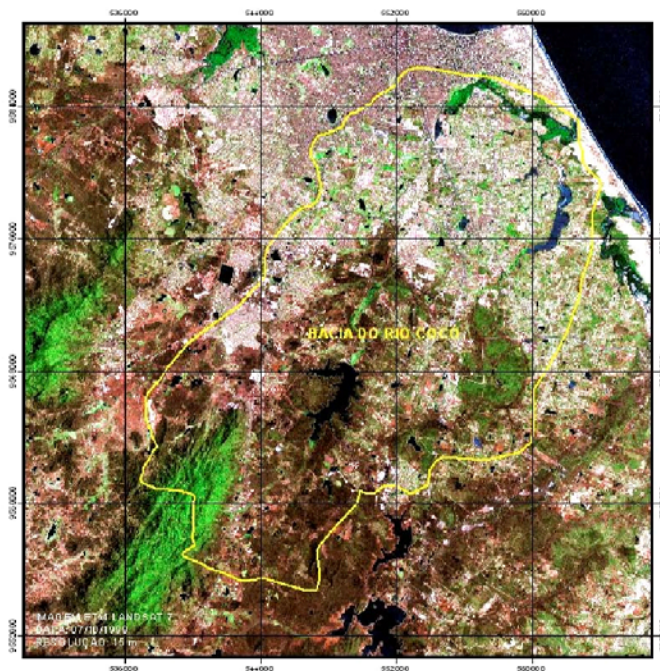


Figura 01 – Imagem de satélite da bacia hidrográfica do Rio Cocó

O Rio Cocó tem uma grande importância no sistema de drenagem metropolitano, recebendo descargas de esgotos do maior sistema de drenagem de Fortaleza, formado pelos canais do Jardim América, Eduardo Girão e da Avenida Aguanambi.

Antes de ser alcançada a sua área de preservação ambiental, o Rio Cocó sofre impacto ambiental com a ocupação da população ribeirinha ao longo de suas margens. Outro agravante ambiental é a presença do lixão desativado do Jangurussu, onde era depositado o lixo de Fortaleza, o qual fica localizado às suas margens, contribuindo para a poluição de suas águas pelo chorume residual dos vários milhões de toneladas de lixo depositados ali.

O problema das enchentes nesta região é de recorrência anual, pois as unidades habitacionais de baixo padrão são construídas praticamente dentro da calha menor do rio ensejando que qualquer precipitação acima de um patamar entre 50 e 70 mm, provoque inundações com forte cobertura midiática.

As Figuras 02 e 03 mostram capas de jornais locais relatando as inundações do ano de 2007.



Figura 02: O Povo Fev / 2007



Figura 03: Diário Fev / 2007

As estatísticas da Defesa Civil mostram que cerca de 56.000 pessoas, correspondendo a 11.200 famílias, vivem atualmente nas áreas de risco das zonas inundáveis e alagáveis em Fortaleza.

No dia 29 de janeiro de 2004 ocorreu a maior precipitação de Fortaleza desde 1910, tendo sido registrados 250,00 mm. A Defesa Civil contabilizou 19.173 pessoas atingidas na capital, segundo o Jornal O Povo de 30/01/2004, com 133 ocorrências atendidas nesse dia pela Defesa Civil, correspondendo a 2.577 famílias diretamente afetadas, incluindo uma morte.

Nesta ocasião, os bairros mais atingidos foram: Barra do Ceará (Rio Ceará), Pirambu (deslizamentos), Itaperi (Rio Maranguapinho), Castelão (Rio Cocó), Antonio Bezerra (Rio Maranguapinho), Genibaú e Bom Jardim (Rio Maranguapinho).

As áreas de risco mais atingidas foram: Lagoa da Zeza, Lagoa do Tijolo, Gavião, Baixada do Itapery, Boa Vista e Ancuri (Rio Cocó); Canindezinho Genibaú, Bom Jardim, João XXIII, Parque São Miguel, Ilha Dourada, Favela da Muriçoca, Autran Nunes, e Granja Portugal (Rio Maranguapinho).



Para agravar a situação dessas comunidades as enchentes sempre trazem problemas de saúde pública, favorecendo altos índices de doenças, especialmente aquelas de veiculação hídrica, tais como: diarreia, hepatite, meningite, dengue e leptospirose, além de víruses indeterminadas e infecções pulmonares.

Forma-se uma cadeia de transmissão, onde fatores como a falta de saneamento básico, coleta de lixo irregular e subalimentação determinam maior ou menor grau de incidência.

Segundo dados estatísticos de 2008 do Programa Habitafor da Prefeitura Municipal de Fortaleza, os problemas mais comuns na população que habitam áreas de risco são:

- 50% das famílias não fervem ou filtram a água de beber nem são abastecidas pelos serviços públicos de saneamento básico;
- 53% são atingidas pelas inundações;
- 47% passam fome pelo menos 1 vez por semana;
- 22% passam fome pelo menos 2 vezes por semana;
- 5% passam fome todos os dias;
- 34% são afetadas por diarreias, principalmente as crianças;
- 38% sofrem de coceira;
- 6% foram atingidas pela cólera;
- 45% tiveram doenças diversas provocadas pelas inundações.

Nesse mesmo ano, a Defesa Civil estimou o número de 7.373 famílias nas áreas de risco na bacia do Rio Cocó.

A questão das enchentes do Rio assume uma gravidade maior pelos seguintes fatos:

O Rio não possui qualquer obra de contenção ou controle de cheias, apesar de ter a bacia hidrográfica extensa, abrangendo sete municípios: Pacatuba, Maranguape, Maracanaú, Aquiraz, Eusébio, Itaitinga e Fortaleza.

A planície fluvial do Rio Cocó está invadida predominantemente por habitações convencionais, sendo grande parte constituídas por sub-habitações construídas praticamente dentro da calha menor do Rio, que não obedecem aos afastamentos previstos na legislação ambiental, agravando a repercussão das inundações sobre esta população.

#### **4. Justificativa**

Ciente deste grave problema o Governo do Estado resolveu enfrentar a problemática e executar o Projeto Rio Cocó que prevê ações de infraestrutura de saneamento para o atendimento das necessidades habitacionais da população de baixa renda, e a recuperação ambiental das áreas ribeirinhas, o que exigirá o remanejamento de famílias que estão vivendo em áreas de risco ao longo do rio Cocó.

Este projeto se enquadra no PAC, que tem como objetivo colaborar com as ações dos diversos governos na melhoria das condições de vida das populações de baixa renda, particularmente aquelas que ocupam as faixas de preservação dos mananciais – áreas de risco e, ainda, com os compromissos da recuperação ambiental.

Dessa forma, o conjunto de intervenções, que inclui obras de controle e amortecimento de ondas de cheias (Barragem Lagos da Cidade), obras de desassoreamento (dragagem do rio), obras de urbanização e construção de 2.655 unidades habitacionais vem como uma proposta necessária para a mudança do quadro hoje existente naquela região.

As 2.655 unidades previstas no Projeto serão construídas em dois residenciais: 1.649 no Residencial Paupina, estando ainda em fase de aprovação dos Projetos executivos junto aos órgãos competentes, e o restante 1.006, no Empreendimento Cidade Jardim, este no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, com previsão de entrega em Set/14.

## **5. Histórico**

Este Projeto foi aprovado para financiamento pelo FECOP em 2012 , tendo por meta o pagamento de indenizações de benfeitorias, no entanto, não foi possível indenizar as famílias de imediato porque havia dependência de outras atividades cuja aprovação dos órgãos competentes não foi obtida no prazo previsto.

No segundo semestre de 2012, optou-se por indenizar as famílias do Trecho III (BR116 à Av. Paulino Rocha), por ser menos adensado e cujo projeto executivo de urbanização estava totalmente aprovado e iniciando o processo licitatório. Contratou-se então o serviço de avaliação dos imóveis existentes, porém devido ao atraso na conclusão dos Laudos de Avaliação, não houve tempo hábil para proceder com negociação e pagamento de indenização, não havendo apresentadas realizações físicas e financeiras em 2012.

Em 2013 iniciou-se então a indenização de benfeitorias no Trecho III, sendo indenizadas 55 famílias, liberando área para execução das obras de Urbanização.

Em 2014, foi aprovado inicialmente o valor de R\$1.750.000,00 para dar continuidade a indenização de benfeitorias no Trecho III e início do Trecho II, posteriormente foi aprovado um acréscimo passando o valor para R\$2.373.185,64 dos quais foram aplicados R\$2.030.241,16, sendo indenizadas 106 famílias.

Ainda não foi possível utilizar os recursos das outras fontes tendo em vista que o Projeto do Residencial Paupina ainda encontra-se em aprovação nos órgãos competentes.

Segue abaixo, a evolução das aplicações do Projeto.

<b>Ano</b>	<b>Valor FECOP</b>	<b>Valor (outras fontes)</b>	<b>Valor Total Aplicado</b>	<b>Nº de Beneficiários</b>
2013	745.394,02	0,00	745.394,02	226
2014	2.030.241,16	0,00	2.030.241,16	430

## **6. Público Alvo**

Famílias de baixa renda residentes na área referente aos Trechos I, II e III (da Av. Valparaíso à BR116) às margens do Rio Cocó.

### **6.1. Critérios adotados para a seleção dos beneficiários**

- i. Residir na área de intervenção do Projeto, em imóvel residencial ou misto;

- ii. Ter sido cadastrado;
- iii. Ter optado pelo reassentamento em uma unidade habitacional construída pelo Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria das Cidades;
- iv. Comprovar situação de pobreza e vulnerabilidade social, mediante a apresentação dos documentos elencados no Art. 3º da Lei 14.859 de 28 de dezembro de 2010.

## **7. Objetivos**

### **Geral**

- Melhorar as condições de habitabilidade da população que atualmente reside na faixa de alagamento em situação de alto risco e nas áreas adjacentes ao Rio Cocó

### **Específicos**

- Promover o Reassentamento da população moradora das áreas de risco ao longo do Rio Cocó, na área de intervenção do projeto.
- Retirar as ocupações irregulares na área de proteção ambiental do Rio Cocó nos Trechos I, II e III.

## **8. Atividades / Detalhamento das atividades**

a) Realizar o pagamento de indenização de benfeitorias.

Etapa (1) – Visita à família para consolidar a adesão ao Residencial

A equipe técnica social da Secretaria das Cidades realizará visita domiciliar as famílias residentes na área de intervenção do projeto para consolidar a adesão destas ao residencial. Dependendo do perfil habitacional da família e do valor avaliado do imóvel, quando superior ao valor de R\$27.000,00 (custo da unidade habitacional do Residencial), as famílias serão convocadas para que possa ser realizada a indenização do imóvel.

Etapa (2) – Assinatura do Termo de Concordância com Indenização de Benfeitoria

De posse de toda a documentação previamente definida, o proprietário do imóvel comparecerá a Secretaria das Cidades para assinar o termo de concordância com indenização de benfeitoria, onde constará o valor total a ser pago pelo referido imóvel.

Etapa (3) – Abertura de processo de pagamento por meio do SPU

De posse das cópias de toda a documentação do proprietário, bem como do termo de concordância, a equipe da Secretaria das Cidades abrirá processo que tramitará de acordo com o funcionamento interno da secretaria, atualmente após a abertura do processo no SPU, é realizado o cadastro do credor.

Etapa (4) – Encaminhamento do processo de pagamento para a Assessoria Jurídica;

Após cadastramento do credor o processo é encaminhado ao setor jurídico para emissão de parecer;



Etapa 5) – Cadastro da parcela no SIAP;

Após parecer favorável do setor jurídico da Secretaria, o processo é encaminhado para cadastramento de parcela no SIAP

Etapa (6) – Encaminhamento do processo para o setor financeiro para procedimentos de empenho e pagamento.

Com a parcela cadastrada, encaminha-se o processo para o setor financeiro para que sejam realizados os procedimentos para empenho e pagamento.

b) Construção do Residencial Paupina

Etapa (1) – Conclusão do processo de aprovação nos órgãos competentes: Prefeitura Municipal de Fortaleza e Caixa .

Etapa (2) – Realização do processo licitatório e contratar a obra

Etapa (3) – Início da execução da obra do Residencial

c) Execução de Trabalho Técnico Social

O Trabalho Social do Projeto Rio Cocó foi iniciado em 2012, com a sua apresentação nas comunidades, realização de audiências públicas, congelamento da área de intervenção e cadastramento das famílias.

Com base no cadastramento censitário, foi elaborado o diagnóstico socioeconômico, sendo em seguida socializado nas comunidades em “Oficinas de Revalidação do Diagnóstico”. O resultado do processo foi utilizado como base na construção das ações que serão desenvolvidas com as famílias que serão realocadas, como também com as que continuarão a residir nas áreas lindeiras ao Rio, após sua revitalização e urbanização.

O trabalho Social é realizado a partir de 04 eixos: Mobilização e Organização Comunitária, Educação Sanitária e Ambiental, Capacitação Profissional e Geração de Renda e Inclusão Social.

A Secretaria das Cidades contrata a execução do Trabalho Técnico Social por meio de licitação e supervisiona as ações junto às famílias beneficiadas.

## 9. Produtos

Produtos	2015	Fontes de Verificação
Área de Preservação permanente liberada	5%	Relatório de orientação e de supervisão
Residencial construído*	0	Relatório de orientação e de supervisão
Famílias reassentadas*	0	Relatório de orientação e de

		supervisão
--	--	------------

\*Produtos com previsão de ocorrer somente em 2016, quando o residencial ficar pronto

## 10. Metas

- Liberar 5% do total da área da obra de urbanização do Rio Cocó.
- Realizar 16 indenizações de benfeitorias.

## 11. Resultados Esperados

- Famílias em melhores condições de habitabilidade.
- Recuperação Ambiental do Rio Cocó.
- Eliminação das áreas de risco à margem do rio.

## 12. Integração de Ações

O Projeto de Rio Cocó (ações habitacionais) é parte integrante do Projeto Rio Cocó que está em execução através de contratos com a CAIXA e o Governo do Estado do Ceará, com recursos do PAC, oriundos do Ministério das Cidades. Portanto vincula-se ao Projeto de Barragem, Dragagem e Urbanização, executado através do Mapp 3, bem como ao MAPP 1465 - Aluguel Social que viabiliza a desocupação das áreas para implantação das obras de urbanização do PAC 1, e também ao Programa Minha Casa Minha Vida.

## 13. Monitoramento

Com o objetivo de realizar o monitoramento das ações deste projeto, a equipe técnica social da Coordenadoria de Projetos Especiais – COPES, irá elaborar planilha contendo os nomes dos beneficiários, endereço, valor avaliado, situação da negociação e andamento dos processos referentes ao pagamento da indenização. Esta planilha será atualizada sistematicamente, conforme realização das atividades.

Por meio desta planilha será possível acompanhar a quantidade de famílias beneficiadas, o valor recebido por cada uma delas, chegando assim ao monitoramento do indicador de resultado proposto.

### 13.1 Dados Utilizados

- Nº de indenizações de benfeitorias
- % de área de preservação permanente liberada
- % de obra executada

### 13.2. Cadastro dos Beneficiários que permanecem na área

É realizada uma pesquisa amostral junto à população que permanece na área de intervenção do Projeto de Urbanização, através de visita domiciliar. O cadastro é

constituído de perguntas que abordam:

- Identificação do imóvel;
- Situação de ocupação – imóvel próprio, cedido ou alugado;
- Número de pessoas e famílias por imóvel;
- Estrutura física do imóvel – número de cômodos, material de construção do piso, paredes e cobertura;
- Infraestrutura – acesso aos serviços básicos de água, energia elétrica domiciliar e pública, esgotamento sanitário e coleta de lixo;

### **13.3. Cadastro dos Beneficiários com unidade habitacional**

Os beneficiários dos projetos habitacionais desenvolvidos pela Secretaria das Cidades respondem um cadastro socioeconômico, aplicado através de pesquisa censitária, realizada na área de intervenção dos projetos, através de visita domiciliar. O cadastro é constituído de perguntas que abordam:

- Identificação do imóvel;
- Situação de ocupação – imóvel próprio, cedido ou alugado;
- Identificação do titular, seu cônjuge e demais moradores;
- Gênero, idade, escolaridade, situação no mercado de trabalho, profissão, renda per capita e familiar;
- Preenchimento do Cadastro Único e recebimento de benefícios do Governo Federal;
- Condições gerais de saúde - ocorrência de doenças no último ano e existência de pessoas com deficiência;
- Número de pessoas e famílias por imóvel;
- Estrutura física do imóvel – número de cômodos, material de construção do piso, paredes e cobertura;
- Infraestrutura – acesso aos serviços básicos de água, energia elétrica domiciliar e pública, esgotamento sanitário e coleta de lixo;
- Meios de locomoção mais utilizados;
- Tempo de residência do titular no Município de Fortaleza, no bairro e no imóvel localizado na área de intervenção;
- Opção pela modalidade de realocação oferecida pelo Projeto.

Esses dados são coletados através de um instrumento (questionário) que representa a base de dados física da pesquisa, gerando um banco de dados digital dos beneficiários. O resultado é tabulado e utilizado na elaboração dos Projetos Técnicos Sociais.

## **14. Pressupostos de Risco**

O risco maior é a possível resistência do proprietário da benfeitoria ao valor avaliado do imóvel o que pode gerar atrasos na negociação, podendo prejudicar o andamento da obra de urbanização.

## **15. Orçamento 2015**

(R\$1,00)

<b>Detalhamento</b>			

	<b>Valor FECOP ( 2015)</b>	<b>Valor Outras Fontes (2015)*</b>	<b>Valor Total (2015)</b>
<b>NATUREZA DA DESPESA</b>			
<b>1. DESPESAS DE CAPITAL</b>			
1.1. Obras Civis			
Elementos de Despesas <b>(449051)</b>	0	17.103.448,59	17.103.448,59
1.2. Outras Despesas de Capital			
Elemento de Despesas <b>(449093)</b>	342.944,48	0	342.944,48
<b>TOTAL</b>	<b>342.944,48</b>	<b>17.103.448,59</b>	<b>17.446.393,07</b>

\*FGTS – PAC I (construção de unid. habitacionais)

## 16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

Item de Despesa	Fev	Mar	Abr	Mai	Total
Despesas de capital	0,00	160.000,00	95.000,00	87.944,48	342.944,48
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>160.000,00</b>	<b>95.000,00</b>	<b>87.944,48</b>	<b>342.944,48</b>

## 17. Distribuição dos Recursos por Municípios em 2015

Nº de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP	Valor Outras Fontes	Pessoas Beneficiadas
1	Região 1	Fortaleza	342.944,48	17.103.448,59	14.597
<b>Total</b>			<b>342.944,48</b>	<b>17.103.448,59</b>	<b>14.597</b>

Foi adotado o indicador 4,12 pessoas por família (nº médio de pessoas por família no Ceará – Censo 2010).

## 18. Responsável pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	Coordenadoria de Projetos Especiais Urbanos
Técnico	Maria Teresa Ribeiro Aguiar
E-mail	tereza.aguiar@ciudades.ce.gov.br
Fone	3207.5296

**ANEXO 1**  
**MARCO LÓGICO**  
**(MAPPS 1 – 2 – 3 – 1378 – 1465 e 1378)**

<b>Cadeia Lógica de Objetivos</b>	<b>Descrição</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Meios de Verificação</b>	<b>Riscos</b>
Impactos	1-Melhoria da renda da família beneficiada; 2.Redução do déficit habitacional no Estado	1-% de famílias com melhoria da renda; 2-% de redução do déficit habitacional	1-Pesquisa de avaliação do TTS; 2-Fundação João Pinheiro ou IPECE	1- Atraso na execução das obras; 2-Atraso na execução das obras
Resultados	1-Eliminação das áreas de risco à margem do rio; 2-Melhoria das condições de moradia das famílias realocadas	1-% de redução de área de risco; 2-% de pessoas com acesso à moradia adequada	1-Defesa Civil; 2-Termo de recebimento da moradia pela família beneficiada	1-Atraso na execução das obras; 2-Atraso na execução das obras
Produtos	1-Unidades Habitacionais construídas; 2-Barragem construída; 3-Rio dragado;	1-% de unidades construídas; 2-% da obra da barragem; 3-Km do serviço de dragagem executado	1-Termo de recebimento do Residencial; 2-Medições da obra pagas; 3-Medições da obra pagas	1-Atraso na execução das obras; 2-Atraso na execução das obras; 3-Atraso na execução das obras; 4-Atraso na execução das obras

	4-Área urbanizada	4-% de área urbanizada	4- Medições da obra pagas	
Atividades	<p>1-Construção Residenciais;</p> <p>2-Firmar Termo de Acordo para o benefício do aluguel social;</p> <p>3-Indenização benfeitorias;</p> <p>4-Desapropriação terrenos;</p> <p>5-Execução da obra de urbanização;</p> <p>6-Execução da obra da barragem</p> <p>7-Execução da obra de dragagem;</p>	<p>1- % de obra executada dos residenciais;</p> <p>2- % de Termos de acordo assinados;</p> <p>3- % de indenizações pagas;</p> <p>4- % de desapropriações pagas;</p> <p>5- % de obra executado;</p> <p>6- % de obra executado;</p> <p>7- % de obra executado</p> <p>8-nº de atividades executadas</p>	<p>1-Medições da obra pagas;</p> <p>2-Termo de acordo assinado;</p> <p>3-Relatório de indenizações pagas;</p> <p>4-Relatório de desapropriações pagas;</p> <p>5- Medições pagas;</p> <p>6-Medições pagas;</p> <p>7-Medições pagas;</p> <p>8-Relatórios de atividades</p>	<p>1-Atraso na execução das obras</p> <p>2-Família não aceitar o acordo pagas;</p> <p>3-Família não aceitar o valor proposto no laudo de avaliação</p> <p>4- Família não aceitar o valor proposto no laudo de avaliação</p> <p>5- Atraso na execução das obras</p>

	8-Realização de trabalho técnico social;  9-Aluguel Social	9-% de Aluguel Social		6- Atraso na execução das obras;  7- Atraso na execução das obras;  8-Atraso no cronograma de atividades
Insumos	1-Recursos do Fecop;  2-Recursos do OGU;  3-Equipe da Secretaria das Cidades;	1-% de Recursos aplicados;  2-% de Recursos aplicados;  3-nº de servidores e colaboradores trabalhando no projeto;	1-Nota de Empenho e Pagamento;  2-Nota de Pagamento;  3-Relação de funcionários da UGP RMF;	1-Atraso na liberação dos recursos;  2-Atraso na liberação dos recursos;  3-Não renovação dos contratos de terceirização e de gestão;





**Governo do Estado do Ceará  
Secretaria das Cidades – SCIDADES**

**Projeto: Inclusão Social e Produtiva de Catadores**

**Maio / 2015**

<b>Secretaria (Proponente)</b>	Secretaria das Cidades
<b>Programa (PPA)</b>	032 – Saneamento Ambiental
<b>Mapp (Nº e Denominação)</b>	2042 - Inclusão Social e Produtiva de Catadores em Redes Solidárias no Estado do Ceará
<b>Período de Execução</b> (em 2015)	Junho a Dezembro
<b>Categoria</b>	Estruturante – Ocupação e Renda

## 1. Descrição projeto

O projeto pretende envolver os/as catadores/as já organizados/as em cooperativas e associações e estimular os/as independentes que trabalham tanto nos aterros em remediação, nos lixões ainda existentes ou nas ruas a participarem ativamente da implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, seja aderindo aos empreendimentos de catadores/as já existentes ou mesmo criando novos.

O projeto beneficiará 93 municípios do Estado do Ceará, identificando e cadastrando 3.000 catadores/as organizados/as e desorganizados/as, os compradores de materiais reutilizáveis e recicláveis, bem como promoverá ações de capacitação, de articulação entre este público e as prefeituras municipais e organização de associações e cooperativas de catadores.

As metas do projeto ao longo dos seus três anos de execução são:

1. Identificar, cadastrar, mobilizar e sensibilizar 3.000 catadores/as para a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos e participação no Projeto;
2. Desenvolver ações de capacitação e assessoramento para a organização de 2.500 catadores/as em cooperativas, disponibilizando infraestrutura e logística necessárias para o seu funcionamento, estimulando a busca da elevação do grau de escolaridade dos beneficiários para participar de programas como o PRONATEC, EJA entre outros;
3. Estruturar 12 projetos de produção e distribuição de recicláveis, envolvendo as cooperativas apoiadas, sendo 1 em cada região beneficiária do projeto, e suas respectivas redes de apoio e parcerias técnicas e comerciais, procurando a inclusão da mulher e a erradicação do trabalho infantil;
4. Definir metodologia, implantar sistema de monitoramento e avaliação do projeto e elaborar 01 publicação com a sistematização da experiência.

Para o ano 2015, serão iniciadas as ações relativas às metas 1 e 2.

## 2. Contextualização no Planejamento Estadual

As ações da Secretaria das Cidades, através da Célula de Resíduos Sólidos da Coordenadoria de Saneamento, em relação à política de resíduos sólidos esteve direcionada, desde sua criação, ao fomento de consórcios intermunicipais para destinação adequada de resíduos e elaboração de projetos para implantação de aterros sanitários e fechamento de lixões.

Este campo de atuação levou à necessidade intrínseca de elaborar uma proposta para trabalhar com os sujeitos que iriam ser diretamente afetados quando da implantação destes projetos: os catadores de materiais recicláveis que retiram sua renda da catação nas ruas e lixões em quase todos os municípios cearenses.

Sendo assim, buscou-se a articulação com o Programa Pró-Catadores do Governo Federal e o Convênio No. 00069/2012, ao qual está relacionado o presente projeto, foi firmado.

Na revisão do Planejamento Pluri-Anual 2015, foram criados objetivo, meta e ação específicos para contemplar as ações do projeto os quais se apresentam como segue:

- **Programa 032** - Saneamento Ambiental;
- **Objetivo 009** – Promover a inclusão social produtiva dos catadores;
- **Meta 0918** – Incluir produtivamente 2.500 catadores;
- **Ação 21752** - Inclusão Social e Produtiva de Catadores(as), a serem identificados em 93 municípios do Estado do Ceará.

### 3. Diagnóstico

Estima-se que exista, no Brasil, mais de um milhão de trabalhadores/as que vivem diretamente da catação de materiais recicláveis. A população de catadores/as é formada basicamente por adultos jovens, embora com uma grande elasticidade na distribuição: dos 18 anos aos 75 anos. Sobre o grau de escolaridade dos/as catadores/as, os dados apontam que 87% iniciaram seus estudos, porém não concluíram o ensino fundamental, 64% dos/as catadores/as não completaram a 4ª série do ensino fundamental e 9% dos/as catadores/as são analfabetos. O percentual geral de homens e mulheres é praticamente igual, porém, nas cooperativas, em geral a presença feminina é superior.

Existem, no mínimo, 1.100 organizações coletivas de catadores/as em funcionamento em todo o país, entretanto, os/as catadores/as que participam de alguma organização coletiva representam apenas 10% da população total de catadores/as. No Censo de 2010, 27% dos municípios declararam ter conhecimento da atuação de catadores/as nas unidades de destinação final dos resíduos e 50% dos municípios declararam ter conhecimento da atuação de catadores/as em suas áreas urbanas.

No Ceará, apesar da ausência de dados precisos sobre o tema, observa-se um número expressivo de pessoas envolvidas no processo de coleta e seleção de resíduos sólidos em lixões, ruas e espaços públicos, sem o mínimo de suporte, equipamentos de segurança individuais, organização e apoio institucional, sendo constantemente explorados por atravessadores (pessoas que compram produtos selecionados pelos catadores a preços aviltantes).

No Estado, essa população não destoa da característica nacional, sendo composta por homens e mulheres jovens adultos, com idade variando dos 17 aos 50 anos, encontrando-se mais raramente pessoas com idade acima dos 50 anos. Um perfil socioeconômico básico mostra que são pessoas advindas das classes mais baixas, recebendo um rendimento mensal entre R\$ 70,00 e R\$ 130,00, baixa escolaridade ou analfabetos, sem teto, dependentes químicos, ex-presidiários, com passagem pela polícia, com pouco ou nenhum acesso aos serviços básicos de saúde, educação e outros serviços básicos.

A problemática deste público-alvo torna-se ainda mais delicada quando da exigência legal para fechamento dos lixões municipais, situação limite alcançada em agosto de 2014 pela Lei No. 12.305/2010. O encerramento destes vazadouros ilegais, apesar de necessário ambiental e socialmente, implicará na desorganização econômica destas famílias, exigindo a sua inclusão social e produtiva em um sistema adequado de gestão de resíduos sólidos em nível municipal.

#### **4. Justificativa**

O atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei No. 12.305/2010) pressupõe que as ações de gestão e gerenciamento de resíduos contemplem a inclusão social e produtiva de catadores de materiais recicláveis, público-alvo formado por indivíduos que aprenderam a identificar o valor e a retirar seu sustento dos rejeitos de um sistema de consumo do qual são, eles próprios, excluídos.

O fomento e a organização do sistema de reciclagem é uma ação estratégica para o desenvolvimento da política estadual de gestão integrada de resíduos sólidos do Estado do Ceará e apresenta implicações sociais, ambientais, culturais e econômicas relacionadas ao modelo de desenvolvimento predominante. A legislação prevê, entre outras obrigações, a inclusão das cooperativas de catadores em todas as fases da coleta seletiva de resíduos sólidos.

No Ceará, existe um número expressivo de pessoas envolvidas no processo de coleta e seleção de resíduos sólidos em lixões, ruas e espaços públicos, sem o mínimo de suporte, equipamentos de segurança individuais, organização e apoio institucional, sendo constantemente explorados por atravessadores (pessoas que compram produtos selecionados pelos catadores a preços aviltantes). Os catadores de materiais recicláveis, em sua maioria, não contam com o devido reconhecimento dos importantes serviços ambientais que prestam em municipalidades que ignoram as determinações legais que obrigam a seleção e reutilização de materiais recicláveis ao ciclo produtivo.

Observa-se que, quando os/as catadores/as se organizam coletivamente a partir dos princípios da economia solidária, tornam-se mais eficientes as diferentes cadeias da reciclagem e amplia-se a qualidade de vida e a renda dos envolvidos. Nesta perspectiva, estarão preparados e em melhores condições de vida para quando da desativação dos lixões municipais que deverão ocorrer em um futuro muito breve.

A Secretaria das Cidades do Estado do Ceará, diante desse quadro, celebrou o Convênio MTE/ SENAES No. 00069, em 2012, para a execução de ações de fomento a empreendimentos solidários e redes de cooperação atuantes na área de reciclagem e resíduos sólidos, constituídas por catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, objeto do qual o presente projeto apresenta-se como contrapartida.

Cumprе ressaltar que, para atendimento ao referido convênio, o Governo do Estado nomeou um Comitê Gestor para garantir o controle e a participação social que se reunirá periodicamente e terá atribuição de acompanhamento e avaliação das ações do convênio. O comitê é formado pelo poder público estadual, municipal, entidades da sociedade civil organizada, cooperativas e associações.

#### **5. Histórico**

Em 17/11/2012, a Secretaria das Cidades apresentou, via SICONV (Sistema de Convênios – Governo Federal), proposta de ações para a inclusão social e produtiva de catadores em redes solidárias no Estado do Ceará.

A proposta foi aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego que celebrou, por intermédio da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, o convênio 00069/2012 (SICONV no. 776048/2012), no valor de R\$ 7.778.000,00, sendo R\$ 7.000.000,00 provenientes do Orçamento Geral da União e R\$ 778.000,00 de contrapartida do Estado do Ceará, conforme publicado na edição extra do Diário Oficial da União de 28/12/2012. A execução do presente projeto será iniciada em junho de 2015.

*Observação: Este projeto foi apresentado em 2014 na 1ª Reunião Ordinária do CCPIS, onde obteve aprovação de recursos da fonte FECOP no montante de R\$500.000,00. Não houve, porém execução em 2014.*

## **6. Público Alvo**

Cerca de 3.000 catadores e catadoras de materiais recicláveis que atuam em lixões, ruas e espaços públicos em 93 municípios do Estado do Ceará. Este público, por suas condições precárias de trabalho e renda, são comumente identificados como estando abaixo da linha da pobreza e em constante risco social.

### **6.1 Critérios adotados para seleção dos beneficiários**

Serão atendidos todos os catadores/as encontrados e cadastrados nos 93 municípios selecionados para atendimento do projeto. A escolha destes municípios envolveu os seguintes critérios:

- Municípios estejam organizados em consórcios para implantação de aterros sanitários;
- Existência de projetos executivos de engenharia para construção de aterros sanitários regionais e projetos de desativação de lixões em elaboração ou concluídos;
- Municípios que tenham iniciado processo para implantação de coleta seletiva.

## **7. Objetivos**

### **Geral**

Promover a inclusão social e produtiva de catadores/as de materiais reutilizáveis e recicláveis apoiando a estruturação das organizações associativas auto-sustentáveis e formação das pessoas que serão envolvidas no processo, estimulando a geração de trabalho e renda.

### **Específicos**

- Identificar, sensibilizar e mobilizar catadores/as para a implantação da política nacional de resíduos sólidos;
- Apoiar a criação e incubação de cooperativas de catadores/as de materiais recicláveis, a organização dos catadores/as como cooperados;

- Fomentar a organização de redes de produção e distribuição de recicláveis, com vistas à inclusão da mulher e a erradicação do trabalho infantil no setor;
- Apoiar cooperativas e associações, disponibilizando infraestrutura e logística necessárias para a coleta, triagem, prensagem e comercialização de recicláveis;
- Monitorar as atividades desenvolvidas e avaliar eficácia, resultados e a metodologia utilizada;
- Fomentar a organização de redes de produção e distribuição de recicláveis.

## **8. Atividades / Detalhamento das atividades**

Os catadores serão primeiramente identificados, através do CADÚNICO (Banco de Dados) do Governo Federal, administrado e alimentado pelos municípios, através de seus conselhos CREAS, CRAS, ligados às secretarias de ação social ou equivalentes. Em um segundo momento, serão realizadas a busca ativa, visitando as áreas dos lixões e empreendimentos associativos que trabalhem com reciclagem, para que se apliquem questionários no levantamento dos dados pessoais, profissionais, econômicos. A sensibilização e a mobilização serão realizadas através do apoio dos órgãos locais, por meio da execução de eventos, para que conheçam e participem da proposta de inclusão produtiva.

Os catadores serão estimulados a se associarem, tendo o apoio técnico necessário à criação dos empreendimentos cooperativos, por meio de assessorias específicas na área do direito, da administração, na criação de planos de negócios, atuando na implantação e durante a operação do empreendimento, para maximizar as chances de sucesso.

A cadeia produtiva do lixo ou dos resíduos sólidos são compostas pelos: i) gerador do resíduo (doméstico, comércio, empresas de serviço, indústrias, hospitais); ii) as prefeituras com suas coletas, porta-a-porta; iii) os catadores ou agentes ambientais organizados ou não, nas ruas e/ou lixões; iv) os intermediários (deposeiros) que adquirem os materiais, diretamente dos catadores; e v) compradores finais (indústrias de reprocessamento, ou de logística reversa, consumidores de materiais reutilizáveis ou reciclados em forma de artesanatos, entre outros produtos).

Incluir os catadores organizados na cadeia produtiva de fato, é inserí-los no processo de direito, dando a eles a permissão legal de coletar os resíduos, porta-a-porta ou ponto-a-ponto, por meio de contratos com as prefeituras, estabelecendo-se uma relação segura de negócio.

Outro ponto importante é promover aos catadores, mecanismos que o ajudem a comercializarem seus produtores diretamente no mercado, sem a interferência ou intermediação de deposeiros que se aproveitam da situação do catador, para negociar materiais a um preço exploratório, mantendo-os na situação de miserabilidade e dependência.

Para tanto o projeto tem como atividades:

- a) Treinar e capacitar os catadores nas técnicas de negociação;
- b) Prestar assessorias técnicas específicas para firmação de contratos e negócios junto as prefeituras;

- c) Prestar assessoria em marketing junto a população, para se criar uma relação direta com as comunidades;
- d) Ajudar as cooperativas na prospecção, captação e fechamento de contratos de fornecimento de materiais as grandes empresas do ramo.
- e) Identificar e cadastrar 3.000 catadores/as organizados/as e desorganizados, os compradores de materiais reutilizáveis e recicláveis, que tenham atuação nos 93 municípios beneficiados, caracterizando-os, e as associações e cooperativas já existentes, através de visitas e aplicação de questionários individuais;
- f) Realizar 12 encontros de mobilização e sensibilização, 1 em cada região, para apresentação, informação e orientações sobre o programa no primeiro encontro e consolidação e participação no planejamento e execução dos projetos relacionado ao programa.
- g) Realizar 24 oficinas de capacitação para os 2.500 catadores/as, 01 em cada regional, abordando os temas: Lei Nacional de Resíduos Sólidos, Coleta Seletiva, Logística Reversa, Formação de Multiplicadores/as e outros.
- h) Realizar 12 reuniões técnicas, uma em cada região, envolvendo catadores/as, gestores/as públicos, grandes geradores e grandes compradores de recicláveis para traçar uma estratégia de ação conjunta de implantação e/ou ampliação da coleta seletiva nos municípios.
- i) Elaborar critérios e selecionar 2.500 catadores/as para serem apoiados/as na organização de cooperativas, com base no cadastramento realizado.
- j) Diagnosticar a situação econômica e social dos EES já existentes, com base no cadastramento realizado.
- l) Elaborar, de forma participativa, planos de negócios para os EES já existentes e para as cooperativas que serão criadas.
- m) Prestar serviço de assessoria técnica e capacitação para os EES beneficiários com base nos planos de negócios elaborados, por um prazo de 24 meses, durante a vigência do programa.
- n) Apoiar com recursos da contrapartida 11 empreendimentos (associações e cooperativas) a formalizarem seus registros constitutivos, ajudando-se com o pagamento das taxas de licenciamento ambiental, alvarás, entre outros.
- o) Adquirir máquinas e equipamentos para implantação das unidades produtivas.
- p) Montar um banco de dados georeferenciado de todos os empreendimentos apoiados.
- q) Realizar 14 encontros das cooperativas, entidades de apoio e parceiros comerciais para discutir os projetos estratégicos e constituir as Redes, sendo 2 por região beneficiária e 2 de caráter estadual.
- r) Assessorar tecnicamente a execução dos projetos estratégicos e a constituição e o

funcionamento das Redes e realizar capacitação.

s) Realizar análise do mercado dos recicláveis em cada uma das 11 regiões, envolvendo grandes geradores e compradores (sucateiros, de poseiros etc.).

t) Elaborar propostas de modelos jurídicos e definir modelos de gestão administrativa para cada um dos arranjos entre as cooperativas e os componentes das Redes.

u) Definir estratégia de inserção das cooperativas e Redes na logística reversa.

v) Elaborar e aplicar questionário marco zero para verificação do desenvolvimento socioeconômico dos/as beneficiários/as na duração do projeto.

x) Criar sistema informatizado para acompanhamento das Etapas e resultados quantitativos e qualitativos do projeto

y) Organizar exposição de fotos e um vídeo com registro de imagens do Projeto.

A Secretaria das Cidades realizará as atividades mediante contratação de empresas especializadas ao longo do cronograma conveniado de 3 anos.

## 9. Produtos

Produtos	2015	Fontes de Verificação
Catadores identificados e cadastrados	3.000	Relatórios de Acompanhamento, Questionários utilizados para cadastro
Encontros de mobilização e sensibilização	2	Relatório de acompanhamento com registro fotográfico e listas de participação em eventos
Reuniões técnicas	2	Relatório de acompanhamento com registro fotográfico e listas de participação em eventos
Diagnóstico da situação econômica e social dos EES existentes	2	Relatório diagnóstico aprovado

## 10. Metas

Metas a serem iniciadas em 2015:

1. Identificar, cadastrar, mobilizar e sensibilizar 3.000 catadores/as para a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos e participação no Projeto;

2. Desenvolver ações de capacitação e assessoramento para a organização de 2.500 catadores/as em cooperativas, disponibilizando infraestrutura e logística necessárias para o seu funcionamento, estimulando a busca da elevação do grau de escolaridade dos beneficiários para participar de programas como o PRONATEC, EJA entre outros.

## 11. Resultados Esperados

5. Catadores trabalhando em coleta seletiva fora dos lixões;
6. Catadores organizados em Empreendimentos Econômicos Solidários – EES;
7. Catadores com ocupação e renda garantida;



8. Coleta seletiva implantada nos municípios;
9. Empreendimentos Econômicos Solidários organizados e engajados em rede.

## **12. Integração das Ações**

As ações do presente projeto tem uma relação institucional transversal entre a Secretaria das Cidades e as duas setoriais:

Secretaria do Trabalho e Ação Social que já vem desenvolvendo ações de inclusão produtiva de catadores/as em municípios das regiões do Cariri e Vale do Jaguaribe, há cerca de 03 anos, fomentando a organização de cooperativas através do tratamento de óleo de frituras utilizado e a ampliação da renda dos cooperados;

Secretaria do Meio Ambiente que encontra-se em estágio pré-licitatório de ações de educação ambiental, compra de equipamentos, comunicação social e fomento à organização de cooperativas de catadores nas bacias hidrográficas do rio Salgado, Metropolitana e Acaraú.

Na Sociedade Civil Organizada, a Cáritas submeteu projeto similar para o Ministério do Trabalho e Emprego, o qual foi contemplado. A atuação está focada na macrorregião do Cariri e Regional do Limoeiro do Norte, cuja execução iniciou em 2014. A instituição faz parte do Comitê Gestor para o Projeto de Inclusão Produtiva dos Catadores em Redes Solidárias, criado pela Secretaria e publicado no D.O de 27 de setembro 2013.

Através do comitê gestor, espera-se a integração vertical e horizontal desse projeto, tendo 65 prefeituras participantes, 02 instituições governamentais de âmbito ederal, 04 instituições do governo estadual e 04 instituições da sociedade civil organizada.

## **13. Monitoramento**

O monitoramento será acompanhado pela equipe da Secretaria das Cidades, por meio da Coordenadoria de Saneamento, mais especificamente, pela Célula de Resíduos Sólidos, com a coparticipação da Assessoria de Desenvolvimento Institucional, que tem a responsabilidade de acompanhar e monitorar os projetos prioritários.

A sistemática de monitoramento será direta sobre as ações da empresa contratada, e indireta, da equipe de monitoramento da Secretaria sobre as atividades da Coordenadoria, levantando-se as informações sobre o prazo, escopo, risco e qualidade do projeto contratado.

A periodicidade do monitoramento será mensal, feita a cada quinto dia útil do mês em conjunto com a equipe, empresa e demais envolvidos.

A coleta de dados será feita através de relatórios mensais, convalidadas por visitas técnicas as localidades, obtendo nesses instrumentos as devidas listas de frequência, relatórios fotográficos, formulários de entrevistas convalidadas, com os devidos meios de verificação.

A sistematização de base de dados terá como premissa o recebimento das informações advindas de campo, por meio de relatórios físicos digitalizados, que serão analisados, ou seja, processados, pela equipe de monitoramento da Célula, com base em parâmetros pré-estabelecidos, através das metas do projeto, sendo toda e qualquer informação interativa,

registrada nos sistemas de processamento de informação da Secretaria, utilizando-se de ferramentas básicas de planilhas, editores de texto e programa de banco de dados, que registrem os acontecimentos e a comunicação entre as partes envolvidas, gerando um banco de dados do projeto que ficará disponível nos servidores da Secretaria das Cidades, em um diretório específico para serem dispostos como registro gerencial e histórico para tomada de decisão e conhecimento.

As ferramentas informacionais disponíveis que serão utilizadas para gerenciamento, monitoramento, controle e avaliação das ações são:

- 19. Gestão Física das Atividades – Dot Project;
- 20. Monitoramento dos Produtos e Investimento – SIAP/MAPP;
- 21. Gestão de Contrato – SACC;
- 22. Gestão de Riscos – SIAP.

Os produtos gerados serão:

- ▲ Relatório de conformidade do escopo;
- ▲ Relatório de análise de prazos;
- ▲ Relatório de análise dos riscos;
- ▲ Relatório de qualidade do projeto.

Os indicadores de resultados serão mensurados nas perspectivas da eficiência, da eficácia e da efetividade.

As metas estabelecidas serão periodicamente acompanhadas, nas perspectivas físicas e financeiras, com também na premissa do tempo.

Os indicadores de produtos serão não só acompanhados a sua quantidade, como também a sua qualidade, pela perspectiva do beneficiário final, por meio de questionários de entrevistas direta, promovido pela equipe da Secretaria.

#### **14. Pressupostos de Risco**

- 3 Dificuldade de identificar e encontrar os catadores nesses municípios, pela falta de auto-definição do próprio catador com a sua ocupação;
- 4 Resistência dos catadores em aceitar a imposição legal de se deixar os lixões e partir para o processo de coleta seletiva;
- 5 Repulsa ao associativismo pelos catadores, por medo e descrédito ao modelo;
- 6 Falta de apoio dos entes federados (prefeituras e seus órgãos) na promoção das atividades sugeridas pelo projeto;
- 7 Falta de compromisso dos entes federados na contratação das cooperativas para operar a coleta seletiva nos municípios, após a implantação;
- 8 Escassez de capital de giro operacional, para manter os empreendimentos em funcionamento, principalmente no início do projeto.

#### **15. Orçamento 2015**

Detalhamento	Valor FECOP (2015)	Valor Outras Fontes (2015)	Valor Total (2015)
<b>NATUREZA DA DESPESA</b>			
<b>1. DESPESAS CORRENTES</b>			
1.2. Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			
Elemento de Despesa (449039)	100.000,00	2.548.407,00	2.648.407,00
<b>2. DESPESAS DE CAPITAL</b>			
Outras Despesas de Capital			
Elemento de Despesas ( )			
<b>Total</b>	<b>100.000,00</b>	<b>2.548.407,00</b>	<b>2.648.407,00</b>

#### 16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

Item de Despesa	Novembro/2015	Total
Serviços de Terceiros	100.000,00	100.000,00
Despesas de Capital		
<b>Total</b>	<b>100.000,00</b>	<b>100.000,00</b>

#### 17. Distribuição dos Recursos por Municípios em 2015

<b>N° de Ordem</b>		<b>Municípios</b>			
1	8	CRATO	R\$ 4.033,33	R\$ 102.785,75	121
2	8	ALTANEIRA	R\$ 433,33	R\$ 11.043,10	13
3	8	BARBALHA	R\$ 1.833,33	R\$ 46.720,80	55
4	8	CARIRIAÇU	R\$ 866,67	R\$ 22.086,19	26
5	8	FARIAS BRITO	R\$ 633,33	R\$ 16.139,91	19
6	8	JARDIM	R\$ 900,00	R\$ 22.935,66	27
7	8	JUAZEIRO DO NORTE	R\$ 8.333,33	R\$ 212.367,25	250
8	8	NOVA OLINDA	R\$ 466,67	R\$ 11.892,57	14
9	8	SANTANA DO CARIRI	R\$ 566,67	R\$ 14.440,97	17
10	8	MISSÃO VELHA	R\$ 1.133,33	R\$ 28.881,95	34
11	7	LIMOEIRO DO NORTE	R\$ 1.866,67	R\$ 47.570,26	56
12	7	ALTO SANTO	R\$ 533,33	R\$ 13.591,50	16
13	7	ERERÉ	R\$ 433,33	R\$ 11.043,10	13
14	7	IRACEMA	R\$ 466,67	R\$ 11.892,57	14
15	7	MORADA NOVA	R\$ 2.066,67	R\$ 52.667,08	62
16	7	PALHANO	R\$ 433,33	R\$ 11.043,10	13
17	7	POTIRETAMA	R\$ 433,33	R\$ 11.043,10	13
18	7	QUIXERÉ	R\$ 633,33	R\$ 16.139,91	19
19	7	RUSSAS	R\$ 2.333,33	R\$ 59.462,83	70
20	7	SÃO JOÃO DO JAGUARIBE	R\$ 433,33	R\$ 11.043,10	13
21	7	TABULEIRO DO NORTE	R\$ 966,67	R\$ 24.634,60	29
22	3	SOBRAL	R\$ 6.266,67	R\$ 159.700,17	188
23	3		R\$ 366,67	R\$ 9.344,16	11
24	3	CARIRÉ	R\$ 600,00	R\$ 15.290,44	18
25	3	COREAÚ	R\$ 733,33	R\$ 18.688,32	22
26	3	FORQUILHA	R\$ 733,33	R\$ 18.688,32	22
27	3	FRECHEIRINHA	R\$ 433,33	R\$ 11.043,10	13
28	3	GRAÇA	R\$ 500,00	R\$ 12.742,04	15
29	3	GROAÍRAS	R\$ 433,33	R\$ 11.043,10	13
30	3	MASSAPÊ	R\$ 1.166,67	R\$ 29.731,42	35
31	3	MERUOCA	R\$ 466,67	R\$ 11.892,57	14
32	3	MORAÚJO	R\$ 433,33	R\$ 11.043,10	13
33	3	PACUJÁ	R\$ 433,33	R\$ 11.043,10	13
34	3	SENADOR SÁ	R\$ 433,33	R\$ 11.043,10	13
35	3	MUCAMBO	R\$ 466,67	R\$ 11.892,57	14

Nº de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (2015)	Valor MTE(2015)	Pessoas Beneficiadas
36	3	SANTANA DO ACARAÚ	R\$ 1.000,00	R\$ 25.484,07	30
37	1	PARACURU	R\$ 1.066,67	R\$ 27.183,01	32
38	1	PARAIPABA	R\$ 1.000,00	R\$ 25.484,07	30
39	1	S. GONÇALO DO AMARANTE	R\$ 1.466,67	R\$ 37.376,64	44
40	1	TRAIRI	R\$ 1.700,00	R\$ 43.322,92	51
41	2	ACARAÚ	R\$ 1.933,33	R\$ 49.269,20	58
42	2	CRUZ	R\$ 733,33	R\$ 18.688,32	22
43	2	BELA CRUZ	R\$ 1.033,33	R\$ 26.333,54	31
44	2	ITAREMA	R\$ 1.233,33	R\$ 31.430,35	37
45	2	JJOCA DE JERI	R\$ 566,67	R\$ 14.440,97	17
46	2	MARCO	R\$ 833,33	R\$ 21.236,73	25
47	2	MORRINHOS	R\$ 700,00	R\$ 17.838,85	21
48	5	PEDRA BRANCA	R\$ 1.400,00	R\$ 35.677,70	42
49	5	BOA VIAGEM	R\$ 1.733,33	R\$ 44.172,39	52
50	5	DEP. IRAPUAN PINHERO	R\$ 433,33	R\$ 11.043,10	13
51	5	MILHÃ	R\$ 433,33	R\$ 11.043,10	13
52	5	MOMBAÇA	R\$ 1.433,33	R\$ 36.527,17	43
53	5	SENADOR POMPEU	R\$ 866,67	R\$ 22.086,19	26
54	5	OLONÓPOLE	R\$ 600,00	R\$ 15.290,44	18
55	5	PIQUET CARNEIRO	R\$ 500,00	R\$ 12.742,04	15
56	8	ACOPIARA	R\$ 1.700,00	R\$ 43.322,92	51
57	5	CANINDÉ	R\$ 2.466,67	R\$ 62.860,71	74
58	5	CARIDADE	R\$ 666,67	R\$ 16.989,38	20
59	5	ITATIRA	R\$ 633,33	R\$ 16.139,91	19
60	5	MADALENA	R\$ 600,00	R\$ 15.290,44	18
61	5	PARAMOTI	R\$ 366,67	R\$ 9.344,16	11
62	5	QUIXADÁ	R\$ 2.700,00	R\$ 68.806,99	81
63	5	CHORÓ	R\$ 433,33	R\$ 11.043,10	13
64	5	BANABUIÚ	R\$ 566,67	R\$ 14.440,97	17
65	5	IBARETAMA	R\$ 433,33	R\$ 11.043,10	13
66	5	IBICUITINGA	R\$ 366,67	R\$ 9.344,16	11
67	5	QUIXERAMOBIM	R\$ 2.400,00	R\$ 61.161,77	72
68	4	CRATEÚS	R\$ 2.433,33	R\$ 62.011,24	73
69	4	INDEPENDÊNCIA	R\$ 866,67	R\$ 22.086,19	26

Nº de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (2015)	Valor MTE(2015)	Pessoas Beneficiadas
70	4	IPAPORANGA	R\$ 366,67	R\$ 9.344,16	11
71	4	NOVO ORIENTE	R\$ 900,00	R\$ 22.935,66	27
72	7	ARACATÍ	R\$ 2.300,00	R\$ 58.613,36	69
73	7	FORTIM	R\$ 500,00	R\$ 12.742,04	15
74	7	ICAPUÍ	R\$ 600,00	R\$ 15.290,44	18
75	7	ITAIÇABA	R\$ 433,33	R\$ 11.043,10	13
76	7	JAGUARUANA	R\$ 1.066,67	R\$ 27.183,01	32
77	8	MILAGRES	R\$ 933,33	R\$ 23.785,13	28
78	8	ABAIARA	R\$ 433,33	R\$ 11.043,10	13
79	8	AURORA	R\$ 833,33	R\$ 21.236,73	25
80	8	BARRO	R\$ 733,33	R\$ 18.688,32	22
81	8	BREJO SANTO	R\$ 1.500,00	R\$ 38.226,11	45
82	8	JATÍ	R\$ 433,33	R\$ 11.043,10	13
83	8	MAURITÍ	R\$ 1.466,67	R\$ 37.376,64	44
84	8	PENAFORTE	R\$ 433,33	R\$ 11.043,10	13
85	8	PORTEIRAS	R\$ 500,00	R\$ 12.742,04	15
86	2	ITAPAJÉ	R\$ 1.600,00	R\$ 40.774,51	48
87	2	APUIARÉS	R\$ 466,67	R\$ 11.892,57	14
88	5	GENERAL SAMPAIO	R\$ 433,33	R\$ 11.043,10	13
89	3	IRAUÇUBA	R\$ 733,33	R\$ 18.688,32	22
90	2	PENTECOSTE	R\$ 1.166,67	R\$ 29.731,42	35
91	1	SÃO LUIS DO CURU	R\$ 400,00	R\$ 10.193,63	12
92	2	TEJUÇUOCA	R\$ 566,67	R\$ 14.440,97	17
93	2	UMIRIM	R\$ 633,33	R\$ 16.139,91	19
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 100.000,00</b>	<b>R\$ 2.548.407,00</b>	<b>3.000</b>

## 18. Responsável pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	Coordenadoria de Saneamento/ Célula de Resíduos Sólidos
Técnico	Vanessa Luana Oliveira Lima
E-mail	<a href="mailto:vanessa.lima@cidade.ce.gov.br">vanessa.lima@cidade.ce.gov.br</a>
Fone	(85) 3101.4447 – Cel. (85) 8864.0653

## ANEXO 1

### Marco Lógico (Inclusão Social e Produtiva – Mapp 2042)

Cadeia lógica de objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de verificação	Riscos
<b>Impactos</b>	Aumento da renda dos catadores associados aos EES beneficiados	% de acréscimo de renda média mensal	Comparação do diagnóstico inicial e do relatório final	
	Ampliação da quantidade de municípios que possuem coleta seletiva em parceria com os catadores	% de acréscimo de municípios com coleta seletiva implantada	Comparação do diagnóstico inicial e do relatório final	
<b>Resultados</b>	Organização de conhecimento sobre os catadores e a estrutura do mercado de recicláveis no Ceará	Quantidade de material publicado e divulgado sobre o tema	Informações sistematizadas em diferentes publicações e no site do projeto	
	Ampliação da quantidade de EES de catadores no Estado	% de acréscimo de EES existentes no final em relação ao início deste	Comparação do diagnóstico inicial e do relatório final	
	Fortalecimento das EES existentes no Estado	% de EES com plano de negócios e estruturação administrativa no final do projeto em relação ao início	Comparação do diagnóstico inicial e do relatório final	
		% de aumento do fluxo de capital anual no final do		



		projeto em relação ao início		
		Quantidade de novos contratos de recebimento de recicláveis de grandes geradores		
	Organização de redes de catadores para autonomia na comercialização de recicláveis	Quantidade de redes organizadas e em funcionamento		
<b>Produtos</b>	Relatórios de Pesquisa – Diagnóstico Preliminar da Reciclagem	Quantidade de diagnósticos realizados	Diagnósticos publicados	
	Encontros Regionais de Mobilização	Quantidade de encontros regionais realizados	Relatório dos encontros com registro fotográfico e lista de presença	
	Oficinas de Capacitação	Quantidade de oficinas de capacitação realizadas	Relatório das oficinas com registro fotográfico e lista de presença	
	Reuniões Técnicas	Quantidade de reuniões realizadas	Relatório das reuniões com registro fotográfico e lista de presença	
	Planos de Negócio	Quantidade de planos de negócio realizados		
	Salas de EJA constituídas para catadores no Estado	Quantidade de salas de EJA constituídas		
	Relatórios Mensais de Acompanhamento de cada EES			

	EES formalizadas	Quantidade de EES formalizadas	Taxas pagas CNPJ ativo	Dificuldade de compilação da documentação necessária para abertura dos EES
	Sistema de georreferenciamento e de gestão de EES de reciclagem	Quantidade de sistema criado	Sistema com banco de dados ativo em funcionamento	Conseguir servidor que suporte o banco de dados
	Máquinas e equipamentos adquiridos	Quantidade de máquinas e equipamentos adquiridos	Nota fiscal de compra	
		Quantidade de EES beneficiados	Termos de cessão de uso	
	Encontros Regionais para Constituição das Redes	Quantidade de encontros realizados	Relatório dos encontros com registro fotográfico e lista de presença	
	Encontros Estaduais sobre Estratégias das Redes	Quantidade de encontros realizadas	Relatório dos encontros com registro fotográfico e lista de presença	
	Relatórios Mensais de Acompanhamento de cada rede			
	Análises de Mercado de Recicláveis	Quantidade de análises de mercado realizadas		
	Modelos Jurídicos para Redes	Quantidade de modelos jurídicos elaborados	Modelo jurídico aprovado pelas Redes	
	Modelos de Gestão para Redes	Quantidade de modelos de gestão elaborados	Modelo de gestão aprovado pelas Redes	
Relatórios Regionais de	Quantidade de relatórios de			

	Planejamento de Logística Reversa	planejamento elaborados		
	Sistema de Informação de Monitoramento	Quantidade de sistema elaborado		
	Exposição Fotográfica	Quantidade de exposição elaborada	Registros fotográficos da abertura da exposição	
			Livro de assinatura dos visitantes da exposição	
	Vídeo Documentário	Quantidade de vídeo elaborado	Disponibilização de vídeo na internet	
<b>Atividades</b>	Identificação e cadastro de catadores e demais agentes da cadeia de reciclagem nos municípios de atuação prioritária	Quantidade de catadores cadastrados	Registros no CadÚnico e no SIPES (Sistema de Informação de Projetos de Economia Solidária/ MTE)	Relutância dos catadores em responder aos questionários e cadastrar-se
		Quantidade de outros agentes identificados	Relatório de diagnóstico municipal de gestão de reciclagem	
	Realização de encontros regionais de mobilização, sensibilização e apresentação do projeto	Quantidade de encontros realizados	Relatório dos encontros com registro fotográfico e lista de presença	Dificuldade de mobilização dos catadores, em especial os não organizados
		Quantidade de participantes de cada encontro		
	Realização de oficinas de capacitação para os catadores identificados	Quantidade de oficinas realizadas	Relatório das oficinas com registro fotográfico e lista de presença	Dificuldade de mobilização dos catadores considerando o custo de 1 dia de trabalho não realizado
	Realização de reunião técnica em cada município de	Quantidade de reuniões realizadas	Relatório das reuniões com registro fotográfico e lista de	Dificuldade de mobilização dos gestores públicos

	atuação prioritária para traçar uma estratégia de ação conjunta de implantação e/ou ampliação da coleta seletiva nos municípios		presença	
	Elaboração, de forma participativa, de planejamento estratégico e plano de negócio para os EES existentes e planejamento estratégico para as cooperativas e/ou associações que serão criadas nos municípios de atuação prioritária	Quantidade de planos de negócio e planejamento estratégico realizados	Planos e planejamento das EES realizados	Dificuldade de mobilização dos catadores considerando o custo de pelo menos 3 dias de trabalho não realizado
	Assessoramento técnico e capacitação para os EES beneficiários com base no planejamento estratégico elaborado, por um período de meses, durante a vigência do projeto.	Quantidade de visitas realizadas aos EES	Relatórios mensais de acompanhamento	
			Quantidade de diárias utilizadas por município/ EES	
	Apoio a empreendimentos (associações e cooperativas) a formalizarem seus registros constitutivos, ajudando com o pagamento das taxas de	Quantidade de EES formalizados	CNPJ ativo	Dificuldade de compilação da documentação necessária para abertura dos EES

licenciamento ambiental, alvarás, entre outros.			
Dotar os empreendimentos de infraestrutura necessária (máquinas e equipamentos) para implantação ou melhoria das unidades produtivas selecionadas	Quantidade de equipamentos adquiridos	Termos de cessão de uso	- Aumento dos custos - diminuir a quantidade de equipamentos adquiridos - Demora/ problemas no processo licitatório
Realização de encontros regionais com cooperativas, entidades de apoio e parceiros comerciais para discutir os projetos estratégicos e constituir as redes	Quantidade de encontros realizados	Relatório dos encontros com registro fotográfico e lista de presença	Dificuldade de mobilização dos catadores considerando o custo de pelo menos 2 dias de trabalho não realizado
Realização de encontros estaduais com cooperativas, entidades de apoio e parceiros comerciais para discutir os projetos estratégicos e as redes	Quantidade de encontros realizados	Relatório dos encontros com registro fotográfico e lista de presença	Dificuldade de mobilização dos catadores considerando o custo de pelo menos 2 dias de trabalho não realizado
Assessoramento técnico para execução dos projetos estratégicos e a constituição e o funcionamento das Redes	Quantidade de visitas realizadas aos EES	Relatórios mensais de acompanhamento	
		Quantidade de diárias utilizadas por município/ EES	
Realização de análises de mercado de recicláveis em	Quantidade de análises realizadas	Análise de mercado realizada	

	cada uma das regiões			
	Elaboração de propostas de modelos jurídicos e definição de modelos de gestão administrativa para cada um dos arranjos entre as cooperativas e os componentes das redes	Quantidade de arranjos com modelos elaborados	Modelos jurídicos e de gestão administrativa realizados	Dificuldade de disposição das EES e catadores em organização em rede
	Definição da estratégia de inserção das cooperativas e redes na logística reversa	Quantidade de estratégias de logística reversa elaboradas	Estratégias de logística reversa realizadas	Dificuldade de diálogo e parceria entre os grandes geradores, a Prefeitura e os EES
	Criação de sistema informatizado para acompanhamento das atividades e resultados quantitativos e qualitativos do projeto	Quantidade de indicadores monitorados	Sistema realizado e em funcionamento	
<b>Insumos</b>	Recursos SENAES/ MTE	Valor aplicado	Comprovante de depósito bancário em conta do projeto	Situação política e econômica do país e do
	Recursos FECOP	Valor aplicado	Comprovante de depósito bancário em conta do projeto	Estado impedir repasses
	Equipamentos permanentes	Quantidade de equipamento adquiridos	Termos de cessão de uso	- Aumento dos custos diminuir a quantidade de equipamentos adquiridos - Licitação pode travar
	Equipe técnica qualificada	Quantidade de pessoas	Contratos e currículos	Dificuldade de encontrar

		trabalhando para o projeto dentro das especificações requeridas		pessoas com experiência no trabalho com catadores
--	--	---	--	---



**Governo do Estado do Ceará**  
**Secretaria das Cidades – SCIDADES**

**Projeto: Habitação Rural - PNHR**

**Fevereiro / 2015**



Secretaria:	Secretaria das Cidades
Programa:	033 - Habitacional
Projeto Mapp:	2224 - PNHR - Construção de 1.200 unidades habitacionais no âmbito do Programa Nacional de Habitação Rural, em diversos municípios do Estado do Ceará.
Projeto de Execução:	Janeiro de 2015 a Dezembro 2015.
Categoria	Infraestrutura domiciliar

## 1. Descrição do Projeto

O Programa Nacional de Habitação Rural é uma modalidade do Programa Minha Casa Minha Vida, regulamentado pelo Ministério das Cidades, voltado para a população que vive no campo como os agricultores familiares e trabalhadores rurais, ou pertence a comunidades tradicionais.

O PNHR tem por objetivo conceder subsídios aos agricultores familiares com renda familiar bruta anual máxima de R\$ 15 mil, que comprovem seu enquadramento do PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar), mediante apresentação da DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF, para produção de unidade habitacional em área rural.

## 2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

A execução do projeto proposto contribui para a implementação da Política Habitacional e está inserido na matriz do Governo Estadual no Eixo Economia para uma vida melhor.

No PPA 2012/2015, o projeto apresentado, inclui-se no âmbito do Programa 033 – Habitacional; Objetivo 001 - Construir unidades habitacionais de interesse social contribuindo para redução do déficit habitacional quantitativo; Meta 00521 - Beneficiar 16.787 famílias com unidades habitacionais; Iniciativa 00270 - Construção de unidades habitacionais de interesse social.

O resultado Estratégico Setorial para o qual o projeto contribui é Melhoria das condições de habitabilidade tendo suas realizações registradas por meio do indicador Famílias beneficiadas com habitações de interesse social adequadas.

## 3. Diagnóstico

O Ceará possui uma população de 8.448.055 habitantes (IBGE 2010), sendo 4.329.989 mulheres e 4.118.066 homens, dos quais, 6.343.990 vivem em zonas urbanas e 2.104.065 na zona rural. Pelo censo 2010 a população rural está se reduzindo ao longo dos anos, representando neste ano, menos de um terço da população total do Estado. Observa-se que a população feminina continua superior à masculina.

O Ceará é o sexto estado brasileiro em déficit habitacional e isso se agrava se considerarmos as precárias condições de moradia de um enorme contingente da população rural. O estado apresenta um total de 1.757.239 domicílios particulares

permanentes (DPP), sendo que 62,82% destes pertencem a famílias que possuem renda mensal familiar de até 3 salários mínimos.

Deste quadro geral de domicílios, o Estado do Ceará apresenta um déficit quantitativo total, de 391.717 unidades, correspondendo a 21,29% do total dos domicílios do estado sendo que, destes, 55,59% apresentam-se na zona urbana onde se destaca o componente coabitação familiar, com 65,53%. Quanto ao déficit rural, destaca-se o componente domicílios rústicos, com 80,53%.

No Ceará a realidade é ainda mais preocupante quando se fala de moradia rural. Nas comunidades rurais das diferentes regiões territoriais do estado, ainda se encontra habitações insalubres e inseguras para seus moradores.

São espaços exíguos, construídos em pau-a-pique/taipa, com cobertura de palha e piso de terra batida ou de terra solta que não oferecem segurança, privacidade e proteção adequada, em muitos casos habitados por famílias numerosas.



#### 23.4. Justificativa

A moradia adequada é um direito humano universal reconhecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 que afirma: “*Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade*”.

A DUDH se refere ao Direito à Moradia digna e adequada como um direito universal a ser aplicado em todas as partes do mundo porque se trata de um direito fundamental, para a segurança e proteção quanto a possíveis riscos à vida, humana em todos os seus aspectos. Vejamos:

*Artigo 25, parágrafo 1º.* - Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.

Depois da DUDH foram criados vários tratados internacionais que expressam a obrigação dos Estados em promover e proteger esses direitos. Atualmente a ONU já possui doze textos diferentes que explicitam o direito à moradia e a um padrão de vida adequado, como o PIDESC, p.ex. Pacto Internacional de Direitos Econômicos Sociais e Culturais e define a obrigação do Estado em seu *Artigo 11, parágrafo 1º*: o seguinte: “Os estados-parte no presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e para sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como uma melhoria contínua de suas condições de vida.”

A escolha deste projeto se deve principalmente a existência de uma demanda de moradias nas comunidades rurais do Ceará, reprimida há anos, e leva em consideração a necessidade de construção de novas unidades habitacionais contribuindo para a redução do déficit habitacional quantitativo e qualitativo através da reposição de unidades residenciais precárias.

## 5. Histórico

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes)	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários
2014	2.635.902,65	4.200.000,00	6.835.902,65	3.656
<b>TOTAL</b>	<b>2.635.902,65</b>	<b>4.200.000,00</b>	<b>6.835.902,65</b>	<b>3.656</b>

O PNHR concede subsídios com recursos do Orçamento Geral da União (OGU) ao beneficiário (pessoa física) agricultor familiar ou trabalhador rural para construção de unidade habitacional em área rural. O valor da subvenção do PNHR é de até R\$ 28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais) para a edificação, até R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para o trabalho social e até R\$ 600,00 (seiscentos reais) para assistência técnica, conforme portaria n.º 229, de 28 de Maio de 2012.

**"PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 229, de 28 de Maio de 2012 - Dispõe sobre o Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, para os fins que especifica."**

O Aporte de recursos pelo Estado do Ceará, no presente projeto irá complementar o valor da subvenção federal acima citada em até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) conforme a Lei N.º 15.143 de 23 de abril de 2012.

**"LEI N.º 15.143, de 23 de abril de 2012 - Autoriza a Poder Executivo a realizar aporte de recursos financeiros para viabilizar a produção, aquisição e requalificação de unidades habitacionais no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, instituído pelo Governo Federal por intermédio da Lei N.º 11.977, de 07 de julho de 2009, alterada pela Lei N.º 12.424, de 16 de junho de 2011, e dá outras providências."**

Este projeto é novo e não contempla realizações nos anos anteriores.

## **6. Público Alvo**

Agricultores familiares com renda familiar bruta anual máxima de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

### **6.1. Critérios adotados para a seleção dos beneficiários**

Os critérios para seleção dos beneficiários estão dispostos na **PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 395, DE 26 DE AGOSTO DE 2011**, do Ministério das Cidades, onde: Dispõe sobre o Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, para os fins que especifica.

Importante citar que o Estado do Ceará não tem gestão sobre o sistema de cadastro de beneficiários, já que o PNHR se utiliza do sistema CADÚNICO do Governo Federal.

Observações:

Considera-se como renda bruta anual o valor total da renda indicada na DAP, no campo Total do item 6.

- ▲ Os beneficiários devem comprovar seu enquadramento no PRONAF, mediante apresentação da DAP, em um dos seguintes grupos: "A" (apenas beneficiários do PNCF), "B", "C" ou "V".
- ▲ São também beneficiários do projeto e se enquadram como agricultores familiares os pescadores artesanais, extrativistas, silvícolas, aqüicultores, maricultores, piscicultores, ribeirinhos, comunidades quilombolas, povos indígenas e demais comunidades tradicionais.

### **6.2. Documentos comprobatórios da situação de pobreza**

As famílias beneficiadas com este projeto são selecionadas por meio do CADÚNICO do Governo Federal e enquadradas no programa.

## **7. Objetivos (Geral e Específico)**

### **Geral**

10. Diminuir o déficit habitacional quantitativo e qualitativo da zona rural do Estado do Ceará como estratégia de inclusão social e de combate a pobreza.

### **Específicos**

11. Substituir casas de taipa da zona rural dos municípios beneficiados por casas de alvenaria;
12. Realizar Assistência Técnica junto às famílias beneficiárias com vistas a participação e organização das mesmas no processo de construção das casas.

## **8. Atividades/ Detalhamento das Atividades**

8.1 - Articulações com os Agentes Financeiros do PNHR - (CEF e BB) e Entidades Organizadoras.

A Secretaria das Cidades promoverá reuniões periódicas com os agentes envolvidos no processo, no intuito de acompanhar as atividades inerentes ao projeto bem como identificar possíveis problemas e tomar as ações necessárias a sua solução, visando à contratação de unidades habitacionais.

8.2 - Acompanhamentos da Produção das Unidades Habitacionais

O acompanhamento ocorrerá através da verificação das prestações de contas das instituições financeiras que enviarão para a Secretaria das Cidades quando houver movimentação na conta específica do Projeto.

Durante a execução do projeto, poderão ocorrer a cargo da Secretaria das Cidades, visitas de verificação do andamento das obras.

8.3 - Contratações de Unidades Habitacionais

As demandas de contratação são apresentadas pelas instituições financeiras, CAIXA e Banco do Brasil a Secretaria das Cidades, que por sua vez analisa e encaminha os contratos para assinatura do Secretário.

Após assinatura do Secretário das Cidades e publicação no D.O.E, é realizado o processo de desembolso para a conta do projeto aberta em cada instituição financeira contratante.

A responsabilidade da produção das unidades habitacionais é do Agente Financeiro contratante da operação, bem como a fiscalização dos serviços inerentes a obra.

## **9. Produtos**

<b>PRODUTOS</b>	<b>ANO- 2014</b>	<b>MEIOS DE VERIFICAÇÃO</b>
Unidades Habitacionais contratadas	324	Contratos assinados e publicados
Famílias beneficiadas	324	Relatório Interno da Secretaria das Cidades / Prestações de Contas das Instituições financeiras

## **10. Metas**

- Aportar recursos financeiros em caráter de subsídio para contratação de 324 unidades habitacionais em municípios do Estado do Ceará.
- Beneficiar 324 famílias

## **11. Resultados esperados**

Redução do déficit habitacional rural, oferecendo condições para que os produtores rurais tenham moradias de acordo com suas necessidades, seja por meio de construção ou reformas, de forma a contribuir para a manutenção do homem do campo na atividade rural.

## **12. Integração de Ações**

A integração das ações do presente projeto está alinhada em consonância com as ações desenvolvidas pelos Municípios atendidos, na região abrangida pelo Projeto, quais sejam voltadas para infraestrutura e mobilização e participação comunitária.

## **13. Monitoramento**

O monitoramento das atividades será realizado da seguinte forma:

- Com base no §2º do art.4º da Lei Nº. 15.143, de 23 de abril de 2012, a instituição financeira contratante deverá apresentar prestação de contas da aplicação dos recursos aportados pelo Estado do Ceará com demonstrativo da movimentação das contas vinculadas e relatório dos serviços executados.

Com o recebimento das informações vindas das instituições financeiras a Secretaria das Cidades realiza monitoramento das ações planejadas, realizando a inserção dos dados em planilhas de controle interno (PLANILHA BASE DE DADOS), onde contempla o "passo a passo" do projeto desde a sua concepção, contratação, publicação, desembolso, prestações de contas e por fim a quantificação das obras concluídas.

São realizadas reuniões periódicas com os envolvidos, quais sejam, a instituição financeira contratante, o Estado do Ceará por intermédio da Secretaria das Cidades, outros órgãos públicos quando demandados (CAGECE, COELCE) e ainda quando necessário a Construtora executora da obra.

### **13.1 Dados Utilizados**

São utilizadas as informações enviadas pelas instituições financeiras a cada movimentação na conta específica do projeto conforme disposto na Lei Nº. 15.143, de 23 de abril de 2012.

"Artº 4, § 2º - A instituição financeira contratante deverá apresentar prestação de contas da aplicação dos recursos aportados pelo Estado do Ceará com demonstrativo da movimentação das contas vinculadas e relatório dos serviços realizados."

### 13.2 Cadastro dos Beneficiários

O Estado do Ceará não tem gestão sobre o sistema de cadastro de beneficiários, já que o programa - PNHR se utiliza do sistema CADÚNICO do Governo Federal.

### 14. Pressupostos de Risco

Baixa capacidade operacional das entidades organizadoras na contratação de equipe especializada para desenvolver os projetos de engenharia e social, condicionante para a contratação da operação junto ao agente financeiro. O Estado do Ceará, por meio da Secretaria das Cidades, tem procurado minimizar este risco, com a realização da assistência técnica junto às entidades organizadoras

Ainda como pressuposto de risco para o bom desempenho do projeto se deve a fatores como atraso na execução das obras e ainda a iminência de chuvas no interior do Estado, o que dificulta o andamento dos serviços.

### 15. Orçamento 2015

NATUREZA DA DESPESA	RECURSOS FECOP	OUTRAS FONTES	TOTAL
<b>1. DESPESAS CORRENTES</b>			
1.1 Subvenções Econômicas (339045)	971.953,80	40.000.000,00	40.971.953,80
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>971.953,80</b>	<b>40.000.000,00</b>	<b>40.971.953,80</b>

(\*) Governo Federal

## 16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

<b>Item de Despesa</b>	<b>Jan</b>	<b>Fev</b>	<b>Mar</b>	<b>Abr</b>	<b>Mai</b>	<b>Jun</b>	<b>Jul</b>	<b>Ago</b>	<b>Set</b>	<b>Out</b>	<b>Nov</b>	<b>Dez</b>	<b>Total</b>
Despesas de Capital - (339045)	0,00	0,00	971.953,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	971.953,80
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>971.953,80</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>971.953,80</b>

Nota: Com base no art. 4º (caput) da Lei Nº. 15.143, de 23 de abril de 2012, o Estado do Ceará disponibilizará os recursos em contas de depósito na instituição financeira contratante do empreendimento, abertas especificamente para esta finalidade, vinculadas a cada um dos empreendimentos selecionados.



## 17. Distribuição dos Recursos por Municípios em 2015

Nº de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (2015)	Valor Outras Fontes – Governo Federal (22)	Pessoas Beneficiadas	nº. U.H
1	2	ITAPAJÉ	83.953,80	826.000,00	116	28
2	1	CASCADEL	147.000,00	1.445.500,00	203	49
3	2	TURURU	213.000,00	2.094.000,00	295	71
4	2	UMIRIM	141.000,00	1.386.500,00	195	47
5	2	TEJUÇOCA	108.000,00	1.170.000,00	149	36
6	1	CAUCAIA	279.000,00	2.743.500,00	386	93
7	22	A DEFINIR	0,00	30.334.500,00	0	0
<b>Total</b>			<b>971.953,80</b>	<b>40.000.000,00</b>	<b>1.345</b>	<b>324</b>

(\*) Utilizou-se a média de 4,15 pessoas por família no Estado do Ceará.

Nota 1: Os municípios relacionados nos itens 1 a 6, são referentes aos contratos já firmados com a Caixa Econômica e Banco do Brasil.

Nota 2: O valor destacado no item 7 referente a outras fontes (22) trata-se de recursos que não serão aplicados neste ano, inclusive já foi solicitado a SEPLAG que seja excluído. O valor necessário do Governo Federal (22) para atender os itens 1 a 6, em 2015, é na ordem de R\$ 9.665.500,00. A exclusão se deve ao fato de que a continuidade deste projeto PNHR se dará em novos MAPPs proposta, como exemplo o MAPP 2999.

## 18. Responsável pelo Projeto

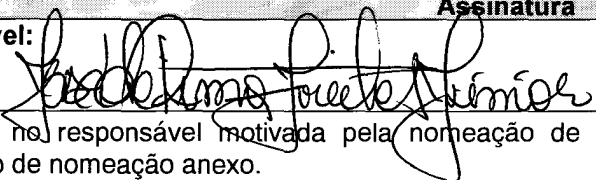
<b>Coordenadoria/ Gerência</b>	<b>Coordenadoria de Habitação de Interesse Social - CDHIS</b>
<b>Técnico</b>	<b>Tales Ciriaco</b>
<b>E-mail</b>	<b>tales.ciriaco@cidades.ce.gov.br</b>
<b>Fone</b>	<b>3101-4470 / 3101-4485</b>

**Marco Lógico  
(Habitação Rural – Mapp 2224)**

<b>Cadeia Lógica de Objetivos</b>	<b>Descrição</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Meios de Verificação</b>	<b>Riscos</b>
Impactos	1-Redução do déficit habitacional quantitativo	1-% de redução do déficit habitacional	1-Fundação João Pinheiro	1-Atraso na execução das obras
Resultados	1-Melhoria nas condições de moradia da zona rural	1-% de famílias beneficiadas com moradia na zona rural	1-Termo de recebimento da moradia pela família beneficiada	1-Atraso na execução das obras
Produtos	1-Unidades Habitacionais	1-% de unidades Habitacionais contratadas	1-Contratos assinados / publicados  2- Análise das prestações de contas/Relatórios Fotográficos	1 e 2 - Atrasos na apresentação da prestação de contas por parte das instituições financeiras.
Atividades	1-Articulação com os Agentes Financeiros do PNHR - (CEF e BB) e Entidades Organizadoras.  2-Contratação de Unidades Habitacionais.  3-Acompanhamento da Produção das Unidades Habitacionais.	1-Nº de Reuniões de Ponto de Controle realizadas.  2-Nº de contratos assinados.  3-% de obra executada, apresentada na prestação de contas.	1-Reuniões de Ponto de Controle entre a Secretaria e as instituições financeiras.  2-Publicação no D.O.E.  3-Análise das prestações de contas.	1 e 2 - Atrasos na apresentação da prestação de contas por parte das instituições financeiras.  3 - Atraso na assinatura dos contratos.
Insumos	1 - Recursos do FECOP 2 - Recursos do Governo Federal	% de Recursos aplicados	Nota de Empenho e Pagamento	Atraso na publicação dos contratos

# ANEXOS

<b>Protocolo Indicador Programa para Resultados (PforR)</b>		
<b>Nome do Indicador:</b>		
Percentual de projetos de assistência à família financiados pelo FECOP com marco lógico.		
<b>Tipo de Indicador:</b>		
<b>Tema Projeto:</b> Redução da Pobreza	<b>Macrofunção/Área de Resultado:</b> Assistência à Família	<b>Setorial Envolvida:</b> SEPLAG
<b>Nº Indicador Área de Resultado:</b> 4	<b>Nº Indicador de Desembolso:</b> 6	<b>Data:</b> 29/10/2014
<b>Quanto ao Desembolso:</b> ( ) Ano Zero (X) Primário ( ) Secundário		<b>Quanto ao Resultado:</b> (X) Produto ( ) Intermediário ( ) Resultado
<b>Responsável pelo Indicador</b>		
<b>Nome Responsável (*):</b> José de Lima Freitas Júnior	<b>Área Responsável:</b> Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Pobreza e Inclusão Social - CCOPI	
<b>Email do Responsável:</b> jose.freitas@seplag.ce.gov.br	<b>Telefone do Responsável:</b> 3101 3820	
<b>Programa do PPA e Iniciativa relacionada com o Indicador:</b>		
<b>Programa:</b> Não se Aplica (não há programa do PPA relacionado)	<b>Iniciativa:</b> Não se Aplica (não há iniciativa relacionada)	
<b>Descrição do Indicador:</b>		
<p>O marco lógico é uma ferramenta de planejamento que permite definir e construir parâmetros para mensurar o desempenho de um projeto em todas as suas etapas, auxiliando no processo de formulação, execução, acompanhamento e avaliação. Constitui-se numa matriz estruturada com os objetivos, atividades, indicadores, meios de verificação e riscos, a qual será acompanhada de forma sistemática para a verificação dos resultados do projeto.</p> <p>As diretrizes para a elaboração do marco lógico serão divulgadas por meio de um Programa de Treinamento para servidores envolvidos na elaboração, gestão e execução dos projetos financiados pelo Fundo. Deverão também constar posteriormente em um manual sobre os projetos financiados pelo FECOP, no qual será explicitada a metodologia padrão a ser adotada nas etapas de monitoramento e avaliação, cujos processos serão apoiados por um Sistema Informatizado de Monitoramento e Avaliação dos projetos do Fecop (M&amp;A).</p> <p>Tendo em vista a possibilidade de encerramento e de surgimento de novos projetos até 2017, as metas serão calculadas sobre o número de projetos de assistência à família existentes no ano de referência.</p> <p>Para este indicador, considerou-se como projeto de assistência à família aquele cujos objetivos estejam voltados para o grupo familiar de forma geral e também de modo mais restrito (crianças, adolescentes, jovens, adultos, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, etc), abrangendo ações de diversas naturezas, como capacitação, assistência técnica e extensão rural, habitação, esporte, cultura, e demais correlacionadas.</p>		
<b>Informações do Indicador:</b>		
<b>Unidade do Indicador:</b> Porcentagem	<b>Fonte da Informação:</b> Executores do Projeto; Gerência Executiva do FECOP; IPECE	
<b>Fórmula de Cálculo:</b> Total de projetos de atendimento às famílias elaborados com Marco Lógico / Total de projetos de atendimento às famílias financiados pelo Fundo		
<b>Periodicidade da Informação:</b> Semestral a partir do Ano 1,5	<b>Data entrega da Informação:</b> Junho e Dezembro	<b>Abrangência Geográfica:</b> Estadual (Ceará)
<b>Metas</b>		
<b>Ano 2012</b>	Linha de Base	
<b>Ano 2013</b>	Ano Zero	
<b>Ano 2014</b>	Ano 0,5 - Primeiro Semestre	
	Ano 1 - Segundo Semestre	

<b>Ano 2015</b>	Ano 1,5 - Primeiro Semestre	22,5%
	Ano 2 - Segundo Semestre	45%
<b>Ano 2016</b>	Ano 2,5 - Primeiro Semestre	55%
	Ano 3 - Segundo Semestre	70%
<b>Ano 2017</b>	Ano 3,5 - Primeiro Semestre	82,5%
	Ano 4 - Segundo Semestre	95%
<b>Assinatura</b>		
<b>Responsável:</b>		<b>Data:</b> 27/05/2015.

<sup>(\*)</sup> Mudança no responsável motivada pela nomeação de um novo coordenador para a CCOPI, conforme ato de nomeação anexo.



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**

*Secretaria do Planejamento e Gestão*

**RESOLUÇÃO CCPIS Nº 01/2015**

**Dispõe sobre a aprovação de limite financeiro para projetos financiados com recursos do FECOP e dá outras providências.**

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS), instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003, regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29/9/2009, no uso das atribuições que lhe foram conferidas e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS.

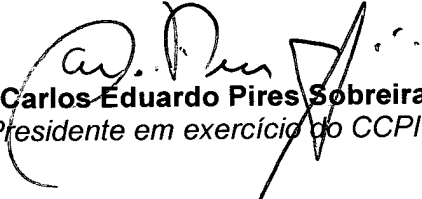
**RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:**

**Art. 1º.** Conceder limite para execução de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza durante o exercício de 2015 no seguinte valor:

<b>Secretaria</b>	<b>R\$</b>
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE	678.605,00
Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH	19.615.654,43
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA	86.576.047,64
Secretaria da Cultura - SECULT	439.738,00
Secretaria da Educação - SEDUC	105.360.357,48
Secretaria da Infraestrutura - SEINFRA	2.000.000,00
Gabinete do Governador - GABGOV	7.186.551,60
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	61.949.215,09
Secretaria das Cidades - CIDADES	20.054.812,99
<b>TOTAL (R\$)</b>	<b>303.860.982,23</b>

§ 1º. O limite concedido por projeto encontra-se discriminado no Anexo I desta Resolução.

Fortaleza, 27 de fevereiro de 2015.

  
**Carlos Eduardo Pires Sobreira**  
*Presidente em exercício do CCPIS*

ANEXO I  
FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP  
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 01 DE 27/02/2015

MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
<b>1. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE (1)</b>														
294	Inclusão Social e Produtiva de Organizações Coletivas na Cadeia do Caju nos Territórios do Curu Aracatiçu e Maciço de Baturité.	-	-	330.953,00	208.558,00	-	-	108.560,00	-	-	30.534,00	-	-	678.605,00
	<b>Sub-total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>330.953,00</b>	<b>208.558,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>108.560,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>30.534,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>678.605,00</b>
<b>2. Secretaria da Educação - SEDUC (22)</b>														
637	Construção de Centros de Educação Infantil - CEI.	0,00	0,00	273.282,55	423.636,55	414.574,91	223.164,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.334.658,56
807	Concessão de Bolsa Estágio para Alunos das Escolas Estaduais de Educação.	0,00	0,00	1.919.492,35	644.190,00	1.532.742,74	1.717.467,74	5.445.982,26	5.534.499,06	5.445.982,26	2.179.205,77	1.580.437,82	0,00	26.000.000,00
1017	Fornação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional.	0,00	0,00	24.000.000,00	22.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46.000.000,00
745	Construção de EEEP no Município de Redenção	-	-	545.394,88	-	-	-	-	-	-	-	-	-	545.394,88
736	Construção de EEEP no Município de Itarema	-	-	200.000,00	200.000,00	200.000,00	-	-	-	-	-	-	-	600.000,00
1470	Construção de EEEM no Município de Arneiroz	-	-	236.032,64	236.032,64	-	-	-	-	-	-	-	-	472.065,28
739	Construção de EEEP no Município de Maranguape	-	-	349.200,24	349.200,25	-	-	-	-	-	-	-	-	698.400,49
735	Construção de EEEP no Município de Itapajé	-	-	177.383,66	-	-	-	-	-	-	-	-	-	177.383,66
900	Projeto e-Jovem	-	-	3.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.000.000,00
744	Construção de EEEP no Município de Palmácia	-	-	484.877,45	484.877,45	484.877,45	-	-	-	-	-	-	-	1.454.632,35
1343	Aquisição de Equipamentos para as Unidades Escolares da Rede Estadual	-	-	500.000,00	500.000,00	500.000,00	-	-	-	-	-	-	-	1.500.000,00
1466	Construção de EEEP no Município de São Gonçalo do Amarante	-	-	420.105,22	500.000,00	500.000,00	-	-	-	-	-	-	-	1.420.105,22
1464	Construção de EEEP no Município de Caridade	-	-	315.931,32	-	315.931,32	-	-	-	-	-	-	-	631.862,64
695	Construção de EEEP no Município de Limoeiro do Norte	-	-	309.701,74	309.701,74	309.701,74	-	-	-	-	-	-	-	929.105,22
802	Construção de EEEP no Município de Barro	-	-	255.869,32	255.869,32	255.869,32	-	-	-	-	-	-	-	767.607,96
1465	Construção de EEEP no Município de Alto Santo	-	-	690.970,48	345.485,24	345.485,24	345.485,26	-	-	-	-	-	-	1.727.426,22
1342	Reforma e Ampliação de Escolas da Rede Estadual de Ensino	-	-	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	-	-	-	-	-	-	4.000.000,00
1350	Desenvolvimento do Projeto Jovem de Futuro	-	-	4.121.762,17	231.837,83	-	131.400,00	15.000,00	-	-	-	-	-	4.500.000,00
1339	Apoio Técnico-Pedagógico ao Programa Alfabetização na Idade Certa - PAIC	-	-	455.381,00	2.213.823,70	1.133.061,30	1.133.061,30	53.012,00	496.742,00	496.742,00	482.582,00	482.582,70	53.012,00	7.000.000,00
1407	Aquisição de Equipamentos para as Unidades Escolares da Rede Estadual do Município de Fortaleza	-	-	671.715,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	671.715,00
1382	Apoio às Ações de Formação Profissional dos Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional	-	-	1.700.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.700.000,00
1262	Implantação de Unidades Técnico-Pedagógicas de Produção nas Escolas Agropecuárias do Estado do Ceará - Granja e Lavras da Mangabeira	-	-	230.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	230.000,00
	<b>Sub-total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>41.857.100,02</b>	<b>29.694.654,72</b>	<b>6.992.244,02</b>	<b>4.550.578,85</b>	<b>5.513.994,26</b>	<b>6.031.241,06</b>	<b>5.942.724,26</b>	<b>2.661.787,77</b>	<b>2.063.020,52</b>	<b>53.012,00</b>	<b>105.360.357,48</b>
<b>3. Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH (16)</b>														
350	Construção da Adutora de Adrianópolis e Timonha no Município de Granja	-	-	3.367.707,08	2.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	5.367.707,08
202	Construção e Ampliação de 14 Adutoras no Estado do Ceará no Âmbito das Comunidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras - MST	-	-	186.571,40	248.761,86	373.142,79	149.257,12	286.076,14	-	-	-	-	-	1.243.809,31
359	Desapropriação, Construção e Supervisão da Barragem Amarelas no Município de Beberibe	-	-	458.028,66	400.000,00	400.000,00	400.000,00	-	-	-	-	-	-	1.658.028,66
264	Otimização e Gestão de Sistemas de Dessalinização e Instalação ou Revitalização de Pequenos Sistemas Simplificados de Abastecimento	-	-	-	65.172,29	66.518,79	68.189,81	71.310,07	68.378,43	67.621,57	67.621,57	67.621,57	67.565,90	610.000,00
330	Desapropriação, Construção e Supervisão da Barragem Jucá, no Município de Parambu	-	-	326.895,35	330.000,00	330.000,00	-	-	-	-	-	-	-	986.895,35
253	Conclusão da Barragem Diamantino II no Município de Marco	-	-	-	170.752,80	170.000,00	-	-	-	-	-	-	-	340.752,80
282	Construção do Sistema Adutor da Sede do Município de Alto Santo	-	-	-	84.611,95	83.000,00	83.000,00	-	-	-	-	-	-	250.611,95
286	Construção da Barragem Germinal em Palmácia	-	-	-	27.000,00	26.286,23	-	-	-	-	-	-	-	53.286,23

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP  
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 01 DE 27/02/2015

MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
315	Projeto Executivo da Adutora de Coreaú/Moraújo/Senador Sá e Uruoca	-	-	-	35.000,00	35.000,00	-	-	-	-	-	-	-	70.000,00
308	Elaboração de Projeto Executivo para Ampliação da Barragem Itapebussú - Município de Maranguape-Ce.	-	-	54.925,95	54.000,00	54.000,00	54.000,00	54.000,00	54.074,05	-	-	-	-	325.000,00
233	Construção, Ampliação e Reabilitação de Barragens - Comunidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, no Interior do Estado	-	-	548.302,79	1.096.605,58	1.644.908,38	822.454,19	822.454,19	548.302,79	-	-	-	-	5.483.027,92
297	Construção, Desapropriação e Supervisão da Barragem Melancia - São Luís do Curu	-	-	504.394,07	505.000,00	505.000,00	-	-	-	-	-	-	-	1.514.394,07
325	Construção de Sistemas de Abastecimento nas Comunidades de Buriti I, Buriti II e Cachorro Seco, no Município de Acaraú - Extensão 25,95 Km.	-	-	100.000,00	100.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	-	-	-	-	1.000.000,00
269	Construção do Sistema Adutor de Palmácia	-	-	-	65.433,44	63.500,00	63.500,00	-	-	-	-	-	-	192.433,44
277	Construção de Sistemas de Abastecimento de Águas nas Comunidades Situadas ao Longo dos Trehos I, II e III do Eixão das Águas	-	-	25.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25.000,00
335	Desapropriação, Construção e Supervisão da Barragem Frecheirinha - Município de Frecheirinha	-	-	-	174.707,62	160.000,00	160.000,00	-	-	-	-	-	-	494.707,62
	<b>Sub-total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.571.825,30</b>	<b>5.357.045,54</b>	<b>4.111.356,19</b>	<b>2.000.401,12</b>	<b>1.433.840,40</b>	<b>870.755,27</b>	<b>67.621,57</b>	<b>67.621,57</b>	<b>67.621,57</b>	<b>67.565,90</b>	<b>19.615.654,43</b>
<b>4. Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA (33)</b>														
14	Hora de Plantar (Aquisição de Sementes e Mudanças)	-	-	1.300.000,00	-	-	-	-	-	-	-	8.000.000,00	7.900.000,00	17.200.000,00
5	Agente Rural.	-	2.400.000,00	804.466,00	836.098,00	835.224,00	802.844,00	795.550,00	789.572,00	713.052,00	675.234,00	675.234,00	672.726,00	10.000.000,00
10	Hora de Plantar (Distribuição de Sementes e Mudanças)	-	-	100.000,00	-	-	-	-	-	-	-	500.000,00	-	600.000,00
50	Ampliação da Assistência Técnica aos Agricultores em Situação de Exrema Pobreza no Ceará	-	-	511.449,81	-	290.000,00	-	-	-	290.000,00	-	-	-	1.091.449,81
124	Programa de Expansão e Recuperação da Cujucultura	-	-	-	-	-	800.000,00	-	-	700.000,00	-	-	-	1.500.000,00
41	Assistência Técnica e Extensão Rural em Assentamentos Rurais no Estado do Ceará	-	-	1.300.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.300.000,00
373	Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Apicultura.	-	-	238.366,53	-	-	-	-	-	-	-	-	-	238.366,53
418	Formação de Pastagem para Reserva Alimentar e Convivência com o Semiárido	-	-	32.617,80	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32.617,80
374	Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura no Estado do Ceará	-	-	371.548,90	-	-	-	-	-	-	-	-	-	371.548,90
431	Organização, Ampliação e Estruturação da Cadeia Produtiva do Biodiesel	-	-	48.832,40	-	-	101.984,00	-	-	26.377,45	-	-	-	177.193,85
2	Aproveitamento Hidroagrícola do Castanhão.	-	-	286.205,68	-	-	-	-	-	-	-	-	-	286.205,68
476	Construção de Cisternas de Placas (3)	-	-	341.385,28	-	-	170.692,64	-	-	-	170.692,64	-	-	682.770,56
471	Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	-	-	-	-	-	241.413,10	-	-	-	-	-	-	241.413,10
480	Centro de Produção de Mudanças de Palma Forrageira Para Alimentação Animal - REPALMA	-	-	-	-	800.000,00	-	-	-	-	-	-	-	800.000,00
112	Programa de Aquisição de Alimentos no Ceará (PAA).	-	-	600.000,00	600.000,00	-	-	300.000,00	-	-	-	-	-	1.500.000,00
341	São José III - Componente 2 - Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado	-	-	6.000.000,00	229.791,20	229.791,16	229.791,16	229.791,16	229.791,16	229.791,16	229.791,16	229.791,16	229.791,16	8.068.120,48
363	Kit's de Irrigação (1)	-	-	-	-	200.000,00	-	-	-	-	-	-	-	200.000,00
377	Modernização e Fortalecimento do Setor da Mandiocultura do Estado do Ceará	-	-	79.560,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	79.560,00
389	Construção de Cisternas de Placas (2)	-	-	3.097.910,00	-	-	1.548.955,00	-	-	-	1.548.955,00	-	-	6.195.820,00



FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP  
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 01 DE 27/02/2015

MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
32	Titulação de Imóveis Rurais	-	-	1.750.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.750.000,00
67		-	-	500.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	500.000,00
353	Construção de Cisternas de Placas (1)	-	-	845.857,98	-	-	-	-	-	-	1.268.786,97	-	-	2.114.644,95
365	Quintais Produtivos Mantidos por Cisterna de Enxurradas e Barragens Subterrâneas (1)	-	-	998.987,46	-	-	-	-	-	-	1.498.481,19	-	-	2.497.468,65
183	Fortalecimento das Ações de ATER nos Territórios Rurais do Estado do Ceará.	-	-	1.500.000,00	-	1.500.000,00	-	-	1.500.000,00	-	-	-	-	4.500.000,00
55	Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite	-	-	5.403.934,11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.403.934,11
385	Implantação de Cisternas de Polietileno e Sistemas de Abastecimento de Água	-	-	4.481.148,09	945.445,91	945.445,91	945.445,91	3.535.702,18	-	-	-	-	-	10.853.188,00
387	Zumbi - Desenvolvimento de Atividades Produtivas em Comunidades Kilombolas no Estado do Ceará	-	-	203.549,11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	203.549,11
451	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades - Projeto Paulo Freire/FIDA - Componente 1: Desenvolvimento de Capacidades	-	-	-	769.632,30	-	-	769.632,29	-	-	769.632,30	-	-	2.308.896,89
457	Implantação de Cisternas de Polietileno	-	-	2.937.182,55	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.937.182,55
452	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades - Projeto Paulo Freire/FIDA - Componente 2: Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental	-	-	-	-	-	90.000,00	-	-	-	-	1.619.166,67	-	1.709.166,67
477	Apoio à Modernização de Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar	-	-	300.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	300.000,00
460	Implantação de Unidades de Tratamento Microbiológico e Fluoretação de Sistemas de Abastecimento de Água	-	-	361.950,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	361.950,00
430	Modernização da Cadeia Produtiva da Mandioca	-	-	115.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	115.000,00
56	Cédula da Terra	-	-	228.000,00	-	-	-	228.000,00	-	-	-	-	-	456.000,00
	<b>Sub-total</b>	<b>0,00</b>	<b>2.400.000,00</b>	<b>34.737.951,70</b>	<b>3.380.967,41</b>	<b>4.800.461,07</b>	<b>4.931.125,81</b>	<b>5.858.675,63</b>	<b>2.519.363,16</b>	<b>1.959.220,61</b>	<b>6.161.573,26</b>	<b>11.024.191,83</b>	<b>8.802.517,16</b>	<b>86.576.047,64</b>
<b>5. Secretaria da Cultura - SECULT (1)</b>														
68	Agentes de Leitura	-	-	55.120,00	85.900,00	169.619,00	100.000,00	-	29.099,00	-	-	-	-	439.738,00
	<b>Sub-total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>55.120,00</b>	<b>85.900,00</b>	<b>169.619,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>29.099,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>439.738,00</b>
<b>6. Secretaria da Infraestrutura - SEINFRA (1)</b>														
285	Desapropriação de Área da Faixa de Domínio e Estações do VLT Parangaba - Mucuripe	-	-	2.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.000.000,00
	<b>Sub-total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.000.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.000.000,00</b>
<b>7. Gabinete do Governador - GABGOV (3)</b>														
86	Programa Nacional de Inclusão de Jovens ProJovem Urbano(1)	-	-	2.019.342,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.019.342,00
103	ProJovem Campo "Saberes da Terra"	-	-	485.184,00	-	-	485.184,00	-	-	-	485.184,00	-	-	1.455.552,00
102	Programa Nacional de Inclusão de Jovens ProJovem Urbano(2)	-	-	1.237.219,20	-	-	1.237.219,20	-	-	-	1.237.219,20	-	-	3.711.657,60
	<b>Sub-total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.741.745,20</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.722.403,20</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.722.403,20</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.186.551,60</b>
<b>8. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS (22)</b>														
17	Pólos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Sociais(ABC's, Círcos e CIP'S)	-	-	1.848.748,96	502.871,32	527.871,32	502.871,32	502.871,32	502.871,32	502.871,32	502.871,32	1.006.151,80	-	6.400.000,00
14	Novos Caminhos para Proteção de Mulheres em Situação de Violência Doméstica - Casa do Caminho	-	-	68.559,20	34.529,60	34.529,60	34.529,60	34.529,60	34.529,60	34.529,60	24.263,20	-	-	300.000,00
18	Espaço Viva Gente	-	-	478.945,00	161.795,00	166.795,00	161.795,00	163.545,00	163.545,00	163.545,00	163.545,00	326.490,00	-	1.950.000,00
93	CE-Jovem Aprendizagem em Serviço (Inclusão Produtiva:Qualificação Profissional)	-	-	754.318,50	21.568,50	1.120.693,50	-	2.219.770,50	21.568,50	2.219.818,50	21.568,50	1.120.693,50	-	7.500.000,00
19	Famílias Desafios e Inclusão Social	-	-	585.772,06	197.924,02	189.807,96	179.807,96	178.981,33	178.981,33	178.981,33	178.981,33	330.762,68	-	2.200.000,00
25	Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF	-	-	1.721.250,00	573.750,00	573.750,00	573.750,00	573.750,00	573.750,00	988.750,00	573.750,00	1.147.500,00	-	7.300.000,00

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP  
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 01 DE 27/02/2015

MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
29	Fortalecimento dos Serviços Ofertados pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS			1.524.824,97	508.741,67	508.041,67	508.741,67	508.041,67	508.741,67	508.041,67	508.741,67	508.041,67	508.041,67	6.100.000,00
43	Idoso Sujeito Pleno	-	-	549.804,76	184.034,92	183.334,92	184.034,92	183.334,92	184.034,92	183.334,92	184.034,92	56.926,50	57.124,30	1.950.000,00
44	Primeiro Passo (Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)	-	-	739.940,50	704.162,50	1.469.979,50	779.862,50	1.537.734,00	279.862,50	1.502.596,50	173.382,50	812.479,50	-	8.000.000,00
130	Fortalecimento do Artesanato do Cariri			375.000,00	225.000,00	150.000,00								750.000,00
152	Construção de Unidade Socioeducativa de Internação no Município de Sobral.	-	-	289.973,92	289.973,92	289.973,94	-	-	-	-	-	-	-	869.921,78
222	Reforma e Aquisição de Equipamentos para as Unidades Socioeducativas (CEPA, CEDB e CECAL).	-	-	710.170,35	-	367.000,00	367.000,00	-	-	-	-	-	-	1.444.170,35
170	Construção de Unidade Socioeducativa de Internação no Município de Juazeiro do Norte.	-	-	225.067,94	225.067,94	225.067,96	-	-	-	-	-	-	-	675.203,84
65	Acesso de Pessoas com Deficiência à Inclusão Social	-	-	125.000,01	41.666,67	41.666,67	41.666,67	41.666,67	41.666,67	41.666,67	41.666,67	83.333,30	-	500.000,00
71	Garantindo à Acessibilidade (Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)	-	-	200.000,00	200.000,00	-	200.000,00	-	200.000,00	-	200.000,00	-	-	1.000.000,00
88	Construção e Equipamento do Abrigo dos Idosos			559.919,12										559.919,12
181	Geração Livre	-	-	49.999,70	16.666,70	16.666,70	16.666,70	16.666,70	16.666,70	16.666,70	16.666,70	16.666,70	16.666,70	200.000,00
26	Artesanato Competitivo	-	-	750.000,00	375.000,00	375.000,00	-	-	-	-	-	-	-	1.500.000,00
23	Juventude Empreendedora (Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)	-	-	181.250,00	181.250,00	181.250,00	181.250,00	181.250,00	181.250,00	181.250,00	181.250,00	-	-	1.450.000,00
23	Assistência Emergencial a Pessoas ou Grupos em Situação de Pobreza (Proteção Social Básica)	-	-	519.750,00	244.250,00	173.250,00	173.250,00	173.250,00	173.250,00	173.250,00	173.250,00	346.500,00	-	2.150.000,00
15	Abrigo de Crianças e Adolescentes em Situação de Abandono-Abrigo Desembargador Olívio Câmara - ADOC e Tia Júlia	-	-	1.344.545,15	449.115,05	447.715,05	449.115,05	447.715,05	449.115,05	447.715,05	449.115,05	257.924,75	257.924,75	5.000.000,00
8	Criando Oportunidade - Qualificação Profissional do Trabalhador Cearense	-	-	330.000,00	-	495.000,00	-	990.000,00	-	990.000,00	-	495.000,00	-	3.300.000,00
40		-	-	85.000,00	-	127.500,00	-	255.000,00	-	255.000,00	-	127.500,00	-	850.000,00
	<b>Sub-total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>14.017.840,14</b>	<b>5.137.367,81</b>	<b>7.664.893,79</b>	<b>4.354.341,39</b>	<b>8.008.106,76</b>	<b>3.509.833,26</b>	<b>8.388.017,26</b>	<b>3.393.086,86</b>	<b>6.635.970,40</b>	<b>839.757,42</b>	<b>61.949.215,09</b>
<b>9. Secretaria das Cidades - CIDADES (14)</b>														
29	Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza Sub-bacia SE-2	-	-	596.405,05	-	-	-	-	-	-	-	-	-	596.405,05
34	Melhorias Sanitárias Domiciliares - Programa Ceará II - KFW II	-	-	710.047,41	343.963,08	71.526,85	70.636,25	72.052,63	71.214,65	70.544,51	64.158,54	-	-	1.474.143,92
2	Rio Maranguapinho (Barragem, Dragagem e Urbanização - Trecho I, II e III (PAC I))	-	-	500.000,00	500.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	1.000.000,00
3	Rio Cocó (Barragem, Drenagem e Urbanização)	-	-	1.000.000,00	900.000,00	900.000,00	700.000,00	-	-	-	-	-	-	3.500.000,00
835	Fogões Sustentáveis (I)	-	-	-	405.541,92	405.541,90	405.541,90	405.541,90	405.541,90	405.541,90	405.541,90	405.541,90	-	3.244.335,22
1378	Dendê (Ações Habitacionais)	-	-	26.156,34	102.856,97	88.100,84	81.518,79	108.724,98	109.341,18	109.341,18	109.341,18	109.341,18	155.277,38	1.000.000,02
1465	Aluguel Social para Família de Baixa Renda	-	-	144.000,00	60.000,00	48.000,00	48.000,00	-	-	-	-	-	-	300.000,00
1438	Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização - Trecho Zero - PAC II)	-	-	410.000,00	210.000,00	600.000,00	600.000,00	85.491,94	-	-	-	-	-	1.905.491,94
1439	Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização - Trecho IV - PAC II)	-	-	163.000,00	307.000,00	400.000,00	179.400,48	-	-	-	-	-	-	1.049.400,48
1516	Projeto Rio Cocó (Ações Habitacionais)	-	-	160.000,00	95.000,00	87.944,48	-	-	-	-	-	-	-	342.944,48
2224	Habituação Rural - PNHR	-	-	971.953,80	-	-	-	-	-	-	-	-	-	971.953,80
187	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Localidade de Capuan em Caucaia	-	-	12.436,62	13.401,02	25.854,46	47.716,94	34.422,21	59.022,25	67.244,97	100.377,99	120.167,64	100.003,04	580.647,14
1613	Fogões Sustentáveis (II)	-	-	-	260.000,00	260.000,00	260.000,00	260.000,00	260.000,00	260.000,00	260.000,00	260.000,00	-	2.080.000,00

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP  
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 01 DE 27/02/2016

MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
168	Esgotamento Sanitário do Residencial José Lino da Silveira	-	-	321.518,54	160.759,28	160.759,28	200.949,10	221.044,01	200.949,10	241.138,92	180.854,19	180.854,19	140.664,33	2.009.490,94
	<b>Sub-total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.015.517,76</b>	<b>3.358.522,27</b>	<b>3.047.727,81</b>	<b>2.593.763,46</b>	<b>1.187.277,67</b>	<b>1.106.069,08</b>	<b>1.153.811,48</b>	<b>1.120.273,80</b>	<b>1.075.904,91</b>	<b>395.944,75</b>	<b>20.054.812,99</b>
	<b>TOTAL GERAL (*)</b>	<b>0,00</b>	<b>2.400.000,00</b>	<b>107.328.053,12</b>	<b>47.223.015,75</b>	<b>26.786.301,88</b>	<b>20.252.613,83</b>	<b>22.110.454,72</b>	<b>14.066.360,83</b>	<b>17.511.395,18</b>	<b>15.157.280,46</b>	<b>20.866.709,23</b>	<b>10.158.797,23</b>	<b>303.860.982,23</b>

(\*) 113 Projetos.



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**

*Secretaria do Planejamento e Gestão*

**RESOLUÇÃO CCPIS Nº 02/2015**

**Dispõe sobre a aprovação de limite financeiro para projetos financiados com recursos do FECOP e dá outras providências.**

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS), instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003, regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.9.2009, no uso das atribuições que lhe foram conferidas e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS.

**RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:**

**Art. 1º.** Conceder limite para execução de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza durante o exercício de 2015 no seguinte valor:

<b>Secretaria</b>	<b>R\$</b>
Secretaria da Educação - SEDUC	2.912.677,30
Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH	19.486.377,71
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA	37.908.097,64
Secretaria da Cultura - SECULT	52.900,36
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	2.125.317,85
<b>TOTAL (R\$)</b>	<b>62.485.370,86</b>

§ 1º. O limite concedido por projeto encontra-se discriminado no Anexo I desta Resolução.

§ 2º. Esta Resolução deriva da 1º Reunião Virtual do CCPIS, realizada no período de 31/03 a 07/04/2015.

Fortaleza, 07 de abril de 2015.

  
**Hugo Figueiredo**  
*Presidente do CCPIS*



ANEXO I  
FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP  
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 02 DE 07/04/2015

MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
<b>1. Secretaria da Educação - SEDUC (7)</b>														
1203	Construção de EEEM no Município de Beberibe, na Localidade de Forquilha	-	-	-	36.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	36.000,00
1208	Construção de EEEM no Município de Caucaia	-	-	-	54.397,95	-	-	-	-	-	-	-	-	54.397,95
1213	Construção de EEEM no Município de Icó	-	-	-	51.419,89	-	-	-	-	-	-	-	-	51.419,89
1315	Construção de EEEM no Município de Parambu, na Localidade de Monte Sion	-	-	-	450.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	450.000,00
1316	Construção de EEEM no Município de Potiretama	-	-	-	330.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	330.000,00
1463	Construção de EEEM no Município de Forquilha	-	-	-	418.680,55	418.680,55	418.680,55	-	-	-	-	-	-	1.256.041,65
1473	Construção de EEEM no Município de Acopiara	-	-	-	244.939,27	244.939,27	244.939,27	-	-	-	-	-	-	734.817,81
	<b>Sub-total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.585.437,66</b>	<b>663.619,82</b>	<b>663.619,82</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.912.677,30</b>
<b>2. Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH (7)</b>														
221	Manutenção de Poços e Dessalinizadores Instalados no Estado do Ceará.	-	-	-	485.601,00	242.800,50	242.800,50	242.800,50	242.800,50	-	-	-	-	1.456.803,00
264	Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água com Chafariz para Poços Perfurados pela SOHIDRA, em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.	-	-	-	1.412.975,00	706.487,50	706.487,50	706.487,50	706.487,50	-	-	-	-	4.238.925,00
267	Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água com Dessalinizador e Chafariz Eletrônico em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.	-	-	-	1.166.666,66	583.333,33	583.333,33	583.333,33	583.333,35	-	-	-	-	3.500.000,00
268	Locação, Construção, Teste de Vazão com Análise Físico-Química e Instalação de Sistema Simplificado com Chafariz em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.	-	-	-	1.858.785,00	929.392,50	929.392,50	929.392,50	929.392,50	-	-	-	-	5.576.355,00
269	Teste de Vazão com Análise Físico-Química em Poços Perfurados pela SOHIDRA, em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.	-	-	-	420.000,00	210.000,00	210.000,00	210.000,00	210.000,00	-	-	-	-	1.260.000,00
270	Construção de Poços Tubulares Profundos para Atender o Estado do Ceará no Período Emergencial de Seca.	-	-	-	889.332,74	444.666,37	444.666,37	444.666,37	444.666,37	-	-	-	-	2.667.998,22
374	Recuperação e Ampliação do Açude São Miguel - Distrito de São Miguel - Quixeramobim	-	-	-	786.296,49	-	-	-	-	-	-	-	-	786.296,49
	<b>Sub-total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.019.656,89</b>	<b>3.116.680,20</b>	<b>3.116.680,20</b>	<b>3.116.680,20</b>	<b>3.116.680,22</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>19.486.377,71</b>
<b>3. Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA (8)</b>														
38	Garantia Safra do Ceará.	-	-	-	12.332.779,20	6.166.389,60	6.166.389,60	6.166.389,60	-	-	-	-	-	30.831.948,00
340	São José III - Componente 1 - Inclusão Econômica - Implantação de Projetos Produtivos.	-	-	-	313.262,06	-	234.946,54	-	234.946,54	-	1.058.709,73	-	1.058.709,73	2.900.574,60
349	PRODETER - Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	-	-	-	95.534,33	-	-	-	-	-	-	-	-	95.534,33
350		-	-	-	113.532,98	-	-	-	-	-	-	-	-	113.532,98
362	Implantação de Projetos de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - PAIS	-	-	-	600.002,03	-	-	-	-	-	-	-	-	600.002,03
372	Kit's de Irrigação (2)	-	-	-	100.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	100.000,00
378	Kits de Irrigação (3)	-	-	-	500.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	500.000,00
390	Quintais Produtivos Mantidos por Cisterna de Enxurradas e Barragens Subterrâneas (2)	-	-	-	563.134,89	-	281.567,45	-	-	-	281.567,45	-	-	1.126.269,79
434	Superação da Pobreza em Assentamentos do Estado do Ceará	-	-	-	1.640.235,91	-	-	-	-	-	-	-	-	1.640.235,91
	<b>Sub-total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>16.258.481,40</b>	<b>6.166.389,60</b>	<b>6.682.903,59</b>	<b>6.166.389,60</b>	<b>234.946,54</b>	<b>0,00</b>	<b>1.340.277,18</b>	<b>0,00</b>	<b>1.058.709,73</b>	<b>37.908.097,64</b>
<b>4. Secretaria da Cultura - SECULT (1)</b>														
68	Agentes de Leitura	-	-	(55.120,00)	(27.580,00)	(4.499,64)	(55.200,00)	94.800,00	55.700,00	44.800,00	-	-	-	52.900,36
	<b>Sub-total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-55.120,00</b>	<b>-27.580,00</b>	<b>-4.499,64</b>	<b>-55.200,00</b>	<b>94.800,00</b>	<b>55.700,00</b>	<b>44.800,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>52.900,36</b>

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP  
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 02 DE 07/04/2015

MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
<b>5. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS (03)</b>														
<b>32</b>	Investimento Cidadão	-	-	-	141.120,00	-	141.120,00	85.520,00	141.120,00	-	141.120,00	-	-	650.000,00
<b>34</b>	Terceira Idade Cidadã	-	-	-	478.000,00	-	324.000,00	-	324.000,00	-	324.000,00	-	-	1.450.000,00
<b>87</b>	Construção do Abrigo Desembargador Olívio Câmara - ADOC	-	-	-	25.317,85	-	-	-	-	-	-	-	-	25.317,85
	<b>Sub-total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>644.437,85</b>	<b>0,00</b>	<b>465.120,00</b>	<b>85.520,00</b>	<b>465.120,00</b>	<b>0,00</b>	<b>465.120,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.125.317,85</b>
	<b>TOTAL GERAL (*)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-55.120,00</b>	<b>25.480.433,80</b>	<b>9.942.189,98</b>	<b>10.873.123,61</b>	<b>9.463.389,80</b>	<b>3.872.446,76</b>	<b>44.800,00</b>	<b>1.805.397,18</b>	<b>0,00</b>	<b>1.058.709,73</b>	<b>62.485.370,86</b>

(\*) 26 projetos (27 Mapps).



# GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Planejamento e Gestão

## RESOLUÇÃO CCPIS Nº 03/2015

**Dispõe sobre a aprovação de limite financeiro para projetos financiados com recursos do FECOP e dá outras providências.**

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS), instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003, regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.9.2009, no uso das atribuições que lhe foram conferidas e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS.

### RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:

**Art. 1º.** Conceder limite para execução de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza durante o exercício de 2015 no seguinte valor:

Secretaria	R\$
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA	3.538.085,75
Secretaria das Cidades - CIDADES	1.850.000,00
Secretaria do Esporte - SESPORTE	200.000,00
<b>TOTAL (R\$)</b>	<b>5.588.085,75</b>

§ 1º. O limite concedido por projeto encontra-se discriminado no Anexo I desta Resolução.

§ 2º. Para realização do pagamento das medições e garantir a continuidade das obras do projeto "Construção e Ampliação de 14 Aduadoras no Estado do Ceará no Âmbito das Comunidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras – MST" (Mapp 202), a Secretaria dos Recursos Hídricos (SRH) solicita ao CCPIS aprovar a destinação de R\$ 483.435,63 dos recursos deliberados na 1ª reunião do CCPIS, em 2015, para pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores (2014), sem alteração no objeto e valor total do projeto.

§ 3º. Esta Resolução deriva da 2ª Reunião Virtual do CCPIS, realizada nos dias 23/04 a 27/04/2015.

Fortaleza, 27 de abril de 2015.

  
**Hugo Figuerêdo**  
Presidente do CCPIS

ANEXO I  
FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP  
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 03 DE 27/04/2015

MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
<b>1. Secretaria da Cidade – CIDADE (1)</b>														
1439	Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização – Trecho IV - PAC 2)	-	-	-	1.850.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	1.850.000,00
	<b>Sub-total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.850.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.850.000,00</b>
<b>2. Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH (1)</b>														
202	Construção e Ampliação de 14 Adutoras no Estado do Ceará no Âmbito das Comunidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras - MST (**)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	<b>Sub-total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>3. Secretaria do Esporte - SESPORTE (1)</b>														
11	Viva+	-	-	-	-	97.600,00	-	102.400,00	-	-	-	-	-	200.000,00
	<b>Sub-total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>97.600,00</b>	<b>0,00</b>	<b>102.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>200.000,00</b>
<b>3. Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA (2)</b>														
495	Águas do Baixo Jaguaribe	-	-	-	3.259.085,75	-	-	-	-	-	-	-	-	3.259.085,75
505	Fortalecimento da Caprinocultura Leiteira	-	-	-	279.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	279.000,00
	<b>Sub-total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.538.085,75</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.538.085,75</b>
	<b>TOTAL GERAL (*)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.388.085,75</b>	<b>97.600,00</b>	<b>0,00</b>	<b>102.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.588.085,75</b>

(\*)Projetos(5): Novo(3) + Aumento(1) + Retificação de Orçamento(1)

(\*\*)Retificação no orçamento do projeto aprovado anteriormente (1ª Reunião Ordinária), sem alterar seu objeto e seu valor total.





**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**

*Secretaria do Planejamento e Gestão*

**RESOLUÇÃO CCPIS Nº 04/2015**

**Dispõe sobre a aprovação de limite financeiro para projetos financiados com recursos do FECOP e dá outras providências.**

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS), instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003, regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.9.2009, no uso das atribuições que lhe foram conferidas e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS.

**RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:**

**Art. 1º.** Conceder limite para execução de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza durante o exercício de 2015 no seguinte valor:

<b>Secretaria</b>	<b>R\$</b>
Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH	5.000.000,00
<b>TOTAL (R\$)</b>	<b>5.000.000,00</b>

§ 1º. O limite concedido por projeto encontra-se discriminado no Anexo I desta Resolução.

§ 2º. Esta Resolução deriva da 3ª Reunião Virtual do CCPIS, realizada no período 08/05 a 13/05/2015.

Fortaleza, 13 de maio de 2015.

**Hugo Figueiredo**  
*Presidente do CCPIS*

ANEXO I  
 FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP  
 RESOLUÇÃO CCPIS Nº 04 DE 13/05/2015

MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
<b>1. Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH (1)</b>														
255	Cinturão das Águas do Ceará - TRECHO I	-	-	-	-	3.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	-	-	-	-	-	5.000.000,00
	<b>Sub-total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.000.000,00</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000.000,00</b>
	<b>TOTAL GERAL (*)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.000.000,00</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000.000,00</b>

(\*)Projetos: Novo(1)



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**

*Secretaria do Planejamento e Gestão*

**RESOLUÇÃO CCPIS Nº 05/2015**

**Dispõe sobre a aprovação de limite financeiro para projetos financiados com recursos do FECOP e dá outras providências.**

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS), instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003, regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.9.2009, no uso das atribuições que lhe foram conferidas e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS.

**RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:**

**Art. 1º.** Conceder limite para execução de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza durante o exercício de 2015 no seguinte valor:

<b>Secretaria</b>	<b>R\$</b>
Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH	1.198.748,85
Secretaria do Esporte - SESPORTE	483.578,72
<b>TOTAL (R\$)</b>	<b>1.682.327,57</b>

§ 1º. O limite concedido por projeto encontra-se discriminado no Anexo I desta Resolução.

§ 2º. Esta Resolução deriva da 4ª Reunião Virtual do CCPIS, realizada no período 22/05 a 25/05/2015.

Fortaleza, 25 de maio de 2015.



**Hugo Figueiredo**  
*Presidente do CCPIS*

ANEXO I  
FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP  
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 05 DE 25/05/2015

MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
<b>1. Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH (1)</b>														
264	Otimização e Gestão de Sistemas de Dessalinização e Instalação ou Revitalização de Pequenos Sistemas Simplificados de Abastecimento - Água Doce.	-	-	-	-	260.997,53	130.954,59	130.402,90	135.718,63	139.055,26	134.533,74	134.533,74	132.552,46	1.198.748,85
	<b>Sub-total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>260.997,53</b>	<b>130.954,59</b>	<b>130.402,90</b>	<b>135.718,63</b>	<b>139.055,26</b>	<b>134.533,74</b>	<b>134.533,74</b>	<b>132.552,46</b>	<b>1.198.748,85</b>
<b>2. Secretaria do Esporte - SESPORTE (2)</b>														
477	Construção de Coberta de Quadra Poliesportiva no Distrito de Sucesso no Município de Tamboril-CE.	-	-	-	-	265.886,07	-	-	-	-	-	-	-	265.886,07
496	Construção de Coberta de Quadra Poliesportiva no Povoado de Nova Roma no Município de Tamboril-CE.	-	-	-	-	217.692,65	-	-	-	-	-	-	-	217.692,65
	<b>Sub-total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>483.578,72</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>269.067,48</b>	<b>265.104,92</b>	<b>483.578,72</b>
	<b>TOTAL GERAL (*)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>744.576,25</b>	<b>130.954,59</b>	<b>130.402,90</b>	<b>135.718,63</b>	<b>139.055,26</b>	<b>134.533,74</b>	<b>403.601,22</b>	<b>397.657,38</b>	<b>1.682.327,57</b>

(\*) Nº Projetos (3): Novo(3) + Aumento(1)

**José de Lima Freitas Júnior**  
Coordenador de Promoções de Políticas de  
Combate à Pobreza e Inclusão Social  
CCOPI / SEPLAG





**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
*Secretaria do Planejamento e Gestão*

**RESOLUÇÃO CCPIS Nº 06/2015**

**Dispõe sobre a aprovação de limite financeiro para projetos financiados com recursos do FECOP e dá outras providências.**

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS), instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003, regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.9.2009, no uso das atribuições que lhe foram conferidas e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS.

**RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:**

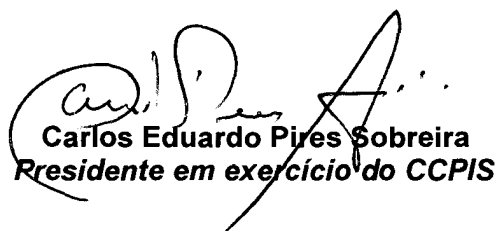
**Art. 1º.** Conceder limite para execução de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza durante o exercício de 2015 no seguinte valor:


<b>Secretaria</b>	<b>R\$</b>
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA	-3.150.266,25
Gabinete do Governador - GABGOV	-934.105,90
Secretaria das Cidades - CIDADES	5445144,84
Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH	2.422.203,23
Secretaria Especial de Políticas Sobre Drogas - SPD	1.842.624,00
Secretaria da Educação - SEDUC	33.731.565,98
Conselho Estadual de Educação - CEE	400.000,00
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE	3.368.000,00
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	7.306.850,00
<b>TOTAL (R\$)</b>	<b>50.432.015,90</b>

§ 1º. O limite concedido por projeto encontra-se discriminado no Anexo I desta Resolução.

§ 2º. Esta Resolução deriva da 2ª Reunião Ordinária do CCPIS, realizada no dia 03/06/2015.

Fortaleza, 03 de junho de 2015.

  
**Carlos Eduardo Pires Sobreira**  
*Presidente em exercício do CCPIS*

  
**José de Lima Freitas Júnior**  
Coordenador de Promoções de Políticas de  
Combate à Pobreza e Inclusão Social  
CCOPI / SEPLAG<sup>4</sup>

ANEXO I  
FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP  
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 06 DE 03/06/2016

MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
<b>1. Secretaria da Educação - SEDUC (4)</b>														
645	Construção de EEEP no Município de Canindé	-	-	-	-	-	391.110,00	391.110,05	-	-	-	-	-	782.220,05
1017	Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional	-	-	-	-	-	-	-	3.000.000,00	-	-	8.000.000,00	-	11.000.000,00
1200	Construção de EEM no Município de Acarau na Localidade de Lagoa do Carneiro	-	-	-	-	-	825.345,93	-	-	-	-	-	-	825.345,93
1341	Prêmio Escola Nota Dez	-	-	-	-	-	6.124.000,00	7.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	-	-	-	21.124.000,00
	<b>Sub-total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.340.455,93</b>	<b>7.391.110,05</b>	<b>7.000.000,00</b>	<b>4.000.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.000.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>33.731.565,98</b>
<b>2. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE (2)</b>														
239	Agentes Digitais	-	-	-	-	-	138.720,00	82.480,00	69.360,00	69.360,00	69.360,00	69.360,00	69.360,00	568.000,00
75	Implantação da Residência Universitária da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, na Cidade de Sobral - Ce	-	-	-	-	-	2.800.000,00	-	-	-	-	-	-	2.800.000,00
	<b>Sub-total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.938.720,00</b>	<b>82.480,00</b>	<b>69.360,00</b>	<b>69.360,00</b>	<b>69.360,00</b>	<b>69.360,00</b>	<b>69.360,00</b>	<b>3.368.000,00</b>
<b>3. Gabinete do Governador - GABGOV (1)</b>														
86	Programa Nacional de Inclusão de Jovens Projovem Urbano(1)	-	-	-934.105,90	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(934.105,90)
	<b>Sub-total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-934.105,90</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-934.105,90</b>
<b>4. Conselho Estadual de Educação - CEE (1)</b>														
38	Formação de Gestores Escolares para Educação Básica - CEFEB	-	-	-	-	-	30.000,00	30.000,00	59.500,00	69.500,00	69.500,00	69.500,00	72.000,00	400.000,00
	<b>Sub-total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>59.500,00</b>	<b>69.500,00</b>	<b>69.500,00</b>	<b>69.500,00</b>	<b>72.000,00</b>	<b>400.000,00</b>
<b>5. Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas - SPD (4)</b>														
06	Ponto da Cidadania	-	-	-	-	-	-	141.188,50	141.188,50	141.188,50	141.188,50	-	-	564.754,00
07	Fortalecendo Minha Comunidade	-	-	-	-	-	-	119.122,50	119.122,50	119.122,50	119.122,50	-	-	476.490,00
12	Juventude em Ação	-	-	-	-	-	-	112.640,00	112.640,00	112.640,00	112.640,00	-	-	450.560,00
25	Juventude do Futuro	-	-	-	-	-	-	87.750,00	87.750,00	87.750,00	87.570,00	-	-	350.820,00
	<b>Sub-total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>460.701,00</b>	<b>460.701,00</b>	<b>460.701,00</b>	<b>460.521,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.842.624,00</b>
<b>6. Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH (6)</b>														
332	Sistema de Abastecimento de Água do Distrito Dom Quintino no Município de Crato	-	-	-	-	-	144.219,24	144.219,24	-	-	-	-	-	288.438,48
282	Construção do Sistema Adutor da Sede do Município de Alto Santo	-	-	-	-	-	1.305.125,75	-	-	-	-	-	-	1.305.125,75
337	Projeto Executivo, Construção e Supervisão da Adutora de Campos Sales, Araripe e Salitre	-	-	-	-	-	25.399,00	20.000,00	-	-	-	-	-	45.399,00
338	Construção de Adutora para Abastecimento da Sede do Município de Parambu	-	-	-	-	-	186.145,00	186.145,00	-	-	-	-	-	372.290,00
345	Construção do Sistema Adutor da Sede do Município de Beberibe	-	-	-	-	-	180.475,00	180.475,00	-	-	-	-	-	360.950,00
346	Construção e Supervisão da Adutora de Fortim	-	-	-	-	-	50.000,00	-	-	-	-	-	-	50.000,00
	<b>Sub-total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.891.363,99</b>	<b>530.839,24</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.422.203,23</b>
<b>7. Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA (5)</b>														
337	PRODETER - Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais 2015	-	-	-	-	-	37.181,60	74.808,15	-	-	-	-	-	111.989,75
32	Titulação de Imóveis Rurais	-	-	-	-	-	2.750.000,00	-	-	-	-	-	-	2.750.000,00
67		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
38	Garantia Safra no Ceará	-	-	-	-	-	-	(2.244.816,00)	-	-	-	-	-	(2.244.816,00)
389	Construção de Cisternas de Placas (2)	-	-	(902.090,00)	-	-	(1.548.955,00)	-	-	-	(1.548.955,00)	-	-	(4.000.000,00)
440	Projeto Aquisição de Tratores e Implementos Agrícolas	-	-	-	-	-	232.560,00	-	-	-	-	-	-	232.560,00
	<b>Sub-total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-902.090,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.470.786,60</b>	<b>-2.170.007,85</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-1.548.955,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-3.150.266,25</b>
<b>8. Secretaria das Cidades - Cidades (4)</b>														
1	Rio Maranguapinho (Ações Habitacionais)	-	-	-	-	-	3.631.294,80	111.000,00	-	-	-	-	-	3.742.294,80
2	Rio Maranguapinho (Barragem, Dragagem e Urbanização - Trecho I, II e III (PAC I))	-	-	-	-	-	1.000.000,00	-	-	-	-	-	-	1.000.000,00
2042	Inclusão Social e Produtiva de Catadores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100.000,00	-	100.000,00
1944	Projeto: Mobilização e Transporte de Famílias	-	-	-	-	-	415.346,04	187.504,00	-	-	-	-	-	602.850,04
	<b>Sub-total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.046.640,84</b>	<b>298.504,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.445.144,84</b>

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP  
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 06 DE 03/08/2016

MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
<b>9. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS (5)</b>														
31	Fortalecimento da Rede de Assistência Social Parceira da STDS (Proteção Social Especial)	-	-	-	-	-	-	770.000,00	-	770.000,00	-	760.000,00	-	2.300.000,00
13	Apoio as Famílias em Situação de Vulnerabilidade - Estação Família.	-	-	-	-	-	600.000,00	-	800.000,00	-	-	-	-	1.400.000,00
211	Cuidando do Futuro de Crianças e Adolescentes.	-	-	-	-	-	-	300.000,00	-	300.000,00	-	300.000,00	-	900.000,00
258	Política Integrada de Economia Solidária	-	-	-	-	-	106.850,00	-	-	-	-	-	-	106.850,00
24	Fortalecimento da Rede de Socioassistencial da Proteção Social Básica.	-	-	-	-	-	1.300.000,00	650.000,00	650.000,00	-	-	-	-	2.600.000,00
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.006.850,00	1.720.000,00	1.450.000,00	1.070.000,00	0,00	1.060.000,00	0,00	7.306.850,00
	<b>TOTAL GERAL (*)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-1.836.195,90</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.724.817,36</b>	<b>8.343.626,44</b>	<b>9.039.561,00</b>	<b>5.669.561,00</b>	<b>-949.574,00</b>	<b>9.208.866,00</b>	<b>141.360,00</b>	<b>50.432.015,90</b>



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**

*Secretaria do Planejamento e Gestão*

**RESOLUÇÃO CCPIS Nº 07/2015**

**Dispõe sobre a aprovação de limite financeiro para projetos financiados com recursos do FECOP e dá outras providências.**

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS), instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003, regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.9.2009, no uso das atribuições que lhe foram conferidas e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS.

**RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:**

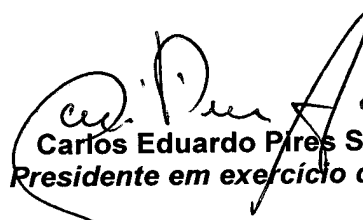
**Art. 1º.** Conceder limite para execução de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza durante o exercício de 2015 no seguinte valor:

<b>Secretaria</b>	<b>R\$</b>
Secretaria da Infraestrutura - SEINFRA	5.000.000,00
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE	515.084,55
<b>TOTAL (R\$)</b>	<b>5.515.084,55</b>

§ 1º. O limite concedido por projeto encontra-se discriminado no Anexo I desta Resolução.

§ 2º. Esta Resolução deriva da 5ª Reunião Virtual do CCPIS, realizada no período de 17/06 a 22/06/2015.

Fortaleza, 22 de junho de 2015.

  
**Carlos Eduardo Pires Sobreira**  
*Presidente em exercício do CCPIS*

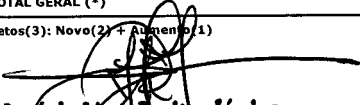
  
**José de Lima Freitas Júnior**  
Coordenador de Promoções de Políticas de  
Combate à Pobreza e Inclusão Social  
CCOPI / SEPLAG



ANEXO I  
FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP  
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 07 DE 22/06/2015

MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
<b>1. Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA (01)</b>														
285	Desapropriação de Área da Faixa de Domínio e Estações do VLT Parangaba - Mucuripe	-	-	-	-	-	5.000.000,00	-	-	-	-	-	-	5.000.000,00
	<b>Sub-total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000.000,00</b>
<b>2. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior – SECITECE (02)</b>														
5	Programa Bolsa Universidade da Universidade Vale do Acaraú - UVA, na Cidade de Sobral	-	-	-	-	-	-	96.192,55	96.192,55	96.192,55	96.192,55	10.314,35	-	395.084,55
65	Programa Assistência Estudantil da Universidade Vale do Acaraú - UVA, na Cidade de Sobral	-	-	-	-	-	-	22.500,00	22.500,00	22.500,00	22.500,00	22.500,00	7.500,00	120.000,00
	<b>Sub-total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>118.692,55</b>	<b>118.692,55</b>	<b>118.692,55</b>	<b>118.692,55</b>	<b>32.814,35</b>	<b>7.500,00</b>	<b>515.084,55</b>
	<b>TOTAL GERAL (*)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000.000,00</b>	<b>118.692,55</b>	<b>118.692,55</b>	<b>118.692,55</b>	<b>118.692,55</b>	<b>32.814,35</b>	<b>7.500,00</b>	<b>5.515.084,55</b>

(\*) Projetos(3): Novo(2) + Aumento(1)

  
**José de Lima Freitas Júnior**  
 Coordenador de Promoções de Políticas de  
 Combate à Pobreza e Inclusão Social  
**CCOPI / SEPLAG**



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**

*Secretaria do Planejamento e Gestão*

**RESOLUÇÃO CCPIS Nº 08/2015**

**Dispõe sobre a aprovação de limite financeiro para projetos financiados com recursos do FECOP e dá outras providências.**

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS), instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003, regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.9.2009, no uso das atribuições que lhe foram conferidas e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS;

**RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:**

**Art. 1º.** Conceder limite para execução de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza durante o exercício de 2015 no seguinte valor:

<b>Secretaria</b>	<b>R\$</b>
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	3.650.087,78
Secretaria das Cidades - Cidades	160.000,00
<b>TOTAL (R\$)</b>	<b>3.810.087,78</b>

Parágrafo único. O limite concedido por projeto encontra-se discriminado no Anexo I desta Resolução.

**Art. 2º.** Fica aprovada a Comissão de Monitoramento, para fins de verificação do desempenho das ações desenvolvidas no âmbito dos Projetos financiados com recursos oriundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, composta com a seguinte formação:

- I – Gerência Executiva do FECOP – GEF;
- II – Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS;
- III – Secretaria da Educação – SEDUC;
- IV – Secretaria da Saúde – SESA;
- V – Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA;
- VI – Secretaria do Esporte – SESPORTE;
- VII – Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS.

Parágrafo único. Ficam eleitos os seguintes Projetos, para efeito do monitoramento, a ser conduzido pela Comissão de que trata o caput deste artigo:

- I – Projovem urbano (Gabinete do Governador);
- II – Abrigo Des. Olívio Câmara (Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS);
- III – Garantindo a acessibilidade (Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS);
- IV – Escolas estaduais de Educação Profissional (Secretaria da Educação – SEDUC);
- V – Programa expansão da cajucultura (Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA);
- VI – Programa Hora de Plantar (Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA);
- VII – Viva + (Secretaria do Esporte – SESPORTE);
- VIII – Construção e ampliação de adutoras do Estado do Ceará (Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH);
- IX – Pequenos sistemas simplificados de abastecimento (Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH);
- X – Rio Maranguapinho – Trechos I, II e III (Secretaria das Cidades – CIDADES);



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
*Secretaria do Planejamento e Gestão*

**Art. 3º.** Esta Resolução deriva da 6ª Reunião Virtual do CCPIS, realizada no período de 02/07 a 06/07/2015.

Fortaleza, 06 de julho de 2015.

**Hugo Figueiredo**  
*Presidente do CCPIS*

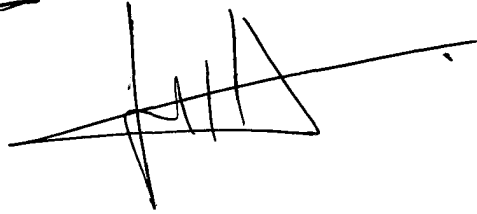
**José de Lima Freitas Júnior**  
Coordenador de Promoções de Políticas de  
Combate à Pobreza e Inclusão Social  
**CCOPI / SEPLAG**  
480

ANEXO I  
 FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP  
 RESOLUÇÃO CCPIS Nº 08 DE 06/07/2015

MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
<b>1. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS (2)</b>														
307	Primeiro Passo – Estagiários TRE	-	-	-	-	-	-	-	70.326,00	195.038,25	251.649,75	335.791,50	407.525,25	1.260.330,75
312	Fortalecendo o Atendimento ao Trabalho em Situação de Vulnerabilidade Social	-	-	-	-	-	-	1.194.878,51	-	-	1.194.878,52	-	-	2.389.757,03
	<b>Sub-total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.194.878,51</b>	<b>70.326,00</b>	<b>195.038,25</b>	<b>1.446.528,27</b>	<b>335.791,50</b>	<b>407.525,25</b>	<b>3.650.087,78</b>
<b>2. Secretaria das Cidades – Cidades (1)</b>														
2058	Apoio Institucional – Sistema Integrado de Saneamento Rural - SISAR	-	-	-	-	-	-	160.000,00	-	-	-	-	-	160.000,00
	<b>Sub-total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>160.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>160.000,00</b>
	<b>TOTAL GERAL (*)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.354.878,51</b>	<b>70.326,00</b>	<b>195.038,25</b>	<b>1.446.528,27</b>	<b>335.791,50</b>	<b>407.525,25</b>	<b>3.810.087,78</b>

(\*) Projetos: Novo (3)

**José de Lima Freitas Júnior**  
 Coordenador de Promoções de Políticas de  
 Combate à Pobreza e Inclusão Social  
 CCPIS / SEPLAG



### ANEXO 3 – Relação dos projetos de assistência à família (geral)

nº	MAPP	Título do Projeto	Objetivo Geral
<b>1. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS</b>			
1	8	Criando Oportunidades - Qualificação Profissional do Trabalhador Cearense	Fortalecer o empreendedorismo, a criação de pequenos negócios individuais e coletivos e a inserção no mercado de trabalho formal dos beneficiários do projeto.
	40		
2	13	Apoio as Famílias em Situação de Vulnerabilidade - Estação Família.	Atender famílias em situação de vulnerabilidade social, possibilitando a ampliação das competências familiares e do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, contribuindo para o fortalecimento da autonomia e inclusão social.
3	14	Novos Caminhos para Proteção de Mulheres em Situação de Violência Doméstica – Casa do Caminho (Proteção Social Especial)	Garantir a integridade física e psicológica das mulheres em situação de risco de vida e de seus (suas) filhos (filhas) menores de idade (meninos até 14 anos).
4	15	Abrigamento de Crianças e Adolescentes em Situação de Abandono Abrigo Desembargador Olívio Câmara – ADOC e Tia Júlia	Acolher crianças, adolescentes e adultos com direitos ameaçados ou violados nos Abrigos Desembargador Olívio Câmara (ADOC), e do Tia Júlia.
5	17	Pólos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Sociais (ABC's, Circos e CIP's)	Apoiar e complementar as ações protetivas da família, possibilitando a vivência em espaços de convívio grupal e social, ampliando o universo informacional, cultural e esportivo das crianças e adolescentes, na perspectiva da formação cidadã.
6	18	Projeto: Espaço Viva Gente	Atender crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade e risco social, através da oferta de atividades de cultura, esporte, formação social e qualificação profissional, desenvolvendo potencialidades e o protagonismo infanto-juvenil.

7	19	Famílias - Desafios e Inclusão Social	Fortalecer as potencialidades e vínculos relacionais das pessoas da família, com o acesso aos serviços socioassistenciais, benefícios e projetos sociais , visando a inserção das famílias na rede de proteção social ,minimizando as situações de vulnerabilidade.
8	23	Juventude Empreendedora	Promover a formação do jovem através da capacitação técnica, do desenvolvimento de valores de responsabilidade social e da cultura empreendedora, possibilitando sua inserção no mundo do trabalho.
9	23 (FEAS)	Assistência Emergencial a Pessoas ou Grupos em Situação de Pobreza	Apoiar técnica e financeiramente os municípios cearenses nas despesas relativas ao pagamento de auxílios natalidade e funeral obedecendo ao que preconiza a Política Nacional de Assistência Social.
10	24	Fortalecimento da Rede de Socioassistencial da Proteção Social Básica.	Promover o fortalecimento da rede socioassistencial, através de apoio às entidades de subvenção social visando à expansão dos serviços socioassistenciais junto às famílias em situação de vulnerabilidade social.
11	25	Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF	Contribuir para a melhoria da qualidade do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família - PAIF, executado junto às famílias vulneráveis referenciadas nos CRAS.
12	26	Artesanato Competitivo	Fomentar o artesanato como atividade econômica sustentável e de inclusão social e produtiva, integrando-o a cadeia produtiva do turismo e da cultura.
13	29	Fortalecimento dos Serviços Ofertados pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS	Fortalecer o acompanhamento especializado no âmbito da proteção social especial da Média Complexidade às famílias e indivíduos com direitos violados, que se encontram em situação de risco pessoal e social, em Fortaleza e municípios de maior incidência de casos de violação de direitos, visando garantir a proteção social e a convivência familiar e comunitária.

14	31	Fortalecimento da Rede de Assistência Social Parceira da STDS (Proteção Social Especial)	Ampliar a oferta de serviços para o público-alvo mediante a concessão de subsídios a entidades da rede socioassistencial.
15	32	Investimento Cidadão	Contribuir para a redução das vulnerabilidades de pessoas com deficiência no Ceará oportunizando seu acesso aos serviços de Proteção Social Básica.
16	34	Terceira Idade Cidadã	Apoiar técnica e financeiramente a gestão municipal na realização de ações de Proteção Social Básica à pessoa idosa, nos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS.
17	43	Idoso Sujeito Pleno	Acolher idosos em situação de abandono e violação de direitos assegurando-lhes assistência integral.
18	44	Primeiro Passo	Promover ações de qualificação social e profissional para jovens em situação de vulnerabilidade com vistas a sua inserção no mercado, de modo a propiciar-lhes oportunidades de desenvolvimento humano e efetivo exercício de cidadania.
19	65	Acesso de Pessoas com Deficiência à Inclusão Social	Assegurar o acesso de pessoas com deficiência às políticas públicas.
20	71	Garantindo a Acessibilidade	Desenvolver ações de qualificação social e profissional para as pessoas com deficiência e seus familiares, bem como, pessoas que queiram se qualificar para atendimento a este público.

21	93	CE - Jovem Aprendizagem em Serviço	Promover a formação do jovem através da capacitação técnica, do desenvolvimento de valores, de responsabilidade social e da cultura empreendedora, possibilitando a criação do seu próprio negócio ou inserção no mercado de trabalho.
22	130	Fortalecimento do Artesanato do Cariri	Fomentar o artesanato como atividade econômica sustentável e de inclusão social, com vistas à valorização da identidade cultural local e integração da atividade artesanal à cadeia produtiva do turismo e da cultura da região do Cariri, promovendo assim a ampliação das oportunidades de trabalho e geração de renda para os artesãos da região.
23	181	Geração Livre	Desenvolver práticas educativas, esportivas, culturais e artísticas, fundamentadas pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), oportunizando as adolescentes/jovens em conflito com a lei o resgate da cidadania, visando sua reinserção social.
24	211	Cuidando do Futuro de Crianças e Adolescentes.	Acolher e garantir proteção integral par crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, através do serviço de acolhimento institucional, como uma ação preventiva ao agravamento de situações de negligência, violência, e ruptura de vínculos.
25	258	Política Integrada de Economia Solidária	Promover a inclusão socioprodutiva das famílias beneficiadas.
26	307	Primeiro Passo – Estagiários TRE	Proporcionar inserção de jovens em atividades de estágio nos postos de atendimento do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), por meio da linha de ação Jovem Estagiário do Programa Primeiro Passo.
27	312	Fortalecendo o Atendimento ao Trabalho em Situação de Vulnerabilidade Social	Contribuir para a inserção social e produtiva de trabalhadores desempregados e subempregados, em situação de vulnerabilidade social, visando à (re) inserção destes no mercado de trabalho cearense.



## 2. Secretaria das Cidades - SCIDADES

28	1	Rio Maranguapinho (Ações Habitacionais)	Melhorar as condições de habitabilidade da população que atualmente reside na faixa de alagamento do Rio Maranguapinho em situação de alto risco e nas áreas adjacentes ao Rio Maranguapinho.
29	2	Rio Maranguapinho (Barragem, Dragagem e Urbanização - Trecho I, II e III - PAC I)	Melhorar as condições de habitabilidade da população que atualmente reside na faixa de alagamento do Rio Maranguapinho em situação de alto risco e nas áreas adjacentes ao Rio Maranguapinho.
30	3	Rio Cocó (Barragem, Drenagem e Urbanização)	Melhorar as condições de habitabilidade da população que atualmente reside na faixa de alagamento do Rio Cocó em situação de alto risco e nas áreas adjacentes ao Rio Cocó.
31	34	Melhorias Sanitárias Domiciliares - Programa Ceará II - KFW II	Ampliar o número de habitantes atendidos com Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD's) contribuindo para a melhoria da saúde e qualidade de vida da população beneficiada.
32	835	Fogões Sustentáveis (1) (Fogões com Eficiência Energética)	Contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população beneficiada e para redução do déficit habitacional qualitativo do Estado.
33	1378	Dendê (Ações Habitacionais)	Melhorar as condições de habitabilidade da população que atualmente reside em condições precárias na Comunidade do Dendê e em situação de risco nas áreas de preservação do mangue do Rio Cocó, na área de intervenção do projeto.
34	1465	Aluguel Social para Famílias de Baixa Renda	Viabilizar o benefício de aluguel social para famílias que habitam locais que estão sendo objeto de intervenções e que serão posteriormente reassentadas.

35	1516	Projeto Rio Cocó (Ações Habitacionais)	Melhorar as condições de habitabilidade da população que atualmente reside na faixa de alagamento em situação de alto risco e nas áreas adjacentes ao Rio Cocó.
36	1613	Fogões Sustentáveis (2) (Fogões com Eficiência Energética)	Contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população beneficiada e para redução do déficit habitacional qualitativo do Estado.
37	1944	Projeto: Mobilização e Transporte de Famílias	Transferir as famílias das áreas de abrangência dos Projetos Especiais Rio Maranguapinho, Cocó e Dendê para os residenciais onde serão reassentadas.
38	2042	Inclusão Social e Produtiva de Catadores	Promover a inclusão social e produtiva de catadores/as de materiais reutilizáveis e recicláveis apoiando a estruturação das organizações associativas auto-sustentáveis e formação das pessoas que serão envolvidas no processo, estimulando a geração de trabalho e renda.
39	2224	Habitação Rural - PNHR	Diminuir o déficit habitacional quantitativo e qualitativo da zona rural do Estado do Ceará como estratégia de inclusão social e de combate a pobreza.
<b>3. Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA</b>			
40	2	Aproveitamento Hidroagrícola do Castanhão	Aumentar a renda dos produtores beneficiados e a oferta de produtos agrícolas na região.
41	5	Agente Rural	Aumentar a renda e a ocupação dos agricultores familiares beneficiados, pelo incremento da rentabilidade dos seus empreendimentos.

42	10	Hora de Plantar (Distribuição de Sementes e Mudas)	Distribuir com orientações técnicas, aos agricultores de base familiar, sementes e mudas fiscalizadas de elevado potencial genético, visando o aumento da renda e emprego e a conseqüente melhoria das condições de vida dos beneficiários do Programa Hora de Plantar.
43	14	Hora de Plantar (Aquisição de Sementes e Mudas)	Aumentar a produção e produtividade de seus beneficiários, proporcionando-lhes condições de melhoria de renda e segurança alimentar.
44	32	Titulação de Imóveis Rurais	Promover a segurança jurídica do patrimônio fundiário do agricultor familiar e contribuir para a extinção da grilagem de terras no espaço rural cearense.
	67		
45	41	Assistência Técnica e Extensão Rural em Assentamentos Rurais no Estado do Ceará	Promover o desenvolvimento econômico, socioambiental e solidário dos assentamentos estaduais estruturando seus processos de produção e garantindo a segurança alimentar e nutricional às famílias assentadas.
46	50	Ampliação da Assistência Técnica aos Agricultores em Situação de Extrema Pobreza no Ceará	Contribuir para a segurança alimentar e nutricional e ampliação da renda da população beneficiada.
47	55	Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite	Fortalecer a cadeia produtiva do leite com a garantia de preço fixo do produto, proporcionando renda ao agricultor familiar e ao mesmo tempo que combater a vulnerabilidade social e a insegurança alimentar.
48	56	Cédula da Terra	Garantir custas cartoriais aos 114 assentamentos do Cédula da Terra para revitalizar e regularizar situação cadastral no âmbito jurídico, socioeconômico e ambiental com vistas à inserção das políticas públicas para o campo.

49	112	Programa de Aquisição de Alimentos no Ceará (PAA)	Fortalecer a agricultura familiar através da geração de renda no campo e aquisição da produção dos agricultores (as) familiares e garantir o direito humano à alimentação por meio da doação dos produtos adquiridos para entidades socioassistenciais locais.
50	124	Programa de Expansão e Recuperação da Cajucultura	Promover a estruturação produtiva e a sustentabilidade dos médios negócios rurais, resultando na melhoria de renda e da qualidade de vida dos produtores e suas famílias.
51	183	Fortalecimento das Ações de ATER no Estado do Ceará	Promover a elevação da produção e da produtividade de agricultores familiares, residentes em 71 municípios do Estado do Ceará.
52	337	PRODETER - Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais 2015	Financiar projetos estratégicos para o desenvolvimento territorial tendo como foco a inclusão produtiva, o fortalecimento da gestão social e das redes sociais de cooperação e o estímulo a uma maior articulação de políticas públicas.
53	340	São José III - Componente 1 - Inclusão Econômica - Implantação de Projetos Produtivos.	Promover o desenvolvimento rural sustentável do Estado do Ceará com ações voltadas para a consolidação da produção e comercialização da agricultura familiar, integrando-se com as políticas estaduais de desenvolvimento econômico, ambiental e social de segurança hídrica e alimentar das comunidades rurais.
54	341	São José III - Componente 2 - Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado	Contribuir para a universalização do direito à água potável e o esgotamento sanitário, integrando-se com as políticas estaduais de desenvolvimento econômico e social de segurança hídrica e alimentar das comunidades rurais do Estado.
55	349	PRODETER - Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	Financiar projetos estratégicos para o desenvolvimento territorial tendo como foco a inclusão produtiva, o fortalecimento da gestão social e das redes sociais de cooperação, ampliação da assistência técnica, apoio a comercialização e o estímulo a uma maior articulação de políticas públicas.
	350		

56	353	Construção de Cisternas de Placas (1)	Facilitar aos beneficiários o acesso a água para consumo humano.
57	362	Implantação de Projetos de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - PAIS	Contribuir para a segurança alimentar e nutricional da população beneficiada através da produção de alimentos para o autoconsumo e de excedente comercializável.
58	363	Kits de Irrigação (1)	Aumentar a renda dos beneficiários mediante o uso de irrigação, tornando-os menos dependentes das condições climáticas.
59	365	Quintais Produtivos mantidos por Cisternas de Enxurrada e Barragens Subterrâneas (1)	Garantir a segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas através da construção de quintais produtivos mantidos por cisternas de enxurrada ou barragens subterrâneas.
60	372	Kit's de Irrigação (2)	Aumentar a renda dos beneficiários mediante o uso de irrigação, tornando-os menos dependentes das condições climáticas.
61	373	Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Apicultura	Ampliar o número de colmeias produtivas e a produtividade colmeia / ano gerando renda para as famílias beneficiadas.
62	374	Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura no Estado do Ceará	Melhorar a renda dos beneficiários mediante o fortalecimento da cadeia produtiva da Ovinocaprinocultura cearense, tornando-a sustentável, competitiva e rentável.

63	377	Modernização e Fortalecimento do Setor da Mandioca do Estado do Ceará	Adquirir máquinas e equipamentos para a modernizar e fortalecer o setor da mandioca no Estado do Ceará, complementando as casas de farinha em fase final de construção com recursos do FECOP, tornando-o agroecologicamente atrativo, sustentável e competitivo.
64	378	Kits de Irrigação (3)	Aumentar a renda dos beneficiários mediante o uso de irrigação, tornando-os menos dependentes das condições climáticas.
65	385	Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água no âmbito do Programa Água para Todos	Contribuir para a universalização do acesso à água para consumo humano e alimentar em áreas rurais.
66	387	Zumbi - Desenvolvimento de Atividades Produtivas em Comunidades Quilombolas no Estado do Ceará	Ampliar as oportunidades de trabalho e renda das comunidades beneficiadas.
67	389	Construção de Cisternas de Placas (2)	Facilitar aos beneficiários o acesso a água para consumo humano.
68	390	Quintais Produtivos Mantidos por Cisterna de Enxurradas e Barragens Subterrâneas (2)	Garantir a segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas através da construção de quintais produtivos mantidos por cisternas de enxurrada ou barragens subterrâneas.
69	430	Modernização da Cadeia Produtiva da Mandioca nos Territórios do Extremo Oeste e Metropolitano José de Alencar	Modernizar e fortalecer o setor da mandioca no Estado do Ceará, tornando-o atrativo, sustentável e competitivo, gerando trabalho e renda no meio rural.

70	434	Superação da Pobreza em Assentamentos do Estado do Ceará	Garantir um volume de produção que propicie segurança alimentar e nutricional, bem como excedente comercializável, contribuindo para a superação da situação de pobreza das famílias residentes nos assentamentos dos programas de reforma agrária.
71	440	Projeto Aquisição de Tratores e Implementos Agrícolas	Melhorar as condições da produção agropecuária de pequenas famílias rurais, sobrevivendo a exploração de forma manual para o cultivo mecanizado, acarretando aumento de área e de produção.
72	451	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades - Projeto Paulo Freire/FIDA - Componente 1: Desenvolvimento de Capacidades	Fortalecer as capacidades da população rural e das suas lideranças para identificar priorizar e solucionar seus problemas e potencialidades, fortalecendo suas organizações e ampliando sua participação nos processos locais de decisão.
73	452	Desenvolvimento Produtivo e de capacidades - Projeto Paulo Freire/FIDA - Componente 2: Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental	Aumentar a produção e a produtividade das unidades familiares ou comunitárias apoiadas tendo por base o uso sustentável dos recursos naturais.
74	457	Implantação de Cisternas de Polietileno ( <i>Água para Todos</i> )	Contribuir para a universalização do acesso à água em áreas rurais para consumo humano e alimentar.
75	471	Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	Financiar projetos estratégicos para o desenvolvimento territorial tendo como foco a inclusão produtiva, o fortalecimento da gestão social e das redes sociais de cooperação e o estímulo a uma maior articulação de políticas públicas.
76	476	Construção de Cisternas de Placas (3)	Facilitar aos beneficiários o acesso a água para consumo humano.

77	477	Modernização de Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar	Fortalecer a agricultura familiar e a segurança alimentar de seus beneficiários por meio de melhorias nos processos de aquisição e armazenamento dos produtos adquiridos.
78	495	Águas do Baixo Jaguaribe	Garantir renda mínima para a sobrevivência de agricultores irrigantes e minimizar de forma emergencial o consumo de água na irrigação rizícola.
79	505	Fortalecimento da Caprinocultura Leiteira	Melhorar a renda dos beneficiários, qualificando-os para o fortalecimento da cadeia produtiva da caprinocultura leiteira.
<b>4. Secretaria da Educação – SEDUC</b>			
80	807	Concessão de Bolsa Estágio para Alunos das Escolas Estaduais de Educação	Garantir a aproximação com o mundo de trabalho e o exercício de atividades relacionadas às futuras profissões.
81	900	Projeto e-Jovem	Oferecer aos educandos formação em tecnologia da informação comunicação, e empreendedorismo.
82	1017	Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional	Oferecer aos jovens estudantes uma formação técnica que possibilite sua inserção no mundo do trabalho.
83	1350	Desenvolvimento do Projeto Jovem de Futuro	Contribuir para que os jovens concluam o ensino médio com qualidade



84	1382	Apoio às Ações de Formação Profissional dos Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional	Contribuir para a redução da pobreza da juventude cearense oportunizando condições de ingresso dos jovens em atividades que sejam dignas e viáveis economicamente, seja no ingresso no mercado formal de trabalho, seja no incentivo ao micro-empendedorismo ou formas associativas de trabalho, no campo da economia solidária.
<b>5. Secretaria da Cultura – SECULT</b>			
85	68	Agentes de Leitura	Democratizar para seus beneficiários o acesso ao livro e à leitura.
<b>6. Gabinete do Governador - GABGOV</b>			
86	86	Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano (1)	Elevar o grau de Escolaridade de jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, que não concluíram o Ensino Fundamental e que saibam ler e escrever.
87	102	Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem Urbano (2)	Elevar o grau de Escolaridade de jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, que não concluíram o Ensino Fundamental e que saibam ler e escrever.
88	103	ProJovem Campo "Saberes da Terra"	Elevar o grau de Escolaridade de jovens agricultores na faixa etária de 18 a 29 anos, que não concluíram o Ensino Fundamental e que saibam ler e escrever.
<b>7. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE</b>			
89	5	Programa Bolsa Universidade da Universidade Vale do Acaraú - UVA , na Cidade de Sobral	Viabilizar a permanência dos alunos de baixa renda na Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, por meio da concessão de estágio remunerado.
90	65	Programa Assistência Estudantil da Universidade Vale do Acaraú – UVA, na Cidade de Sobral	Viabilizar a permanência do aluno na Universidade, tendo como pressuposto a igualdade de oportunidades e a qualificação acadêmica, beneficiando recursos financeiros mínimos destinados a sua alimentação diária.

91	75	Implantação da Residência Universitária da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, na Cidade de Sobral - Ce	Viabilizar a permanência do aluno na Universidade, tendo como pressuposto a igualdade de oportunidades, com vistas à sua qualificação acadêmica.
92	294	Inclusão Social e Produtiva de Organizações Coletivas na Cadeia do Caju nos Territórios do Curu, Aracatiaçu e Maciço de Baturité	Consolidar as ações do Projeto Intercaju e integrar as cadeias do caju e mel em comunidades de baixo IDH dos Vales do Curu e Aracatiaçu e Maciço de Baturité, mediante atividades que contribuam para a promoção da inclusão social produtiva, assegurando postos de trabalho, ocupação regular da mão de obra, aumento na renda e melhoria da qualidade de vida.
<b>8. Secretaria do Esporte – SESPORTE</b>			
93	11	Viva+	Contribuir para o processo de recuperação e conseqüente melhoria da qualidade de vida dos dependentes internos de comunidades terapêuticas da capital e região metropolitana.
<b>6. Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas - SPD</b>			
94	6	Ponto da Cidadania	Favorecer o cuidado com a saúde, o autocuidado e a cidadania, a partir da articulação de rede intersetorial na garantia da acessibilidade dos usuários às diversas políticas públicas e o combate às situações de violação de direitos.
95	7	Fortalecendo Minha Comunidade	Reduzir os fatores de risco e fortalecer os fatores de proteção relacionados ao uso de drogas lícitas e ilícitas.
96	12	Juventude em Ação	Prevenir o uso de drogas junto aos alunos das Escolas de Ensino Médio, de seus familiares e no entorno de suas comunidades, através de ações de cidadania e de conscientização sobre os problemas físicos, sociais e emocionais que decorrem do consumo de drogas.
97	25	Juventude do Futuro	Prevenir o uso de drogas desde a infância, trabalhando junto aos alunos das Escolas de Ensino Fundamental e seus familiares.

### ANEXO 4 – Relação dos projetos de assistência à família (selecionados)

nº	MAPP	Título do Projeto	Objetivo Geral	Relatório I (1º Sem.)	Relatório II (2º Sem.)
<b>1. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS</b>					
1	17	Pólos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Sociais (ABC's, Circos e CIP's)	Apoiar e complementar as ações protetivas da família, possibilitando a vivência em espaços de convívio grupal e social, ampliando o universo informacional, cultural e esportivo das crianças e adolescentes, na perspectiva da formação cidadã.	X	
2	18	Projeto: Espaço Viva Gente	Atender crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade e risco social, através da oferta de atividades de cultura, esporte, formação social e qualificação profissional, desenvolvendo potencialidades e o protagonismo infanto-juvenil.	X	
3	19	Famílias - Desafios e Inclusão Social	Fortalecer as potencialidades e vínculos relacionais das pessoas da família, com o acesso aos serviços socioassistenciais, benefícios e projetos sociais, visando a inserção das famílias na rede de proteção social, minimizando as situações de vulnerabilidade.	X	
4	25	Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF	Contribuir para a melhoria da qualidade do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família - PAIF, executado junto às famílias vulneráveis referenciadas nos CRAS.	X	
5	65	Acesso de Pessoas com Deficiência à Inclusão Social	Assegurar o acesso de pessoas com deficiência às políticas públicas.	X	
6	8 40	Criando Oportunidades - Qualificação Profissional do Trabalhador Cearense	Fortalecer o empreendedorismo, a criação de pequenos negócios individuais e coletivos e a inserção no mercado de trabalho formal dos beneficiários do projeto.		X
7	23	Juventude Empreendedora	Promover a formação do jovem através da capacitação técnica, do desenvolvimento de valores de responsabilidade social e da cultura empreendedora, possibilitando sua inserção no mundo do trabalho.		X

8	26	Artesanato Competitivo	Fomentar o artesanato como atividade econômica sustentável e de inclusão social e produtiva, integrando-o a cadeia produtiva do turismo e da cultura.		X
9	29	Fortalecimento dos Serviços Ofertados pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS	Fortalecer o acompanhamento especializado no âmbito da proteção social especial da Média Complexidade às famílias e indivíduos com direitos violados, que se encontram em situação de risco pessoal e social, em Fortaleza e municípios de maior incidência de casos de violação de direitos, visando garantir a proteção social e a convivência familiar e comunitária.		X
10	44	Primeiro Passo	Promover ações de qualificação social e profissional para jovens em situação de vulnerabilidade com vistas a sua inserção no mercado, de modo a propiciar-lhes oportunidades de desenvolvimento humano e efetivo exercício de cidadania.		X
11	71	Garantindo a Acessibilidade	Desenvolver ações de qualificação social e profissional para as pessoas com deficiência e seus familiares, bem como, pessoas que queiram se qualificar para atendimento a este público.		X
12	93	CE - Jovem Aprendizagem em Serviço	Promover a formação do jovem através da capacitação técnica, do desenvolvimento de valores, de responsabilidade social e da cultura empreendedora, possibilitando a criação do seu próprio negócio ou inserção no mercado de trabalho.		X
13	130	Fortalecimento do Artesanato do Cariri	Fomentar o artesanato como atividade econômica sustentável e de inclusão social, com vistas à valorização da identidade cultural local e integração da atividade artesanal à cadeia produtiva do turismo e da cultura da região do Cariri, promovendo assim a ampliação das oportunidades de trabalho e geração de renda para os artesãos da região.		X

2. Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA					
14	5	Agente Rural	Aumentar a renda e a ocupação dos agricultores familiares beneficiados, pelo incremento da rentabilidade dos seus empreendimentos.	X	X
	50	Ampliação da Assistência Técnica aos Agricultores em Situação de Extrema Pobreza no Ceará	Contribuir para a segurança alimentar e nutricional e ampliação da renda da população beneficiada.		X
	183	Fortalecimento das Ações de ATER no Estado do Ceará	Promover a elevação da produção e da produtividade de agricultores familiares, residentes em 71 municípios do Estado do Ceará.		X
15	41	Assistência Técnica e Extensão Rural em Assentamentos Rurais no Estado do Ceará	Promover o desenvolvimento econômico, socioambiental e solidário dos assentamentos estaduais estruturando seus processos de produção e garantindo a segurança alimentar e nutricional às famílias assentadas.	X	
16	55	Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite	Fortalecer a cadeia produtiva do leite com a garantia de preço fixo do produto, proporcionando renda ao agricultor familiar e ao mesmo tempo que combater a vulnerabilidade social e a insegurança alimentar.	X	
17	112	Programa de Aquisição de Alimentos no Ceará (PAA)	Fortalecer a agricultura familiar através da geração de renda no campo e aquisição da produção dos agricultores (as) familiares e garantir o direito humano à alimentação por meio da doação dos produtos adquiridos para entidades socioassistenciais locais.	X	X
	477	Modernização de Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar	Fortalecer a agricultura familiar e a segurança alimentar de seus beneficiários por meio de melhorias nos processos de aquisição e armazenamento dos produtos adquiridos.		X

18	340	São José III - Componente 1 - Inclusão Econômica - Implantação de Projetos Produtivos.	Promover o desenvolvimento rural sustentável do Estado do Ceará com ações voltadas para a consolidação da produção e comercialização da agricultura familiar, integrando-se com as políticas estaduais de desenvolvimento econômico, ambiental e social de segurança hídrica e alimentar das comunidades rurais.		X
	341	São José III - Componente 2 - Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado	Contribuir para a universalização do direito à água potável e o esgotamento sanitário, integrando-se com as políticas estaduais de desenvolvimento econômico e social de segurança hídrica e alimentar das comunidades rurais do Estado.		X
19	353	Construção de Cisternas de Placas (1)	Facilitar aos beneficiários o acesso a água para consumo humano.		X
	389	Construção de Cisternas de Placas (2)			X
	476	Construção de Cisternas de Placas (3)		X	X
20	365	Quintais Produtivos mantidos por Cisternas de Enxurrada e Barragens Subterrâneas (1)	Garantir a segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas através da construção de quintais produtivos mantidos por cisternas de enxurrada ou barragens subterrâneas.		X
	390	Quintais Produtivos Mantidos por Cisterna de Enxurradas e Barragens Subterrâneas (2)			X
21	385	Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água no âmbito do Programa Água para Todos	Contribuir para a universalização do acesso à água para consumo humano e alimentar em áreas rurais.		X
22	440	Projeto Aquisição de Tratores e Implementos Agrícolas	Melhorar as condições da produção agropecuária de pequenas famílias rurais, sobrevivendo a exploração de forma manual para o cultivo mecanizado, acarretando aumento de área e de produção.		X

23	451	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades - Projeto Paulo Freire/FIDA - Componente 1: Desenvolvimento de Capacidades	Fortalecer as capacidades da população rural e das suas lideranças para identificar priorizar e solucionar seus problemas e potencialidades, fortalecendo suas organizações e ampliando sua participação nos processos locais de decisão.	X	
	452	Desenvolvimento Produtivo e de capacidades - Projeto Paulo Freire/FIDA - Componente 2: Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental	Aumentar a produção e a produtividade das unidades familiares ou comunitárias apoiadas tendo por base o uso sustentável dos recursos naturais.	X	
<b>3. Secretaria da Educação – SEDUC</b>					
24	807	Concessão de Bolsa Estágio para Alunos das Escolas Estaduais de Educação	Garantir a aproximação com o mundo de trabalho e o exercício de atividades relacionadas às futuras profissões.	X	
	1017	Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional	Oferecer aos jovens estudantes uma formação técnica que possibilite sua inserção no mundo do trabalho.	X	
	1382	Apoio às Ações de Formação Profissional dos Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional	Contribuir para a redução da pobreza da juventude cearense oportunizando condições de ingresso dos jovens em atividades que sejam dignas e viáveis economicamente, seja no ingresso no mercado formal de trabalho, seja no incentivo ao microempreendedorismo ou formas associativas de trabalho, no campo da economia solidária.	X	
25	900	Projeto e-Jovem	Oferecer aos educandos formação em tecnologia da informação comunicação, e empreendedorismo.	X	
26	1350	Desenvolvimento do Projeto Jovem de Futuro	Contribuir para que os jovens concluam o ensino médio com qual	X	

4. Secretaria das Cidades – SCIDADES					
27	1	Rio Maranguapinho (Ações Habitacionais)	Melhorar as condições de habitabilidade da população que atualmente reside na faixa de alagamento do Rio Maranguapinho em situação de alto risco e nas áreas adjacentes ao Rio Maranguapinho.		X
	2	Rio Maranguapinho (Barragem, Dragagem e Urbanização - Trecho I, II e II - PAC I)	Melhorar as condições de habitabilidade da população que atualmente reside na faixa de alagamento do Rio Maranguapinho em situação de alto risco e nas áreas adjacentes ao Rio Maranguapinho.		X
	3	Rio Cocó (Barragem, Drenagem e Urbanização)	Melhorar as condições de habitabilidade da população que atualmente reside na faixa de alagamento do Rio Cocó em situação de alto risco e nas áreas adjacentes ao Rio Cocó.		X
	1378	Dendê (Ações Habitacionais)	Melhorar as condições de habitabilidade da população que atualmente reside em condições precárias na Comunidade do Dendê e em situação de risco nas áreas de preservação do mangue do Rio Cocó, na área de intervenção do projeto.		X
	1465	Aluguel Social para Famílias de Baixa Renda	Viabilizar o benefício de aluguel social para famílias que habitam locais que estão sendo objeto de intervenções e que serão posteriormente reassentadas.		X
	1516	Projeto Rio Cocó (Ações Habitacionais)	Melhorar as condições de habitabilidade da população que atualmente reside na faixa de alagamento em situação de alto risco e nas áreas adjacentes ao Rio Cocó.		X
28	2042	Inclusão Social e Produtiva de Catadores	Promover a inclusão social e produtiva de catadores/as de materiais reutilizáveis e recicláveis apoiando a estruturação das organizações associativas auto-sustentáveis e formação das pessoas que serão envolvidas no processo, estimulando a geração de trabalho e renda.		X
29	2224	Habitação Rural - PNHR	Diminuir o déficit habitacional quantitativo e qualitativo da zona rural do Estado do Ceará como estratégia de inclusão social e de combate a pobreza.		X

\* N° de marcos lógicos elaborados: 29; N° de projetos envolvidos: 44



## **ANEXO V**

**Evidência do atendimento do Indicador DLI 8 (CAGECE) -**  
Porcentagem de domicílios com conexão adequada ao sistema  
de esgoto.

Ofício nº 498/15/Gapre/DPR  
Fortaleza, 14 de Dezembro de 2015

Ilm<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup>  
Cristina Medeiros  
Coordenadora da Unidade de Gerenciamento do Projeto PforR  
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE

Senhora Coordenadora,

Conforme solicitação de V.Sa., por meio de e-mail para o nosso representante da Cagece no comitê estadual do PforR, CARLOS ROSSAS MOTA FILHO, encaminhamos, o último resultado apurado do indicador primário do PforR sob responsabilidade da Cagece Porcentagem de domicílios com conexão adequada ao sistema de esgoto.

A meta estabelecida para o segundo semestre deste ano (2015.2) é de 84,90% e o resultado obtido em novembro de 2015 foi de 85,83%. Ressalto que o resultado obtido em novembro deste ano já supera a meta estabelecida para 2015.2.

Anexamos, a tela do Sistema de Gerenciamento de Resultado com o acompanhamento mensal do resultado desse indicador, que internamente possui o nome de Índice de Utilização da Rede de Esgoto - PforR.

Atenciosamente,



Neurisangelo C. de Freitas  
Diretor-Presidente



Claudia Elizangela Caixeta Lima  
Diretora de Mercado - Cagece



Carlos Rossas Mota-Filho  
Gerente de Desenvolvimento de Mercado  
GEDEM – CAGECE

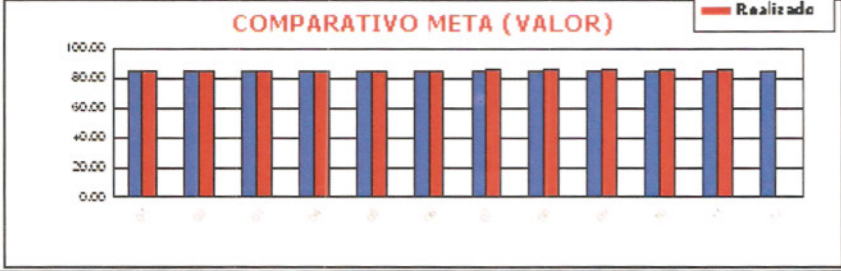
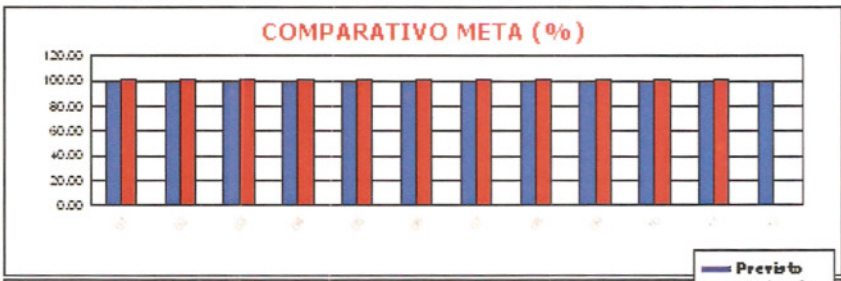
**UNIDADE:** GEDEM

**OBJETIVO:** UNIVERSALIZAR O ACESSO E AMPLIAR O NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO

**INDICADOR:** ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO DA REDE DE ESGOTO - PFORR - %

**SENTIDO DO INDICADOR:** Crescente      **REALIZADO - AÇÕES (%):** 0,00      **ANO:** 2015

MÊS	META MENSAL		
	PREVISTO	REALIZADO	% ATING.
JANEIRO	84,35	84,95	100,71
FEVEREIRO	84,40	85,03	100,75
MARÇO	84,45	85,11	100,78
ABRIL	84,50	85,15	100,77
MAIO	84,55	85,21	100,78
JUNHO	84,60	85,28	100,80
JULHO	84,65	85,37	100,85
AGOSTO	84,70	85,43	100,86
SETEMBRO	84,75	85,47	100,85
OUTUBRO	84,80	85,57	100,91
NOVEMBRO	84,85	85,83	101,15
DEZEMBRO	84,90		



**PLANO DE AÇÃO**

INICIATIVA ESTRATÉGICA	RESPONSÁVEL	EQUIPE	PRAZO		SITUAÇÃO	REALIZ. (0%-25%-50% -75%-100%)
			INÍCIO	FIM		

DATA REUNIÃO	PARTICIP.	MÊS	FATOS	CAUSAS	AÇÕES

*Handwritten signature in blue ink.*

*Handwritten signature in blue ink.*



<b>UNIDADE:</b>	GEDEM				
<b>OBJETIVO:</b>	UNIVERSALIZAR O ACESSO E AMPLIAR O NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO				
<b>INDICADOR:</b>	ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO DA REDE DE ESGOTO - PFORR - %				
<b>SENTIDO DO INDICADOR:</b>	Crescente	<b>REALIZADO - AÇÕES (%):</b>	0,00	<b>ANO:</b>	2015

FONTE DE DADOS			
VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	COMPORTAMENTO	ORIGEM
Nº_LIG_ATIV_ESG_PFORR	CORRESPONDE A QUANTIDADE DE LIGAÇÕES ATIVAS DE ESGOTO NO ÚLTIMO DIA DO MÊS DE APURAÇÃO DO INDICADOR, CONSIDERANDO OS IMÓVEIS VAGOS.	Mês Atual	Sistema Empresarial de Informações
Nº_LIG_ATIV_ESG_PFORR	CORRESPONDE A QUANTIDADE DE LIGAÇÕES ATIVAS DE ESGOTO NO ÚLTIMO DIA DO MÊS DE APURAÇÃO DO INDICADOR, CONSIDERANDO OS IMÓVEIS VAGOS.	Mês Atual	Sistema Empresarial de Informações
Nº_LIG_CON_ESG_PFORR	CORRESPONDE A QUANTIDADE DE LIGAÇÕES ATIVAS DE ESGOTO CONDOMINIAL NO ÚLTIMO DIA DO MÊS DE APURAÇÃO DO INDICADOR, CONSIDERANDO OS IMÓVEIS VAGOS.	Mês Atual	Sistema Empresarial de Informações
Nº_LIG_CON_ESG_PFORR	CORRESPONDE A QUANTIDADE DE LIGAÇÕES ATIVAS DE ESGOTO CONDOMINIAL NO ÚLTIMO DIA DO MÊS DE APURAÇÃO DO INDICADOR, CONSIDERANDO OS IMÓVEIS VAGOS.	Mês Atual	Sistema Empresarial de Informações
N_LIG_ESG_FAT_OI_PFORR	CORRESPONDE A QUANTIDADE DE LIGAÇÕES DE ESGOTO FATURADAS POR OUTRO IMÓVEL NO ÚLTIMO DIA DO MÊS DE APURAÇÃO DO INDICADOR, CONSIDERANDO OS IMÓVEIS VAGOS.	Mês Atual	Sistema Empresarial de Informações
N_LIG_ESG_FAT_OI_PFORR	CORRESPONDE A QUANTIDADE DE LIGAÇÕES DE ESGOTO FATURADAS POR OUTRO IMÓVEL NO ÚLTIMO DIA DO MÊS DE APURAÇÃO DO INDICADOR, CONSIDERANDO OS IMÓVEIS VAGOS.	Mês Atual	Sistema Empresarial de Informações
Nº_LIG_FACT_ESG_PFORR	CORRESPONDE A QUANTIDADE DE LIGAÇÕES FACTÍVEIS DE ESGOTO NO ÚLTIMO DIA DO MÊS DE APURAÇÃO DO INDICADOR, SEM CONSIDERAR OS IMÓVEIS VAGOS.	Mês Atual	Sistema Empresarial de Informações
Nº_LIG_LSIN_ESG_PFORR	NÚMERO DE LIGAÇÕES LIGADAS SEM INTERLIGAÇÃO DE ESGOTO PFORR	Mês Atual	Sistema Empresarial de Informações
Nº_LIG_SUSP_ESG_PFORR	QUANTIDADE DE LIGAÇÕES SUSPENSAS DE ESGOTO NO ÚLTIMO DIA DO MÊS DE APURAÇÃO DO INDICADOR, CONSIDERANDO OS IMÓVEIS VAGOS.	Mês Atual	Sistema Empresarial de Informações
Nº_LIG_SUSP_ESG_PFORR	QUANTIDADE DE LIGAÇÕES SUSPENSAS DE ESGOTO NO ÚLTIMO DIA DO MÊS DE APURAÇÃO DO INDICADOR, CONSIDERANDO OS IMÓVEIS VAGOS.	Mês Atual	Sistema Empresarial de Informações
Nº_LIG_TAMP_ESG_PFORR	NÚMERO DE LIGAÇÕES TAMPONADAS DE ESGOTO - PFORR	Mês Atual	Sistema Empresarial de Informações
<b>FÓRMULA =</b>			
$\frac{((N^{\circ}LIG\_ATIV\_ESG\_PFORR+N^{\circ}LIG\_CON\_ESG\_PFORR+N^{\circ}LIG\_SUSP\_ESG\_PFORR+N\_LIG\_ESG\_FAT\_OI\_PFORR))}{(N^{\circ}LIG\_ATIV\_ESG\_PFORR+N^{\circ}LIG\_CON\_ESG\_PFORR+N^{\circ}LIG\_SUSP\_ESG\_PFORR+N^{\circ}LIG\_TAMP\_ESG\_PFORR+N^{\circ}LIG\_FACT\_ESG\_PFORR)}$			

Ofício nº 499/15/Gapre/DPR  
Fortaleza, 14 de Dezembro de 2015

Ilm<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup>

Cristina Medeiros  
Coordenadora da Unidade de Gerenciamento do Projeto PforR  
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE

Senhora Coordenadora,

Conforme solicitação de V.Sa., por meio de e-mail para o nosso representante da Cagece no comitê estadual do PforR, CARLOS ROSSAS MOTA FILHO, encaminhamos o último resultado apurado do indicador primário do PforR sob responsabilidade da Cagece Porcentagem de domicílios com conexão adequada ao sistema de esgoto.

A meta estabelecida para o primeiro semestre do próximo ano (2016.1) é de 85,20% e o resultado obtido em novembro de 2015 foi de 85,83%. Ressalto que o resultado obtido em novembro deste ano já supera a meta estabelecida para 2016.1.

Anexamos, a tela do Sistema de Gerenciamento de Resultado com o acompanhamento mensal do resultado desse indicador, que internamente possui o nome de Índice de Utilização da Rede de Esgoto - PforR.

Atenciosamente



Neurisangelo C. de Freitas  
Diretor-Presidente



Claudia Elizangela Caixeta Lima  
Diretora de Mercado - Cagece

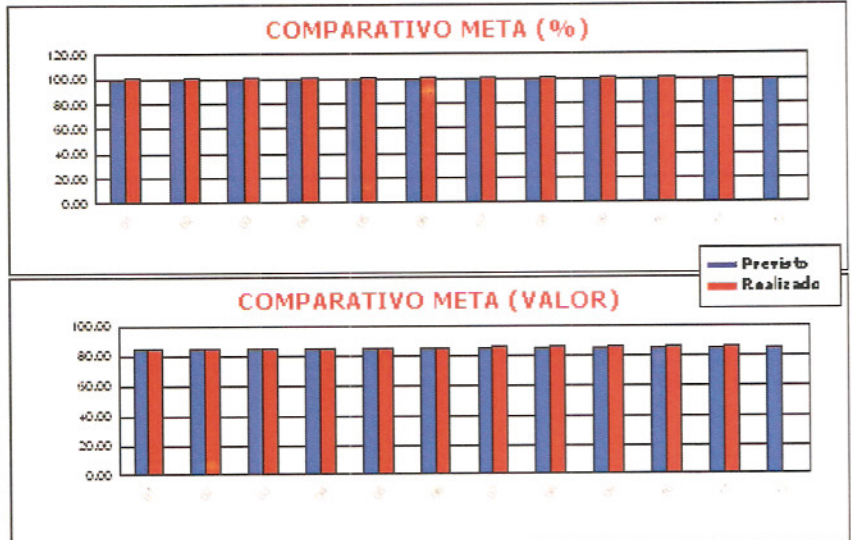


Carlos Rossas Mota Filho  
Gerente de Desenvolvimento de Mercado  
GEDEM - CAGECE



<b>UNIDADE:</b>	GEDEM		
<b>OBJETIVO:</b>	UNIVERSALIZAR O ACESSO E AMPLIAR O NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO		
<b>INDICADOR:</b>	ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO DA REDE DE ESGOTO - PFORR - %		
<b>SENTIDO DO INDICADOR:</b>	Crescente	<b>REALIZADO - AÇÕES (%):</b>	0,00
<b>ANO:</b>	2015		



MÊS	META MENSAL		
	PREVISTO	REALIZADO	% ATING.
JANEIRO	84,35	84,95	100,71
FEVEREIRO	84,40	85,03	100,75
MARÇO	84,45	85,11	100,78
ABRIL	84,50	85,15	100,77
MAIO	84,55	85,21	100,78
JUNHO	84,60	85,28	100,80
JULHO	84,65	85,37	100,85
AGOSTO	84,70	85,43	100,86
SETEMBRO	84,75	85,47	100,85
OUTUBRO	84,80	85,57	100,91
NOVEMBRO	84,85	85,83	101,15
DEZEMBRO	84,90		



PLANO DE AÇÃO						
INICIATIVA ESTRATÉGICA	RESPONSÁVEL	EQUIPE	PRAZO		SITUAÇÃO	REALIZ. (0%-25%-50% -75%-100%)
			INÍCIO	FIM		

DATA REUNIÃO	PARTICIP.	MÊS	FATOS	CAUSAS	AÇÕES

<b>UNIDADE:</b>	GEDEM				
<b>OBJETIVO:</b>	UNIVERSALIZAR O ACESSO E AMPLIAR O NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO				
<b>INDICADOR:</b>	ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO DA REDE DE ESGOTO - PFORR - %				
<b>SENTIDO DO INDICADOR:</b>	Crescente	<b>REALIZADO - AÇÕES (%):</b>	0,00	<b>ANO:</b>	2015

FONTE DE DADOS			
VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	COMPORTAMENTO	ORIGEM
Nº_LIG_ATIV_ESG_PFORR	CORRESPONDE A QUANTIDADE DE LIGAÇÕES ATIVAS DE ESGOTO NO ÚLTIMO DIA DO MÊS DE APURAÇÃO DO INDICADOR, CONSIDERANDO OS IMÓVEIS VAGOS.	Mês Atual	Sistema Empresarial de Informações
Nº_LIG_ATIV_ESG_PFORR	CORRESPONDE A QUANTIDADE DE LIGAÇÕES ATIVAS DE ESGOTO NO ÚLTIMO DIA DO MÊS DE APURAÇÃO DO INDICADOR, CONSIDERANDO OS IMÓVEIS VAGOS.	Mês Atual	Sistema Empresarial de Informações
Nº_LIG_CON_ESG_PFORR	CORRESPONDE A QUANTIDADE DE LIGAÇÕES ATIVAS DE ESGOTO CONDOMINIAL NO ÚLTIMO DIA DO MÊS DE APURAÇÃO DO INDICADOR, CONSIDERANDO OS IMÓVEIS VAGOS.	Mês Atual	Sistema Empresarial de Informações
Nº_LIG_CON_ESG_PFORR	CORRESPONDE A QUANTIDADE DE LIGAÇÕES ATIVAS DE ESGOTO CONDOMINIAL NO ÚLTIMO DIA DO MÊS DE APURAÇÃO DO INDICADOR, CONSIDERANDO OS IMÓVEIS VAGOS.	Mês Atual	Sistema Empresarial de Informações
N_LIG_ESG_FAT_OI_PFORR	CORRESPONDE A QUANTIDADE DE LIGAÇÕES DE ESGOTO FATURADAS POR OUTRO IMÓVEL NO ÚLTIMO DIA DO MÊS DE APURAÇÃO DO INDICADOR, CONSIDERANDO OS IMÓVEIS VAGOS.	Mês Atual	Sistema Empresarial de Informações
N_LIG_ESG_FAT_OI_PFORR	CORRESPONDE A QUANTIDADE DE LIGAÇÕES DE ESGOTO FATURADAS POR OUTRO IMÓVEL NO ÚLTIMO DIA DO MÊS DE APURAÇÃO DO INDICADOR, CONSIDERANDO OS IMÓVEIS VAGOS.	Mês Atual	Sistema Empresarial de Informações
Nº_LIG_FACT_ESG_PFORR	CORRESPONDE A QUANTIDADE DE LIGAÇÕES FACTÍVEIS DE ESGOTO NO ÚLTIMO DIA DO MÊS DE APURAÇÃO DO INDICADOR, SEM CONSIDERAR OS IMÓVEIS VAGOS.	Mês Atual	Sistema Empresarial de Informações
Nº_LIG_LSIN_ESG_PFORR	NÚMERO DE LIGAÇÕES LIGADAS SEM INTERLIGAÇÃO DE ESGOTO PFORR	Mês Atual	Sistema Empresarial de Informações
Nº_LIG_SUSP_ESG_PFORR	QUANTIDADE DE LIGAÇÕES SUSPENSAS DE ESGOTO NO ÚLTIMO DIA DO MÊS DE APURAÇÃO DO INDICADOR, CONSIDERANDO OS IMÓVEIS VAGOS.	Mês Atual	Sistema Empresarial de Informações
Nº_LIG_SUSP_ESG_PFORR	QUANTIDADE DE LIGAÇÕES SUSPENSAS DE ESGOTO NO ÚLTIMO DIA DO MÊS DE APURAÇÃO DO INDICADOR, CONSIDERANDO OS IMÓVEIS VAGOS.	Mês Atual	Sistema Empresarial de Informações
Nº_LIG_TAMP_ESG_PFORR	NÚMERO DE LIGAÇÕES TAMPONADAS DE ESGOTO - PFORR	Mês Atual	Sistema Empresarial de Informações
<b>FÓRMULA =</b>			
$\frac{((Nº\_LIG\_ATIV\_ESG\_PFORR+Nº\_LIG\_CON\_ESG\_PFORR+Nº\_LIG\_SUSP\_ESG\_PFORR+N\_LIG\_ESG\_FAT\_OI\_PFORR))}{(Nº\_LIG\_ATIV\_ESG\_PFORR+Nº\_LIG\_CON\_ESG\_PFORR+Nº\_LIG\_SUSP\_ESG\_PFORR+Nº\_LIG\_TAMP\_ESG\_PFORR+Nº\_LIG\_FACT\_ESG\_PFORR)}$			



Ofício nº 500/15/Gapre/DPR  
Fortaleza, 14 de Dezembro de 2015

Ilm<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup>

Cristina Medeiros  
Coordenadora da Unidade de Gerenciamento do Projeto PforR  
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE

Senhora Coordenadora,

Conforme solicitação de V.Sa. por meio de e-mail para o nosso representante da Cagece no comitê estadual do PforR, CARLOS ROSSAS MOTA FILHO, encaminhamos o último resultado apurado do indicador primário do PforR sob responsabilidade da Cagece Porcentagem de domicílios com conexão adequada ao sistema de esgoto.

A meta estabelecida para o segundo semestre do próximo ano (2016.2) é de 85,50% e o resultado obtido em novembro de 2015 foi de 85,83%. Ressalto que o resultado obtido em novembro deste ano já supera a meta estabelecida para 2016.2.

Anexamos, a tela do Sistema de Gerenciamento de Resultado com o acompanhamento mensal do resultado desse indicador, que internamente possui o nome de Índice de Utilização da Rede de Esgoto - PforR.

Atenciosamente,



Neurisangelo C. de Freitas  
Diretor-Presidente



Claudia Elizangela Caixeta Lima  
Diretora de Mercado - Cagece



Carlos Rossas Mota Filho  
Gerente de Desenvolvimento de Mercado  
GEDEM – CAGECE



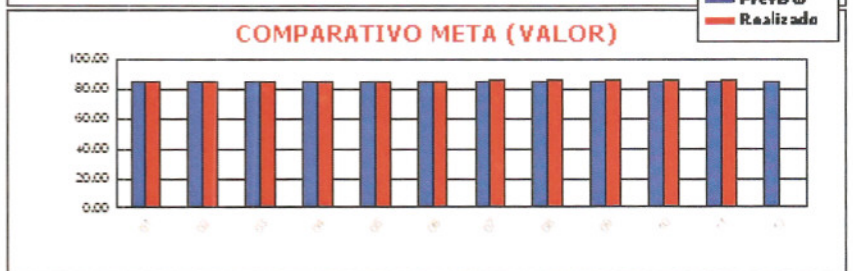
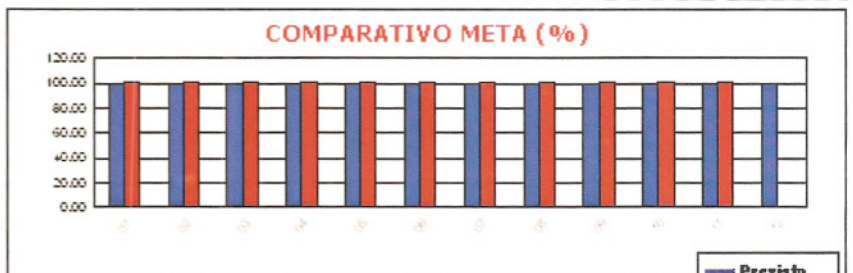
**UNIDADE:** GEDEM

**OBJETIVO:** UNIVERSALIZAR O ACESSO E AMPLIAR O NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO

**INDICADOR:** ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO DA REDE DE ESGOTO - PFORR - %

**SENTIDO DO INDICADOR:** Crescente      **REALIZADO - AÇÕES (%):** 0,00      **ANO:** 2015

MÊS	META MENSAL		
	PREVISTO	REALIZADO	% ATING.
JANEIRO	84,35	84,95	100,71
FEVEREIRO	84,40	85,03	100,75
MARÇO	84,45	85,11	100,78
ABRIL	84,50	85,15	100,77
MAIO	84,55	85,21	100,78
JUNHO	84,60	85,28	100,80
JULHO	84,65	85,37	100,85
AGOSTO	84,70	85,43	100,86
SETEMBRO	84,75	85,47	100,85
OUTUBRO	84,80	85,57	100,91
NOVEMBRO	84,85	85,83	101,15
DEZEMBRO	84,90		



**PLANO DE AÇÃO**

INICIATIVA ESTRATÉGICA	RESPONSÁVEL	EQUIPE	PRAZO		SITUAÇÃO	REALIZ. (0%-25%-50% -75%-100%)
			INÍCIO	FIM		

DATA REUNIÃO	PARTICIP.	MÊS	FATOS	CAUSAS	AÇÕES

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

<b>UNIDADE:</b>	GEDEM				
<b>OBJETIVO:</b>	UNIVERSALIZAR O ACESSO E AMPLIAR O NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO				
<b>INDICADOR:</b>	ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO DA REDE DE ESGOTO - PFORR - %				
<b>SENTIDO DO INDICADOR:</b>	Crescente	<b>REALIZADO - AÇÕES (%):</b>	0,00	<b>ANO:</b>	2015

FONTE DE DADOS			
VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	COMPORTAMENTO	ORIGEM
Nº_LIG_ATIV_ESG_PFORR	CORRESPONDE A QUANTIDADE DE LIGAÇÕES ATIVAS DE ESGOTO NO ÚLTIMO DIA DO MÊS DE APURAÇÃO DO INDICADOR, CONSIDERANDO OS IMÓVEIS VAGOS.	Mês Atual	Sistema Empresarial de Informações
Nº_LIG_ATIV_ESG_PFORR	CORRESPONDE A QUANTIDADE DE LIGAÇÕES ATIVAS DE ESGOTO NO ÚLTIMO DIA DO MÊS DE APURAÇÃO DO INDICADOR, CONSIDERANDO OS IMÓVEIS VAGOS.	Mês Atual	Sistema Empresarial de Informações
Nº_LIG_CON_ESG_PFORR	CORRESPONDE A QUANTIDADE DE LIGAÇÕES ATIVAS DE ESGOTO CONDOMINIAL NO ÚLTIMO DIA DO MÊS DE APURAÇÃO DO INDICADOR, CONSIDERANDO OS IMÓVEIS VAGOS.	Mês Atual	Sistema Empresarial de Informações
Nº_LIG_CON_ESG_PFORR	CORRESPONDE A QUANTIDADE DE LIGAÇÕES ATIVAS DE ESGOTO CONDOMINIAL NO ÚLTIMO DIA DO MÊS DE APURAÇÃO DO INDICADOR, CONSIDERANDO OS IMÓVEIS VAGOS.	Mês Atual	Sistema Empresarial de Informações
N_LIG_ESG_FAT_OI_PFORR	CORRESPONDE A QUANTIDADE DE LIGAÇÕES DE ESGOTO FATURADAS POR OUTRO IMÓVEL NO ÚLTIMO DIA DO MÊS DE APURAÇÃO DO INDICADOR, CONSIDERANDO OS IMÓVEIS VAGOS.	Mês Atual	Sistema Empresarial de Informações
N_LIG_ESG_FAT_OI_PFORR	CORRESPONDE A QUANTIDADE DE LIGAÇÕES DE ESGOTO FATURADAS POR OUTRO IMÓVEL NO ÚLTIMO DIA DO MÊS DE APURAÇÃO DO INDICADOR, CONSIDERANDO OS IMÓVEIS VAGOS.	Mês Atual	Sistema Empresarial de Informações
Nº_LIG_FACT_ESG_PFORR	CORRESPONDE A QUANTIDADE DE LIGAÇÕES FACTÍVEIS DE ESGOTO NO ÚLTIMO DIA DO MÊS DE APURAÇÃO DO INDICADOR, SEM CONSIDERAR OS IMÓVEIS VAGOS.	Mês Atual	Sistema Empresarial de Informações
Nº_LIG_LSIN_ESG_PFORR	NÚMERO DE LIGAÇÕES LIGADAS SEM INTERLIGAÇÃO DE ESGOTO PFORR	Mês Atual	Sistema Empresarial de Informações
Nº_LIG_SUSP_ESG_PFORR	QUANTIDADE DE LIGAÇÕES SUSPENSAS DE ESGOTO NO ÚLTIMO DIA DO MÊS DE APURAÇÃO DO INDICADOR, CONSIDERANDO OS IMÓVEIS VAGOS.	Mês Atual	Sistema Empresarial de Informações
Nº_LIG_SUSP_ESG_PFORR	QUANTIDADE DE LIGAÇÕES SUSPENSAS DE ESGOTO NO ÚLTIMO DIA DO MÊS DE APURAÇÃO DO INDICADOR, CONSIDERANDO OS IMÓVEIS VAGOS.	Mês Atual	Sistema Empresarial de Informações
Nº_LIG_TAMP_ESG_PFORR	NÚMERO DE LIGAÇÕES TAMPONADAS DE ESGOTO - PFORR	Mês Atual	Sistema Empresarial de Informações
<b>FÓRMULA =</b>			
$\frac{((Nº\_LIG\_ATIV\_ESG\_PFORR+Nº\_LIG\_CON\_ESG\_PFORR+Nº\_LIG\_SUSP\_ESG\_PFORR+N\_LIG\_ESG\_FAT\_OI\_PFORR))}{(Nº\_LIG\_ATIV\_ESG\_PFORR+Nº\_LIG\_CON\_ESG\_PFORR+Nº\_LIG\_SUSP\_ESG\_PFORR+Nº\_LIG\_TAMP\_ESG\_PFORR+Nº\_LIG\_FACT\_ESG\_PFORR)}$			



Ofício nº 501/15/Gapre/DPR  
Fortaleza, 14 de Dezembro de 2015

Ilm<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup>  
Cristina Medeiros  
Coordenadora da Unidade de Gerenciamento do Projeto PforR  
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE

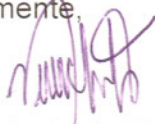
Senhora Coordenadora,

Conforme solicitação de V.Sa., por meio de e-mail para o nosso representante da Cagece no comitê estadual do PforR, CARLOS ROSSAS MOTA FILHO, encaminhamos o último resultado apurado do indicador primário do PforR sob responsabilidade da Cagece Porcentagem de domicílios com conexão adequada ao sistema de esgoto.

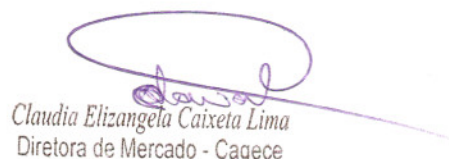
A meta estabelecida para o primeiro semestre de 2017 (2017.1) é de 85,70% e o resultado obtido em novembro de 2015 foi de 85,83%. Ressalto que o resultado obtido em novembro deste ano já supera a meta estabelecida para 2017.1.

Anexamos, a tela do Sistema de Gerenciamento de Resultado com o acompanhamento mensal do resultado desse indicador, que internamente possui o nome de Índice de Utilização da Rede de Esgoto - PforR.

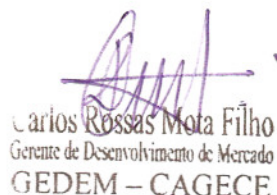
Atenciosamente,



Neurisangelo C. de Freitas  
Diretor-Presidente



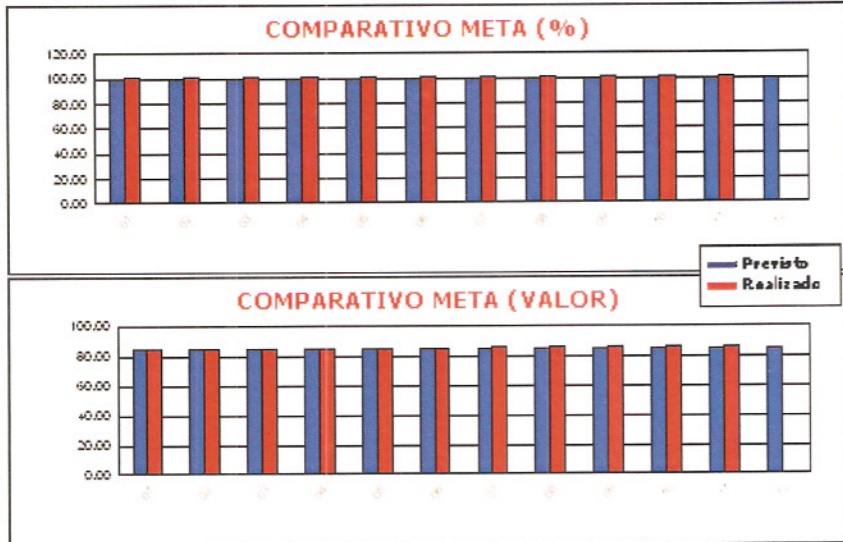
Claudia Elizangela Caixeta Lima  
Diretora de Mercado - Cagece



Carlos Rossas Mota Filho  
Gerente de Desenvolvimento de Mercado  
GEDEM – CAGECE

<b>UNIDADE:</b>	GEDEM		
<b>OBJETIVO:</b>	UNIVERSALIZAR O ACESSO E AMPLIAR O NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO		
<b>INDICADOR:</b>	ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO DA REDE DE ESGOTO - PFORR - %		
<b>SENTIDO DO INDICADOR:</b>	Crescente	<b>REALIZADO - AÇÕES (%):</b>	0,00
<b>ANO:</b>	2015		

MÊS	META MENSAL		
	PREVISTO	REALIZADO	% ATING.
JANEIRO	84,35	84,95	100,71
FEVEREIRO	84,40	85,03	100,75
MARÇO	84,45	85,11	100,78
ABRIL	84,50	85,15	100,77
MAIO	84,55	85,21	100,78
JUNHO	84,60	85,28	100,80
JULHO	84,65	85,37	100,85
AGOSTO	84,70	85,43	100,86
SETEMBRO	84,75	85,47	100,85
OUTUBRO	84,80	85,57	100,91
NOVEMBRO	84,85	85,83	101,15
DEZEMBRO	84,90		



PLANO DE AÇÃO						
INICIATIVA ESTRATÉGICA	RESPONSÁVEL	EQUIPE	PRAZO		SITUAÇÃO	REALIZ. (0%-25%-50% -75%-100%)
			INÍCIO	FIM		

DATA REUNIÃO	PARTICIP.	MÊS	FATOS	CAUSAS	AÇÕES

*Handwritten signature in purple ink.*

*Handwritten signature in black ink.*



<b>UNIDADE:</b>	GEDEM				
<b>OBJETIVO:</b>	UNIVERSALIZAR O ACESSO E AMPLIAR O NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO				
<b>INDICADOR:</b>	ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO DA REDE DE ESGOTO - PFORR - %				
<b>SENTIDO DO INDICADOR:</b>	Crescente	<b>REALIZADO - AÇÕES (%):</b>	0,00	<b>ANO:</b>	2015

FONTE DE DADOS			
VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	COMPORTAMENTO	ORIGEM
Nº_LIG_ATIV_ESG_PFORR	CORRESPONDE A QUANTIDADE DE LIGAÇÕES ATIVAS DE ESGOTO NO ÚLTIMO DIA DO MÊS DE APURAÇÃO DO INDICADOR, CONSIDERANDO OS IMÓVEIS VAGOS.	Mês Atual	Sistema Empresarial de Informações
Nº_LIG_ATIV_ESG_PFORR	CORRESPONDE A QUANTIDADE DE LIGAÇÕES ATIVAS DE ESGOTO NO ÚLTIMO DIA DO MÊS DE APURAÇÃO DO INDICADOR, CONSIDERANDO OS IMÓVEIS VAGOS.	Mês Atual	Sistema Empresarial de Informações
Nº_LIG_CON_ESG_PFORR	CORRESPONDE A QUANTIDADE DE LIGAÇÕES ATIVAS DE ESGOTO CONDOMINIAL NO ÚLTIMO DIA DO MÊS DE APURAÇÃO DO INDICADOR, CONSIDERANDO OS IMÓVEIS VAGOS.	Mês Atual	Sistema Empresarial de Informações
Nº_LIG_CON_ESG_PFORR	CORRESPONDE A QUANTIDADE DE LIGAÇÕES ATIVAS DE ESGOTO CONDOMINIAL NO ÚLTIMO DIA DO MÊS DE APURAÇÃO DO INDICADOR, CONSIDERANDO OS IMÓVEIS VAGOS.	Mês Atual	Sistema Empresarial de Informações
N_LIG_ESG_FAT_OI_PFORR	CORRESPONDE A QUANTIDADE DE LIGAÇÕES DE ESGOTO FATURADAS POR OUTRO IMÓVEL NO ÚLTIMO DIA DO MÊS DE APURAÇÃO DO INDICADOR, CONSIDERANDO OS IMÓVEIS VAGOS.	Mês Atual	Sistema Empresarial de Informações
N_LIG_ESG_FAT_OI_PFORR	CORRESPONDE A QUANTIDADE DE LIGAÇÕES DE ESGOTO FATURADAS POR OUTRO IMÓVEL NO ÚLTIMO DIA DO MÊS DE APURAÇÃO DO INDICADOR, CONSIDERANDO OS IMÓVEIS VAGOS.	Mês Atual	Sistema Empresarial de Informações
Nº_LIG_FACT_ESG_PFORR	CORRESPONDE A QUANTIDADE DE LIGAÇÕES FACTÍVEIS DE ESGOTO NO ÚLTIMO DIA DO MÊS DE APURAÇÃO DO INDICADOR, SEM CONSIDERAR OS IMÓVEIS VAGOS.	Mês Atual	Sistema Empresarial de Informações
Nº_LIG_LSIN_ESG_PFORR	NÚMERO DE LIGAÇÕES LIGADAS SEM INTERLIGAÇÃO DE ESGOTO PFORR	Mês Atual	Sistema Empresarial de Informações
Nº_LIG_SUSP_ESG_PFORR	QUANTIDADE DE LIGAÇÕES SUSPENSAS DE ESGOTO NO ÚLTIMO DIA DO MÊS DE APURAÇÃO DO INDICADOR, CONSIDERANDO OS IMÓVEIS VAGOS.	Mês Atual	Sistema Empresarial de Informações
Nº_LIG_SUSP_ESG_PFORR	QUANTIDADE DE LIGAÇÕES SUSPENSAS DE ESGOTO NO ÚLTIMO DIA DO MÊS DE APURAÇÃO DO INDICADOR, CONSIDERANDO OS IMÓVEIS VAGOS.	Mês Atual	Sistema Empresarial de Informações
Nº_LIG_TAMP_ESG_PFORR	NÚMERO DE LIGAÇÕES TAMPONADAS DE ESGOTO - PFORR	Mês Atual	Sistema Empresarial de Informações
<b>FÓRMULA =</b>			
$\frac{((Nº\_LIG\_ATIV\_ESG\_PFORR+Nº\_LIG\_CON\_ESG\_PFORR+Nº\_LIG\_SUSP\_ESG\_PFORR+N\_LIG\_ESG\_FAT\_OI\_PFORR))}{(Nº\_LIG\_ATIV\_ESG\_PFORR+Nº\_LIG\_CON\_ESG\_PFORR+Nº\_LIG\_SUSP\_ESG\_PFORR+Nº\_LIG\_TAMP\_ESG\_PFORR+Nº\_LIG\_FACT\_ESG\_PFORR)}$			

## **ANEXO VI**

**Evidência do atendimento do Indicador DLI 9 (SEMA) - Índice de Qualidade da Fiscalização Ambiental.**





GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Secretaria do Meio Ambiente

Ofício nº 2665/2015/G.S./SEMA

Fortaleza-CE 15 de dezembro de 2015.

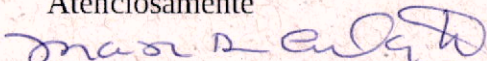
Exmo. Sr.  
Flávio Ataliba – Diretor Geral do IPECE

ASSUNTO:  
Contratação PforR - ACORDO DE EMPRÉSTIMO Nº 8302-BR - Envio de Evidência do Cumprimento da meta do Indicador PforR - "Índice de qualidade da fiscalização ambiental."

Prezado Senhor,

Encaminhamos em anexo, para devidas providências, relatório de evidência do cumprimento da meta do indicador PforR - "Índice de qualidade da fiscalização ambiental".

Atenciosamente

  
Maria Dias Cavalcante  
Secretária Executiva





**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
Secretaria do Meio Ambiente

Planilha1

**BALANCETE - INDICE DE QUALIDADE DA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL (IQF)**

Mês	Fisc. Realizadas	Fisc. Previstas	Nº Constatções	Nº Cond. Ajustadas	% Ajuste
2014	392	180	169	96	56,80
2015 (ATÉ 30/11/15)	226	165	87	20	22,99
<b>Total</b>	<b>618</b>	<b>345</b>	<b>256</b>	<b>116</b>	<b>45,31</b>

<b>Nº Reservatórios Total</b>	7	<b>Fator Monitoramento</b>
<b>Nº Reservatórios Monitorados</b>	7	
<b>Resultado fator</b>	1,00	

<b>Universo de certificações</b>	606	<b>Fator Educação</b>
<b>Total de Certificações Realizadas</b>	281	
<b>Resultado fator</b>	0,46	

RESULTADO FINAL IQF (ATÉ 30/11/2015)			
Fator	Peso	Resultado fator	
Fiscalização	3	0,453125	1,359375
Monitoramento	3	1	3
Educação	4	0,4636963696	1,8547854785
			<b>6,2141604785</b>
			62,14%

*Marina Dias Castelanos*  
Maira Dias Castelanos  
Secretaria Executiva  
Secretaria do Meio Ambiente



## **ANEXO VII**

**Informação sobre a Meta e Plano de Trabalho com previsão de entrega dos Produtos (metas) do Indicador DLI 10 (FUNCEME) - Implementação de monitoramento participativo da qualidade da água.**

Zimbra

laura.goncalves@ipece.ce.gov.br

---

**Email Funceme sobre Indicador: "Implementação de monitoramento participativo da qualidade da Água" - Cumprimento das metas 2015.1 e 2015.2 em fevereiro de 2016.**

---

**De :** Laura Goncalves  
<laura.goncalves@ipece.ce.gov.br>

Ter, 29 de Dez de 2015 11:30

**Assunto :** Email Funceme sobre Indicador:  
"Implementação de monitoramento participativo da qualidade da Água" -  
Cumprimento das metas 2015.1 e 2015.2 em  
fevereiro de 2016.

**Para :** Thomas Kenyon <tkenyon@worldbank.org>,  
Gunars Platais <gplatais@worldbank.org>

**Cc :** Hoilton <hoilton@funceme.br>, Meiry Sayuri  
Sakamoto <meiry@funceme.br>, Lista UGP  
PforR <ugp.pforr@ipece.ce.gov.br>

Prezados Tom e Gunars,

Encaminhamos email da Funceme referente ao Indicador: "Implementação de monitoramento participativo da qualidade da Água". Como sabemos, este Indicador é vinculado à contratação de Empresa de Consultoria e conforme o Plano de trabalho apresentado pelo Consórcio contratado as metas referentes aos períodos de 2015.1 (Metodologia de Monitoramento definida e adotada) e 2015.2 (Protocolo de coleta de dados definido e adotado) serão alcançadas em 22/02/2016 e 01/02/2016, respectivamente.

Em caso de dúvidas estamos à disposição.

Atenciosamente,

Laura Gonçalves  
Unidade de Gerenciamento de Projetos - UGP  
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará  
085 3101-3499 / 085 8723-2357

Siga o IPECE no twitter: <http://twitter.com/ipece>

---

**De:** "Hoilton" <hoilton@funceme.br>

**Para:** "Laura Goncalves" <laura.goncalves@ipece.ce.gov.br>

**Cc:** "Lista UGP PforR" <ugp.pforr@ipece.ce.gov.br>, "Eduardo Martins"

<espr.martins@gmail.com>, "Meiry Sayuri Sakamoto" <meiry@funceme.br>

**Enviadas:** Segunda-feira, 14 de dezembro de 2015 19:16:01

**Assunto:** Re: Contrato 010/2015 - Consórcio Aqualogus/Azurit

Laura,

O seu entendimento está correto. Quando negociamos um novo cronograma, reduzindo, inclusive, o tempo de execução das atividades cujos produtos correspondiam aos indicadores primários, tivemos a preocupação de recebê-los à tempo de não prejudicar o desembolso. Assim, conversar com a CGE no sentido de efetuar a auditoria tão logo os mesmos sejam enviados a essa UGP.

Atenciosamente,

Hoilton Rios

Enviado do meu iPhone

Em 14/12/2015, às 13:10, Laura Goncalves <[laura.goncalves@ipece.ce.gov.br](mailto:laura.goncalves@ipece.ce.gov.br)> escreveu:

Obrigada, Hoilton,

Sendo assim, entendemos que as metas não serão alcançadas em 2015. Consideraremos então o alcance da meta de 2015.1 em 22/02/2016 e a meta de 2015.2 em 01/02/2016, conforme indicado no Plano de Trabalho?

Caso este entendimento esteja correto, iremos contactar a CGE sobre a possibilidade da realização da auditoria deste Indicador a tempo para o desembolso de março de 2016.

Ficamos no aguardo de sua confirmação para que possamos submeter ao Banco Mundial.

Obrigada,

Atenciosamente,

Laura Gonçalves  
Unidade de Gerenciamento de Projetos - UGP  
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará  
085 3101-3499 / 085 8723-2357

Siga o IPECE no twitter: <http://twitter.com/ipece>



# PLANO DE TRABALHO



ATIVIDADE	Datas Chave
<b>REUNIÕES - Realização de reuniões com o Cliente</b>	
<b>ATIVIDADE 1: DEFINIÇÃO DA METODOLOGIA DE MODELAGEM DA QUALIDADE DA ÁGUA EM RESERVATÓRIOS</b>	
<b>SubATIVIDADE 1.1. - Caracterização dos Reservatórios</b>	
a) Elaboração do diagnóstico e caracterização dos reservatórios - versão preliminar - <b>PRODUTO 1</b>	02/11/2015
b) Elaboração do relatório versão final para aprovação	23/11/2015
<b>APROVAÇÃO DO CLIENTE 1 - Análise e aprovação do PRODUTO 1 (P1)</b>	21/12/2015
<b>SubATIVIDADE 1.2. - Proposta de Estratégia de Modelagem da Qualidade da Água em Reservatórios</b>	
a) Elaboração da Metodologia de Qualidade de Água para Reservatórios do Estado do Ceará (Estudo de viabilidade e hierarquia dos modelos identificados e avaliados ) - versão preliminar - <b>PRODUTO 2</b>	17/12/2015
b) Elaboração do relatório versão final para aprovação	18/01/2016
<b>APROVAÇÃO DO CLIENTE 2 - Análise e aprovação do PRODUTO 2</b>	22/02/2016
<b>ATIVIDADE 2: SISTEMA DE MONITORAMENTO E AQUISIÇÃO DE DADOS</b>	
<b>SubATIVIDADE 2.1: Proposição de um Sistema de Monitoramento da Qualidade da Água visando à Modelagem</b>	
a) Elaboração do Relatório com a descrição do desenho experimental da rede de monitoramento e o sistema de monitoramento preliminar da qualidade da água - versão preliminar - <b>RELATÓRIO 1</b>	23/11/2015
b) Elaboração do relatório versão final para aprovação	11/12/2015
<b>APROVAÇÃO DO CLIENTE 3 - Análise e aprovação do RELATÓRIO 1 (R1)</b>	25/01/2016
<b>SubATIVIDADE 2.2: Aquisição de Dados de Monitoramento</b>	
<b>a) Coleta de amostras de água e análises laboratoriais (campanhas de monitoramento)</b>	
<b>b) Coleta de amostras de água e análises laboratoriais (amostragens nictemerais)</b>	
<b>c) Medição de vazões</b>	
d) Relatório documentando a atividade de coleta de dados e dificuldades encontradas - Versão Preliminar - <b>RELATÓRIO 2</b>	04/04/2016
e) Elaboração do relatório versão final para aprovação	25/04/2016
<b>APROVAÇÃO DO CLIENTE 4 - Análise e aprovação do RELATÓRIO 2 (R2)</b>	30/05/2016
d) Protocolo de Dados para o monitoramento da Qualidade de água - Versão Preliminar - <b>PRODUTO 3</b>	30/11/2015
e) Elaboração do relatório versão final para aprovação	18/12/2015
<b>APROVAÇÃO DO CLIENTE 5 - Análise e aprovação do PRODUTO 3 (P3)</b>	01/02/2016
f) Banco de Dados Georreferenciado (Desenvolvimento e Carregamento) - <b>PRODUTO 4</b>	
f1) <i>Desenvolvimento</i>	01/02/2016
f2) Carregamento	
<b>APROVAÇÃO DO CLIENTE 6 - Análise e aprovação do PRODUTO 4</b>	07/03/2016
<b>ATIVIDADE 3: IMPLEMENTAÇÃO DA METODOLOGIA DE MODELAGEM NOS RESERVATÓRIOS SELECIONADOS</b>	
<b>SubATIVIDADE 3.1 - Aplicação da Estratégia Proposta - Modelagem e Sistema de Monitoramento - para o Acarape do Meio</b>	

a) Relatório da estratégia proposta e análise dos resultados - Versão Preliminar - <b>RELATÓRIO 3</b>	30/05/2016
b) Elaboração do relatório versão final para aprovação	04/07/2016
<b>APROVAÇÃO DO CLIENTE 7 - Análise e aprovação do RELATÓRIO 3 (R3)</b>	18/07/2016
<b>SubATIVIDADE 3.2 - Aplicação da Metodologia Proposta e Recomendação final da abordagem a ser adotada para a Modelagem da qualidade da água</b>	
a) Relatório com avaliação da metodologia/estratégia proposta - Versão Preliminar - <b>RELATÓRIO 4</b>	05/09/2016
b) Elaboração do relatório versão final para aprovação	10/10/2016
<b>APROVAÇÃO DO CLIENTE 8 - Análise e aprovação do RELATÓRIO 4 (R4)</b>	24/10/2016
c) Modelo da qualidade de água para os três reservatórios objetos do estudo calibrado e validado; banco de dados atualizado; versão fonte do modelo; manual de utilização e calibração detalhado - <b>PRODUTO 5</b>	06/02/2017
c1) <i>Modelo validado e calibrado</i>	
c2) <i>Banco dados</i>	
c3) <i>Manual de utilização e calibração</i>	21/11/2016
c4) <i>Capacitação técnica e transferência de conhecimentos</i>	21/11/2016
<b>APROVAÇÃO DO CLIENTE 9 - Análise e aprovação do PRODUTO 5 (P5)</b>	20/03/2017
d) Relatório com recomendações e detalhamento do que necessita ser feito para implementar a metodologia em outros açudes do Ceará - Versão Preliminar - <b>RELATÓRIO 5</b>	23/01/2017
e) Elaboração do relatório versão final para aprovação	20/02/2017
<b>APROVAÇÃO DO CLIENTE 10 - Análise e aprovação do RELATÓRIO 5 (R5)</b>	06/03/2017



ENGENHARIA  
MEIO AMBIENTE

## **ANEXO VIII**

**Nota Técnica e Plano de Ação DLI 11 (SEPLAG)** - Número de secretarias Mutuário, utilizando o modelo para o alinhamento de incentivos com seus respectivos objetivos estratégicos.

## PROJETO DE APOIO AO CRESCIMENTO ECONÔMICO COM REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DO CEARÁ – PROGRAMA PARA RESULTADOS (PforR)

### APOIO DO FORTALECIMENTO DA GESTÃO POR RESULTADOS, INCLUINDO MECANISMOS DE COORDENAÇÃO INTERSETORIAL

#### NOTA TÉCNICA Nº 02/2015

A Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag), como um dos órgãos-mutuários do Acordo de Empréstimo N° 8302-BR, firmado em dezembro de 2013, entre o Governo do Estado do Ceará e o Banco Mundial para execução do Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Ceará – Programa para Resultados (PforR), é responsável pela execução de alguns projetos de assistência técnica e pelo cumprimento de dois indicadores primários, no componente Gestão do Setor Público.

Um desses indicadores, ao qual fazemos referência especificamente nesta nota técnica, “**Número de secretarias que estejam usando o modelo para alinhamento dos incentivos com seus respectivos objetivos estratégicos**”, possui a meta inicial de “**Aprovação de modelo para o alinhamento dos incentivos**” que, quando cumprida, proporcionará o desembolso de US\$ 6.198.000,00 (seis milhões, cento e noventa e oito mil dólares). Tal meta estava prevista para ser alcançada no **segundo semestre de 2014**.

Nesta perspectiva, salientamos, em primeiro lugar que, na percepção da equipe técnica da Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Gestão (CPLOG), da Seplag, responsável pela coordenação do planejamento estadual e pela condução dos trabalhos no âmbito do projeto de assistência técnica para o cumprimento das referidas metas, o indicador acima mencionado, embora muito importante, foi formulado de maneira bastante desafiadora, sobretudo se levarmos em consideração o status atualmente observado do Modelo de Gestão Pública para Resultados, adotado pelo Governo do Ceará. E esta percepção já vem sendo manifesta em diversas reuniões com a Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), nas reuniões do Comitê do PforR e durante as missões do Banco.

Em outras palavras, para que se alcance o pretendido fortalecimento da Gestão por Resultados é primordial que haja uma avaliação e conseqüente reformulação e, acima de tudo, institucionalização do modelo atualmente existente, para, somente a partir disso, se proceder a um aprimoramento com a criação de mecanismos de incentivos ao atingimento de objetivos estratégicos, como está previsto no Documento de Avaliação do Projeto (PAD).

Para tal propósito e, subsequentemente, para a concretização das primeiras e principais metas desse indicador primário, é necessária a realização de atividades executadas por uma empresa consultora, especializada nesta natureza de serviço, que se apresenta bem complexo, tanto por sua repercussão em termos de melhoria do desempenho da Gestão Pública do Estado do Ceará, quanto por seu caráter multi e intersetorial.



No entanto, de acordo com nossos cálculos, para o cumprimento da meta inicial, dentro do cronograma do PforR, as atividades preliminares ao processo de contratação da empresa consultora, precisariam necessariamente ter se iniciado em janeiro de 2014, o que não ocorreu, em virtude de diversos fatores, dentre os quais podemos destacar:

- a) a quantidade e magnitude dos trabalhos rotineiros da CPLOG, responsável pelo projeto, de suma importância para a gestão estadual, como, por exemplo, a Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, entregue em fevereiro; a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), em maio; a Avaliação do Plano Plurianual (PPA), em junho; a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), em outubro; e a revisão do PPA, em novembro. Isto para mencionar apenas os produtos previstos na Constituição Estadual;
- b) a redução de um Coordenador da CPLOG, responsável tanto por boa parte destes produtos legais, mencionados acima, quanto por este indicador e seus respectivos projetos de assistência técnica;
- c) a inexistência de técnicos na coordenadoria com a experiência neste tipo de contratação, o que exigiu maior esforço e disponibilidade para elaboração do Termo de Referência (TDR) na qualidade exigida para o projeto.

Com base nestes fatores supracitados, somente em **junho de 2014**, após a indicação do novo responsável pelo indicador, é que se concluíram os levantamentos, pesquisas e demais estudos, feitos pela equipe anteriormente responsável, para a elaboração do TDR, o qual obteve a não-objeção do Banco Mundial no dia **8 de agosto de 2014**.

Consideramos que, a partir desse momento, as atividades preparatórias foram conduzidas dentro de prazos razoáveis, comumente observados para este tipo de contratação, culminando com a publicação da Manifestação de Interesse (MI), no dia **25 de agosto**.

No entanto, em virtude da especificidade dos trabalhos a serem desempenhados pela consultoria contratada, e após a avaliação dos portfólios encaminhados pelas instituições interessadas, a Comissão de Avaliação concluiu que seria necessário o procedimento de republicação da MI, cuja efetuação ocorreu no dia **23 de outubro**.

Feito isto, e concluídas as análises da Comissão de Avaliação, o Relatório de Formação de Lista Curta (RFLC), o qual passou por análise preliminar da equipe da Comissão Especial de Licitações (CEL) 04, da Procuradoria Geral do Estado (PGE), juntamente com a minuta da Solicitação de Proposta (SDP) e demais arquivos correlatos, foi encaminhado para a UGP, no dia **15 de dezembro**, para posterior envio ao BM para obtenção da não-objeção.

A partir deste momento, e considerando, além da natureza do projeto, que possui em todas as etapas licitatórias momentos de submissão à análise e aprovação prévia por parte do BM, sobretudo em decorrência da necessidade de cumprimento de todos os prazos legais inerentes à modalidade de contratação, com Seleção Baseada na Qualidade e no Custo (SBQC), o transcorrer do processo licitatório sem maiores percalços, como recursos ou questionamentos de quaisquer naturezas, e a apresentação de boas e válidas propostas técnicas e financeiras por parte das empresas participantes do certame, podemos concluir que o início dos trabalhos técnicos da empresa consultora vencedora se iniciará, provavelmente, em **junho de 2015**.

Desta maneira, baseando-se na previsão de prazo para a realização das atividades indispensáveis à entrega do 4º produto do projeto (Metodologia que consolide o Modelo de GPR, com e sem **Modelo de Incentivos alinhado ao alcance dos objetivos estratégicos**, a ser adotado pelo Estado do Ceará, analisada e aprovada pela Seplag), conforme previstas no TDR, que é de 150 (cento e cinquenta dias), podemos concluir que em **novembro de 2015** o indicador “**Aprovação de modelo para o alinhamento dos incentivos**” será cumprido.

Por fim, podemos afirmar que a equipe do projeto vem empreendendo todos os esforços possíveis, dentro de seu âmbito de atuação, para reduzir os impactos dos atrasos já observados. Prova disto é que, já na elaboração do TDR criou condições para que as demais metas do indicador, previstas para o **segundo semestre de 2017**, sejam totalmente alcançadas.

Fortaleza, 7 de janeiro de 2015.

**Raimundo Avilton Meneses Júnior**

Responsável pelo projeto

**Plano de Ação para o Indicador do PforR DLI 11 - SEPLAG**

**Indicador: Número de secretarias Mutuário, utilizando o modelo para o alinhamento de incentivos com seus respectivos objetivos estratégicos.**

Ação/ Atividade		PREVISÃO		Órgão/Responsável	STATUS	Informações
		Data Inicial	Data Final			
1	Reunião de Partida do Projeto	08/12/2015	08/12/2015	Macroplan	Realizado	
2	Recebimento e Aprovação do Produto I – Relatório de Benchmarking	28/12/2015	08/01/2016	Seplag/ Avilton	Em atraso	Em: 04/01/2016 - A Empresa ainda não enviou o Produto ,, pois está em fase de elaboração.
3	Recebimento e Aprovação do Produto II – Diagnóstico Modelo GPR Estado	29/12/2015	08/02/2016	Seplag/ Avilton		
4	Recebimento e Aprovação do Produto III – Avaliação Modelo GPR	01/02/2016	08/03/2016	Seplag/ Avilton		
5	Recebimento e Aprovação do Produto IV – Metodologia Modelo GPR	02/03/2016	23/05/2016	Seplag/ Avilton		<b>Cumprimento Meta 1 (2014.2)</b> – Metodologia Aprovada
6	Recebimento e Aprovação do Produto V – Requisitos Ferramenta	17/05/2016	20/06/2016	Seplag/ Avilton		
7	Recebimento e Aprovação do Produto VI – Minuta Regulamentação	17/05/2016	20/06/2016	Seplag/ Avilton		
8	Recebimento e Aprovação do Produto VII – Plano de Implantação	14/06/2016	11/07/2016	Seplag/ Avilton		
9	Recebimento e Aprovação do Produto VIII – Implantação Piloto	04/07/2016	26/08/2016	Seplag/ Avilton		<b>Cumprimento Meta 2 (2015.1)</b> – 1 Secretaria utilizando o Modelo
10	Recebimento e Aprovação do Produto IX – Implantação 5 Secretarias	19/08/2016	28/11/2016	Seplag/ Avilton		<b>Cumprimento Meta 3 (2015.2)</b> – 2 Secretarias utilizando o Modelo
11	Recebimento e Aprovação do Produto X – Termo de Referência	19/08/2016	12/09/2016	Seplag/ Avilton		

## **ANEXO IX**

**Nota Técnica Indicador Secundário (IPECE)** - Número de técnicos com ensino médio completo absorvidos pelo setor produtivo (público e privado) (ajustado para o ciclo econômico).



**GOVERNO DO**

**ESTADO DO CEARÁ**

*Secretaria do Planejamento e Gestão*

*Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE*

NOTA TÉCNICA IPECE 01/2015

Indicador Secundário do Projeto PforR

“Número de técnicos com nível médio absolvido pelo setor produtivo”

## 1. INTRODUÇÃO

A presente nota técnica tem por objetivo apresentar duas metodologias de cálculo para a meta do indicador secundário “Número de técnicos com nível médio absolvido pelo setor produtivo” de modo a subsidiar a proposta de revisão dos valores projetados como meta para os anos de 2014 a 2017.

Esse indicador é um dos indicadores de resultado do Projeto PforR do Estado do Ceará em parceria com Banco Mundial.

## 2. SITUAÇÃO ATUAL DO INDICADOR

O indicador restringe-se à subsetores selecionados da economia segundo classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Os subsetores são os seguintes: extração mineral, produção mineral não-metálico, industrial metalúrgica, indústria mecânica, elétrica e comunicação, material de transporte, madeira e mobiliário, indústria química, indústria têxtil, industrial de calçados, construção civil, alojamento e comunicação, e agricultura.

A fonte de dados é a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A RAIS coleta informações de todos os estabelecimentos empregadores do país e indivíduos formalmente empregados segundo as leis trabalhistas no Brasil. O estoque de trabalhadores técnicos de nível médio entre 2003 e 2013 é apresentado na primeira coluna da Tabela 1, abaixo.

**Tabela 1: Série de Estoque de Trabalhadores Técnicos de Nível Médio**

<b>Ano Base</b>	<b>Estoque</b>	<b>Projeção</b>
2003	16.746	-
2004	16.159	-
2005	16.578	-
2006	16.099	-
2007	17.134	-
2008	18.181	-
2009	19.295	-
2010	24.237	-
2011	24.543	-
2012	24.992	25.598
2013	25.403	26.699

A taxa geométrica de crescimento anual entre 2003 e 2011 foi a medida utilizada para calcular o crescimento de longo prazo do estoque de trabalhadores técnicos de nível médio, e projetar os anos seguintes da série para servir de meta de acompanhamento do indicador.

$$\left( \sqrt[n]{\frac{X_T}{X_0}} - 1 \right) \times 100$$

Para o período de 2003 a 2011 o crescimento médio anual foi de aproximadamente 4,3%. Para essa taxa de crescimento as projeções para os anos de 2012 e 2013 com base no ano de 2011 são superior ao valor realizado da série nos anos finais. Isso significa dizer que a meta de superar o valor das projeções não foi alcançada.

### 3. NOVA PROPOSTA DE CALCULO

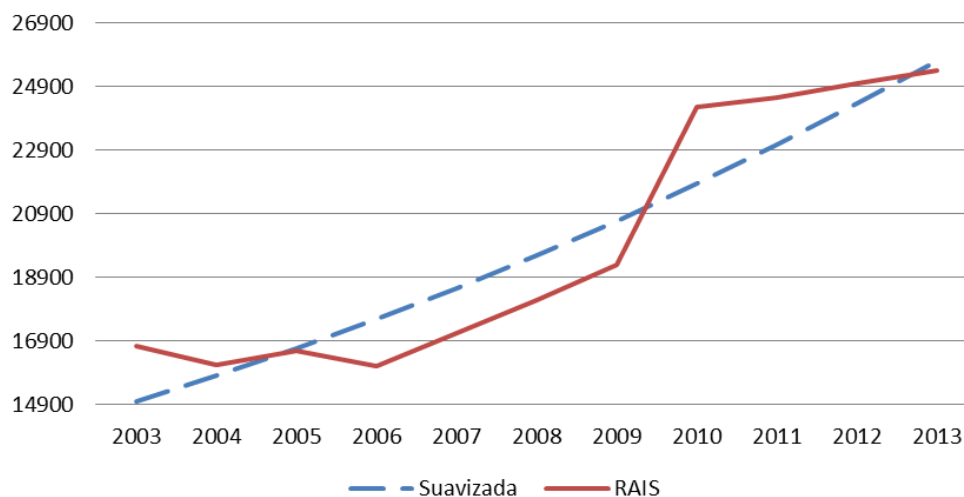
A taxa de crescimento de “longo prazo” para o estoque de trabalhadores técnicos de nível médio anteriormente apresentada sofre influência das flutuações econômicas do período.

Desta forma, recomenda-se calcular a referida taxa de crescimento a partir de uma série suavizada, por exemplo, utilizando-se o filtro de Hodrick-Prescott sobre o logaritmo natural da variável de interesse.<sup>1</sup>

Segundo o Gráfico 1, o estoque de trabalhadores técnicos se manteve estagnado entre 2003 e 2006, voltando a crescer a partir de 2007. Em 2010, houve um aumento significativo do número de contratações de técnicos de nível médio no Ceará, mas que não cresceu em mesma magnitude nos anos seguintes.

As diferenças da série de estoque (RAIS) em relação à linha suavizada se deve às flutuações da economia cearense durante o período analisado.

**Gráfico 1:** Série Original de Estoque de Trabalhadores Técnicos de Nível Médio (RAIS) e Tendência de Longo Prazo



A Tabela 2, abaixo, apresenta a série original, o logaritmo natural dos valores, o ciclo da série, a tendência de longo “prazo da série” em termos de logaritmo, e a série suavizada em termos absolutos (valor exponencial da tendência de longo prazo).

A última coluna da Tabela 2 traz a nova projeção considerando-se a taxa geométrica

<sup>1</sup> O valor do parâmetro de suavização utilizado no filtro de Hodrick-Prescott foi de 6,25, o qual é recorrentemente usado em séries de frequência anual.

de crescimento sobre a série suavizada entre 2003 e 2011 que é de 4,9%, superior ao valor anteriormente obtido de 4,3%.

**Tabela 2: Suavização da Série**

Ano Base	Estoque	ln(Estoque)	Ciclo	Tendência	Série Suavizada
2003	16746	9.73	0.11	9.61	14.980
2004	16159	9.69	0.02	9.67	15.800
2005	16578	9.72	-0.01	9.72	16.666
2006	16099	9.69	-0.09	9.77	17.582
2007	17134	9.75	-0.08	9.83	18.552
2008	18181	9.81	-0.07	9.88	19.582
2009	19295	9.87	-0.07	9.94	20.673
2010	24237	10.10	0.10	9.99	21.829
2011	24543	10.11	0.06	10.05	23.050
2012	24992	10.13	0.03	10.10	24.340
2013	25403	10.14	-0.01	10.15	25.702

O resultado da suavização da série mostra que os anos de 2012 e 2013 superam os valores projetados utilizando-se uma taxa média de crescimento anual de 4,9%.

#### 4. CONCLUSÃO

Conclui-se que a utilização para fins de apuração do indicador “Número de técnicos com nível médio absolvido pelo setor produtivo” pela serie suavizada dos efeitos das flutuações econômicas sobre o número de trabalhadores de nível técnico médio absolvidos pelo mercado de trabalho cearense faz mais sentido metodologicamente, assim como pelo fato dos números refletirem mais adequadamente a realidade do universo desse mercado sendo observado.

Desta forma, propomos a modificação da metodologia de cálculo das metas do referido indicador com base na série que expressa à tendência de longo prazo sem qualquer influência dos ciclos econômicos. Como consequência da modificação da método, a projeção das metas sofrerão modificações. A Tabela 3 estabelece os seguintes valores para o número de trabalhadores técnicos de nível médio absolvidos pelo mercado de trabalho cearense com base na série suavizada.

**Tabela 3: Série Suavizada e Projeção**

Ano	Série Suavizada	Projeção
2011 (ANO BASE)	23.050	-
2012	24.340	24.181
2013	25.702	25.367
2014		26.611
2015		27.917
2016		29.286
2017		30.722



Em 2011, o valor obtido a partir da série de estoque de trabalhadores de nível técnico médio para setores selecionados foi o de 23.050. A projeção para o ano de 2012 com base na taxa de crescimento de longo prazo da série suavizada, 4,9%, é de 24.181. Observa-se que o valor projetado é inferior ao valor suavizado para o mesmo ano. Para o ano de 2013, a série suavizada também supera o valor projetado a partir de 2011. Isso significa dizer que a tendência de longo prazo do aumento do estoque de profissionais técnicos de nível médio para setores selecionados da economia cearense tem se mantido acima das projeções realizadas. Esse resultado difere do observado na Tabela 1, pois os efeitos das flutuações da economia cearense não estão mais embutidos na série de estoque de trabalhadores de nível médio, o que é de fundamental importância para se ter uma correta leitura do indicador.

Dessa forma propomos que o Protocolo do Indicador revisado (Anexo 1), conforme anexo documento anexo e as metas sejam as seguintes:

<b>Ano</b>		<b>Metas</b>	<b>Metas Propostas</b>
Ano 2011	Linha de Base	24.543	23.050
Ano 2014	Ano 1 - Segundo	27.800	25.367
Ano 2015	Ano 2 - Segundo	29.000	26.611
Ano 2016	Ano 3 - Segundo	30.300	27.917
Ano 2017	Ano 4 - Segundo	31.600	29.286

Vale ressaltar que os valores das metas propostas também estão ajustadas para a disponibilização das informações realizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Neste caso, o valor 23.050 se refere ao ano base de 2011 a partir da série suavizada. Já o valor da meta proposta para o 1º ano do programa, 25.367, se refere ao valor projetado para 2013. Portanto, a meta do ano de 2014 (1º ano do programa) está associada à projeção para o ano de 2013 em virtude da defasagem de um ano na divulgação dos dados da RAIS. Esse procedimento é repetido para os anos seguintes.

Portanto, a presente nota técnica atende de forma mais adequada a descrição do protocolo do indicador do PforR “Número de técnicos de nível médio absolvidos pelo setor produtivo”, atentando-se para o requerimento de ajustamento da série em relação ao ciclo econômico para o cálculo das metas.

Fortaleza, 12 de Fevereiro de 2015

Preparado por:

---

Victor Hugo de Oliveira Silva

ANEXO 1 – PROTOCOLO DO INDICADOR SECUNDÁRIO DO PROJETO PforR  
“NÚMERO DE TÉCNICOS COM NÍVEL MÉDIO ABSOLVIDO PELO SETOR  
PRODUTIVO”

# Protocolo Indicador Programa para Resultados (PforR) - Proposta

## Nome do Indicador:

Número de técnicos, com nível médio, absorvidos pelo setor produtivo (público e privado) (ajustado para o ciclo econômico)

## Tipo de Indicador:

<b>Tema Projeto:</b> Crescimento Econômico	<b>Macrofunção/Área de Resultado:</b> Capacitação Profissional	<b>Setorial Envolvida:</b> IPECE
---	---	-------------------------------------

<b>Nº Indicador Área de Resultado:</b> PDO 1	<b>Nº Indicador de Desembolso:</b> -	<b>Data:</b> 13/11/2013
---	---	----------------------------

<b>Quanto ao Desembolso:</b> ( ) Ano Zero ( ) Primário ( X ) Secundário	<b>Quanto ao Resultado:</b> ( ) Produto ( ) Intermediário ( X ) Resultado
--	--

## Responsável pelo Indicador

<b>Nome Responsável:</b> Victor Hugo de Oliveira Silva	<b>Área Responsável:</b> Diretoria de Estudos Sociais
---	--

<b>Email do Responsável:</b> victor.hugo@ipece.ce.gov.br	<b>Telefone do Responsável:</b> 85 3101 3507
---	---

## Programa do PPA e Iniciativa relacionada com o Indicador:

<b>Programa:</b> 014 – Ensino Médio Articulado à Educação Profissional	<b>Iniciativas:</b> 00328: Manutenção das Escolas Estaduais de Educação Profissional 00771: Construção e reforma das escolas profissionais 00834: Aquisição e impressão de materiais pedagógicos, apoio a projetos de estudo e pesquisa e concessão de bolsa estágio
---	---

## Descrição do Indicador:

O indicador será o número de trabalhadores técnicos de nível médio que possuem vínculo empregatício em empresas públicas ou privadas que atuam nos seguintes subsetores da economia: extrativa mineral, produção mineral não metálico, indústria metalúrgica, indústria mecânica, elétrico e comunicação, material de transporte, madeira e mobiliário, indústria química, indústria têxtil, indústria calçados, construção civil, alojamento e comunicação, agricultura. Esses subsetores compõe uma lista de 25 subsetores definidos pelo IBGE e disponíveis na RAIS. O cálculo da meta levará em consideração a taxa de crescimento geométrica entre 2003 e 2011. A linha de base é o ano de 2011 para o qual são realizadas as projeções dos anos subsequentes utilizando-se uma taxa de crescimento geométrica de 4,9% a partir da série suavizada (utilizando-se o Filtro de Hodrick- Prescott). Desta forma, as metas serão obtidas a partir da tendência de longo prazo da absorção de técnicos de nível médio, e não sobre a série influenciada pelos ciclos econômicos. Outro aspecto importante relativo às metas é o fato de que a meta do ano corrente é na realidade o valor da absorção de técnicos no ano anterior. Esse aspecto se justifica diante da divulgação de dados da RAIS realizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego o qual disponibiliza para o ano corrente as informações do ano anterior. Vale ressaltar também que este indicador é de pouca governabilidade por parte do Governo do Estado do Ceará, por se tratar de uma variável determinada pelo mercado de trabalho.

## Informações do Indicador:

<b>Unidade do Indicador:</b> Número de trabalhadores com vínculos formais	<b>Fonte da Informação:</b> Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE)
--	--

## Fórmula de Cálculo:

O valor realizado das metas será obtido a partir dos dados suavizados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE). A suavização da série logaritimizada do número de técnicos de nível médio é feita por meio do filtro de Hodrick- Prescott. Após separar a tendência de longo prazo e o ciclo da série logaritimizada, retorna-se aos valores absolutos da série suavizada. Esse procedimento é feito para o somatório de trabalhadores nos seguintes subsetores da economia cearense (segundo o IBGE): extrativa mineral, produção de mineral não-metálico, indústria metalúrgica, elétrico e comunicação, material de transporte, madeira e mobiliário, indústria química, indústria têxtil, indústria de calçados, construção civil, alojamento e comunicação, e agricultura.

<b>Periodicidade da Informação:</b> Anual	<b>Data entrega da Informação:</b> Julho do ano seguinte ao ano da meta, de acordo com a disponibilização da informação pelo Ministério do Trabalho	<b>Abrangência Geográfica:</b> Todo o estado do Ceará
--	--	--

<b>Metas</b>		
<b>Ano 2011</b>	Linha de Base	23.050
<b>Ano 2013</b>	Ano Zero	-
<b>Ano 2014</b>	Ano 0,5 - Primeiro Semestre	-
	Ano 1 - Segundo Semestre	25.367
<b>Ano 2015</b>	Ano 1,5 - Primeiro Semestre	-
	Ano 2 - Segundo Semestre	26.611
<b>Ano 2016</b>	Ano 2,5 - Primeiro Semestre	-
	Ano 3 - Segundo Semestre	27.917
<b>Ano 2017</b>	Ano 3,5 - Primeiro Semestre	-
	Ano 4 - Segundo Semestre	29.286
<b>Assinatura</b>		
<b>Responsável:</b>		<b>Data:</b>

## **ANEXO X**

### **Evidência do atendimento do Indicador Secundário (SEPLAG):**

Criação e funcionamento de Comitê Consultivo multissetorial CPDI (Gabinete do Governador, SEDUC, SDA, SESA, STDS, SEPLAG, IPECE, SEJUS, SESPORTE e SECULT).



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**

*Secretaria do Planejamento e Gestão*

OFÍCIO CPDI nº 01 /2015

Fortaleza, 28 de dezembro de 2015

**Ilma. Sra.  
Ana Cristina Cavalcante Medeiros  
Coordenadora da Unidade de Gerenciamento de Projetos – UGP, do PforR  
NESTA**

Sra. Coordenadora,

Ao cumprimentá-la, encaminho cópia das publicações de duas Resoluções do Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil (CPDI) como evidência do cumprimento do indicador “Criação e funcionamento de um Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil no Ceará”, de acordo com as metas estabelecidas para 2015.

Ao dispor para esclarecimentos adicionais, renovo votos de estima e consideração.

Cordialmente,

**Lara Costa**

Secretária Executiva do CPDI

47200001.08.243.050.14837.01.335041.70.1. DATA DA ASSINATURA: 25 de novembro de 2015. SIGNATÁRIOS: Josbertini Virginio Clementino - Secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social-STDS e Magno Miranda de Souza - Tapera das Artes.

Daniele Barbosa de Oliveira

COORDENADORA DA ASSESSORIA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO DE CONVÊNIO Nº128/2015 IG Nº876065

CONVENIENTES: O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – STDS, inscrita no CNPJ sob o nº08.675.169/0001-53, com sede na Rua Soriano Albuquerque nº230, Bairro Joaquim Távora, CEP: 60.130-160, Fortaleza/CE e **OBRA SOCIAL LUMEN**, inscrita no CNPJ sob o nº04.082.338/0001-90, com sede na Rua Conselheiro Estelita, nº255, Centro, Fortaleza/Ceará. OBJETO: Constitui objeto do presente Convênio a **execução do Projeto São Bento**, que visa a reforma da estrutura física do anexo do Centro Social Lumen, na comunidade 31 de março, para garantir as atividades socioeducativas, culturais e esportivas desenvolvidas na comunidade para crianças e adolescentes, visando o resgate da dignidade e cidadania dessa população, credenciado e executado conforme o Plano de Trabalho selecionado/aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento independentemente de transcrição. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Resolvem firmar o presente Convênio, nos termos da Constituição Federal de 1988, da Constituição do Estado do Ceará de 1989, da Lei Complementar Federal nº101/2000, da Lei Complementar Estadual nº119/2012 e suas alterações, da Lei nº15.674/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015), da Lei nº15.753/2014, (Lei Orçamentária Anual de 2015), da Lei nº15.857/2015 (Lei Autorizativa Específica), do Decreto nº31.406/2012, do Decreto nº31.621/2014, da Portaria nº011/2015, da Portaria nº. 130/2015, ambas da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado, da Lei Federal nº8.666/1993, alterada e consolidada, no que couber por força de seu Art.116, do PPA 2012-2015 e do Processo Administrativo nº6546981/2015. FORO: Fortaleza/CE. VIGÊNCIA: O presente Convênio terá vigência iniciada na data de sua assinatura, expirando sua validade em 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo, por expressa manifestação e anuência das partes, devendo tal interesse ser apresentado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do término do presente instrumento. VALOR: A Concedente, por força deste Convênio, transferirá à Conveniente recursos financeiros no valor total de R\$36.800,00 (trinta e seis mil e oitocentos reais), conforme estabelecido no Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 47200001.08.243.050.14837.01.335041.70.1. DATA DA ASSINATURA: 16 de Novembro de 2015. SIGNATÁRIOS: Josbertini Virginio Clementino - Secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social-STDS e Edwin Igor Salvador Schwartz Costa - Obra Social Lumen.

Daniele Barbosa de Oliveira

COORDENADORA DA ASSESSORIA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

#### RESOLUÇÃO Nº01/2015.

#### DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE DO CPDI, REVISÃO DO REGIMENTO INTERNO E O DESENHO DO PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INFANTIL (PADIN).

O COMITÊ CONSULTIVO INTERSETORIAL DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL DO ESTADO DO CEARÁ (CPDI), instituído pelo Decreto nº31.264, de 31 de julho de 2013, e alterado pelo Decreto nº31.739, de 03 de junho de 2015, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art.1º. Declarar eleitos a Presidente do Comitê, Primeira-dama do Estado do Ceará, Sra. Onélia Maria Moreira Leite de Santana, e o Vice-presidente, Sr. Sebastião Lopes Araújo, a partir do processo eletivo realizado na 6ª Reunião Ordinária de 2015 do CPDI, no dia 23 de julho de 2015.

Parágrafo Único. A Presidente e o Vice-Presidente do Comitê são eleitos para um mandato de quatro anos, reelegíveis, contados a partir da data da eleição, conforme determina o art.5º do Regimento Interno do CPDI. Art.2º. Aprovar a versão revisada do Regimento Interno do Comitê (anexo I), adequada à nova composição estabelecida pelo Decreto nº31.739, de 03 de junho de 2015. A revisão ocorreu na 8ª Reunião Ordinária de 2015 do CPDI, realizada no dia 28 de agosto de 2015.

Art.3º. Emitir parecer de caráter opinativo (anexo 2) sobre o desenho atual do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil (PADIN), desenvolvido pelo Governo do Estado do Ceará por meio da Secretaria da Educação (SEDUC), apresentado para fins de conhecimento e considerações do Comitê na 9ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de outubro de 2015.

Fortaleza, 24 de novembro de 2015.

Onélia Leite de Santana

PRESIDENTE DO CPDI

Republicada por incorreção.

#### ANEXO I

#### REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ CONSULTIVO INTERSETORIAL DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL NO CEARÁ - CPDI CAPÍTULO I

##### DA FINALIDADE E COMPETÊNCIA

Art.1º O Comitê Consultivo Intersetorial, instituído pelo Decreto nº31.264, de 31 de julho de 2013, e alterado pelo Decreto nº31.739, de 03 de junho de 2015, é organizado na forma de colegiado, de natureza consultiva e tem como finalidade:

I – propor a formulação de políticas e diretrizes de programas e projetos com foco no desenvolvimento infantil;

II – promover a articulação de políticas, programas e projetos voltados para a melhoria da qualidade de vida na primeira infância.

Art.2º Compete ao Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil:

I – conhecer e propor estratégias de integração dos programas e projetos com foco no desenvolvimento infantil;

II – monitorar e avaliar programas e projetos de desenvolvimento infantil;

III – definir, acompanhar e divulgar os principais indicadores de resultado na área de desenvolvimento infantil;

IV – propor a realização e apoiar a divulgação de estudos e pesquisas acerca do desenvolvimento infantil no Estado do Ceará.

#### CAPÍTULO II

##### DA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ

Art.3º O Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil terá a seguinte composição:

I – Secretária do Desenvolvimento Agrário – SDA;

II – Secretária da Educação – SEDUC;

III – Secretária do Planejamento e Gestão – SEPLAG;

IV - Secretária da Saúde – SESA;

V - Secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS;

VI – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE;

VII - Secretária da Cultura - SECULT;

VIII - Secretária da Justiça e Cidadania - SEJUS;

IX - Secretária do Esporte - SESPORTE;

X - Gabinete do Governador.

Art.4º Fica facultado ao Comitê convidar representantes das seguintes entidades representativas de gestores municipais para contribuir nas discussões e auxiliar em suas decisões:

I – Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará – APRECE;

II - União dos Dirigentes Municipais de Educação – UNIDIME;

III – Conselho das Secretarias Municipais de Saúde – COSEMS;

IV – Colegiado dos Gestores Municipais de Assistência Social – COGEMAS.

Parágrafo único. Outras entidades cujas atribuições envolvam temas relacionados ao desenvolvimento infantil poderão ser convidadas a contribuir.

Art.5º O Presidente e Vice-Presidente do Comitê serão eleitos para um mandato de quatro anos, reelegíveis, contados a partir da data da eleição, devendo a nomeação ser publicada no Diário Oficial do Estado.

Art.6º Os membros titulares do Comitê e seus suplentes serão indicados pelo gestor de cada pasta, com publicação no Diário Oficial.

Parágrafo único. Na ausência do membro titular, o suplente poderá substituí-lo em sua plenitude.

#### CAPÍTULO III DO FUNCIONAMENTO

##### Seção I

##### Das Reuniões

Art.7º As reuniões ordinárias do Comitê serão realizadas, no mínimo, a cada dois meses, e extraordinariamente, quando necessário, por decisão do Presidente do Comitê.



§1º A convocação para as reuniões será feita pela Secretaria Executiva, por meio de comunicação escrita, com antecedência mínima de 7 (sete) dias da data marcada, e encaminhada aos membros junto com a pauta da reunião.

§2º As reuniões do Comitê serão realizadas em primeira convocação com, no mínimo, a maioria simples de seus membros titulares ou suplentes, e em segunda convocação, quinze minutos mais tarde, com qualquer número de membros presentes.

§3º Das reuniões lavrar-se-ão atas que serão encaminhadas a todos os membros do Comitê, por meio eletrônico.

Art.8º O Comitê terá como Secretário Executivo o representante da Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado, que dará o suporte necessário ao seu pleno funcionamento.

Parágrafo único. Na ausência ou impedimento do Secretário, será indicado um substituto pelo Presidente do Comitê, cujo procedimento constará em ata.

Art.9º As reuniões do Comitê deverão obedecer a seguinte sequência:

I – Verificação do quorum;

II – Aprovação da ata da sessão anterior;

III – Ordem do dia;

IV – Assuntos Gerais.

§1º Por requerimento de qualquer dos integrantes da reunião, desde que aprovado por maioria simples, a ordem do dia poderá ser invertida ou modificada.

Art.10. As matérias submetidas a discussão serão, quando for o caso, colocadas em votação pela Presidência.

§1º Terão direito a voto todos os titulares ou seus suplentes, quando estiverem representando os titulares, cabendo à Presidência, em caso de empate, além de seu respectivo voto, o voto de qualidade.

§2º Será considerada aprovada a matéria que obtiver a maioria simples dos votos.

§3º As principais decisões e encaminhamentos do Comitê serão adotados sob a forma de resolução.

§4º As atas das reuniões deverão ser publicadas em sítio eletrônico.

Art.11. Os casos omissos relacionados à periodicidade e sistemática de funcionamento das reuniões serão decididos pelo Presidente.

#### Seção II

##### Das Reuniões Virtuais

Art.12. Em caráter excepcional e havendo urgência, por determinação expressa do Presidente poderá ser convocada reunião extraordinária virtual para deliberação de assunto específico. As reuniões serão operacionalizadas por meio de envio de mensagens eletrônicas (e-mail) da Secretaria Executiva para os membros titulares e suplentes do Comitê.

I - A reunião extraordinária virtual terá o prazo de duração de 4 (quatro) dias úteis, contados a partir da data de envio do e-mail de convocação. A manifestação dos membros será considerada válida dentro do período estabelecido e por meio de mensagem eletrônica (e-mail);

II – As reuniões serão utilizadas para aprovação de decisões e encaminhamentos no âmbito das atribuições deste Comitê.

§1º Será considerada aprovada a matéria que obtiver a maioria simples dos votos dos membros do colegiado.

§2º Caso a maioria simples dos votos seja obtida antes do prazo final estabelecido, considerar-se-á encerrada a reunião.

Art.13. O resultado da deliberação será repassado na próxima reunião presencial dos Conselheiros para constar em ata.

#### Seção III

##### Da Presidência e sua Competência

Art.14. Compete ao Presidente do Comitê Consultivo das Políticas de Desenvolvimento Infantil:

I – presidir as atividades do Comitê;

II – representar o Comitê em todos os seus atos ou delegar sua representação;

III – exercer o direito de voto e, no caso de empate, o de qualidade;

IV – resolver as questões de ordem suscitadas em reunião;

V – cumprir e fazer cumprir as normas legais, regulamentares e regimentais;

VI – convidar para as reuniões gestores, representantes de instituições governamentais e não governamentais e representantes da iniciativa privada com atribuições relacionadas ao tema do desenvolvimento infantil, com direito a voz e sem direito a voto, visando contribuir nas discussões com os membros do Comitê.

Parágrafo único. Na ausência ou impedimento do presidente, o Vice-Presidente assumirá as suas competências.

#### Seção IV

##### Dos Membros do Comitê e suas Competências

Art.15. São atribuições dos membros do Comitê:

I – participar das reuniões regular e ativamente, contribuindo de forma objetiva e concreta para o alcance dos objetivos do Comitê;

II – comunicar à Secretaria Executiva do Comitê em tempo hábil após convocação, casos de impedimentos de participação nas reuniões;

III – analisar, discutir e votar, quando for o caso, as matérias constantes na pauta das reuniões;

IV – apresentar subsídios sobre as matérias em discussão, visando facilitar as decisões do Comitê;

V – propor, quando julgar necessário, redimensionamento das ações do Comitê, observando a legislação pertinente.

Art.16. O membro, titular ou suplente, que não se fizer presente a duas reuniões consecutivas ou três intercaladas no período de um ano, sem apresentar justificativa fundamentada por escrito, dará ensejo a pedido de substituição à instituição por ele representada.

Parágrafo único. Caso não haja manifestação da instituição respectiva, no prazo de trinta dias, o assunto será levado à discussão em reunião, que decidirá e proporá adequação dessa representação no Comitê.

#### Seção V

Da Secretaria Executiva do Comitê e suas Competências

Art.17. São atribuições do Secretário Executivo do Comitê:

I- organizar a realização das reuniões do Comitê, expedindo convocações, pautas, atas, dentre outros documentos pertinentes;

II- auxiliar, no que lhe competir, o Presidente e os membros nas atividades do Comitê;

III- acompanhar as decisões do Comitê, subsidiando o Presidente com informações;

IV- remeter ao Presidente, quando necessária a sua apreciação e decisão, informações sobre matéria da competência do Comitê;

V- exercer outras atividades de sua competência ou que lhes forem atribuídas pelo Presidente.

### CAPÍTULO IV

#### Das Disposições Gerais

Art.18. Este regimento poderá ser alterado por deliberação de 2/3 dos membros do Comitê.

Art.19. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste regimento serão solucionados por deliberação do Comitê, em qualquer de suas reuniões, por maioria simples dos presentes.

Art.20. Este regimento entra em vigor na data de sua publicação.

### ANEXO II

#### PARECER SOBRE O DESENHO DO PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INFANTIL - PADIN

O Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil no Ceará - CPDI, em atendimento à sua regulamentação própria, notadamente o inciso I do Art.2º do Regimento Interno, que versa sobre a atribuição de “conhecer e propor estratégias de integração dos programas e projetos com foco no desenvolvimento infantil”, opina pela aprovação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil – PADIN no modelo apresentado na 9ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de outubro de 2015, registrando, entretanto, para fins de contribuição no alcance de seus resultados, as seguintes sugestões:

I) Que o Programa revise as áreas de atuação na capital cearense, priorizando o bairro Vicente Pinzon, da Regional II, considerando os elevados índices de vulnerabilidade social existentes no referido bairro. Isso possibilitará, além dos benefícios diretos gerados pelo programa, a integração e consequente fortalecimento das diversas políticas sociais planejadas para aquele bairro no âmbito do Ceará Pacífico.

II) Que na indicação do Supervisor do Programa, cuja função será exercida por um profissional de nível superior da Secretaria Municipal da Educação que atua no Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), na área de Educação Infantil, sejam priorizados os que forem servidores públicos efetivos do município, a fim de que não haja prejuízo na continuidade das atividades e no desempenho do Programa.

III) Que seja revista a metodologia de atuação junto às comunidades indígenas e quilombolas, considerando as demandas específicas manifestadas por cada um desses grupos. A adequação das ações do Programa às características culturais locais, sem alterar a essência de seu planejamento, são fundamentais para a garantia o alcance dos objetivos traçados.





- IV) Que o PADIN, cuja fase piloto prevê sua implantação nos 36 municípios cearenses com maior número de pessoas em situação de pobreza, seja expandido para os demais municípios do Estado, sem que para isso esteja concluída a avaliação que o Banco Mundial realizará sobre essa etapa, a fim ofertá-los, no menor tempo possível, a oportunidade de também serem contemplados com as ações do Programa.
- V) Que a coordenação do PADIN, cuja fase inicial prevê a sua implantação em 8 municípios, avalie criteriosamente, ao término dessa primeira etapa, a formação e atuação dos JADI (Jovens Agentes do Desenvolvimento Infantil) e a aceitação das comunidades participantes a estes jovens, pois estes fatores podem constituir risco ao Programa, cabendo à coordenação reavaliar e ajustar, caso necessário, essa estratégia para a continuação nos demais municípios do Estado.

\*\*\* \*\*

### SECRETARIADO TURISMO

#### TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DO CENTRO DE EVENTOS DO CEARÁ Nº113/2015

DAS PARTES: O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DO TURISMO - SETUR, sediada na Avenida Washington Soares, nº999, Edson Queiroz, CEP: 60.811-341, na cidade de Fortaleza, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº00.671.077/0001-93; De outro lado, **V.H.R. MENEZES - ME**, doravante denominada simplesmente AUTORIZATÁRIA, inscrita no CNPJ sob o nº18.833.049/0001-90 sediada na Rua Augusto dos Anjos, nº829, Bairro: Parangaba, Fortaleza/CE, CEP: 60.720-971 Resolvem as Partes, de comum acordo, celebrar o presente Instrumento que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir descritas: DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto **autorizar o uso das áreas e equipamentos do CENTRO DE EVENTOS DO CEARÁ** para a realização do Evento "FEIRA DE CIÊNCIAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO", conforme CLÁUSULA TERCEIRA. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Fundamenta-se o presente instrumento no Regulamento Interno do Centro de Eventos do Ceará - CEC, instituído pelo Decreto nº31.051, de 13 de novembro de 2012, alterado pelo Decreto nº31.670, de 09 de fevereiro de 2015 e pelo Decreto nº31.674, de 12 de fevereiro de 2015. DO VALOR E DO PRAZO: O valor e o prazo da autorização de uso seguirão a tabela de preços definidos pela Portaria nº15/2015, identificando montagem, realização e desmontagem do evento, conforme abaixo. PAVILHÃO LESTE MONTAGEM: 18 DE NOVEMBRO DE 2015 TOTAL DA MONTAGEM: R\$1.125,00 REALIZAÇÃO: 19 E 20 DE NOVEMBRO DE 2015 TOTAL DA REALIZAÇÃO: R\$4.500,00 DESMONTAGEM: 21 DE NOVEMBRO DE 2015 TOTAL DA DESMONTAGEM: R\$1.125,00 TOTAL MONTAGEM/REALIZAÇÃO/DESMONTAGEM: R\$6.750,00; TAXA (ÁGUA/ENERGIA/LIMPEZA E MANUTENÇÃO DE ÁREAS COMUNS: R\$2.700,00; TOTAL FINAL R\$9.450,00 (Nove mil, quatrocentos e cinquenta reais) DA FORMA DE PAGAMENTO: I - Pelo uso das dependências, objeto do presente contrato, deverá a AUTORIZATÁRIA satisfazer o pagamento do valor de R\$9.450,00 (Nove mil, quatrocentos e cinquenta reais) referente ao valor total do presente contrato, nas seguintes condições: PARCELAS VENCIMENTO VALOR (R\$) Pagamento Integral 17/11/2015 9.450,00 II - O pagamento das parcelas do presente contrato deverá ser efetuado através de DAE - Documento de Arrecadação Estadual ou outra modalidade que a AUTORIZANTE indicar, devendo o comprovante de pagamento ser apresentado à Gerência Comercial do CENTRO DE EVENTOS DO CEARÁ, que autorizará a montagem e/ou a realização do evento. III - O valor do pagamento acima especificado inclui todas as despesas da autorização de uso ora acordada. IV - Havendo necessidade da autorização de áreas e/ou serviços complementares, os mesmos deverão ser solicitados a AUTORIZANTE, que providenciará a formalização. V - Em caso de alteração da tabela de preços, sem que tenha havido o pagamento do preço inicialmente ajustado neste termo de autorização de uso, deverá a AUTORIZATÁRIA pagar à AUTORIZANTE os novos valores, sem qualquer desconto, de acordo com a tabela vigente à época do pagamento. VI - O valor de 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais), referente ao pagamento de 10% (dez por cento) do valor total bruto do contrato até dia 17/11/2015, a título de caução. VII - A caução referida no parágrafo acima deverá ser recolhida em cheque, e permanecerá sob a custódia da Secretaria de Turismo - SETUR até que sejam quitadas todas as contas referentes à montagem, realização e desmontagem do evento e reparado todos os danos causados ao

imóvel, seus móveis e utensílios. VIII - Os danos referidos serão avaliados em conjunto pelo autorizante e autorizatório e, não sendo verificada irregularidade, o cheque-caução será restituído logo após a vistoria. FORO: FORTALEZA-CE DATA DA ASSINATURA: 17 de novembro de 2015. SIGNATÁRIOS: Luciana Mendes Lobo (Secretária Executiva do Turismo) e Victor Hugo Rocha Menezes (Autorizatório).  
Jamille Barbosa da Rocha Silva  
COORDENADORA DA ASJUR

\*\*\* \*\*

#### TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DO CENTRO DE EVENTOS DO CEARÁ Nº117/2015

DAS PARTES: O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DO TURISMO - SETUR, sediada na Avenida Washington Soares, nº999, Edson Queiroz, CEP: 60.811-341, na cidade de Fortaleza, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº00.671.077/0001-93; De outro lado, **PIMENTA EVENTOS E SOCIEDADE ARTÍSTICA LTDA.**, doravante denominada simplesmente AUTORIZATÁRIA, inscrita no CNPJ sob o nº11.994.252/0001-08 sediada na Av. Padre Antônio Tomás, nº850, Loja 01 e 02 B, Bairro: Aldeota, CEP: 60.140-160, Fortaleza/CE. Resolvem as Partes, de comum acordo, celebrar o presente Instrumento que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir descritas: DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto **autorizar o uso das áreas e equipamentos do CENTRO DE EVENTOS DO CEARÁ** para a realização do Evento "UNIVERSO CASUO SHOW", conforme CLÁUSULA TERCEIRA. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Fundamenta-se o presente instrumento no Regulamento Interno do Centro de Eventos do Ceará - CEC, instituído pelo Decreto nº31.051, de 13 de novembro de 2012, alterado pelo Decreto nº31.670, de 09 de fevereiro de 2015 e pelo Decreto nº31.674, de 12 de fevereiro de 2015. DO VALOR E DO PRAZO: O valor e o prazo da autorização de uso seguirão a tabela de preços definidos pela Portaria nº15/2015, identificando montagem, realização e desmontagem do evento, conforme abaixo. PAVILHÃO OESTE MONTAGEM: 05 DE DEZEMBRO DE 2015 TOTAL DA MONTAGEM: R\$4.500,00; REALIZAÇÃO: 06 DE DEZEMBRO DE 2015 TOTAL DA REALIZAÇÃO: R\$9.740,00; DESMONTAGEM: 07 DE DEZEMBRO DE 2015 TOTAL DE DESMONTAGEM: R\$4.500,00 TOTAL MONTAGEM/REALIZAÇÃO/DESMONTAGEM: R\$18.740,00; TAXA (ÁGUA/ENERGIA/LIMPEZA E MANUTENÇÃO DE ÁREAS COMUNS): R\$4.122,00 TOTAL FINAL R\$22.862,00 (Vinte e dois mil, oitocentos e sessenta e dois reais) DA FORMA DE PAGAMENTO: I - Pelo uso das dependências, objeto do presente contrato, deverá a AUTORIZATÁRIA satisfazer o pagamento do valor de R\$22.862,00 (Vinte e dois mil, oitocentos e sessenta e dois reais) referente ao valor total do presente contrato, nas seguintes condições: PARCELAS VENCIMENTO VALOR (R\$) Pagamento Integral 13/11/2015 22.862,00 II - O pagamento das parcelas do presente contrato deverá ser efetuado através de DAE - Documento de Arrecadação Estadual ou outra modalidade que a AUTORIZANTE indicar, devendo o comprovante de pagamento ser apresentado à Gerência Comercial do CENTRO DE EVENTOS DO CEARÁ, que autorizará a montagem e/ou a realização do evento. III - O valor do pagamento acima especificado inclui todas as despesas da autorização de uso ora acordada. IV - Havendo necessidade da autorização de áreas e/ou serviços complementares, os mesmos deverão ser solicitados a AUTORIZANTE, que providenciará a formalização. V - Em caso de alteração da tabela de preços, sem que tenha havido o pagamento do preço inicialmente ajustado neste termo de autorização de uso, deverá a AUTORIZATÁRIA pagar à AUTORIZANTE os novos valores, sem qualquer desconto, de acordo com a tabela vigente à época do pagamento. VI - O valor de R\$2.286,20 (dois mil, duzentos e oitenta e seis reais e vinte centavos), referente ao pagamento de 10% (dez por cento) do valor total bruto do contrato até dia 06/11/2015, a título de caução. VII - A caução referida no parágrafo acima deverá ser recolhida em cheque, e permanecerá sob a custódia da Secretaria de Turismo - SETUR até que sejam quitadas todas as contas referentes à montagem, realização e desmontagem do evento e reparado todos os danos causados ao imóvel, seus móveis e utensílios. VIII - Os danos referidos serão avaliados em conjunto pelo autorizante e autorizatório e, não sendo verificada irregularidade, o cheque-caução será restituído logo após a vistoria. FORO: FORTALEZA-CE DATA DA ASSINATURA: 26 de novembro de 2015. SIGNATÁRIOS: Luciana Mendes Lobo (Secretária Executiva do Turismo); Daniel Meireles de Sousa Fontenele e Flávio Aguiar Ribeiro (Autorizatórios).  
Jamille Barbosa da Rocha Silva  
COORDENADORA DA ASJUR

\*\*\* \*\*



com sede nesta Capital, na Rua Soriano Albuquerque nº230 – Joaquim Távora, e a **ASSOCIAÇÃO BATISTA BENEFICENTE E MISSIONÁRIA - ABEM**, inscrita no CNPJ sob o nº12.360.335/0001-08, com sede na Rua Entrada da Lua, nº170, Bairro João Arrudas, Fortaleza/Ceará, resolvem firmar o presente Termo Aditivo ao Convênio acima referido, nos termos da Lei Complementar nº119/2012 e suas alterações, da Lei nº15.839/2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias/2016), da Instrução Normativa SECON/SEFAZ/SEPLAN nº01/2005, da Lei nº8.666/93, alterada e consolidada e no Processo nº7743802/2015, parte integrante deste instrumento, independente de transcrição. II - OBJETO: O presente Termo Aditivo visa a **alteração de prazo do Convênio nº65/2013**, o qual tem como objeto a execução do Projeto de Apoio ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, que visa a realização do Programa Fora de Rua Dentro da Escola, credenciado e executado conforme o Plano de Trabalho devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento independente de transcrição. VIGÊNCIA: A vigência do Convênio original será prorrogada por mais 4 (quatro) meses, com início em 01 de janeiro de 2016 e término em 30 de abril de 2016. VALOR: A execução do presente aditamento não importará acréscimo de valor. III - DA RATIFICAÇÃO: Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas anteriormente pactuadas. IV - DATA E ASSINANTES: Fortaleza, 14 de dezembro de 2015; Josbertini Virgínio Clementino - Secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS e Hélio Moraes de Medeiros - Associação Batista Beneficente e Missionária - ABEM.

Daniele Barbosa de Oliveira

COORDENADORA DA ASSESSORIA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO ADITIVO DE CONVÊNIO Nº67/2013 IG Nº878027

I - ESPÉCIE: SEXTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO; O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CNPJ nº08.675.169/0001-53, doravante denominado CONCEDENTE, com sede nesta Capital, na Rua Soriano Albuquerque nº230 – Joaquim Távora e a **SOCIEDADE PARA O BEM-ESTAR DA FAMÍLIA-SOBEF**, inscrita no CNPJ sob o nº12.359.865/0001-28, com sede na Rua Joaquim Bernardes, 300/400, Mucunã, Maracanaú/CE, resolvem firmar o presente Termo Aditivo ao Convênio acima referido, nos termos da Lei Complementar nº119/2012 e suas alterações, da Lei nº15.839/2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias/2016), da Instrução Normativa SECON/SEFAZ/SEPLAN nº01/2005, da Lei nº8.666/93, alterada e consolidada e no Processo nº7587959/2015. II - OBJETO: O presente Termo Aditivo visa a **alteração de prazo do Convênio nº67/2013**, o qual tem como objeto o serviço socioassistencial e educativo para as famílias em situação de vulnerabilidade social, credenciado e executado conforme o Plano de Trabalho devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento independente de transcrição. VIGÊNCIA: A vigência do Convênio original será prorrogada por mais 4 (quatro) meses, com início em 01 de janeiro de 2016 e término em 30 de abril de 2016. VALOR: A execução do presente aditamento não importará acréscimo de valor. III - DA RATIFICAÇÃO: Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas anteriormente pactuadas. IV - DATA E ASSINANTES: Fortaleza, 10 de dezembro de 2015; Josbertini Virgínio Clementino - Secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS e Aílton Galvão Fonseca - Sociedade Para o Bem-Estar da Família - SOBEF.

Daniele Barbosa de Oliveira

COORDENADORA DA ASSESSORIA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO ADITIVO DE CONVÊNIO Nº073/2013 IG Nº878253

I - ESPÉCIE: TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO; SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CNPJ nº08.675.169/0001-53, doravante denominado CONCEDENTE, com sede nesta Capital, na Rua Soriano Albuquerque nº230 – Joaquim Távora, e a **ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO PRESIDENTE TANCREDO NEVES - AMCTN**, inscrita no CNPJ sob o nº07.794.357/0001-38, com sede na Rua Plácido Castelo, nº473, Bairro Tancredo Neves, Fortaleza-CE, resolvem firmar o presente Termo Aditivo ao Convênio acima referido, nos termos da Lei Complementar nº119/2012 e suas alterações, da Lei nº15.839/2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias/2016), da Instrução Normativa SECON/SEFAZ/SEPLAN nº01/2005, da Lei nº8.666/93, alterada e consolidada e no Processo nº7332985/2015, parte integrante deste instrumento, independente de

transcrição. II - OBJETO: O presente Termo Aditivo visa a **alteração de prazo e valor do Convênio nº73/2013**, o qual tem como objeto a execução do Projeto Abrigo Renascer, que visa o atendimento a adolescentes do sexo masculino na faixa etária de 15 a 18 anos, com direitos ameaçados e/ou violados, marcados por história de violência doméstica e com vínculos familiares fragilizados, em regime de abrigo, credenciado e executado conforme o Plano de Trabalho devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento independente de transcrição. VIGÊNCIA: A vigência do Convênio original será prorrogada por mais 4 (quatro) meses, com início em 01 de janeiro de 2016 e término em 30 de abril de 2016. VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A Concedente, por força deste Convênio, transferirá à Conveniente recursos financeiros no valor total de R\$184.475,20 (cento e oitenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e vinte centavos), conforme estabelecido no Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho, que correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s): 47200002.08.243.050.21422.01.335041.00.0. III - DA RATIFICAÇÃO: Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas anteriormente pactuadas. IV - DATA E ASSINANTES: Fortaleza, 15 de dezembro de 2015; Josbertini Virgínio Clementino - Secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS e Eleni Oliveira da Silva - Associação dos Moradores do Conj. Tanc. Neves.

Daniele Barbosa de Oliveira

COORDENADORA DA ASSESSORIA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO ADITIVO DE CONVÊNIO Nº255/2013 IG Nº876846

I - ESPÉCIE: QUINTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO; SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CNPJ nº08.675.169/0001-53, doravante denominado CONCEDENTE, com sede nesta Capital, na Rua Soriano Albuquerque nº230 – Joaquim Távora, e o **CONSELHO COMUNITÁRIO DOS MORADORES DO PARQUE SANTA CECÍLIA**, inscrito no CNPJ sob o nº23.554.611/0001-87, com sede na Rua Oscar França, nº2256, Bairro Bom Jardim, Fortaleza/Ceará, resolvem firmar o presente Termo Aditivo ao Convênio acima referido, nos termos da Lei Complementar nº119/2012 e suas alterações, da Lei nº15.839/2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias/2016), da Instrução Normativa SECON/SEFAZ/SEPLAN nº01/2005, da Lei nº8.666/93, alterada e consolidada e no Processo nº7513289/2015, parte integrante deste instrumento, independente de transcrição. II - OBJETO: O presente Termo Aditivo visa a **alteração de prazo do Convênio nº255/2013**, o qual tem como objeto a execução do Projeto ABC Cajueiro Torto, que visa a execução de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 à 17 anos em situação de vulnerabilidade social, credenciado e executado conforme o Plano de Trabalho devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento independente de transcrição. VIGÊNCIA: A vigência do Convênio original será prorrogada por mais 4 (quatro) meses, com início em 01 de janeiro de 2016 e término em 30 de abril de 2016. VALOR: A execução do presente aditamento não importará acréscimo de valor. III - DA RATIFICAÇÃO: Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas anteriormente pactuadas. IV - DATA E ASSINANTES: Fortaleza, 03 de dezembro de 2015; Josbertini Virgínio Clementino - Secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social e Maria Onete da Costa - Conselho Comunitário dos Moradores do Parque Santa Cecília.

Daniele Barbosa de Oliveira

COORDENADORA DA ASSESSORIA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

#### RESOLUÇÃO Nº02/2015.

**DISPÕE SOBRE AS PROPOSTAS PARA FORTALECIMENTO DO PLANO DE AÇÃO DO PROGRAMA MAIS INFÂNCIA CEARÁ COM O INTUITO DE PROMOVER O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA INFÂNCIA.**

O COMITÊ CONSULTIVO INTERSETORIAL DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL DO ESTADO DO CEARÁ (CPDI), instituído pelo Decreto nº31.264, de 31 de julho de 2013, e alterado pelo Decreto nº31.739, de 03 de junho de 2015, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art.1º. Propor que sejam consideradas no Plano de Ação do Programa “Mais Infância Ceará”, as ações listadas a seguir, visando potencializar a integração de políticas públicas na área da infância:





I - No desenvolvimento do Programa, que seja definida uma estratégia que contribua para uma gestão integrada com foco na primeira infância nos 36 municípios mais pobres do Ceará (área de abrangência do PforR), integrando as diferentes setoriais e representantes da sociedade civil.

II - No eixo Tempo de Brincar, que contempla a construção ou revitalização de espaços públicos adequados para o desenvolvimento infantil (Praça Mais Infância tipo I, Praça Mais Infância tipo II, brinquedopraça e brinquedocriche), com foco nos benefícios dos jogos infantis para o desenvolvimento físico, cognitivo, emocional das crianças, além do convívio familiar, da socialização e de sua integração à cultura de sua comunidade. Sugere-se o fortalecimento do brincar através da formação de profissionais, pais e cuidadores e a produção de materiais que incentivem esta prática em diferentes lugares e contextos, contribuindo para o fortalecimento do território do brincar.

III - No eixo Tempo de Aprender, que entende a escola como direito de todos, buscando atender a meta de universalizar a oferta de pré-escola e ampliar a oferta de creches: propõe-se priorizar junto às setoriais responsáveis, a formação de educadores e gestores, a luz dos novos conhecimentos da neurociência, respeitando as etapas do desenvolvimento infantil e a importância de um ambiente acolhedor com qualidade nas interações e experiências para aprendizagem efetiva e afetiva de nossas crianças. Iniciando-se nas instituições de Educação Infantil nos 36 municípios mais pobres do Ceará (área de abrangência do PforR).

IV - No eixo Tempo de Crescer, que propõe a construção de uma rede de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários através de serviços e formações que contemplem profissionais, pais e cuidadores: recomenda-se que estas formações sejam intersetoriais para capacitar estes profissionais para desenvolverem ações conjuntas de acompanhamento da gestante e sua criança por toda a primeira infância, com foco no fortalecimento de vínculo familiar e comunitário, a fim de evitar a violação de direitos no contexto familiar e na sociedade.

V - No eixo Tempo de Crescer, sugere-se, também, a oferta de formações, ações de divulgação, a construção e fiscalização de normativas que assegurem a prevenção de acidentes e violências contra crianças.

VI - Como o Programa Mais Infância Ceará funciona como um projeto guarda-chuva, que tem como potencialidade a intersetorialidade e a integralidade das ações, sugere-se o alinhamento das ações das diferentes setoriais para o segmento infância com o Programa, favorecendo a inovação, o protagonismo e a qualidade dos serviços prestados às crianças e suas famílias.

Fortaleza, 16 de dezembro de 2015.

Sebastião Lopes Araújo  
VICE-PRESIDENTE DO CPDI

\*\*\* \*\*

### CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

A CONTROLADORA GERAL DE DISCIPLINA, no uso das atribuições que lhe confere o art.5º, inciso I, da Lei Complementar nº98, de 13 de junho de 2011, c/c o Art.32, inciso I da Lei nº13.407, de 02 de dezembro de 2003, e CONSIDERANDO os fatos constantes na Sindicância referente ao SPU nº10332577-8, instaurada sob a égide da Portaria nº542/2010, datada de 23 de novembro de 2010, pela extinta Corregedoria Geral dos Órgãos da Segurança Pública e Defesa Social - CGOSP/SSPDS, visando apurar a responsabilidade disciplinar dos policiais militares SD PM ANTONIO LUCIANO RODRIGUES CAVALCANTE, SD PM ANTONIO EVANDRO DE OLIVEIRA, SD PM FRANCISCO EDER BEZERRA e SD PM GABRIEL BENEVIDES DE MESQUITA, os quais, no dia 15/09/2010, por volta das 11h30, na Rua Carnaubal, Bairro Jardim Iracema, nesta urbe, quando de serviço na RD 1041, abordaram 03 (três) adolescentes, ocasião em que um deles, o então menor Paulo Cezar Caetano da Silva, teria sido agredido fisicamente pelos referidos policiais, tendo estes pisado no braço do adolescente, vindo a quebrá-lo; CONSIDERANDO que ainda consta da Exordial, que após conduzirem o menor ao hospital 'Frotinha do Antônio Bezerra', onde o mesmo fora submetido ao exame Raio X, os acusados supostamente rasgaram referido exame; CONSIDERANDO que de acordo com o Exame de Corpo de Delito de Paulo Cezar Caetano da Silva, realizado em 15/09/2010, com base na ficha de atendimento do Hospital IJF - Antônio Bezerra, a perícia atestou "[...] 'fratura fechada úmero direito' e receita médica prescrita: 'imobilização gessada'. Ao exame observamos: mobilização gessada no braço direito com uso de tipoia. Exame neurológico do punho e mão direita dentro da normalidade [...]"; CONSIDERANDO que em sede de interrogatório, os sindicatos negam que tenham pisado

no braço do adolescente, aduzindo que no dia em questão, o menor estava na companhia de outros dois jovens, os quais eram "conhecidos na localidade por praticar delitos", todos sentados numa calçada fumando, e, diante da fundada suspeita, realizaram a abordagem, oportunidade em que dois rapazes não esboçaram qualquer reação, sendo revistados normalmente, contudo, ao dirigirem-se à pessoa de Paulo Cezar Caetano da Silva, este tentou resistir, e, ao desvencilhar-se dos policiais acabou por cair por cima do próprio braço, o que ocasionou-lhe a fratura, sendo prontamente conduzido ao hospital para o devido atendimento, e, somente após ter seu braço engessado, ser medicado e liberado, fora conduzido à Delegacia da Criança e do Adolescente. Por fim, negaram ter rasgado o exame de Raio X a que se submetera o abordado; CONSIDERANDO que de acordo com Paulo Cezar Caetano da Silva, este aduziu que no momento da abordagem fora agredido com um soco no peito, haja vista ter se recusado a retirar um brinco que usava, e que, ao tentar fugir da revista, correu em direção à sua residência, tendo caído, oportunidade em que um dos acusados pisou em seu braço, ocasionando-lhe a fratura; CONSIDERANDO os testemunhos de duas pessoas que presenciaram os fatos sob apuração, colhidos na presente Sindicância, nos quais os depoentes foram unânimes em afirmar que os sindicatos não agrediram fisicamente a pessoa de Paulo Cezar Caetano da Silva, e que este se machucara ao tentar fugir da revista, e por conta da resistência veio a cair de uma calçada de quase 01 metro, ato contínuo, já passara a reclamar da dor no braço; CONSIDERANDO que a versão de Paulo Cezar Caetano da Silva não se coaduna integralmente com o resultado da perícia médica, haja vista que o mesmo asseverou ter sido agredido fisicamente além da fratura no braço, enquanto o exame não fez qualquer menção a outra lesão a não ser a "fratura fechada úmero direito"; CONSIDERANDO que não há elementos que comprovem a prática de agressão física por parte dos sindicados, ressaltando-se, inclusive, que os próprios policiais conduziram o adolescente imediatamente ao hospital, bem como não há provas que demonstrem que os acusados rasgaram o aludido exame; CONSIDERANDO ainda, o bom histórico funcional dos sindicados; CONSIDERANDO o Relatório do Sindicante, cujo entendimento pautado nos princípios que regem o devido processo legal, foi sugerir o arquivamento do feito; RESOLVE homologar o Relatório Final às fls. 143/148, e arquivar a presente Sindicância instaurada em face dos POLICIAIS MILITARES SD PM ANTONIO LUCIANO RODRIGUES CAVALCANTE - M.F. nº300.552-1-7, SD PM ANTONIO EVANDRO DE OLIVEIRA - M.F. nº302.846-1-5, SD PM FRANCISCO EDER BEZERRA - M.F. nº300.651-1-5 e SD PM GABRIEL BENEVIDES DE MESQUITA - M.F. nº301.493-1-9, por insuficiência de provas, ressaltando a possibilidade de reapreciação do feito caso surjam novos fatos, conforme prevê o parágrafo único e inciso III do Art.72, todos da Lei nº13.407/2003 - Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE E CUMPRE-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA - CGD, em Fortaleza, 10 de dezembro de 2015.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto  
CONTROLADORA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE  
SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

\*\*\* \*\*

A CONTROLADORA GERAL DE DISCIPLINA, no uso das atribuições que lhe confere o art.5º, inciso I, da Lei Complementar nº98, de 13 de junho de 2011, c/c o Art.32, inciso I da Lei nº13.407, de 02 de dezembro de 2003, e CONSIDERANDO os fatos constantes na Sindicância referente ao SPU nº11788906-7, instaurada sob a égide da Portaria CGD nº620/2014, publicada no D.O.E nº138, datado de 29 de julho de 2014, visando apurar a responsabilidade disciplinar dos policiais militares SD PM ELIAS NUNES DE ARAÚJO FILHO, SD PM ANTÔNIO EDSON MELO DA SILVA JÚNIOR e SD PM PAULO ANDERSON RODRIGUES ALMEIDA, em razão dos fatos supostamente ocorridos no dia 17 de janeiro de 2012, por volta das 00h10, por ocasião de uma abordagem na travessa Luiz Alexandrino de Oliveira, nº30, Bairro Luiz Antônio, no Município de Tauá, ocasião em que os referidos milicianos teriam agredido fisicamente a pessoa de Grumecindo Ludgero Lioiolo Neto, e em seguida, o conduziram à Delegacia Regional de Polícia Civil de Tauá, sendo o mesmo encaminhado, posteriormente, ao Hospital Dr. Alberto Feitosa; CONSIDERANDO que de acordo com o Exame de Corpo de Delito do Sr. Grumecindo Ludgero Lioiolo Neto, a perícia atestou ofensa à integridade física; CONSIDERANDO que em sede de interrogatório, os sindicatos confirmaram que estavam de serviço na data do fato, escalados no turno "C", o SD PM Almeida na função de patrulheiro, o SD PM Edson Júnior na função de comandante da viatura e o SD PM Nunes na função de motorista, ocasião em que foram acionados para uma ocorrência de "briga de casal", e, ao chegarem no local a esposa do Sr. Grumecindo dissera que este estava embriagado e que o mesmo queria



## **ANEXO XI**

**Nota Técnica Indicador Secundário (COGERH)** - Apresentação de Planos de Segurança de Água para três Bacias Hidrográficas estratégicas.

## NOTA TÉCNICA

### PLANO DE SEGURANÇA HÍDRICA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ACARAÚ, METROPOLITANAS E SALGADO

#### 1. HISTÓRICO

O Plano de Segurança Hídrica das Bacias Hidrográficas do Acaraú, Metropolitanas e Salgado é um indicador no PforR, e tinha sua execução financeira definida inicialmente no âmbito do componente 1, a ser elaborado pela COGERH.

A primeira meta era o Termo de Referências elaborado até o 2º semestre de 2014. O TDR foi elaborado ainda no primeiro semestre de 2014, e ficou aguardando a aprovação do MAPP (aprovação do projeto pelo Governo), o qual, até o final da gestão anterior não tinha sido aprovado. Esta primeira versão do estudo previa um valor na ordem de **R\$ 6.000.000,00** (seis milhões de reais).

#### 2. INTERSECÇÃO EM OUTROS INDICADORES

Há um indicador primário, relacionado ao Comitê de Segurança Hídrica, cuja meta prevista para o 1º semestre de 2015, consistia em apresentar o “Diagnóstico das Bacias do Acaraú, Salgado e Metropolitanas”. Esse diagnóstico era a primeira etapa do Plano de Segurança Hídrica. Como o Plano não teve prosseguimento, havia uma grande possibilidade de não atendimento dessa meta.

Então, surgiu uma proposta do IPECE, de fazer o Diagnóstico das Bacias, através de uma Assistência Técnica Pessoa Jurídica, utilizando recursos que tinham sobrado de outro projeto, o que garantiria o atendimento da meta. Então, foi preparado ainda em 2014, um TDR para realizar o referido Diagnóstico, prevendo um valor de mais de **R\$ 2.000.000,00** (dois milhões de reais). Além disso, ainda em 2014, estava prevista uma Assistência Técnica para a realização do Enquadramento dos Açudes Pacoti, Riachão e Gavião, com previsão de recursos da ordem de **R\$ 1.500.000,00** (um milhão e quinhentos mil reais).

Em 2015, com a mudança de gestão do Governo no Ceará, assume também uma nova gestão na COGERH. Diante do novo contexto, observou-se a necessidade de alguns ajustes nas ações desenvolvidas pela COGERH, no âmbito do PforR. Inicialmente, observou-se que as informações para o Diagnóstico das Bacias, estavam contidas nos Planos das Bacias do Acaraú (2010), Metropolitanas (2010) e Salgado (1999). Dessa forma, bastava apenas a contratação de uma Consultoria Individual para a consolidação e atualização das informações.

No que diz respeito à proposta de realização do Enquadramento dos açudes Pacoti, Riachão e Gavião, que seria uma Assistência Técnica, foi ponderado pela COGERH que não havia uma metodologia clara ou uma experiência no Nordeste de enquadramento de açudes no semiárido. Dessa maneira, o foco desse estudo deveria ser a elaboração de uma metodologia para enquadramento de açudes no semiárido.

Assim, foi proposto pela atual gestão da COGERH o cancelamento da Assistência Técnica de

Enquadramento e o valor previsto seria repassado para realização do Plano de Segurança Hídrica, que contemplaria também a realização do Diagnóstico das Bacias, através de Consultoria Individual, totalizando **U\$ 1.298.728,24** (um milhão duzentos e noventa e oito mil setecentos e vinte e oito reais e vinte e quatro centavos de dólares) para realizar os seguintes projetos:

- 1 – Elaboração do Diagnóstico das Bacias (Consultoria Individual);
- 2 – Elaboração dos Inventários Ambientais;
- 3 – Estudo das Cargas Poluidoras no Cariri;
- 4 – Desenvolvimento de Metodologia de Enquadramento;
- 5 – Aplicação do Enquadramento (projeto piloto)
- 6 – Consolidação e Plano de Ação.

Em videoconferência, realizada no primeiro semestre de 2015, com o representante técnico do Banco Mundial, a COGERH e IPECE, foram apresentadas estas ponderações e solicitada a referida adequação. Foi proposto na oportunidade que o Plano de Segurança Hídrica seria uma composição de vários estudos, que seriam realizados em várias Assistências Técnicas, conforme citado acima, tendo em vista as especificidades de cada estudo e o perfil necessário das empresas para desenvolvê-los.

Dessa forma, foi realizada a contratação de uma Consultoria Individual que elaborou os referidos diagnósticos, no valor de **R\$ 51.072,00**, atendendo a meta que era a realização dos diagnósticos até julho de 2015.

### **3. CONTINUAÇÃO DA ELABORAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA HÍDRICA**

Dando continuidade ao Plano de Segurança Hídrica, a COGERH trabalhou nos Termos de Referências (TDR), dos Inventários, das Cargas Poluidoras e do enquadramento, com o intuito de realizar as Assistências Técnicas propostas. Porém, em seguida fomos informados que o Banco Mundial orientou que não seria possível desmembrar o Plano de Segurança em várias Assistências Técnica, como vinha sendo trabalhado. Essa orientação também gerou um atraso no processo, pois os TDR estavam quase prontos e tiveram de ser consolidados – ocorrendo modificações nas Memórias de Cálculo. Nesse processo verificou-se que seria difícil compatibilizar o perfil de todos os estudos num único TDR. Dessa forma, a COGERH optou por retirar o Estudo das Cargas Poluidoras do Cariri do escopo do Plano de Segurança Hídrica.

No início do segundo semestre foi concluído o TDR do Plano de Segurança Hídrica e a Memória de Cálculo (MC), que estimou o valor em **R\$ 2.686.668,77**.

### **4. SITUAÇÃO ATUAL**

O processo licitatório foi iniciado em 21 de agosto de 2015, com o envio de ofício e da Manifestação de Interesse à CEL.04/PGE, que foi publicada em 09 de setembro de 2015.

Recentemente, foi realizada a avaliação de 28 portfólios, pela Comissão Avaliadora, e elaborada a lista curta e SDP. No dia 24 de novembro de 2015, foi aberto o processo com toda documentação e enviada para a CEL 04/PGE.

Em 09 de dezembro de 2015, o processo retornou à Cogherh com documentos pendentes, os quais estão sendo providenciados. A UGP solicitou o ajuste no percentual dos encargos, o valor foi modificado de 20% para 85,94%, conforme tabela de cálculo de encargos da ABCE – Associação

Brasileira de Consultores de Engenharia.

Devido à redução do prazo para a realização do projeto, a UGP também solicitou adequação da MC, alterando o cronograma de 24 meses para 18 meses, conseqüentemente o ajuste das horas dos consultores.

Com os ajustes do percentual de encargos e da redução temporal de elaboração do projeto e horas de consultoria previstas para o projeto, a MC passou de **R\$ 2.686.668,77** para **R\$ 3.294.360,66** (em dólares, a mudança foi de **U\$ 707.018,10** para **U\$ 866.937,02**, com a cotação de **R\$ 3,80**).

Em função desses ajustes estamos adequando o cronograma do TDR, SDP e memória de cálculo.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, bem como o exíguo tempo disponível, verifica-se a necessidade de rever as metas inicialmente estabelecidas. Como foi argumentado, a primeira proposta do Plano de Segurança Hídrica passou todo o ano de 2014 sem uma definição em relação a continuidade do processo licitatório e não teve MAPP aprovado.

Houve a retomada do processo do Plano de Segurança Hídrica no primeiro semestre de 2015, com a redefinição de escopo. Essa redefinição foi importante, pois tornou a proposta mais enxuta e direcionada aos objetivos de construção de um plano de segurança das bacias, bem como houve uma otimização de recursos, ficando o referido estudo estimado em **R\$ 3.294.360,66**.

Tivemos um relativo atraso, pois elaboramos alguns TDR's e depois tivemos que consolidá-los em um único TDR.

Em relação a meta "Plano adotado e em fase de implantação", é importante avaliar que um plano é a definição de um conjunto de prioridades e ações que tem um horizonte temporal definido. Trata-se de um modelo sistemático que se elabora antes de realizar uma ação, com o objetivo de dirigi-la e de encaminhá-la. Deve-se considerar que um plano de segurança hídrica deve apresentar propostas de ações e de intervenções estruturais que tem um arco de ação bem amplo, envolvendo várias instituições e atores sociais, que, em grande parte, não são governados pelo setor de recursos hídricos. Portanto, nossa proposta é a de mudança na meta desse indicador, seja pelo aspecto conceitual seja pelo aspecto do tempo disponível para a execução do plano.

Em relação a meta "Implementação de plano de monitorização", também propomos a sua exclusão, pois o PforR tem encerramento previsto para final de 2017, e o processo de monitoramento do Plano será realizado além do âmbito do PforR.

Por fim, propomos como meta final a entrega do Plano para o segundo semestre de 2017.

**ACOMPANHAMENTO MENSAL DOS INDICADORES SECUNDÁRIOS DO PROJETO PforR - 2015**

Área	Órgão	Nº	Indicador Secundário	Responsáveis	Linha de Base	Metas 2º semestre 2017								
						Meta	Realizado	2017.2 - Posição Atual Mensal em Relação à Meta						
								Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Qualidade da Água	COGERH	1	Apresentação de planos de segurança de água para três bacias hidrográficas estratégicas.	Zulene	0	Planos Preparados	-							Planos Preparados



## **ANEXO XII**

**Nota Técnica Indicador Secundário (COGERH)** - Apresentação de nova Lei de Bacias Hidrográficas

# **NOTA TÉCNICA**

## **LEI DE PROTEÇÃO DE MANANCIASIS**

**INAH ABREU**

**18/12/2015**

## NOTA TÉCNICA

A presente Nota Técnica visa apresentar considerações referente a alteração no escopo e cronograma inicialmente previsto para o cumprimento do Indicador “Lei de proteção de mananciais”. Espera-se que este documento possa dar subsídio ao entendimento das razões que levaram a alteração do cronograma para consecução das Metas.

### 1. Metas – Cronograma inicialmente apresentado

informações do Indicador:		
<b>Unidade do Indicador:</b> Elaborar lei de proteção de mananciais		<b>Fonte da Informação:</b> COGERH
<b>Periodicidade da Informação:</b> Anual	<b>Data entrega da Informação:</b> Dezembro	<b>Abrangência Geográfica:</b> Bacias Hidrográficas do Salgado, do Acaraú e da Região das Bacias Hidrográficas Metropolitana de Fortaleza.
Metas		
<b>Ano 2012</b>	Linha de Base	---
<b>Ano 2013</b>	Ano Zero	---
<b>Ano 2014</b>	Ano 0,5 - Primeiro	---
	Ano 1 - Segundo	Proposta e consultas completas.
<b>Ano 2015</b>	Ano 1,5 - Primeiro	---
	Ano 2 - Segundo	Minuta de lei apresentada
<b>Ano 2016</b>	Ano 2,5 - Primeiro	---
	Ano 3 - Segundo	Disseminação da lei.
<b>Ano 2017</b>	Ano 3,5 - Primeiro	----
	Ano 4 - Segundo Semestre	Implementação da legislação em bacias hidrográficas estratégicas

### 2. Considerações sobre as Metas – Cronograma ora proposto

Inicialmente, cumpre registrar que na elaboração do Projeto de Lei desenvolvido durante o período/ano 2014 foi adotada uma abordagem que considerou que a proteção dos mananciais deveria ser voltada apenas para 03 (três) Bacias Hidrográficas.

Ocorre, que em meados de 2015 se percebeu que a abordagem inicial não era suficiente sendo, portanto, necessária uma outra abordagem que considerasse, desta feita, a proteção dos mananciais do Estado do Ceará como um todo. Concluiu-se que seria melhor desenvolver uma nova proposta. Portanto, desconsiderando a proposta de 2014.

Esclareça-se que essa percepção somente ocorreu após a transição governamental em meados de 2015, momento em que novos técnicos assumiram os postos de trabalho e conjuntamente realizaram a análise do Projeto de Lei anteriormente produzido. Nesse sentido, a partir de 2015 se adotou como método e procedimento para o desenvolvimento do Projeto de Lei, a consulta a técnicos envolvidos na gestão dos recursos hídricos, visando conhecer quais os elementos essenciais deveriam constar no conteúdo da lei que viessem a contribuir com a qualidade dos mananciais existentes no Estado do Ceará.

Os técnicos foram consultados para realizarem proposições e finalmente se elaborou uma Minuta do novo texto. Para tal resultado, foram realizadas diversas reuniões no ano de 2015. Ora o texto já se encontra desenvolvido e aprovado na instancia técnica, restando validá-la socialmente, por meio de consultas junto aos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado do Ceará e deliberação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

Esclareça-se que no primeiro semestre de 2016 os CBH's passam por renovação de diretoria e de seus membros. Nesse sentido, torna-se necessário se aguardar tal renovação para que somente após se possa validar a proposta perante a sociedade por meio de consulta aos membros dos Comitês de Bacias Hidrográficas – CBH. Após, cumprida a validação social o Projeto de Lei é encaminhado para a Procuradoria Geral do Estado – PGE para que se proceda as análises dos aspectos legais e posterior encaminhamento para deliberação da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Por oportuno, afirmamos a completa impossibilidade de se estabelecer uma data exata que reflita a realidade de prazo necessário que envolve as discussões, debates políticos e deliberação perante a Assembleia Legislativa. Dada a importância e essencialidade que a matéria a ser apreciada referente à qualidade das águas requer a COGERH pode, no máximo, diligenciar perante as autoridades competentes e acompanhar as discussões bem como, politicamente requerer celeridade das mesmas.

**Face o exposto, surge a necessidade de se alterar o escopo e cronograma inicialmente apresentado pelas razões anteriormente elencadas conforme segue abaixo:**

informações do Indicador:		
<b>Unidade do Indicador:</b> Elaborar lei de proteção de mananciais		<b>Fonte da Informação:</b> COGERH
<b>Periodicidade da Informação:</b> Anual	<b>Data entrega da Informação:</b> Dezembro	<b>Abrangência Geográfica:</b> O Estado do Ceará onde se compreende as 12 (doze) Bacias Hidrográficas
Metas		
<b>Ano 2012</b>	Linha de Base	---
<b>Ano 2013</b>	Ano Zero	---
<b>Ano 2014</b>	Ano 0,5 - Primeiro Semestre	---
	Ano 1 - Segundo Semestre	---
<b>Ano 2015</b>	Ano 1,5 - Primeiro Semestre	---
	Ano 2 - Segundo Semestre	Apresentar Minuta ( texto) Projeto Lei
<b>Ano 2016</b>	Ano 2,5 - Primeiro Semestre	Proposta e consultas completas <b>aos CBH's*</b>
	Ano 3 - Segundo Semestre	Encaminhamento de Projeto ao CONERH **
<b>Ano 2017</b>	Ano 3,5 - Primeiro Semestre	Encaminhamento por meio da PGE*** do Projeto Lei e Mensagem Governamental para a Assembleia Legislativa
	Ano 4 - Segundo Semestre	

\*CBH - Comitê de Bacia Hidrográfica

\*\*CONERH – Conselho Estadual de Recursos Hídricos

\*\*\*PGE – Procuradoria Geral do Estado

## **ANEXO XIII**

**Evidência do atendimento do Indicador Secundário (COGERH) -**  
Qualidade da água bruta, na região metropolitana de Fortaleza.

Ofício nº 1007/2015/GAPRE

Fortaleza, 16 de dezembro de 2015.

A Vossa Senhoria a Senhora  
**ANA CRISTINA CAVALCANTE MEDEIROS**  
Coordenadora da Unidade de Gerenciamento do Projeto PforR  
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE  
Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n – Cambéa  
Prédio da SEPLAG 2º andar  
Nesta/

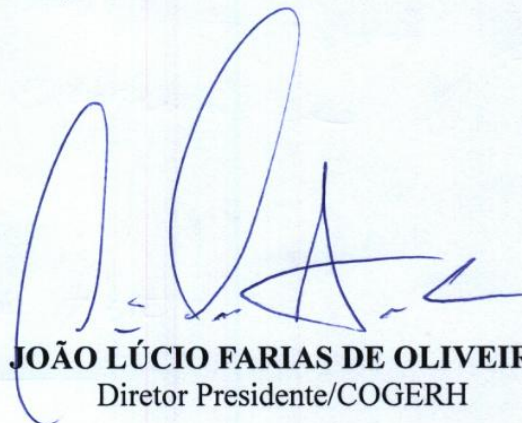
Assunto: **Cumprimento de meta.**

Prezada Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente, vimos por meio deste encaminhar para fins de envio ao Banco Mundial, a evidência do **cumprimento da meta** de 2015.2 (64.3) do Indicador Secundário: "**Qualidade da água bruta na Região Metropolitana de Fortaleza**" que teve neste período um resultado de 76,5 (classe: boa), conforme relatório anexo com dados até 30/11/2015.

Na oportunidade reiteramos votos de consideração e apreço.

Atenciosamente,



**JOÃO LÚCIO FARIAS DE OLIVEIRA**  
Diretor Presidente/COGERH

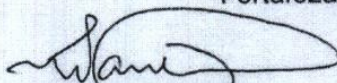


### Índices de Qualidade de Água

Reservatório	Data	IQA*		Estado Trófico**	IQAR***	
		Valor	Classe		Valor	Classe
Acarape do meio	05/11/2015	81,7	Ótima	Eutrófico	4,72	5 – muito poluído
Aracoiaba	04/11/2015	75,5	Boa	Hipereutrófico	4,78	5 – muito poluído
Gavião	04/11/2015	86,5	Ótima	Hipereutrófico	4,10	4 – criticamente degradado a poluído
Pacajus	11/11/2015	69,4	Boa	Eutrófico	4,31	4 – criticamente degradado a poluído
Pacoti	10/11/2015	75,9	Boa	Eutrófico	3,83	4 – criticamente degradado a poluído
Riachão	10/11/2015	80,7	Ótima	Eutrófico	4,45	4 – criticamente degradado a poluído
Sítios Novos	03/11/2015	65,9	Boa	Hipereutrófico	4,59	5 – muito poluído
<b>Média</b>	-	<b>76,5</b>	<b>Boa</b>	-	<b>4,40</b>	<b>4 – criticamente degradado a poluído</b>

\*com base na metodologia da CETESB. \*\*com base na metodologia da COGERH. \*\*\*com base na metodologia do IAP.

Fortaleza, 04 de Dezembro de 2015.



Walt Disney Paulino

Gerente de Desenvolvimento Operacional da COGERH



## **ANEXO XIV**

**Nota Técnica Indicador Secundário (SEMA)** - Apresentação da Lei de Gestão de Resíduos Sólidos Revista.





GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
*Secretaria do Meio Ambiente*

**NOTA TÉCNICA Nº 01/2015**

**SEMA – Secretaria do Meio Ambiente**

**EIXO – QUALIDADE DA ÁGUA**

**Indicador Secundário: Apresentação da nova Lei de Resíduos  
Sólidos Revisada.**

Fortaleza  
Dezembro de 2015





GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Secretaria do Meio Ambiente

## 1. INTRODUÇÃO

A Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, insere-se do Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará – Programa para Resultados (PforR Ceará), *no eixo da qualidade da água e no âmbito dos Indicadores é responsável por dois, sendo um primário: Índice de Qualidade da Fiscalização Ambiental Indicadores e um secundário: Apresentação da Lei de Gestão de Resíduos Sólidos revisada sobre o qual se detem esta Nota Técnica.*

## 2. CONTEXTUALIZAÇÃO

Dentro do eixo Qualidade da Água, a SEMA assumiu como indicador a Apresentação da Lei de Gestão de Resíduos Sólidos revisada, tendo como meta para 2015 a divulgação e implementação da mesma.

O projeto de Lei de Gestão de Resíduos Sólidos, foi amplamente discutido e debatido com a sociedade e em seguida enviado para a PGE para análise e posterior encaminhamento à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará para aprovação e publicação.

Contudo, em virtude dos tramites do Estado e da alteração da Secretaria, que passou de Conselho de Políticas e Gestão de Meio Ambiente - CONPAM para Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, o projeto de Lei não pôde ser encaminhado para a Assembleia Legislativa no prazo hábil.

## 3. PROPOSTA DE AJUSTE

Considerando todas as dificuldades encontradas e já citadas, a SEMA propõe que a meta de divulgação e implementação da Lei seja executada no primeiro semestre de 2016.

## 4. CONCLUSÃO

Concluindo, submete-se esta Nota Técnica para a apreciação do Banco Mundial.





GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
*Secretaria do Meio Ambiente*

Fortaleza, 17 de dezembro de 2015

A handwritten signature in black ink, reading "Maria Dias Cavalcante".

Maria Dias Cavalcante

Secretária Executiva